

Ana Maria Dantas e Santana

DAS MATAS DE ITABAIANA A FREI PAULO

350 anos de história documentada



EDISE



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE

Governador

Belivaldo Chagas Silva

Vice-Governadora

Eliane Aquino Custódio

Secretário de Estado do Governo

José Carlos Felizola Soares Filho



SEGRASE - SERVIÇOS GRÁFICOS DE SERGIPE

Diretor-Presidente

Francisco de Assis Dantas

Diretor Administrativo-financeiro

Jecson Leo de Souza Araujo

Diretor Industrial

Milton Alves



EDISE - EDITORA DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE

Gerente Editorial

Jeferson Pinto Melo

Conselho Editorial

Ezio Christian Déda Araújo

Irineu Silva Fontes

João Augusto Gama da Silva

Jorge Carvalho do Nascimento

José Anselmo de Oliveira

Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

Ana Maria Dantas e Santana

DAS MATAS DE ITABAIANA A FREI PAULO

350 anos de história documentada



EDISE

Aracaju – Sergipe

2022

ITABAYAN

MÃO DIAS

Capa

Ana Leticia Dantas de Carvalho

Diagramação

Ana Leticia Dantas de Carvalho

Revisão

Yuri Gagarin

José Gilmar Nunes de Carvalho Filho

Pré-Impressão

Dalmo Macedo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Santana, Ana Maria Dantas e
Das matas de Itabaiana a Frei Paulo [livro
eletrônico] : 350 anos de história documentada / Ana
Maria Dantas e Santana. -- Aracaju, SE : Segrase,
2022.

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-86004-74-8

1. Famílias - História 2. Frei Paulo (SE) -
História 3. História social 4. Itabaiana (SE) -
História I. Título.

22-119877

CDD-981.41

Índices para catálogo sistemático:

1. Frei Paulo : Sergipe : Estado : História 981.41

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Editora filiada



Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe - EDISE

Rua Propriá, 227 · Centro

49010-020 · Aracaju · Sergipe

Tel. +55 (79) 3205 7421 / 3205 7420

edise@segrase.se.gov.br

DEDICATÓRIA

Ao meu esposo Edivanildo Lima de Santana.

Aos meus filhos André Luiz e Lumma.

Minhas filhas por afeição, Joyce e Juliana.

Ao meu neto Joaquim Pereira Dantas de Santana, que traz na sua ascendência paterna o nome dos Correia, Oliveira, Dantas, Rezende e Matos, sendo hexaneto de Simeão de Souza Monteiro e Maria Francisca de Jesus, e Eduardo Antônio de Souza e Maria Magdalena do Amor Divino pela genealogia dos Rezendes, pentaneto de Herculano Correia Dantas e Francisca Thereza de Jesus, José Cornélio Alves dos Santos e Maria Francisca de Oliveira Bastos pela genealogia dos Correia, Oliveira e Dantas, e tetraneto de José Aprígio de Matos e Maria Salomé de Góes pela genealogia dos Matos.

Aos meus pais Gilza Maria de Matos Dantas e Antônio Daltro Dantas (*in memoriam*) que me ensinaram o valor de uma família unida pelo amor e fortaleceram em mim o ensinamento de frei Paulo de Casanova: “Vida breve, morte certa. Do morrer a hora é incerta. Uma alma só se há, se se perde o que será? Perdes o tempo que agora has, na hora da morte não o terás: Acaba tudo: Acaba depressa, Só a Eternidade nunca acaba”.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte suprema de toda sabedoria e coragem.

A todos que, de alguma forma, contribuíram para a concretização deste trabalho, quer seja como fonte de inspiração, incentivo, direta ou indiretamente. A minha família por tolerar minha dedicação exclusiva a esse trabalho e por participarem das pesquisas de campo.

Sou especialmente grata aos meus sobrinhos Ana Letícia Dantas de Carvalho e José Gilmar Nunes de Carvalho Filho, os quais foram fundamentais e imprescindíveis para o aperfeiçoamento e conclusão dessa obra.

Ao historiador José Almeida Bispo por acreditar nessa obra desde a fase embrionária e a reverenciá-la com seu largo conhecimento, estimulando o leitor a observar seus elementos e sua essência.

Aos colaboradores, amigos e incentivadores:

Alex Almeida Feitosa
Anderson Menezes
Belivaldo Chagas da Silva
Camila Lima Oliveira
Desembargador Vladimir Souza Carvalho
Erilene Vasconcelos
Frei Ulisses Bandeira
Frei Gregório Carvalho Lima
Gabriela da Silva Santos
Joel Costa
Josefa Castália Carvalho
Jornalista Pedro Carregosa
Juvenilson Lima Menezes
Maria Lide Lima dos Santos
Maria Núbia Santos
Padre André Menezes
Padre José Carlos Ferreira da Silva de Itapemirim/Espírito Santo
Rafael Valadares dos Santos
Raimundo Soares de Oliveira Filho
Sérgio Barbosa Nunes
Wagner Dantas Souza

As instituições:

Biblioteca Pública de Colatina – Minas Gerais
Câmara de Vereadores de Frei Paulo – Sergipe
Igreja e Convento de Nossa Senhora da Piedade de Salvador – Bahia
Prefeitura Municipal de Frei Paulo – Sergipe
Secretaria Municipal de Educação de Frei Paulo – Sergipe
Serviços Gráficos de Sergipe – SEGRASE

HOMENAGENS

Ao viajar por tantas páginas de livros, periódicos, artigos e relatórios, percebi e corroboro as palavras de Sebrão Sobrinho, que o município de Frei Paulo deve muito a Cassimiro da Silva Melo e seus descendentes.

É possível dizer que antes de frei Paulo de Casanova e frei David, os descendentes de Francisco Antônio de Carvalho e dona Josefa Maria da Glória, dentre os quais destacamos seus netos, o capitão Francisco Antônio de Carvalho (Neto) e o tenente Antônio Francisco Rodrigues de Lima, dos quais derivam os Carvalhos, Cunha e Rodrigues Lima de Frei Paulo, foram os primeiros agricultores e criadores a se instalarem na região das matas de Itabaiana no começo do século XIX.

Os freis Paulo e David foram encarregados de dar ao arraial do Jenipapo uma estrutura de povoado, o que aconteceu através da construção da Igreja, cemitério e abertura de tanques. Além disso, intensificou o culto à religião Católica Apostólica Romana através das missões nas quais realizavam os sacramentos do batismo, crisma e matrimônio segundo os ensinamentos de Jesus, sendo o propulsor do crescimento do núcleo urbano que se transformou na cidade de Frei Paulo.

Contudo, isso foi necessário porque, antes dos capuchinhos, muitas famílias se estabeleceram nas matas de Itabaiana, alavancando o desenvolvimento rural fazendo surgir a povoação, que mais tarde se constituiu no povoado Jenipapo.

Assim, nada mais justo do que destacar o trabalho incansável dos freis Paulo Antônio e David, bem como das famílias que trouxeram na bagagem a determinação e coragem para romper a adversidade da seca e transformarem nosso solo no maior produtor de algodão de Sergipe, impulsionando o crescimento rural e urbano e construindo a história de Frei Paulo.

APRESENTAÇÃO

O estudo das nossas origens tem como objetivo maior ajudar a tirar o véu que o tempo criou sobre nossos ancestrais e, principalmente, sobre a origem da povoação do município de Frei Paulo e seus primeiros habitantes.

Para o estudo sobre as nossas origens foi adotado o método dedutivo, construindo uma teoria a partir dos documentos oficiais e históricos, notadamente, através dos relatórios relativos ao período de 1835 a 1930, e outros documentos constantes no *Almanak Laemmert* na Biblioteca Nacional digital, nos documentos do Arquivo do município de Frei Paulo, na historiografia da colonização das terras de Sergipe com enfoque para a colonização de Itabaiana.

Merece destacar as informações dos historiadores Gabriel Soares de Souza, Moacyr Soares Pereira, Diogo de Campos Moreno, Clodomir Silva, Francisco Antônio Carvalho Lima Júnior, Emmanuel Franco, Orlando Vieira Dantas, Felisbello Freire, Sebrão Sobrinho, Vladimir Souza Carvalho, Maria Thetis Nunes, Beatriz Gois Dantas, Pietro Vittorino Regni, Sonia Maria Demoner, José de Almeida Bispo, Adolfo Barbosa Gois, Antônio Porfírio Matos Neto, José Arnaldo de Oliveira, João Alves de Oliveira e Dona Mizinha que abordam com maior ênfase os temas descritos neste estudo.

Os jornais existentes na província de Sergipe e do Espírito Santo, além de registrarem os fatos históricos, trazem também a publicação de leis, resoluções, regulamentos, e outros documentos que possibilitam visualizar cada momento estudado.

Os relatórios apresentados pelos governantes, párocos, câmaras de vereadores e pelos juízes, dentre outros, detalham o cotidiano, as necessidades emergentes e demonstram o custo e benefício para cada empreendimento, e ainda traz documentada a trajetória dos missionários que impulsionou o desenvolvimento das matas de Itabaiana.

A legislação traz o aspecto legal de cada época e o interesse pretendido pelos governantes que deveriam atender os anseios da população.

As informações da revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe foram de suma importância para construção do contexto geral do estudo.

Através do site *Family Search*, uma organização da Igreja dos Santos dos Últimos Dias, no qual se encontram os livros de batismo, casamento e crismas do estado de Sergipe, foi possível localizar dados concretos sobre nossas origens e identificar os sacramentos ministrados por frei Paulo e frei David.

A pesquisa *in loco* se deu através da visita em igrejas, cemitérios, arquivos, cartórios, bibliotecas, bem como rios, estradas, fazendas e casas, nas mais diversas localidades. Nessa jornada, destaco que em 25 de julho de 2018 fui ao Convento da Piedade na Bahia, onde conheci os freis Ulisses e Gregório. Em 04 de dezembro de 2018 fui a Aracaju conhecer o cemitério Santa Izabel e na cidade de Pacatuba conhecer o cemitério e a Igreja Matriz. Posteriormente, em 26 de dezembro de 2018, fui ao estado do Espírito Santo passando por Conceição do Castelo, vila do Itapemirim e Alto do Caxixe. Em 04 de Janeiro de 2019 fui conhecer as igrejas das cidades de Estância e Cristinápolis que também teve a participação de frei Paulo na sua construção.

Não menos importante foi percorrer cada estrada e caminho do município de Frei Paulo, para pontuar a origem e localização de cada núcleo populacional que surgiu desde meados do século XVII. Por fim, sabendo que tudo começou antes do século XVI, em 01 de janeiro de 2020 fui conhecer a serra da Capivara, localizada na cidade de São Raimundo Nonato no Piauí, onde foram feitas as primeiras escavações e as datações que atestam a presença do homem pré-histórico no continente americano desde 50.000 anos.

Conhecendo a história e percorrendo cada canto do nosso município, viajei tantas vezes no meu imaginário que por vezes me fez sonhar com a Frei Paulo de outrora, passeando lado a lado com os primeiros moradores e visitando os casarões da zona rural e urbana.

Voltando para a contemporaneidade do tempo, me deslumbrei com a pequena ponte do rio Salgado, com o lindo pôr do sol do açude Coité e da fazenda Calumby. Chegar ao cruzeiro da Serra Redonda me mostrou que eu poderia ir mais longe, e fui até o cruzeiro da serra de Itabaiana pela trilha das cachoeiras (emocionante e deslumbrante), para visualizar mentalmente o tempo que Belchior Moréia procurava as famosas minas de prata, bem como, o início da colonização quando os índios chamavam a serra de Itabaiana de *Manhana*.

De todo o visto, foi possível desmistificar algumas informações construídas através da memória popular, que tem sua relevância no contexto cultural como forma complementar de pesquisa, contudo, as informações apresentadas neste livro estão fundamentadas no trabalho de outros pesquisadores e em documentos históricos.

Apesar de todo cuidado, é possível que esta obra contenha informações equivocadas que necessitem de correção, e dados incompletos que devem ser complementados, porque este trabalho é apenas o começo de muitas descobertas que poderão surgir da mente e do empenho das novas gerações.

Por fim, embora a adaptação de alguns textos para as regras atuais da língua portuguesa pudesse ser melhor compreendida, optei por manter os textos originais, decorrendo daí a grafia diferente do que se aplica na atualidade.

SOBRE A AUTORA

Ana Maria Dantas e Santana,

Para muitos, Ana Dantas, para mim, Mainha.

A história desse livro se cruza com a história da nossa família, que foi onde tudo começou.

De maneira despretensiosa, em conversas de fim de tarde ao lado de meu avô Tonho Correia, ou simplesmente Vô Tonho, dono de uma memória infalível e da melhor companhia que se pôde desfrutar, ela foi colhendo informações minuciosas e detalhadas sobre nossos antepassados.

Sendo uma admiradora das belezas divinas, a cada pôr do sol ela foi enchendo sua memória de lembranças que aquecem o coração, percebendo ali capítulos de uma história que precisava ser escrita, se tornando o que hoje é intitulado *Das Matas de Itabaiana a Frei Paulo – 350 anos de história documentada*.

Com o objetivo de preservar a história, ela buscou resgatar aquilo que estava esquecido, protegendo o que para muitos não possuía valor, e em cada objeto que encontrava em suas andanças, encontrava também um caminho para a realização do primeiro sonho, o Memorial Gilza Maria de Matos Dantas, que conta histórias através de objetos, fotos e livros.

E não é coincidência que essas duas histórias se entrelacem, afinal, a vida de Mainha sempre foi sobre Vô Gilza e Vô Tonho, que por sua vez construíram uma base sólida de amor ao próximo, e é para esse próximo que essa história foi escrita.

Nunca se tratou de reconhecimento próprio, sempre foi sobre dar a oportunidade de outros filhos de Frei Paulo conhecerem sua verdadeira história e quem os fez chegar até aqui.

De maneira incansável, procurou dar sentido a tudo que encontrou, enxergou por trás das famílias da nossa pequena cidade uma grande história que precisava ser contada através da visão de quem ama cada pedaço da terra onde nasceu e viu a vida acontecer.

Assim, mais do que contar uma história a alguém ou lhe mostrar um jornal de época, ela está dando ao mundo a eterna oportunidade de conhecer Frei Paulo através da vida e história de seus filhos.

Esse livro é sobre história e sobre perseverança. Foi produzido por alguém que nasceu em um pequeno recanto no interior de Frei Paulo, cercada de amor e dificuldades, e saiu em busca do que o mundo e o homem podem oferecer, mas que para encontrar a verdadeira realização de um sonho retornou para o seu recanto, alcançando a paz que só Deus pode proporcionar.

Curiosamente, depois da redação finalizada, ela voltou para seu berço e hoje vive no lugar que a inspirou não só para escrever o livro, mas para viver e sobreviver a todos os obstáculos que a vida ofereceu, onde carinhosamente chamamos de Fazenda Onça.

Para mim, essa é uma daquelas linhas tortas que Deus escreve certo e a gente só entende quando chega ao ponto final do livro.

Lumma Dantas de Santana

Advogada, Assessora Jurídica da Câmara de Vereadores de Frei Paulo.

PREFÁCIO

Quando do início do ano letivo de 1970, entre os livros para a terceira série do curso primário me foram pedidos o de Geografia e o de História de Sergipe, confesso que meu então coração infantil bateu um pouco mais forte. Curioso, já tinha dado minhas caminhadas por obras de séries mais adiantadas e até em conhecimentos paradidáticos que me deixaram fascinado com todas aquelas informações. Porém, nada tinha lido sobre Sergipe e sobre o meu município, Itabaiana. Os livros foram comprados e, antes mesmo do primeiro dia letivo daquele ano, eu já tinha lido ambos, duas ou três vezes. Estava ali, meu lugar; e por mais que ainda hoje me maravilhe com a literatura e conhecimento universais, todavia, está no meu pequeno Sergipe, e mais particularmente na minha Itabaiana o meu teatro de vida. Deveria ser obrigatório que também no estudo da História toda criança fosse iniciada conforme o mais estrito método científico, ou seja, a partir da partícula para se chegar ao todo e sua interação com ele. A história local como primeiro passo.

Os referenciados livros acima foram uma novidade a partir de 1966. Sob a autoria do professor Acrísio Torres Araújo, passava a ser massivamente facultado às novas gerações de sergipanos a própria História; suas raízes, o autoconhecimento. Antes deles, somente publicações restritas; e, na maioria densas, como a primeira delas, a bíblia da historiografia sergipana, *História de Sergipe*, de Felisbelo Freire, de 1891, muitas vezes aqui referenciada pela autora dessa magnífica obra que tenho o enorme privilégio de prefaciar. A historiografia municipal em Sergipe foi abordada pela primeira vez pelo itabaianense Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior, a *Monografia Histórica do município de Itabaiana*; contudo de leitura reservada apenas aos leitores da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do estado de Sergipe, edição de 1912 (Aracaju, v. 2, n. 4, 1914. p. 144-145). Herdou-lhe o gosto pela historiografia municipal o também itabaianense e seu parente, José Sebrão de Carvalho, o sobrinho, com *Laudas do Aracaju* de 1955; e, numa espécie de cruzada familiar, Vladimir Souza Carvalho a estender isso a além da capital, com *Santas Almas de Itabaiana Grande*, de 1973: a primeira obra completa, focada num município em Sergipe. Esse, impactou-me e à minha geração imediata: finalmente tínhamos uma história nossa, local, contextualizada em Sergipe, no Brasil e no mundo.

E o que pretende este trabalho robusto e fantástico da estreante historiadora Ana Maria Dantas e Santana? Exatamente engrandecer o município de Frei Paulo e toda essa trajetória da sua história municipal; de pintar nossa aldeia para então ser universal, como sugeriu o grande escritor russo León Tolstói.

E, pela breve leitura do livro, vê-se que não foram poupados esforços para isso: dos levantamentos genealógicos das famílias tradicionais de Frei Paulo, ao do seu fundador primo, o frei Paulo Antônio Damele de Casanova di Rovegno. Em Frei Paulo, Itabaiana e Aracaju, como cabeça de todo o Sergipe, e além fronteiras. Um trabalho de pesquisa profundo, riquíssimo, variado, composto de leituras prazerosas em obras consagradas, mas muito mais de extração de valiosíssimas informações de fontes primárias, desde as freipaulistanas como da Câmara Municipal de Frei Paulo, em funcionamento desde a sua emancipação, e mui familiar à autora e ex-servidora da casa; da paróquia de São Paulo e cartórios da mesma cidade a seus iguais de Itabaiana e fundos estaduais de documentação, da capital, ao rastreio do histórico do benfeitor e fundador da cidade, em Sergipe e no Espírito Santo, além de sua terra natal Gênova na Itália, sem obviamente negligenciar seu importante parceiro na jornada da velha Chã do Jenipapo.

É um livro bibliográfico, tal a quantidade e qualidade de detalhadas informações. Ouso tecer comparação com o grande trabalho de Vladimir Souza Carvalho, intitulado *A República Velha em Itabaiana* (Fund. Oviedo Teixeira, 2002, Aracaju), tal a minuciosidade com que a autora trata toda a obra; óbvio, de alcance temporal muito mais amplo. Doravante será con-

teúdo obrigatório em toda pesquisa histórica e sociológica que vier a ser desenvolvida sobre o município freipaulistano.

Além disso, lança luzes sobre um momento ímpar da construção de Sergipe, no seu primeiro século de existência efetiva, quando num lance de sorte logrou rejuvenescer sua estagnada economia com a introdução dos algodoais de onde, nas matas da Itabaiana nasceu Frei Paulo embalado, na alvura fofa, suave de seus capuchos, a coalhareem os campos, sob os cantos do trabalho livre, e não mais de escravos; com os arranjos musicais dos eixos de sucupira dos inúmeros carros de boi no tocar de carradas e mais carradas pros vapores, e depois da malvácea beneficiada, para as fábricas ou portos do litoral. São Paulo, depois Frei Paulo já nasceu clássica. Uma cidade planejada para ser um centro urbano de apoio ao trabalho e ao trabalhador livre. Em 26 de janeiro de 1890, quando foi emancipada já era maior, mais rica e moderna que muitas velhas sedes municipais de Sergipe, incluindo a cidade-mãe do novo município: Itabaiana.

Este livro é uma obra freipaulistana para o mundo; porém sem perder a centralidade. Ao abordar os troncos familiares, da marcha dos capuchos nas matas de Itabaiana vamos encontrar o judeu Godechaux Ettinger, também vereador (conselheiro) na Câmara Municipal de Itabaiana, evidenciando o caráter estratégico da emigração estrangeira do Segundo Reinado; mas também famílias antigas, dos tempos das sesmarias. Assim como as vítimas das crises do açúcar e principalmente da grande seca de 1869-1878, que foram às matas recomçar, num grandioso ato de resiliência. Um novo mundo.

Está de parabéns Frei Paulo; está de parabéns a historiografia sergipana por mais esse excelente contributo à nossa identidade sergipana.

José de Almeida Bispo
Pesquisador e Historiador,
ocupante da cadeira 27 da Academia Itabaianense de Letras.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
PREFÁCIO	11
CAPÍTULO I	15
Colonização De Sergipe E Povoamento De Itabaiana.....	15
CAPÍTULO II	21
Da Ocupação Das matas De Itabaiana	21
O Indígena Nas matas De Itabaiana	44
O Escravo Negro Nas matas De Itabaiana.....	55
A Presença Dos Capuchinhos Nas matas De Itabaiana	61
Álbum Fragmentado De Memórias Genealógicas	87
CAPÍTULO III	139
O Algodão E O Milho.....	139
Comércio, Indústria, Feira Livre E A Fundação Do povoado São Paulo	148
Desenvolvimento Da Zona Urbana E Suburbana	154
Desenvolvimento Da Estrutura Administrativa E De Serviços	163
CAPÍTULO IV	173
Emancipação Política E Administrativa	173
Representantes Na Assembleia Legislativa, Câmara Dos Deputados E Governo Do estado	202
Pessoal Da Justiça E Polícia.....	203
CAPÍTULO V	215
Religião	215
Católica Apostólica Romana	216
Filhos De Frei Paulo Que Adotaram O Celibato	223
Evangélicos E Protestantes	226
Doutrina Espírita Kardecista	227
Outras Manifestações Religiosas	230
Seita Dos Caipiras	232
CAPÍTULO VI	243
Educação	243

CAPÍTULO VII	259
Cultura.....	259
Elementos Étnicos E Folclore	259
Literatura	262
Expressões Artísticas E Festividades	264
A Fotografia Como Fonte De Preservação Da História	269
Artesanato E Culinária	270
Esporte	270
Imprensa E Outros Meios De Comunicação	271
Casas E Casarões.....	274
Música	275
CAPÍTULO VIII.....	282
Fatos Diversos	282
Covid-19	282
A Presença De Lampião	284
A Seca Da Década De 80 Do Século XX.....	287
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	290
MEMORIAL GILZA MARIA DE MATOS DANTAS	294
LISTA DE FIGURAS	292
TABELAS	295
BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS	296

CAPÍTULO I

COLONIZAÇÃO DE SERGIPE E POVOAMENTO DE ITABAIANA

Fazendo uma digressão sobre a colonização de Sergipe e o povoamento de Itabaiana, teremos uma noção mais exata do surgimento do município de Frei Paulo e da sua importância para o fortalecimento da economia de Sergipe, antes da sua fundação propriamente dita.

“Sabe-se que o descobrimento do Brasil se deu a partir da designação de uma esquadra de treze embarcações que partiu da foz do Tejo, aos 9 de março de 1500, armadas algumas por negociantes particulares, mas todas capitaneadas por Pedro Álvares Cabral. Assim, a 22 de abril avistaram a terra desconhecida, destacando-se o monte a que denominaram de Paschoal, e, acreditando ser aquela terra uma ilha, denominou de Ilha da Vera Cruz. Consta também, que o aspecto e novidade das cores das grandes araras enviadas a Lisboa por Cabral, fez com que alguns denominassem a terra descoberta com o nome de Terra dos Papagaios” (VARNHAGEN, 1877, p. 76).

“Quando Gaspar de Lemos comandou, em 1501, a primeira expedição enviada pela Coroa Portuguesa ao Brasil, seguindo para o sul, com o calendário na mão, foi batizando as diferentes paragens da costa, de modo que a 04 de outubro de 1501 denominou o rio São Francisco” (VARNHAGEN, 1877, p.82).

Consta que foi relatado pelo piloto Américo Vespúcio, que as três naus que compunham a expedição tiveram dificuldades em desembarcar no rio São Francisco, encontrando mais ao sul condições de ancorar, o que se acredita que tenha acontecido no estuário do rio Vaza-Barris, local onde predominava a presença dos índios Tupinambás e Caetés.

Posteriormente, em 03 de dezembro 1530, partiu a expedição de Martim Afonso de Souza, para explorar o litoral brasileiro e expulsar os corsários franceses da costa do Brasil.

“Em 1534, com a divisão do Brasil em 15 Capitanias Hereditárias, os Sertões do Rio Real foram integrados à Capitania da Bahia de Todos os Santos, sendo que, a 26 de agosto de 1534 foi passado o foral com a doação de cinquenta léguas de terra para Francisco Pereira Coutinho, a qual se estendia da barra do rio São Francisco à ponta da Bahia de Todos os Santos, compreendendo o território de Sergipe” (FREIRE, 1977, p. 67).

Sem impulsionar a colonização em razão da falta de recursos, após a morte de Francisco Pereira Coutinho, seu filho Manuel Pereira Coutinho passou a posse das cinquenta léguas para a Coroa, a qual deixou o território de Sergipe D’El Rei entregue aos indígenas, estando estes, por sua vez, sujeitos à ambição dos franceses que trocavam o algodão, pimenta da terra e pau-brasil por objetos de pouco valor, a exemplo de pentes, espelhos, facas e outros objetos, o que, por sua vez, incomodava os portugueses.

“A aversão dos portugueses pelos índios foi fortalecida pelo fato ocorrido em 16 de junho de 1556, quando D. Pedro Fernandes Sardinha acompanhado de outros eclesiásticos e funcionários da Coroa e várias famílias naufragaram à foz do Cururipe e foram devorados pelos Caetés que povoavam aquela região” (ALMEIDA, 1951-1954, p.168).

O tráfico do pau-brasil com os franceses que era muito forte nas terras compreendidas entre a Baía de Todos os Santos e Pernambuco impulsionou o governador da província da Bahia Luiz de Brito, responsável pela colonização da região a enviar em 1575 o padre Gaspar Lourenço,

seu companheiro João Salônio e mais vinte neófitos da aldeia de Santo Antônio, acompanhados por uma companhia de vinte soldados, sob o comando de um capitão, a fim de estabelecerem povoação em Sergipe para civilizar e catequizar os índios (FREIRE, 1977, p. 69/70).

Porém, a finalidade real era impedir que os franceses continuassem o contato comercial com os índios e conquistar suas terras.

A carta do padre Inácio de Toloza ao Padre geral, escrita em 07 de setembro de 1575, relata detalhadamente como aconteceu a recepção ao padre Gaspar Lourenço e sua comitiva, destacando-se que os índios de mais de trinta aldeias acorreram aos padres para pedir paz. Registre-se que os padres contaram com a colaboração e apoio das maiores lideranças da história de Sergipe: os caciques Aperipê, Suruby e Serigy (FREIRE, 1977, p. 70).

O padre Gaspar Lourenço e João Salônio ergueram nas proximidades do rio Piauí uma capela e uma escola, local onde posteriormente foi fundado o povoado São Tomé, que depois passou a ser chamada de vila de Santa Luzia do Itanhý.

A confiança que os índios nutriam pelo padre Gaspar Lourenço e a tendência daqueles indígenas em cristianizar-se foi colocado em segundo plano, pois que, em 1586, o governador Luiz de Brito ordenou a conquista do território sergipano, o que aconteceu à custa da devastação das habitações indígenas, da morte de muitos brancos e nativos. “Brito obtém vitória na luta, em que morre Surubi, sendo presos Serigi, Apéripê e mais mil e duzentos índios enclausurados na Igreja de S. Tomé e depois conduzidos para a Bahia, onde todos morrem” (FREIRE, 1977, p. 77).

Segundo Varnhagen (1877, p. 377), após a morte de Suruby, assume o comando o cacique Serigy (Mbapeva ou Baepéba), a quem se aliam os caciques Aperipê, Siriri, Pacatuba e Japarutuba e milhares de índios, ou seja, Serigy e Aperipê não morreram no primeiro ataque e passam a resistir aos ataques dos portugueses, quando, nos últimos dias de 1589 se inicia uma batalha que dura até o primeiro dia de 1590, na qual, mataram uns mil e seiscentos, sendo levado mais de 4.000 índios para a prisão na Bahia junto com o cacique Serigy, que veio a morrer em decorrência de uma greve de fome, enquanto muitos fugiram para os sertões.

“A Baepéba ou Demônio Novo, chamava-o de Serigi quem lhe desconhecia o nome, que o distinguia de Aperipê, o Demônio Velho, terror do colono luso, que lhe pagou caro, em Itabaiana, na serra dos Três Picos ou do Sobrado, o assassínio covarde, na Itaporanga Velha, do bravo, mas confiante chefe Surubi” (SEBRÃO, SOBRINHO, 2005, p.21).

“Desassombrado assim todo o districto de inimigos, passou Christovam de Barros a cuidar no melhor modo de o assegurar e povoar. Junto á foz do próprio rio de Sergipe, actual Cotindiba, sôbre o isthmo que perto de mar fôrma ahi o desague do Poxim, levantou um forte, que ainda annos depois era reconhecido com o nome de forte velho, e junto a elle fundou um verdadeiro arraial, a que ja deu o nome de cidade. De modo que da “fortaleza e cidade de S. Christovam do rio de Sergipe” datou várias Sesmarias, começando pela, antes doação, que, em 9 de abril (de 1590), fez a seu filho Antônio Cardozo de Barros (para não dizer a si proprio) “de todas as terras desde o mesmo rio até o de S. Francisco”. E, depois de haver distribuido outras terras, deixando ahi por capitão a Thomé da Rocha, dos que o ajudaram na empresa, e incumbindo a Rodrigo Martins de perseguir o gentio, que se havia escapado para a banda do norte do mesmo rio de S. Francisco, se recolheu á Bahia” (VARNHAGEN, 1877, p. 378).

Almeida (1868, p.15) esclarece que em 1589,

Dominavam o paiz os índios Tupinambás e Tabajaras representados por cinco Morabixabas ou Principaes como eram tratados e reconhecidos pelo governo, chamados Serigy, ou Sergipe, Siriri, Moribeca, Japarutuba, Pindahyba

e Jucatúba, de que era o primeiro o mais notável. Em 1589, pouco mais ou menos, Christovão de Barros, governador interino da Bahia por ordem Régia, e a reclamo dos habitantes das margens dos rios Real e Itapicuru, empreendendo essa conquista, e realizou-a, não sem grande resistência dos indígenas, sobre tudo do principal Serigy ou Sergipe, que sucumbindo na luta com seu irmão Siriri, legou seu nome à terra que com tanto denodo defendêra. Os outros principaes submeterão-se ao vencedor, distinguindo-se em primeiro lugar Japarutaba, com quem Christovão de Barros firmou logo pazes.

Salvador (1627, p. 96), por sua vez, explica o sentimento que movia Cristovão de Barros na guerra pela colonização de Sergipe,

Muito estimou Cristovão de Barros entrar no governo do Brasil para poder ir vingar assim a traição, que o gentio de Sergipe fez aos homens da Bahia, de que tratamos no capítulo dezoito deste livro, como a morte de seu pai Antônio Cardoso de Barros, que ali mataram, e comeram, indo para o reino com o primeiro bispo desta Bahia, como tenho contado no capítulo terceiro do terceiro livro, e assim apelidou por isso muitos homens desta terra, e alguns de Pernambuco, e uns e outros o acompanharam com muita vontade, porque sendo guerra tão justa, dada com licença de el-rei, esperaram trazer muitos escravos.

“Importante frisar que a batalha final pela conquista do território de Sergipe aconteceu a partir do povoado Oiteiros chegando até a serra do Pico, que fica nos limites dos municípios de Itabaiana, Macambira e Frei Paulo” (BISPO, 2013, p. 60).

Sobre a localização exata do final da batalha, embora não tenha localizado muitas referências, a Carta de Sesmaria de Bras Dabreo datada de 15 de maio de 1623 indica que a guerra chegou até Itabaiana nos três picos (FREIRE, 1977, p. 409),

Diz bras dabreo que elle vejo sendo governador cristovão de baros ajudar a tomar este sergipe com suas armas e quavalo e escravos a sua custa em serviso de sua magestade e sempre ho acompanhoulhe em todos os rebates sempre esteve prestes domde resebeo muitas frechadas he pelouradas por estarem francezes hem companhia do dito gentio e lhe ensinavão ho artifisio do fogo por terem muitas espingardas que lhe fiquarão de sendo he sinquoentr omes que tinham mortos avia tres anos na tabajana nos tres piquos [...] (grifó nosso)

A guerra, que teve início em 23 de dezembro de 1589 sob o comando de Cristovão de Barros, foi financiada pela Corte Portuguesa e a contribuição dos fazendeiros, em especial por Garcia de Sousa D'Ávila que cedeu a Casa da Torre para a base da guerra. Ao final, Cristovão de Barros sagra-se vencedor sobre os nativos e dá início a colonização das terras sergipanas através da criação de gado e o plantio de cana-de-açúcar.

Merece destacar aqui a genealogia de Garcia de Sousa D'Ávila, filho de Tomé de Sousa, porque vem a ser o tataravô de Garcia D'Ávila Pereira, filho de Francisco Dias D'Ávila e Leonor Pereira Marinho, um dos primeiros sesmeiros das terras que compreende o território de Frei Paulo.

Pelo lado paterno, Garcia D'Ávila Pereira é pentaneto (quinto neto) de Caramuru e Paraguaçu, porque sua mãe, Isabel, filha de Garcia de Sousa D'Ávila, casou-se com Diogo Dias, sendo este neto de Diogo Álvares Correia (Caramuru) e Catarina Álvares Caramuru (Paraguaçu).

Caramuru e Paraguaçu são os avós de Maria Correia, que se casou com Ayres da Rocha Peixoto, sendo este o primeiro a receber uma sesmaria compreendendo as terras de Itabaiana, em razão da sua participação na batalha pela conquista do território sergipano.

“Ayres da Rocha Peixoto não conseguiu levar adiante a colonização e, em 1599, era doada uma sesmária menor, por sobre a anterior, a Simão Dias Fontes. Essa sesmária teve lugar na região do Jacaracica, que depois deixou o nome apenas no rio e passou a ser designada de Cova da Onça”(BISPO, 2013, p. 61).

Segundo Franco (1999, p. 208), citado por Bispo (2013, p. 61) entre 1599 e 1623, foram doadas 18 sesmarias dentro do território do município original de Itabaiana.

Analisando as sesmarias que compreende o território de Itabaiana, também chamada de Itapuama, Itanhama e Tabaiana (Tabajana), vamos nos ater aquelas que abrangem as matas de Itabaiana, fazendo antes, uma breve observação sobre a etimologia da palavra Itabaiana e sua colonização.

A serra de Itabaiana aparece no mapa *Universalis Cosmografia Secundo Prholemaei Traditionem et Americi Vespucii*, de 1507, com o nome de Santa Maria da Graça, estando localizada entre o rio de Perera e o rio de Cafa.

Segundo Souza (2010, p. 62), no Tratado Descritivo do Brasil de 1587, consta a denominação da serra de Itabaiana dada pelos índios,

[...] quem vem do mar em fora verá por cima deste rio um monte mais alto que os outros, da feição de um ovo, que está afastado da barra algumas seis léguas, pelo qual é a terra bem conhecida. A este monte chamam os índios Manhana, que quer dizer entre eles espia, por se ver de todas as partes de muito longe. E corre-se a costa deste rio ao de São Francisco nor-nordeste e su-sudoeste. (grifo nosso)



Figura 1 - Serra de Itabaiana vista da Imbira em Frei Paulo - 2019.

Pereira (1981, p. 258) tratando da toponímia sergipana se refere a “serra de Sta. Maria de Gracia” (serra de Santa Maria da Graça) destacando, [...] “Foi-lhe atribuído por quem a divisou ao largo, pois é a montanha mais notável de toda a região e apesar de situada a oito ou dez léguas da costa, avista-se de muito longe no mar: a serra de Itabaiana”.

De fato, a vista da serra de Itabaiana é privilegiada, uma vez que, do seu topo é possível visualizar algumas cidades, inclusive a capital Aracaju, e de diversos pontos do estado de Sergipe é possível vê-la em toda sua extensão.



Figura 2 - Cruzeiro da serra de Itabaiana - 2020



Figura 3 - Areia Branca e Aracaju, vistas da serra de Itabaiana – 2020.

Nas Cartas de Sesmarias e documentos históricos, o termo Itabaiana foi grafado de várias formas, destacando-se os seguintes vocábulos: Tabanhana, Tabaiana, Tabajana, Tabanhama, Tabanhanana/asu, Itabayana, Itabayanna, Tabayana Villa.

A importância das regiões de Sergipe Del Rey foram destacadas em 1612, frisando as “Campinas de Tabanha (Itabaiana) de infinito gado e as serras de Tabanha”, justificando assim, a edificação da Capela de Santo Antônio e o surgimento do arraial de Santo Antônio, próximo ao rio Jacarecica, isto no período compreendido entre 1620 e 1640 (MORENO, 1612, p. 92).



Figura 4 – Mapa de Sergipe

No período em que os holandeses estiveram no Brasil, Sergipe começou a ser mapeado, sendo o território da capitania de Sergipe Del Rey retratado pela primeira vez através do mapa intitulado *Praefectura de Ciriliët Sergipe del Rey cum Itapúama*, produzido por Georg Marcgraf, possivelmente entre 1638-1643, e organizado por Joan Blaeu em 1647, que se estende do rio Potipeba até o rio São Francisco, aparecendo a referência a Itabaiana como Itapuama (Barléu, 2005, p. 27).

Relata Barleu (2005, p. 238/239) que “a causa desta expedição foi porque, situada essa região entre a capitania da Bahia e as terras de domínio holandês, era vantajosa para a defesa das nossas fronteiras, abundava de gado e dava mais de uma esperança de minas”.

Nesse período, especificamente de 1637 a 1644, o Conde Maurício de Nassau confiou a missão de estabelecer o domínio holandês na capitania de Sergipe ao coronel Schkoppe, que, com seu companheiro João Gysselingh, e uma tropa de 2.300 soldados, 400 índios e 250 marinheiros, empreendeu o intento. Por sua vez, o espanhol Conde de Bagnoulo estava no comando das tropas portuguesas, com cerca de 2.000 soldados (BARLEU, 2005, p. 86).

Ao se ver subjugado, “Bagnoulo, em uma incandescência de ódio e rancor, no intuito do inimigo nada encontrar na nascente capitania, entrega tudo à destruição de seus soldados, desaparecendo uma pequena riqueza, acumulada em quarenta e sete anos de colonização. [...] Depois de apagarem os holandeses todo o vestígio de vida que ainda restava na capitania, e destruírem a pequena riqueza que uma colonização de quarenta e sete anos tinha acumulado [...] percorrem a zona de Itabaiana até Simão Dias e a serra da Miaba, verificando, pelo aspecto do terreno a probabilidade de riquezas naturais, que deveriam ser exploradas; testemunham as riquezas dos pastos de criação de gado, de onde tirariam o alimento para as províncias conquistadas” (FREIRE, 1977, p. 126).

Assim, somente em 1645 o território de Sergipe foi retomado pelos portugueses e reiniciado o processo de povoamento e recuperação da economia.

Em 1696 foi criada a comarca de Sergipe, separada da capitania da Bahia, surgindo as vilas de Itabaiana, Lagarto, Santa Luzia, vila Nova do São Francisco e Santo Amaro das Brotas.

Pela Portaria de 20 de outubro de 1697, a freguesia de Itabaiana foi elevada à categoria de vila, se organizando toda a estrutura administrativa, recebendo a denominação de vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, cujo território abrangia o médio e alto sertão sergipano e todo agreste e parte da região do Cotinguiba.



Figura 5 - Ruínas da Igreja velha em Itabaiana.



Figura 6 - Serra de Itabaiana vista das ruínas da Igreja velha

Voltando a toponímia de Itabaiana, o mapa *Province della Baía e di Sergipe* evidencia as embocaduras dos rios Real, Vaza-Barris e São Francisco, grafando-se Tapeiana a região de Itabaiana.

Na Carta Corográfica para a divisão das *Comarcas, Termos e municípios da província de Sergipe Del Rey* de João Bloem, de 1844, mais uma vez, traz o destaque para a serra de Itabaiana, a serra da Miaba e a serra da Cajaíba.

No mapa da província de Sergipe também são destacadas a serra de Itabaiana, serra da Miaba e a serra da Cajaíba, bem como, são identificados os campos de criação de gado, e os núcleos populacionais que surgiam nas matas de Itabaiana, e que mais tarde, notadamente no ano de 1883, aparece no *Mapa Geral dos Estudos da Estrada de Ferro da província de Sergipe*, como sendo os povoados Pedra Mole, Macambira e Frei Paulo (São Paulo à época).

O destaque dado pelos cartógrafos vem demonstrar a importância do território de Itabaiana desde a época do descobrimento do Brasil, o que se observa nas diversas referências da cartografia analisada. Notadamente, desde a citação da serra de Santa Maria das Graças, como sendo o monte mais notável da região compreendida entre o rio São Francisco e o Porto Real. Depois, aos poucos, vai se delineando o perfil de Itabaiana como sendo um território de infinito campo de criação de gado e, posteriormente, como o maior produtor de algodão da comarca de Sergipe.

Segundo Bezerra (2017, p.17) “o povoamento de Sergipe tanto se liga ao ciclo do couro, dentro do programa que traçaram os Garcia d’Ávila, Guedes de Brito e seus continuadores, como à penetração e desbravamento de terras que deveriam abrigar imensas riquezas de subsolo”.

Pinto (1896, p.202) descreve Itabaiana no Dicionário Geográfico do Brasil,

cidade e município do estado de Sergipe, nas proximidades da serra e na com. ambas do mesmo nome a 46 k, 200 da cidade de Larangeiras, ligada a Lagarto por uma estrada. É um dos maiores celeiros do estado. Em seus territórios planta-se canna, algodão, cereaes e mesmo café, que é pouco cultivado. Criação de gado, principalmente no sertão.

Da análise da Cartografia e Documentos Históricos se constata a importância de Itabaiana para o desenvolvimento de Sergipe. Da mesma forma, percebe-se que a etimologia do nome Itabaiana começa da Serra que vem indicar a região que vai encontrar seus limites no sertão de Jeremoabo.

Carvalho (2009, p. 20), explica,

O nome de Itabaiana, fruto assim da presença da Serra, não surgiu como denominação de uma localidade em si, mas de toda a enorme região, porque na visão dos primeiros colonos tudo ali, serra e cercanias, até que outro nome fosse dado, se chamava Itabaiana, nome que a região foi dada pelo indígena, adotando o colono a toponímia encontrada.

Do que foi visto, percebe-se que a denominação Itabaiana tem sua origem no vocábulo Manhã nome dado pelos índios a Serra, e que se aplicou pelo colono a toda a região.

CAPÍTULO II

DA OCUPAÇÃO DAS MATAS DE ITABAIANA

Aprendemos que a denominação Frei Paulo é uma homenagem ao frei Paulo Antônio Damele de Casanova di Rovegno. Aprendemos também, que em uma das missões pelo agreste de Itabaiana, isso por volta de 1860, os freis Paulo de Casanova e David de Umbértide foram convidados por José Alves Teixeira e Brás Vieira Matos, proprietários de terras em Chã do Jenipapo, para conhecer o lugar e celebrar a primeira missa. Ao decorrer do tempo e encerrar sua missão frei Paulo de Casanova disse “Aqui é um ótimo local para formar-se uma bela cidade, quando retornar daremos início a obra”.

Também aprendemos que retornaram em 1868, providenciaram madeira e ergueram a Capela de São Paulo, e que, aqui, encontraram os índios comandados por Imbiracema.

Segundo o contexto popular, foi assim que a localidade matas de Itabaiana passou a Chã do Jenipapo, São Paulo e atualmente Frei Paulo.

No site da Câmara de Vereadores do município de Frei Paulo (2020), consta o relatório sobre sua história nos seguintes termos:

Terras descobertas por volta de 1868 por missionários capuchinhos, entre eles frades Davi de Umbértide e Paulo Antônio Casanova. Este último deu o nome ao município. Mas essa história começa muito antes. Quando os capuchinhos chegaram encontraram os índios comandados por Imbiracema. O lugar era conhecido como as ‘matas de Itabaiana’, uma região propícia para o cultivo do algodão e a criação de gado. Além de índios, muitos ‘brancos’ da crescente vila de Itabaiana iam para lá. Por causa dos jenipapais, o lugar era conhecido como Chã de Jenipapo. Em Itabaiana, os frades Paulo Casanova e Davi de Umbértide foram convidados por José Alves Teixeira e Brás Vieira de Matos, proprietários de terras em Chã de Jenipapo, para conhecer o lugar. Foram e ficaram. Providenciaram madeira e ergueram a capela de São Paulo. Naquela data comemorava-se o dia do apóstolo Paulo de Damasco. Também colaboraram para a formação do povoado Antônio Teixeira, Lourenço da Rocha Travassos e Tomaz de Aquino e Silva. O povoamento de Chã de Jenipapo passava a ser conhecido como aldeia de São Paulo. Em 29 de abril de 1886, o presidente da província de Sergipe, Manoel de Araújo Góes, transforma a povoação em freguesia de São Paulo. O capitão João Tavares da Mota foi um dos maiores responsáveis pelas edificações do povoado. Nesse período, também fixa residência na região um judeu francês Goottchaux Ettinger, que montou a mais importante indústria descaroçadora de algodão. Em 1890, com a chegada da República, o governador do estado, Felisbelo Freire, atendendo a pedido do capitão Antônio Cornélio da Fonseca, transforma a freguesia em vila de São Paulo de Itabaiana. Em 23 de outubro de 1920, por forte influência de um dos filhos mais ilustres de São Paulo, o engenheiro Gentil Tavares da Mota, a vila muda para cidade. Em 2 de março de 1938, por causa da repetição de nomes, São Paulo do sertão sergipano ganha o nome de Frei Paulo, homenagem ao seu fundador. Por algum tempo, os que nasciam lá eram chamados de paulistanos. Depois da mudança de nome para Frei Paulo, surgem os apelidos de ‘São Paulo moleque’ e ‘São Paulo calça curta’, mas oficialmente os nativos passam a se chamar frei-paulistanos.

CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO

Em 1938 assume o primeiro prefeito de Frei Paulo, Napoleão Emygdio da Costa. Mas antes disso, o município ficou de 1893 a 1935 sob o comando de 18 interventores. O primeiro prefeito eleito foi Izauro Soares. A eleição aconteceu em 1947. Frei Paulo chegou a ter três grandes jornais: O Paulistano, O Binóculo e Ação Jovem. Os dois primeiros foram fundados pelo jornalista Josias Ferreira Nunes. Os jornais divulgavam as notícias da cidade e eram também um grande instrumento literário. O município ainda teve um núcleo jornalístico, uma espécie de associação de defesa dos jornais. Em 25 de abril de 1918, Josias Ferreira Nunes fundou o Clube Literário Sílvio Romero. Ele foi cenário para grandes debates culturais e recitais de poetas como Issac Ettinger, Tica Borges e Ariston Cerqueira. Outro ponto importante é a formação da banda de música do município. Em 1876 nascia a Lira Sagrado Coração de Jesus. Em 1909, aparece a Lira Nossa Senhora da Conceição. As duas rivais travam grandes batalhas musicais. Em 1923, elas se unem e surge a União Lira Paulistana, que existe até hoje e tem o comando do maestro João Alves de Oliveira, o João de Santa, uma lenda viva da história de Frei Paulo. O município tem ainda o Paulistano Futebol Clube, fundado em março de 1923, que chegou a ser campeão amador estadual em 1978. Frei Paulo possuiu três cinemas: Elite, São Luiz e Continental. Quem foi o fundador do município? O nome de batismo era Estevão. Nasceu em 1º de dezembro de 1813 em Gênova, Itália. Foi ordenado sacerdote em 1837 e ganhou o nome de frei Paulo Antônio Damele de Casanova di Rovigno. Em abril de 1844, parte para o Brasil. Veio direto para a província do Espírito Santo. Foi ele quem construiu a matriz de Itapemirim. Em 1855 ele chega às terras sergipanas. Frei Paulo ajudou a levantar as igrejas em Cristinápolis, Pacatuba e Porto da Folha, e ergueu a Santa Casa em Laranjeiras. Em 1872 ele foi nomeado para ser o superior dos capuchinhos em Salvador, na Bahia. Em 30 de janeiro de 1891, Frei Paulo morreu no bairro da Piedade, em Salvador. Além dele, merecem destaques na história de Frei Paulo o frei Francisco Freire de Menezes, o padre José Antônio Leal Madeira, o padre Luiz Gonzaga, o frei José de Monsano, o frei Boaventura M. de Itabaiana, o padre João Lima Feitosa, entre outros.

Por sua vez, no *Almanak Laemmert* (1910, p. 1665) consta o seguinte:

Pelos anos de 1865, mais ou menos, o capuchinho Frei Paulo de Casas Novas, andando em missões n'este estado, então província, dirigiu-se de Itabaiana e deparando com o planalto onde está a villa, tratou de edificar uma capellinha, tendo como auxiliares os capitães Braz Vieira de Mattos, José Alves Teixeira e Antônio Telles de Goes. Edificada a capella, esteve ella por alguns tempos isolada, mas depois começaram os moradores de zona a construir edificações, até que constituiu-se um arraial. Já existindo ao pé de 150 casas, foi elevada à categoria de Freguezia, desmembrada de Itabaiana, por Resolução Provincial, firmado pelo então Presidente da província dr. Manoel de Araújo Goes, em 29 de abril de 1886. Assim permaneceu, tendo como parochio o padre Felismino da Costa Fontes, até que proclamada a República foi elevada a Villa por Decreto nº 11 de 25 de janeiro de 1890, firmado pelo então presidente dr. Felisbello F. de O. Freire. Então foi creado município e foro, separados de Itabaiana a cujo município pertencia. Actualmente conta cerca de trezentas casas. Dista 25 kilometros da cidade de Itabaiana. Cultiva-se algodão e milho em grande quantidade e cria-se gado solto nos terrenos de lavar e nas fazendas.

Assim, é preciso olhar para a colonização de Sergipe, e mais de perto para a colonização de Itabaiana, para aprofundarmos o conhecimento da formação do município de Frei Paulo.

Sobre o início do processo de colonização da região correspondente às matas de Itabaiana, Prado Sampaio destaca que,

No princípio do século XVI o território banhado pelas bacias dos rios Real, Piahy, Vasa-barris e Cotinguiba, junto ao litoral achava-se doado, e nelle iniciado o serviço agrícola. É então que o povoamento dirige-se para o occidente, em demanda das matas de Itabaiana e Simão Dias, chegando até às imediações de Jeremoabo, como se vê, além de outras, pela sesmaria concedida ao desembargador Christovam de Burgos e outros, compreendendo trinta leguas de terra em direção aos desvãos do oeste. Comprovadora da nossa expansão territorial e resultante d'ella lêmos em Marcos de Souza, ao determinar os limites de Sergipe, que o seu território se dilatava das costas do mar até Massacará, matas de Simão Dias e riacho Xingó, que desagua no S. Francisco, cincoenta e oito léguas acima de sua foz, perto da cachoeira de Paulo Affonso (PRADO SAMPAIO, 1919, p. 261).

Vale destacar, no texto acima, a possibilidade de ter ocorrido um erro de digitação no texto de Prado Sampaio, pois deveria constar “no princípio do Século XVII” em vez de “no princípio do Século XVI”.

Inicialmente a colonização foi definida na extensão do litoral, contudo, ao oeste, não havia a definição em relação aos limites, o que deu causa ao litígio que perdurou durante décadas.

Em 1590, quando se iniciou o processo de colonização, foram doadas a Christovão de Barros as terras de Sergipe, até o limite do rio São Francisco, na extensão de 32 milhas no litoral. Com isso, inexistia dúvida quanto aos limites da província de Sergipe ao norte e sul. Porém, ao oeste, até o ano de 1637 não se podia saber ao certo qual o limite da província de Sergipe, tendo a colonização se dirigido para o ocidente, nas terras que hoje se chamam matas de Itabaiana e matas de Simão Dias (FREIRE, 1977, p. 322).

Segundo o historiador Vladimir de Carvalho (1973, p. 29),

Em 1757 o arraial de Santo Antônio já era denominado de Igreja Velha, conforme as informações do Padre Francisco da Silva Lobo. Os limites de Itabaiana, por outro lado, já tinham sido demarcados pelos seus camaristas, também em 1757. Por eles se vê que a região itabaianense era realmente ‘enormíssima e vastíssima’, indo do rio Vaza-Barris à vila de Lagarto, do rio Sergipe à vila de Santo Amaro confinando com o sertão de Jeremoabo. Assim, é que foram desbravadas e povoadas as terras de Itabaiana, através de doações.

Com a definição dos limites do arraial de Santo Antônio (Itabaiana) e a publicação de documentos históricos, vai se constatando o rumo que a colonização foi tomando e as regiões mais habitadas.

Lima Junior (1914, p. 140) vem pontuar as regiões habitadas no começo do século XIX,

No princípio do século 19º, já estava bastante povoada a zona compreendida entre os rios Sergipe e Vasa-Barris, com núcleos de população até a frola da serra de Itabayana e em toda sua cordilheira desde serra Comprida até a serra Redonda, povoadas e cultivadas as terras das Flexas, Pé do Veado, Moita, Malhada Vermelha, Quizongo, Campo do Brito, Garangao, rios Sergipe, Jacaracica, Salgado, Jacoca e Vasa-Barris, etc., com fazendas de criação de gado até os sertões de São Matheus, Contendas e os limites com Geremoado, Boa Vista até encontrar Porto da Folha, e de serras abaixo prosperava a lavoura de canna, contando-se 14 engenhos de assucar, que embarcavam anualmente 20 caixas (12.000 arrobas) no porto de Sant’Anna.

A notícia de Lobo (1757, p. 227) indica com precisão os dados sobre a freguesia de Santo Antônio e Almas da vila da Itabaiana (LOBO, 1757, p. 227), constando que,

[...] tem esta freguezia quatro rios seccos, e dous mayores, e dous menores. Os mayores, se chamão Vazabarris, e Rio Sergipe, em cujas distancias medeiam onze legoas. Os menores se chamão Jacoca e Pacaracica; Jacoca faz barra no Vazabarris, e Pacaracica no rio de Sergipe, além de outro rio pequeno chamado Salgado, que fica da parte do norte para o sertão, também secco porem todos são imundosos do inverno e trovoadas, por impedirem a passagem nos ditos tempos, e nenhum é navegável no termo desta freguesia [...].

[...] Da parte do norte tem os lugares chamados Pião, Cuité, Salgado, Baquiteré e Cayendas, que distão da Freguezia, três, quatro, seis, sete e oito legoas; e da parte do sul tem os lugares tãobem povoados chamados Mocambo, Cajaiba, Garangao, e Tapera da Tavora, que distão da Matriz quatro e cinco legoas. Da parte do nascente tem os povoados chamados Igreja Velha, que dista da Matriz húa legoa, e rio de Sergipe, que também dista da Matriz seis legoas e da parte do poente tem os lugares chamados Campo do Britto, que dista da Matriz duas legoas, e Vazabarris que dista cinco legoas [...].

Decorridos 209 anos desde o início da colonização, as observações dirigidas à rainha, em 1799, davam conta da precariedade das povoações, e do pouco número de habitantes nas cinco vilas existentes na comarca de Sergipe (PAÇOS, 1914, p. 279).

Da mesma forma, em 1808, o bispo D. Marcos Antônio de Souza (2005, p. 59) traça a situação da capitania de Sergipe e no Capítulo V dispõe sobre a vila de Itabaiana,

Na vila quase deserta e seu termo se contam novecentos e noventa e nove habitantes, entrando pessoas de todas as classes. Estes são os mais pobres de toda a Comarca e apesar de haver quatorze engenhos de açúcar, que embarcam suas duzentas caixas no porto de S. Ana e um deles no de Itaporanga, contudo são muito diminutos os seus produtos. Criam pouca porção de gado, que não chega para a sustentação dos habitantes, e da mesma forma a mandioca e legumes que plantam.

É alimento quase comum a carne de ovelhas, à qual se atribui certa virtude prolífica. É certo que as mulheres têm uma natural fecundidade; costumam parir vinte e vinte e cinco filhos. São muito inclinados ao toro conjugal, mas a pobreza é um grande obstáculo à criação dos filhos.

Se contrapondo a essa informação, Clodomir Silva faz uma análise das informações prestadas pelo bispo, e informa que em 1775 a população da vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana estava estimada em 230 fogos¹ e 1.013 habitantes. Clodomir Silva conclui ainda que em 1808, dos 72.236 habitantes da capitania, a vila de Itabaiana contava com 6.364 (SILVA, 2019, p. 42-43).

Para melhor compreensão da localização e do início da povoação das matas de Itabaiana, buscamos a informação de Felisbello Freire, constatando que o território de Sergipe, no século XVII, estava limitado ao norte pelo rio São Francisco, que separa esta província de Alagoas; ao sul pelo rio Real, que a separa da Bahia; a leste pelo oceano Atlântico e a oeste por uma linha imaginária, que partindo do riacho Xingó, afluente do São Francisco, vai às nascentes do rio Real e a separa da Bahia (FREIRE, 1977, p. 314).

Lima Junior (2015, p. 52) se contrapõe ao parecer do Dr. Braz do Amaral sobre os limites de Sergipe quando diz que as divisas de Sergipe se achavam já bem definidas, explicando que “a de Itabayana, ‘dizendo confinar com terras do sertão de Geremoabo, e para esta parte correr um pequeno riacho a que chamam Jacóca, que termina seu curso no Vasa-barris’, é um disparate

¹ Fogos é o conceito que se dava no século XVIII a domicílio, alojamento ou casa.

e uma infantilidade; 1º porque o Jacóca referido não corre para a parte de Geremoabo, mas, correndo para onde realmente corre, quer dizer somente que este riacho tem todo o seu curso dentro do território de Itabaiana. E assim é”.

Ainda sobre a região das matas de Itabaiana, Bispo (2013, p.120) fala que, “As matas de Itabaiana era uma região a oeste formando uma linha com a serra que ali se encontra da serra da Miaba até a serra do Machado pelo rio Jacoca, até sua nascente a oeste das serras Pretas, atual município de Frei Paulo”.

Para identificar as sesmarias que compreendem o território das matas de Itabaiana, observamos também os seguintes aspectos:

1 – A região identificada como Itabaiana compreendia os municípios de Malhador, parte do de Riachuelo, Moita Bonita, Ribeirópolis, Frei Paulo, Carira, Nossa Senhora de Aparecida, São Miguel do Aleixo, Pinhão, Pedra Mole, Macambira, São Domingos, Campo do Brito, entre outros, muitos dos quais se escondiam nas matas de Itabaiana (CARVALHO, 2009, p. 85).

Segundo notícia do Padre Francisco Lobo (1757, p. 227) sobre a Matriz de Santo Antônio e Almas da vila de Itabaiana,

Da parte do norte tem os lugares chamados Pião, Cuité, Salgado, Baquiteré e Cayendas [...] e da parte do sul tem os lugares tãoobem povoados chamados Mocambo, Cajaiba, Garangao, e Tapera da Tavora [...]. Da parte do nascente tem os povoados chamados Igreja Velha [...] e rio de Sergipe [...] da parte do poente tem os lugares chamados Campo do Brito, que dista da Matriz duas legoas, e Vazabarris que dista cinco legoas.

2 – As sesmarias tinham dimensões atribuídas em léguas e braças, que estavam definidas no Guia dos Caminhantes, indicando que uma légua no Brasil corresponde a 3.000 braças, e, uma braça tem 10 palmos² (SANTA ANNA, 1817).

3 – No território de Frei Paulo tem a nascente do rio Jacoca (afluente do rio Sergipe), que fica no lado norte, entre as Campinas e o Catuabo. O rio Salgado, também chamado por alguns de rio Jacoca, deságua no rio Vaza-Barris na altura do município de Macambira, tendo sua nascente a oeste da Serra Preta em Frei Paulo. O rio percorre todo o território do município, recebendo a confluência dos riachos Algodãozinho, Pias, Coité, Onça, Negros, Jacoca, Taquari e rio dos Laços.

Guaraná (1916, p. 297, 326) em seu glossário etimológico define,

Jacoca – Chamado também Salgado. Afluente do Vasabarris, serve de limite aos municípios de Itabaiana e Campo do Brito. Yá-cóca, fructa nutriente; ou por outra ---yú-á-coca: a roça de fructas de espinhos, isto é, de juás.

Taquary – Riachos, um no município do Arauá e outro confluente do Jacóca, em São Paulo.

Sobre os rios Jacoca, Bezerra (2017, p. 89) explica ainda que, “há dois outros rios homônimos: os dois Jacoca. Um, do norte, na bacia do Sergipe; outro, ao sul, na bacia do Vasa Barris”.

Efetivamente, com base nos mapas dos municípios e do estado de Sergipe, o rio Jacoca é aquele ao norte. No sul existe o rio Salgado que tem o riacho Jacoca como confluente, embora alguns historiadores tratem o rio Salgado como rio Jacoca ao chegar no município de Macambira.

4 – O rio Jacaracica nasce na fazenda Silvestre, ao pé da serra do Pinhão e tem sua foz no engenho Santana em Riachuelo, no rio Sergipe (SEBRÃO, SOBRINHO, 2003, p. 267).

5 – A vila de Itabaiana fazia limite com a vila de Jeremoabo.

² Atualmente, uma légua corresponde a seis quilômetros.

6 – Os limites da freguesia de São Paulo (atual Frei Paulo) foram delimitados pela Resolução de nº 1.323 de 29 de abril de 1886, conforme citado por Matos Neto.

Ao sul, partindo da serra da Macambira, estrada direita, conhecida por estrada da lagoa escura, ao encontrar com os limites de Jeremoabo, província da Bahia, da mesma serra para o norte rumo direito pela cordilheira da serra do pico e cágado em linha reta ao serrote da tiririca, serra do saco do ribeiro, daí à barra dos pilões e o caendo, ao embocar no rio Sergipe encontrar com os terrenos de N. S. das Dores e vila do Buraco, e dali ao encontrar os limites da província da Bahia (MATOS NETO, 1999, p. 56).

7 – No Código de Postura do município de Itabaiana de 1890 consta que o mesmo fica dividido com a vila de São Paulo pelo seguinte modo:

Principiará no rio Jacoca, onde chamam – Passagem do Germano – subindo pelo mesmo rio até encontrar a barra do Taquary; por este acima até as suas nascentes, na casa de Pedro Machado (ficando esta para Itabaiana), seguindo d'ahi pela estrada que vai para o sertão até a ladeira da Atalaia; logo adiante encontrará uma estrada que segue para Santa Cruz; por esta acima até o mesmo lugar – Santa Cruz – fazendas – Lajes, Conceição, Curralinho e Itacotiara até o Rio Sergipe, aquém da fazenda Angico, ficando o lado leste para Itabaiana e o lado oeste para S. Paulo; deixando-se de mencionar as demais divisões por se acharem divididos pelo rio Sergipe com o Curral de Pedras (O REPUBLICANO, Ano II, nº 124. Aracaju: 27 de abril de 1890, p. 1).

8 – O Código de Postura da vila de São Paulo organizado e aprovado em 01 de maio de 1890 e alterado em 08 de julho traz a divisão territorial do município em seu primeiro artigo. (O REPUBLICANO, Ano II, nº 138. Aracaju: 16 de maio de 1890, p. 2):

Art. 1. O município da Villa de São Paulo, divide-se com o município da cidade de Itabaiana do modo seguinte: ao sul partindo da passagem da Jacoca, conhecida por Germano, estrada acima, passando pela de ferro, fazenda do Goudhechaux Ettinger; pião a serra Solteira ao rio dos Negros onde já entra o riacho Cansação, nos limites do estado da Bahia; da mesma passagem para o norte rio Jacóca acima até a barra do rio Taquary, por este acima até a barra do riacho Moreira, por este acima, passando pela serra Redonda, até a ladeira da Atalaia, seguindo d'ahi pela estrada que vae para Maria-preta, Riachinho, Santa Cruz, d'ahi as fazendas das Lajes, Conceição e Barra, a encontra com o rio Sergipe, nos limites do município da Villa de Porto da Folha.

O art. 2º dispõe: Ficam reservados para plantação em aberto os terrenos compreendidos na seguinte divisão: Principiará no Boqueirão da Serra de Santa Cruz, rumo direito ao serrote de São Matheus, passando pela lagoa do Catuabo; d'ahi ao Campestre, e deste rumo direito á Pia do Gameleiro, à casa de José Gregório nas Pulgas; d'ahi rumo direito a Pedra Arrancada, passando pela baixa dos Macacos até a serra Solteira, onde encontra com o Termo de Itabaiana; d'ahi passando pelo Pião, fazenda de Ettinger, á casa de ferro, até a passagem do rio Jacoca, conhecida por Germano; por este acima à barra do Taquary, seguindo a barra do riacho Moreira e por este acima às suas nascentes por detraz da casa de Pedro Machado a sahir na estrada do sertão, passando pela serra Redonda até a ladeira da Atalaia; e d'ahi pela estrada que vae para Maria-preta, Riachinho e serra da Santa Cruz, onde principiou.

9 – De acordo com o que estabelece a Lei Estadual nº 544, de 06 de fevereiro de 1954, anexo nº 2, publicado em 14/2/54 D.O. que fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do município,

Frei Paulo limita-se: norte: com Nossa Senhora Aparecida e Ribeirópolis – começa no marco a leste da Fazendinha: daí em linha reta até um marco a leste

da fazenda Bate Querer; daí em linha reta até um marco a oeste da fazenda Atalaia; daí em linha reta até um marco a leste da fazenda José Emídio; daí em linha reta ao entroncamento do ramal de Ribeirópolis, na rodovia Itabaiana-Frei Paulo. Sul: Pedra Mole e Macambira – Do ponto mais alto da serra do Pico, em linha reta a confluência do riacho Taquari, com o riacho Jacoca, daí em linha reta ao marco ao S. de Queimadas. Leste: Itabaiana – Do marco no lugar Casa Lavrada, em linha reta ao ponto mais alto da serra do Cágado; daí ao ponto mais alto da serra do Pico; daí ao ponto mais alto da serra do Sobrado. Oeste: Pinhão – Começa em um marco ao sul de Queimadas; daí em linha reta ao marco no tanque Lagamar; daí em linha reta as nascentes do riacho Macaquinhos (MATOS NETO, 1999, p. 69).

10 – Nos assentos de batismos da Paróquia de São Paulo estão identificadas as localidades pertencentes à vila de São Paulo no início do século XX: Cacimba Nova, Gravatá, Manopla, Araris, Pulgas, Gameleiro, Oiteiro do Capim, Tiririca, Cipó do Leite, Mandacaru, Queimadas, Tanque Novo, Pias, Contendas, Taquari, Serrote de São Mateus, Maniçoba, Boa Vista, Cajarana, Itacotiara, Fazendinha, Mansinha, Boqueirão, São João, Batinga, Bury, Coité, Jenipapo, Salgado, Salgadinho, Antas, Marias Preta, Cruzes, Lagoa – Piá, Santa Cruz, Rosa Amélia, Caenda, Gruta Funda, Lagoa Comprida, Juá, Riachinho, Mocambo, Currallinho, Lagamar, Serra Preta, Onça, Campinas, Catuabo, Lagoa Nova, Alagadiço, Kágado, Espetos, dentre outros.

No século XVII os limites de Itabaiana iam até o rio Vaza-Barris, restando provado que a colonização de Sergipe tinha chegado até Jeremoabo.



Figura 7 - Passagem do rio Salgado, 2018.

Pelas informações anotadas, em meados do século XVII, já estavam povoadas as localidades Coité, Salgado e Batequerê (Baquiterê), e no início do século XVIII já estavam povoadas e com fazendas de criação de gado as localidades desde a Serra Redonda até os sertões de São Mateus, Contendas e os limites com Jeremoabo, além da região do rio Salgado e do riacho e rio Jacoca.

A primeira sesmaria contendo parte do território de Frei Paulo foi a grande sesmaria de trinta léguas reunidas concedida em 29 de novembro de 1669 pelo capitão mor Alexandre de Sousa Freire, ao desembargador Christóvão de Burgos, Pedro Garcia Pimentel, capitão Manuel de Couto Dessa, Jeronimo da Costa Taborda e Antônio Rodrigues, abrangendo a extensa zona compreendida entre os rios Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco até a serra Negra (Freire, 1977, p. 413,414).

A sesmaria abrange as localidades na divisa com o município de Carira, na altura de Quixadá, Pedra do Mocó, Alecrim, Pedra Arrancada e São João, conforme disposto no Mapa 43 (PRADO, 2015, anexo 43).



Figura 8 - Recorte do mapa 43

O Alvará de Doação de 25 de setembro de 1679 CONCEDEU ao capitão Gaspar Pereira de Magalhães, três léguas de comprimento e uma de largo ou 13.068 hectares ou 43.200 tarefas de terra sergipana, parte pelo rio Jacoca (confluente do rio Sergipe) até a serra Negra, correndo pelo rio de Sergipe até tocar em outras sesmarias (FRANCO, 1999, p. 229 e 239). Esse Alvará compreende a parte norte do território de Frei Paulo, que parte da nascente do rio Jacoca para a Fazendinha, e ainda as localidades Catuabo, Batequerê, Cachoeira e Riachão (norte).

Emmanuel Franco em seu livro *A Colonização da Capitania de Sergipe D'El Rei* e Felisbello Freire, em seu livro *História Territorial de Sergipe*, datam em 1679 o Alvará de Doação concedido a Gaspar Pereira.

Freire (1906, p. 426), ao tratar dos limites territoriais entre Sergipe e Bahia, diz que “pelo Vaza Barris, a colonização chegou muito cedo às suas cabeceiras. [...] Em 1619, o rio Jacoca, até a serra Negra, pelo capitão Gaspar Pereira Guimarães”.

O Alvará de Doação de 10 de março de 1695 CONCEDEU a Leonor Pereira Marinho e seu filho Garcia D'Ávila Pereira, A REGIÃO “situada na ponta da serra do Piauí que corta para o rio Jacarecica, correndo para o norte, entre o Vasabarris até topar uma e outra banda, com todas as águas, etc. Não há especificação da área doada” (FRANCO, 1999, p. 230).

Pela localização, é possível dizer que nela compreende a parte leste de Frei Paulo, especificamente, onde ficam situadas as fazendas Calumby³ e Rio dos Laços, dentre outras, indo em direção à divisa na serra dos Três Picos.

A colonização vai se expandindo para o ocidente e o rio Salgado continua sendo a referência para identificação das terras que compõem as matas de Itabaiana.

Através do alvará datado de 27 de novembro de 1711 foi concedida a Manoel Dias Bispo “a doação de uma légua de largo e três de comprimento ou 13.068 hectares ou 43.200 tarefas de terra sergipana, do rio Salgado do Vasabarris para cima até o fim das terras que foram do padre Pedro Garcia, onde chamam de Tabua pelo lado do sul entre os heróis Afonso Lopes, Antônio da Guerra e Antônio Cabral, com todas as águas, campos, pastos, matos e mais logradouros, salvo prejuízo de terceiro” (FRANCO, 1999, p. 239).

Analisando os alvarás de Antônio Guerra e Antônio Cabral, percebe-se que esse alvará compreende a região da nascente do rio Salgado até o sertão onde fica a serra do Capitão em Simão Dias.

Os alvarás concedidos a Manuel Alves da Silva indicam que desde o começo do século XVIII, a região onde está situado o povoado Mocambo e seus arredores continua em processo de colonização, e trazem a referência do rio Salgado e Jacoca.

Através do alvará de 25 de outubro de 1713 foi concedida a Manuel Alves da Silva, a Sesmaria de “uma légua de largo por três de comprimento. Em Sergipe d'El Rei, no sertão do Vaza Barris, começando no rio chamado Salgado, que faz barra no dito rio Vaza Barris por elle abaixo correndo para o nascente até o rio Jacoqua que também desagoa no dito rio Vaza Barris, e para o sertão até a serra do Coité, com todas as agoas, campos, mattos, pastos e mais logradouros uteis, salvo prejuízo de 3^o” (FREIRE, 1906, p. 307).

Em outubro e novembro de 1713, Manuel Alves da Silva recebeu dois Alvarás, com uma légua de largo por três de comprimento em cada, o que totaliza 86.400 tarefas⁴ de terra sergipana.

Os alvarás de Manuel Alves da Silva compreendem a região das localidades Lagamar, Antas, Mocambo, Rosa Amélia, Manuíno, Tombador, Salgado, Benfeita, Gravatá, Riachão (Sul), Queimadas e Junco cujas localidades se avizinham com o município de Pinhão e Pedra Mole.

3 A Fazenda Calumby pertencia em 1914 a Rosalvo Queiroz e Djanira Tavares, pais de Djenal Tavares de Queiroz. Atualmente, pertence a Alcides de Nel Pereira.

4 Em Sergipe e Alagoas, uma tarefa de terra corresponde a 3.052 m².

Vale destacar que as sesmarias de Manuel Alves da Silva compreendiam também a área territorial que formou os municípios de Pinhão e Pedra Mole. Porém, a povoação de Pinhão “só começou realmente a surgir muito mais tarde, no século XIX, em terras dos coronéis Fonseca e José Correia Dantas, que foram demarcadas pelo engenheiro militar José Calazans, atendendo interesses de um francês chamado Gootchaux Ettinger e do seu sobrinho, Gabriel Lazar Ettinger” (História de Pinhão-Sergipe, wikipedia).

Percebe-se que no começo do século XVIII a colonização das matas seguia rumo à divisa com Jeremoabo, na altura da região Tabua, onde fica atualmente a cidade de Carira. Através dos alvarás de 29 de agosto de 1733 e o datado de 01 de fevereiro de 1734 a colonização avançava ainda mais em direção a Jeremoabo.

Através do alvará de 29 de agosto de 1733 foi concedida ao capitão Mathias Curvelo de Mendonça, “1 e $\frac{1}{2}$ léguas de comprido e 1 de largo. Em Sergipe de El-Rey no rio Salgado de Vaza Barris para cima, e $\frac{1}{2}$ léguas de comprido, até a barra do Tabua, e 1 legua de largo para o sertão, com todos os logradouros uteis, salvo prejuízo de 3^o”, chegando até o lugar chamado Mandioca Brava, como visto no Alvará do alferes Antônio Gonçalves Collaço (FREIRE, 1906. P. 308).

Em seguida, consta que foi concedido o alvará a Rosa Maria de Souza na mesma região e ao coronel Nicolau de Souza Furtado entre as terras do capitão Mathias Curvello de Mendonça e Rosa Maria. O alvará de Nicolau Furtado data de 01 de fevereiro de 1734, concedendo “1 légua de largo e 3 de comprido, em Sergipe de El Rey e Vaza-Barris nas terras de sobejos depois de preenchidas as do capitão Mathias Curvello de Mendonça e Roza Maria de Souza até a barra do Tabua com todas as águas, campos, pastos e demais logradouros úteis, salvo prejuízo de 3^o” (FREIRE, 1906. P. 308).

Levando em consideração que a nascente do rio Salgado está a oeste da Serra Preta em Frei Paulo, a área destes alvarás, bem como, daquela descrita no Alvará de Manoel Dias Bispo, compreende parte da região da Serra Preta, indo em direção à barra do riacho Tabua.

Em relação ao alvará de 16 de fevereiro de 1735, que concedeu “1 legoa de largo e 3 de comprimento a Antônio Tavares de Menezes em Sergipe na villa de Itabaiana, começando de um outeiro do rio Sergipe para outro rio chamado da Campanha, nas cabeceiras de Caidos, com todas as agoas, campos e pastos e mais uteis”, bem como, o alvará de 1 de fevereiro de 1778, que concedeu “1 legoa de largo, 3 de comprido a Antônio José da Costa, em Itabaiana, Sergipe, da parte do nascente nos lugares chamados Leges e Mandissoba mais tres legoas nas Pedras, Lages e Mandissoba, que principiarão na barra do rio das Lages, do rio Sergipe por ele acima até o centro do Sertão ao lado do poente, com todas agoas”, percebemos que o mesmo está dentro da divisão territorial do município de São Paulo, conforme estabelecido no artigo 1º do Código de Postura da vila de São Paulo, organizado e aprovado em 1 de maio de 1890 e alterado em 08 de julho (FREIRE, 1906. P. 309 – 311).

Ao sargento-mor José Correia de Araújo foi concedido o Alvará de 07 de dezembro de 1748, com “1 legoa de largo e 3 de comprido. Entre Itabaiana e Geremoabo e rio S. Francisco, com todas as agoas, campos, pastos matas e mais uteis, sem prejuízo de terceiro. De não alhear sem os aproveitar não se apoderar das Aldeias de índios e suas terras” (FREIRE, 1906. P. 310).

Importante destacar que, de José Correia de Araújo, se formaram as famílias Felix dos Passos, Tavares da Mota, Barbosa Leal e Andrade, dentre outras, as quais serão tratadas no Álbum Fragmentado de Memórias Genealógicas.

Ao tenente João Paes de Azevedo foi concedido o alvará de 06 de fevereiro de 1765, com

“1 legoa de largo e 3 de comprido ou 13.068 hectares ou 43.200 tarefas de terra sergipana, fora das terras do Engenho Tabua de sua propriedade no termo de Sergipe de El Rey, entre o Rio Vaza Barris, Termo de Itabaiana e rio São Francisco e Geremoabo e rio de Sergipe, onde acaba a terra do sargento mór Antônio Ribeiro da parte do norte, com todas as aguas, etc.” (FRANCO, 1999, p. 243).

Bispo (2013, p. 89) destaca ainda que esse alvará compreendia a região do Tabua e da cidade de Carira, e que, em 1806, passou para Francisco Antônio de Carvalho.

Em 1932, a propriedade rural denominada Tabua estava localizada no município de Frei Paulo e pertencia aos herdeiros do Padre José Joaquim da Silveira, isto se levar em conta que a partir de 1890 o território de Carira até o local denominado Bebedouro (Coronel João Sá) pertencia ao município de Frei Paulo (BARRETO, 1933, p. 374-375).

A partir da década de 60 do século XVIII até o alvará de 15 de setembro de 1800, alguns alvarás trazem a referência do rio Salgado como indicativo de que se tratam das terras localizadas nas matas de Itabaiana.

Freire (1906, p. 297) destaca que “o sargento mór Antônio Cabral Travassos (1760), recebeu um Alvará do rio Salgado, afluente de Vaza Barris e por elle acima”. Embora não tenha localizado o alvará correspondente, por dedução, com base na localização da nascente do rio Salgado, é possível dizer que compreendesse a região do Juriú, Barro Amarelo, Lagoa Comprida e Juremeira.

Através do alvará de 29 de janeiro de 1789, foi concedida a Francisco Curvello de Barros “1 legoa de largo, 3 de comprido. Em Sergipe de El Rey, principiando nos olhos d’água que tem dentro do rio Salgado que vem da serra Negra pelo rio acima da parte do nascente e faz barra no rio Vaza Barris junto a fazenda Camaratuba do capitão Gonçalo Tavares da Motta, que partem com terras de Simão Telles de Menezes, com uma fazenda que tem chamada a Boa Vista, na barra do rio Vaza Barris no termo da Villa de Itabaiana, com todas as agôas” (FREIRE, 1906, p.308).

Esse alvará, ao principiar nos olhos d’água que tem dentro do rio Salgado que faz barra no rio Vaza-Barris, partindo por terras de Simão Telles de Menezes até a fazenda Boa Vista, indica que a área que compreende essa doação se localiza na região do Mulungú, Manopla, Lameiro e Taquari se dirigindo para o município de Macambira para chegar na barra do Vaza-Barris.

Conforme os dados descritos no Alvará de 29 de janeiro de 1789, verifica-se que os Tavares da Mota e Teles de Menezes já possuíam terras nas matas de Itabaiana desde o século XVIII, bem como, ocupavam cargos públicos e eram detentores de patentes, que indicam o poderio econômico e político de tais famílias.

Araújo (2009, p.37) traz informações relevantes sobre o capitão Gonçalo Tavares da Motta e Simão Telles de Menezes,

“Em 1756, no mapa da companhia de auxiliares do capitão Gonçalo Tavares da Mota, do Terço da vila de Itabaiana, do capitão-mor Simão Teles de Menezes, aparecem como soldados José da Mota Nunes e Antônio da Mota Nunes, provavelmente irmãos por constarem um do lado do outro na lista conforme costume da época. Talvez fossem filhos do já mencionado tenente que tinha 40 anos em 1726” (AHU, Sergipe doc 402, *apud* ARAÚJO, 2009, p.37).

Por sua vez, a presença da família Curvello de Barros aparece nos livros de batismos da Paróquia de Itabaiana, conforme registro de batismo de Florêncio, filho de Felix Curvello e Joana Princesa de Portugal, de 12 de dezembro de 1841 e, Cândida, com quatro semanas, filha

de João Curvello de Barros e Bernarda Maria, datado de 29 de janeiro de 1843 (Itabaiana. Batismos, Livro 8, 1841-1843. p. 15 e 39).

Embora o mesmo patronímico não seja suficiente para dizer que o “Curvello de Barros” e o “Curvello de Mendonça”, que aparecem assentados nos livros de batismos no começo do século XIX sejam descendentes dos colonos do século XVIII, é um forte indício de que façam parte do mesmo contexto familiar, ainda mais, que se trata de um Alvará concedido no final do século XVIII e de um patronímico pouco comum.

Ao capitão João Barbosa de Madureira foi concedido o alvará de 15 de setembro de 1800, “3 legoas de comprido. Em Sergipe de El Rey, freguezia de Itabaiana, partindo, do sul para o norte com a beira do rio Salgado, correndo para cima, e da parte do norte com a Sesmaria de Antônio Pereira e do nascente e da outra parte com terras devolutas e que no meio deste tem a lagoa chamada Piá, com todas as agoas, campos, pastos, e mais logradouros uteis, sem prejuízo de 3” (FREIRE, 1906, p.311). Pelas informações descritas, as terras desse alvará engloba a parte da Capoeira Grande e Pias na divisa com Carira.

Nesse contexto, todas as sesmarias e alvarás que principiam, terminam ou tem no meio o rio Salgado que deságua no Vaza-Barris, bem como os que iniciam no rio Jacoca ou riacho Jacoca, fazem parte do território que formou o município de Frei Paulo, salvo aquelas que formaram o município de Macambira, como é o caso do alvará de Pantaleão de Souza de 22 de abril de 1672, o de 10 de abril de 1731 do coronel Manoel Nunes Coelho e o de Francisco Pereira de Jesus e José Maria da Silva de 21 de fevereiro de 1793, pois o rio Salgado e o riacho Jacoca percorrem somente o território de Frei Paulo e Macambira.

E assim, a região das matas de Itabaiana foi sendo colonizada em razão da uberdade das terras, atraindo os colonizadores interessados na produção do algodão, mas também por conta dos pastos de criação de gado, que consequentemente, se traduzia em um grande produtor de couros, cuja produção sempre interessou aos Garcia d’Ávila.

Observando os alvarás de doação de terras nota-se que é comum a doação de todos os pastos, águas, campos e mais logradouros úteis, o que mostra que inicialmente a atividade principal dos colonos era a criação de gado, razão que levou Felisberto Freire a dizer que “antes do sergipano ser agricultor foi pastor”.

Sobre a utilização das sesmarias, Freire (1977, p. 54) destaca ainda que “Na zona ocidental estão localizadas a criação do gado e a lavoura de cereais, principalmente mandioca e a importante lavoura do algodão nas matas de Itabaiana”.

A criação de gado era feita à solta, sem cercas, o que atingia diretamente os produtores que também plantavam seus cereais e o algodão em aberto para não encarecer os produtos, surgindo assim, os conflitos com os proprietários de gado.

Nunes (1976, vol. II, p. 414) relata sobre o litúgio entre criadores e lavradores, informando que alguns criadores estavam deslocando o gado para as matas de Itabaiana, onde a agricultura já estava bem desenvolvida.

Em 1826, na presidência de Manuel Clemente Cavalcanti de Albuquerque, agrava-se o choque entre lavradores e criadores. Alguns destes criadores, acobertados pela influência de pessoas importantes na administração provincial, passaram a deslocar o gado para as ‘matas’ de Itabaiana, região onde a agricultura já era promissora e importante para a economia local.

Aos 30 de janeiro de 1827 na reunião do Conselho do Governo da província, foi apresentado um requerimento em nome dos habitantes da vila e termo de Itabaiana, lavradores, proprietários e criadores de gado, pedindo que, em conformidade da circular de 27 de abril de 1825, fosse levada ao conhecimento do Imperador a súplica que juntavam,

Implorando a graça de ser ratificada a Determinação da Provisão de dous de Maio de mil oito cento e dezeseis, que confirmou a Postura da Camara do Districto, que permittio a plantação em aberto nas Mattas d'aquelle termo, prohibindo n'ellas a criação de Gados [...]”. O Conselho decidiu que fosse levada a referida súplica à presença do imperador, “pois que a ser permitida a criação de Gados nas ditas terras para o que não são próprias, arruinar-se-há inteiramente a lavoura, de certo mui ponderosa n'aquelle Termo, e principal fonte de sua prosperidade, e abastança, visto a impossibilidade de ser feita em cercados pelas razões com verdade expendidas na mencionada Súplica; e em tal cazo aquella Villa, que pela Agricultura tem ido em progressivo augmento, irá immediatamente em deperimento á falta de gêneros de permuta no mercado, ou feira, que semanariamente, depois da faculdade de plantar em aberto há muitos annos ali estabelecida (Ata da Sessão do Conselho de Governo da província. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 1916, p.355/356).

Em 22 de novembro de 1828 durante a reunião do Conselho de Governo da província, foram apresentados dois officios da Câmara da vila de Itabaiana, no qual o imperador mandou que os agricultores cercassem suas terras, apesar da provisão de 10 de junho de 1816 tivesse facultado o plantio em aberto.

Aviso Imperial datado em 03 de Janeiro do anno de 1826, no qual S. M. o I. mandou, que não obstante a Provizam de 10 de junho de 1816, que facultou aos Povos Agricolas daquela Villa, e seo Termo a plantação nas matas dela em aberto, devem os mesmos agricultores cercar as suas Herdades, pedindo a mesma Camara providencias para que nelas não hajão de entrar os gados de crear, em rasão dos gravíssimos damnos resultantes dos estragos, que eles farião nas lavôras dos Lavradores daquelle Termo, os quaes, na forma da mesma Provizam têm suas plantações em aberto (Ata da Sessão do Conselho de Governo da província. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. 1920. P.167).

O imperador Pedro I decidiu em 29 de outubro de 1829, que as Câmaras Municipais deveriam estabelecer em suas posturas a proibição de gados soltos.

Assim, a Câmara de Itabaiana aprovou a postura proibindo a criação de gado solto nas matas, privilegiando a expansão da cultura, especialmente, a cultura do algodão. Essa postura foi derogada pelo Conselho Geral da província de Sergipe.

Na sessão da Câmara dos Deputados realizada em 25 de agosto de 1831, foi lido o officio do secretário do Senado no qual remete com os documentos que lhe dizem respeito à resolução do Senado. A resolução do Senado declarou nula a resolução do Conselho Geral da província de Sergipe d'El Rey, que derogou a postura da Câmara Municipal de Itabaiana, sobre a proibição da soltura de gados nas terras de lavoura, prevalecendo, finalmente, a Postura aprovada pela Câmara de Itabaiana que proibia a criação de gado solto nas matas (Annaes do Parlamento Brasileiro, 1826-1873, fl. 55).

Em 1854, Itabaiana contava com 103 fazendas de gado (ALMEIDA, 1965/1978, p. 17).

Em 1944, Frei Paulo registrava a existência de 27.078 reses, das quais seus maiores criadores eram Eronildes Ferreira de Carvalho, José Francisco das Chagas, José Barbosa Filho, Napoleão

Emídio da Costa, Fausto Oliveira e Bernardino Soares de Lima, conforme registro de criadores da Prefeitura Municipal de Frei Paulo.

Apesar da consolidação da colonização das matas de Itabaiana, em 1860 ainda existiam terras devolutas, conforme verificado pela Delegacia da Repartição Geral das Terras Públicas:

As posses de terras registradas em Itabaiana totalizava 3.348. [...] Quanto às terras devolutas, pelo officio do Delegado de 20 de fevereiro de 1860, e pelo mappa sob n° 2 annexo ao Relatório do mesmo Delegado, vereis que este trabalho, está ainda muito incompleto por falta das preciosas informações (JORNAL CORREIO SERGIPENSE, ed. 28. 28 de março de 1860, fl. 02).

Consta que existem terras devolutas em Itabaiana e Simão Dias; sendo em Itabaiana as terras denominadas Jacoca, Barra das cruces, Queimadinhos, Canna d'Antas, Benfeita, Lameiro, e as chamadas mattas de Itabaiana (GALVÃO, 1860, fls. 42 e anexo).

Cardoso Júnior (1870, p. 99) traz em sua fala no relatório da província a relação de algumas terras devolutas existentes no Termo de Itabaiana,

No Termo de Itabaiana figuram como devolutas não só as terras denominadas Jacoca, Lameiro, Barra das Cruzes, Queimadinhos, Canna d'Antas, Benfeita, e parte das chamadas Mattas de Itabaiana, como também um terreno que dizem ter sido antigamente concedido por sesmaria, mas que até 1855, segundo fez ver ao Ministro do Império o falecido Presidente Dr. Ignácio Joaquim Barboza, ainda não era cultivado, ou occupado pelo doado, ou algum seu ascendente ou descendente, achando-se de posse dellas alguns individuos sem títulos legaes, e além deste, outro terreno á elle contíguo, no lugar denominado Olhos d'água dos Cavallos, na Matta das Pedras Molles.

Sobre a existência de terras devolutas nas matas de Itabaiana, a Câmara dos Deputados se manifestou, em sessão realizada no dia 08 de agosto de 1867, da seguinte forma:

Na sessão da Câmara dos Deputados, realizada em 08 de agosto de 1867 em conclusão à iniciada em 07 de agosto, o deputado Dias Mello, com a presença do ministro da Justiça, retomou a discussão sobre o projeto de lei em que se pretende que 49 léguas de terras quadradas na província de Sergipe faça parte da dotação de SS.AA.Imperiaes, esclarecendo, que conhece a província e sabe que não existe essa quantidade de terra nas condições de que trata o Projeto.

O referido Projeto diz que as terras ficarão para o próprio nacional, mas sempre explorado e usufruído pelos descendentes dos concessionários até a última geração, sem que possam alienar no todo ou em parte, vindo a ser para o futuro um prejuízo para a nação e uma propriedade incômoda para os mesmos possuidores, que serão obrigados à exploração em comum.

A discussão continua com o apoio de outros deputados que concordam que 'não havendo terras devolutas, não haverá meio prático de efetivar a concessão', e assim, o Deputado Tavares Bastos 'faz algumas considerações sobre o incidente da existência ou não de terras devolutas em Sergipe, em quantidade bastante para o patrimônio de que trata o projeto, e propõe que se adie a discussão, sendo o projeto remetido à comissão e solicitando-se informações ao governo'.

O deputado Sayão Lobato apresentou uma Emenda para constar que 'em caso de não se acharem terras devolutas nessa porção na província de Sergipe, sejam ellas designadas em outra qualquer'.

O deputado Dias Mello retoma a palavra e diz,

Senhor Presidente, quando pedi esclarecimentos a S. Ex. o Sr. Ministro da Justiça, relativamente á matéria em discussão, não tive outro fim, nem fui levado senão pelo desejo de concorrer para que o projecto, que terá de ser convertido em lei, não seja entorpecido em sua execução por motivos insuperáveis.

Desde logo, Sr. Presidente, reconhecendo que, na qualidade de deputado por minha província, não poderia declinar de mim a obrigação de tomar parte na presente discussão, vacilei entre o dever e o reconhecimento da própria insuficiência. (Não apoiados)

Sr. Presidente, venceu, sim, o dever, e a elle vou obedecer. A passar o projecto, tal qual foi confeccionado, eu garanto a V. Ex. e à casa que o governo ver-se-há collocado em difficuldades graves, em embaraços que não poderá transpôr, quando tiver de entregar naquella província essa área de terras que tem de fazer parte do dote de Suas Altezas Imperiaes.

Quando, por diversas vezes, me coube a honra de administrar a província de Sergipe, fiz convergir meus cuidados para a indagação da existência de terras devolutas pertencentes ao estado.

Das diligências que empreguei e dos exames que fiz proceder, deduzi que pertencem ao estado três lotes de terras com área de 5 a 6 léguas em lugares diversos e com diferentes denominações.

Foi talvez a existência desses terrenos que levou o meu nobre collega e amigo a informar que em Sergipe havião terras devolutas, próprias para serem comprehendidas na dotação de que se trata.

Pelo decorrer da discussão, vejo que se trata das terras denominadas matas de Itabaiana.

Sr. Presidente, é mister declarar, que os terrenos conhecidos por matas de Itabaiana, por nenhum modo estão nas condições de que se trata. Elles não têm uma superficie de 49 léguas, mas quando a tivessem, não servirão para o fim que se pretende, visto como ubérrimos, como reconheço, estão occupadas talvez por mais de 20.000 almas, pois que o gosto e a influencia para plantação do algodão têm attrahido para ali essa população, que de certo seria ainda maior, se porventura houvesse agua potável.

Possuindo engenhos de fazer assucar em terrenos contíguos a estes, e fazenda de criação, que se limitão com as províncias da Bahia, tenho viajado aquellas paragens, e estando em diversos lugares do importante districto de Itabaiana. Devo por conseguinte ter pleno conhecimento dos terrenos a que me refiro.

Sr. Presidente, permita-me V. Ex. que neste momento eu deplore que se não tenha feito quanto fica para desejar, afim de levar a animação ao povo, que teria affluído para estabelecer-se nas matas de Itabaiana.

Tenho concorrido quanto posso, pedindo a alguns administradores da província para melhorar a sorte daquella nascente população, dando-lhe agua potável, o que seria fácil por meio de assudes em diversos lugares, bem assim outros melhoramentos cuja realização depende, aliás, de pequenos dispêndios.

Attendendo-se de alguma forma as necessidades daquela população laboriosa, resultarião grandes vantagens e interesses, que sem dúvida farião minha província mais conhecida e mais importante do que já é, e eu sinto prazer de reconhecer e proclamar. (Apoiados)

Sr. Presidente, feita esta pequena digressão, eu peço licença a V. EX. e aos meus

collegas para dar mais alguns esclarecimentos sobre a questão.

Por uma tradição nunca interrompida sabe-se que os terrenos de que se trata foram doados por sesmaria a uma família, cujo nome não tenho presente, é também certo que, por falecimento dos primitivos possuidores, foram estes inventariados e partilhados entre herdeiros; sabe-se mais que se têm feito transacções, e todos os terrenos de que fallo estão demarcados, e pertencem a diversos possuidores.

Disso que alguns dos meus nobres collegas opinão que a posse não é líquida. Não entrarei nesta questão, mas se porventura assim é, não sei de quem será a culpa. Posso asseverar que sobre as demarcações e posses daqueles terrenos tem havido diversas questões judiciais e que os tribunais superiores do país têm proferido suas decisões. Se os terrenos em questão pertencem ao estado, porque opportunamente se não tem obstando estas posses?

Porque e para que o silencio de tantos annos? Sr. Presidente, eu entendo que não está na altura de nossa dignidade como Brasileiros decretar que terrenos litigiosos fação parte da dotação de Sua Alteza Imperial. Fallou-se na reivindicação 11, Senhores, será preciso reivindicar-se posses de terrenos para realização de uma dotação tão respeitável como a de que se trata, sendo, como felizmente é, o nosso Brasil tão vasto, tão extenso e tão rico em terrenos?

Eu não creio. Me parece, Sr. Presidente, que a emenda do meu nobre collega do Rio de Janeiro sana todas as difficuldades, e desejarei fervorosamente que as terras que em Sergipe tem o estado sejam comprehendidas na dotação de que se trata.

São estas as explicações que julguei dever dar em relação á matéria em discussão.

Peço desculpas ao meu nobre collega e amigo por Sergipe se não estou de harmonia com as informações que prestou sobre a matéria.

O meu nobre collega obteve-se certamente de um cidadão respeitável, o digno presidente da câmara municipal de Itabaiana, o qual, estou persuadido, alcançou-as de pessoas pouco habilitadas. (JORNAL DO COMÉRCIO, 1867, p. 5).

O projeto para entregar 49 léguas de terras quadradas localizadas nas matas de Itabaiana para Sua Alteza D. Leopoldina e seu augusto esposo, nos termos do contrato matrimonial, foi aprovado com a emenda do deputado Sayão Lobato.

Do narrado pelo deputado Dias Melo, fica evidente que em 1867 as matas de Itabaiana estavam bastante povoadas, contando, possivelmente, com 20.000 almas.

Levando em consideração as informações e documentos analisados, as primeiras penetrações nas matas de Itabaiana ocorreram no século XVII, especificamente sendo a sesmaria de 29 de novembro de 1669 a primeira identificada que continha parte do território onde se formou o núcleo populacional que se denominou Taboleiro da Imbira, também chamado de Chã do Jenipapo, ou simplesmente Jenipapo, evoluindo para o povoado São Paulo, que depois passou a freguesia de São Paulo, vila de São Paulo, e finalmente, através da Lei nº 797/1920 foi elevada à condição de cidade de São Paulo.

Das sesmarias e alvarás de doação das terras, foi possível identificar alguns colonizadores das matas de Itabaiana no território que formou o município de Frei Paulo, conforme síntese abaixo:

29 de novembro 1669 - Capitão Mor Alexandre de Sousa Freire, desembargador Christóvão de Burgos, Pedro Garcia Pimentel, capitão Manuel de Couto Dessa, Jeronimo da Costa Tabora e Antônio Rodrigues.

25 de setembro de 1679 - Capitão Gaspar Pereira de Magalhães.
 10 de março de 1695 - Leonor Pereira Marinho e seu filho Garcia D'Ávila Pereira.
 27 de novembro de 1711 - Manoel Dias Bispo.
 25 de outubro de 1713 - Manoel Alves da Silva.
 29 de agosto de 1733 - Capitão Mathias Curvello de Mendonça.
 16 de fevereiro de 1735 - Antônio Tavares de Menezes.
 7 de dezembro de 1748 - Sargento-mór José Correia de Araújo.
 1760 - Sargento-mór Antônio Cabral Travassos.
 1 de fevereiro de 1778 - Antônio José da Costa.
 29 de janeiro de 1789 - Francisco Curvello de Barros.
 15 de setembro de 1800 - Capitão João Barbosa de Madureira.

As sesmarias foram identificadas nos livros *História de Sergipe* e *História Territorial do Brasil* de Felisbello Freire, *Santas Almas de Itabaiana Grande* de Vladimir Souza Carvalho e *A Colonização da Capitania de Sergipe D'El Rey* de Emmanuel Franco.

Contudo, como frisado por Carvalho (2009, p. 88), “perde-se nos arquivos as datas e os nomes dos primeiros colonos a ganhar as terras em solo itabaianense. O conhecimento de tais dados ainda permanece trancado em arquivos, brasileiros e portugueses, pela ausência, até agora, de divulgação de todas as sesmarias atinentes ao território sergipense”.

Com isso, os colonos aqui indicados, certamente não foram os únicos e nem os primeiros, porque, olhando todo o contexto da colonização, e ainda, que a colonização da região itabaianense se intensificou nos primórdios do século XVII, priorizando a região dos rios e riachos, seguindo, já em 1602, em direção ao sertão, demonstra o avanço para terras onde hoje estão os municípios de Frei Paulo e Ribeirópolis (CARVALHO, 2009, p.91).

Exemplo disso são os alvarás de Duarte Muniz Barreto, datada de 19 de abril de 1602, que concedeu meia légua de terra nas cabeceiras da terra de Manoel Tomé de Andrade, Gonçalo Francisco e Francisco Borges, e o alvará concedido na mesma data a Jorge Barreto localizando-se na testada de Duarte Muniz Barreto, da banda do sul.

Carta de Duarte Muniz Barreto

19 de abril de 1602

Saiban etc. dis duarte munis bareto allcaide morador na sidade da baía por seu procurador que elle mandou e veo ajudar a tomar esta terra ao jentio em companhia de cristovão de Barros adomde gastou muitas de suas fazendas e hora manda hum curall de vaquas e gente he na dita capitania lhe não são dadas terras acahumas e hora na tabaiana nas cabeseiras de huma dada a manuell tome dandrade e a gonsalo francisco e a Francisco borges para a banda doeste e para o sertão estão terras divalutas pede a vm. lhe fasa merse em nome de sua magestade duas llegoas de teras com todos as augoas madeiras matos que na dita terra ouver erm. – dou ao sopricante em nome de sua magestade na parte que pede mea llegoa de terra em coadro por divalluto com todas as agoas madeiras asin e da maneira que pede em sua petisão fas mensão pellas rumos e confrontasois dellas seregipe a desanove de abril de 1602 o capitão m.m.b. (FREIRE, 1977. p. 369)

19 de abril de 1602

Saiban etc. diz jorge bareto morador na bahia que elle quer mandar ajudar e povoar esta capitania e que nella não tem terras para mandar fazer mantimentos e trazer gado vaqum e na tabaiana na testada de Duarte munis bareto e sâpalo da banda do sull estão terras divolutas pede a v.m. lhe fasa merse dar-lhe na parte que diz huã llegoa de terra por devoluta com todas as auguas madeiras que na dita terra ouver erm. – Dou ao sopricante em nome de s. mgde. na parte que pede mea llegoa de terra pelas confrontasois pede que em sua pitisão diz así e da manera que pede seregipe a desanove dabril de 1602 – o capitão m.m.b. (FREIRE, 1977. p. 369)

Outro fator importante que mostra a presença do homem branco antes de 1669 na região que se formou o município de Frei Paulo será apresentado na seção “do escravo negro nas matas de Itabaiana”, especificamente, porque data de 1663 a informação dos moradores de Itabaiana sobre a formação dos mocambos de negros fugidos na região das matas, provocando um grande prejuízo para a lavoura e a criação de gado (DOCUMENTOS HISTÓRICOS. 1929, p.122/123 e LIMA JÚNIOR. 1914, p. 131).

O desenvolvimento do município contou com várias famílias que aqui se estabeleceram e foram importantes na construção da nossa história, a exemplo do que foi observado por Antônio Francisco de Jesus.

Antônio Francisco de Jesus percebeu a presença de muito descendente de holandeses no povoado Flechas, apontando dona Maria, cuja família descendia de um soldado holandês, desgarrado do exército do príncipe de Nassau e que se fixou na região das Imbiras (Chã de Imbira), num descampado, que passou a ser conhecido como Capitã e que hoje pertence ao município de Frei Paulo (CARVALHO, 2009, p.53, *apud* JESUS, 2010, p. 55).

Com a epidemia do cólera morbo em 1855, muitas famílias deixaram a vila de Itabaiana e se estabeleceram na zona rural, por acreditarem que o ar fresco e puro estava imune da contaminação, aumentando consideravelmente a população das matas de Itabaiana.

O cólera-morbo, originário do vale do rio Ganges, na Índia, se propaga pelo mundo no início do século XIX, num tempo de guerras, conquistas coloniais, grandes migrações e desenvolvimento do comércio internacional. A pandemia invade a Europa nos anos de 1830 e chega ao Brasil em maio de 1855 pelo porto de Belém do Pará. Ela toma as vias marítimas e alcança a Bahia, em julho do mesmo ano. Logo depois, atravessa a fronteira sul de Sergipe, em setembro de 1855, provocando estragos de toda ordem, sobretudo material (CARDOSO, 2009, p. 26).

Além da escassez e carestia de alimentos, no tempo do cólera, a população se confronta com calamidades naturais. De braços com a fome, a seca aumenta a penúria dos sobreviventes da moléstia. Conforme o subdelegado de Itabaiana, comarca que congrega muitas povoações, seus habitantes lutam braço a braço com a peste, a fome e a sede. E, lamentando, ele diz que os alimentos são escassos e que apenas aparece uma rês de cada oito dias, não sendo suficiente para todos. Além disso, todas as fontes e depósitos potáveis, e mesmo ‘de gasto’, que havia no contorno da vila de Itabaiana, estavam esgotados e secos (CARDOSO, 2009, p. 38).

Além da situação narrada, a principal razão para o crescimento da população rural nas matas de Itabaiana foi a uberdade do solo propício ao cultivo do algodão, que estimulou várias pessoas a se estabelecerem nas matas de Itabaiana nas últimas décadas do século XIX, motivado pela Guerra da Secessão dos estados Unidos.

Em 1933 existiam no município de São Paulo (atual Frei Paulo) 547 propriedades rurais cujo valor estava abaixo de 10.000\$ cada. As maiores estavam assim distribuídas (BARRETO, 1933, p. 374-375):

Tabela 1 – Propriedades rurais de Frei Paulo em 1933

Proprietário	Localização da fazenda	Valor Venal
João Antônio dos Santos	Salgado	15:000\$
João Antônio dos Santos	Rio do Brejo	10:000\$
José Melchíades Vieira	Alagadiço	10:000\$
José Rodrigues Sobral	Coité	20:000\$
João Nunes de Carvalho	Salgado	30:000\$
José Francisco das Chagas	Monte Alegre	15:000\$
José Joaquim de Sant'Anna	Pau Ferro	10:000\$
João Rodrigues Dantas	Onça	10:000\$
Joaquim Correia Dantas	Macacos	12:000\$
Joanna Maria Dantas	Lameiro	10:000\$
João Moreira	Tanque Novo	10:000\$
Maria Angélica dos Santos	Benfeita	50:000\$
Manoel Ramos da Trindade	Benfeita	35:000\$
Maurício Ettinger	Queimadas	15:000\$
Maurício Pereira da Conceição	Riachão	20:000\$
Manoel Antônio de Jesus	Pau de Colher	10:000\$
Manoel das Neves Barreto	Gruta Funda	15:000\$
Marciano Chagas de Oliveira	Kágado	10:000\$
Napoleão Emygdio da Costa	Tamanduá	15:000\$
Maria Francisca do Espírito Santo	Jacú	10:000\$
Othoniel da Fonseca Dória	Coração de Jesus	20:000\$
Tranquilino Barreto Guimarães	Gibóia	10:000\$
Tibério Bezerra	Antas	15:000\$
Waldomiro da Costa Andrade	Onça	10:000\$
Cônego Antônio Freitas	Manopla	23:000\$
Anna Elisa de Oliveira	Piabas	30:000\$
Antônio Barbosa Leal	Macacos	30:000\$
Antônio Barbosa Leal	Salgado	40:000\$
Antônio do Prado Franco	Campos Novos	30:000\$
Antônio Tavares de Jesus	São Diniz	43:000\$

Dr. Aristides da Silveira Fontes	Algodãozinho	40:000\$
Antônio Joaquim de Andrade	Mulungu	20:000\$
Antônio Fraga de Almeida	Pinhão	10:000\$
Anna da Fonseca Silveira	Rosa Amélia	10:000\$
Cônego Antônio Freitas	Benfeita	11:000\$
Bernardino Soares de Lima	Alto Alegre	10:000\$
Cândida de Jesus Costa	São Francisco	50:000\$
Cândido da Costa Andrade	Alagôas	20:000\$
Francisco Romualdo Barreto	Riachão	30:000\$
Francisco Porphirio de Britto	Lagoa Grande	25:000\$
Francisco José dos Santos	Moreira	25:000\$
Francisco Tavares de Almeida	Alagôas	10:000\$
Felismina Rego Feitosa	Piaus	24:000\$
João Francisco das Chagas	Alagamar	30:000\$
José Ferreira de Andrade	Alagôas	50:000\$
José Cornélio da Fonseca Filho	Salgado	10:000\$
José Bezerra Filho	Riachão	20:000\$
José Francisco da Cunha	Gruta Funda	15:000\$
Geminiano José de Goes	Piaus	15:000\$
Geminiano José de Goes	Serra Preta	15:000\$
Honório da Carvalho Lima	Alagôas	10:000\$
Herdeiros do Padre José Joaquim da Silveira	Tabua	10:000\$
José Barbosa Filho	Serra Preta	50:000\$
José Silveira Filho	São Francisco	10:000\$
José Barbosa de Goes	São Felix	12:000\$
Júlio Gonçalves Dias	Gruta Funda	10:000\$
Jaconias José de Almeida	São Pedro	20:000\$



Figura 9 - Fazenda Manopla (BARRETO, 1933, p. 373)

Em um contexto de fome e medo, esperança e empreendedorismo, o território das matas foi sendo povoado e se desenvolvendo. Desta forma, na seção dos álbuns fragmentados não vou tratar de pessoas consideradas ilustres, mas de famílias que estavam na vila de Itabaiana e outros lugares do começo a meados do século XIX e que, posteriormente, aparecem nos assentos de batismos e casamentos do Taboleiro da Imbira, denotando que se estabeleceram aqui e contribuíram para a formação do povoado, elevação à condição de freguesia, emancipação e criação da vila, e consequentemente para a elevação da vila à categoria de cidade.

A construção da genealogia das famílias tem como base as anotações nos livros de batismos, casamentos e óbitos. Inicialmente os registros de batismos e casamentos dos moradores das matas de Itabaiana eram feitos nos livros da Paróquia Santo Antônio e Almas de Itabaiana, passando a se registrar nos livros da Paróquia São Paulo a partir de 02 de julho de 1886.

Contudo, a partir de 24 de dezembro de 1867 os registros da Paróquia Santo Antônio passaram a indicar também o local do batismo, sendo assim possível identificar quando se tratava de pessoa residente na região de Frei Paulo. Até então, a identificação tinha como base a dedução a partir dos nomes dos pais e padrinhos.

O maior entrave para identificação de cada núcleo são os erros encontrados na anotação dos nomes dos pais, bem como, a repetição de prenome dentro do mesmo núcleo familiar.

Carvalho (2009, p. 256) explica:

Muito específico da época era a falta de observação dos sobrenomes de família. Não havia a obrigatoriedade de adoção dos patronímicos familiares, aliado ao fato de a criança só ser registrada com o prenome. O complemento do nome, com os sobrenomes, viria depois.

Assim, no estudo genealógico das famílias itabaianenses, todo cuidado é pouco, face a adoção de sobrenomes estranhos a família.

Só para se ter um exemplo, José Cornélio da Fonseca é filho de Antônio José de Gois; Francisco Alves de Carvalho e Aprígio de Melo Rezende são filhos de Cassimiro da Silva Melo; Manoel Alves Teixeira é irmão germano de Cassimiro da Silva Melo; Francisco Antônio de Carvalho, Junior é filho de Joaquim Pereira Lavres.

Dentro desse contexto, as pessoas também mudavam de sobrenome com frequência, bastando publicar uma nota em jornal comunicando o fato.

Nessa mesma situação descrita por Vladimir de Carvalho, verificamos que Rosendo Monteiro de Souza casado com Maria Izabel do Espírito Santo é o pai de Maria Madalena do Amor Divino e Izilina Maria de São José, e Manoel Felix Passos e Edwirges de Mendonça são os pais de João Tavares da Mota.

Percebe-se que os sobrenomes de família não foram utilizados ou podem ter sido trocados no momento do assento de batismo e registro, o que dificulta a identificação das famílias e a formação da árvore genealógica. Contudo, foi possível identificar alguns núcleos fragmentados, que são apresentados em um álbum fragmentado da genealogia das matas de Itabaiana no final deste capítulo e podem servir de base para pesquisas mais aprofundadas.

Outro fato que deve ser observado em relação à grafia, é que, geralmente, constava os nomes e datas abreviados, da seguinte forma: Rodrigues – Roiz; Francisco – Fran'co; Francisca – Fran'ca; Santiago – S'Thiago; Manoel – Mel; setembro – 7bro; outubro – 8bro.

Consta no livro de batismos de nº 15 e 16 da Paróquia de Itabaiana o registro de 169 batizados realizados na fazenda Salgado, Sítio Taboleiro da Imbira e Capela do Taboleiro da Imbira, Alagadiço, Capela de São Paulo, sítio Mulungu e no sítio Benfeita, no período compreendido entre 24 de dezembro de 1867 a 25 de dezembro de 1872.

Tabela 2 – Relação de batismos realizados no período de 1867 a 1870

Brazil, Sergipe, Itabaiana, Santo Antônio, Registros paroquiais, 1835-1932
Batismos, Livro 15, 1867-1870

Nome	Fls.	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos	Data	Local do batismo	Nome do Padre
Gertrudes	24	Apolinária Maria	José Correia de Mattos Maria Rodrigues de Andrade	24/12/1867	Fazenda Salgado	Padre Antônio de Carvalho
Maria	24-V	José Antônio da Costa Graciana de Jesus	José Mattos da Graça Maria Francisca de Figueiredo	24/12/1867	Fazenda Salgado	Padre Antônio de Carvalho
Josefa	57-V	Maria Francisca de Jesus	José Machado Bispo Maria Francisca	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
José	57-V	Pedro Joanna Umbelina	Antônio José Teixeira Joana Maria do Espírito Santos	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Izabel	57-V	João Felix de Carvalho Joanna Maria	Antônio Francisco Reis S. Anna Quitéria de Jesus	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Cândida	58	José Carvalho de Mendonça Maria Madalena do Espírito Santo	Antônio Francisco Reis S. Anna Quitéria de Jesus	15/06/1868	Sítio Taboleiro da Embira	Frei Paulo de Casanova
Antônio	58	Malaquias Nunes da Motta Maria Josefa de Vasconcelos	Zacarias Marques de Farias Joanna Maria Andrade	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Cândida	58	Luiz Antônia Joaquina de S. José	Malaquias Nunes da Motta Maria Josefa de Vasconcelos	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
José	58	José Pereira da Cruz	Malaquias Nunes da Motta Maria Josefa de Vasconcelos	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Ignácio	58	João Bernardo Eugênia Maria	Malaquias Nunes da Motta Maria Josefa de Vasconcelos	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Maria	58	Antônio Rodrigues dos Santos Antônia das Virgens	João Batista das Virgens Rozalina	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Maria	58	Antônio dos Santos Lima Joanna Maria da Penha	Miguel dos Santos Lima Maria Francisca	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Anna	58-V	Maria Rosa	Pedro Francisco Cândida Rosa do Espírito Santo	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Maria	58-V	Bernardino Maria Leocádia	Manoel Lauriano da Cruz Maria Martha Magdalena	15/06/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova

Manuel	88	Izabel Maria	Justino Thomé Bernarda Maria	25/11/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Maria	88	João Vítor Antônia Rita	Manoel Izidorio Maria Josefa	25/11/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Maria	88	... Anna	Manoel Julião Anna	25/11/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
João	88-V	Manoel Francisco Maria Eufrásia	Paulo Bispo Florinda Maria	25/11/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Emigdio	89	Francisco Antônio Maria Felipa	Manoel Marques Luzia do Nascimento	29/11/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Manoel	89	Antônio Joaquim Maria Norberta	Manoel Martins do Nascimento Ana Maria de Jesus	29/11/1868	Sítio da Embira	Frei Paulo de Casanova
Cândida	97-V	Cyrilo da Costa Bispo Maria Isadora	Zacarias Marques de Farias Joanna Maria Andrade	01/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	97-V	Joaquim Guedes da Costa Maria Guedes do Espírito Santo	Antônio dos Santos Lima Josefa Maria da Cunha	01/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	97-V	Miguel Pinto Sobral Senhorinha Maria de Jesus	José D. Marques Antônia Francisca de Jesus	01/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
João	97-V	Teodoro Correia Maria de Jesus	Joaquim Policarpo da Cruz Josefa Cirilla de Nazarett	01/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Amélia	97-V	Joaquim Pereira Feitosa Josefa Lauriana	José Tlles Barreto	01/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Pedro	98-v	Antônio Coelho Maria Roza	João Francisco Maria da Glória	03/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Porfirio	98-V	José Mathias Ignes Maria	José Antônio da Costa Turibia Graciana de Jesus	03/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Josefa	98-V	Manuel Justino Lourença Maria	Severino José de Santana Anna Maria da Graça Leopoldina	03/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	98-V	Roque José de Santana Maria Rosa	Henrique Pinto Sobral Senhorinha de Jesus	03/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Brás	99	José de Gois Barreto Maria Victória	Miguel Antônio de Menezes	03/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	99-V	Bartholomeo Maria Francisca	Francisco Borges do Sacramento Maria Pastora da Conceição	06/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova

Manoel	99-V	Boaventura da Cruz Ana Maria	Francisco Borges do Sacramento Maria Pastora da Conceição	06/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Chrispim	99-V	João Correia Maria Joaquina	Manoel Pedro de Menezes Ignacia das Virgens	06/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	99-V	João Valério Anna Joaquina	Jerônimo Bispo Felippa Maria	06/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	99-V	Manoel José Maria Josefa	Jerônimo José Rodrigues Maria Josefa	06/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Manoel (cativeiro de José de Souza)	99-V	João Liandra	Domingos Pereira	06/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Manoel	99-V	José Gregório do Nascimento Maria Antônia	José Vicente e sua senhora	06/01/1869	Sítio Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	203-V	José Antônio C. Maria do Nascimento	Cesário Antônio Maria Pastora	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	204	Gonçalo Pereira Maria José de Jesus	Manoel José Alves Maria Victória	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	204	José Pereira da Cruz Bernardina Maria	Quirino José de Santana Maria da Graça	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Anna	204	João Paulo Barreto Eugenia Francisca Telles	Manoel Joaquim de Carvalho Lima	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	204	Pedro Machado dos Santos Antônia Francisca	Antônio Francisco de Rezende Francisca Maria de Jesus	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Manoel	204	José Correia da Conceição Maria Lima dos Santos	João Rodrigues do Sacramento	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	204-V	Romualda Maria de Lima	Joaquim Ignácio dos Santos Anna Maria	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Martinha	204-V	Agustinha, escrava de José Telles Barreto	José Francisco de Carvalho	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Manuel	204-V	Maria Vital	Francisco de Paula	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Antônio	204-V	Alexandre José da Costa Maria Marcelina	José Vicente Umbelina Maria	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Antônia	204-V	Henrique Pinto Sobral Maria Justina de S. José	Alexandre Martins Anna Joaquina de Santanna	04/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova

Tabela 3 – Relação de batismos realizados no período de 1870 a 1874

Brazil, Sergipe, Itabaiana, Santo Antônio, Registros paroquiais, 1835-1952
Batismos, Livro 16 1870 - 1874

Nome	Fls.	Nome dos Pais	Nome dos padrinhos	Data	Local do batismo	Nome do Padre
José	02	José Antônio da Costa Thuribia G. de Jesus	José Telles Barreto ... Angelica de Figueiredo	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Ritira	02	João Victoria das Virgens	Antônio da Silva Francisco das Virgens	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	02	Joaquim de Santana Alexandrina Maria	José Antônio da Costa Thuribia G. de Jesus	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Não foi possível identificar	02	Maria Francisca	Francisca	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	02	Francisco Rosa do Espirito Santo	Não foi possível identificar	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Felismina	02-V	Henrique de Mello Maria Felippa de Jesus	Antônio Teixeira Oliveira Joanna	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Antônio	02-V	João de Carvalho Joanna Maria da Encarnação	Pedro Francisco da Silva Joanna Maria	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Antônia	02-V	Antônio P. dos Santos Anna Alta de Moura	Henrique José de Fraga Saturnina Maria	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Alexandre	02-V	Francisco	Luiz .. do Espirito Santos	05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	02-V	Não foi possível identificar		05/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	04	Maximiliano de Souza Leandra Marta	José da Cunha de Souza Joanna Baptista de Souza	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Adelinda	04	José Joaquim Joanna Eufrásia	Quirino José Maria da Graça	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Ilegível	04	Maximiliano	Ernesto José de Fraga Martinha Maria	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Arcelino	04	Joaquim Policarpo Josefa Cirila	Themotio José dos Santos Mariana Maria de Jesus	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova

Jorge	04	Manoel José do Sacramento Anna de Jesus	Themotio José dos Santos Mariana Maria de Jesus	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	04	Joaquim Martins Marcelina Maria	José Antônio das Neves Maria Renovata	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	04-V	Ritta escrava de Miguel dos Santos Lima	Francisco Lino Maria Francisca	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	04-V	Pedro e Ritta escravos de José	Antônio Francisco de Jesus Ritta A. de Jesus	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	04-V	Manoel Francisco Maria Eufrásia	Manoel Correia da Silva Maria Magdalena do Espírito Santo	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Rufino	04-V	Margarida escrava de Víctor Manoel de Andrade	Manoel	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
João	04-V	João Francisco dos Reis Maria José do Sacramento	Nicolau Pereira Machado Marcelina de Jesus	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	04	Nicolau Pereira Machado Marcelina de Jesus	João Francisco dos Reis Maria José do Sacramento	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	04	José Grigório Maria Francisca	Antônio Telles de Gois	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Senhorinha	04	José Claudio Maria Cattarina	José Antônio da Costa Ignes Maria de Santana	06/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	04-V	José Celestino da Cunha Maria Alexandrina	Boaventura Pereira de Andrade Maria da C. Andrade	08/09/1870	Itabaiana	Domingos de Mello Rezende
Josina	04-V	Joaquim Guedes da Costa Maria Guedes	José Antônio de Carvalho Lima Maria Antônia da Conceição	07/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	05	João Baptista Francisca Maria	José Rodrigues dos Santos Maria Victoria de Nazarett	11/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
José	05	João Paulo Eufrásia Maria	Luciano José Eusébia de Aquino	11/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Firno	05	José Martins Norberta Josefa	Antônio Barbosa Paula Maria de Jesus	11/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Senhorinha	05	Ignácio Izabel Maria	Rodrigues do Sacramento Maria Francisca	11/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Canuto	05	Manoel de Jesus Anna Roza	Hermengildo Rodrigues Maria Luitza	11/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova

Maria	05-V	Antônio Julião Joanna Maria	Antônio Telles de Gois Joanna Maria da Encarnação	18/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Maria	05-V	Antônio Joaquim Jesuina	Pedro Correia da Silva Francisca Maria	18/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
Fermiana	05-V	José Norberto Ramilla Maria	Geraldo Pereira Anna Maria	18/09/1870	Capella do Taboleiro da Imbira	Frei Paulo de Casanova
João	43	José Correia Dantas Anna Francisca Oliveira Bastos	José Cupertino da Silva Beltrão Dorotheia Maria de Jesus	16/04/1871	Matriz de Itabaiana	Padre Domingos de Melo Rezende
Ignes	67-V	Geraldo Pereira de Almeida Anna Maria	José Norberto de Paula Camilla Maria da Conceição	12/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
João	67-V	Antônio Correia dos Santos Francilina Maria	José Antônio da Costa Anna Francisca de Amorim	12/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Macionilha	67-V	Henrique Pinto Sobral Maria Agostinha se S. José	Manoel Thomé de Almeida Rosa Maria	12/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Ritta	68	José Fl... Cândida da Conceição	Manoel Thomé de Almeida N. Senhora	12/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Josefa	68	João Bernardo dos Santos Eugenia Maria da Conceição	João Pereira do Sacramento Francisca da Conceição	12/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Manoel	68	Hilário Correia de Barros Justina Maria da Conceição	Joaquim José N. Senhora	13/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Colleto	68	Francisco das Chagas Senhorinha Maria	Antônio Pereira de Mello Maria de Jesus	13/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	68	Antônio Julião dos Santos Maria Francisca	Manoel Pereira de Mello Josefa Maria	13/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
João	68-V	Antônio de Paula Luiza de França	Manoel Pereira de Mello Josefa Maria	13/08/1871	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
João	85-V	Josefa José Alves	Antônio Tavares de Oliveira Francisca Maria do Espírito Santo	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Firino	85-V	Sabino Pereira Saturnina Maria	Antônio Reis Lima Maria Pereira	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Izabel	86	Antônio Julião Joanna Maria do Espírito Santo	José Telles Barreto Francisca Maria de Jesus	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
João	86	Martinho Eugênio Maria Joaquina da Conceição	Justino Marques da Silva Francisca dos Santos	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho

Francisco	86	Maria Vitória	Manoel Ribeiro Anna Francisca	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Não foi possível identificar	86	Pedro José Celestino Antonia Rosa de Jesus	José C. de Mendonça	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	86-V	Manoel Maria Angelina	Antônio Francisco de Resende Francisca Maria de Jesus	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
João	86-V	José Marques de Jesus Maria Magdalena	Alexandre Martins Antônia Maria	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	86-V	Cypriano Marques Maria Francisca	Alexandre Martins Antônia Maria	12/11/1871	Capella de São Paulo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Jerônimo	95-V	Manoel Cavalcante Francisca Maria	Alexandre José da Costa Maria Marcelina	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Antônia	95-V	Gabriel Archangelo Maria Vallentina	Manuel C. Maria José	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Sypriano	95-V	Martha, escrava do Coronel José Antônio de Carvalho Lima	Manoel Thomé de Almeida	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Jovina	95-V	Francisco José Joanna Maria	Cel. José Antônio de Carvalho Lima Maria Victoria	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Francisco	96	Antônio Anna	Manoel Thomé de Almeida	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Manoel	96	Quintiliano dos Santos Maria Tertuliana	José Verano de Carvalho Lima Cândida Maria do Sacramento	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
João	96	Lourenço José da Silva Maria Pastora	Cel. José Antônio de Carvalho Lima Maria Antônia da Conceição	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	96	Manoel Romualdo Theodora Maria	João Policarpo Josefa C. de Nazareth	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	96	Manoel Antônio Maria Felippa	José Lino dos Santos Constância Maria	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Luciana	96	Manoel Alberto Martiliana do Espírito Santo	José Lino dos Santos Rita Maria	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Isabel	96-V	Antônio José Joanna Maria	Manoel Cactano Anna Joaquina	24/12/1871	Sítio Mulungu	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Serapião	97	José Antônio da Costa Anna Francisca do Amorim	Pe. Francisco Antônio de Carvalho	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho

Quintino	97	Antônio José S. Oliveira Maria Rita	Quintino José Quintiliana Maria	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	97	Maria Nitalina	Manoel Sebastião	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Camilla	97	José Bonifácio Maria Eugénia	Lourenço Borges Francisca Rodrigues dos Reis	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Francisco	97-V	Paula Maria de Jesus	Salustiano Francisco Francisca de Jesus	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Antônia	97-V	Maximiniano de Souza Liandra Martha	Dionizio Correia de Jesus Francisca Maria	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Anna	97-V	Antônio Alves da Luz Níciacia da Conceição	Antônio Reis Bastos	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	97-V	João Felix Anna	Raimundo Alves Maria do Céu	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
José	97-V	Hilário, escravo de Joanna de Andrade e Maria (liberta)	José Roberto Maria Clemência	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
José	98	José Rufino Josefa Maria	José Rufino Ana Maria	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
José	98	Manoel Felipe Tereza Maria	José Roberto Anna Maria do Espírito Santo	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Francisco	98	João Francisco dos Reis Maria Francisca de São José	Antônio dos Santos Lima Josefa Maria da Penha	25/12/1871	Capella de São Paulo do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
José	148-V	Henrique José de Almeida Josefa Maria	João Francisco de Almeida Maria Rosa do Espírito Santo	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	149	Joaquim Policárpio da Cruz Josefa	Manoel Thomé de Almeida	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Francelina	149	Tertuliano Correia Joaquina Maria	Manoel Thomé de Almeida Rosa Maria D'Aguar	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Manoel	149	Antônio José de Oliveira Antônia Ritta do Sacramento	Francisco José de Oliveira N. Senhora	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Antônio	149	Francisco José de Oliveira Maria Francisca do Espírito Santo	Antônio José de Oliveira N. Senhora	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	149	Antônio de Almeida Francisca Dionizia	José Pereira do Nascimento Constância dos Santos	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho

Maria	149	Manoel Pedro de Souza Luiza Josefa	José Antônio da Costa N. Senhora	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Edwírges	149	José Cabral do Nascimento Antônia do Nascimento	Pedro Antônio da Conceição Margarida Maria da Conceição	01/09/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Anna	162	Manoel Caetano Anna Joaquina	Francisco Antônio Nicácia Maria do Espírito Santo	01/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Rufino	162	Manoel Víctor Maria Carolina	Pedro Correia de Barros Margarida Guedes das Virgens	01/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Umbelina	162-V	Domingos José Anna Roza	Alexandre Vieira de Farias Brísida Francisca	01/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Felismina	162-V	Francisco José Anna Roza	Paulo Bispo Joaquina Maria	01/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	162-V	Henrique Pinto Sobral Maria Justina de S. José	Manoel Thomé de Almeida Rosa Maria D'Aguar	01/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	162-V	Nicolau Pereira Alexandrino Maria	José Pedro Therêza de Jesus	01/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Josefa	163	Lourenço José da Silva Pastoura Maria	Manoel Thomé de Almeida Rosa Maria D'Aguar	03/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Joaquim	163	Antônio dos Santos Lima Josefa Maria da Penha	Francisco Lucindo Vitória	03/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Luciana	163	Gabriel Archangelo Maria Vallentina	Pedro Correia da Silva Maria Pastoura	03/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Antônio	163-V	Manoel Antônio Martinha Maria	Nicolau Tolentino Antônia Rosa	03/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Felippa	163-V	Geraldo Pereira Anna Maria	Francisco das Chagas Senhorinha Maria	03/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Francisca	163-V	José Pereira Bernardina	Antônio de Souza de Almeida Francisca	03/11/1872	Alagadiço	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Manoel	172	Pedro Antônio da Conceição Josefa Rufina	Daniel Antônio dos Santos	24/12/1872	Sítio da Benfeita	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Antônio	172-V	Francisco da Fonseca Izabel Maria	José Felix Cardoso Faustina Maria de Carvalho	24/12/1872	Sítio da Benfeita	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Martília	172-V	José Valentino Martiliana Maria	Candido Francisco de Oliveira Maria Victória	24/12/1872	Sítio da Benfeita	Pe. Francisco Antônio de Carvalho

Josefa	172-V	Pedro Marques Francisca Romana	Pedro Antônio do Nascimento Josefa Rufina	24/12/1872	Sítio da Benfeita	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	172-V	José Antônio dos Santos Joanna Baptista	José Cabral da Conceição Joanna Maria	24/12/1872	Sítio da Benfeita	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
José	172-V	Ancelmo Rodrigues Quintina Francisca de Oliveira	Alexandre José de Araújo Maria Eugênia	24/12/1872	Sítio da Benfeita	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Veraldina	173	Anastácio José de Souza Marcolina Maria de Jesus	Alexandre José de Araújo Maria Eugênia	24/12/1872	Sítio da Benfeita	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Manoel	173	José Correia Dantas Anna Francisca Oliveira Bastos	Nicolao Cornélio de Almeida Bastos Joanna Francisca da Conceição	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	173	João Paulo Cândida de Oliveira	José Telles Barreto Ângela Victória	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Severiano	173	Pedro José Roza Maria	João Machado Antônia Maria	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Anna	173	Joaquim da Motta Maria Francisca da Conceição	Manoel Pereira Felsmina Francisca	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Maria	173-V	Joaquim Reis Paula Maria dos Santos	Maria da Graça	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
José	173-V	João de Deus Maria Joaquina	Theodoro Nunes da Mota Maria Joaquina	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Francelina	173-V	Valentino Neris Josefa Maria do Espírito Santo	Pedro	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Candido	173-V	Angela Maria	José Antônio de Carvalho	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
João	173-V	Joanna Baptista	Pedro Maria Roza	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Pedro	173-V	Santana	Cassimiro de Brito	25/12/1872	Capella do Jenipapo	Pe. Francisco Antônio de Carvalho
Conrado, nascido em 26/10/1873	239-V	João Tavares da Motta Maria Vicência de Carvalho	Francisco Alves de Carvalho Maria Rosa da F. Alves	09/11/1873	Itabaiana	Domingos de Mello Rezende

O INDÍGENA NAS MATAS DE ITABAIANA

Segundo Tavares (1969, p. 27), quando o europeu chegou ao território brasileiro encontrou aqui os índios Tupi, Gês e Cariri. No litoral de Sergipe viviam os Tupinambás e na área dos rios Real, Vaza-Barris e São Francisco viviam os Cariris. Todas estas tribos falavam o mesmo idioma, ou dialetos do mesmo idioma.

As perseguições às tribos indígenas de Sergipe se intensificaram após a morte de Dom Pedro Fernandes Sardinha, primeiro bispo do Brasil, e com a chamada “Guerra Justa” determinada pelo governador Luiz Brito, na qual, sob o comando de Cristóvão de Barros foram dizimados milhares de índios, incluindo os caciques Serigy, Suruby, Aperipê e Siriri.

Segundo Almeida (1993-1999, p. 67) “o afastamento dos índios em aldeias ou em fuga para o interior e a constante guerra que os colonizadores armaram contra eles determinaram sua quase eliminação em pouco mais de um século de contato com a civilização. Ao tempo da conquista, a população indígena sergipana, segundo relato dos cronistas da época, era numerosa, de mais de 20.000 pessoas. A dizimação que houve nos dois primeiros séculos reduziu esse número para 1.440 índios, representando cerca de 2% em relação à população geral, branca, negra, mestiça”.

Em fins do século XVI, o elemento indígena habitava as primitivas terras de Itabaiana. Devido a sua situação geográfica, as tribos eram pequenas, tão pequenas que não despontam em sua história nenhum nome de cacique do quilate de Sergipi, Baipeba, Siriri, ou mesmo Japaratuba, Pindaíba e Muribeca.

Distribuídos por toda a vasta região, os indígenas provinham de um lado da tribo de Serigi, à margem direita do Rio Cotinguiba, que nasce na Serra de Itabaiana; de outro lado, da tribo de Muribeca, que se localizava na Serra da Miaba, entre Itabaiana e Lagarto. Resta saber, contudo, se o elemento indígena esteve em Itabaiana antes de Pedro Álvares Cabral descobrir o Brasil, ou se veio disperso, na fuga empreendida para salvar-se dos ataques de Cristóvão de Barros, ou se apareceu atraído pela colonização, hipóteses que ficam sem solução (CARVALHO, 1973, p. 18).

Como frisado por Souza (2010, p. 62), no *Tratado Descritivo do Brasil de 1587*, os índios chamavam a serra de Itabaiana de Manhana.

Fernanda Trindade Luciani, na introdução da obra de Gabriel Soares de Souza destaca que este chegou ao Brasil em 1569, se fixando no Recôncavo, e explica,

Após quinze anos vivendo na colônia, viajou à Corte Espanhola com o intuito de solicitar ao rei Felipe II permissão para empreender uma expedição para além do rio São Francisco, em busca de pedras e metais preciosos. Enquanto esperava, em Madri, o despacho real, Gabriel Soares colocou no papel as lembranças dos dezessete anos em que viveu no Brasil, produzindo dois textos, *Roteiro Geral com largas informações de toda a costa do Brasil e Memorial e declaração das grandezas da Bahia de Todos os Santos*, que enviou ao valido do rei, D. Cristóvão de Moura, em 1º de março de 1587 (Souza, 2010, p. 4).

As anotações feitas por Gabriel Soares datam de 1569 a 1586 e atestam a presença do elemento indígena na região de Itabaiana antes da guerra que Cristóvão de Barros empreendeu contra os nativos.

Carvalho (2009, p. 44) reitera que “não há registro de caciques de fama, a altura de Serigi, Baepeba, Siriri, Japaratuba, Pindaíba e Muribeca, nem há notícias de locais exatos que o índio tenha habitado. Nunca foi encontrado nenhum cemitério indígena, nem nenhuma população,

em qualquer ponto do território itabaianense, seja o antigo, seja o atual, que evidencie raízes de tribos indígenas”.

Embora conste tal informação, sabe-se que na localidade Serra Redonda, especificamente na Fazenda Lagoa dos Porcos, foram encontrados alguns objetos, supostamente, utilizados pelos índios.

Segundo José Rezende de Matos (MATOS, 2022), filho de Jonas Matos e Corina Rezende, a Fazenda Lagoa dos Porcos pertencia a Francisco José de Goes e Alzira Maria de Resende Gois, na época em que José Augusto Garcez, fundador do Museu Sergipano de Arte e Tradição, realizou algumas escavações arqueológicas nesta localidade.

Meu pai indicou o local e participou das escavações, nas quais foram encontrados urnas funerárias, panelas, machadinhas, cachimbos e outros objetos, os quais foram levados por José Augusto Garcez para Itaporanga D'Ajuda.



Figura 10 – Escavação arqueológica na Fazenda Lagoa dos Porcos, em Frei Paulo.

Dantas (1993, p.13) informa que “no primeiro quartel do século XIX, havia índios dispersos em vários pontos da província, conforme indicam os Mapas de População existentes no APES [...] Mas era nos aldeamentos que se concentrava o maior número deles. Reconhecia-se então, oficialmente, a existência das seguintes povoações indígenas: Aldeia de Água Azeda, Missão de Nossa Senhora do Carmo de Pacatuba, Missão de São Felix de Pacatuba, Missão de São Pedro de Porto da Folha e vila do Tomar do Geru”.

Na fala do presidente da província constam informações sobre a existência de cinco aldeias: Geru, Chapada, Água Azeda, Pacatuba e São Pedro, sendo que nas aldeias de Água Azeda e do Espírito Santo praticamente não existiam mais indígenas (AMARAL, 11 de janeiro de 1846, p. 58).

Vasconcelos (01 de março de 1849, fls. 28) em sua fala reitera que “não há na província, índios selvagens, no sentido rigoroso da expressão, mas que os haja sob as aparências de huma falsa civilização, e por isso grandemente carecedores da palavra divina, e dos influxos da religião de Jesus Christo, estando presente para a catechese três capuchinhos, incluindo-se o Reverendo Frei Cândido de Taggia, já bem conhecido por seus serviços como Missionário diligente e incansável”.

O frei capuchinho Dorothéo de Loretto era responsável pela Missão de São Pedro em Porto da Folha, sendo a única, em 1854, a receber alguma coisa do governo da província.

O governo da província desde então passa negar a existência de índios, contestando as informações do diretor geral dos índios, sendo que, em 09 de setembro de 1869 o presidente da província envia um ofício circular à Câmara da capital (Aracaju), pedindo informações do

Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas sobre índios e aldeamentos, indagando-o sobre o número de aldeamentos, data da fundação, número de pessoas, desenvolvimento intelectual e moral, costumes, renda das aldeias, tribos em estado selvagem, presença de missionários e meios empregados para civilizá-los (DANTAS, 1993, p. 57 e 61).

Assim, a exemplo das demais Câmaras Municipais e vigários das cidades e freguesias, em 29 de setembro de 1869 a Câmara Municipal de Itabaiana e, em 22 de dezembro de 1869, o vigário da freguesia de Itabaiana, remetem ofício ao vice-presidente da província informando que no município não há aldeamento (DANTAS, 1993, p. 58).

De acordo com Santana (2010, p. 24), “todas as aldeias sergipanas foram declaradas extintas na segunda metade do século XIX, passando os descendentes indígenas a serem considerados ‘integrados’ à população da nação. O episódio suscita indagações sobre a vida indígena no período, conflitos relacionados à espoliação das terras das aldeias e a possível resistência dos indígenas. Outra reflexão plausível é sobre as relações dos aldeados com escravos, quilombolas e proprietários de terras”.

Apesar dessa informação e da tentativa do governo em negar a existência das aldeias, a raça indígena perseverou e em 1979 conseguiu o direito de retomar a Ilha de São Pedro, à qual na década de 90 foi incorporada a Caiçara, preservando até os dias atuais a aldeia em que vive o povo Xokó.

No que diz respeito à presença indígena no território que hoje corresponde ao município de Frei Paulo, existe uma narrativa perpetuada ao longo de gerações de que frei Paulo encontrou aqui indígenas comandados por Imbiracema, o que não se mostra plausível porque quando os capuchinhos vieram realizar as missões a região já estava habitada pelo homem branco, bem como porque em 1869 o vigário e a Câmara Municipal de Itabaiana informaram que no município não havia aldeamento.

A única referência à existência da aldeia Embiropoan está na lenda Araán!... Araán!... (Lenda íncola do Catete), que narra uma festa esponsalícia ocorrida na selva alumiada, maravilhosamente, por Tatu, a lua cheia, na qual, a única filha do cacique, a formosa princesa Jacuruna, teria de ser escolhida por um dos lugares-tenentes para esposa, e assim, se diz que os guerreiros de outras tribos foram convidados para a festa, dentre as quais, aparece da Embiropoan a chã de embira (São Paulo) (SEBRÃO, SOBRINHO, 2003, p. 181).

Os dados constantes nos livros de batismos da Paróquia de Itabaiana e a documentação analisada indica que desde meados do século XIX não existiam aldeias e nem índios selvagens na região que formava o município de Itabaiana.

Consta no livro de batismo n° 07 da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana o batismo de Anna, índia, com quatro meses, filha de Lourenço e Ana, realizado em 08 de julho de 1838 (Itabaiana. Livro de batismos n° 7, 1835 – 1841, p. 2). No livro de batismo n° 08 da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana o batismo de Maria, índia, com seis meses, filha de Joana Maria, realizado em 03 de outubro de 1841. E, no livro n° 11 (1857 – 1861) consta o batismo de Manoel, índio, nascido em fevereiro de 1859, filho de Manoel Joaquim e Maria Francisca, batizado em 27 de junho de 1859 pelo Padre Domingos de Mello Rezende, tendo como padrinhos Antônio Fernandes Pereira Lisboa e Antônia Ritta.

Da mesma forma, se registrou no livro de batismos n° 18 (1874-1877) da Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, o batismo de Amâncio, índio, nascido em fevereiro de 1875, filho de Juliana Maria de Jesus, batizado solenemente em 25 de dezembro de 1875 pelo Padre Vicente Ferreira dos Passos na Capela do Jenipapo.

Contudo, a presença do elemento indígena pode ser sentido nos nomes da língua tupi na geografia do território das matas de Itabaiana: Jenipapo (*yá-ndi-paba*), fazendas Batinga, Giboia, Itacotiara, Calumby, e riachos Jacoca, Taquary e Ymbira (GUARANÁ, 1916, p. 297-326).

Os índios também deixaram outros costumes, os quais serão tratados especificamente no capítulo que trata da cultura. Entretanto, de uma forma geral, os índios foram os pioneiros na utilização do milho, mandioca, inhame e instituíram o uso destes alimentos na produção de farinha, bolo e beijus.

Salvador (1627, p. 11) e Varnhagen (1877, p. 204) explicam o sistema usado para preparar a terra para o plantio, e destacam os principais alimentos produzidos pelos nativos.

Mas o ordinário e principal mantimento do Brasil é o que se faz da mandioca, que são umas raízes maiores que nabos e de admirável propriedade, porque se as comem cruas, ou assadas são mortífera peçonha, mas raladas, esprimidas e desfeitas em farinha fazem delas uns bolos delgados, que cozem em uma bacia, ou alguidar, e se chamam beijus, que é muito bom mantimento, e de fácil digestão, ou cozem a mesma farinha mexendo-a na bacia como confeitos, e esta se a torram bem, dura mais que os beijus, e por isso é chamada farinha de guerra, porque os índios a levam quando vão a guerra longe de suas casas, e os marinheiros fazem dela sua matalotagem daqui para o reino (SALVADOR, 1627, p.11).

Outros costumes e vocábulos foram deixados pelos índios em nossa cultura: o uso do milho e da mandioca, das folhas da mandioca ou maniçoba, do inhame e aimpim e todos os meios de cultivar e preparar estas duas substancias alimentícias, bem como as aboboras, o feijão, etc. Delles, e não de Portugal, foi tomado o systema, ainda hoje seguido geralmente pelos nossos lavradores, de roçar e derrubar, cada dous ou tres annos, novas mattos virgens, queimal-os, encoivaral-os, e por fim semeal-os, ficando o terreno atravaneado de tocos e madeiros, que pouco a pouco se vão apodrecendo, continuando a estrumar a terra, mas dificultando o passo aos trabalhadores, e roubando ás sementeiras muita superficie (VARNHAGEN, 1877, p. 204).

Importante observar que as informações de frei Vicente Salvador (1627, p. 11) estão descritas no livro *História do Brasil*, em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil, escrito na Bahia a 20 de dezembro de 1627, na época em que a colonização de Sergipe estava começando.

O ESCRAVO NEGRO NAS MATAS DE ITABAIANA

Desde o início da colonização houve a utilização do trabalho escravo e o registro dos maus-tratos perpetrados pelos senhores de engenho contra os escravos, o que dava causa às rebeliões, fugas e formação dos quilombos.

Nunes (2006, p. 57) relata que “a presença do escravo negro na vida sergipana é contemporânea ao início de sua colonização, atesta a doação das primeiras sesmarias. Os mais antigos dados estatísticos conhecidos datam de 1802 registrando a presença de 19.434 escravos numa população de 55.668 habitantes”.

O Tribunal de Justiça de Sergipe apresenta “as oito faces rumo a abolição”,

Entre os séculos XVI e XIX cerca de 4 milhões de negros foram escravizados e trazidos da África para construir o Brasil. Aqui, os africanos e seus descendentes brasileiros trabalharam nas lavouras, fazendas de gado, nos engenhos de açúcar, na produção do algodão, nos navios, no comércio, no transporte de alimentos e mercadorias, na construção de igrejas, de fontes, no calçamento de ruas, na limpeza pública e em tudo o que existia.

No Brasil, os escravos recebiam a classificação jurídica de ‘coisas’, podendo ser vendidos, trocados, doados. Eram classificados nos inventários de seus senhores como ‘bens semoventes’, como o gado, para diferenciá-los dos bens imóveis, como casas, engenhos e sítios. Entretanto, tal classificação só tinha sentido nos papéis da Justiça, pois os negros escravizados possuíam vontade própria, inteligência, talento e uma cultura de origem, que contribuiria para formar o povo brasileiro.

As ordenações e leis do reino de Portugal que vigoraram no Brasil, inclusive depois da independência, estabeleceu a obrigação aos proprietários de escravos que promovessem o seu batismo, sob pena de os perder.

Mandamos, que qualquer pessoa, de qualquer stado e condição que seja, que scravos de Guiné tiver, os faça baptizar, e fazer christãos do dia, que a seu poder vierem, até seis meses, sob pena de os perder para quem os demandar.

E se algum dos ditos scravos, que passe de idade de dez annos, se não quizer tornar christão, sendo por seu senhor requerido, faça-o o seu Senhor saber ao Prior ou Cura da Igreja, em cuja Freguezia viver, perante o qual fará ir o dito scravo; e se elle, sendo pelo dito Prior e Cura amoestado, e requerido per seu senhor perante testemunhas, não quizer ser baptizado, não incorrerá o Senhor em dita pena (CÓDIGO PHILIPPINO. Quinto Livro das Ordenações, Título XCIX, p. 1247).

O batismo dos escravos era uma das formas de registro de propriedade, e indica que os mesmos não eram tratados como seres humanos, e sim como animais. Com esse pensamento, seus proprietários os colocavam numa posição de degrado físico, moral e psicológico, o que alcançava o instinto natural do ser humano de defender-se pessoalmente e aos seus familiares de qualquer forma de opressão.

Dantas (1980, p. 37) explica sobre a desigualdade do senhor e do escravo, destacando a moradia de ambos.

O contraste entre a casa-grande e a senzala definia a posição escravista do senhor: Sendo o negro uma coisa e não uma pessoa humana, os sentimentos humanos do senhorio eram encobertos pela distância das casas, suficiente para conter os ímpetos de revolta.

Mott (1993-1999, p. 127), por sua vez, divulgou um documento inédito existente na Torre do Tombo de Lisboa, que contém uma série de denúncias das crueldades e torturas praticadas pelo mestre de campo Garcia D'ávila Pereira Aragão na Bahia do século XVIII. O referido documento apresenta com riqueza de detalhes uma série de castigos e torturas praticadas contra os escravos de todas as idades, inclusive crianças de três e seis anos.

De fato, as torturas e maus-tratos impostos pelo senhorio contra os escravos eram a maior causa para as revoltas, e consequentes fugas e formação dos quilombos. Sendo os escravos dotados de inteligência, sentimentos e emoções, eles não aceitavam os castigos e reagiam através das fugas, e até contra os seus senhores.

Moot (1983, p. 137), analisando os anúncios de jornais, explica o contexto que se davam as fugas.

Embora predomine em Sergipe a fuga individual, por vezes os escravos escapam em pequenos grupos: há três anúncios de dois escravos fugidos juntos, um magote de três negros, três de um homem e uma mulher e dois de duas mulheres. Nestes casos, geralmente os desertores apresentavam certas similaridades, como pertencerem à mesma etnia, ou serem ambos crioulos ou de idade próxima.

Data de 1663 a informação dos moradores de Itabaiana e outros da capitania de Sergipe sobre a formação dos mocambos de negros fugidos que havia por aquelas partes, e que resultava em grande prejuízo para a lavoura e a criação de gado.

Lima Junior (1914, p. 131) relata em sua obra *Monographia Histórica do município de Itabayana*,

Pelo meiado do século 17º, já ia mais próspera a colonização, quando os negros escravos revoltados em toda a Capitania contra o senhorio, organizados em diversos mucambos com sede em o rio São Francisco, no Piauí e Lagarto, estabeleceram também na Itabayana um poderoso mucambo, provavelmente no lugar que ainda hoje conserva este nome.

Não se fez demorar o Governo da Capitania em perseguir os rebellados, que commettiam todos os excessos, e despachou uma expedição para diversos pontos em Janeiro de 1662, indo dar caça aos mucambistas de Itabayana em outubro e novembro de 1663, uma expedição commandada pelo Capitão Simão Fernandes Madeira.

De fato, em 13 de outubro de 1663 foi expedida uma portaria “encarregando o capitão de campo Simão Fernandes Madeira da destruição dos mocambos e captura dos escravos de Tabayana e Seregippe Del-Rei, com a advertência para que de nenhuma maneira entregue, nem descaminhe peça alguma porque será castigado com todo rigor” (Documentos históricos. 1929, p. 122/123).

Freire (1906, p. 298) esclarece,

Data de 1668 a divisão de Sergipe em Districtos Militares, com a criação do Corpo de Infantaria de Ordenanças, para zelar a ordem pública da capitania.

Depois da expulsão dos holandeses, a formação de mocambos de negros fugidos preocupou a atenção dos governos.

Seus pontos prediletos foram: Itabaiana, Rio São Francisco e Rio Real.

Em 23 de março de 1668, Alexandre de Sousa Freire do Conselho de Guerra de Sua Majestade expede a Carta Patente do posto de capitão da Companhia de Infantaria do Distrito de Itabaiana, da capitania de Sergipe, na pessoa de Domingos de Lapenha Alvarado, o qual foi ocupado, posteriormente, em 11 de dezembro de 1671, pelo alferes Luiz Pereira da Silva.

Carvalho (1973, p. 35), destaca que “com a criação do Distrito, foi fácil combater os negros, localizados nas terras itabaianenses no mocambo sito onde hoje se ergue a cidade de Mocambo, entre Frei Paulo e Carira. Diversas expedições foram formadas, e depois de muitos combates, os negros foram vencidos pela força maior dos soldados da capitania”.

Em 21 de maio de 1669 foi expedido o regimento instruindo Fernão Carrilho a fazer entradas aos mocambos de Jeremoabo, para queimar e assolar o mocambo, e destruir todas as plantas, e ainda, matar os escravos que resistissem e aprisionar os que quisessem fugir (Documentos Históricos. 1928, p.192/194).

Embora conste que o regimento foi emitido nesta data, a Carta Patente do posto de capitão para entrada nos mocambos de Jeremoabo data de 21 de maio de 1668, e a pessoa de Fernão Carrilho foi escolhida em razão da prática da disciplina militar, e muita experiência do sertão e por ter servido durante nove anos como soldado e Alferes de Infantaria da Ordenança da Capitania de Sergipe Del-Rei.

Na primeira entrada que fez contra esses mocambos, isto em 1670, a maior parte dos homens brancos, que o acompanhavam desertou, mas Fernão Carrilho, com poucos índios, investiu contra um mocambo ‘onde havia mais de 200 negros’ e os desbaratou e pôs em fuga, fazendo 20 prisioneiros e destruindo-lhes a povoação. Na segunda entrada, os 17 tapuias que o acompanhavam também desertaram o capitão, mas este, somente com um companheiro, se atirou ousadamente contra os negros, desbaratando-os, destruindo-lhes os mantimentos e aprisionando-lhes 12 (CARNEIRO, 1966. p. 119/110).

Em 30 de agosto de 1671 foi dada a Carta Patente do posto de capitão dos quarenta soldados milicianos, na pessoa de Fernão Carrilho, para entrar nos mocambos de Sergipe, “autorizando-o a ajuntar a gente que for necessária, assim brancos, como mestiços, mamelucos, mulatos e índios voluntários, para fazer qualquer entrada que fizer aos mocambos, além dos quarenta homens de que é capitão” (Documentos Históricos. 1929, p. 152/154).

Em 1688 Dom Pedro “faz mercê a Fernão Carrilho para seu filho Feliciano Prudente, de 88\$000 effectivos nos Dízimos dos Palmares, em consideração pelos feitos de Fernão Carrilho nas entradas que fez em 1670 e em outras que fez passante de 80 léguas pelo sertão e na destruição do Quilombo dos Palmares, e ainda assistindo por ordem de D. Rodrigo de Castello Branco, ao entabolamento das minas de Itabaiana acompanhando a Jorge Soares de Macedo a vários lugares e serras distantes em ida e volta mais de 200 legoas” (Documentos Históricos. 1935, p. 426/436).

Até 1886, embora o movimento abolicionista estivesse cada vez mais forte, ainda se registrava a compra e venda de escravos na vila de Itabaiana.

Passos Subrinho (2009, p. 40/41) transcreve integralmente um documento do Arquivo Judiciário do estado de Sergipe, que trata da compra e venda de um escravo feito por Simeão de Souza Monteiro residente na fazenda Batinga, da freguesia de São Paulo.

Escritura de compra e venda do escravo Teodósio pela quantia de 600\$000 mil reis como abaixo se declara. Saibam quanto este público instrumento de escritura de compra, venda, paga e quitação ou como em direito melhor nome tenha que sendo no ano de Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1886.

Nesta vila de Itabaiana, aos 13 dias do mês de fevereiro do mesmo ano em meu Cartório compareceram como partes outorgantes aviados o informante Contratador de uma parte como vendedor obrigado Tenente Simeão de Souza Monteiro, morador na Fazenda Batinga desta Paróquia e de outra como comprador o sitiante Pedro Alves de Vieira e Souza, morador na Fazenda Saco do Ribeiro desta Paróquia, reconhecidos pelos próprio de mim Escrivão e das

testemunhas abaixo assinadas do que dou fê e por vendedor obrigado Tenente Simeão de Souza Monteiro foi dito assim escrevam perante as testemunhas que era senhor e possuidor em mansa e pacífica posse de um escravo de nome Teodósio, solteiro, preto, com 23 anos de idade ao tempo da matrícula, solteiro, natural desta província, com profissão da lavoura, matriculado com os números 615 de ordem na matrícula geral, e 7 na relação, matriculado na Coletoria desta vila em 2 de maio de 1872, e que vendia o mesmo escravo ao segundo, o outorgantes Pedro Alves de Vieira e Souza pela quantia certa de seiscentos mil réis, valor que recebeu ao passar desta e de que lhe dava quitação e pelo comprador aceitante foi igualmente desta assinada escritura perante as testemunhas herdeiro do primeiro outorgante que assentava o presente instrumento, e eu Escrivão assentei em nome dos ausentes a quem tocar possa. Neste ato foi me apresentado do Conhecimento de haver pago o imposto correspondente a importância da compra, cujo teor é o seguinte. N. 88 exercício de 1885 a 1886. A folhas 22 verso do livro de receita fica debitado o Exator José Amâncio Bezerra a quantia de trinta mil réis, importância que pagou Pedro Alves de Vieira e Souza, cinco por cento de seiscentos mil réis de meia sisa de escravo, por quanto comprou a Simeão de Souza Monteiro o escravo Teodósio, preto, com 23 anos de idade ao tempo da matrícula, solteiro, natural desta província, e para constar se deu este assinado pelo Exator e Escrivão em 19 de fevereiro de 1886. O Exator Bezerra, Escrivão Mendonça, no verso do mesmo conhecimento lavra uma verba do teor seguinte. N. 12, réis 5.000, pagam cinco mil réis de emolumento da tabela.

Exatoria de Itabaiana, 19 de fevereiro de 1886. O Exator Bezerra, o Escrivão Mendonça. A presente foi escrita em meu cartório e assinada pelos outorgantes e testemunhas presentes, depois de ser esta lida por mim, de que tudo dou fê. Eu José Dias da Cunha Soares, Escrivão que escrevi e firmo o meu sinal público de que uso.

Em testemunho da Verdade

José Dias da Cunha de Souza
Simeão de Souza Monteiro
Pedro Alves de Vieira e Souza
Tertuliano, José de Santa Ana
Rozendo de Souza Monteiro
José Ignácio de Souza

No livro de batismo nº 08 de 1841-1843 da Paróquia de Santo Antônio de Itabaiana consta o batismo de Alecil, com três semanas, filho de Izabel, escrava de Antônio Francisco Rodrigues de Lima, realizado no dia 08 de agosto de 1841. No livro nº 10 de 1852-1853 consta o batismo de Benedita, filha de Maria, escrava de Manuel Felix Passos. Na fl. 120 do mesmo livro consta o batismo de Lourenço, filho de uma escrava de Antônio Francisco Rodrigues de Lima, realizado em 02 de abril de 1855.

No livro de batismos nº 14 (1866-1867) da Paróquia de Santo Antônio de Itabaiana consta o batismo de Jorge, filho de Catharina, escrava de Francisco Nunes de Rezende, realizado em 03 de junho de 1865 e, o de Maria, filha de Ignes, escrava de Pedro Celestino da Cunha, realizado em 23 de setembro de 1866.

Consta no livro de batismos nº 15 de 1867-1870 da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, o batismo realizado em 06/01/1869 no Sítio Taboleiro da Imbira, de Manoel, filho de João e Liandra, escravo de José de Souza e, em 04 de setembro de 1870 na Capela do Taboleiro da Imbira, o de Martinha, filha de Agustinha, escrava de José Telles Barreto, ambos, realizado por frei Paulo Antônio de Casanova.

No livro 16 dos batismos da Paróquia de Itabaiana de 1870-1874 consta o batismo de Maria, filha de Ritta escrava de Miguel dos Santos Lima, o de José, filho de Pedro e Ritta, escravos de José de [...], o de Rufino, filho de Margarida, escrava de Victor Manoel de Andrade, realizado em 06 de setembro de 1870 pelo frei Paulo de Casanova, o de Sypriano, filho de Martha, escrava do Coronel José Antônio de Carvalho Lima, realizado em 24 de dezembro de 1871, e o de José, filho de Hilário, escravo de Joanna de Andrade e Maria (liberta) realizado em 25 de dezembro de 1871, estes, pelo padre Francisco Antônio de Carvalho.

No livro de batismos da Paróquia de Itabaiana nº 17 de 1871-1888, a partir de 12 de novembro de 1871, constam vários batismos de nascidos do ventre livre realizados na Capela São Paulo.

No livro de batismos da Paróquia de Itabaiana nº 18 de 1874-1877 constam o batismo de Jesuíno, nascido em agosto de 1875, filho de Lucinda, escrava de Quintiliano José Pacheco, o de Felismina, nascida em novembro de 1875, filha de Hilário, escravo de Estandislao Rodrigues de Andrade e de Mauriceia Maria do Nascimento, e o de Maria, nascida em 1875, filha de Marcelino, escravo de Antônio José da Costa e de Maria da Conceição, ambos realizados na Capela do Jenipapo/São Paulo.

Consta o casamento de José, escravo de Joaquim Guedes da Costa, com Alexandrina Jesuína dos Santos, moradores de São Mateus, realizado no dia 01 de junho de 1874 (Itabaiana. Livro de casamento nº 02 – 1867 – 1878, p. 13-V).

No livro de batismos da Paróquia de Itabaiana nº 19 de 1877-1879 consta o batismo de Lourença, filha de José, escravo de José Alves Teixeira, realizado em 02 de setembro de 1877 na Capela de São Paulo.

Os batismos realizados no período de 1865 a 1888 mostram a presença de escravos em Frei Paulo (freguesia/vila de São Paulo à época) em nome dos senhores Antônio Francisco Rodrigues Lima, José Alves Teixeira, João Paulo Barreto, José Telles Barreto, José Antônio da Costa (domiciliado no quarteirão da Serra Redonda), José dos Santos Lima e Miguel dos Santos Lima (do quarteirão da Serra Redonda), Capitão Manoel Felix Passos, José Antônio de Lima, Pedro Correia da Silva, Cassimiro da Silva Mello, Manuel Nunes de Rezende, Quintino José Pacheco, José Joaquim da Fonseca, André Corcino dos Reis, Victor Manoel de Andrade, José Correia Dantas, Brás Vieira de Mattos, Joaquim Guedes da Costa, Francisco Pereira Bezerra, Joaquim José da Costa, Malaquias José Pereira, Francisco Tavares da Motta, Vicente José de Santiago, Eleutério Rabello de Moraes, Quintiliano José Pacheco, Estandislao Rodrigues de Andrade, José Antônio de Carvalho Lima, Antônio José da Costa, e das senhoras Anna Rita do Espírito Santo, Joanna de Andrade, Maria da Conceição, Maria e Antônia Maria de Jesus.

Felizmente, essa página negra da nossa história foi aos poucos sendo modificada. Primeiro veio a Lei Euzébio de Queiroz de 04 de setembro de 1850 que proibiu o tráfico de escravos, fato que contribuiu para a diminuição dos escravos no Brasil. Depois veio a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871 e a Lei dos Sexagenários de 28 de setembro de 1885, e finalmente em 13 de maio de 1888 veio o fim da escravidão através da Lei Áurea.

Em 13 maio de 1888, a Lei Áurea extinguiu definitivamente a escravidão no Brasil. Em Sergipe, essa lei colocou em liberdade 16.888 homens e mulheres “de cor”. A população total nesse mesmo ano era de 283.112 habitantes, portanto a população escrava representava cerca de 5,6 %, margem relativamente pequena se comparada à população total (AVELINO, 2011, p. 360).

Acabou a escravidão, permaneceram os conceitos e preconceitos construídos durante mais de três séculos, sendo preciso criminalizar a prática de injúria racial, racismo e, principalmente, o trabalho escravo.

O crime de injúria racial está disciplinado no art. 140, § 3 do Código Penal - Decreto Lei 2848 de 7 de dezembro de 1940, que consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência para injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro.

A Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, estabelecendo também, que o crime de racismo é inafiançável e imprescritível.

O art. 149 do Código Penal Brasileiro define as condições de trabalho análogo à escravidão — quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto — e estabelece a pena de reclusão, de dois a oito anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

Além da contribuição no desenvolvimento econômico do Brasil, os negros escravos deixaram sua marca na cultura, costumes e vocabulário.

O vocabulário da casa grande se misturou com o da senzala e produziu uma só linguagem através de dialetos que são usados no nosso cotidiano, conforme sintetizou Gilberto Freyre, dentre os quais destaco os mais conhecidos: canga, dengo, cafuné, mulambo, caçula, quitute, mandinga, moleque, camundongo, munganga, cafajeste, quibebe, quengo, batuque, banzo, mucambo, banguê, mocotó, bunda, zumbi, vatapá, caruru, mucama, quindim, catinga, mugunzá, tanga, cachimbo e candomblé (FREYRE, 2003, p. 216).

Atualmente, o povoado Catuabo está reconhecido como comunidades quilombola.

O Quilombo Catuabo está localizado na cidade de Frei Paulo, no semiárido sergipano, a 74 quilômetros de Aracaju. É constituído por mais de 150 famílias, que há anos lutam pela titulação de suas terras, delimitadas em 886,7775 ha. Segundo os quilombolas mais velhos, o fundador da comunidade foi o negro e ex-escravizado Bernardo dos Santos, que, tendo sobrevivido ao massacre de Canudos, migrou com a família para a região, então conhecida como matas de Itabaiana, no fim do século 19. Pouco tempo depois, a família do branco João de Dona chegou à localidade e, como foi comum na história da formação do povo brasileiro, os dois ramos familiares, conhecidos como os “Bernardos” e os “Donas”, logo se ligaram, dando origem à comunidade quilombola de Catuabo (SILVA, 2016, p. 2).

Apesar do município de Frei Paulo (matas de Itabaiana à época) ter sido escolhido pelos escravos para formação de quilombos, percebe-se que não houve o fortalecimento da cultura deixada pelos mesmos, como visto em outras localidades. Isso é evidenciado pela ausência (ou quase ausência) de elementos comuns da cultura negra, como manifestações artísticas e culturais próprias, centros religiosos de cultos e religiões de matriz africana, etc.

A PRESENÇA DOS CAPUCHINHOS NAS MATAS DE ITABAIANA

Frei Paulo, “um homem além do seu tempo”⁵.

Frei David, “mais forte que o Davi da Escritura”⁶.

A história dos capuchinhos italianos no Brasil tem sua origem em 1705 quando o estado se vê forçado pela necessidade, a autorizar a entrada dos missionários, para darem assistência aos índios nos aldeamentos, núcleos originários das futuras vilas e paróquias da Igreja do Padroado (ZAGONEL, 2001, p. 8).

Assim, em 26 de janeiro de 1705, por decreto da regente D. Catarina de Bretanha, o *Hospice* de N. S. da Piedade foi entregue aos capuchinhos italianos (Frades Menores Capuchinhos da Bahia e Sergipe, 1983, p. 9).

É sabido que os franciscanos seguem a orientação dos princípios de São Francisco de Assis, dos quais, são elementares a humildade, pobreza e pregação itinerante. Passaram a ser conhecidos pelo nome de capuchinhos em razão do capuz por eles usado.

Inicialmente, os capuchinhos tanto franceses quanto italianos tinham a missão de catequizar e converter os indígenas, porém, com o tempo, passaram a exercer seu ministério junto à população em geral, por meio das santas missões, nas quais, em nome de Cristo expandiam os ensinamentos do catolicismo, e ainda, pretendiam incutir bons costumes, dignos de verdadeiros cristãos.

Karsburg (2015) conta que “uma das formas encontradas pelos capuchinhos para reavivar a fé nas pessoas e guiá-las na ‘sã moral’ era exortá-las a participar de obras como a ereção de cruzeiros, a reforma ou construção de cemitérios, capelas e igrejas. Incentivar e estar à frente dessas operações fazia parte do método dos frades italianos, tendo sido essas verdadeiras marcas de sua presença no Brasil o que orientou, não muitos anos depois, as ações de missionários como o padre Ibiapina e beatos como Antônio Conselheiro [...] Os religiosos exerciam um apelo junto às pessoas que surtia efeito imediato. Em pouco tempo, onde nada havia ou o que existia estava em ruínas, erguiam-se igrejas, capelas, muros de cemitérios ou cruzeiros que se tornavam objeto de veneração. Por essa capacidade de mobilização e ordenação social, os capuchinhos foram recebidos com grande simpatia pelas lideranças das vilas. Muitas vezes as autoridades locais pediam aos bispos que os frades se tornassem vigários das vilas”.

As missões observavam as temáticas predominantes sobre a morte, o juízo, o inferno e o paraíso, em que os missionários fundamentavam suas pregações, exortando à conversão, como visto nos ensinamentos de frei Inocêncio:

Penitência! Meos irmãos peccadores penitência! O vosso Deus por um excesso de sua misericórdia, vos concede estes dias de indulgencia e de geral perdão, a fim de que conhecendo o perigosíssimo estado em que se acha a vossa pobre alma, deixai finalmente o caminho do pecado e do inferno e entreis no da graça e da salvação (APIRO, p. 14).

A metodologia dos missionários capuchinhos para reavivar a fé ou conclamar o povo a auxiliar em obras eram, geralmente, bem aceitos pelas autoridades locais. Contudo, havia quem desconfiasse da metodologia empregada por eles, como o pároco da freguesia de Rio Claro, José Antônio da Silva Chaves, que também era secretário da diocese fluminense, tendo enviado documento ao bispo dom Manoel do Monte em 18 de outubro de 1846, fazendo duras críticas aos capuchinhos (KARSBURG, 2015).

5 Juvenilson Lima Menezes, natural de Frei Paulo, Sergipe, Maestro da União Lira Paulistana.

6 Severiano Maurício de Azevedo Cardoso, mais conhecido como Severiano Cardoso, professor, poeta, jornalista, político e autor de textos literários, nasceu em Estância, em 14 de março de 1840.

A ideia de trabalho coletivo continua viva no nosso cotidiano, não como forma de expiação, mas como forma de caridade e solidariedade, através dos mutirões que se formam para construir a casa de uma pessoa desprovida de recursos.

Relembro que na década de 70, morando na localidade Onça, por muitas vezes, vi e ouvi as histórias de pessoas que tinham se juntado para fazer adobo e levantar a casa de alguém, bem como as tradicionais farinhadas, quando os amigos se juntavam nas casas de farinha para rasparem a mandioca.

Já a ideia de purificação ou expiação continua presente em nossos costumes através da ação dos penitentes, que na quaresma saem em procissão seguindo o rito próprio, usando túnicas longas e capuzes, sem a maceração do corpo, rezando pelas almas e pela remissão dos pecados.

Indo direto ao ponto do presente estudo, deixo para trás a presença dos capuchinhos no período compreendido entre o século XVI a meados do século XIX, precisamente no lapso temporal entre 1500 a 1840, passando a ver os fatos que levaram o governo brasileiro a conceder abertura para o retorno desses religiosos para auxiliar o estado nos meios civilizatórios, notadamente, para mostrar a importância do trabalho como forma de expiação realizando obras em benefício da coletividade, e também como forma de dignificação do ser humano, formando assim o bom cristão e o bom cidadão.

Assim, com o objetivo de renovar o quadro de missionários capuchinhos no Brasil foi aprovado o Decreto nº 285 de 21 de junho de 1843, autorizando a vinda dos italianos para aqui exercerem seu ministério, cujo objetivo era a pacificação e civilização dos índios. Porém, com o Decreto nº 373 de 30 de julho de 1844, ficou claro que o governo apoiaria o trabalho missionário, contudo, reduzia os missionários a simples funcionários do estado, controlando as ações e o trabalho em favor dos interesses do governo.

Finalmente, após longas negociações entre o governo brasileiro e a Santa Sé, o Decreto nº 426 de 1845, criava o Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios, no qual reconhecia, de fato, o pleno direito da Santa Sé de organizar e reger as missões apostólicas como também tudo que concerne à distribuição e emprego dos missionários. Ao governo se reservava o direito de estabelecer, em harmonia com a Congregação da Propaganda Fide ou com seu representante, os lugares em que seriam fundadas as missões.

Paralelamente, em 18 de março de 1844 foi editada a lei dando autorização para que se concedesse uma diária de 1\$000 a cada um dos missionários capuchinhos, enquanto se julgasse necessário.

Aqui em Sergipe, inicialmente, foram enviados alguns missionários para catequização dos índios nas aldeias de São Pedro em Porto da Folha e Pacatuba. Dentre outros, destacamos frei Xavier Maria de Gênova, frei Anselmo de Adorno, frei Angelo de Onégia, frei Cândido de Taggia e frei Dorothéo de Loreto.

Nesse contexto, destacamos a vinda do frei Paulo de Casanova:

Estevão, nascido em 1º de dezembro de 1813, filho de Giovanni Battista e Luisa Damele, em 1834 entra para o noviciado recebendo o nome de frei Paulo Antônio Damele de Casanova de Rovigno – os nomes Paulo e Antônio indicavam os santos que deviam ser modelos para o missionário – sendo ordenado sacerdote em 27 de dezembro de 1837, e depois de frequentar por uns três meses o Colégio de São Fidelis⁷, juntamente com outros 18 missionários e dois irmãos, foram autorizados em 23 de abril de 1844 a virem para o Brasil, sendo frei Paulo designado inicialmente para desenvolver sua ação missionária no estado do Espírito Santo que se deu no período de 1844 a 1855.

7 O Colégio de São Fidelis foi inaugurado no dia 24 de abril de 1841, com a finalidade de preparar adequadamente os candidatos para o ministério apostólico, que deviam estar impregnados pelo espírito de piedade, zelo, abnegação e, sobretudo, de amor fraterno. (REGNI, 1988. P.351). Frei Paulo ingressou no Colégio São Fidelis em 09 de setembro de 1843.

[...] A zona, que às autoridades políticas por sua importância econômica, mais interessava, era a região de Itapemirim que, com seu movimentado porto, oferecia maiores perspectivas de desenvolvimento. Foi exatamente para a vila de Itapemirim que mandaram fr. Paulo Antônio como vigário encomendado (REGNI, 1988, p. 351, 455).

Frei Paulo de Casanova chegou ao Brasil em 1844 e se instalou inicialmente na vila de Itapemirim, no Espírito Santo, onde iniciou suas atividades como vigário encomendado, promovendo os sacramentos e realizando obras essenciais para a população.

Dentre as obras realizadas sob o comando de frei Paulo de Casanova, podemos destacar a construção da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, noticiada pelo jornal Correio da Victória, na edição de 26 de setembro de 1855, “Na vila de Itapemirim, por incumbência do governo, começou a construção da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, cuja primeira pedra foi lançada no dia 8 de setembro de 1847, iniciada a construção em 11 de janeiro de 1848 e inaugurada oficialmente pelo governo da província em 16 de agosto de 1855”, conforme relatórios da província e noticiários da época, embora a placa tenha sido feita ou colocada antes da conclusão dos serviços, vez que, consta o ano de 1853 (CORREIO DA VICTÓRIA, 26 de setembro de 1855, p. 2).



Figura 11 - Desenho de frei Paulo. Artista: Joseane Santiago

Segundo consta, a Igreja de Nossa Senhora do Amparo em Itapemirim foi construída à custa do rendimento da freguesia, fazendo-se auxiliar pelos donativos da religiosidade dos paroquianos, e por serviços do povo, destacando-se que, o sino e a pia batismal pertenciam à igreja de Monte Castello que foi destruída (O ESTANDARTE, 05 de novembro de 1871, p.3 e PAULA, 2013, p. 40).

Na arquitrave da porta principal foi colocada a placa com uma inscrição latina: “*D.O.M. Delubrum beneficentia Populi hujus constructum P. Paulus capuccinus hunc lapidem possuit anno 1853*” (A Deus Ótimo e Máximo. Igreja construída com a ajuda desta gente, Padre Paulo Capuchinho colocou esta lápide no ano de 1853).

Tanto Demoner (1983, p. 72) como Regni (1988, p. 456), relatam que, concomitantemente às atividades como pároco encomendado, sem descurar das suas atribuições e da construção da Igreja Matriz de Itapemirim, frei Paulo não parou de desenvolver ações missionárias, dentre as quais, no Aldeamento Afonsino, atual Conceição do Castelo, para ministrar os sacramentos para os índios puris. Também, levou sua palavra e seus préstimos às comunidades de Alegre e São Pedro de Alcântara do Rio Pardo (atual Iúna).

Rocha (2008, p.101) descreve o Aldeamento Imperial Afonsino, à época, da seguinte forma:

O Aldeamento Imperial Afonsino, regularmente estabelecido em 1845 por recomendação do governo geral, à margem esquerda do rio Castelo, no local onde existira povoação de mineradores conhecido por Bananeira, distava 22 léguas de Vitória, seis léguas de outro sítio de mineradores – Lavrinha – e três dias de caminhada da vila de Itapemirim, através de uma estrada que, a rigor, não passava de uma picada a machado e foice mata a dentro, com subidas penosas e atoleiros grandes no tempo das águas. Fazia parte do município da cidade de Vitória e era sujeito à jurisdição do distrito de Viana. O governo procurara formar aquela colônia agrícola, cuja denominação Afonsino foi escolhida em homenagem ao filho primogênito de D. Pedro II, o príncipe D. Afonso, aldeando os puris domesticados que o capitão Joaquim de Moraes Peçanha, residente na serra das Frecheiras, não se sentia capaz de acolher em sua fazenda.

Segundo informação do site da prefeitura de Iúna (2017), no povoado de São Pedro de Alcântara do Rio Pardo, atualmente Iúna, “no decorrer do ano de 1845, o missionário capuchinho frei Paulo de Casanova construiu, com o auxílio dos índios puris, a Capela de São Pedro de Alcântara, inaugurada com a presença do Barão de Itapemirim e benzida pelo seu idealizador”.

O atual pároco da cidade de Itapemirim, padre José Carlos Ferreira da Silva⁸, em conversa com a autora informou que os índios puris ficavam aldeados na localidade do Alto Caxixe. Registrou ainda, que o logradouro em que se edificou a Igreja de Nossa Senhora do Amparo na cidade de Itapemirim foi denominado de praça Frei Paulo, em homenagem ao missionário capuchinho. A partir de 1966, a praça da Matriz passou a ser denominada Barão de Itapemirim, em homenagem ao importante personagem da história do município, no século XIX.

Em acesso ao livro do tombo de Itapemirim, do padre Manuel Pires Martins, verifica-se que a Igreja de Itapemirim foi construída com 6 tribunas, 7 janelas, 2 púlpitos, medindo 24,64 m de comprimento e 13,20 de largura. Consta que, “a igreja é uma só nave; tem de comprimento o corpo 112 palmos; largura 60, altura 56 do abarrotamento até os frechaes: a capellamor 40 palmos em quadro, e a sacristia 20 palmos de fundo” (CORREIO DA VICTÓRIA, 26 de setembro de 1855, p. 2).

⁸ José Carlos Ferreira da Silva, natural de Iúna, ES, padre da Diocese de Cachoeiro de Itapemirim, Psicólogo Clínico e Educacional, Jornalista, licenciado em Filosofia, bacharel em Teologia, especialista em Comunicação pelo SEPAC e pelo Crec Avex, Lion, França, autor de diversas obras e Membro da Academia Iunense de Letras.

In loco, foi observado que as paredes foram construídas com mais de cinquenta centímetros de espessura, cuja estrutura, atualmente, se mantém intacta. Constatamos a existência de um órgão antigo e uma matraca, cuja data de aquisição não foi possível identificar.

Karsburg (2015) explica através da nota nº 9 que foi elaborado uma declaração dos vereadores da vila de Itapemirim a respeito do frei Paulo Antônio de Casas-Novas, no abaixo-assinado de 9 de julho de 1845 enviado ao bispo diocesano o qualificando como homem “de verdadeira fê, inteligência, sincera adesão à glória de Nosso Senhor, de moralidade e exemplo de santidade” (Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – ACMRJ, CO-35, Correspondências Diversas, 1845-55).

Frei Paulo Antônio teve seu trabalho reconhecido pelo presidente da província do Espírito Santo no relatório de abertura da sessão ordinária no dia 25 de maio de 1855, nos seguintes termos:

MATRIZ DA VILLA DE ITAPEMIRIM

O novo templo, que tem de servir de matriz nesta Villa, acha-se quasi acabado, havendo mui poderosamente concorrido para isto o Rev. Frei Paulo Antônio, vigário encomendado desta freguesia, o qual, cheio de um zelo ardente pela igreja de que he digno ministro se propôs a dotar a villa de Itapemirim de um templo magnifico, o que conseguiu depois de nove anos de incessantes trabalhos. Foi esta obra construída, como sabeis, em sua máxima parte, por meio de contribuições dos fiéis, agenciadas por aquelle sacerdote, entrando ele mesmo no número dos maiores contribuintes.

Ponderando-vos que o município de Itapemirim he um d'aquelles que mais se tem avantajado nestes último tempos, devo chamar vossa atenção sobre a conveniência de proverdes à comunidade dos seus habitantes, que morão a grandes distancias da matriz, e que por este motivo se achão quasi privados dos socorros espirituais. Assim pois me parece obvia a vantagem, que haveria em erigir-se em capella curada a povoação de Alegre (NUNES, 1855, p. 31).

No relatório de 8 de março de 1856, consta mais uma vez o reconhecimento do presidente da província do Espírito Santo ao trabalho de frei Paulo:

[...] cabe-me o dever de comemorar aqui a inauguração da matriz da Villa de Itapemirim, a cujo acto assisti a 16 de agosto do anno findo. He um templo bem acabado, construído sobre solidas bases, o que em grande parte é devido à atividade prodigiosa, e zelo verdadeiramente evangélico do capuchinho Frei Paulo Antônio de Casas Novas, então vigário da dita freguesia, que foi infatigável em promover meios de levar-o ao fim. O cofre provincial pouco concorreu para esta obra (BARÃO DE ITAPEMIRIM. 08 de março de 1856, p. 8-9).



Figura 12 - Igreja de Itapemirim/Espírito Santo - 1855



Figura 13 - Igreja de Itapemirim/Espírito Santo - 2018

Por ocasião da visita do imperador D. Pedro II ao Espírito Santo, que aconteceu no período de 26 de janeiro a 09 de fevereiro de 1860, especificamente, na passagem pela vila de Itapemirim, que aconteceu em 07 de fevereiro de 1860, finda a parada, Sua Majestade escreveu: “A vila tem ares de florescer; mas é pequena. Fui logo à matriz feita por esforços do missionário Casanova tendo sobre a porta a seguinte inscrição se [bem] me lembro: *D. O. M. Delumbrum beneficentia publici hujus constructum Paulus Capuccinus lapidem posuit anno 1853*” (ROCHA, 2008, p. 234).

Observe-se que os meios de locomoção na ocasião da visita do imperador eram o vapor, a galeota, a canoa, o cavalo e a pé. Logo, os meios de locomoção do missionário capuchinho não eram diferentes, sendo que, para ministrar os sacramentos no Aldeamento Imperial Afonsino, levava três dias de caminhada da vila de Itapemirim, através de uma estrada picada a machado e foice mata a dentro, com subidas penosas e atoleiros grandes no tempo das águas.

Percorrendo as estradas do Espírito Santo, notadamente, aquelas que ligam a cidade de Itapemirim a Iúna, Conceição do Castelo e Alto do Caxixe, cuja região fica localizada nas montanhas capixabas, entrecortadas por serras e cachoeiras de beleza exuberante, podemos constatar quão fatigante foi a missão empreendida por frei Paulo de Casanova para levar os sacramentos àquelas povoações, embora, não tenha esmorecido e optado por exercer plenamente a ação missionária.



Figura 14 - Alto do Caxixe/Espírito Santo – 2018



Figura 15 - Alto do Caxixe/Espírito Santo – 2018

Percebe-se do narrado por Demoner (1983) e Regni (1988) que frei Paulo de Casanova, cansado das obrigações paroquiais em vila de Itapemirim, pretendendo se dedicar apenas a atividade missionária, recebeu a exoneração do cargo de vigário encomendado, escrevendo sua última carta ao Comissário Geral em 10 de novembro de 1855, para assim deixar a vila de Itapemirim e assumir a vice-prefeitura da missão em Sergipe.

Em 1871, consta no documentário *Itapemirim, sua criação, história e decadência*, a importância de frei Paulo Antônio para o desenvolvimento da vila de Itapemirim:

Frei Paulo Antônio de Casas-Novas, capuchinho de alma pura e profundamente devota, ao qual também a província de Sergipe deve igrejas e cemitérios, sendo nomeado parócho em 1845, por falecimento do vigário colado Padre Joaquim de Sant'Anna Lamego, tractou immediatamente de edificar uma igreja matriz, conforme à população e importância do município; mas por escassez dos recursos só em 15 de setembro de 1855 entregou ao seu successor Padre João Philippe Pinheiro (outrora Frei João do lado de Christo) a chave da nova matriz espaçosa e sólida, que levantou à custa do rendimento da freguezia, fazendo-se auxiliar pelos donativos da religiosidade dos parochianos, e por serviços do povo.

Graças à sua perseverança, zelo religioso, e dedicação, depois de enormes sacrifícios pessoais e pecuniários, que se impozera até concluir a obra julgada

impossível em um século de tanta indiferença pela igreja catholica, Frei Paulo ao ausentar-se do seu querido Itapemirim deixava um monumento de sua devoção, de seu fervor religioso, de sua abnegação e desinteresse: ahi ficava um templo, que por ser singelo e pouco elegante, por não encerrar primores de architectura, e de ornamentação não chama menos a admiração pela sua amplitude, e boa estrutura.

Na maior parte das cidades, e villas mais importantes do Brazil não se achará uma matriz igual!

Faltão-lhe ainda as torres, que o fundador não teve tempo de elevar: é crença popular que ninguém mais as fará!

Está assentada no fundo de um pequeno campo, que fica além do chão da antiga igreja, perto da raiz de um monte.

Tem à esquerda, fazendo face ao reducto, o cemitério público construído no corrente anno por contracto com o Alfêres Felix Francisco de Oliveira e Silva, e à direita na linha posterior da sacristia o da irmandade de Nossa Senhora do Rozário.

Não parou n'isto a liberalidade de Frei Paulo: mandou vir da Corte a expensas suas para a igreja nova alguns vasos sagrados, alfaías, paramentos sacerdotaes, etc. Achando-se em Roma ainda d'alli fez presente à matriz de uma alampada de prata, e de objetos de devoção aos seus amigos.

Tambem o povo não lhe foi ingrato: com supplicas e lagrimas vencendo a modéstia do seu amado ex-vigário, mandou tirar-lhe o retracto, que colocou na sacristia, e nunca cessou de proferir com saudades e veneração um nome tão respeitável.

Na eterna mansão dos justos, onde terá recebido o premio de uma vida religiosa exempta de macula, deve quotidianamente chegar-lhe o echo dos sufrágios dos numerosos amigos que deixou na terra.

Um ministro, como Frei Paulo, dotado de todas as virtudes christãs; que era devoto sem ser hypocrita, e fanático; que pregava a moral acompanhada de exemplo; que amava mais os desfavorecidos da fortuna, do que os ricos, como Christo ensinara e praticara; que distribuia as rendas da freguezia em soccorros dos necessitados, e as viúvas e donzelas pobres, mas honestas; finalmente que mostrava compreender a humanidade, deveria entre as pessoas mais piedosas gozar, como gozava, da reputação de santo, e ser por todos os homens virtuosos de Itapemirim venerado e respeitado; principalmente tendo por antecessor um vigário de má vida, entregue a ambição, e a outras paixões mundanas, que por sua irreverencia fora obrigado em 26 de julho de 1833 a sahir occultamente da villa para a comarca de Campos; o qual voltando para freguezia recrudesceira nas profanações e nas picardias; pelo que os fregueses pouco e pouco forão fugindo até desertar completamente da igreja, e recair na barbaria.

Mas o povo de Itapemirim, sendo religioso, só se mostrava ímpio, porque não tinha um pastor virtuoso; por isso a fortuna deparando-lhe Frei Paulo, expandio-se em exercicios de devoção, e de religiosidade, mostrando-se assim digno d'aquelle que tanto de desvelava pela salvação das almas.

As festas religiosas da inauguração, e os festejos populares durarão desde 15 até 17 de Setembro de 1855.

De todos os extensos pontos do município, da capital, das villas visinhas, e até da cidade de Campos vierão muitas pessoas para aplaudir este acto solemne: a

villa de Itapemirim quase que não podia accommodar o povo, que concorria, elevando-se o numero a mais de dous mil e quinhentos circunstantes.

Frei Paulo no terceiro dia depois de pregar, pela derradeira vez, com a amabilidade habitual agradeceu a todos os seus ex-parochianos a cooperação, que durante dez anos lhe tinham prestado, e as provas dadas da benevolência, de afeição, e de submissão; depois com a humildade de um verdadeiro christão pediu-lhes perdão das ofensas, que involuntariamente tivesse feito; finalmente com ternura paternal despedio-se de todos.

Confundirão-se os soluços e as lágrimas dos que ficavam, e d'aquelle que partia para não mais voltar...Foi uma scena, que acabou de comover os corações mais duros.

Quase todos os habitantes da villa mostrarão se dispostos a obstar a retirada de Frei Paulo, e a oppor-se à nomeação do Padre Pinheiro, como já tinham praticado com outro vigário, que nem mesmo pode tomar posse da freguezia; mas a intervenção da autoridade pública, os prudentes conselhos de algumas pessoas, e sobretudo os rogos do próprio ex-vigário, alcançaram a moderação e resignação do povo, evitando-se assim uma sedição, que viria recordar o passado tenebroso do Itapemirim.

Uma reprodução d'aquelle retracto estaria hoje ornando uma das salas da Camara, entre os dos cidadãos, que por seus feitos em prol do município tem direito a estima, ao respeito e à gratidão pública, se um malévolo (por inveja) furtando-o da sachristia, não o tivesse sumido...

Não escrevemos pelo gosto de adular, ou lizongear a pessoa alguma; se elogiamos, é por que o louvor é devido; é porque a verdade, que nos serve de guia nas descrições, e na história, addimos a imparcialidade (O ESTANDARTE, 05 de novembro de 1871, p. 3).

Após deixar a vila de Itapemirim e assumir a vice-prefeitura da missão em Sergipe, frei Paulo passa a residir em São Cristóvão, exercendo esse cargo até 1871, quando foi nomeado prefeito da missão na Bahia indo morar no Convento da Piedade.

Em 04 de maio de 1860, foi concedida gratificação mensal de 50\$000, para alimentos, a cada um dos missionários capuchinhos, frei Paulo Antônio e frei David de Peruggia, italianos, enquanto permanecessem missionários na província de Sergipe.

Ao assumir a vice-prefeitura da missão em Sergipe, frei Paulo passou a realizar as santas missões designadas pelo governo da província. Além disso, contou com a colaboração do frei David na realização das missões, como destacado por Regni (1988, p.457):

Com a colaboração de frei Davi, fr. Paulo Antônio pôde iniciar um vasto ciclo de missões populares, com incalculável bem espirital para as almas. As estatísticas falam de 45 missões, sempre acompanhadas de grandes obras sociais. Em pouco mais de uma década foram construídos 4 cemitérios e uns 15 açudes. Ademais foram feitas as matrizes de Pacatuba, Porto da Folha, vila Cristina (Cristinápolis), São Paulo de Itabaiana (Frei Paulo-SE). Laranjeiras deve a eles a construção da Santa Casa e a restauração da matriz.

Embora conste a atuação de frei Paulo e frei David nas localidades acima mencionadas, importante registrar que os benefícios espirituais e sociais dos dois missionários capuchinhos foram muito além, e merecem ser destacados.

No dia 21 de março de 1860 o governo da província expediu officio para o presidente da comissão encarregada de promover os meios de efetuar a construção de um cemitério na capital,

informando que, como primeira medida se dirige aos missionários apostólicos frei David e frei Paulo para que, quando findar a “piedosa missão em que ora se achão em Itabaiana, venham a Aracaju para abrirem nella uma santa missão, o que a comissão julgou um meio poderoso e eficaz para despertar os fiéis e faze-los conhecer que seo próprio interesse lhes impunha o dever sagrado de auxiliar pelos meios ao seo alcance a construção do cemitério” (CORREIO SERGIPENSE, 02 de maio de 1860, p. 2).

Assim, na mesma data, remete officio a frei Paulo:

Tornando-se actualmente da indeclinável necessidade a presença de v. rever. nesta capital para o fim de com suas prestiosas prédicas animar, e convencer a não pequena parte dos habitantes da mesma do dever de concorrerem com suas esmolas e serviços para se poder levar à efeito a construção de um cemitério decente, do que tanto aqui se há mister, a cuja obra já está por esta Presidencia determinada, convido a v.rever. que tanto que ahi termine a caridosa missão em que se acha, dirija-se a esta cidade para o fim supradito, o que espero da piedade inerente ao seo sublime ministério”. Identico a Fr. David (CORREIO SERGIPENSE, 02 de maio de 1860, p. 2).

No dia 13 de maio de 1860 tem início a santa missão na capital com a procissão da penitência:

[...] Após o reverendo capuchinho Frei Paulo orar doutrinando sobre um dos pontos do cathecismo, realizou-se a procissão da penitencia, precedida pela Imagem do Crucificado. Seguião-na, em duas alas, todos os meninos, depois os adultos, o clero com a cruz, as virgens vestidas de branco com os cabelos soltos atados apenas, pela fronte, com uma fita da mesma cor, levando em mão uma vela, e quatro conduzindo a Imagem da Virgem da Piedade, dirigidas por quatro madronas...Guardou-se nesta procissão a melhor ordem, a maior veneração, o maior respeito.

Foi um acto sumamente tocante e edificante. Os ministros do Senhor tiravão a ladainha de todos os Santos, e o povo respondia com a maior piedade.

Não se deo o espetáculo deshumano de se ver penitentes retalhando-se as carnes vertendo destas o sangue, e compungindo corações.

Os Reverendos missionários tiveram a prudente discrição de o prohibirem, deixando isso para o recolhimento de cada um, que assim o quizesse em sua consciência, certos de q' não eram as disciplinas que lavarião suas culpas; que a verdadeira penitencia, era uma cordial contricção, a confissão das culpas, e o proposito firme de arredar-se delas, para uma vida morigerada segundo as leis e preceitos da Igreja de Jesus Christo e de suas Divinas palavras no decálogo.

Seguiu a procissão pelas ruas do barão, em três faces da praça de palácio, rua da Aurora até o estaleiro, adiante do qual se achava uma “montanha” de pedras que em menos de 1 quarto d' hora desapareceu, ocupando cabeças e hombros desde o presidente da província até o último cidadão, se encaminhou a procissão ao logar do cemitério, onde depositou toda a pedra e regressou a recolher-se.

Ao recolher-se a procissão subio ao púlpito o Reverendo Padre Frei David.

No dia 14 de maio de 1860, foi colocada oficialmente a primeira pedra para edificação do cemitério da Capital, o qual fica ao poente da estrada do Santo Antônio, em um quadrado de 300 palmos de frente por 300 palmos de fundo (CORREIO SERGIPENSE, 10 de maio de 1860, p. 4).

Em 22 de maio de 1860, o presidente da província, Manoel da Cunha Galvão, rende homenagens a frei David e frei Paulo, em um expediente no qual concluiu dizendo as seguintes palavras:

Qual a Religião que não a Catholica Romana poderia induzir 10 mil penitentes a conduzir pedra para o Cemitério como nós vimos com um ardor infatigável quer de dia, quer de noite! Qual a Religião que induziria as primeiras autoridades a tal prática? as senhoras do mais fino trato a carregar sobre os seos débeis e delicados hombros grandes pedras n'uma estrada de area e montanhosa a não ser a Religião do Homem Deus?

Recebei, pois, Ministros do Senhor, da parte da 1ª autoridade da província de Sergipe a Confissão de que vossa palavra Evangélica durante 9 dias produziu não só os beneficios imensos acima citados, como outros de não pequena importância, como o de acabar com algumas animosidades que perseguião os habitantes desta Capital, e de extinguir ou pelo menos de ter feito cessar por algum tempo a intriga que línguas viperinas procurão entreter, beneficios estes, que não é dado a autoridade temporal poder colher por melhor boa vontade que tenha.

Quanto é poderosa a Religião de Jesus Christo! (CORREIO SERGIPENSE, 26 de maio de 1860, p. 1).



Figura 16 - Cemitério Santa Izabel - 2018



Figura 17 - Cemitério Santa Izabel - 2018

Consta nos livros de registro da Matriz de São Sebastião em Aracaju, que nos dias 25 de maio de 1861, 18 de maio de 1862, e 13 de junho de 1863 foram realizados casamentos por frei Paulo Antônio de Casanova.

No final de janeiro e começo de fevereiro de 1864, foi a vez da cidade de Estância receber as bênçãos de frei Paulo e frei David, cuja homenagem de Severiano Maurício Cardoso, foi transcrita no Correio Sergipense (28 de março de 1864, p. 3-4):

[...] Depois de terem as beatas mulheres feito seu Terço de rosário, entoando a ladainha e alguns hynnos próprios das circunstâncias, houve silêncio geral e appareceu no alto da cadeira sagrada Fr. Sebastião da Melia, cujo cadáver, por milagre da Providência, recebera o anjo de sua alma e vinha ressuscitar na Estância.

Era Fr. Paulo de Casa-nova, o vulto do Missionário de Melia, cujo nome não se diz sem que se curve a cabeça.

Assomou no púlpito o respeitável ancião, cujo aspecto veio logo matando de

sympatia, como uma aurora brilhante e rosada que se insinuava nos horizontes da Estância, para desbancar-lhe as trevas do erro com as caudae da luz da verdade.

Fez o seu primeiro catecismo, e fel-o como que parecendo inspirado.

Depois catechizou durante os dias da missão de manhã e a tarde.

Peço vênia à modéstia do Sr. Frei Paulo para falar frisante das qualidades que exornão o seu triplo character de pregador, de sacerdote e de homem.

Como pregador é um consumado doutrinário, hábil catechista e discípulo em teologia do Thomaz da Summa, do grande Agostinho e do eloquente João Chrisostomo.

Como Moysés nos abriu seu coração, ninho do pomposo enxame das pombas da virtude, e ahi mostrou-nos gravadas com caracteres de ouro as mesmas palavras que o filho da Galiléia, mandara o guia do deserto pregar no monte da Redempção, falou sobre todos os preceitos do decálogo, explicando-os de tal maneira, que deixava a cada um que o ouvia o conhecimento perfeito da doutrina do Christo.

Fr. Paulo – o Jacob do riso nos lábios – acercava-se de seus Benjamins, com voz grave, pausada e cheia de uncção evangélica, com amor, revestido da maior paciência, brando e delicado ensinava a todos um novo regime de vida, e a todos convidava, sem ameaças, nem asperezas, sem desafiar os raios da Divina Justiça cujo terror nos gela a medula, para a estrada da penitencia.

Fallou, como seu irmão da Melia, uma linguagem chá, porém verdadeira, sem ostentação de verbos pomposos, sem os grandes recursos da rethorica, que, como pensa o biographo do grande Sebastião, servem para adoração dos ouvintes, e deixão em paz as paixões do coração.

Elle dispõe de uma intelligência valente, de gosto pela oratória sagrada, como mais tarde mostrou-nos; educão-se nas florestas de seu talento as mais frondosas arvores do raciocínio, onde avultão as trepadeiras flores da eloquência, que ahi formão um conjunto admirável; mas poupa-lhes o viço e a ceiva para circunstancias oportunas; e não se trahe um momento, e não esquece nunca que ao seu auditório um estilo sublime enfastia, e um estylo de S. Francisco de Salles aproveita.

Por isso ele imita o Sancto Padre, principalmente nas comparações em que é sublime.

Despertou-nos o horror ao vício, que pintou com as cores as mais hediondas; com a espada da Religião, derrubou os inimigos tremendos que se nos autolhem para calar os campos da seara divina.

Fallou-nos como pai, como o pai que somente quer o bem estar de seus filhos: tocou-nos o coração, convenceo-nos de nossos erros e deu-nos a mão para subirmos a escada da graça.

Este homem que, como sacerdote é um perfeito modelo para a regeneração do clero, porque é digno imitador de Jesus Christo, e está longe d'esses sepulcros caiados de que fala a escriptura, que aviltão a sotaina de Melchisedech; esse homem que, como homem é bom, tratável, de maneiras attractivas, de rosto sempre alegre; é credor da maior consideração, de todo o respeito.

Sempre que, sua cadeira ficava vazia, apparecia um vácuo em nossos corações, onde apenas as aves da saudade vinhão pipitar seus carmes abemolades.

O que valia-nos era que, depois de um curto período de saudade, surgia-nos,

como que por encanto, o astro d'aquelle dia, cuja aurora tinha derramado no seio de nossa alma todas as estrelas da fé; apparecia-nos um outro Paulo que, remoçado de alguns anos, vestia o semblante de um mancebo.

Sim, era um moço que subia à cadeira; mas triste, sereno, sympathico, com aquella tristura que se derramava no rosto dos antigos mártires, q'não exprimia desgosto, antes uma satisfação íntima da mais decidida abnegação: sendo moço, talvez muito moço, parecendo antes com os Patriarchas bíblicos, que com um jovem para que sorria ainda a florida estação dos anos.

Caminhava com o passo firme, pausado, trazia cajado, crucifixo e rosário, parecia um anachoreta que voltava a peregrinar de muitos anos e entrava em uma cidade populosa, como quem passava por um cemitério deserto. Trazia o rosto baixo, as pupilas fictando a terra, como se estivessem vendo o corpo de um homem formando-se da mesma terra do paraíso: derramava-se em seu semblante uma melancolia que ninguém sabia como explicasse, mas que tocava de perto o coração menos sensível.

Subia à cadeira, o pallido religioso, louro, melancólico e poético; subia e ficava de joelhos, guardando o mesmo silêncio, mas silencio incompreensível, visto como parecia que ali só estava o corpo de um homem, cujo espirito ninguém soubesse aonde se achava; o que é certo é que estava muito longe de nós, e que lá onde se achava, se tinha deslumbrado totalmente, ouvindo talvez músicas divinas a reboarem nos seus ouvidos,

Quem pudesse contar uma a uma as pulsações do peito daquele homem, únicos zunido que interrompião um como que calar de horas mortas!

Quem pudesse adivinhar o pensamento que o dominava, absorto, só, de joelhos, comovido e poético!

Aquelle mesmo silencio bastava; aquelle meditar de verdadeiro crente era bastante para falar-nos eloquentemente.

As massas estavam alli athrahidas, e com ele absortas, à aquelle exemplo, à aquelle convite todas meditavão; e o catholico subia, nas azas do entusiasmo, a sua verdadeira grandesa, e, de muito alto, via no pó, rastejando, pequenino o mesquinho espirito do atheu, que nunca teve um motivo que o fizesse provar de tão agradáveis sensações. O espirito imundo embota a sensibilidade do homem, e faz d'elle uma criatura insensível.

Depois d'este silencio, depois do serio meditar do monge, ergueo-se o doutor da Egreja e levantando os olhos ao Ceo, disse com voz sepulchral.

Vida breve, morte certa.

Do morrer a hora é incerta.

Uma alma só se há,

Se se perde o que será?

Perdes o tempo que agora has, Na hora da morte não o terás:

Acaba tudo: Acaba depressa,

Só a Eternidade nunca acaba.

O echo da sua voz ia retumbar no fundo dos corações.

Calou-se o monge, ergueo-se o orador; o orador mimoso, sympathico, vulto

da cadeira eclesiástica, luminar da tribuna sagrada; o novo Bossuet, nascido sob o mimoso Ceo da Italia.

Ergueo-se e fallou:

Quando acabou olhava-se os homens uns para os outros como quem ainda não tinha comprehendido o que acaba de ouvir; olhava-se mudos, em quanto as mulheres trocavam seus pensamentos por meio de soluços. Os mais entendidos apanharão o que havia de profundo, e as classes mais obscuras agarrarão no que havia de pathético.

Final de tudo, quem é Fr. David?

Um pelejador da Igreja, como diz o sábio D. Romualdo; mais forte que o David da Escritura pois não precisa de espada, apresenta-se ao gigante Golias transformado no pecado de hoje, e com a lanterna de Gedeão, e com a palavra somente fal-o curvar a cerviz.

Fr. David é um pregador profundo, sabe muito os sanctos Padres, conhece o fundo da Biblia, é theologo abalizado, philosopho inteiro, literato ascético e fala como Bossuet, Sancta Rita, S. Carlos, Anchietta, Alverne, Monte e D. Romualdo, se ainda existissem podião dar-lhe o braço sem terem de que córar.

Não há hyperbole no que digo: Fr. David não me conhece e nem precisa de um elogio a queima roupa.

Fr. David tem todas as qualidades oratórias: naturalidade, calma, uma exposição que agrada, uma voz melíflua e insinuante, as veses branda, as veses forte e sempre moderada pelos impulsos do seu coração; domina, arrasta, subjuga, fascina, comove; fala dos mistérios da religião com o acatamento condigno a assumptos de tanta magnitude; não ofende a individualidade; combate os vícios, e exalta as virtudes; confuta com argumentos os mais sólidos as objecções que a impiedade tem assacado contra a Religião; desmancha os schismas mais calculados; confunde Voltaire, Luthero Calvino e João Jacques Rousseau; prova a validade dos dogmas da Igreja mais com a razão do que com a fé; despreza por calculo a tradição, esquece um pouco a rebelação e sai vitorioso.

Foi com estes predicados que se nos apresentou a falar sobre a nobresa d'alma, sobre a nibilidade do homem, o juiso final, excellencia e primasia da Religião, o injusto combate que se lhe faz, a existência do inferno, e a reconciliação ou perdão das injurias. Tivesse ou não protestado conquistar a sympathia geral; assim o fructo desejado parece ter colhido.

Convidava a penitencia e dava o exemplo: o martyr da nossa Religião, o Estevão de nossos dias fez a disciplina com gosto e macerou muito a sua carne, desafiando os ímpios a açoutal-o e depois o ímpio dos ímpios.

Fallamos de cada um de per si, fallamos agora de ambos.

Fr. Paulo e Fr. David, irmãos de ordem, irmãos em Christo, irmãos no sentimento, foi o presente que a Estancia orgulhosa teve por alguns dias em seu seio.

Tem missionado vinte veses, em vinte lugares, não sei se n'esta ou em mais alguma Provincia.

Aqui foi de grande proveito a sua prédica, e produziu o efeito desejado d'esses homens incansáveis na salvação das almas.

Além dos sermões penitenciais e catecismos, tivemos o Fr. Paulo incomparável no sermão denominado das bênçãos, em que despedio-se chorando, e recebo a saudosa despedida do povo Estanciano, que choravão com ele; o mesmo ainda no panegyrico de Nossa Senhora no dia da Festa da Padroeira; e o Fr.

David, sempre arrebatador, sempre sublime, no panegyrico de Nossa Senhora da Piedade na Festa d'esta Senhora.

Adivinhavão os desejos do povo e em tudo o satisfazião.

Promoverão o transporte de pedras da margem do rio para reparos da Matriz; o David mesmo alçando o crucifixo, foi com o povo na margem do Piapitinga, donde se transportou por duas vezes uma grande quantidade de pedras; fizeram aplainar algumas ruas; pediram a cada um que levasse sua pedra de cada vez que fosse ouvir a palavra de Deus, e os montes cresciam de dia por dia; fiserão com que todos carregassem palhas, forquilhas, cipós, varas e telhas para o fabrico da latada; derão as esmolas de Nossa Senhora da Piedade, no valor de mais de 300\$00 reis, para dourar-se um altar da Matriz: realizarão casamentos de pessoas que viviam em união ilheita, e pagarão a sua custa muitas despesas, contristando-lhes a impossibilidade de não poderem realizar todos os casamentos, por causa das enormes dispensas a que são sujeitos os nubentes; reconciliarão inimigos inveterados; pejarão as Egrejas de pessoas que buscavão o tribunal da penitencia; confessarão um número imenso de pessoas, sobre tudo de mulheres, algumas das quaes duas e mais vezes durante a missão; e, sobre tudo, não se fatigarão, não mostraram um vislumbre de enfado; soffrerão com paciência as impertinências das mulheres que roubavão-lhes, como fazião com Fr. Sebastião de Tejucupapo, até o tempo reservado ao descanso e suas orações; ministravão os sacramentos por três dias; não se vexarão com o desaparecimento de sete aneis dos dedos de Nossa Senhora da Piedade, e antes tratarão de desmanchar um boato que se espalhou de terem sido furtados sacrilegamente.

Forão estes os seus trabalhos, além de terem promovido duas procissões de penitencia, de que não posso deixar de fazer um pequeno esboço.

Uma procissão de homens, tarde da noite, e com todo recolhimento e devoção. Na frente a Cruz – em seguida homens trajando branco, descalços, com as cabeças cobertas e uma coroa de espinhos, levando alguns uma cruz. Depois o Crucifixo, o clero e mais povo.

Esta procissão percorreo quase toda a cidade.

Outra, a das mulheres, e homens, indo estes adiante, e ellas seguindo o andor da Piedade, que ia precedido de 203 Magdalenas vestidas de branco, cabelos soltos, uma fita branca na cabeça e uma vela acesa na mão – podia se ver; mas não haviam espectadores, porque toda cidade, em numero de mais de 10.000 pessoas, fez parte da procissão.

Cessarão os seus trabalhos no dia 1º corrente e retirarão-se no dia 21 do corrente, sendo acompanhados pelo povo até certa distancia.

Forão para São Cristovão e de lá para Laranjeiras.

Ao Fr. Candido de Taggia, que tão relevantes serviços prestou, a Fr. Placido e Frei Caetano de Messina, mesmo ao missionário de Melia, não tem Fr. Paulo e Fr. David que invejar.

Eu digo que a missão destes homens é de proveito a todos, aos ímpios como virtuosos, aos selvagens como civilizados; a uns arranca das trevas da ignorância e a outros da noute da cegueira.

Os sofistas que bradão contra as missões e os missionários que continuem o seu mister.

Vão arvorando o estandarte da Cruz nos 1º arraiaes do catholicismo, em cujos bastiões e heresias tem querido hastear suas bandeiras ensanguentadas.

O que, porém é preciso, é que o Governo não os desampare, e antes socorra-os no tão justo empenho da civilização dos povos.

Fr. Paulo e Fr. David que tenham de Deus a recompensa que merecem, e que não esquecendo nunca, em suas orações, dos habitantes da Estancia, receba um testemunho de sua gratidão ao sincero aperto de mão que lhe dirijo.

Estancia, 25 de fevereiro de 1864.

Em 1864 se encontrava em construção a matriz da capital, tendo o governo da província despendido muito dinheiro com a obra, e nem o alicerce tinha sido concluído. Assim, acreditando no trabalho dos missionários capuchinhos, o presidente da província pretendia entregar a obra aos cuidados de frei Paulo e frei David, conforme dito no relatório de 1864:

Antes de concluir devo com toda sinceridade declarar a V. Ex, que achava-me possuído de tão bons desejos acerca d'esta obra, de que sente esta nova Capital a mais urgente necessidade, que não obstante o muito conceito e confiança que me merece o seo hábil contractante, Engenheiro Civil Pedro Pereira de Andrade, estava disposto a entregar sua administração aos dois missionários Capuchinhos Fr. Paulo e Fr. David, existentes nesta Província, e por ella subvencionados, por me persuadir que por este meio a obra prosseguiria com a desejável rapidez, atenta a grande vantagem de poderem esses zelosos e dedicados Ministros da Religião conseguir o concurso e a coadjuvação dos Fiéis, sempre dóceis à força prodigiosa e edificante da palavra evangélica (CHAVES, 24 de fevereiro de 1864, p. 28).

Fontes (1965-1978, p.77-78) comentando sobre os problemas que o vigário Daltro de Riachão do Dantas enfrentava, disse que,

Convém dizer que nem tudo corria mal para o vigário Daltro. Em Novembro de 1863, consegue a vinda dos missionários fr. Paulo de Casas Novas e fr. David de Perrugia. Iriam pregar a primeira Santa Missão na freguesia, coisa que o vigário 'há 4 para 5 anos tanto desejava, mas que as secas frequentes sempre obstruíam'.

Do resultado da Missão diz bem o número de fiéis que compareceram: 8 a 10 mil pessoas. E nos intervalos da mesma foi arrazado um monte ao pé da Matriz, que na estação invernososa lhe trazia grande umidade, entulhou-se numa rua, quase intransitável, e que foi calçada em seguida, entupiu-se um barracão que ameaçava iminente perigo ao pé doutra rua a estrada pública (Correio Sergipense de Aracaju, de 07 de janeiro de 1864).

Como frisado inicialmente, incumbia ao governo da província estabelecer os lugares em que os missionários realizariam as missões. Assim, percebe-se que, diferente daquilo que aprendemos através da memória popular, frei Paulo veio para as matas de Itabaiana atendendo a orientação do governo da província, não com a finalidade de catequizar os índios comandados por Imbiracema, mas principalmente para desenvolver seu ministério apostólico nos aspectos religiosos e sociais.

Efetivamente, em março de 1860, frei Paulo e frei David estiveram na cidade de Itabaiana realizando uma missão, o que pode corroborar a informação prestada por D. Mizinha em seu livro *Memórias de Três Séculos*, dando conta que nesta época “acompanhado de frei Davi, chega à casa de José Alves. Passa uma semana em santa missão, pregando, batizando, casando e visitando as propriedades vizinhas. Em janeiro de 1868 volta frei Paulo trazendo na mente uma ideia: construir lá no planalto da Chã do Jenipapo uma capela para o povo fazer as suas devoções” (DONA MIZINHA. P. 17).

Os relatos sobre as missões de Aracaju e Estância nos dão a noção de como ocorriam as missões realizadas por frei Paulo Antônio e frei David, levando a crer que a procissão dos penitentes na cidade de Frei Paulo, tem sua origem nas missões por eles conduzidas nas matas de Itabaiana.

Atualmente, os penitentes da cidade de Frei Paulo seguem o ritual anualmente, durante a Semana Santa, e não adotam a maceração do corpo como forma de expiação, procedendo à procissão vestidos de branco e encapuzados e rezando pelas almas do purgatório.



Figura 18 - Igreja de Frei Paulo/Sergipe – 2020



Figura 19 - Igreja de Pacatuba/Sergipe



Figura 20 - Igreja de Cristinápolis/Sergipe – 2018

Segundo Regni (1988, p. 458),

Em 1867 fr. Paulo Antônio pregou uma missão no lugarejo chamado Chã do Jenipapo, para onde acorreram os habitantes da redondeza. Com a autorização do governo da província e com a ajuda dos fiéis, animados por sua palavra inflamada, construiu um tanque com uns quarenta e cinco metros de comprimento, quarenta de largura e mais de três de profundidade. Na mesma ocasião começou a construção da capela, bastante ampla, já prevendo o rápido desenvolvimento do povoado e sua elevação à categoria de paróquia.



Figura 21 - Visita de frei Paulo às matas de Itabaiana. Pela paisagem entrecortada de montes, e pelo que narra a história, esta localização nos parece ser da Imbira ou Gruta Funda (Arquivo pessoal de Juvenilson Lima Menezes).

As informações prestadas por Pietro Vittorino Regni decorrem do relatório da província de agosto de 1868, onde consta, que em razão da existência de uma grande população nas matas de Itabaiana, os reverendos frei Paulo Antônio de Casas Novas e frei David de Peruggia, foram encarregados pelo governo da província para providenciarem a construção da Ermida⁹, para a qual se adiantou a quantia de 1:000 \$ rs para fazer frente às despesas preliminares. Antes de concluir a construção da Capela já havia despendido por conta do cofre provincial a quantia de 2:000 \$ rs, votada pelo corpo legislativo (BULCÃO, 1868, p. 10).

AÇÚDES E ERMIDA NAS MATAS DE ITABAIANA

Por joigar de manifesta utilidade a factura de alguns açúdes e de uma Ermida nas matas de Itabaiana, onde actualmente existe dispersa uma grande população que se dedica ao plantio e cultura do algodão; — encarreguei de semelhante trabalho nos Revds. Fr. Paulo Antonio de Casas Novas e Fr. David de Peruggia.

Estes incansáveis Ministros da Religião toem correspondência a minha expectativa.

Já existe prompto um açude no lugar conhecido pelo nome de—Genipapo,—com as seguintes proporções: — 145 palmos de comprimento; 125 de largura; e 10 de profundidade.

Pessoas competentes avaliaram os trabalhos em 807\$160 rs., entretanto despendeu-se somente a quantia de 807\$160 rs.

No mesmo lugar teve começo a Ermida. Para as despesas preliminares mandei adiantar a quantia de 1:000\$ rs.

Tenho fé que d'atre em breve o sítio — Genipapo — virá a transformar-se n'uma povoação, cujo futuro afigura-se-me lisonjeiro.

Figura 22 - (BULCÃO, 1868, p. 10)

Assim, é fato que em 1868 o sítio Jenipapo das matas de Itabaiana estava em crescente ascensão, pelo que o presidente da província vislumbrava que “dentro em breve virá a transformar-se n'uma povoação, cujo futuro afigura-se-me lisonjeiro”. Desta forma, determinou a construção da Ermida, encarregando o trabalho aos reverendos frei Paulo Antônio de Casas Novas e frei David de Peruggia. Vale destacar que “já havia um açude no lugar conhecido por Jenipapo, com as seguintes proporções: 145 palmos de comprimento, 125 de largura e 10 de profundidade, tendo despendido para sua construção o valor de 807\$160 rs”, cuja autorização para abertura das fontes no centro das matas de Itabaiana, notadamente, foi dada nos idos de 1864, deduzindo que desde esta data os missionários já estavam a serviço do desenvolvimento das matas (BULCÃO, 1868, p. 10).

Veiga (1º de março de 1869, p. 83) esclarece,

Não tanto ao dispêndio da província como ao incansável zelo e dedicação dos virtuosos Capuchinhos Fr. Paulo e Fr. David, devem os habitantes das fértilíssimas matas de Itabaiana o benefício de dois açúdes ali construídos para deposito d'agua, tão difficil de se obter no tempo de verão.

O que se extrai das informações narradas na fala do presidente da província, demonstra que frei Paulo e frei David, efetivamente, realizaram missões nas matas de Itabaiana desde os idos de 1860, promovendo a feitura de açúdes (tanques), como forma de facilitar a permanência das famílias na localidade, e com isso desenvolver o cultivo do algodão, aumentando a renda da província.



Figura 23 - Tanque dos Cavalos – 2019

⁹ Ermida era o termo usado para definir uma pequena capela construída em um lugar afastado da cidade.

Segundo as informações de D. Mizinha (p.19), seu tio Antônio — conhecido por Coelho — filho de João Felix de Carvalho e Joana Maria da Encarnação, neto de José Alves Teixeira, foi o primeiro a construir a sua casa de morar, no oitão direito da Capela. Por sua vez, José Alves Teixeira foi vendendo terreno bem barato para quem quisesse morar na Chã e até fez muitas doações. Francisco Alves Teixeira — Chico de Janjão — pai de D. Mizinha, fez sua casa do lado direito da Capela. As casas não eram como as de agora. Tinha na frente um terreiro e atrás um quintal grande.

Consta no relatório sobre frei Paulo “que a fundação do povoado teve início com a construção da igreja e a casa residencial do Sr. Antônio Teixeira de Oliveira, filho de José Alves Teixeira” (Relatório sobre frei Paulo, p. 51-C).

Observa-se que consta um “Antônio”, filho de João Felix de Carvalho e Joana Maria da Encarnação batizado com dois meses de idade pelo frei Paulo de Casanova em 05 de setembro de 1870 (Itabaiana. Livro de batismos nº 16, 1870-1874, p. 02-V).

Analisando a imagem abaixo, do acervo pessoal de Maria Augusta Matos Teles¹⁰, é possível visualizar a Capela de São Paulo com sua estrutura original, bem como, que inicialmente as casas foram construídas ao lado da capela, diferente da atual posição, como dito por D. Mizinha.

Assim, pode-se concluir que a mudança no padrão das casas foi estética (talvez para que fosse criada uma praça em torno da igreja e que todas as casas passassem a “olhar” para a Igreja) ou funcional (possibilitando a abertura de ruas que facilitassem a movimentação no entorno da igreja), ou ambas. Com a mudança no padrão das casas foram abertas as travessas José Antônio da Silva Nunes e Coronel Cassimiro da Silva Melo, as quais interligam a praça da Igreja com a praça Capitão João Tavares da Mota.

A imagem retrata também que a igreja estava em reforma, provavelmente, realizada em 1911 na missão conduzida por frei Camillo de Chispiero, porque, em 1930, mais uma vez a igreja estava em reforma, conduzida pelo padre José Antônio Leal Madeira e já apresentava uma arquitetura mais parecida com a atual.



Figura 24 – Igreja Matriz de Frei Paulo



Figura 25 - (BARRETO, 1933, p. 370)

Embora os fatos narrados possam indicar que frei Paulo e frei David estiveram na localidade das matas de Itabaiana nos idos de 1860 realizando missões, de fato, pode-se afirmar que a primeira vez que se registrou documentalmente a presença de frei Paulo nas terras conhecidas por matas de Itabaiana, se deu em 15 de junho de 1868 quando o missionário realizou no sítio da Imbira, 12 batismos, dentre os quais, o de Izabel (Belinha), filha de João Felix de Carvalho

¹⁰ Maria Augusta Matos Teles, nascida em 07 de março de 1935, é trineta de Herculano Correia Dantas, Francisca Thereza de Jesus, José Cornélio Alves dos Santos e Maria Francisca de Oliveira Bastos.

e Joanna Maria registrados no livro de batismo nº 15 (1867-1870) da Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, que vem a ser, tia de D. Mizinha.

Observe-se que, inicialmente, frei Paulo ministrou os sacramentos no sítio da Imbira ou sítio Taboleiro da Imbira. Tal informação vem corroborar a informação constante no Arquivo dos Capuchinhos na Piedade em Salvador, transcrita por Janjão Carregosa, dando conta que,

a ideia geral era que se fundasse a ermida no lugar “Chan da Imbira” junto às matas do Jenipapo. O grande orador sacro desejava que fosse edificada em Gruta Funda. Porém, atendendo a constantes pedidos do Alferes José Alves Teixeira que lhe oferecera o seu terreno, aí foi construída a capela.

No mesmo documento, consta que Eulina Pequena dá a sua versão nos seguintes termos:

No ano de 1867, Frei Paulo cavou o tanque do Jenipapo desta cidade, botou madeira para construir a Igreja. Em 1867, a 25 de dezembro já a igreja estava coberta e celebrou a 1ª missa; em 1868 taparam a igreja, em 6 de janeiro de 1879 chegou a imagem de São Paulo, sendo neste dia uma grande festa.

Em mais uma transcrição se apresenta a seguinte versão:

Não se sabe ao certo quando começaram as primeiras penetrações no local denominado Chã do Jenipapo, depois S. Paulo e atualmente Frei Paulo. Entretanto, tem-se conhecimento de que no séc. XVIII, de 1726 a 1765, foram concedidas sesmarias na região do distrito de S. Antônio e Almas de Itabaiana, na qual situa-se essa população.

Ocorreu esse fato na época dos primeiros descobrimentos mineralógicos em Sergipe, por Belchior Dias Moreira, possuidor de fazendas de criação de gado e casa de moradia nessa zona, no princípio do referido século XVII, apesar de também ser proprietário em Campos do Rio Real, onde residia fazenda de Jabiberi.

Conta Laudelino Freire, em seu quadro Corográfico de Sergipe, que a povoação foi fundada pelo missionário, Frei Paulo de Casa Nova que lhe emprestou o nome. A Resolução Provincial nº 588, de 4 de maio de 1860, concedeu uma gratificação mensal de cinquenta mil reis, para alimentação a cada um dos dois missionários Capuchinhos Frei Paulo e Frei Davi, enquanto estivessem nesta província, em atenção aos bons serviços prestados.

Informa a tradição local, conservada na memória do povo, que em princípios de 1868, esses religiosos da Ordem dos Capuchinhos, vindos de Salvador, estado da Bahia, em visita à cidade de Itabaiana, a convite de antigos moradores da localidade Chã do Jenipapo, talvez os srs. José Alves Teixeira e Braz Vieira de Matos, chegaram ao referido lugarejo a 25 de janeiro fizeram ali a sua primeira pregação evangélica, mudando o povo, depois da missão, o nome para povoação São Paulo, em homenagem ao Apóstolo da Fé Cristã.

Começando daí a fundação propriamente dita, do povoado, principalmente, quando teve início a construção da igreja, que é dos tempos hodiernos, a matriz da paróquia e a casa residencial do Sr. Antônio Teixeira de Oliveira, filho de José Alves Teixeira. Logo após formou-se uma feira. Tudo isto em terras doadas pelo citado Sr. José Alves Teixeira e Alexandre de Tal (Relatório sobre frei Paulo, p. 51-C).

Voltando aos registros da presença de frei Paulo em nossa terra, consta que em 25 de novembro de 1868 o missionário realizou 06 batismos, sempre no sítio da Imbira. No mês de janeiro de 1869 realizou 17 batismos no sítio Taboleiro da Imbira. Em 04 e 05 de setembro de 1870 frei Paulo realizou 44 batismos na capela do Taboleiro da Imbira, registrados no livro

de batismo nº 15 (1867-1870) e livro nº 16 (1870-1874) da Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, dentre os quais, consta o batismo de Antônio com dois meses de idade, filho de João Felix de Carvalho e Joanna Maria da Encarnação, sendo esta a primeira referência de que a capela estaria em condições de se realizarem os atos religiosos.

A partir de setembro de 1870, não se registraram outros sacramentos realizados por frei Paulo no sítio Taboleiro da Imbira, como ele chamava nossa terra.

Em 1869 foi aprovado o Projeto de Lei autorizando o governo a despendar a quantia de 2:000\$000 (dois mil réis) com a continuação da obra da Capela nas matas de Itabaiana (BARÃO DE PROPRIÁ, 17 de junho de 1869, fls.3).

Em 1871, continuava em construção a capela das matas de Itabaiana, como visto no Relatório Provincial datado de 03 de março, sendo que, nesta época frei Paulo Antônio de Casanova habitava na povoação indígena da Chapada, exercendo a função sacerdotal para todos os habitantes e não como missionário dos índios.

Cardoso Júnior (1871, p. 120) descreve as dimensões da igreja e destaca o tipo de material usado e ainda o valor despendido pelo poder público,

Esta construção a cargo do virtuoso Fr. Paulo Antônio de Cazas-Novas, Missionário Capuchinho, tem de comprimento 62 palmos, igual largura e 32 palmos de altura, duas varandas lateraes com 16 palmos de largura e que fazem o corpo da Capella por meio de 6 arcadas. As tribunas são arejadas por 4 janellas de cada lado, bem como o côro que offerece bastantes acomodações. A construcção das paredes é de pedra até o vigamento, e o resto de estuque. O madeiramento empregado é todo de boa qualidade. Com quanto adiantada a obra ainda senão acha concluída, tendo-se entretanto despendido por conta do cofre provincial a quantia de 2:000\$ votada pelo corpo legislativo. Julgo acertado que se prossiga na conclusão desta Capella que tem de prestar importantes serviços n'aquelles centros de trabalho, onde se fazia sentis a falta de um templo a que concorressem os fiéis. (CARDOSO JUNIOR, 03 de março de 1871, p. 120).

Segundo Regni (1988, p. 458), a construção da igreja só foi concluída em 1879, sendo que a missa inaugural foi presidida por frei Paulo, apesar de o mesmo se encontrar como prefeito da Missão na Bahia, “e de fato, a igreja só ficou pronta nove anos mais tarde, quando fr. Paulo Antônio já se encontrava na Piedade, como prefeito da missão. Mesmo assim, foi ele quem ali realizou a primeira missa em janeiro de 1879, durante uma missão pregada por ele e frei Davi de Umbértide”.

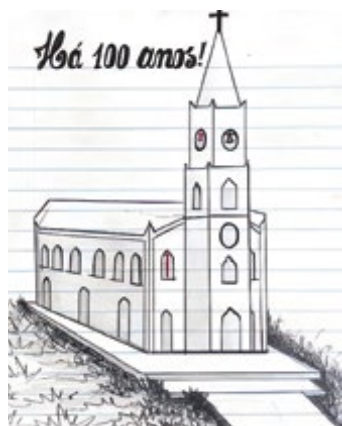


Figura 26 – Desenho da Igreja em 1976 (autor desconhecido).

Contudo, no relatório sobre frei Paulo (p. 51-C), segundo as informações prestadas por Eulina Pequena, “a 25 de dezembro de 1867 a igreja estava coberta e celebrou a 1ª missa; em 1868 taparam a igreja e em 6 de janeiro de 1879 chegou a imagem de São Paulo, trazida por frei Paulo”. Ademais, em 04 e 05 de setembro de 1870 frei Paulo realizou 44 batismos na capela do Taboleiro da Imbira, concluindo-se que, certamente além dos batismos houve a celebração de missa.

No arquivo de Eulina Pequena consta o desenho da igreja, com a identificação “Há 100 anos, 10-12-1876 a 10-12-1976”, onde mostra a igreja com seis janelas laterais, sem a ampliação do anexo onde atualmente está construído o altar e a sacristia.

Oportuno dizer que, antes de frei Paulo chegar às matas de Itabaiana, estava a ministrar os sacramentos nesta região o padre Francisco Antônio de Carvalho, sendo que, os primeiros registros de batismos foram realizados e registrados na fazenda Salgado, isto em 24 de dezembro de 1867 através de Gertrudes, filha de Apolinária, e Maria, filha de João Antônio da Costa e Graciana de Jesus.

Em 30 de agosto de 1871 identificamos o registro do primeiro casamento realizado nas matas de Alagadiço do casal Nicolao Pereira Alexandrino, filho legítimo de Pedro Alexandrino e Antônia Maria, com Theodora Maria, filha de Antônio Francisco e Aguida (Itabaiana. Livro de casamentos, nº 02, 1867 – 1878, p. 52).

No mesmo livro consta o assento do primeiro casamento realizado na Capela de São Paulo do Jenipapo, realizado em 12 de outubro de 1871, tendo como nubentes Antônio Teixeira de Oliveira, filho de José Alves Teixeira e Anna Rita do Sacramento, e Joviniana Maria de Oliveira, filha de Antônio Oliveira e Rita Maria da Porciúncula (Itabaiana. Livro de casamentos, nº 02, 1867-1878, p. 57). Acredito que houve um erro na data, porque o assento de casamento fica entre dois assentos realizados na data de 12 de novembro de 1871.

Assim, a primeira referência à “Capela de São Paulo” se encontra no livro nº 16 (1870-1874) da Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, por ocasião do batismo de 12 pessoas, e no livro de casamento nº 02 (1867-1878), realizados pelo padre Francisco Antônio de Carvalho no dia 12 de novembro de 1871.

Da mesma época e pelo mesmo padre, consta o registro dos batismos de várias pessoas no povoado Alagadiço, sítio da Benfeita e no sítio Mulungú, dentre os quais menciono o de Sypriano, filho de Martha, escrava do coronel José Antônio de Carvalho Lima, e o de Manoel, filho de José Correia Dantas e Anna Francisca Oliveira Bastos, realizado na capela do Jenipapo.

Nota-se que os sacramentos continuaram sendo ministrados pelo padre Francisco Antônio de Carvalho, e algumas vezes pelos padres Eusébio Pires de Andrade e Vicente Ferreira dos Passos, ora na Capela do Jenipapo, outros na Capela do povoado Alagadiço, e por fim, a partir de 01 de janeiro de 1877, definitivamente, passou a constar a identificação “Capela de São Paulo”, como visto no livro nº 18 (1874-1877) da Igreja de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, por ocasião do batismo de 43 pessoas.

Voltando nossa atenção para a trajetória do missionário frei Paulo, é importante reiterar que o mesmo exerceu sua atividade junto a vice-prefeitura da missão em Sergipe até 1871, quando, no início de 1872 foi nomeado prefeito da missão na Bahia passando a morar no Convento da Piedade. Contudo, mesmo exercendo as funções de prefeito, frei Paulo não esquecia suas missões, pois nunca almejou o cargo de chefia, preferindo sempre o ministério apostólico entre o povo. “Em 1880 renuncia ao cargo de prefeito, para ter mais liberdade nas viagens apostólicas. Viveu seus últimos anos pregando missões. Faleceu no Hospício da Piedade, repentinamente, no dia 30 de janeiro de 1891, aos setenta e oito anos de idade” (DEMONER, 1983, p. 73).

Após sua morte, foram reveladas as características marcantes da vida missionária de frei Paulo Antônio, através das palavras de frei Fidelis D’Ávila: “Frei Paulo foi um missionário exemplar, trabalhador até a hora da morte... na província de Sergipe era adorado de todos... a morte deste venerando Frade foi um golpe para a missão” (DEMONER, 1983, p. 73).

Diz Regni (1988, p. 460), “A morte edificante, ocorrida aqui na Piedade, a 30 de Janeiro de 1891, foi digna coroação de seu longo e fecundo apostolado e de sua vida acrisolada de virtudes e rica de méritos diante de Deus”.

Por sua vez, fr. Venâncio de Ferrara, superior do Hospício da Piedade, numa carta escrita no dia da morte do grande missionário, descreveu nos mínimos detalhes as atividades de frei Paulo no último dia de sua vida terrena:

No dia 30 de janeiro, o último de sua vida terrestre, subiu ao altar, ocupou o confessionário, recitou o Offício Divino até Vesperas e Completas; e, ao cair da tarde, após a costumada meia hora de oração mental ante o Santíssimo Sacramento, recolheu-se tranquilamente à sua cela. Ahí foi ele às 5 horas e meia encontrado sem vida, sentado em frente à sua secretaria, sereno e firme como quem ouve e obedece. Fr. Paulo havia recebido a morte quase como se acolhesse uma visita esperada e amiga (...). Não cahi: sentou-se e repousou para sempre, e nessa postura calma e respeitosa em que se entregou ao sono derradeiro, se porventura seus olhos pregados na direção do Crucifixo pareciam já contemplar estáticos a divina face do Christo Salvador, os lábios como que se descerravam para dizerem ainda “Nom recuso laborem” (REGNI, 1988, p.461).

O jornal sergipano O Republicano noticiou, “É falecido o revd. Capuchinho, frei Paulo de Casa-Nova, que por diversas vezes missionou em localidade d’este estado. A família cathólica sergipana sente amargamente a morte d’esse venerando ancião, a quem deve inequívocas provas de afecto e zelo apostólico. Descanse em paz o seu caridoso espírito” (08 de fevereiro de 1891, p. 3).

A Gazeta de Sergipe (1891, p. 3), noticia que alguns cidadãos de Japaratuba, penhorados pela morte do venerando frei Paulo e pelos numerosos serviços prestados por aquele digno ministro de Cristo, manda celebrar uma missa no dia 27 do corrente em sufrágio da alma e honra das cinzas daquele digno ministro de Cristo.

A grandeza humana e cristã de frei Paulo Antônio de Casanova se mostra na carta que ele, pressagiando seu fim, escreveu e foi enviada ao superior da província de Gênova:

Io sono un vecchio religioso appartenente a cotesta provincia di genova... partito per le missioni brasiliane nel principio di marzo del 1844. Quivi giunto, fui mandato prima nella Provincia dello Spirito Santo, ove stetti regendo una parrocchia dieci anni, cooperando per una nuova chiesa, di che mancava. Di lá passai in quella di Sergipe, e quivi i superiori mi lasciarono 15 anni, missionando insieme ad un altro compagno di cui io ero il prefetto. Nell’anno 1872 venni chiamato in questa città, affine di sostituire nella Prefettura il defunto P. Innocenzo. Lungo 8 anni servii da superiore e dopo varie suppliche fui dispensato.

Da quel tempo in qua mi consacrai alle missioni, stando fuori di casa quase due terzi dell’anno, in compagnia d’un religioso, e così continuai fino al principio dell’anno passato. Oggi però mi veggio privato di questa consolazione, perché col crescere degli anni, che ne tengo 77 compiti, vanno diminuendo le forze, ed io non mi trovo più in grado d’intraprendere viaggi e fatiche per ragione dela debolezza che sperimento nelle gambe. Nom per ciò sto ozioso, impegnandomi nel confessionale buona parte del mattino nella chiesa, e dopo pranzo a confessare nei 4 monasteri di religiose. Attualmente siamo 4 religiosi, troppo pochi per provvedere convenientemente alle spirituali necessità della città e della provincia, quasi grande quanto la Francia. Qui faccio punto supplicandola che voglia benedirmi e pregare il Signore per me, e quando riceverá la notizia della mia morte, le chiedo la carità di comunicarla subito agli altri conventi di cotesta provincia, affinché mi facciano i suffragi a cui ho diritto, poiché tutti gli anni celebrai messe per le anime dei nostri fratelli costl trapassati. (REGNI, 1988, p. 617)

Eu sou um velho religioso pertencente à província de Gênova... parti para missões brasileiras no início de março de 1844. Aqui cheguei, fui enviado primeiro para a província do Espírito Santo, onde fiquei numa paróquia há dez anos, cooperando para uma nova igreja, que estava carente. De lá passei para a de Sergipe, e aqui os superiores me deixaram 15 anos, em missão junto com outro companheiro do qual eu era prefeito quando no ano de 1872 fui chamado

para esta cidade, para substituir na Prefeitura o falecido Padre Inocêncio. Por 8 anos eu servi como superior e depois de vários pedidos fui dispensado.

Naquele tempo quando me consagrei as missões, ficando fora de casa dois terços do ano, na companhia de um religioso, e assim eu continuei até o início do ano passado. Hoje, no entanto, eu me vejo privado desse consolo, porque com o passar dos anos, já que eu tenho 77 completos, venho diminuindo as forças, e eu não sou mais capaz de empreender jornadas e trabalhos por causa da fraqueza que eu experimento em minhas pernas. Nem por isso estou ocioso, me engajando no confessorário a maior parte da manhã na igreja, e depois do almoço confessando nos 4 mosteiros religiosos. Atualmente somos 4 religiosos, muito poucos para prover convenientemente para as necessidades espirituais da cidade e província, quase tão grande quanto a França. Aqui eu faço um ponto implorando-lhe que ela vai me abençoar e rezar ao Senhor por mim, e quando ela receber a notícia da minha morte, peço-lhe a caridade para comunicá-la imediatamente aos outros conventos da província, para que eles possam me dar os sufrágios a que tenho direito, pois todos os anos eu celebrava missas para as almas de nossos frades.

(<https://www.translator.eu/portugues/italiano/tradutor/>).

A afeição e reconhecimento do povo freipaulistano estimulou as autoridades a disporerem no orçamento municipal a previsão de despesa para fazer o traslado dos restos mortais de frei Paulo Antônio de Casanova para sepultá-lo aqui, destacando-se, o disposto nos artigos 9º e 10 da Lei do município de São Paulo nº 89, de 30 de setembro de 1928:

Art. 9º Fica o Intendente autorizado a promover e custiar as despesas com a transladação dos restos mortais de Frei Paulo de Caza Nova da Bahia para esta cidade, onde deverão ser depositados em mausoléu ou outro qualquer monumento digno.

Art. 10 O Intendente nomeará um Delegado, com poderes especiaes para ir ate a cidade de S. Salvador da Bahia, e ali entender-se com todas as autoridades políticas, civis e eclesiásticas e tudo promover afim de effectivar-se a transladação, podendo utilizar-se do auxílio popular se este apparicer afim de mais facilitar-se o repatriamento da venerada reliquia, que deve pertencer a cidade de S.Paulo, como veneração ao seu ilustre fundador.

Os orçamentos aprovados para os exercícios de 1929, 1930 e 1931 traziam a previsão para custear as despesas com a transladação dos restos mortais do saudoso capuchinho frei Paulo de Casanova. Percebe-se que após o ano de 1931 não mais se fixou a despesa para transladar os restos mortais de frei Paulo, ficando esquecido por mais de oitenta anos.

A transladação dos restos mortais de frei Paulo para a Igreja Matriz de São Paulo, situada na cidade de Frei Paulo, só aconteceu em 21 de junho de 2015, trazidos pelo frade freipaulistano, Bento Carvalho Lima (frei Gregório) e frei Ulisses Bandeira, que declarou¹¹, “ter sido um dos momentos mais emocionantes já vividos, trazer a urna com os restos mortais de frei Paulo, a quem reputa como um frade de grande vigor missionário, religioso bom e muito responsável no seu ministério” (BANDEIRA. 2016, p. 18).

A Lei nº 70 de 11 de janeiro de 1926 denominou a avenida do Sul como avenida Frei Paulo de Caza Nova. Posteriormente, pela Lei nº 82 de 09 de novembro de 1926 foi denominada a avenida do Sul como avenida Francisco Sá e a praça onde está situada a Igreja Matriz desta cidade ficou denominada praça Frei Paulo de Caza Nova.

Com a mudança do nome da cidade de São Paulo para Frei Paulo, a praça Frei Paulo de Casanova passou a ser denominada praça São Paulo.

¹¹ Declaração feita à autora por ocasião da visitação ao Museu Frei Germano Citeroni, no Centro Cultural dos Capuchinhos no Convento Nossa Senhora da Piedade em Salvador-Bahia, no dia 25 de julho de 2018.

Por todas as razões mencionadas, não comungo do pensamento de que frei Paulo chegou aqui e encontrou uma região habitada pelos índios comandados por Imbiracema, porém, os fatos narrados mostram que frei Paulo impulsionou o desenvolvimento da região através da abertura das fontes e o crescimento do arraial através da construção da igreja, sendo considerado como o fundador da cidade.

Por sua vez, frei David nasceu em Umbértide (Perúgia) a 23 de dezembro de 1825, entrando para a Ordem a 29 de março de 1847, se ordenando sacerdote em 1853. Estabeleceu-se no Hospício de Nossa Senhora da Conceição na vice-prefeitura da missão em Sergipe, tendo se distinguido como pregador das missões juntamente com frei Paulo Antônio de Casanova, percorrendo quase todas as cidades e vilas de Sergipe (REGNI, 1988, p. 523).

Em 02 de setembro de 1862, frei David foi enviado para Porto da Folha em razão da região vizinha ter sido acometida do cólera morbo, e a população clamou que fosse enviado um missionário para administrar os socorros espirituais.

Contudo, frei David não contou com o mesmo acolhimento e simpatia que o frei Paulo Antônio. Tendo dificuldade para seguir com seu ministério pediu licença para retornar para a Itália, o que foi negado pelo procurador geral. Após a primeira crise, continuou levando a Palavra do Evangelho por várias cidades, mas, sempre foi alvo de boatos caluniosos.

Regni (1988, p. 524) enaltece as qualidades de frei David,

Superado este momento de crise, fr. Davi se lançou de corpo e alma no campo do apostolado [...] Distinguiu-se particularmente como pregador de missões ao povo, juntamente com o famoso missionário fr. Paulo Antônio de Casanova. Sua palavra ardente, iluminada e persuasiva não era menos apreciada do que a de seu ilustre companheiro. Arrastava as massas no sertão ou aqui mesmo na Capital, onde em várias circunstâncias ocupou a tribuna sagrada de nossa igreja da Piedade (REGNI, 1988, p. 524).

Cardoso (Correio Sergipense, 1864, p. 3-4), ao narrar uma das missões realizadas por fr. Paulo e fr. David reverencia,

Fr. David é um pregador profundo, sabe muito os santos Padres, conhece o fundo da Bíblia, é theologo abalisado, philosopho inteiro, literato ascético e fala como Bossuet, Sancta Rita, S. Carlos, Anchietta, Alverne, Monte e D. Romualdo, se ainda existissem podião dar-lhe o braço sem terem de que cõrar.

Importante registrar que, a reedificação da Igreja de Pacatuba no local da antiga Capela de S. Félix de Cantalício foi autorizada pelo governo da província de Sergipe em 1864 e levada à frente pelo missionário frei David, sozinho e em pouco tempo, conforme carta de frei Paulo Antônio ao procurador-geral a 21 de outubro de 1864, dizendo ele “que o Governo da província estava muito satisfeito com o trabalho apostólico dos dois missionários e que tinha decidido reconstruir a igreja de Pacatuba. Por isso fr. Davi se achava lá a fim de realizar a obra”(REGNI. 1988, p. 524).

Em 1873, mais uma vez a imprensa sergipana dava azo às acusações contra frei David, em razão das quais a Câmara Municipal de vila Nova em 05 de agosto de 1873 remete ofício ao presidente da província nos seguintes termos:



Figura 27 - frei David.

Informa serem verdadeiras as acusações publicadas em jornais contra o Missionário Capuchinho Frei David de Peruggia, que envolvendo-se em disputas com o pároco da freguesia de Pacatuba tem praticado uma série de desmandos trazendo intranquilidade à região. É acusado, entre outras coisas, de incitar o povo de Japoatão e Ladeiras e os índios de Pacatuba a marcharem até a capital para mostrar sua popularidade junto ao povo. Declara seu temor de que essa massa fanatizada provoque perturbações (DANTAS. 1993, p. 63).

Em razão da campanha difamatória contra frei David, os superiores decidiram determinar seu retorno à Itália, o qual passou a viver no Convento de Monterone, perto de Perúgia, onde morreu no dia 10 de janeiro de 1909, com 84 anos de idade.

Após a morte de frei Paulo, consta o registro de algumas missões realizadas na vila de São Paulo, Sergipe: a primeira foi realizada por frei Gabriel de Cagli; principiou em 27 de janeiro de 1904 e terminou em 4 de fevereiro. Resultados: 79 batizados, 1205 crismas, 896 comunhões, 86 casamentos. Ergueu-se um cruzeiro de 35 palmos na frente da matriz. Carregou-se muita pedra para acabar as paredes do cemitério. Angariou-se 150\$000 de esmolas para o mesmo fim. Frequentada por 8 a 10 mil pessoas (LÉO. 1895-1923, p. 15).

Os batizados foram registrados no livro de batismos nº 06 (1902-1904) da Paróquia São Paulo da vila de São Paulo, cuja numeração iniciou em 1011 às fls. 115-V e findou em 1090 às fls. 125, assinados pelo padre Firmino José de Jesus.

No período entre 03 a 11 de fevereiro de 1911 realizou-se a Missão na vila de São Paulo, conduzida por frei Camillo de Chispiero, resultando em 126 batizados, 1334 crismas, 1331 comunhões, e 88 casamentos. “Augmentou-se a Egreja do lado fundo, 30 palmos. Ajuntou-se muita pedra e madeira. Esmola para a mesma 300\$000” (LÉO. 1895-1923, p. 29).

Os batizados da missão foram registrados no livro de batismos nº 09 (1909-1912) da Paróquia São Paulo, assinados pelo padre Philadelfo Macedo, dentre os quais, em 09 de fevereiro de 1911, consta o batismo de Cecílio, nascido em 11/12/1910, filho de José Francisco da Cunha e Cecília Roza da Cunha.



Figura 28 - (BARRETO, 1933, p. 203)



Figura 29 - Cemitério de Frei Paulo – 2020

Frei Paulo Antônio, efetivamente, foi um “homem além do seu tempo”, que dedicou sua vida às missões e ao desenvolvimento das localidades por onde passou, deixando um rastro de realizações, benefícios sociais e espirituais, tendo sido reconhecido pelas autoridades e pelo povo.

Sua humildade foi sentida na carta de despedida ao pressentir que seu fim estava próximo. Contudo, destaco que seu desprendimento se mostra na carta remetida ao procurador-geral a 21 de outubro de 1864, quando atribui a frei David a responsabilidade pela reconstrução da igreja de Pacatuba, notadamente, como forma de enaltecer as qualidades do amigo, e minimizar os efeitos das calúnias de que o mesmo era alvo.

A vida missionária de frei Paulo Antônio Damele de Casanova di Rovegno demonstra que o mesmo se orientou nos preceitos dos Santos que foram modelos para o seu ministério — são Paulo e santo Antônio — e com isso, chegou em 1864 na cidade de Estância e foi reconhecido pelo professor, poeta, jornalista, político e autor de textos literários, Severiano Maurício de Azevedo Cardoso, testemunha ocular das pregações do missionário, “como o Jacob do riso nos lábios” (Correio Sergipense, 1864, p. 3-4).

Decorridos 130 anos da morte de frei Paulo Antônio, percebe-se que suas palavras ditas em 1864 (Correio Sergipense, 28 de março de 1864, p. 3-4), devem servir de reflexão diária para todos.

Vida breve, morte certa.

Do morrer a hora é incerta.

Uma alma só se há,

Se se perde o que será?

Perdes o tempo que agora has, Na hora da morte não o terás:

Acaba tudo: Acaba depressa,

Só a Eternidade nunca acaba.

ÁLBUM FRAGMENTADO DE MEMÓRIAS GENEALÓGICAS

Tomando por base as informações abordadas por alguns historiadores, foram importantes na formação do povoado São Paulo os senhores José Alves Teixeira, Antônio Teixeira, Brás Vieira Matos, Lourenço da Rocha Travassos, Tomaz de Aquino e Silva, Cassimiro da Silva Melo, João Tavares da Mota e o capitão Antônio Cornélio da Fonseca.

É preciso acrescentar que muitas famílias que aqui se formaram descendem do sargento-mor José Correia de Araújo e Bernarda Pereira do Lago, pais de Francisca Pereira do Lago, sendo eles os trisavós de Manoel Felix dos Passos, e tetravós de João Tavares da Mota, José Joaquim de Andrade, Maria Francisca dos Passos e Antônio Francisco de Mendonça Passos.

Assim, com as informações obtidas, foi possível identificar algumas famílias que se instalaram no século XVIII na região que compreende o atual município de Frei Paulo, e que fizeram história e construíram a história desde a época das matas e deixaram fincadas suas raízes genealógicas aqui.

Nesta seção, são apresentadas árvores genealógicas (fragmentadas) que partem dos primeiros habitantes conhecidos da região das matas de Itabaiana até a atualidade. A construção deste álbum fragmentado teve dois objetivos principais. O primeiro foi registrar as informações a respeito dos habitantes da região e suas origens, que foram sendo coletadas através de buscas de diversos registros históricos. Mesmo incompleto, esse registro pode servir de base para estudos e pesquisas de outros historiadores, que podem vir inclusive a contribuir com novas informações a respeito da genealogia das famílias que habitaram a região das matas de Itabaiana. O segundo objetivo é fornecer ao leitor uma boa visão a respeito da origem de cada núcleo, como eles se formaram e se entrelaçaram e o contexto em que viveram. Vale destacar ainda que os dados utilizados na construção do presente álbum genealógico estão fundamentadas nos assentos de batismos e casamentos, e em informações coletadas com familiares e através dos jornais, revistas e livros.

É importante destacar também que todo o processo de extração de informações genealógicas a partir dos dados coletados foi bastante dificultado por três aspectos: inúmeros erros encontrados nos assentos de batismos e casamentos; não haver (à época) a obrigatoriedade de adoção dos patronímicos familiares e do registro de batismo ser feito apenas com o prenome da criança; e utilização de um mesmo prenome e sobrenome para pessoas diferentes. Desta forma, entendendo que poderia haver erro em algumas das informações extraídas e a fim de trazer clareza e transparência ao texto, a autora fez comentários ao longo das descrições dos álbuns sempre que havia dúvida razoável quanto à exatidão da informação.

No mais, a abordagem de várias famílias dentro de um mesmo álbum se fez necessária por conta dos enlaces familiares que formavam outros núcleos.

1 – SILVA MELO – CARVALHO LIMA – RODRIGUES LIMA

A formação das famílias Silva Melo, Carvalho Lima e Rodrigues Lima remontam ao século XVIII e tem sua origem na região das Caraíbas e Flechas do município de Itabaiana, e se estabeleceram na região das matas de Itabaiana através dos descendentes do Capitão Francisco Antônio de Carvalho, nascido em 1752, e de Cassimiro da Silva Melo.

Carvalho (2001, p. 94/95) indica com precisão a ascendência de Cassimiro da Silva Melo, e ainda esclarece que suas raízes estão na família dos Rezendes, destacando outras famílias presentes na capitania sergipana nas primeiras décadas do século XVIII,

[...] Cassimiro da Silva Melo, descendia dos fundadores de Itabaiana, entre os quais Manuel de Moura, seu trisavô (pentavô de Sebrão), aí já residente em 1706, no sítio Igreja Velha (cf. Sebrão, sobrinho, *A morte é o sono de que a vida é sonho*, Sergipe- Jornal, 28.4.1944), encontrando raízes na família dos Rezendes, uma das mais importantes da capitania sergipana nas primeiras décadas do século XVIII, ao lado da família dos Sás, Abreus, Limas, Pachecos e Faros, segundo Felisbello Freire, citado por Sebrão, sobrinho (*A morte é o sono de que a vida é sonho*, idem). Do lado da avó Ana Joaquina da Conceição se esbarra na figura do comerciante português Francisco Antônio de Carvalho (tetravô de Sebrão), que introduziu o sobrenome Carvalho em Itabaiana.

Sebrão, Sobrinho (2003) e Carvalho (2001 e 2009) trazem informações fundamentais para a construção da árvore genealógica das famílias Silva Melo, Carvalho Lima, Tavares da Mota e Rodrigues Lima,

De Manuel da Silva Melo e da índia d. Clara Francisca de Santo Antônio nasceu Manuel da Silva Melo (Júnior) em 1792. Por sua vez, Ana Teresa de Jesus, é filha de João Carlos de Resendes e d. Maria Josefa da Conceição Resendes, sendo trineta do casal Roberto de Moura de Leandros e D. Margarida de Resendes (falecida em 03 de maio de 1780).

Do casal Manuel da Silva Melo – Júnior – (falecido em 07 de outubro de 1868) e Ana Teresa de Jesus (falecida em Caraíbas no dia 06 de novembro de 1846), adveio os seguintes filhos: Cassimiro da Silva Melo, Manoel Alves Teixeira (pai de Carlota Teixeira Itajahy), Maria Vitória da Encarnação (casada com Gregório Frique do Prado), Joana Bernandina de Jesus, Carolina Francisca de Jesus, Vitorina Francisca, José Gregório da Silva Teixeira e Senhorinha Francisca de Jesus.

Do capitão Francisco Antônio de Carvalho (nascido em 1752 – proprietário dos engenhos Cafus, Congondá e Flechas e dos sítios Alecrim e Coívaras) e dona Josefa Maria da Glória (nascida em 1750 e falecida em 06 de julho de 1841, filha de Francisca Maria de Oliveira e o capitão Tomé Salgado de Abreu) casados em 1774, adveio Ana Francisca de Carvalho que casou com o português Luiz Antônio Rodrigues de Lima, (o Lima era um acessório ao nome inteiro que indicava a naturalidade de Pontes de Lima), os quais constituíram uma prole de 04 filhos, todos nascidos no sítio Flechas em Itabaiana, sendo eles: capitão Francisco Antônio de Carvalho (Neto), tenente Antônio Francisco Rodrigues de Lima (casado com Domiciana Francisca de Jesus), Maria Dorotea do Sacramento e Joana Princesa Rodrigues Lima, dos quais, daremos destaque aos dois primeiros por terem uma ligação mais conhecida com o povoamento das matas de Itabaiana.

Ana Francisca já era orfã de pai, e ficou viúva, provavelmente, em 1809. Nessa época, das propriedades, não possuíam mais o engenho Cafus, vendido pelo capitão Francisco Antônio, e o Quidongá e Alecrim, vendidos por elas (Ana Francisca e sua mãe Josefa Maria da Glória). Adquiriram outras nas caatingas e no sertão. (grifo e destaque nosso)

Bispo (2013, p. 89, 93) esclarece que em 1806 Francisco Antônio de Carvalho adquiriu a terra que compreende a região do Tabua e da cidade de Carira, que havia sido doada por alvará de 06 de fevereiro de 1765 ao tenente João Paes de Azevedo.

Assim, considerando que Ana Francisca faleceu em 1º de julho de 1824 e que após ficar viúva teria adquirido terras nas caatingas e no sertão, isto se deu no período compreendido entre 1809 e 1824, quando então, pela regra da sucessão hereditária, seus quatro filhos assumiram a propriedade/posse das terras que ela possuía. Com base nesses fatos, é plausível considerar

que decorre daí a origem dos Carvalhos e Rodrigues Lima nas matas de Itabaiana, cujos descendentes ainda vivem em Frei Paulo.

O capitão Francisco Antônio de Carvalho, neto do português de igual patente e locução, nasceu em setembro de 1792 e se casou na família Resendes, das mais antigas de Sergipe, dos sítios Caraíbas, também de Itabaiana, com d. Maria Francisca de Jesus, filha de José Miguel de Resendes e d. Ana Francisca do Nascimento [...] Sobreviventes, houve o casal oito filhos, todos abastados. Entre esses, d. Ana Joaquina da Conceição (Naninha), que também se casou com um caixeiro da loja paterna, mas filho da terra, do sítio Caraíbas, e seu primo em sexto grau materno, Cassimiro da Silva Melo [...] Os demais irmãos foram: coronel José Antônio de Carvalho Lima; padre Francisco Antônio de Carvalho; Maria Vicência de Carvalho, casada com o tenente José Cornélio da Fonseca; d. Januária Francisca de Carvalho, casada, sucessivo, com Joaquim Pereira Lavra e João Pinto de Gois; d. Cândida Rosalina de Carvalho, casada com o capitão João Antônio de Carvalho; d. Maria Francisca de Carvalho, casada, sucessivamente, com João Pedro de Oliveira e Manuel de Deus da Cruz; e, d. Escolástica Francisca de Carvalho, que foi a primeira esposa do alferes Antônio Francisco Rodrigues Lima (filho) (SEBRÃO, SOBRINHO, 2003, p. 328).

Vou tratar aqui, somente dos quatro filhos do capitão Francisco Antônio de Carvalho (Neto) que mais se destacaram no desenvolvimento rural e urbano do município de Frei Paulo, Ana Joaquina da Conceição, coronel José Antônio de Carvalho Lima, padre Francisco Antônio de Carvalho e Maria Vicência de Carvalho.

Ana Joaquina da Conceição (falecida em Frei Paulo no dia 12 de setembro de 1893) casou com Cassimiro da Silva Mello (nasceu no povoado Caraíbas em 04 de março de 1821 e faleceu em 25 de janeiro de 1917 na cidade de Riachuelo) e teve os seguintes filhos: Maria Joaquina da Conceição Passos, que casou com Antônio Francisco Mendonça dos Passos, filho de Manoel Felix dos Passos e Edwirges Duquesa de Mendonça; Maria Rosa da Fonseca; Maria Vicência de Carvalho, que casou com o capitão João Tavares da Mota; Maria Francisca de Carvalho, que casou com Francisco Antônio de Carvalho Júnior, filho de Joaquim Pereira Lavra e Januária Francisca de Carvalho (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 184); Aprígio de Melo Rezende; e Francisco Alves de Carvalho. Destaca-se ainda que Francisco Alves de Carvalho casou com Maria Vicência do Sacramento em 23 de abril de 1867, filha de José Cornélio da Fonseca e Vicência Maria de São José (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 188-V), de quem adveio José Sebrão de Carvalho, Francisco Alves de Carvalho Júnior e Cícero Alves de Carvalho.

Consta no livro de batismo nº 8 e no livro de casamentos nº 2 da Paróquia de Itabaiana os seguintes registros. Em 06 de março de 1842 foi realizado o batismo de Maria, com cinco semanas, filha de Cassimiro da Silva Mello e Anna Joaquina. Em 29 de julho de 1875 se registrava o casamento entre Aprígio de Melo Rezende, com 19 anos de idade, filho de Cassimiro da Silva Mello e Anna Joaquina, com Maria da Graça de Carvalho, com 14 anos de idade, filha de João Tavares da Mota e Maria Vicência de Carvalho (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 02, 1867-1878, p. 140-V).

De Aprígio de Melo Rezende e Maria da Graça de Carvalho identificamos os seguintes filhos: Ana Glicéria de Resende, que casou com Pedro Rodrigues Lima, filho de Pedro Rodrigues Lima e Maria Victória (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 04, 1891-1904, p. 39-V); Ana, batizada na Capela de Alagadiço no dia 30 de abril de 1876, com treze dias de nascida, tendo como padrinhos Cassimiro da Silva Mello e Ana Joaquina da Conceição (Itabaiana. Livro de Batismo nº 18, 1874-1877, p. 129); Adolfo, cujo batismo foi realizado em 01 de abril de 1877;

Maria Corina de Resende, que casou em 27 de fevereiro de 1906 com José Rodrigues Lima, filho de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Cândida Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 158-V); e Maria Vicença Rezende, nascida em 02 de janeiro de 1884, que casou no dia 10 de maio de 1897 com João Nunes Nepomuceno Neto.

Francisco Alves de Carvalho, filho de Cassimiro da Silva Melo foi “comerciante, membro do Conselho Municipal de Intendência e intendente na República Velha” (CARVALHO, 2009, p. 263).

Por sua vez, Francisco Alves de Carvalho, Júnior (músico e compositor), neto de Cassimiro da Silva Melo, vem fazer história e marcar sua presença na vila de São Paulo em 1902, como maestro da Lira Sagrado Coração de Jesus.

O jornal Correio Sergipense (Ano XX, Número 38, 12 de agosto de 1857, p. 3 e ano XXIII, número 36, 1860, p. 1) bem como Carvalho (2001, p. 107) dão conta que Cassimiro da Silva Mello exerceu a função de 5º suplente de juiz municipal da vila de Itabaiana, em 1851-1854, e 6º suplente de juiz municipal no período de 1855-1858. Em agosto de 1857, foi nomeado para a função de contador do auditório. Exerceu também o cargo de 1º suplente de delegado de polícia de Itabaiana, sendo exonerado em 16 de março de 1860. Na vila de São Paulo, Cassimiro da Silva Melo foi o primeiro intendente nomeado, isto em 25 de janeiro de 1890.

Na década de 60 do século XIX, Cassimiro da Silva Melo “se entregava de corpo e alma a agricultura e ao criatório em suas grandes e importantes fazendas, nas matas de Itabaiana, tendo enriquecido bastante no período da valorização de herbáceo, graças a Guerra de Secessão dos estados Unidos, de 1861-1864. De Alagadiço em diante, Serras Pretas afora, tudo era seu, pertencia-lhe a rivalizar-se com seu cunhado Coronel José Antônio de Carvalho Lima e seu concunhado tenente José Cornélio da Fonseca, os principais proprietários do *hinterland* do Genipapo[...] Em 1870, ainda residia em Itabaiana, mas de muito vivia em suas fazendas nas matas, bem como quase todos os seus filhos e genros” (CARVALHO, 2001, p. 107).

“Entre os maiores proprietários de terras, nas matas de Frei Paulo, Pinhão e Pedra Mole, estavam Cassimiro da Silva Melo, José Antônio de Carvalho Lima e José Cornélio da Fonseca” (CARVALHO, 2009, p. 212).

Dona Maria Vicência de Carvalho, filha de Francisco Antônio de Carvalho (Neto) e Maria Francisca de Jesus, casou com José Cornélio da Fonseca (falecido em 22 de julho de 1903), dos quais identificamos os seguintes filhos: Maria Cornélio da Fonseca, falecida em 29 de abril de 1946; Maria Vicência do Sacramento, que casou com Francisco Alves de Carvalho, filho de Cassimiro da Silva Mello e Anna Joaquina da Conceição (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 188-V); e Antônio Cornélio da Fonseca, que casou com Julia Freire, irmã de Laudelino Freire e Felisbelo Freire, um dos responsáveis pela emancipação da freguesia de São Paulo (atual Frei Paulo) em vila.

O padre Francisco Antônio de Carvalho, filho de Francisco Antônio de Carvalho (Neto) e Maria Francisca de Jesus, foi designado em 18 de abril de 1877 para ensinar as primeiras letras aos meninos pobres do povoado São Paulo, bem como, foi o primeiro padre a realizar batismos nas matas de Itabaiana, especificamente, na fazenda Salgado e Mulungu.

Carvalho (2009, p. 219) esclarece que “o único itabaianense sacerdote a pertencer a freguesia de Santo Antônio e Almas foi o padre Francisco Antônio de Carvalho, que atuou como coadjutor do cônego Domingos de Melo Rezende, sendo pai do historiador Francisco Antônio de Carvalho Lima Junior [...] O padre Francisco Antônio de Carvalho é bisneto do português Francisco Antônio de Carvalho, que trouxe para Itabaiana o sobrenome Carvalho, tendo sido

capelão da Capela de São Paulo [hoje Frei Paulo], em 1877, extinta, por motivos políticos, em 1878, segundo Sebrão, sobrinho (TOBIAS BARRETO, O DESCONHECIDO, p. 105)”.

Em 1871 consta o batismo de várias crianças no sítio Mulungu, realizados pelo padre Francisco Antônio de Carvalho, demonstrando que a região estava bem povoada e que há muito tempo os “Carvalhos” e outras famílias estavam desenvolvendo as matas de Itabaiana.

O coronel José Antônio de Carvalho Lima, filho de Francisco Antônio de Carvalho (Neto) e Maria Francisca de Jesus, nasceu em 14 de dezembro de 1814 e faleceu em 16 de julho de 1883. Casou com Antônia Maria da Encarnação, nascida em 1807 e falecida a 28 de agosto de 1865. Após ficar viúvo, José Antônio casou com Maria Antônia da Conceição (Itabaiana. Livro de Casamento nº 02, 1867-1878, p. 13).

Em 06 de novembro de 1841 consta no livro nº 08 da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana o batismo de Maria, filha de José Antônio de Carvalho Lima e Antônia Maria. Posteriormente, constam vários batismos na capela da Imbira e capela de São Paulo figurando como padrinhos o coronel José Antônio de Carvalho Lima e Antônia Maria da Conceição.

José Antônio de Carvalho Lima era proprietário de terra no Mulungu e no Batiquerê (JORNAL DO ARACAJU, nº 986, 07 de setembro de 1878), e foi eleito deputado para o mandato de 1880/1881.

A genealogia dos Carvalhos vem do capitão Francisco Antônio de Carvalho (Neto) e Maria Francisca de Jesus. Por sua vez, a genealogia dos Rodrigues Lima vem de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Domiciana Francisca de Jesus. Ambos os patriarcas são filhos de Ana Francisca de Carvalho e do português Luiz Antônio Rodrigues de Lima.

“O tenente Antônio Francisco Rodrigues de Lima, nascido a 13 de agosto de 1794, no sítio Flechas (aí nasceram todos os irmãos), casou-se em 15 de novembro de 1824, com d. Domiciana Francisca de Jesus, filha de Nicolau Pereira de Almeida e d. Teodósia Angélica de Jesus, falecendo ele a 06 de novembro de 1864” (SEBRÃO, SOBRINHO, 2003. p. 328).

Do casal Antônio Francisco e Domiciana Francisca, identificamos alguns filhos: José Luiz de Carvalho Lima, nascido em 1837, que casou em 02 de junho de 1862 com Maria Francisca da Conceição, filha de Joaquim José de Santana Abreu e Senhorinha Francisca de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 82-V); José, nascido em junho de 1841 e batizado em 11 de julho de 1841 (Itabaiana. Livro de batismos nº 08, 1841-1843, p. 12-V); Antônio Francisco Rodrigues Lima (Filho), que casou com sua prima Escolástica Francisca de Carvalho (filha do seu tio, capitão Francisco Antônio de Carvalho – Neto); e Joana Maria de Jesus (nascida em 1842), que casou com Pedro Selestino da Cunha, após este ficar viúvo de Anna Francisca de Almeida.

Pelos documentos analisados, é provável que Anna Francisca de Almeida também seja filha de Antônio Francisco e Domiciana Francisca, ou seja, irmã de Joanna Maria de Jesus, porque, em alguns batismos consta no nome de Joanna o sobrenome Almeida. Essa probabilidade se acentua ainda mais, porque Pedro Selestino da Cunha e Anna Francisca de Almeida tem um filho registrado como Antônio Francisco Rodrigues Lima, o que somente se justificaria caso ela também fosse filha de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Domiciana Francisca de Jesus.

Antônio Francisco Rodrigues Lima, nascido em 1855, filho de Pedro Selestino da Cunha e Anna Francisca de Almeida, contraiu matrimônio em 28 de fevereiro de 1881 com Cândida Maria de Jesus, filha de Victório Vieira da Silva e Joanna Baptista de Jesus (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, 1878-1891, p. 36) de quem advieram os seguintes filhos: Melchíades Rodrigues Lima, que casou em 28 de fevereiro de 1905 no lugar denominado Onça, com Maria

de Oliveira Dantas, filha de João Antônio Correia e Emydia Francisca de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 137-V e 138); Francolino Rodrigues Lima, nascido em 01 de junho de 1888 (Itabaiana. Livro de Batismos nº 24, 1886-1897, p. 48), que casou em 26 de janeiro de 1913 com Cristina de Jesus Lima, nascida em 28 de junho de 1892, filha de Manuel José de Jesus e Joaquina Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 3, 1910-1916, p. 68-V); Alfredo Rodrigues Lima, que casou com Anna Francisca de Rezende, filha de Manuel Nunes de Rezende e Rosa Francisca de Rezende (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 4, 1916-1923, p. 146); José Rodrigues Lima, que casou com Maria Corina de Resende, filha de Aprígio de Mello Resende e Maria da Graça Resende; Anna Francisca de Lima, que casou em 27 de novembro de 1906 com Francisco Nunes de Rezende, filho de Manuel Francisco de Rezende e Maria Roza de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 167-V); e José Joaquim de Lima, que casou em 04 de maio de 1918 com Maria Victória Borges, filha de João Carlos Borges e Josepha Maria do Sacramento (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 59-V). Ao ficar viúvo, Antônio Francisco Rodrigues Lima se casou com Josefa Maria da Conceição, filha de Manoel Gomes de Mello e Anna Joaquina de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 5, 1923-1929, p. 188).

Da união de Melchiades Rodrigues Lima e Maria de Oliveira Dantas (Lima) identificamos os seguintes filhos: Elpídio Rodrigues Lima, que casou no dia 18 de abril de 1931 com Eunízia Carvalho Lima, filha de Firmino Pereira de Carvalho e Maria dos Mártires de Carvalho (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 53-V); Maria Lima, que casou em 31 de janeiro de 1932 com Francisco Alves Teixeira, filho de Francisco Alves Teixeira e Maria da Graça Leite (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 75); Maria Enesila Lima, que casou no dia 18 de julho de 1931 com Hilarino Barreto de Mendonça, filho de Hilário Rodrigues de Mendonça e Maria da Glória Barreto (filha de João Paulo Barreto e Anna Cândida Barreto. Livro de casamentos de Frei Paulo nº 02, 1898-1910, p. 102-V, 103. Livro de casamentos de Frei Paulo nº 6, 1929-1934, p. 59-V); Maria Dantas de Mendonça, que casou com Hilário Rodrigues de Mendonça (seu Pequeno) filho de José Alves de Mendonça e Maria dos Anjos de Mendonça; Maria Teresinha de Lima, que casou em 14 de setembro de 1935 com Antônio Francisco de Andrade, filho de Francisco Manuel de Andrade e Maria Francisca do Espírito Santo (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934 – 1936, p. 82-V); José Rodrigues Lima, nasceu em 11 de fevereiro de 1923 e casou em 18 de janeiro de 1947 com Josefa Correia Dantas, filha de Eliseu Correia Dantas e Dejanira Correia Dantas (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 11, 1944-1947, p. 90); Antônio Rodrigues Lima, que casou com Maria Vasconcelos Menezes (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p. 30); e Cecília de Oliveira Lima, que casou com José Donozor Ferreira, filho de Juvêncio José Ferreira e Maria da Graça Ferreira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 21-V).

De Francolino e Cristina identificamos três filhos: José, nascido em 30 de abril de 1922 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 17, 1922 – 1923, p. 6-V); Chirldes Lima, que casou com Napoleão Oliveira, filho de José Joaquim de Oliveira e Anna Elisa de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929 – 1934, p. 48); e João Rodrigues Lima, que casou com Elisdete Barbosa Lima, de quem adveio Emanuel Barbosa Lima.

De Alfredo Rodrigues Lima e Anna Maria Lima identificamos os seguintes filhos: João, nascido em 01 de março de 1922 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 17, 1922-1923, p. 1-V); e Normando Rodrigues Lima, batizado em 26 de outubro de 1924 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 18, 1923-1924, p. 197-V), que casou em 02 de maio de 1948 com Maria Rezende Lima, filha de José Nunes de Rezende e Izilina Maria Rezende (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p. 27-V).

2 – CUNHA – BARBOSA DOS SANTOS – TELES BARRETO

A genealogia da família Cunha foi construída a partir dos descendentes de Manoel de Jesus da Cunha e Maria Caetana do Sacramento, que se entrelaça com a família Rodrigues Lima através de Anna Francisca de Almeida e Joana Maria de Jesus, filhas de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Domiciana Francisca de Jesus, que se casam, sucessivamente, com Pedro Selestino da Cunha.

Da união de Manoel de Jesus da Cunha e Maria Caetana do Sacramento identificamos os seguintes filhos: José da Cunha Selestino, que casou com Maria Alexandrina, filha de Antônio Telles Barros e Anna Maria, conforme dados do assento de casamento realizado em 19 de fevereiro de 1860, sendo testemunhas Manoel Telles Barros e Pedro Selestino da Cunha (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 48); Domingos Dias da Cunha, que casou em 09 de junho de 1861 com Prudenciana Maria do Sacramento (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 69) Francisca Maria do Sacramento, que casou no dia 03 de novembro de 1862 com Pedro Alexandre Bispo, filho de Manoel Leandro dos Anjos e Cleonância Maria do Espírito Santo, tendo como padrinhos Pedro Selestino da Cunha e Joana Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 90); Higino José da Cunha, que casou com Felismina Maria, filha de José Antônio da Costa e Rosa Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 187); e João José da Cunha, que casou com Maria Vitória da Conceição, tendo como padrinhos o Pedro Selestino da Cunha e Higino José da Cunha (Itabaiana. Livro de casamentos nº 2, 1867-1878, p. 36). Manoel de Jesus da Cunha ficou viúvo em virtude do falecimento de Maria Caetana do Sacramento e contraiu casamento com Anna Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 88-V).

É possível deduzir a existência da relação familiar por adotarem o mesmo patronímico e por constarem em vários batismos realizados e registrados na Paróquia de Itabaiana e na Paróquia São Paulo, como pais ou padrinhos. Analisando a idade de todos e a inexistência de outras pessoas com o mesmo patronímico, pode-se dizer que José, Domingos Dias, Higino, Francisca Maria e João José são irmãos de Pedro Selestino, embora, não tenha sido localizado o batismo e o primeiro casamento de Pedro, onde consta o nome dos pais.

De José Selestino da Cunha e Maria Alexandrina de Jesus identificamos os seguintes filhos: Maria, nascida em dezembro de 1860; Antônio, nascido em julho de 1865 sendo os padrinhos Domingos Dias da Cunha e Prudenciana Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de batismos nº 13, 1865-1866, p. 67); Maria, nascida em julho de 1866 cujos padrinhos foram Pedro Selestino da Cunha e Joanna Maria (Itabaiana. Livro de batismos nº 14, 1866-1867, p. 31-V); Maria, batizada em 08 de setembro de 1870; Cyrillo José da Cunha, que casou com Esperança Maria da Conceição, filha de Pedro Batista Vieira e Constância Maria da Conceição (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 04, 1891-1904, p. 10-V); e Manuel de Jesus da Cunha, nascido em 1862, que casou em 26 de janeiro de 1887 com sua prima, Alexandrina Maria de Jesus, filha de Domingos Dias da Cunha e Prudenciana Maria de Jesus (Livro de casamentos nº 03, Itabaiana, 1878-1891, p. 135-V).

De Domingos Dias da Cunha e Prudenciana Maria de Jesus identificamos também os seguintes filhos: Manoel Francisco da Cunha, que casou com Luiza Perpétua de Jesus, filha de Bernardo Tavares da Motta e Antônia Perpétua de Jesus (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, 1878-1891, p. 134-V); Antônio José da Cunha, que casou com Maria Perpétua de Jesus, filha de Bernardo Tavares da Motta e Antônia Perpétua de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 04, 1891-1904, p. 21-V); Antônio Francisco da Cunha, que casou com Maria Vicência da Cunha, filha de José Selestino da Cunha e Maria Alexandrina (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 04, 1891-1904, p. 10); e Caetana Maria de Jesus, que casou com Eduardo José da Motta (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, 1878 - 1891, p. 169-V).

Pedro Selestino da Cunha, com 30 anos de idade e viúvo em virtude do falecimento de Anna Francisca Almeida, casou no dia 14 de fevereiro de 1859 com Joanna Maria de Jesus, com 17 anos de idade, filha de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Domiciana Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de casamentos nº 01, 1857-1867, p. 29).

Do matrimônio de Pedro Selestino da Cunha e Anna Francisca de Almeida localizamos o batismo de dois filhos: Antônio (Itabaiana. Livro de batismos nº 10, 1852-1855, p. 120), nascido em fevereiro de 1855, batizado em 02 de abril de 1855 e registrado como Antônio Francisco Rodrigues Lima, que casou em 28 de fevereiro de 1881 com Cândida Maria de Jesus, cujos descendentes identificamos no fragmento da “família Rodrigues Lima”; e Manoel Selestino da Cunha, que casou com Anna Francisca de Carvalho, filha de Cândida Rosalina de Carvalho e João Antônio de Carvalho (Itabaiana. Livro de casamentos, nº 02, 1867-1878, p. 117). De Manoel Selestino e Anna Francisca advieram dois filhos: Antônio, nascido em setembro de 1876 e batizado em 01 de novembro de 1876 (Itabaiana. Livro de batismos nº 18, 1874-1877, p. 164); e Joana, nascida em 10 de fevereiro de 1884.

Da união de Pedro Selestino da Cunha e Joanna Maria de Jesus identificamos os seguintes filhos: João, nascido em junho de 1863, batizado em 19 de julho de 1863, tendo como padrinhos Antônio Francisco Rodrigues de Lima e Domiciana Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de batismos nº 12, 1861-1864, p. 119-V); Maria, nascida em julho de 1877 e batizada em 14 de outubro de 1877 (Itabaiana. Livro de batismos nº 20, 1877-1879, p. 33-V), que casou em 12 de setembro de 1898 com Rozendo José dos Santos, filho de José Machado dos Santos e Anna Joaquina do Espírito Santo (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 23-V); José Joaquim da Cunha, nascido em 22 de outubro de 1884 (Itabaiana. Livro de batismos, nº 23, 1884-1886, p. 72-V), que casou com Maria Angélica Telles, filha de Maria Elisabeth Telles e José Antônio de Carvalho Telles (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 3, 1910-1916, p. 25-V). Depois de viúvo, José Joaquim da Cunha contraiu casamento com Maria Hosana Oliveira Lima, filha de Venceslau Alves de Oliveira e Maria Hosana de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p. 61); e José Francisco da Cunha, nascido (provavelmente) antes de 1884, porque em 1895 já constava o mesmo como padrinho em alguns assentos de batismos.

José Francisco da Cunha, filho de Pedro Selestino da Cunha e Joanna Maria de Jesus, casou no dia 15 de janeiro de 1900 com Cecília Roza de Jesus, filha de Manoel José de Jesus e Joaquina Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 2, 1898-1910, p. 30), tendo como testemunhas Conrado Tavares da Silva e Antônio Francisco Rodrigues Lima (irmão consanguíneo de José Francisco). Desta união advieram: José da Cunha Filho, nascido em 03 de junho de 1920 (Frei Paulo. Livro de batismos nº 15, 1919-1920, p.84); Cecílio Cunha, nascido em 11 de dezembro de 1910; Corina Cunha Andrade, nascida em 15 de fevereiro de 1910 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 11, 1914-1915, p. 18), que casou em 17 de maio de 1931 com Diolindo Telles de Andrade, filho de Antônio Joaquim de Andrade (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 56-V); Alice de Jesus Cunha, que casou com Júlio Gonçalves Dias (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 5, 1923-1929, p. 55); Erothildes da Cunha, que casou em 28 de setembro de 1919 com Olavo da Cunha Lima, filho de Francisco Bôa de Lima e Júlia Angélica de Lima (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 97-V); e Idália Cunha, que casou com João Nogueira Borges, filho de José Carlos Borges e Júlia Nogueira Borges (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 11-V).

A família constituída por Manoel José de Jesus e Joaquina Maria de Jesus também se entrelaça com membros das famílias Rodrigues Lima e Cerqueira Passos, dentre outras.

Da união de Manoel José de Jesus e Joaquina Maria de Jesus¹² (filha de Maria Antônia da Conceição e Joaquim Pereira de Almeida) que contraíram matrimônio em 09 de fevereiro de 1875 (Itabaiana. Livro de Casamentos n° 02, 1867-1878, p. 129-V), além de Cecília Roza de Jesus, advieram outros filhos: Cristina de Jesus Lima, nascida em 28 de junho de 1892, que casou com Francolino Rodrigues Lima; Celina, nascida em 31 de dezembro de 1896 (Frei Paulo. Livro de Batismos, 1894-1898, p. 131-V); Maria Victória, que casou em 08 de setembro de 1903 com José Vicente Leocádio, filho de Vicente Leocádio e Anna Francisca (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 95-V); José Joaquim de Jesus, que casou em 06 de julho de 1903 com Maria Josina de Jesus, filha de Antônio José de Jesus e Francisca Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 93-V); Capitulina Rozita de Jesus, que casou em 07 de janeiro de 1906, com Manoel Francisco de Mendonça, viúvo de Maria da Graça Telles (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 151-V); Idalina de Jesus, que casou em 24 de abril de 1918 com Américo de Cerqueira Passos, filho de João Rosendo de Cerqueira e Amélia da Costa Cerqueira (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 57-V); Olívia de Jesus, que casou em 18 de janeiro de 1917 com João Pinheiro de Faro, filho de Maria José de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 10-V); e Auta Flora de Jesus, que casou em 12 de maio de 1907 com José Andrade, filho de Antônio Mathias de Andrade e Maria Francisca de São José (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 179-V, 180).

Pedro Selestino da Cunha ocupou o cargo de procurador na vila de São Paulo no ano de 1890.

Em 1901, José Francisco da Cunha foi suplente de juiz municipal e juiz de paz, e no período de 1913 a 1931 exerceu a função de ajudante de procurador da república na vila e cidade de São Paulo (atual Frei Paulo).



Figura – 30, 31 e 32 - Túmulo de Joaquina Maria de Jesus, Manoel José de Jesus e Cecília de Jesus Cunha – Cemitério de Frei Paulo.

¹² Na lápide do túmulo de Joaquina Maria de Jesus, consta que a mesma era conhecida por “Dondon”, nascida em 04 de setembro de 1856 e falecida em 15 de janeiro de 1955, e ainda a mensagem de “saudades inredutíveis de sua filha Idalina”. No mesmo túmulo foi sepultado seu esposo, Manoel José de Jesus, nascido em 24 de agosto de 1851 e falecido em 18 de junho de 1930. Cecília de Jesus Cunha (Cecília Roza de Jesus – nome de solteira), filha de Joaquina e Manoel de Jesus, nascida em 04 de agosto de 1881 e falecida em 28 de fevereiro de 1979, também foi sepultada no mesmo túmulo.

Consta nos relatórios do Almanak Laemmert (1891 a 1940) que José Francisco da Cunha tinha atividade comercial de secos e molhados¹³, além de ser capitalista¹⁴, criador e agricultor com propriedade de terra na localidade Gruta Funda.

A genealogia da família Cunha foi construída a partir dos descendentes de Manoel de Jesus da Cunha e Maria Caetana do Sacramento, e se une à família Teles Barreto/Santana através do casamento de José da Cunha Filho, nascido em 03 de junho de 1920 (Frei Paulo. Livro de batismos n° 15, 1919-1920, p.84), que casou em 25 de maio de 1947 com Maria da Conceição dos Santos, filha de José Joaquim dos Santos e Joana Teles Barreto (Aracaju – São José. Casamentos, Livro 01, 1925-1948, p. 183-V).

Por sua vez, o núcleo Barbosa dos Santos descende da família de Domingos José de Santana, filho de José Joaquim de Santana e Francisca Maria do Espírito Santo, que casou em 30 de abril de 1877, com Maria Joaquina do Espírito Santo (viúva de Cândido José de Mendonça), filha de João Gomes de Melo e Josefa Joaquina de São José.

Cândido José de Mendonça, filho de José Francisco de Mendonça e Clara Angélica, contraiu matrimônio com Maria Joaquina do Espírito Santo, filha de João Gomes de Melo e Josefa Joaquina de São José, no dia 23 de agosto de 1871 (Itabaiana. Livro de casamentos n° 2, 1867-1878, p. 54). Dessa união identificamos uma filha: Clara Laurentina dos Anjos, que casou em 18 de maio de 1896 com Antônio Martins da Silva, filho de Manoel Galdino da Silva e Maria Joaquina de São José (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 01, 1886-1897, p. 113). Maria Joaquina do Espírito Santo ficou viúva em virtude da morte de Cândido e contraiu casamento no dia 30 de abril de 1877, com Domingos José de Santana, filho de José Joaquim de Santana e Francisca Maria do Espírito Santo (Itabaiana. Livro de casamentos n° 2, 1867-1878, p. 181-V).

Manoel Galdino da Silva, filho de Pedro Francisco de Resende e Quitéria Maria, casou em 18 de maio de 1868 com Maria Joaquina de São José, filha de Antônio José de Mendonça e Josefa Joaquina de São José (Itabaiana. Livro de Casamentos n° 02, 1867-1878, p. 5-v).

De Domingos José de Santana e Maria Joaquina do Espírito Santo identificamos os seguintes filhos: Antônia Maria do Patrocínio, que casou em 17 de fevereiro de 1901 com Amâncio Bispo de Araújo, filho de José Felipe Nery e Maria Gonzala de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 44); João José de Santana, que casou em 21 de janeiro de 1902 com Maria Libânia do Espírito Santo, filha de José Grigório do Nascimento e Maria Antônia do Espírito Santo (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 61-V); Manuel Fiel dos Santos, que casou em 03 de janeiro de 1918 com Maria Izabel Barreto, filha de Manoel Joaquim Barreto e Maria Archimínia dos Santos (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 42); José Joaquim de Santana, que casou em 19 de outubro de 1918 com Joana Teles Barreto, filha de Manoel Joaquim Barreto e Archimínia Maria dos Santos (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 70, 70-V); e Antônio Barbosa dos Santos, conhecido por Senhor Barbosa, que casou com Clara Tolentina dos Anjos.

Segundo informação de membros da família Barbosa dos Santos, Clara Tolentina dos Anjos é filha de Manoel Galdino dos Santos e Ana Joaquina dos Santos. Entretanto, não identifiquei o assento de batismo e de casamento onde consta a filiação da mesma. Considerando que haviam muitos erros na grafia, mas levando em conta os dados do assento de casamento localizado, os pais de Clara seria Manoel Galdino da Silva e Maria Joaquina de São José.

De José Joaquim de Santana e Joana Teles Barreto advieram os seguintes filhos: Maria da Conceição, que casou com José da Cunha Filho, filho de José Francisco da Cunha e Cecília

¹³ Secos e molhados era a denominação que se dava aos armazéns varejistas que comercializava produtos sólidos e líquidos. Em nossa região esse tipo de estabelecimento comercial era chamado de “bodega”.

¹⁴ O termo capitalista servia para identificar a pessoa que possuía muito dinheiro.

de Jesus Cunha; José Teles Filho, nascido em 31 de maio de 1934, que casou com Valdelice Costa Dantas; Manoel Teles dos Santos, nascido em 14 de julho de 1919 (Frei Paulo. Livro de batismos nº 15, 1919-1920, p. 11-V), que casou em 02 de fevereiro de 1951 com Vandeth de Oliveira Dantas, filha de Sabino da Costa Dantas e Filomena de Oliveira Dantas (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p.127-V); José Joaquim Filho; Djalмира Teles dos Santos; Maria Rosa dos Santos, que casou com José Barbosa dos Santos, filho de Antônio Barbosa dos Santos e Clara Tolentina dos Anjos; Manoel dos Santos; João José Teles Barreto; Maria Joaquina Teles dos Santos; e Maria Izabel Barreto.

Embora conste no assento de casamento de José Joaquim de Santana e Joana Teles Barreto seus nomes grafados desta maneira, nos documentos dos seus filhos seus nomes estão grafados como José Joaquim dos Santos e Joana Teles dos Santos.

A família Teles Barreto/Santana se entrelaça com a família Cunha através do casamento de José da Cunha Filho e Maria da Conceição dos Santos, ocorrido em 25 de maio de 1947, dos quais advieram os seguintes filhos: Maria Enilde Cunha de Oliveira, Josefa Cecilia Cunha Feitosa, Vandete Cunha Barroso, José Francisco da Cunha Neto, Welington Cunha, Luciano da Cunha, Manoel Messias da Cunha e Ivanete Cunha Macedo da Paz. Esta última casou em 01 de junho de 1974 com João Macedo da Paz, de quem adveio Patrícia Cunha Paz, nascida em 09 de março de 1976.

A família Teles Barreto/Santana se entrelaça com a família Barbosa dos Santos e Tolentina dos Anjos, através do casamento de Maria Rosa dos Santos, filha de José Joaquim de Santana e Joana Teles Barreto, com José Barbosa dos Santos, filho de Antônio Barbosa dos Santos e Clara Tolentina dos Anjos, que ocorreu no começo do século XX.

Da união de Antônio Barbosa dos Santos com Clara Tolentina dos Anjos, identificamos os seguintes filhos: Eulina Barbosa dos Santos; José Barbosa dos Santos; Cândido Barbosa dos Santos; Jorge Barbosa dos Santos; José Joaquim dos Santos; Beijamim Barbosa dos Santos; Manoel Barbosa dos Santos; Josefa Barbosa dos Santos; Maria Joaquina do Espírito Santo, que casou em 29 de maio de 1924 com Vicente José da Costa, filho de José Lima da Costa e Maria da Conceição da Costa (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 5, 1923-1929, p. 60); Izabel Barbosa dos Santos que casou com José de Goes Neto, filho de Epaminondas José de Góes e Joana Andrade de Mattos (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934-1936, p. 86); e Maria Solidade dos Santos.

No livro nº 05 da Paróquia de Frei Paulo, consta o casamento de José Barbosa dos Santos, filho de Antônio Barbosa dos Santos e Clara Tolentina dos Anjos, com Christina Maria de Jesus, filha de José da Cruz do Nascimento e Francisca Maria de Jesus, realizado em 12 de abril de 1928 (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p.171-V).

José Barbosa dos Santos (Sinhozinho), sendo filho de Antônio Barbosa dos Santos e Clara Tolentina dos Anjos, e Maria Rosa dos Santos (Rosita), sendo filha de José Joaquim de Santana e Joana Teles Barreto, eram primos de primeiro grau (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 09, 1939-1941, p. 56). Da união de José Barbosa e Maria Rosa, advieram os seguintes filhos: José Joaquim dos Santos Neto, Maria Ieda Santos Carvalho, José Barbosa Santos Filho, Luiz Carlos Santos e Antônio Barbosa.

Analisando os núcleos dos fragmentos 1 e 2, constata-se que muitas famílias tem origem no Capitão Francisco Antônio de Carvalho, nascido em 1752, que casou em 1774 com Dona Josefa Maria da Glória, nascida em 1750 (filha de Francisca Maria de Oliveira e do capitão Tomé Salgado de Abreu), pais de Ana Francisca de Carvalho, que casou com Luiz Antônio Rodrigues de Lima.

Segundo Sebrão, Sobrinho (2003, p. 326), Francisco Antônio de Carvalho fora proprietário dos engenhos Cafus e Congondá, além do sítio Coivaras, no município de Santo Amaro das Brotas, e, no de Itabaiana, do engenho Flechas e do sítio Alecrim, esse hoje no município de Riachuelo. Como todo português, era negociante de fazendas¹⁵, grande lavrador e criador, sendo homem de muitos haveres, possuindo o alto posto de capitão do 3º Ordenanças de Itabaiana. Sua esposa, filha de Francisca Maria de Oliveira e do capitão Tomé Salgado de Abreu, também grande proprietário e comerciante, o qual morreu em 1757, deixando a filha com sete anos de idade. Francisca Maria de Oliveira passou à segunda núpcias, em 1759, com o rico capitão Manuel Dias Ribeiro, ao qual sucedeu também e dele não houve prole, apossando-se de seus bens, acumulando aos que lhe deixara o primeiro marido e ao que lhe deixaram seus pais, o casal de Domingos Álvares Pimenta.

Da união de Francisca Maria de Oliveira e o capitão Tomé Salgado de Abreu, advieram três filhos: Ana Maria de Jesus, nascida em 1748, Josefa Maria da Glória, nascida em 1750, e o alferes Matias Salgado de Abreu, nascido em 1753 (SEBRÃO, SOBRINHO. 2003, p. 326).

Das informações contidas nos dois fragmentos, foi possível traçar a árvore genealógica de Patrícia Cunha Paz, nascida em 09 de março de 1976, descendente do casal de Domingos Álvares Pimenta, nascido no começo do século XVIII.



Genealogia materna de Patrícia Cunha Paz

Pais: Ivanete Cunha Macedo da Paz e João Macedo da Paz.

Avós Maternos: Maria da Conceição dos Santos/José da Cunha Filho (pais de Ivanete Cunha Macedo).

Bisavós: José Joaquim de Santana/Joana Teles Barreto (pais de Maria da Conceição) e José Francisco da Cunha/Cecilia Roza de Jesus (pais de José da Cunha Filho).

Trisavós: Domingos José de Santana/Maria Joaquina do Espírito Santo (pais de José Joaquim); Manoel Joaquim Barreto/Archimínia Maria dos Santos (pais de Joana Teles); Pedro Selestino da Cunha/Joanna Maria de Jesus (pais de José Francisco da Cunha); Manoel José de Jesus/Joaquina Maria de Jesus (pais de Cecília Rosa).

Tetravós: José Joaquim de Santana/Francisca Maria do Espírito Santo (pais de Domingos José de Santana) e João Gomes de Melo/Josefa Joaquina de São José (pais de Maria Joaquina do Espírito Santo); Antônio Francisco Rodrigues Lima/Domiciana Francisca (pais de Joanna Maria de Jesus); Maria Antônia da Conceição/Joaquim Pereira de Almeida (pais de Joaquina Maria de Jesus).

Pentavós: Ana Francisca de Carvalho/Luiz Antônio Rodrigues de Lima (pais de Antônio Francisco Rodrigues Lima); Nicolau Pereira de Almeida/D. Teodósia Angélica de Jesus (pais de Domiciana Francisca).

Hexavós: Capitão Francisco Antônio de Carvalho/Dona Josefa Maria da Glória (pais de Ana Francisca de Carvalho); Francisco Rodrigues Lima/Maria Gonçalves (pais de Luiz Antônio Rodrigues Lima).

Heptavó: Francisca Maria de Oliveira/Capitão Tomé Salgado de Abreu (pais de Josefa Maria da Glória).

Octavó: Domingos Álvares Pimenta (pai de Francisca Maria de Oliveira).

¹⁵ Fazenda era o termo usado para definir tecido.

3 – NUNES DE CARVALHO – FELIX CARVALHO – NUNES NEPOMUCENO

As famílias Nunes de Carvalho e Felix Carvalho abordadas neste álbum não tem relação, ou pelo menos não identificamos parentesco, com os Nunes de Carvalho que se originam no povoado Mocambo e com o Felix Carvalho tratado no álbum da família Alves Teixeira.

Pelas informações obtidas, parte dos Carvalhos que residiam nas matas de Itabaiana constituíram família através do enlace matrimonial com membros das famílias Nunes Nepomuceno e Barreto, se estabelecendo nas localidades do Taquari, Lagoa da Vaca e Boa Vista.

Identificamos dois homônimos com o nome de João Felix de Carvalho, entretanto, não foi possível identificar a filiação de ambos. Observando os assentos de batismos dos filhos, é possível dizer que não se trata da mesma pessoa, porque existem filhos legítimos nascidos na mesma época. De João Felix de Carvalho e Antônia Rita do Sacramento, consta o nascimento de Maria Francisca do Nascimento no ano de 1867, e de João Felix de Carvalho com Joana Maria da Encarnação consta o nascimento de Nicolao, nascido em junho de 1865, e Anna, nascida em outubro de 1866.

A respeito do João Felix de Carvalho, que casou com Joana Maria da Encarnação, filha do alferes José Alves Teixeira e Anna Rita do Sacramento, vamos tratar no álbum da família Alves Teixeira.

Da união de João Felix de Carvalho e Antônia Rita do Sacramento identificamos as seguintes filhas: Margarida Francisca, que casou com João Francisco de Almeida, filho de Felipe Custódio de Almeida e Anna Josepha do Espírito Santo (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, Itabaiana, 1878-1891, p. 116); e Maria Francisca do Nascimento, nascida em 1867, que casou em 23 de novembro de 1887 com João Nunes de Carvalho, filho de Felix José de Carvalho e Francisca Maria do Espírito Santo (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, Itabaiana, 1878-1891, p. 152). João Nunes de Carvalho ficou viúvo em virtude da morte de Maria Francisca do Nascimento, e contraiu casamento em 02 de setembro de 1920 com Maria da Glória de Jesus, filha de Rufino José Batista e Anna Joaquina de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamento nº 4, 1916-1923, p. 126).

Da união de João Nunes de Carvalho com Maria Francisca do Nascimento, identificamos um filho: Conrado Nunes de Carvalho, que casou em 12 de outubro de 1920 com Virgília Maria de Jesus, filha de Antônio Alves dos Santos e Bellarmina Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamento nº 4, 1916-1923, p. 128).

Da união de João Nunes de Carvalho com Maria da Glória de Jesus, identificamos os seguintes filhos: Maria Pureza dos Santos, nascida em 17 de janeiro de 1921 e falecida em 21 de janeiro de 1991 (dados da lápide do túmulo), que casou com João Luiz dos Santos; e José Batista Nunes (Batista Felix). Consta em 27 de novembro de 1942 o casamento de José Batista Nunes com Océlia Barbosa Nunes, filha de Paulo Nunes Neto e Emengarda de Souza Nunes (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p. 30-V). Com o rompimento do convívio marital, José Batista Nunes, casou em 21 de fevereiro de 1946 com Auta Dantas, filha de Joaquim Correia Dantas e Maria da Conceição de Campos.

Da união de José Batista Nunes com Auta Dantas, identificamos os seguintes filhos: João Dantas Nunes, nascido em 15 de setembro de 1946, que casou com Dinalva Alves dos Santos, filha de Andreilino Luiz dos Santos e Maria Alves dos Santos; Antônio Dantas Nunes, nascido em 1947 e falecido em 27 de outubro de 1974; Mércia Dantas Nunes Souza, nascida em 05 de agosto de 1952, que casou em 03 de fevereiro de 1977 com Manoel Soares de Souza, filho de João Tavares de Souza e Márcia Maria de Souza; Ana Maria Dantas Nunes, nascida em 27 de fevereiro de 1956 e falecida em 27 de janeiro de 1984; e Sérgio Dantas Nunes, nascido em

03 de janeiro de 1960, que casou em 19 de dezembro de 1982 com Suzana Mary de Andrade Nunes, filha de Antônio Menezes de Andrade e Maria Helena Barreto de Andrade.

José Nunes foi eleito prefeito de Frei Paulo para a gestão de 1976-1982.

A genealogia da família Nunes Nepomuceno foi identificada e construída a partir dos descendentes de João Nunes Nepomuceno e Maria Perpétua de Jesus, os quais foram personalidades importantes no contexto histórico das matas de Itabaiana.

Da união de João Nunes Nepomuceno e Maria Perpétua de Jesus identificamos os seguintes filhos: Paulo Nunes Nepomuceno, nascido em 03 de junho de 1841 e batizado em 11 de julho de 1841 (Itabaiana. Livro de batismos nº 08, 1841-1843, p. 12-V), que casou com Maria Francisca dos Passos, nascida em 17 de maio de 1839, filha de Manuel Felix dos Passos e Edwírges Duquesa de Mendonça; Maria Perpétua de Jesus, nascida em 1844, que casou em 08 de fevereiro de 1864 com Bento José de Almeida, filho de Antônio José de Almeida e Maria Francisca de Resende (Itabaiana. Livro de Casamento nº 01, 1857-1867, p. 113, 113-V); Izabel Perpétua de Jesus, nascida em 1846, que casou em 30 de abril de 1866 com José Joaquim de Andrade, filho de Manuel Felix Passos e Edwírges Duquesa, tendo como testemunhas, Paulo Nunes Nepomuceno, Maria Francisca dos Passos, Veridiana da Costa Passos e Antônio Francisco de Mendonça (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 1, 1857-1867, p. 155-V); Francisco Nunes de Rezende, que casou com Francisca Maria de Almeida em 21 de janeiro de 1861; e Manoel Nunes de Resende, que casou em 22 de maio de 1877, com Carolina da Costa Passos, filha de Manoel Felix Passos e Veridiana da Costa Passos. João Nunes Nepomuceno ficou viúvo em virtude do falecimento de Maria Perpétua de Jesus e contraiu matrimônio em 25 de setembro de 1876 com Rosa Barreto do Sacramento (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 02, 1867-1878, p. 174).

Da união de Paulo Nunes Nepomuceno, filho de João Nunes Nepomuceno e Maria Perpétua de Jesus, com Maria Francisca dos Passos, identificamos os seguintes filhos: João Nunes Nepomuceno Netto, nascido em 30 de janeiro de 1868, que casou com Maria Izabel Passos (Itabaiana. Livro de Batismos nº 15, 1867-1870, p. 30-V); Anna Nunes Nepomuceno, nascida em agosto de 1866, batizada em 13 de setembro de 1866 (Itabaiana. Livro de Batismos nº 14, 1866-1867, p. 37, e 37-V), que casou no dia 21 de fevereiro de 1898, no oratório particular no lugar denominado Boa Vista, com Francisco Romualdo Barreto, filho de João Paulo Barreto e Eugênia Telles Barreto (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 15-V). Francisco Romualdo Barreto, nascido em 07 de fevereiro de 1859, falecido no dia 29 de julho de 1934, foi sepultado na Igreja Matriz de Frei Paulo.

Maria Francisca Passos, falecida em 15 de outubro de 1914, foi sepultada na Igreja Matriz de Frei Paulo, onde consta na lápide “*Requiescat in pace*” e a saudade de seu esposo e filhos. Paulo Nunes Nepomuceno, falecido em 13 de novembro de 1928, também foi sepultado na Igreja Matriz de Frei Paulo, onde consta na lápide a “recordação perene de sua dedicada filha Ana Nunes Barreto”.

Paulo Nunes Nepomuceno, viúvo de Maria Francisca Passos, casou no dia 17 de novembro de 1914 (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 3, 1910-1916, p. 124) com Edwírges Duquesa de Mendonça, nascida no dia 06 de janeiro de 1878 e batizada em 10 de março de 1878, filha de Manuel Felix Passos Júnior e Maria Pastora de Carvalho (Itabaiana. Livro de Batismos nº 20, 1877-1879, p. 55-V).

Edwírges é sobrinha de João Tavares da Mota, por ser neta de Manoel Felix Passos e Edwírges Duquesa de Mendonça, de quem herdou o nome. Edwírges Duquesa, a neta, faleceu em 28 de novembro de 1920, e assim, Paulo Nunes Nepomuceno contando com 79 anos de idade, contraiu outro casamento em 08 de janeiro de 1921, com Maria Francisca Passos, viúva

de João Felix Barreto (Frei Paulo. Livro de casamento n° 4, 1916-1923, p. 136). Seria, portanto, o terceiro casamento de Paulo Nunes Nepomuceno.

Paulo Nunes Nepomuceno residia na fazenda Boa Vista, e exerceu a função de membro do Conselho Municipal de Intendência de Frei Paulo (São Paulo à época) no período de março de 1890 a 28 de outubro de 1890.

De João Nunes Nepomuceno Netto (filho de Paulo Nunes Nepomuceno e Maria Francisca Passos), que casou em 24 de janeiro de 1887 com Maria Izabel Passos (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 01, 1886-1897, p. 2-V), identificamos os seguintes filhos: João, nascido em 17 de janeiro de 1893 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 02, 1891-1894, p. 54-V); Maria da Glória Nunes, que casou em 09 de maio de 1909 com José Barbosa de Mendonça, conhecido por Sinhozinho Barbosa das Pias (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 193-V); Francisco Nunes de Mendonça, que casou em 07 de novembro de 1915 com Josepha Vitalina de Mendonça, filha de José de Gois de Rezende e Vicência Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 03, 1910-1916, p. 140-V); e Paulo Nunes Nepomuceno Netto, que casou em 24 de janeiro de 1908 com Maria da Pureza Telles, filha de José Antônio de Carvalho Telles e Maria Izabel Sampaio (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 187-V). João Nunes Nepomuceno Netto ficou viúvo em virtude do falecimento de Maria Izabel Passos, e casou no dia 10 de maio de 1897 com Maria Vicença de Rezende, filha de Aprígio de Melo Rezende e Maria da Graça de Rezende (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 01, 1886-1897, p. 131-V).

Da união de Paulo Nunes Neto (Cassulo de Lagoa da Vaca) com Emengarda de Souza Nunes, identificamos os seguintes filhos: Maria Isabel Nunes, que casou em 17 de janeiro de 1936 com Manoel da Costa Andrade (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 07, 1934-1936, p. 98); Ocília Barbosa Nunes; Ociro Barbosa Nunes; e João Nunes (João de Cassulo) que casou com Dalvina Alves dos Santos Nunes, filha de Andreilino Luiz dos Santos e Maria Alves dos Santos.

4 – TAVARES DA MOTA

Os Tavares da Mota chegaram na região itabaianense no século XVIII ou antes disso. Nos livros da Paróquia de Itabaiana a partir do século XIX constam várias pessoas que se presume serem da mesma família, não só por adotarem os mesmos patronímicos, mas também por constarem nos termos de alvarás e sesmarias, nos assentos de batismos e casamentos, como pais, padrinhos ou nubentes. Destacamos Manoel Tavares da Motta, Rufino Tavares da Motta, João Tavares da Motta, José Tavares da Motta e Gonçalo Tavares da Mota, dentre outros.

Foi possível mapear a genealogia dos Tavares da Mota a partir dos descendentes do sargento-mor José Correia de Araújo, que vem a ser o trisavô de Manoel Felix Passos, nascido em 1811, e de Manoel da Silva Melo e Manoel de Moura, que são os trisavôs de Edwirges Duquesa de Mendonça, nascida em 1820.

Da união de Manoel Felix Passos e Edwirges Duquesa de Mendonça identificamos os seguintes filhos: Antônio Francisco de Mendonça Passos, batizado no dia 25 de julho de 1841 (Itabaiana. Livro de batismos n° 08, 1841-1843, p. 15), que casou com Maria Joaquina da Conceição, filha de Cassimiro da Silva Melo e Ana Joaquina da Conceição; Anna, batizada no dia 07 de abril de 1855, cujos padrinhos foram Cassimiro da Silva Mello e Ritta Francisca de Jesus; Manoel Felix Passos Júnior, que casou com Maria Pastoura de Carvalho, filha de Alexandre José Barbosa e Maria do Céu de Carvalho (Itabaiana. Livro de Casamento n° 01, 1857-1867, p. 112-V); José Joaquim dos Passos, que casou com Isabel Perpétua de Jesus, filha de João Nunes Nepomuceno e Maria Perpétua de Jesus; e João Tavares da Motta, nascido em

16 de dezembro de 1845, que casou em 14 de maio de 1861 com Maria Vicência de Carvalho, filha de Cassimiro da Silva Mello e Anna Joaquina (Livro de Casamentos n° 1, Itabaiana, 1857-1867, p. 67).

Manoel Felix Passos ficou viúvo em virtude da morte de Edwirges Duquesa de Mendonça, e contraiu segunda núpcias com Veridiana da Costa Passos. Da união de Manoel Felix Passos e Veridiana Costa Passos, identificamos três filhas: Carolina da Costa Passos, que casou em 22 de maio de 1877 com Manoel Nunes de Resende, filho de João Nunes Nepomuceno e Maria Perpétua de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamento n° 02 – 1867 – 1878, p. 182-V); Ceciliana da Costa Passos, que casou com Astério Tavares da Mota; e Amélia da Costa Cerqueira, que casou com João Rosendo de Cerqueira, filho de Manoel Romão de Cerqueira e Joana Maria de Jesus.

Descendem de João Tavares da Motta e Maria Vicência de Carvalho: Maria da Graça de Carvalho, nascida em 20 de abril de 1862; Maria, nascida em 27 de setembro de 1863; Astério, nascido em 29 de outubro de 1865, que casou com Ceciliana da Costa Passos, filha de Manuel Felix Passos e Veridiana da Costa Passos (Itabaiana. Livro de Casamento n° 03, 1878-1891, p. 84-V); Conrado Tavares da Silva, nascido em 09 de novembro de 1873, que casou com Anna Glicéria de Carvalho, filha de Francisco Alves de Carvalho e Maria Vicência de Carvalho (Itabaiana. Livro de Casamentos n° 04, 1891-1904, p. 71-V); e Leopoldo, nascido em 04 de agosto de 1878, e casado em 17 de fevereiro de 1907 com Emília Glicéria de Jesus. Maria Vicência de Carvalho, esposa de João Tavares da Mota, faleceu em 24 de dezembro de 1885. João Tavares da Mota faleceu em 07 de fevereiro de 1913, e foi sepultado na Igreja Matriz de Frei Paulo.

Da união de Astério Tavares da Mota com Ceciliana da Costa Passos, casados em 02 de outubro de 1883, identificamos os seguintes filhos: Laura Tavares da Silva, que casou em 25 de fevereiro de 1911 com Pedro Nunes de Andrade, filho de José Joaquim de Andrade e Izabel Perpétua de Andrade (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 03, 1910-1916, p. 44); Adelaide, nascida em 14 de março de 1894 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 02, 1891-1894, p. 54-V); João, nascido em 09 de fevereiro de 1896 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 03, 1894-1898, p. 63); Orlando, nascido em 26 de junho de 1897 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 03, 1894 – 1898, p. 157-V); Décio Tavares, que casou em 10 de dezembro de 1926 com Cecília Teles, filha de Manuel Firmino da Costa e Enedina da Costa Teles (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 05, 1923-1929, p. 131-V); e Jason Tavares da Silva, que casou em 02 de janeiro de 1915 com Hermina Elisa de Oliveira, filha de José Joaquim de Oliveira e Anna Elisa de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 3, 1910-1916. p. 126-V, 127).

Após o falecimento de Maria Vicência de Carvalho, João Tavares da Motta contraiu casamento com Anna Tavares de Jesus. Desta união identificamos os seguintes filhos: Fiel, nascido em 24 de março de 1894 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 02, 1991-1894, p. 108); Deijanira Tavares da Mota, nascida em 09 de outubro de 1895 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 03, 1894-1899, p. 30-V, 31); Gentil Tavares da Mota, nascido em 11 de outubro de 1892; Maria Saudalina da Mota, que casou em 28 de junho de 1919 com Antônio Carlos Borges, filho de João Marinho e Josefa Maria do Espírito Santo (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 93); Anitta Tavares da Mota; Herotíldes Tavares da Mota; e João, nascido em junho de 1897 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 03, 1894-1898, p. 181).



Figuras 33 e 34 - Túmulo de Conrado Tavares da Silva e Anna Tavares Carvalho (nascida em 28 de fevereiro de 1874) no Cemitério de Frei Paulo.

Deijanira Tavares da Mota, casou em 28 de novembro de 1914 com Rosalvo Queiroz, filho de Aureliano Roza Queiroz e Elisabete Queiroz (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 3, 1910-1916. p. 126). Dessa união identificamos os seguintes filhos: Maria do Carmo Tavares, e Djenal Tavares de Queiroz, nascido em 12 de maio de 1916 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 13, 1916-1917, p. 123-V), que casou com Maria Agda Silveira Andrade em 08 de dezembro de 1943, e faleceu em 20 de julho de 1997.

João Gomes Cardoso (Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, ed. 32. 1993/1999, p. 238) descreve a vida de Djenal,

Foi uma vida pública de muita atuação. No Exército, desde Aspirante, a General-de-Divisão. Foi Comandante-Geral da Polícia Militar, Secretário de Segurança Pública, Secretário da Fazenda, Secretário de Habitação e Previdência, e, por último, Secretário de Assuntos Parlamentares, Deputado Estadual durante 23 anos, Presidente da Assembléia Legislativa, Vice-Governador, Governador do estado, exercendo esses elevados cargos com honradez, competência e dignidade. Era considerado e respeitado por amigos e correligionários, e, pelas suas atitudes claras, foi também alvo da admiração e do respeito até daqueles que não integravam a sua agremiação partidária.

Por sua vez, Gentil Tavares da Mota, nasceu em 1892 e casou com Maria da Conceição Prata Machado em 25 de setembro de 1942, tendo como testemunhas: capitão Antônio Tavares da Mota, o tenente Djenal Tavares de Queiroz e Ana Tavares Botelho, dentre outras.

Guaraná (1925, p. 97) referencia Gentil Tavares,

Filho do Capitão João Tavares da Mota e D. Ana Tavares da Mota, nasceu na hoje cidade de S. Paulo, a 11 de outubro de 1892. Fez o curso de humanidades no Ateneu Sergipense e o de engenharia civil na Escola Politécnica da Bahia, onde recebeu o grau a 1º de janeiro de 1917.

Serviu no lugar de ajudante-secretário da Diretoria de Obras Públicas, por nomeação de 24 de novembro de 1914, exonerando-se em 1916 por ter sido nomeado, por decreto de 24 de julho, para reger a cadeira de geometria descritiva e suas aplicações às sombras e à perspectiva, princípios gerais e prática de agrimensura do Ateneu Sergipense, posto em disponibilidade a 15 de abril de 1921. Por ato de 20 de março de 1918 foi designado para servir em comissão no cargo de Diretor da Imprensa Oficial do estado, sendo exonerado a pedido em 16 de maio de 1922. Fez parte do Conselho superior do Ensino, como suplente, nomeado por dois biênios a 17 de dezembro de 1918 e em dezembro de 1920.

Foi eleito a 22 de agosto de 1922 para desempenhar o mandato de deputado federal na vaga aberta com a saída do Dr. Graccho Cardoso para o Senado após o falecimento do General Oliveira Valadão. Finda a legislatura foi reeleito para a que se seguiu, de 1924 a 1926. Exerceu antes o mandato de deputado estadual, eleito em 23 de junho de 1918 para concluir a legislatura de 1917 a

1919, finda a qual foi reeleito para a de 1920 a 1922. Quando estudante do Ateneu Sergipense foi professor de línguas do “Esperanta Klobo”, de Aracaju. É sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e foi vice-presidente da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo.

Fundou e redigiu, quando estudante de preparatórios, o periódico “O Necydalus”, órgão defensor dos interesses dos estudantes do Ateneu Sergipense. Dirigiu e redigiu o “O estado do Sergipe”, órgão oficial do Governo do estado, o “Diário Oficial” e o “Correio de Aracaju”, no período decorrido de 1918 e 1922.

Tem colaborado em diversos jornais e revistas de Sergipe e dos outros estados da República e vem usando na imprensa dos pseudônimos *A. Moreira* e *Silvio Silva*.

Escreveu:

– *Discurso* proferido na manifestação feita ao Exmo. Sr. Coronel Presidente do estado na noite de 3 de maio de 1921. No “Correio de Aracaju”, de 5 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado a 7 de setembro de 1921 no palácio do Governo, saudando o Presidente do estado em nome da Assembléia Legislativa. No “Sergipe Jornal” de 20 do mesmo mês.

– *Discurso* pronunciado no dia 16 de outubro de 1921 na inauguração do retrato do Dr. Pereira Lobo, Presidente do estado, no paço municipal da vila do Socorro. No mesmo jornal do dia seguinte e no “Correio de Aracaju”, de 19 do mesmo mês.

» *Data de morte: 17 de setembro de 1970 em Aracaju.*

Outro ramo dos Tavares da Mota foi formado por Manoel Tavares da Mota e Marcolina Perpétua da Mota (Marcolina Tavares da Mota, nome de casada), de quem descende: José Tavares da Mota, nascido em 1916, que casou em 1938 com Odete Nunes Mendonça, filha de Francisco Mendonça e Josefa Vitalina de Mendonça (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 09, 1938-1941, p. 15); Maria Perpétua da Mota, que casou em 17 de novembro de 1929 com José Pacheco de Gois, filho de João Policárpio de Gois e Guilhermina Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p.199); e Izilina Tavares da Mota, nascida em 1918, que casou em 04 de fevereiro de 1940 com João Evangelista do Bomfim, filho de Jorge Joaquim de Santana e Acelina Rosa do Bomfim (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 9, 1938-1941, p. 42).

Como visto, a presença dos Carvalhos, Rodrigues Lima, Tavares da Mota e Silva Mello nas matas de Itabaiana remonta ao começo do século XIX, precisamente quando Ana Francisca de Carvalho ficou viúva do português Luiz Antônio Rodrigues de Lima, e juntamente com sua mãe Josefa Maria da Glória, também viúva, venderam as propriedades Congondá e Alecrim, e adquiriram outras nas Caatingas e no Sertão, integrando às fazendas adquiridas em 1806 por Francisco Antônio de Carvalho na Tabua e Carira.

Porém, é preciso destacar que no site <https://www.familysearch.org> consta a árvore familiar até a quadragésima primeira geração da linhagem de Manoel Felix Passos, pelo lado materno, da qual extraímos dados que começa com o nome de *Unknown*, mãe de Hattaugatus Konig Von Sachsen, nascido em 430 e falecido em 508.

Com os dados coletados, e principalmente através do site <https://www.familysearch.org> traçamos a árvore genealógica de Sérgio Barbosa Nunes até a 15ª geração, o qual traz na ascendência os Correia Dantas, Oliveira Dantas, Guedes da Costa, Barbosa Leal, Frique do Prado, Nunes Nepomuceno, Mendonça Passos, Silva Melo, Felix Passos, Carvalho, Rezendes, Rodrigues Lima, Pereira Lago, Álvares Teixeira, Afonseca, Camelo do Rego, Moura de Leandros, Salgado de Abreu, Rego Cardoso, Rodovalho, Álvares Pimenta, Gomes de Melo, Vaz de Borba, Lopes Cardoso e muitos outros.

Sérgio Barbosa Nunes é nonaneto do coronel José Correia de Araújo, sesmeiro que recebeu o alvará de 07 de dezembro de 1748, com uma légua de largura por três léguas de comprimento, entre Itabaiana e Geremoabo e o rio S. Francisco.



Genealogia materna de Sérgio Barbosa Nunes, nascido em 09 de maio de 1973

(Family Search – Árvore genealógica)

Pais: Edilze Barbosa Dantas Nunes e José Dilermando Nunes.

Avós Maternos: José da Costa Dantas e Eulina Barbosa Dantas.

Bisavós: José Gregório da Costa/Joana Maria de Oliveira (pais de José da Costa Dantas); José Barbosa de Mendonça/Maria da Glória Nunes (pais de Eulina Barbosa).

Trisavós: Manoel Guedes da Costa/Mathildes Joaquina de Jesus (pais de José Gregório) e José Correia Dantas/Anna Francisca de Oliveira Bastos (pais de Joana Maria de Oliveira); José Barbosa Leal/Maria Conceição Passos (pais de José Barbosa de Mendonça) e João Nunes Nepomuceno Neto/Maria Izabel Nunes (pais de Maria da Glória Nunes).

Tetравós: Joaquim Guedes da Costa/Maria Guedes do Espírito Santo (pais de Manoel Guedes da Costa) e Gregório Frique do Prado/Maria Vitória da Encarnação (pais de Mathildes Joaquina de Jesus); Herculano Correia Dantas/Francisca Thereza de Jesus (pais de José Correia Dantas) e José Cornélio Alves dos Santos/Maria Francisca de Oliveira Bastos (pais de Anna Francisca de Oliveira Bastos); José Barbosa Leal/Antônia Ritta de Jesus (pais de José Barbosa Leal) e Antônio Francisco de Mendonça Passos e Maria Joaquina da Conceição (pais de Maria Conceição Passos); Paulo Nunes Nepomuceno e Maria Francisca Passos (pais de João Nunes Nepomuceno Neto).

Pentavós: Theodózio Fagundes Pereira/Matilde Joaquina do Coração de Jesus (pais de Gregório Frique do Prado); Manuel da Silva Melo (Filho)/Ana Teresa de Jesus (pais de Maria Vitória da Encarnação); Manoel Felix Passos/Edwirges Duquesa de Mendonça (pais de Antônio Francisco de Mendonça Passos) e Cassimiro da Silva Melo e Ana Joaquina da Conceição (pais de Maria Joaquina da Conceição).

Hexavós: José Custódio da Silva (pai de Theodózio Fagundes Pereira); Luiz Pereira de Andrade/Ana Maria Francisca da Encarnação (pais de Manoel Felix Passos) e Manoel Francisco de Mendonça/Maria José dos Santos (pais de Edwirges Duquesa de Mendonça); Manuel da Silva Melo (Filho)/Ana Teresa de Jesus (pais de Cassimiro da Silva Melo) e Francisco Antônio de Carvalho/Maria Francisca de Jesus (pais de Ana Joaquina da Conceição).

Heptavó: Manuel Felix Passos/Ana Maria de Andrade (pais de Luiz Pereira de Andrade), e Alexandre Vieira de Souza/Ana Maria de Oliveira (pais de Ana Maria Francisca da Encarnação);

Manuel da Silva Melo/Índia d. Clara Francisca de Santo Antônio (pais de Manuel da Silva Melo – Filho e de Maria José dos Santos); João Carlos de Resendes/d. Maria Josefa da Conceição Resendes (pais de Ana Teresa de Jesus); Ana Francisca de Carvalho/Luiz Antônio Rodrigues de Lima (pais de Francisco Antônio de Carvalho) e José Miguel Rezende/Ana Francisca Nascimento (pais de Maria Francisca de Jesus).

Octavô: Luiz de Andrade da Fonseca/Francisca Pereira do Lago (pais de Ana Maria de Andrade); Alferes Antônio Machado de Mendonça/Francisca Gomes de Oliveira (pais de Ana Maria de Oliveira); Manuel Álvares Teixeira/Tereza de Moura (pais de Manuel da Silva Melo); Zeferina Maria (mãe de João Carlos de Rezende); Manoel José de Almeida Feyo/Ana Tereza de Jesus (pais de Maria Josefa da Conceição Resendes); Capitão Francisco Antônio de Carvalho/Dona Josefa Maria da Glória (pais de Ana Francisca de Carvalho); Francisco Rodrigues Lima/Maria Gonçalves (pais de Luiz Antônio Rodrigues Lima); Miguel Pereira de Rezendes/Maria José de Rezende (pais de José Miguel Rezende).

Nonavô: Brás de Afonseca (pai de Luiz de Andrade da Fonseca); Coronel José Correia de Araújo/Bernarda Pereira do Lago (pais de Francisca Pereira do Lago); Gaspar Camelo do Rego (1665-1743)/Maria de Mendonça (1683-1743) (pais do Alferes Antônio Machado de Mendonça); José de Souza Menezes (pai de Francisca Gomes de Oliveira); Manuel da Silva Melo (pai de Manuel Álvares Teixeira); Manuel de Moura (pai de Tereza de Moura); Gonçalves Moura de Jesus (pai de Ana Tereza de Jesus Feyo); Francisca Maria de Oliveira/Capitão Tomé Salgado de Abreu (pais de Josefa Maria da Glória); Roberto de Moura de Leandros/Margarida de Resendes (pais de Miguel Pereira de Rezendes); Manuel de Moura de Leandros/Antônia de Jesus (pais de Maria José de Rezende).

Decavô: Gonçalves do Rego Cardoso/Apolônia Rodovalho (pais de Gaspar Camelo do Rego) e Manuel de Barcelos (pai de Maria de Mendonça); Domingos Álvares Pimenta (pai de Francisca Maria de Oliveira); João Gomes de Melo/Tereza de Jesus (pais de Antônia de Jesus).

Hendecavô: Gaspar Camelo do Rego (1620-1659)/Beatriz Cardoso (pais de Gonçalves do Rego Cardoso); Francisco de Aguiar/Ignes Rodovalho (pais de Apolônia Rodovalho).

Duodecavô – Gonçalves Camelo do Rego Souza (1560-1645)/Agada Rebello (pais de Gaspar Camelo) e João Lopes Cardoso/Mécia Rodrigues (pais de Beatriz Cardoso); Gaspar Rodrigues de Aguiar/Maria de Andrade (pais de Francisco de Aguiar) e Simão Gonçalves Rodovalho/Maria Gato de Azevedo (pais de Ignes Rodovalho).

Tridecavô – Gaspar Camelo do Rego (1537-1624)/Catarina Cardosa Evangelha (1535-1593) (pais de Gonçalves Camelo) e Braz Lourenço Rebello/Beatriz Vaz Diniz (pais de Agada Rebello); João Lopes Cardoso, o Gula (1512-1591)/Cecília Luiz Mago (pais de João Lopes Cardoso).

Tetradecavô – Gonçalves do Rego Baldaya (1482-1572)/Beatriz Camella Pereira (pais de Gaspar Camelo) e Álvaro Cardoso Homem (1505-1567)/Apolônia Evangelha (1515-1542) (pais de Catarina Cardosa); Pedro Lourenço Rebello/Felipa Vaz de Borba (pais de Braz Lourenço) e Gonçalves Vaz/Ignes Diniz Fagundes (pais de Beatriz Vaz Diniz); Pedro Martins Cardoso/Izabel Lopes (pais de João Lopes Cardoso); Pedreanes, o Cavaleiro/Caterina Luiz Maga (pais de Cecília Luiz Maga).



Figuras 35 e 36 - Fazenda Calumby de propriedade da família Tavares da Mota – 1914 (SILVA, 2019, p. 295).



Figura 37 e 38 - Sede da fazenda Calumby – 2018

Barreto (1933, p. 267) informa que em 1932 “a fazenda Calumby pertencia a Antônio Pereira de Carvalho”. Atualmente a fazenda pertence a Alcides Pereira de Carvalho (Alcides de Nel Pereira) que mantém a originalidade da casa como a recebeu.

5 – ALVES TEIXEIRA – ALVES ANDRADE

A genealogia da família Alves Teixeira tem origem em José Alves Teixeira e Anna Rita do Sacramento, que fincaram suas raízes nas matas de Itabaiana na década de 30 do século XIX, sendo que, a primeira filha do casal foi batizada em 20 de maio de 1838.

Segundo Mizinha (MIZINHA, p. 16-17), “a família de José Alves se instalou perto de uma fonte conhecida pelo nome de olho d’água das bestas, e era lá a casa da fazenda onde ele tinha plantação de algodão, milho e mandioca, bem como uma pequena criação de gado. Isto lá pelo ano de 1840”.

A localidade informada por Dona Mizinha é o Jenipapo, conforme descrito no casamento de Maria Francisca do Sacramento, filha de José Alves Teixeira e Anna Ritta do Sacramento, realizado em 24 de maio de 1874.

No livro 07 da Paróquia de Itabaiana consta o batismo de três filhas de José Alves Teixeira e Anna Rita do Sacramento: Maria, com três semanas, realizado no dia 20 de maio de 1838; Francisca, com três semanas, realizado em 28 de abril de 1839; e Joana, realizado em 26 de abril de 1840 (Itabaiana. Livro de batismos n° 07, 1837-1841, p. 107, 129, e 160). Em 23 de maio de 1841 consta o batismo de Antônio, nascido em 08 de maio de 1841 (Itabaiana. Livro de batismos n° 08, 1841-1843, p. 6). Em 1853 consta o nascimento de Nicolau Alves Teixeira, que casou aos 40 anos com Bemvinda Maria do Sacramento (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 1, 1886-1897, p. 62-V). Em 16 de março de 1855 foi realizado o batismo de Manoel, com um mês de idade (Itabaiana. Livro de batismos n° 10, 1852-1853, p. 115).

Lima (2004, 146-147) identifica os eleitores da vila de Itabaiana, onde consta na lista de votantes de 1875 do quarteirão do Tabuleiro da Imbira os senhores José Alves Teixeira (56 anos), Manoel Alves Teixeira (34 anos), Francisco Alves Teixeira (30 anos), José Alves Teixeira Junior (29 anos), Nicolao Alves Teixeira (29 anos) e João Felix de Carvalho (39 anos), que vem a ser o esposo de Joana Maria.

Pelas idades indicadas na relação de eleitores, e ainda, pela localização da moradia e pelos registros de batismos, é possível verificar que o alferes José Alves Teixeira (nascido em 1819) e Anna Rita do Sacramento são os pais de Joana Maria da Encarnação, mas também, de Francisco Alves Teixeira; José Alves Teixeira Júnior; Nicolao Alves Teixeira; Manoel Alves Teixeira; Maria Alves Teixeira; Francisca Alves Teixeira; Maria Francisca do Sacramento, que casou com José Zacarias de Santana (Itabaiana. Livro de casamentos, nº 02, 1867-1878, p. 112-V); e Antônio Teixeira Oliveira, que casou com Joviniana Maria de Oliveira no dia 12 de novembro de 1871.

De Joana Maria da Encarnação casada com João Felix de Carvalho (Janjão), identificamos os seguintes filhos: Nicolao, nascido em junho de 1865; Anna, nascida em outubro de 1866; Izabel, batizada em junho de 1868; Antônio, batizado em setembro de 1870; Francilino, batizado em agosto de 1876; Francisco Alves Teixeira (Chico de Janjão); Francelina, batizada em 11 de julho de 1880 e casada em 25 de fevereiro de 1911 com Antônio José dos Passos, filho de Dionísio José dos Passos e Francisca Maria do Espírito Santo (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 3, 1910-1916, p. 43-V); e José, nascido em 11 de junho de 1883, batizado em 11 de agosto de 1883 (Itabaiana. Livro de batismos, nº 22, 1882-1884, p. 131-V).

Dona Mizinha em seu livro *Memórias de Três Séculos* identifica os filhos de Joana Maria como sendo: “Francisco Alves Teixeira, Antônio Coelho, Belinha, Senhorinha e Maria Francina”.

É preciso destacar os nascimentos e respectivas datas, porque vem mostrar que José Alves Teixeira e Anna Rita do Sacramento se casaram antes de 1837 e se estabeleceram na localidade das matas de Itabaiana, corroborando as informações prestadas por dona Mizinha.

É comum a repetição de nomes dentro do mesmo núcleo familiar. Contudo, existem informações complementares que podem ser observadas, a exemplo das datas de nascimento, batismo e casamento, que permitem distinguir os indivíduos e posicioná-los em suas respectivas células, dentro daquele núcleo familiar. Assim, podemos afirmar, por exemplo, que o primeiro Francisco Alves Teixeira (nascido em 1845) é filho do alferes José Alves e Anna Rita do Sacramento, enquanto o segundo, que é sobrinho do primeiro, filho de Joana Maria da Encarnação e João Felix de Carvalho, casou com Maria da Graça Leite, filha de Francisco Leite de Andrade e Francisca Xavier Leite, no dia 17 de maio de 1897 (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 01, 1886-1897, p. 132).

Da união de Francisco Alves Teixeira e Maria da Graça Leite, advieram os seguintes filhos: Dulcinéia, que casou em 27 de novembro de 1919 com Aristides Francisco dos Santos, filho de Andreilino Francisco dos Santos e Maria Thereza de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 102-V); Claudionor; Osias; José Alves (Didi); Filinto; Maria Alves Teixeira, que casou em 05 de janeiro de 1928 com José Menezes, filho de João Francisco Menezes e Maria da Solidade Mendonça (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p. 156-V); Francisco Alves Teixeira, que casou no dia 31 de janeiro de 1932 com Maria Lima, filha de Melchiades Rodrigues Lima e Maria de Oliveira Lima (Frei Paulo. Livro de casamento nº 06, 1929-1934, p. 75); e Josefa Alves Teixeira (Mizinha), nascida em 10 de maio de 1904, que casou em 23 de abril de 1925 com Antônio José de Andrade, filho de José do Nascimento Andrade e Benigna Maria de Andrade (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 5, 1923-1929, p. 94).

Existiam também duas pessoas com o prenome de Nicolao, sendo o primeiro, filho do alferes José Alves e Anna Rita, e o segundo, filho de Joana e João Felix, que se chamava Nicolao Alves de Carvalho e contraiu matrimônio com Zaphyra Maria de Jesus, em 27 de maio de 1901 (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 48 e 48-V).

José Alves Teixeira Júnior, filho do alferes José Alves Teixeira e Anna Rita do Sacramento casou-se com Maria Francisca de Andrade, dos quais identificamos os seguintes filhos: Antônio Alves Teixeira, nascido em dezembro de 1874, que casou em 07 de outubro de 1898 com Antônia Francisca de Andrade, filha de Agostinho Manoel de Andrade e Izabel Rainha de Portugal (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 24-V); Maria, batizada em fevereiro de 1878; e Miguel Alves Teixeira, que casou em 11 de novembro de 1901 com Josefa Maria de Jesus, filha de Domingos José de Mello e Porfíria Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 55-V e 56).

Da união de Miguel Alves Teixeira e Josefa Maria de Jesus, identificamos os seguintes filhos: Maria de Lourdes Alves, nascida em 31 de outubro de 1922, que casou em 05 de fevereiro de 1942 com José Andrade, filho de Francisco Manoel de Andrade e Maria Francisca do Espírito Santo (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p. 11-V); Firmino Alves Teixeira, que casou em 22 de março de 1932 com Alice Abreu (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 78); Cecília Alves, que casou em 12 de novembro de 1942 com João Teles Barreto, filho de Maria José de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p. 30); e José Alves Neto, que casou com Maria da Anunciação Alves (Duninha), filha de João José dos Santos e Maria Xavier Rezende (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 07, 1934-1936, p. 14-V), de quem descendem: Juvenal Alves Teixeira, Benjamim Alves Teixeira, Pedro Alves Teixeira, Olindina Alves Teixeira, Afonso Alves Teixeira, Paulo Alves Teixeira, Maria do Carmo Alves de Andrade, e Otilia Alves Teixeira (Betinha).

Maria do Carmo Alves de Andrade, casou em 29 de novembro de 1951 com Miguel do Nascimento Andrade, natural de Paripiranga, filho de Porfírio do Nascimento Andrade e Mirena de Matos Andrade (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p.149). Desta união advieram: Marlúcia Alves Andrade, Pedro Alves de Andrade, Luciano Alves de Andrade, Luciana Alves Andrade de Carvalho, José Alves de Andrade, Maria da Graça Andrade Reis, Maria Selma Santana Andrade de Oliveira e Josefa de Andrade Santos.

Como já relatado, o alferes José Alves Teixeira fez a doação da terra onde foi erguida a Capela do Jenipapo, que posteriormente, ficou denominada Capela de São Paulo.

Como visto, foi possível traçar a genealogia da família Teixeira Alves a partir do alferes José Alves Teixeira, nascido em 1819, até a oitava geração que se faz representar pelos tetranetos de Miguel Alves Teixeira.

6 – SILVA NUNES – NUNES DE ALMEIDA – FERREIRA NUNES – NUNES DE CARVALHO – GUIMARÃES DE CARVALHO

A genealogia da família Silva Nunes vem formar os núcleos das famílias Nunes de Almeida, Ferreira Nunes, Nunes de Carvalho e Guimarães de Carvalho, que inicialmente eram moradores do povoado Mocambo.

A família Nunes de Carvalho tratada aqui tem sua origem no enlace das famílias Silva Nunes com a Custódio de Carvalho, não havendo relação conhecida, com o Nunes de Carvalho residente no Taquari, Boa Vista e Lagoa da Vaca, tratada anteriormente.

Em outubro e novembro de 1713, foram concedidos dois Alvarás a Manoel Alves da Silva, “começando no rio chamado Salgado, que faz barra no dito rio Vaza Barris por elle abaixo correndo para o nascente até o rio Jacoqua que também desagoa no dito rio Vaza Barris, e para o sertão até a serra do Coité, com todas as agoas, campos, mattos, pastos e mais logradouros uteis, salvo prejuízo de 3^o” (FREIRE, 1906, p. 307).

Os alvarás concedidos a Manuel Alves da Silva totalizavam 86.400 tarefas de terra sergipana, e compreendem a região das localidades Lagamar, Antas, Mocambo, Rosa Amélia, Manuino, Tombador, Salgado, Benfeita, Gravatá, Riachão (Sul), Queimadas e Junco cujas localidades se avizinham com o município de Pinhão e Pedra Mole.

Não se sabe se descende deste sesmeiro alguma família que se formou nas matas de Itabaiana, a exemplo do capitão José Antônio da Silva Nunes e Manoel Antônio da Silva Nunes. O que se tem de concreto é que desde meados do Século XVII a região estava sendo colonizada, bem como que na região se formavam mocambos de escravos, situação que se narra neste mesmo capítulo.

Segundo Matos Neto (1999, p. 231) “o Capitão José Antônio da Silva Nunes, chefe político, fundou o povoado Mocambo doando o terreno para a construção de uma igreja do padroeiro São José”.

Consta o casamento de José Antônio da Silva Nunes, filho de Antônio Nunes do Nascimento e Anna Ritta do Sacramento, com Antônia Raimunda dos Anjos, filha de Victório Fagundes Brandão e Maria Pastoura dos Anjos, realizado no dia 14 de novembro de 1870 (Itabaiana. Livro de Casamentos n° 2, 1867-1878, p. 35-V, 36). Entretanto, não foi possível afirmar que este José Antônio seja aquele que veio fazer história no povoado Mocambo.

De fato, no final do Século XIX, nos documentos de batismo e casamento, é vista a presença de Manoel Antônio da Silva Nunes, filho de Sebastião Pinto da Fonseca e Maria José do Bomfim, que casou em 03 de agosto de 1887 com Carolina Maria de Jesus, filha de Antônio Custódio da Silva e Maria Francisca de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamentos n° 3, 1898-1891, p 149-V), e de José Antônio da Silva Nunes, onde consta que este é pai de Ernestina da Silva Nunes (ao casar adotou o nome de Ernestina Nunes Ferreira) e Maria da Silva Nunes (ao casar adotou o nome Maria Nunes Ferreira).

Ernestina Nunes Ferreira casou com Manuel Alves Ferreira de quem descende: Henedina Nunes Ferreira, que casou em 11 de maio de 1921 com Jason Gonçalves da Silveira, filho de Belarmino Gonçalves da Silveira e Albina do Espírito Santo Nascimento (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 4, 1916-1923, p. 148); Isaura Nunes Ferreira, que casou em 20 de março de 1925 com Olímpio Francisco do Nascimento, filho de Antônio Francisco do Nascimento e Rosa Pastora do Nascimento (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 05, 1923-1929, p. 87, 87-V); Saudalina Nunes Ferreira (Dona Sinhazinha), que casou em 22 de setembro de 1935 com Manoel (Arnóbio) Joaquim de Santana, filho de José Joaquim de Santana e Elvira do Amor Divino (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 7, 1934-1936, p. 83); Eulina Nunes Ferreira, que casou em 21 de novembro de 1937 com Pedro Gonçalves da Silveira, filho de Belarmino Gonçalves da Silveira e Silvina Albina da Silveira (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 8, 1936-1938, p. 83-V); Elvira Nunes Ferreira, que casou em 07 de março de 1941 com Sebastião Barbosa dos Santos, filho de Manoel Barbosa dos Santos e Maria Barbosa dos Santos (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 9, 1938-1941, p. 89-V); Doralice Nunes Ferreira, que casou em 01 de maio de 1941 com Josias Mendonça, filho de Marinho Mendonça e Brasilinda Mendonça (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 9, 1938-1941, p. 94-V); Dejanira Nunes Ferreira, que casou em 18 de abril de 1937 com Pedro Felix de Andrade, filho de Manoel Felix de Andrade e Vicência Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 8, 1936-1938, p. 69); Maria Alves Ferreira,

que casou em 20 de agosto de 1928 com Leosiro da Paixão, filho de Laurentino da Paixão e Maria da Graça Rezende (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p. 180-V, 181); José Ferreira, que casou em 23 de janeiro de 1943 com Bernadete Ferreira, filha de Isaura Nunes Ferreira e Olímpio Francisco do Nascimento (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p.40, 40-V); e Maria Nunes Ferreira (cujo nome de casada passou para Maria Alves de Almeida), que casou com João Batista de Almeida, filho de Aprígio Tavares de Almeida e Maria da Conceição Almeida (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 10, 1941-1944, p. 75-V).

Descende de Ernestina e Manuel, os Almeidas do povoado Mocambo, dentre os quais, se destacaram na política de Frei Paulo: José Jairton de Almeida (vereador), Geraldo Nunes de Almeida (vereador e prefeito), José Israel de Almeida (vice-prefeito) e Maiza Vieira de Almeida Prado (vereadora).

Por sua vez, do enlace matrimonial de Maria Nunes da Silva, filha de José Antônio da Silva Nunes, com Domingos José Ferreira, surge o núcleo familiar Ferreira Nunes, que se estabelece em Frei Paulo e seus membros participam ativamente do desenvolvimento do município.

Da união de Maria Nunes Ferreira (Nenê Nunes) e Domingos José Ferreira, advieram os seguintes filhos: Josias Ferreira Nunes; Virgílio Ferreira Nunes, nascido em 04 de maio de 1896 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 14, 1917-1919, p. 152-V, 153); Doralice da Silva Ferreira, nascida em 15 de maio de 1897 e batizada em 03 de setembro de 1914 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 11, 1914-1915, p. 41-V); e Dario Ferreira Nunes, nascido em 26 de março de 1900 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 14, 1917-1919, p. 181).

Domingos José Ferreira foi juiz de paz no período de 1901 a 1906, juntamente com Antônio Francisco Rodrigues Lima, José Antônio da Silva Nunes e Antônio Mathias de Andrade, e foi membro do Conselho na gestão do intendente Antônio Francisco Rodrigues Lima (1907-1909). Domingos se destacou também, por ter sido o pioneiro do Evangelismo em Frei Paulo.

O nome de Nenê Nunes está grafado de forma diversa em cada documento analisado. No assento do batismo e do casamento de Virgílio e Dario, consta o nome da mãe como sendo Maria Nunes Ferreira. No assento de casamento religioso de Josias consta o nome Maria da Silva Nunes, seu nome de solteira. No assento de batismo de Doralice consta o nome de Maria Nunes da Silveira, e no assento de casamento consta Maria Nunes Ferreira.

Josias Ferreira Nunes fez parte da história de Frei Paulo, se destacando como fiscal da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Também participou de forma efetiva da gestão pública, exercendo o cargo de delegado de ensino do município de Frei Paulo em 1931, sendo ainda um advogado atuante, escritor, poeta, jornalista, dramaturgo e diretor de peças de teatro.

Segundo Josefa Castália Nunes, o interesse de Josias Ferreira pelo jornalismo se deu quando ele ainda era criança. Ele comprava folhas de papel pautado e escrevia as notícias que considerava relevantes para a vida dos freipaulistanos e mostrava aos amigos.

Josias Ferreira Nunes, casou em 11 de fevereiro de 1917 com Eremita Rezende, filha de João Antônio de Rezende e Roberta Rabello de Moraes (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 19). Dessa união advieram os seguintes filhos: Josefa Dinorah, nascida em 09 de dezembro de 1917, batizada em 20 de dezembro de 1917 (Frei Paulo. Livro de batismos nº 14, 1917-1919, p. 27), Dolores, Aracélia, Noemi, Amintas, Arnaldo, Raquel, Olga, Josias, João, Ruth, Gisélia, Izalda, Cláudio e Mércia.

Dario Ferreira Nunes, casou em 06 de setembro de 1925 com Maria Perpedigna de Oliveira, filha de Francisco Dionízio de Oliveira e Maria Francisca de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p. 106-V, 107), sendo os pais dos notáveis: José Djalma Nunes,

Dário Ferreira Nunes Filho, Maria Djalnete Nunes Barreto e Maria Djalnira Nunes. Dário Ferreira Nunes foi eleito prefeito de Frei Paulo para o mandato de 1950-1954.

Doralice da Silva Ferreira, casou em 20 de fevereiro de 1916 com Ascindino Francisco dos Santos, filho de Andreilino Francisco dos Santos e Maria Thereza de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 03, 1910-1916, p. 142-V). Dessa união adveio, dentre outros filhos (Adelson, Eronildes, Risoleta, Magnólia e Ivonete), a escritora Iolanda Santos de Oliveira.

Do berço familiar de Virgílio Ferreira Nunes, que casou em 18 de setembro de 1920 com Maria José da Fonseca Nunes, filha de Galdino José de Sant'Anna e Josefa Honorata da Fonseca (filha de Theodório Severino da Fonseca e Maria Theresa de Jesus – Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 126-V) advieram os seguintes filhos: Josefa Castália Nunes, que casou em 23 de outubro de 1947 com José Guimarães de Carvalho, filho de Agostinho Custódio de Carvalho e Maria Guimarães de Carvalho (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p. 12); Juarez Nunes que casou em 04 de dezembro de 1945 com Dolores Dias, filha de Virgílio Dias e Dalila Dias (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 11, 1944-1947, p. 49); Romeu Nunes; Tereza Nunes; José Nunes; Jofre Nunes, nascido em 27 de julho de 1921 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 16, 1920-1922, p. 138); Paulo Nunes; e Renato Nunes.

Conforme documentação do arquivo pessoal de Josefa Castália, Agostinho Custódio de Carvalho exercia grande influência junto ao presidente do estado, o coronel Manoel Correia Dantas, tendo o mesmo, em 22 de outubro de 1929, juntamente com Izauro Soares e João Amâncio Peixoto, solicitado a instalação do Distrito de Paz de Carira. Na ocasião, foram indicados ainda os nomes de Izauro Soares para a função de juiz de paz, Manoel Rabello de Moraes, Jovino D. de Souza e Messias Simões de Almeida para a função de 1º, 2º e 3º suplentes, e o seu próprio nome para escrivão de paz.

No dia 23 de outubro de 1929, foi nomeado o primeiro juiz de paz na pessoa de Agostinho Custódio de Carvalho. Em 1935, Agostinho foi nomeado para o cargo de 2º suplente do subdelegado do povoado de Carira, do município de Frei Paulo e ainda para o cargo de 2º suplente de juiz de paz do Distrito de Frei Paulo (São Paulo a época).

Posteriormente, Agostinho Custódio de Carvalho também foi indicado para o cargo de escrivão de paz em São Paulo.

Através do Decreto nº 11, de 19 de maio de 1933, Agostinho Custódio foi nomeado secretário tesoureiro da Intendência de São Paulo.

Agostinho Custódio se aposentou em 1957, sendo nomeado seu filho José Guimarães de Carvalho (seu Dezinho) em 26 de fevereiro de 1957 para a função de serventuário do 3º Ofício de Justiça do Termo de Frei Paulo — tabelião — que exerceu também a função de escrivão eleitoral no período de 15 de janeiro 1958 a fevereiro de 1990, quando passou a função, com o aval do presidente do Tribunal de Justiça, para seu filho José Gilmar Nunes de Carvalho.

Destacamos assim, a relevância de José Antônio da Silva Nunes e seus descendentes, não apenas no aspecto religioso, mas para o surgimento e crescimento do povoado Mocambo e dentro do contexto administrativo, político e cultural do município de Frei Paulo.

A genealogia da família Silva Nunes, partindo de José Antônio da Silva Nunes até os netos de José Gilmar Nunes de Carvalho, contaremos oito gerações, conforme árvore genealógica de Helena Cardoso de Carvalho, nascida em 03 de maio de 2019.



Genealogia paterna de Helena Cardoso de Carvalho

Pais: José Gilmar Nunes de Carvalho Filho/Tamires Cardoso Lima.

Avós paternos: José Gilmar Nunes de Carvalho/Maria das Dores Dantas de Carvalho.

Bisavós: Josefa Castália Nunes/José Guimarães de Carvalho (pais de José Gilmar Nunes) e Gilza Maria de Matos Dantas/Antônio Daltro Dantas (pais de Maria das Dores).

Trisavós: Agostinho Custódio de Carvalho/Maria Guimarães de Carvalho (pais de José Guimarães), Virgílio Ferreira Nunes/Maria José da Fonseca Nunes (pais de Josefa Castália); Jonas Matos/Corina Rezende (pais de Gilza), Joaquim Correia Dantas/Ancila Souza Dantas (pais de Antônio Daltro).

Tetravós: Maria Nunes Ferreira (Nenê Nunes)/Domingos José Ferreira (pais de Virgílio Ferreira), Galdino José de Sant'Anna/Josefa Honorata da Fonseca (pais de Maria José da Fonseca); José Aprígio de Matos/Maria Salomé de Gois (pais de Jonas Matos), José Nunes de Rezende/Izilina Maria de São José (pais de Corina); José Correia Dantas/Anna Francisca Oliveira Bastos (pais de Joaquim).

Pentavós: José Antônio da Silva Nunes (pai de Maria Nunes Ferreira), Theodório Severino da Fonseca/Maria Theresa de Jesus (pais de Josefa Honorata); João Antônio de Mattos/Maria Vicência de Mattos (pais de José Aprígio de Matos), José Germano de Gois/Francisca Magdalena de Gois (pais de Maria Salomé); Rosendo Monteiro de Souza (Sinhozinho da Batinga)/Maria Izabel do Espírito Santo (pais de Izilina Maria de São José) e Manoel Nunes de Rezende e Maria Rosa de Jesus (pais de José Nunes de Rezende); Herculano Correia Dantas/Francisca Thereza de Jesus (pais de José Correia Dantas), José Cornélio Alves dos Santos/Maria Francisca de Oliveira Bastos (pais de Anna Francisca Oliveira).

Hexavós: José Correia de Brito/Anna Joaquina de Santana (pais de Francisca Magdalena de Gois); Simeão de Souza Monteiro/Maria Francisca de Jesus (pais de Rosendo Monteiro), Eduardo Antônio de Souza/Maria Magdalena do Amor Divino (pais de Maria Izabel do Espírito Santo); Francisco Nunes de Rezende/Francisca Maria de Almeida (pais de Manoel Nunes de Rezende) e Tenente Simeão de Souza Monteiro/Maria Francisca de Jesus (pais de Maria Rosa de Jesus);

Heptavós: João Nunes Nepomuceno/Izabel Pépetua de Jesus (pais de Francisco Nunes de Rezende) e Antônio Francisco Rodrigues Lima/Domiciana Francisca (pais de Francisca Maria de Almeida); Maximiniano José de Souza/Maria José de Jesus (pais de Maria Francisca de Jesus).

Octavô: Ana Francisca de Carvalho/Luiz Antônio Rodrigues de Lima (pais de Antônio Francisco Rodrigues Lima); Nicolau Pereira de Almeida/D. Teodósia Angélica de Jesus (pais de Domiciana Francisca); Simeão de Souza Monteiro (1750 – falecido)/Ignácia Francisca de Jesus (pais de Maximiniano José de Souza) e José Custódio da Mota/Micaella Francisca de Jesus (pais de Maria José de Jesus);

Nonavós: Capitão Francisco Antônio de Carvalho/Dona Josefa Maria da Glória (pais de Ana Francisca de Carvalho); Francisco Rodrigues Lima/Maria Gonçalves (pais de Luiz Antônio Rodrigues Lima).

Decavô: Francisca Maria de Oliveira/Capitão Tomé Salgado de Abreu (pais de Josefa Maria da Glória).

Hendecavô: Domingos Álvares Pimenta (pai de Francisca Maria de Oliveira).



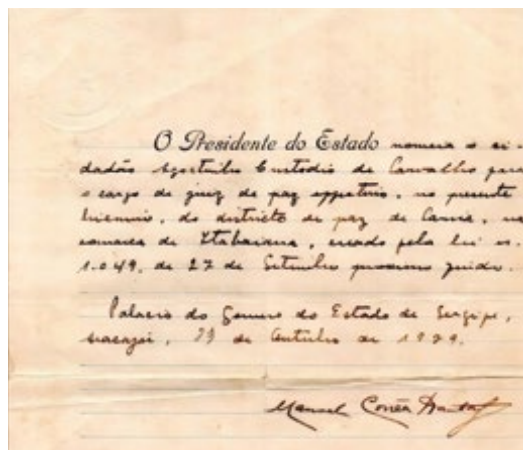


Figura 39 - Arquivo Pessoal de Josefa Castália.

7 – CORREIA DANTAS E OLIVEIRA DANTAS

A origem portuguesa da família Correia Dantas é confirmada pelas pesquisas de Yony Sampaio, pesquisador Pernambucano, que escreveu que Lourença Barbosa de Melo, nascida em São Gonçalo do Pé do Banco (hoje Siriri, Sergipe) no início do século XVIII, seria filha de Luís Correia Dantas, português, com Maria da Graça, do Pé do Banco (ARAÚJO, 2000-2002, p. 82).

O tronco das famílias Correia Dantas e Oliveira Dantas, em Frei Paulo, vem de Herculano Correia Dantas (nascido em 1809) e Francisca Thereza de Jesus (nascida em 1813) e de José Cornélio Alves dos Santos e Maria Francisca de Oliveira Bastos.

Deles, respectivamente, descendem José Correia Dantas (nascido em 12 de março de 1835 e falecido em 22 de novembro de 1919) e Anna Francisca de Oliveira Bastos (nascida em 1841), cuja união conjugal se deu na cidade de Itabaiana em 02 de setembro de 1864 (Itabaiana. Livro de casamentos nº 01, 1857-1867, P. 124-V, 125), destacando-se que a nubente era viúva de Malachias Alves de Almeida.

Pelas informações obtidas nos livros de batismos e casamentos da Paróquia de Itabaiana e Tobias Barreto e do registro de eleitores de 1875, é possível identificar que José Cornélio Alves dos Santos tinha domicílio na freguesia de Nossa Senhora dos Campos (atual Tobias Barreto). Somente a partir de 1836, ele estabeleceu domicílio no quarteirão do Pé do Veado na freguesia de Itabaiana, onde consta também o registro de eleitor de Antônio Alves Bastos, Grigório Alves Bastos, Nicolao Cornélio de Almeida Bastos e Felix Cornélio.

Da utilização dos mesmos sobrenomes, domicílio e com base nos dados constantes nos livros de batismos em que demonstram a relação familiar, se deduz que estes últimos têm parentesco próximo com Anna Francisca.

Além de Anna Francisca, José Cornélio Alves dos Santos e Maria Francisca de Oliveira Bastos tiveram outros filhos que foram batizados na Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, o que nos faz indicar com precisão a origem do núcleo familiar.

O batismo de João, com dois meses e meio de idade, foi realizado na Villa de Campos em 28 de fevereiro de 1836, e transcrito no livro de batismos da villa de Itabaiana. Em 02 de

fevereiro de 1838 foi realizado na matriz de Itabaiana o batismo de Joaquim, com três meses de idade (Itabaiana. Livro de batismos nº 07, 1837-1841, p. 35 e 94). Em 17 de março de 1842 aconteceu o batismo de Maria, com um mês de idade, tendo como padrinhos José Teixeira Lobo e Josefa Francisca (Itabaiana. Livro de batismos nº 08, 1841-1843, p. 47).

A origem de Herculano Correia Dantas é desconhecida. Contam alguns parentes mais idosos, que os pais de José Correia Dantas moravam na região do Cotinguiba e que este vinha para as matas de Itabaiana trazendo produtos dos engenhos de açúcar. Outros relatam que a origem de José seria dos Dantas do município de Cícero Dantas.

Não é possível afirmar que Herculano Correia Dantas tenha morado na fazenda Onça na década de 40 do Século XIX, contudo, é possível afirmar que ele e Francisca Thereza tinham domicílio na freguesia de Itabaiana em 05 de fevereiro de 1843, quando foi realizado o batismo de uma filha com prenome de Maria, com três semanas, cujos padrinhos foram o Major Antônio Correia Dantas e Dalvina Correia Dantas (Itabaiana. Livro de batismos nº 08, 1841-1843, p. 83).

Assim, foi possível identificar que José Correia Dantas teve uma irmã nascida e batizada na freguesia de Itabaiana, indicando que os Dantas estavam estabelecidos na região desde o ano de 1843.

José Correia Dantas e Anna Francisca de Oliveira Bastos moravam na freguesia de Itabaiana e, ao casar, se estabeleceram na fazenda onça, localizada nas matas de Itabaiana. Aqui constituíram uma prole de dez filhos: Manoel, nascido em 25 de julho de 1881, e José, nascido em 01 de outubro de 1882, (falecidos sem deixar descendentes), João Rodrigues Dantas (Janjão), Francisco Correia Dantas, Emília Correia Dantas, Gertrudes de Oliveira Dantas, Antônio Correia Dantas (Totonho), Joana Maria de Oliveira (Joaninha), Benjamim Correia Dantas, e Joaquim Correia Dantas, meu bisavô. José Correia Dantas também é pai de Cândida Maria de Oliveira, nascida em 1874.

Cândida Maria de Oliveira casou com José João das Virgens em 1893. Desta união advieram os seguintes filhos: Francisco Dantas de Oliveira, que casou em 22 de março de 1925 com Josefa Maria do Espírito Santo, filha de Sabino Alves dos Santos e Almerinda Maria do Nascimento (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 5, 1923-1929, p. 92); Miguel Dantas de Oliveira, que casou em 30 de novembro de 1927 com Josefa Maria de Jesus, filha de Manoel Anselmo Bispo e Maria Senhora das Neves; Oséias Dantas de Oliveira (1894), que casou em 27 de setembro de 1922 com Izabel Bezerra Lemos, filha de Pedro Bezerra e Maria Margarida de Lemos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 180-V, 181); Maria Madalena de Oliveira (Nanzinha), que casou com Avilino Barbosa Leal; Antônio de Oliveira (Totonho); Sinhozinho; e Santo Correia.

Da união de Oséias Dantas de Oliveira com Izabel Bezerra Lemos, advieram os seguintes filhos: Inês de Oliveira, Antônio Bezerra de Oliveira, João Bezerra de Oliveira, Josefa Dantas de Oliveira, Fausto Bezerra de Oliveira e Jovência.

Da união de Maria Madalena de Oliveira (Nanzinha) com Avilino Barbosa Leal, adveio Gerdião Barbosa de Oliveira que casou com Tereza Matos Andrade de Oliveira, cujos netos residentes nesta cidade, destacamos: Josefa Paloma Oliveira da Silva, Paula Francinete Oliveira da Silva Peixoto e Paulo Oliveira da Silva, filhos de Maria Andrade de Oliveira da Silva e Josafá Pereira.

A prole de José Correia Dantas e Anna Francisca de Oliveira Bastos, constituída por oito filhos, todos nascidos na fazenda Onça, no município de Frei Paulo, se multiplicou e se entrelaçou formando vários núcleos familiares que se estabeleceram em várias localidades. É possível afirmar

que os Dantas de Nossa Senhora da Glória, Ribeirópolis, São Miguel do Aleixo, Nossa Senhora Aparecida, Porto da Folha e Frei Paulo, tem sua origem em José Correia e Anna Francisca.

Emígdia Correia Dantas contraiu núpcias em 15 de maio de 1883 com João Antônio Correia, filho de Manoel Antônio Correia e Joaquina Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, Itabaiana, 1878-1891, p. 77). Ao ficar viúva casou com seu cunhado, Pedro Antônio Correia, no dia 30 de abril de 1901 (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 47). De Emígdia identificamos os seguintes filhos: Ascendino de Oliveira Dantas, nascido em 23 de outubro de 1893 (Frei Paulo. Livro de batismos nº 02, 1891-1894, p. 109); Ananias de Oliveira Dantas, que casou em 24 de novembro de 1928 com Maria de Oliveira Dantas, filha de Filomeno de Oliveira Dantas e Luciana Maria de Campos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 5, 1923-1929, p. 185); Gentil de Oliveira Dantas, que casou em 23 de novembro de 1935 com Maria da Conceição Dantas, filha de Filomeno de Oliveira Dantas e Luciana Maria de Campos (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934-1936, p. 90, 90-V); Antônio de Oliveira Dantas, que casou em 24 de julho de 1910, com Floripes Carmosina Santiago, filha de José Pereira Santiago e Josefa Francisca de Santiago (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 18); Josias de Oliveira Dantas; Juarez de Oliveira Dantas; Dejanira Correia Dantas; Maria de Oliveira Dantas (Dona) que casou com Melchiades Rodrigues Lima; Zezé; Beijo; e José de Oliveira Dantas que casou com Maria José de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 141-V, 142).

De Francisco Correia Dantas, que casou em 23 de janeiro de 1894, com Maria Balbina de Jesus, filha de Manuel Antônio Correia e Joaquina Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 1, 1886-1898, p. 81-V), identificamos os seguintes filhos: Daniel Oliveira Dantas, que casou com Doralice Rodrigues de Oliveira; Maria Rosa de Oliveira, que casou com José Bonifácio de Oliveira; e Raquel de Oliveira Dantas, que casou com João Correia Dantas.

Da união de Gertrudes de Oliveira Dantas com Francisco Cornélio Almeida (Ioiô), filho de João Pereira de Almeida e Maria Francisca de Oliveira, casados em 11 de julho de 1893 (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 1, 1886-1898, p. 73-V), identificamos os seguintes filhos: João Correia Dantas, que casou com Raquel de Oliveira Dantas; Maria Dantas Lima (Nenzita), que casou com José Vieira Lima; Maria Oliveira Matos (Dona), que casou com Horácio Durval de Matos, filho de Braz Vieira de Mattos e Amélia Vieira de Matos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 3, 1910-1916, p. 133-V); Anna Dantas de Oliveira, que casou com Francisco Nogueira Borges, filho de José Carlos Borges e Júlia Nogueira Borges (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929 – 1934, p. 94); Dagraça; e José Corrêa Netto, que casou em 16 de junho de 1913 com Maria Barreto, filha de Antônio Telles Barreto e Maria de Almeida dos Santos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 80-V, 81).

Da união de João Rodrigues Dantas (Janjão) com Maria Magdalena de Jesus, nascida em 22 de julho de 1875 e falecida em 01 de julho de 1942, filha de João Pereira de Almeida e Maria Francisca de Oliveira, casados em 11 de julho de 1893 (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 1, 1886-1898, p. 73-V), identificamos os seguintes filhos: Jaconias Correia Dantas, que casou com Maria Rosa de Matos Dantas, filha de José Aprígio de Matos e Maria Salomé de Matos; José Correia de Jesus (Obede), que casou com Elvira Matos de Jesus, filha de José Aprígio de Matos e Maria Salomé de Matos; Isaías Correia Dantas, nascido em 07 de maio de 1920 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 15, 1919-1920, p. 97-V), que casou com Josefina Matos Dantas, filha de José Aprígio de Matos e Maria Salomé de Matos; Josué Correia Dantas, que casou com Josefa Otacília Matos Dantas, filha de José Aprígio de Matos e Maria Salomé de Matos; Maria Correia Dantas; Elizeu Correia Dantas, que casou com Dejanira Correia Dantas, filha de Emígdia Correia Dantas; Eliezer Correia Dantas; Judithe Oliveira Dantas, que casou com José Gregório Filho, filho de Joana Maria de Oliveira e José Gregório da Costa; e Dalvina

Correia Dantas, que casou com Joaquim Rezende dos Santos.

Joaquim Correia Dantas, nascido a 16 de dezembro de 1884 e falecido em 18 de maio de 1961, casou com Maria da Conceição de Campos. Desta união foram gerados 17 filhos. Após ficar viúvo, contraiu matrimônio com Ancila de Souza Dantas, com quem teve mais sete filhos.

De Joaquim Correia Dantas e Maria da Conceição de Campos identificamos os seguintes filhos: Maria Alves Correia Dantas, que casou em 31 de julho de 1943 com João Vieira de Oliveira, filho de Domingos Vieira de Oliveira e Maria Rosa de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p. 52); Maria da Graça Dantas, que casou em 22 de janeiro de 1932 com Oswaldo Poderoso, filho de Fulgêncio Lúcio Poderoso e Maria José Lima (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 72); Marina Corrêa Dantas, que casou em 28 de janeiro de 1939 com Francisco de Carvalho Teles (Chiquinho do Lameiro), filho de José Antônio de Carvalho Telles e Joana Maria Dantas (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 09, 1938-1941, p. 20); Auta Dantas Nunes, que casou com José Nunes; Maria Dantas Barreto, que casou com Idalino de Jesus Barreto, filho de Alexandre Barreto da Cunha e Josepha de Jesus Barreto (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 91); e Izabel Dantas de Menezes (Bela), que casou com José Teles de Menezes.

Da união de Joaquim Correia Dantas e Ancila de Souza Dantas, advieram os seguintes filhos: Judite de Souza Dantas; Maria da Conceição Dantas de Carvalho (nascida em 26 de fevereiro de 1930 e falecida em 03 de agosto de 2013), que casou com Valdemar Guimarães de Carvalho, filho de Agostinho Custódio de Carvalho e Maria Guimarães de Carvalho; José Dantas Neto (nascido em 07 de maio de 1932), que casou em 27 de janeiro de 1952 com Joana Costa Dantas (Vanilde), filha de Sabino Costa Dantas e Filomena Oliveira Dantas (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p. 156). José Dantas Neto ficou viúvo em virtude da morte de Vanilde, e contraiu casamento com Josefa Oliveira Dantas (Zizi), filha de Oséias Dantas de Oliveira e Izabel Bezerra Lemos; Antônio Daltro Dantas (nascido em 28 de outubro de 1935), que casou com Gilza Maria de Matos Dantas, nascida em 26 de novembro de 1939 na fazenda Bem Feita (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 26, 1937-1940, p. 193) e falecida em 13 de julho de 2009; Maria Dasgraças Dantas (nascida em 17 de dezembro de 1936 e falecida em 27 de dezembro de 1960), que casou com Antônio de Oliveira Dantas; e João Daltro Dantas (nascido em 04 de janeiro de 1938), que casou com Antonieta de Oliveira Dantas.

Da união de Antônio Daltro Dantas e Gilza Maria de Matos Dantas advieram os seguintes filhos: Maria Dagraça Matos Dantas Lima, nascida em 14 de janeiro de 1959, que casou com José Celmo Lima, e tiveram os seguintes filhos: Rodrigo Fernandes Dantas Lima, Ana Rafaela Dantas Lima, Ana Celma Dantas Lima e Maryze Valéria Dantas Lima; João Fernando de Matos Dantas, nascido em 29 de maio de 1960, que casou com Jussiana Alves dos Santos Dantas, e tiveram os seguintes filhos: David Marcel dos Santos Dantas e Fernanda Karolina dos Santos Dantas. De João Fernando adveio também a filha Gilza Maria Dantas de Lima; José de Matos Dantas, nascido em 08 de agosto de 1961, que casou com Maria Gilvânia de Jesus Dantas, e tiveram os seguintes filhos: Sara Valéria de Jesus Dantas, Samara de Jesus Dantas, Cíntia de Jesus Dantas e Saulo de Jesus Dantas; Maria das Dores Dantas de Carvalho, nascida em 14 de setembro de 1962, que casou com José Gilmar Nunes de Carvalho, e tiveram os seguintes filhos: Livia Maria Dantas de Carvalho Sales, José Gilmar Nunes de Carvalho Filho e Ana Letícia Dantas de Carvalho; Joaquim de Matos Dantas, nascido em 12 de novembro de 1963 e falecido em 15 de dezembro de 2009, que casou com Zineide Ferreira Silva Matos, e tiveram os seguintes filhos: Dalton Ferreira Matos e Dalbert Ferreira Matos; Maria Zélia Matos Dantas Rodrigues, nascida em 07 de fevereiro de 1965, que casou com Rivaldo Rodrigues dos Santos Filho, e tiveram os seguintes filhos: Ítalo Dantas Rodrigues e Cássia Lorena Dantas Rodrigues; José Reginaldo Matos Dantas, nascido em 19 de abril de 1966, que casou com Josefa Joseane

da Silva Dantas (15 de outubro de 1970 e falecida em 15 de outubro de 2011), e tiveram os seguintes filhos: Vitor Wallace da Silva Dantas e Larissa Silva Dantas. Ao ficar viúvo, José Reginaldo se uniu a Tamires Oliveira; Ana Maria Dantas e Santana, nascida em 15 de janeiro de 1968, que casou com Edivanildo Lima de Santana, e tiveram os seguintes filhos: André Luiz Dantas de Santana e Lumma Dantas de Santana; Maria Izabel Matos Dantas, nascida em 28 de abril de 1970, de quem adveio Daniel Dantas Ribeiro; e Maria Inês de Matos Dantas, nascida em 01 de maio de 1976, que se uniu a José Paulo Rocha, e tiveram os seguintes filhos: Paulo Vitor Dantas Rocha e Hysla Maria Dantas Rocha.

Antônio Corrêa Dantas (Totonho), que casou em 09 de março de 1886 com Anna Maria de Almeida e, ao ficar viúvo, contraiu matrimônio em 05 de junho de 1931, com Joana Maria de Jesus, viúva de José Antônio de Carvalho Telles, filha de Antônio José de Jesus e Francisca Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 58). De Antônio Corrêa identificamos os seguintes filhos: Filomeno Oliveira Dantas, que casou com Maria Luciana de Campos e, ficando viúvo, contraiu casamento com Joana Darc Oliveira; Maria Abília de Oliveira Dantas, que casou com Ascendino de Oliveira Dantas; João de Oliveira Dantas, viúvo de Isabel de Oliveira Dantas, que casou em 18 de junho de 1933 com Doralice de Souza Barreto, filha de Laurentino de Sousa Barreto e de Presciliana de Sousa Barreto (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 94-V); Santinho; Zezé; Francilina; e Maria de Almeida Dantas (Maria de Sousa Dantas – nome de casada), que casou em 31 de janeiro de 1935 com Cícero de Sousa Barreto, filho de Laurentino de Sousa Barreto e de Presciliana de Sousa Barreto (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934-1936, p. 42).

No asento de casamento de Antônio Corrêa e Anna Maria os nomes foram grafados de maneira diferente daquela encontrada nos documentos dos filhos. Constam Antônio Rodrigues Correia e Anna Francisca de Almeida, ele, filho de José Correia Dantas e Anna Francisca de Oliveira, e ela, filha de João Pereira de Almeida e Maria Francisca de Oliveira (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, Itabaiana, 1878-1891, p. 126).

De Joana Maria de Oliveira, que casou em 30 de abril de 1901 com José Gregório da Costa (Cajuza Guedes), filho de Manoel Guedes da Costa e Mathildes Joaquina de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 47), identificamos os seguintes filhos: Sabino da Costa Dantas, que casou em 25 de fevereiro de 1933 com Filomena de Oliveira Dantas, filha de Filomeno Oliveira Dantas e Maria Luciana de Campos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 92); José da Costa Dantas, que casou em 04 de junho de 1933 com Eulina Barbosa Nunes, filha de José Barbosa de Mendonça (Sinhozinho Barbosa das Pias) e Maria da Glória Nunes (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 94); José de Oliveira Costa (Santinho), que casou com Maria Rezende da Costa (Dona Nenê); Josias da Costa Dantas, que casou com Maria Emília da Conceição; Maria de Oliveira Dantas, que casou com Hilário Rodrigues de Mendonça (viúvo de Maria da Glória Mendonça), filho de José Alves de Mendonça e Maria dos Anjos de Mendonça (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 8, 1936-1938, p. 80); José Gregório Filho (Senhor de Cajuza), que casou com Judithe Oliveira Dantas; e Josefa de Oliveira Dantas, que casou no dia 24 de abril de 1935 com Francisco Emygdio da Costa (Dr. Xixiu), filho de Manuel Emygdio da Costa e Cândida Maria da Costa (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 07, 1934-1936, p. 63-V).

Da união de José da Costa Dantas e Eulina Barbosa Nunes identificamos os seguintes filhos: Edna Barbosa Dantas; Edelmira Barbosa Dantas de Oliveira, que casou com Aderbaldo Oliveira; Edilde Barbosa Dantas; Edelma Barbosa Dantas que casou com André Avelino do Nascimento; Edilze Barbosa Dantas; e Edson Barbosa Dantas.

No contexto familiar analisado e descrito nos fragmentos genealógicos, José Gregório da

Costa, sendo filho de Manoel Guedes da Costa e Mathildes Joaquina de Jesus, tem sua origem no capitão da guarda real José Custódio da Silva. Assim, os descendentes do seu casamento com Joana Maria de Oliveira tem a ascendência das famílias Correia Dantas, Oliveira Bastos, Guedes da Costa e Frique do Prado.

O capitão da guarda real José Custódio da Silva é pai de Theodózio Fagundes Pereira, que vem a ser o pai de Gregório Frique do Prado, que casou com Maria Vitória da Encarnação, de quem adveio Mathildes Joaquina da Conceição.

Analisando a ascendência das famílias Correia Dantas, Oliveira Bastos, Guedes da Costa e Frique do Prado, traçamos a árvore genealógica de João Lucas Dantas Barreto, nascido em 18 de maio de 2013, o qual representa aqui, a décima terceira geração de Roberto de Moura de Leandros e Margarida de Resendes, nascidos no começo do século XVIII.



**Genealogia paterna de João Lucas Dantas Barreto,
nascido em 18 de maio de 2013**

Pais: Lucas Eduardo de Gois Barreto e Fernanda Karolina dos Santos Dantas.

Avô Paterno: Eduardo da Costa Barreto.

Bisavó Paterna: Valdira da Costa Barreto.

Trisavós: Sabino da Costa Dantas/Filomena de Oliveira Dantas (pais de Valdira da Costa).

Tetravós: José Gregório da Costa/Joana Maria de Oliveira (pais de Sabino); Filomeno Oliveira Dantas/Maria Luciana de Campos (pais de Filomena).

Pentavós: Manoel Guedes da Costa/Mathildes Joaquina de Jesus (pais de José Gregório) e José Correia Dantas/Anna Francisca de Oliveira Bastos (pais de Joana Maria de Oliveira); Antônio Corrêa Dantas/Anna Maria de Oliveira (pais de Filomeno) e Francisco Alves de Souza /Antônia Rosa da Conceição (pais de Maria Luciana).

Hexavós: Joaquim Guedes da Costa/Maria Guedes do Espírito Santo (pais de Manoel Guedes da Costa) e Gregório Frique do Prado/Maria Vitória da Encarnação (pais de Mathildes Joaquina de Jesus); Herculano Correia Dantas/Francisca Thereza de Jesus (pais de José Correia Dantas) e José Cornélio Alves dos Santos/Maria Francisca de Oliveira Bastos (pais de Anna Francisca de Oliveira Bastos).

Heptavô: Theodózio Fagundes Pereira/Matilde Joaquina do Coração de Jesus (pais de Gregório Frique do Prado); Manuel da Silva Melo (Filho)/Ana Teresa de Jesus (pais de Maria Vitória da Encarnação).

Octavô: José Custódio da Silva (pai de Theodózio Fagundes Pereira); Manuel da Silva Melo/Índia d. Clara Francisca de Santo Antônio (pais de Manuel da Silva Melo – Filho); João Carlos de Resendes/ d. Maria Josefa da Conceição Resendes (pais de Ana Teresa de Jesus).

Nonavô: Zeferina Maria (mãe de João Carlos de Rezende); Manuel Alvares Teixeira/Tereza de Moura (pais de Manuel da Silva Melo); Manoel José de Almeida Feyo/Ana Tereza de Jesus (pais de Maria Josefa da Conceição Resendes).

Decavô: Gonçalo Moura de Jesus (pai de Ana Tereza de Jesus); Manuel de Moura (pai de Tereza de Moura).

Hendecavô: Roberto de Moura de Leandros/Margarida de Resendes (pais de Gonçalo Moura de Jesus ou de Manuel de Moura).

A genealogia da família Dantas foi mapeada a partir de Herculano Correia Dantas e Francisca Thereza de Jesus, pais de José Correia Dantas, e de José Cornélio Alves dos Santos e Maria Francisca de Oliveira Bastos, pais de Anna Francisca de Oliveira Bastos.

Contudo, pelas informações obtidas existe um indicativo que os pais de Herculano Correia Dantas sejam o Major Antônio Correia Dantas e Dalvina Correia Dantas, residentes em Itabaiana desde a década de 40 do século XIX.

Levando em consideração que o desenvolvimento das matas de Itabaiana estava em crescente ascensão desde meados do século XIX, e que a família de Anna Francisca de Oliveira Bastos estava estabelecida desde o ano de 1836 na localidade Pé do Veado na freguesia de Itabaiana, é possível concluir que não foram os Oliveira Bastos que se estabeleceram nas matas de Itabaiana, mas sim, os Dantas.

Por fim, analisando todo o contexto histórico de Frei Paulo, percebe-se a relevância dos Dantas desde a época em que Frei Paulo ainda era tratado como matas de Itabaiana. Destaque-se que o tenente José Correia Dantas, além da fazenda Onça, onde possuía uma descaroçadora de algodão, também era proprietário das terras onde se fundou a cidade de Pinhão.

No cenário político José Correia Dantas foi o terceiro intendente da vila de São Paulo, tendo sido nomeado a 09 de dezembro de 1890, e exerceu a função de juiz preparador em 16 de junho de 1895.

O primeiro descendente de José Correia a exercer mandato eletivo na vila de São Paulo foi Antônio Correia Dantas, eleito conselheiro em 1895. Depois dele, outros ocuparam cargo eletivo na cidade de Frei Paulo: Antônio Oliveira Dantas (vereador), José Oliveira Dantas (vereador), Luiz Carlos Dantas (vereador), José Dantas Neto (vice-prefeito), José Francisco dos Santos Neto (vereador), Antônio Dantas Nunes (vereador), Antônio Daltro Dantas (vereador), Egnaldo Dantas de Oliveira (vereador), José Fernando da Costa (vereador), José Paulo da Costa (vereador, vice-prefeito e prefeito), Benedito Carlos Dantas (vice-prefeito), Maria Lúcia Pereira de Santana (vereadora), Vilma Dantas do Couto Pereira (vereadora), Ana Maria Dantas e Santana (vereadora), Wladimir Dantas Souza (vereador), Mércia Dantas Nunes de Souza (vice-prefeita), Maria das Dores Dantas de Carvalho (vereadora) e Getúlio Enoque Pereira Filho (vereador).



Figura 40 - Casa localizada na Onça. Pertenceu a José Gregório da Costa e Joana Maria de Oliveira.



Figura 41 - Segunda casa construída na Fazenda Onça. Atualmente pertence a Antônio Daltro Dantas.

8 – GUEDES DA COSTA – COSTA DANTAS

A genealogia das famílias Guedes da Costa e Costa Dantas começa a ser mapeada através de Manuel da Silva Melo e d. Clara Francisca de Santo Antônio e de João Carlos de Resendes e d. Maria Josefa da Conceição Resendes, avós de Maria Vitória da Encarnação, nascida em 10 de agosto de 1817, que casou com Gregório Frique do Prado, filho de Teodósio Fagundes Pereira e d. Matilde Joaquina do Coração de Jesus.

De acordo com as informações encontradas, a família Guedes da Costa se estabeleceu na localidade Serrote de São Mateus na década de 60 do século XIX. Porém, essa região já tinha começado a ser colonizada no século XVII.

Em 25 de setembro de 1679 foi concedido o Alvará de Doação ao capitão Gaspar Pereira de Magalhães, contendo 43.200 tarefas de terra sergipana, no qual fica compreendida a parte norte do território de Frei Paulo, que parte da nascente do rio Jacoca para a Fazendinha, e ainda as localidades Catuabo, Batequerê, Cachoeira e Riachão (FRANCO, 1999, p. 229 e 239).

Lima Junior (1914, p. 140) vem pontuar que no princípio do século XIX já estava bastante povoada a zona compreendida entre os rios Sergipe e Vaza-Barris, com núcleos de população até a fralda da serra de Itabaiana e em toda sua cordilheira desde serra Comprida até a serra Redonda e com fazendas de criação de gado até os sertões de São Matheus, Contendas e os limites com Geremoado.

Segundo Carregosa (2020, p. 1, 2),

A história da família Guedes da Costa começa a ser contada a partir de 1855. Este seria o provável ano de nascimento de Manoel Guedes da Costa, filho de Joaquim José Guedes da Costa e Maria Guedes das Virgens. O casal, provavelmente vivia no povoado Caraíbas em Itabaiana e tinha ligação com as famílias Frique do Prado, Almeida e Barros, que, comprovadamente, em outros documentos, são provenientes deste povoado serrano.

É interessante o ano de 1868 ser marcado para nós, da Família Guedes da Costa, com um casamento, ainda em Itabaiana. Justamente nesse ano, uma nova povoação se formaria no agreste sergipano.

A construção dessa nova área, que permitia o cultivo de algodão e também a criação de gado, atraiu Joaquim Guedes da Costa, que adquiriu uma grande propriedade no local conhecido como Serrote São Mateus e, assim, ele, os filhos e genros se dedicaram a essas culturas, conforme vamos comprovar em documentos a posteriori. Foi nesse local denominado Sítio São Mateus, em Frei Paulo que, em 14 de março de 1872, faleceu a esposa de Joaquim Guedes da Costa, Maria Guedes das Virgens. A época, o escrivão Geminio Reis Dantas foi o responsável pelo inventário lavrado em 12 de junho de 1872. Este é o documento mais antigo da comarca de Frei Paulo no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe.

Em 1861 consta o nome de Grigório Frique do Prado na relação de eleitores da freguesia de Itabaiana. Depois, em 1875, consta o nome de Grigório Frique do Prado, com 59 anos de idade, no cadastro de eleitores do Quarteirão das Caraíbas e Buqueirão do Pinhão.

“Gregório Frique do Prado morreu aos 85 anos em 06 de agosto de 1900 em Itabaiana e no registro consta que ele seria filho de Theodósio Fagundes Pereira, apontado na tese de doutorado da professora Eugênia Andrade Vieira da Silva intitulada ‘A elite setentista instruída em Sergipe Del Rey (1725 a 1800)’ como filho do capitão da guarda real José Custódio da Silva Vieira” (CARREGOSA, 2020, p. 5).

Segundo Sebrão, sobrinho (2003), D. Maria Vitória da Encarnação, nascida em 10 de agosto de 1817, foi casada com Gregório Frique do Prado, filho de Teodósio Fagundes Pereira e d. Matilde Joaquina do Coração de Jesus, e faleceu a 13 de dezembro de 1906, com 89 anos, 4 meses e 3 dias.

Maria Vitória é filha de Ana Teresa de Jesus, filha de João Carlos de Resendes e d. Maria Josefa da Conceição Resendes, com Manuel da Silva Melo (Filho), filho de Manuel da Silva Melo ('seu Silva, cabelo sereno') e da índia d. Clara Francisca de Santo Antônio. Maria Vitória da Encarnação descende, portanto, de um dos fundadores de Itabaiana, Manuel Moura, seu trisavô, aí já residente em 1706, no sítio Igreja Velha.

De fato, a família Frique do Prado estava estabelecida na vila de Itabaiana desde 1835 quando se registraram os primeiros batismos dos filhos de Gregório Frique do Prado.

Consta em 12 de junho de 1835 o batismo de Salustiano, com um mês de idade, e em 21 de junho de 1841 o batizado de Malaquias de Barros Pantoja, que casou em 10 de fevereiro de 1868 com Maria Antônia de Jesus, filha de Antônio Gonçalves Barbosa e Maria José de Carvalho (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 02, 1867-1878, p. 129-V). Em 19 de março de 1844 consta ainda o batizado de Cândido, com dois meses, cujos padrinhos foram Cassimiro da Silva Mello e Anna Joaquina (Itabaiana. Livro de batismos nº 07, 1837-1841, p. 4, 186, 194). Em 05 de junho de 1842, no livro de batismo nº 08 da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, consta o batismo de Maria, com seis semanas (Itabaiana. Livro de batismos nº 08, 1841-1843, p. 56), tendo como padrinhos Theodósio Fagundes e Joana Maria. Consta também o batismo de Ritta, realizado em 20 de agosto de 1854 (Itabaiana. Livro de batismos nº 10, 1852-1855, p. 80), e o de Antônio, no dia 05 de maio de 1858 (Itabaiana. Livro de batismos nº 11, 1857-1861, p. 26).

Além destes citados, são filhos de Gregório Frique do Prado: Mathildes Joaquina da Conceição, Henrique Frique do Prado, Rosa Lima das Virgens, Fabrício Frique do Prado e Bartholomeu Frique do Prado, sendo este, pai de Gregória Frique do Prado (CARREGOSA, 2020).

Em 25 de fevereiro de 1878, Manoel Guedes da Costa e Mathildes Joaquina da Conceição se casaram na Matriz Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Manoel Guedes da Costa era lavrador e Mathildes Joaquina da Costa, prendas do lar.

Mathildes era filha de Gregório Frique do Prado e Maria Vitória da Encarnação. Foram padrinhos do casamento Bartholomeu Frique do Prado, José Antônio da Costa e Francisca Claudia de Araújo Leite Oliveira. Ou seja, Manoel casou com a irmã de Rosa Lima das Virgens, casada com Joaquim José do Rego que foi testemunha do casamento de sua irmã, Margarida, 10 anos antes. É importante citar esse casal porque eles também migraram do povoado Caraíbas, em Itabaiana para o povoado Alagadiço e, alguns descendentes deles e parentes, os “Émygdios da Costa”, serão importantes para a formação do município de Pinhão e da própria Frei Paulo. E a relação afetiva com os descendentes de Joaquim Guedes da Costa não vai parar por aí, seguindo até atuais gerações.

A partir de 1881, os filhos de Joaquim Guedes da Costa se casaram na cidade de Frei Paulo. O primeiro casamento registrado foi o de Maria Guedes da Conceição, então com 16 anos, com Pedro José dos Passos. Ele era filho de Manoel dos Santos Passos e Rita Perpétua (CARREGOSA, 2020, p. 3).

De Joaquim José Guedes da Costa e Maria Guedes das Virgens advieram os seguintes filhos: Manoel Guedes da Costa, que casou com Mathildes Joaquina da Conceição; Maria,

batizada em 01 de janeiro de 1869 por frei Paulo de Casanova no sítio Taboleiro da Imbira, o que denota que os Guedes da Costa realmente se estabeleceram nas matas de Itabaiana antes da formação do povoado São Paulo (Itabaiana. Livro de batismos nº 15, 1867-1870, p. 97-V); Josina, batizada em 07 de setembro de 1870 pelo frei Paulo de Casanova na Capela do Taboleiro da Imbira, tendo como padrinhos José Antônio de Carvalho Lima e Maria Antônia da Conceição (Itabaiana. Livro de batismos nº 16, 1870-1874, p. 04-V). Constatam também os batismos de Josefa, nascida em maio de 1875, e Anna, nascida em junho de 1876, filhas de Joaquim Guedes da Costa e Maria Pastora da Conceição. A primeira foi batizada em 06 de junho de 1875 e a segunda em 01 de janeiro de 1877 (Itabaiana. Livro de batismos, nº 18, 1874-1877, p. 59-V e 183).

Carregosa (2020) identifica a genealogia dos Guedes da Costa e esclarece,

De Joaquim José Guedes da Costa e Maria Guedes das Virgens tiveram 6 filhos e, no momento do falecimento da matriarca, apenas Margarida Guedes das Virgens era casada com Pedro Correia Barros. Os outros filhos eram: Manoel Guedes da Costa com 16 anos (1856); João Guedes da Costa com 12 anos (1862); Maria Guedes da Conceição com 6 anos (1866); Maria Guedes da Piedade com 5 anos (1867); e Josina Maria das Virgens com 2 anos (1870).

Após a morte de Maria Guedes das Virgens, Joaquim Guedes da Costa se casou com Maria Pastora da Conceição. Desta união advieram os seguintes filhos: Maria Magdalena da Costa (1874); Anna Guedes da Costa (1877); Senhora Maria das Neves (1878); Josefa Guedes da Conceição (1879); Inocência Guedes da Costa (1880); e José Guedes da Costa em (1882).

As famílias Frique do Prado e Guedes da Costa se uniram através do casamento de Manoel Guedes da Costa, filho de Joaquim José Guedes da Costa e Maria Guedes das Virgens, com Mathildes Joaquina da Conceição, filha de Gregório Frique do Prado e de Maria Vitória da Encarnação. Desta união advieram os seguintes filhos: José Gregório da Costa, Maria Joaquina da Costa, Silvina Etelvina da Costa, Maria Izabel da Costa, Izabel da Costa, Izabel da Costa (existiam duas com o mesmo nome), Antônio da Costa, e José Joaquim da Costa.

De Silvina Etelvina da Costa, que casou em 12 de novembro de 1901 com Ornóbio de Aquino e Silva, filho de Thomaz de Aquino e Silva e Clara Linda da Silva (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 56-V, 57), adveio Josefa Cybelle da Silva, que casou em 22 de outubro de 1922, com Edeltrudes de Oliveira Telles, filho de Antônio Teixeira dos Santos e Maria Antônia de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 182).

José Gregório da Costa, filho de Manoel Guedes da Costa e Mathildes Joaquina da Conceição, casou com Joana Maria de Oliveira, filha de José Correia Dantas e Anna Francisca de Oliveira Bastos, cuja descendência e ascendência apresentamos no fragmento genealógico da família Correia Dantas, com referência a partir de Roberto de Moura de Leandros, Margarida de Resendes e Manuel de Moura, este residente em Itabaiana desde 1706, até João Lucas Dantas Barreto, nascido em 18 de maio de 2013, hendecaneto de Roberto de Moura de Leandros e Margarida de Resendes.

O reconhecimento e homenagem aos Guedes da Costa foram dados através da denominação da Escola Municipal Joaquim Guedes da Costa na década de 50 do século XX. Em 01 de março de 1956 foi transferida a cadeira desta escola para o povoado Catuabo, e sua denominação passou para Escola Manoel Bernardo dos Santos.

9 – EMIGDIO DA COSTA

A família Emygdio da Costa aparece no contexto político de Frei Paulo através de Napoleão Emídio da Costa, prefeito do município de Frei Paulo no período de 1936 a 1938 e, Francisco Emídio da Costa, prefeito nos períodos de 1939–1941 e 1944–1946.

Ao destacar os documentos que embasaram a construção desse fragmento foi mantida a grafia utilizada na época, sendo que, no decorrer do tempo o Emygdio passou a ser escrito Emídio, da forma que permanece até os tempos atuais.

O primeiro núcleo identificado se formou da união de Emygdio José da Costa e Ignácia Maria da Conceição, dos quais identificamos o nascimento de Manuel Emygdio da Costa, que casou em 26 de março de 1886 com Cândida Maria de Jesus, filha de Maria Josefa do Espírito Santo (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, 1878-1891, p. 124-V).

De Manuel Emygdio da Costa e Cândida Maria da Costa identificamos os seguintes filhos: Francisco Emygdio da Costa, que casou com Josefa de Oliveira Dantas, filha de José Gregório da Costa e Joana Maria de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 07, 1934-1936, p. 63-V); Antônio, nascido em 20 de abril de 1892; Maria Magdalena dos Passos, casada com Mariano Chagas de Oliveira, filho de Francisco Chagas do Espírito Santo e Senhorinha Maria da Conceição (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 96, 96-V); Napoleão Emygdio da Costa, que nasceu em 30 de julho de 1894 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 02, 1991-1894, p. 121, 121-V); José Emygdio da Costa Sobrinho, que casou em 30 de janeiro de 1911 com Anna Maria do Rêgo, filha de Joaquim José do Rêgo e Rosa Lima das Virgens (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 26); e Ascendino Emygdio da Costa, nascido em 28 de novembro de 1895, que casou em 31 de outubro de 1919 com Anna Vieira Telles, filha de Manuel Barbosa Telles e Maria Vieira de Sousa (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 99, 99-V).

Descende de João Emygdio da Costa e Josefa Maria da Conceição os seguintes filhos: Manuel, nascido em 06 de outubro de 1891; Maria, nascida em 01 de agosto de 1892; Hortência, nascida em 08 de março de 1895 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 03, 1894-1898, p. 17-V); e Josepha, nascida em 15 de dezembro de 1896 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 03, 1894-1898, p. 110-V).

De José Emygdio da Costa e Antônio Maria da Conceição, casados em 22 de novembro de 1889 (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 01, 1886-1897, p. 31) identificamos os seguintes filhos: Manoel, nascido em 03 de junho de 1891; José, nascido em 16 de outubro de 1891; Porfírio, nascido em 17 de fevereiro de 1896; Josepha, nascida em 27 de novembro de 1896; e Francisco Emídio da Costa Sobrinho, que casou em 24 de junho de 1932 com Josefa Francisca da Conceição (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 6, 1929-1934, p. 85-V).

Pelas datas de nascimento e casamento é possível que Manuel Emygdio da Costa, João Emygdio da Costa e José Emygdio da Costa sejam irmãos, sendo todos filhos de Emygdio José da Costa e Ignácia Maria da Conceição.

10 – VIEIRA DE MATTOS – AQUINO E SILVA – ROCHA TRAVASSOS

A história de Frei Paulo traz os nomes de Brás Vieira de Mattos, José Alves Teixeira, Thomaz de Aquino e Silva, Alexandre de Tal e Antônio Telles de Goes como os responsáveis pela vinda dos missionários capuchinhos, e consequentemente, pela construção do marco principal da fundação da cidade, a Igreja Matriz.

Consta no relatório do município de Frei Paulo (São Paulo à época) de 1909 que Brás Vieira de Mattos exercia a profissão de carpinteiro, e ainda, que o mesmo, juntamente com o alferes José Alves Teixeira, Thomaz de Aquino e Silva, Alexandre de Tal e Antônio Telles de Goes ajudaram frei Paulo de Casanova a construir a Capelinha do Jenipapo (ALMANAK LAEMMERT, 1910, ed B 00067, p. 1665/1667).

Em diversos relatos aparece também o nome de Lourenço José da Rocha Travassos como sendo um dos responsáveis pelo surgimento do núcleo urbano que se formou nas matas de Itabaiana.

De fato, estes cidadãos estavam nas matas de Itabaiana quando os capuchinhos se apresentaram através das Santas Missões, e alguns deles chegaram antes e deram início ao povoamento da localidade, e deixaram seus descendentes até os dias atuais.

Lourenço José da Rocha Travassos era membro do partido conservador na vila de Itabaiana e correligionário de Cassimiro da Silva Melo (SEBRÃO, SOBRINHO, 2003, p. 332). Entretanto, não identificamos os ascendentes e descendente nos documentos analisados.

De Thomaz de Aquino e Silva e Clara Linda da Silva, identificamos alguns filhos: Arnóbio Aquino e Silva, que casou com Maria das Virgens de Lyra (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 05, 1923-1929, p. 68); Marcelina Esmeralda da Silva, que casou em 23 de agosto de 1898 com José Sabino da Silva, filho de José Felipe da Cruz e Anna Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 23); Maria Amélia da Silva, que casou em 29 de janeiro de 1901 com Cassimiro de Jesus Brandão, filho de José Pedro de Jesus e Maria Victória de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 41-V); Ornóbio de Aquino e Silva, que casou em 12 de novembro de 1901 com Silvina Etelvina da Costa, filha de Manoel Guedes da Costa e Mathilde Joaquina de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 56-V, 57); e Maria da Glória e Silva, que casou em 08 de janeiro de 1902 com José Antônio de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 61).

Consta a presença de dois homônimos com o nome Brás Vieira de Mattos. O primeiro, casado com Emerenciana, ficou viúvo, e no dia 31 de janeiro de 1888, aos 67 anos contraiu casamento com Cândida Joaquina de Sant'Anna. Da união de Brás e Cândida identificamos os seguintes filhos: Merenciana Vieira de Mattos, nascida em 26 de fevereiro de 1893 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 02, 1891-1894, p. 94-V), que casou no dia 14 de agosto de 1908 com Saturnino Vieira de Mello, filho de Ângelo Tavares de Mello e Maria Francisca de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 189, 189-V); e Maria Vieira de Mattos, que casou em 26 de julho de 1919 com Aurélio Barbosa de Oliveira, filho de Antônio Lino Barbosa e Rita Francisca de Almeida (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 94-V).

O segundo, filho de Guilherme Pereira de França e Maria Martinha da Conceição, casou aos 30 anos de idade, no dia 8 de junho de 1891, com Amélia Rosa de São José, filha de Theófilo Ferreira do Nascimento e Maria Magdalena de São José, (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 01, 1886-1897, p. 48-V). Da união de Brás Vieira de Mattos com Amélia Rosa de São José identificamos os seguintes filhos: Horácio Durval de Matos, nascido em 18 de novembro de 1893 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 02, 1891-1894, p. 101-V) e falecido em 15 de agosto de

1974, que casou em 16 de fevereiro de 1915 com Maria de Oliveira Dantas, filha de Francisco Cornélio de Almeida e Gertrudes de Oliveira Dantas (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 3, 1910 - 1916. p. 133, 133-V); José, nascido em 01 de setembro de 1892; Adolphina Mattos, nascida em 28 de fevereiro de 1897, que casou em 28 de fevereiro de 1920 com Pedro Amâncio Bezerra, filho de Virgínia Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 113); Esther, nascida em 06 de julho de 1895; e Antônio Vieira de Matos, que casou em 08 de dezembro de 1943 com Josefa Teles da Costa, filha de Manoel Teles da Costa e Enedina Teles da Costa (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p. 59).

Pela idade, é razoável inferir que se trate do Brás Vieira de Mattos casado com Emerenciana, o colaborador na construção da capela do Jenipapo, pois o Brás, filho de Guilherme Pereira de França e Maria Martinha da Conceição, contava com apenas sete anos de idade quando frei Paulo e frei David deram início à construção da igreja.

11 – MONTEIRO DE SOUZA – REZENDE – MATOS DANTAS – NUNES DE REZENDE – OLIVEIRAS – GOIS

Alguns núcleos familiares dos Nunes de Rezende e Monteiro de Souza se formaram através dos filhos de Manuel Nunes de Rezende e Maria Rosa de Jesus, de Simeão de Souza Monteiro e Maria Francisca de Jesus, e de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Cândida Maria de Jesus.

Os Rezendes também descendem de militares holandeses que desertaram de seu exército, quando da ocupação de Penedo, e povoavam a região do Baixo São Francisco, como os Feitosas e outros nomes que sofreram, no tempo, corrutelas de suas origens batavas (DANTAS, 1980, p. 32).

Da união de Simeão de Souza Monteiro, nascido em 1820, e Maria Francisca de Jesus, identificamos os seguintes filhos: Fulgêncio de Souza Monteiro, que casou em 20 de junho de 1892 com Anna Francisca da Victória, filha de Eduardo Antônio de Souza e Maria Magdalena do Amor Divino (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 01, 1886-1898, p. 57); Maria, batizada em 05 de setembro de 1858; Hosana Maria de São José, que casou com Venceslau Alves de Oliveira (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, 1878-1891, p. 100-V); Roza Maria de São José, que casou em 03 de outubro de 1883 com Manoel Francisco de Rezende, filho de Francisco Nunes de Rezende e Francisca Maria de Almeida (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, Itabaiana, 1878-1891, p. 84-V); e Rosendo Monteiro de Souza (Sinhoeiro da Batinga).

Simeão de Souza ficou viúvo em virtude do falecimento de Maria Francisca de Jesus e, contando com 69 anos de idade, contraiu casamento no dia 27 de fevereiro de 1889 com Antônia Ritta de Oliveira, filha de Bento Alves de Oliveira e Ana Francisca de Jesus (Itabaiana. Livro de casamentos nº 03, Itabaiana, 1878-1891, p. 108-V). Após, ao ficar viúvo pela morte de Antônia Ritta de Oliveira, contraiu casamento no dia 05 de outubro de 1898 com Maria dos Reis de Souza, filha de Eduardo Antônio de Souza e Maria Magdalena do Amor Divino (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 24).

Simeão de Souza Monteiro era fazendeiro bem-conceituado na vila de Itabaiana, tendo sido membro do Conselho de Intendência de Itabaiana em 1891.

Por sua vez, Francisco Nunes de Rezende (filho de João Nunes Nepomuceno e Izabel Perpétua de Jesus) e Francisca Maria de Almeida (filha de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Domiciana Francisca) são os pais de Manoel Nunes de Rezende. O Tenente Simeão de Souza Monteiro e Maria Francisca de Jesus (filha de Maximiliano José de Souza e Maria José de Jesus) são os pais de Maria Rosa de Jesus.

Da genealogia de Simeão de Souza Monteiro, vamos destacar somente as descendentes de Rosendo Monteiro de Souza (Sinhozinho da Batinga), que casou em 30 de novembro de 1882 com Maria Izabel do Espírito Santo, filha de Eduardo Antônio de Souza e Maria Magdalena do Amor Divino (Itabaiana. Livro de casamentos n° 03, 1878-1891, p. 67-V). De Rosendo e Maria Izabel identificamos as seguintes filhas: Maria Magdalena do Amor Divino (neta) e Izilina Maria de São José.

Da união de Maria Magdalena do Amor Divino (Maria Madalena de Santana quando casada), que casou em 22 de novembro de 1910 com João Antônio de Santana (Janjão de Tertino), filho de Tertuliano José de Santana e Clara Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 03, 1910-1916, p. 22), adveio Alice Oliveira, que casou com Augusto Pereira de Oliveira, filho de Domingos Pereira de Oliveira e Maria da Graça Oliveira, originando o tronco da família Oliveira de Frei Paulo e Ribeirópolis, com uma prole de 12 filhos: José Agnaldo de Oliveira, Agenário Oliveira, Aliete Oliveira, Aderbaldo Oliveira, Aginaldo Oliveira, Alenilde Oliveira, Cosme Oliveira, Damião Oliveira, Alécio Oliveira, Pedro Heribaldo Oliveira, Maria Ilda Oliveira e José Arinaldo de Oliveira, nascido em 04 de maio de 1936 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 25, 1935-1937, p. 71-V).

Izilina Maria de São José vem formar sua família ao lado de José Nunes de Rezende, filho de Manuel Nunes de Rezende e Maria Rosa de Jesus, sendo que, outros núcleos se formaram através dos irmãos de José Nunes de Rezende.

Do casal Manuel Nunes de Rezende e Maria Rosa de Jesus, identificamos os seguintes filhos: Francisco Nunes de Rezende (seu Maroto); José Nunes de Rezende (Zezé de dona Rosa); Anna Francisca de Rezende, que casou com Higino José de Souza (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 03, 1910-1916, p. 21), e após ficar viúva, casou com Alfredo Rodrigues Lima (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 4, 1916-1923, p. 146); e João Nunes de Rezende que casou com Carolina Perpétua de Andrade, (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 58, 58-V).

Nos documentos analisados percebe-se o registro de dados divergentes o que dificulta a identificação das pessoas que compõem determinados núcleos familiares. No registro de casamento de Francisco Nunes de Rezende consta o nome dos pais como sendo Manuel Francisco de Rezende e Maria Rosa de Jesus. Nos registros de casamento de José e João Nunes de Rezende, consta como sendo filhos de Manuel Nunes de Rezende e Maria Rosa de Jesus. O registro de casamento de Anna Francisca de Rezende com Higino José de Souza consta seu nome como sendo Ana Roza de Rezende, e seus pais Manuel Nunes de Rezende e Maria Rosa de Rezende. Por sua vez, nas segundas núpcias de Anna Francisca, consta seu nome corretamente, e o nome dos pais como sendo Manuel Nunes de Rezende e Rosa Francisca de Rezende.

Francisco Nunes de Rezende (seu Maroto) nasceu em 22 de julho de 1887, e casou em 27 de novembro de 1906 com Anna Francisca de Lima (Anna Francisca de Rezende), filha de Antônio Francisco Rodrigues Lima e Cândida Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 167-V); exerceu o mandato de prefeito no período de 14 de março de 1946 a 15 de novembro de 1947. Da união de Seu Maroto com Anna Francisca identificamos os seguintes filhos: Maria Caçula Rezende, que casou em 04 de fevereiro de 1939 com Dernival Barreto de Mendonça, filho de Hilário Rodrigues de Mendonça e Maria da Glória de Mendonça (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 9, 1938-1941, p. 22); Luiz, nascido na localidade Bury no dia 14 de julho de 1922; João Batista de Rezende, que casou em 12 de outubro de 1935 com Laudicéia de Oliveira Dantas, filha de Filomeno de Oliveira Dantas e Luciana Maria de Campos (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 7, 1934-1936, p. 84-V); Rosa Dalva Rezende Rocha, que casou em 09 de dezembro de 1935 com José Francisco da Rocha (Pombo), nascido em 18 de março de 1912, filho de Pedro Celestino da Rocha e Amélia Francisca da Rocha (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 7, 1934-1936, p. 87-V), dos quais adveio a filha Maria Raquel Rezende Rocha

(Frei Paulo. Livro de Batismos nº 25, 1935-1937, p. 93-V)¹⁶; e Maria Nunes de Rezende (nascida em 07 de março de 1917 e falecida em 23 de fevereiro de 2015). Maria Nunes de Rezende (Maria Rezende Góes, nome de casada), que casou com Euclides Góes, nascido no dia 25 de setembro de 1913, filho de Felismino Sótero de Góes e Clara Maria de Jesus.

De José Nunes de Resende (Zezé de dona Rosa), nascido em 10 de maio de 1888, casado com Izilina Maria de São José (Rezende), nascida em 1894, identificamos os seguintes filhos: Corina Rezende Matos, nascida em 19 de janeiro de 1919 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 14, 1917-1919, p. 163-V); Gonçalo Nunes de Rezende (Mudo), nascido na localidade Coité no dia 22 de outubro de 1921, que casou com Josefa Neildes Bezerra, filha de Pedro Amâncio Bezerra e Adolfinha Mattos; Maria Rezende Lima, que casou com Normando Rodrigues Lima, de quem adveio José Celmo Lima, José Senoaldo Lima e José Ednaldo Lima. Ficando viúvo, Normando contraiu matrimônio com Maria Matos de quem adveio Normandinho. Maria de Lourdes de Rezende, que casou em 22 de maio de 1937 com Antônio Resende Lima, filho de João José de Santana e Francisco Xavier de Resende (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 8, 1936-1938, p. 74); José Resende Filho, que casou em 25 de julho de 1943 com Maria Caçula Matos, filha de José Aprígio de Matos e Maria Salomé de Matos (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 10, 1941-1944, p. 51-V); Maria Vandete Rezende, que casou com José Oliveira Dantas, filho de Daniel Oliveira Dantas e Doralice Rodrigues de Oliveira; e Alzira Maria de Resende Gois, que contraiu casamento em 27 de janeiro de 1934 com Francisco José de Goes, filho de Rufino José de Goes e Maria Francisca de Oliveira (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934-1936, p. 3).

As famílias se entrelaçam, e através dos filhos de José Nunes de Rezende e Izilina Maria de São José, os Rezendes formam famílias com os Matos e Gois, que deixaram descendentes até os dias atuais.

Corina contraiu núpcias em 10 de abril de 1937 com Jonas (Jonathas) Matos, nascido em 16 de fevereiro de 1913 e falecido em 11 de maio de 1996, filho de José Aprígio de Matos e Maria Salomé de Matos (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 8, 1936-1938, p. 68), dos quais advieram os seguintes filhos: Gilza Maria de Matos Dantas, Maria Erotildes de Matos da Silva, Gilzélia Maria de Matos Mendonça, Moacir de Matos, Rosalvo Matos, Eulália Matos, Salete Matos, Antônio Matos, José Cláudio de Matos, José Rezende Matos e Luiz Rezende de Matos.

José Aprígio de Matos, da Paróquia de Patrocínio do Coité — Paripiranga — filho de João Antônio de Mattos e Maria Vicência de Mattos, casou em 06 de fevereiro de 1910 com Maria Salomé de Gois, que passou a adotar o nome Maria Salomé de Matos, filha de José Germano de Gois e Francisca Magdalena de Gois (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 5). De José Aprígio e Maria Salomé advieram os filhos: Jonas Matos; Maria Rosa de Matos Dantas, que casou com Jaconias Correia Dantas; Elvira Matos de Jesus, que casou com José Correia de Jesus (Obede); Josefina Matos Dantas, que casou com Isaías Correia Dantas; e Josefa Otacília Matos Dantas, que casou com Josué Correia Dantas.

Com o falecimento de Maria Salomé de Matos, José Aprígio de Matos casou em 04 de outubro de 1948 com Maria Menezes, filha de Antônio Francisco de Menezes e Maria Joaquina Menezes (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p. 35).

Outros núcleos da prole de José Germano de Gois e Francisca Magdalena de Gois se formaram, além daqueles constituídos do entrelaçamento com os Matos.

De José Germano de Gois e Francisca Magdalena do Espírito Santo (de Gois), filha de José

¹⁶ Maria Raquel Rezende Rocha nasceu em 10 de junho de 1936 e faleceu em 05 de agosto de 1994, deixando registrada sua passagem na história de Frei Paulo através da administração da Maternidade Santa Mônica, na função de tesoureira da Prefeitura Municipal de Frei Paulo, e ainda, como decoradora do carro do padroeiro São Paulo durante décadas.

Correia de Brito e Anna Joaquina de Santana (Itabaiana. Livro de casamentos nº 2, 1867-1878, p. 82), constam os seguintes filhos: Maria Salomé de Gois, que casou com José Aprígio de Matos; João Germano de Gois, viúvo de Camilla Lezar de Gois, que casou 06 de novembro de 1897 com Maria Lezar de Sant'Anna, filha de Manoel Domingos de Carvalho e Joana Lezar de Sant'Anna (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 185-V); João Appolinário de Gois, que casou em 16 de fevereiro de 1903 com Camilla Maria de Santana, filha de Manoel Domingos de Carvalho e Joana de Santana (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 88-V); Pedro Germano de Gois, que casou em 22 de novembro de 1910 com Maria Francisca da Silveira, filha de José Rodrigues Sobral e Francisca Mathilde da Silveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 24-V); Joanna Eulina de Gois, nascida em 12 de outubro de 1892, que casou em 12 de fevereiro de 1911 com Aprígio Euclides de Mattos, filho de João Antônio de Mattos e Maria Vicência de Mattos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 44); Martinho Correia de Gois, que casou em 29 de outubro de 1900, com Maria Magdalena Barreto, filha de João Paulo Barreto e Anna Cândida de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 37); e Francisco Correia de Gois, que casou em 30 de setembro de 1906 com Maria Angelina de Mendonça, filha de Gabriel Arcanjo de Mendonça e Coralina Petronila de Mendonça (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 163-V).

Nesse contexto, percebe-se que os Matos advêm da Paróquia de Patrocínio do Coité e foram introduzidos no município de Frei Paulo através dos dois filhos de João Antônio de Mattos e Maria Vicência de Mattos, sendo eles, José Aprígio e Aprígio Euclides, que casaram respectivamente, com duas filhas de José Germano de Gois e Francisca Magdalena de Gois, sendo elas Salomé e Joanna Eulina.

Por sua vez, Manuel Nunes de Rezende é trineto do capitão Francisco Antônio de Carvalho e Dona Josefa Maria da Glória, os quais adquiriram em 1806 as terras que compreende a região do Tabua e da cidade de Carira, que havia sido doada por alvará de 06 de fevereiro de 1765 ao tenente João Paes de Azevedo.

Partindo de Domingo Álvares Pimenta até o nascimento de André Luiz Dantas de Santana, em 26 de dezembro de 1990, e Lumma Dantas de Santana, em 24 de setembro de 1994, constata-se a décima primeira geração das famílias Rezende e Matos no município de Frei Paulo.



Genealogia materna de André Luiz Dantas de Santana, nascido em 26 de dezembro de 1990, e Lumma Dantas de Santana, nascida em 24 de setembro de 1994.

Pais: Ana Maria Dantas e Santana e Edivanildo Lima de Santana.

Avós: Gilza Maria de Matos Dantas/Antônio Daltro Dantas (pais de Ana Maria Dantas) e Manoel Serafim de Santana/Josefa Lima de Santana (pais de Edivanildo Lima de Santana).

Bisavós maternos: Jonas Matos/Corina Rezende (pais de Gilza) e Joaquim Correia Dantas/Ancila Souza Dantas (pais de Antônio Daltro).

Trisavós maternos: José Aprígio de Matos/Maria Salomé de Gois (pais de Jonas Matos) e José Nunes de Rezende/Izilina Maria de São José (pais de Corina). José Correia Dantas/Anna Francisca Oliveira Bastos (pais de Joaquim).

Tetrvós maternos: João Antônio de Mattos/Maria Vicência de Mattos (pais de José Aprígio de Matos) e José Germano de Gois/Francisca Magdalena de Gois (pais de Maria Salomé). Rosendo Monteiro de Souza/Maria Izabel do Espírito Santo (pais de Izilina Maria de São José)

e Manoel Nunes de Rezende e Maria Rosa de Jesus (pais de José Nunes de Rezende); Herculano Correia Dantas/Francisca Thereza de Jesus (pais de José Correia Dantas) e José Cornélio Alves dos Santos/Maria Francisca de Oliveira Bastos (pais de Anna Francisca Oliveira).

Pentavós: José Correia de Brito/Anna Joaquina de Santana (pais de Francisca Magdalena de Gois). Simeão de Souza Monteiro/Maria Francisca de Jesus (pais de Rosendo Monteiro) e Eduardo Antônio de Souza/Maria Magdalena do Amor Divino (pais de Maria Izabel do Espírito Santo); Francisco Nunes de Rezende/Francisca Maria de Almeida (pais de Manoel Nunes de Rezende) e Tenente Simeão de Souza Monteiro/Maria Francisca de Jesus (pais de Maria Rosa de Jesus);

Hexavós: João Nunes Nepomuceno/Izabel Perpétua de Jesus (pais de Francisco Nunes de Rezende) e Antônio Francisco Rodrigues Lima/Domiciana Francisca (pais de Francisca Maria de Almeida); Maximiniano José de Souza/Maria José de Jesus (pais de Maria Francisca de Jesus).

Heptavós: Ana Francisca de Carvalho/Luiz Antônio Rodrigues de Lima (pais de Antônio Francisco Rodrigues Lima); Nicolau Pereira de Almeida/D. Teodósia Angélica de Jesus (pais de Domiciana Francisca); Simeão de Souza Monteiro (1750 – falecido)/Ignácia Francisca de Jesus (pais de Maximiniano José de Souza) e José Custódio da Mota/Micaella Francisca de Jesus (pais de Maria José de Jesus).

Octavô: Capitão Francisco Antônio de Carvalho/Dona Josefa Maria da Glória (pais de Ana Francisca de Carvalho); Francisco Rodrigues Lima/Maria Gonçalves (pais de Luiz Antônio Rodrigues Lima).

Nonavós: Francisca Maria de Oliveira/Capitão Tomé Salgado de Abreu (pais de Josefa Maria da Glória).

Decavô: Domingos Álvares Pimenta (pai de Francisca Maria de Oliveira).



12 – REZENDE GOIS (GOES) – BARBOSA LEAL – SÓTERO GOES

A família Góes ou Gois se une à família Barbosa Leal e vem formar um grande núcleo familiar que desenvolveu a região das Pias, Serra Preta, Barro Amarelo, Juriti, Jiboia, Lagoa Comprida e Juremeira, através do plantio do algodão, milho e da criação de gado.

Da união de José de Góes Rezende e Vicência Maria de Jesus, que se casaram em 29 de janeiro de 1889 (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 01, 1886-1897, p. 25, 25-V) advieram, dentre outros filhos: Maria Eulina de Góes, que casou em 21 de janeiro de 1919, com José Lourival de Mendonça, filho de Gabriel Archanjo de Mendonça e Carolina Petronila de Mendonça (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 76-V); José Gerino de Góes; Epaminondas José de Góes; Josepha Vitalina de Mendonça, que casou em 07 de novembro de 1915 com Francisco Nunes de Mendonça, filho de João Nunes Nepomuceno Netto e Maria Izabel Passos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 140-V); e Germino José de Góes.

Epaminondas José de Góes, casou em 29 de junho de 1915 com Joana Andrade de Mattos, filha de Luiz Antônio de Mattos e Josefa de Mattos Andrade (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 3, 1910-1916, p. 136-V, 137). Desta união advieram: Gileno, nascido em 06 de agosto de 1922 na localidade Pias (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 17, 1922-1923, p. 34-V); Nivalda Goes; Jonas Goes; José Goes; e José de Goes Neto, que casou com Isabel Barbosa dos Santos, filha de Antônio Barbosa dos Santos e Clara Tolentina de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934-1936, p. 86).

A família Gois se une à família Barbosa Leal através do casamento de Germino José de Gois com Antônia Glicéria Leal, filha de José Barbosa Leal e Maria da Conceição Passos.

José Barbosa Leal, nascido em 28 de outubro de 1857, filho de José Barbosa Leal e Antônia Ritta de Jesus, casou em 29 de janeiro de 1882 com Maria da Conceição Passos, nascida em 29 de abril de 1866, filha de Antônio Francisco de Mendonça Passos e Maria Joaquina da Conceição (Itabaiana. Livro de batismos n° 14, 1866-1867, p. 17).

Da união de José Barbosa Leal e Maria da Conceição Passos, identificamos, além de Antônia Glicéria Leal, os seguintes filhos: Anna Barbosa Leal, nascida em outubro de 1882, batizada em 04 de novembro de 1882 (Itabaiana. Livro de batismos n° 22, 1882-1884, p. 55-V), que casou em 27 de novembro de 1900 com Manoel José Telles, filho de Eugênio José Telles e Maria Francisca Teles (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 38); Antônio Barbosa Leal (Totonho Barbosa), nascido em 14 de dezembro de 1884 (Itabaiana. Livro de batismos n° 23, 1884-1886, p. 75), que casou em 30 de julho de 1914 com Esmeralda da Costa Andrade, filha de Liberato da Costa Andrade e Maria Rita de Almeida (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 03, 1910-1916, p. 98-V); Maria, nascida em 22 de outubro de 1886 (Frei Paulo. Livro de Batismo n° 01, 1886-1891, p. 19); José Barbosa de Mendonça (Sinhozinho Barbosa das Pias), que casou em 09 de maio de 1909 com Maria da Glória Nunes, filha de João Nunes Neto e Maria Izabel Nunes (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 193-V); e José Barbosa Leal Filho.

Maria da Conceição Passos faleceu em 26 de setembro de 1911 e José Barbosa Leal faleceu em 07 de agosto de 1917, sendo ambos sepultados na Igreja Matriz de Frei Paulo.

Germino José de Góes, casou em 10 de junho de 1906 com Antônia Glicéria Leal, (Livro de casamentos n° 02, 1898-1910, p. 159-V, 160), constituindo uma prole numerosa: Dionélia; José Barbosa; José Anísio; Adolfo Barbosa de Goes; Josefa Carmelita de Goes, que casou em 04 de março de 1928 com Artur Barboza de Almeida, filho de Olympio Barboza de Souza e Cantidiana Juvina de Almeida (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 05, 1923-1929, p. 168); Arnaldo; Laura; Francisco Arnaldo; Alonso; Antônio; Ana (Donaninha); Marina; Vicência (Dona), nascida nas Pias em 16 de abril de 1922 (Frei Paulo. Livro de Batismos n° 17, 1922-1923, p. 10); José Azael; Antenor; Acrísio; Josefa; Alberto; e Antonino José (GÓIS, 1992, p. 19).

Em 1938, Germino José de Góes, com mais oito filhos, foram morar no Paraná, ficando em Frei Paulo os outros filhos e sua mulher Antônia Glicéria Leal.

Adolfo Barbosa de Goes, filho de Germino José de Góes e Antônia Glicéria Leal concluiu o curso de medicina e se estabeleceu em Londrina no Paraná, notabilizando-se até ser reconhecido Cidadão Honorário de Londrina, com todas as honrarias, das quais, cito algumas palavras proferidas pelo vereador Homero Oguido,

É necessário que se diga que o nosso homenageado não fez fortuna pessoal quando para ele, nos anos de ouro da cafeicultura, apenas bastaria uma boa dose de ambição material para converter-se em um magnata do café. A aplicação profissional e o desprendimento em favor da comunidade pesaram bem mais que os apelos para a fortuna.

E, no entanto, em 25 anos de serviços médicos gerais, milhares e milhares de novos londrinenses foram tirados dos ventres maternos pelas mãos habilidosas do Dr. ADOLFO BARBOSA GÓIS. Amigos mais chegados dizem mesmo que ele é um “pai” desta cidade [...]

Londrina pode se orgulhar de dispor de um dos mais modernos complexos médico-hospitalares de todo o país, com especialistas de renome nacional em todas as áreas da medicina.

Hoje aqui se realizam transplantes de rins, hoje Londrina pode oferecer aos que necessitam as mais delicadas cirurgias do coração, mas nunca se poderá esquecer que a base de todo esse avanço está no trabalho pioneiro da geração de ADOLFO BARBOSA DE GÓIS.

O homem que, em seu meio profissional, dentro da sua atividade, é merecedor do respeito e admiração de seus colegas, há de receber, naturalmente, o tributo de honra de toda a comunidade em que vive...

O medido, o pioneiro, o político, o chefe de família exemplar, fundem-se agora, a partir desta noite memorável para o Legislativo Municipal, em uma só dignificação: Dr. ADOLFO BARBOSA GÓIS, CIDADÃO HONORÁRIO DE LONDRINA. Por mérito e por justiça. (GÓIS, 1992, p. 177/179).

Outros núcleos se formaram através das famílias Sótero de Góes, que se entrelaçam com as famílias Andrade e Nunes Rezende, das quais advieram personalidades ilustres e que marcaram a história de Frei Paulo no século XX.

Belarmino Sótero de Góes, filho de Manoel Sótero de Góes e Maria Joaquina de São José, casou com Gertrudes Maria dos Santos, filha de Antônio Rodrigues dos Santos e Antônia Martia das Virgens (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 01, 1886-1897, p. 61). De Belarmino e Gertrudes identificamos os seguintes filhos: Maria, nascida em 13 de maio de 1894 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 02, 1891-1894, p. 114); Maria, nascida em 29 de agosto de 1895 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 03, 1894 -1898, p. 41-V); e José, nascido em 18 de setembro de 1897.

De Gumercindo de Oliveira Góes, filho de Alfredo José de Góes e Maria Góes, que casou em 10 de novembro de 1940 com Elisete de Andrade Góes, filha de Antônio Joaquim de Andrade e Maria Oliveira Andrade (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 9, 1938-1941, p. 70-V), adveio José Antônio de Andrade Góes, nascido em 11 de fevereiro de 1943 no município de Frei Paulo.

José Antônio de Andrade Góes exerceu o cargo de juiz e encerrou sua carreira como desembargador no Judiciário de Sergipe.

Galvão Filho (2005, p. 36) em sua obra *Expressões do Pensamento Jurídico* registra a expressão “Cada parte deve suportar a verba advocatícia na proporção da sua derrota, bem como recebê-la na medida de sua vitória”. (José Antônio de Andrade Góes, desembargador do TJ/SE).

Da união de Felismino Sótero de Góes, filho de Manoel Sótero de Góis e Maria Joaquina de São José, com Clara Maria de Jesus, filha de Antônio Rodrigues dos Santos e Antônia Maria de Jesus, casados em 11 de maio de 1905 (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 140), identificamos os seguintes filhos: Maria Josefa Góes, que casou em 10 de novembro de 1940 com José Oliveira Filho, filho de José Francisco de Oliveira e Maria Solidade Goes (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 9, 1938-1941, p.144); e Euclides Góes, nascido no dia 25 de setembro de 1913, que casou em 23 de novembro de 1935 com Maria Nunes de Rezende, filha de Francisco Nunes de Rezende e Anna Francisca de Rezende (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934-1936, p. 90), constituindo uma numerosa prole, dentre os quais: Ana Gois, Antônio Gois, Ana Ruth Gois, Ayres Gois, Paulo Gois, Ancelmo Gois¹⁷, José Gois, Euclides Gois Filho, Eurípedes Gois, Irany Gois, Everaldo Gois, Maria Clara Góis e Isabel Gois.

17 Ancelmo de Rezende Gois nasceu em 15 de setembro de 1948 nesta cidade de Frei Paulo. Se notabilizou como jornalista, mantendo atualmente uma coluna no Jornal o Globo. Ancelmo Gois, 70 anos, é, modéstia à parte, sergipano de Frei Paulo, casado com Tina, pai de Antônio e Bia, avô de Carol, Francisco e Rosa. Gosta de carne de sol, carnaval, cuscuz de milho, livros biográficos e suco de umbu. In <https://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo>. Visto em 07 de abril de 2020.



Figura 42 - Casa da Juremeira – 2018

13 – ETTINGER

Gootchaux Ettinger e seu sobrinho Gabriel Lazar Ettinger chegaram por volta do ano de 1880, e se estabeleceram no lugar chamado Queimadas, quando já estava em formação o povoado São Paulo.

É possível afirmar a data de chegada deles, porque em 15 de novembro de 1890, Gabriel fez publicar no Jornal de Sergipe uma nota reclamando de perseguições feitas pelo subdelegado de Pedra Molle, Belmiro da Silveira Goes, onde consta que o mesmo estava estabelecido há 10 anos em matas do Termo de São Paulo.

De Gootchaux Ettinger e Maria da Anunciação de Jesus identificamos os seguintes filhos: Isaac Ettinger; e Maurício Ettinger, que casou em 02 de outubro de 1950 com Zulmira Costa, filha de José Costa de Oliveira e Maria Vitória de Santana (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p. 106).

Da união de Maurício Ettinger e Zulmira identificamos a filha Maria Genny Ettinger, a qual teve uma participação efetiva na Segunda Guerra Mundial, no período de 1943 a 1944, quando exerceu a função de presidente do Centro Municipal da Legião Brasileira de Assistência de Frei Paulo.

14 – TELES BARRETO – TELES DE MENEZES – TELES DA COSTA

Os Telles, Barreto e Menezes tiveram ampla participação no contexto histórico de Frei Paulo desde a sua Emancipação. Contudo, não foi possível ampliar a origem e descendentes de alguns membros por falta de dados remotos e atuais.

No mais, em outros álbuns se encontram encartados alguns núcleos familiares que trazem em seu contexto a presença dos Teles Barreto e Teles de Menezes.

José Telles de Menezes foi escrivão de paz.

Antônio Telles Barreto possuía indústria descaroadora de algodão, açougue e fazenda de criação de gado.

Da união de Manuel Firmino da Costa com Enedina Teles da Costa, identificamos os seguintes filhos: João Teles da Costa, que casou com Erotildes Barbosa Nunes, filha de José

Barbosa de Mendonça e de Maria da Glória Nunes, em 10 de novembro de 1935 (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 7, 1934-1936, p. 87-V, 88). Após ficar viúvo, João Teles da Costa contraiu segundas núpcias com Zélia Silva Teles; Josefa Teles da Costa, que casou com Antônio Vieira de Matos, filho de Brás Vieira de Matos e Amélia Rosa Matos; Cecília Teles, que casou com Décio Tavares, filho de Astério Tavares e Cecília; e Antônio Teles da Costa, que casou em 17 de setembro de 1944 com Creusa Lima, filha de Olavo Lima e Erotildes Cunha Lima (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 10, 1941-1944, p. 100).

João Teles da Costa exerceu o mandato de prefeito de Frei Paulo por três vezes, realizando diversas obras citadas no capítulo do Desenvolvimento Urbano.

15 – ANDRADE – MENEZES

Os Andrade e Menezes instalados nas matas de Itabaiana deixaram vários núcleos familiares que se entrelaçaram deixando descendentes até os dias atuais.

Do casal Militão Zepherino de Menezes, filho de José Manuel Zeferino e Maria Francisca de Jesus, e Maria Deolinda de Menezes, filha de Francisco Dionízio de Oliveira e Maria Francisca de Oliveira (Frei Paulo. Livro de Casamento n° 01, 1886-1897, p. 135-V), identificamos dois filhos: Orestes de Oliveira Menezes, que casou com Maria da Graça Barreto, filha de Dionízio da Cunha Barreto e Maria da Graça Barreto (Frei Paulo. Livro de Casamentos n° 05, 1923-1929, p. 27, 27-V), e Josefa Glória Menezes que casou com Manoel Agostinho de Andrade.

De Manoel Agostinho de Andrade, filho de Agostinho Manuel de Andrade e Maria Isabel de Andrade, que casou em 25 de abril de 1920 com Josefa Glória Menezes (Frei Paulo. Livro de Casamento n° 4, 1916-1923, p. 114), identificamos a origem das famílias de José Menezes de Andrade, Pedro Menezes de Andrade e José Deraldo de Andrade. No assento de casamento Manoel Agostinho consta o nome da nubente como sendo Josefa Glória Menezes, e na certidão de casamento de seu filho, Pedro Menezes, consta o nome Josefa Menezes de Andrade, presumindo ser este o nome adotado ao casar.

José Menezes de Andrade, nascido em 04 de janeiro de 1921 casou com Maria Izelte de Andrade. Do casal advieram os seguintes filhos: Antônio Menezes de Andrade, José Carlos de Menezes, José Jozivaldo de Andrade, e Josefa Cácia Andrade de Oliveira.

Pedro Menezes de Andrade, nascido em 23 de outubro de 1934 (Frei Paulo. Livro de batismo n° 24, 1934-1935, p. 77-V), casou em 19 de dezembro de 1963 com Maria Neraldina de Menezes, filha de Orestes de Oliveira Menezes e Maria da Graça de Menezes, de quem adveio o filho Rogério Menezes de Andrade.

José Deraldo de Andrade casou com Josefa Creuza Dantas de Andrade, filha de Josué Correia Dantas e Josefa Otacília Matos Dantas, dos quais advieram os seguintes filhos: Ediraldo Dantas de Andrade, Crécia Cristina Dantas de Andrade e Kadja Maria Dantas de Andrade.

Outro núcleo que traz o Andrade como patronímico e que marcou a história de Frei Paulo se formou através de José Joaquim de Andrade, nascido em 12 de março de 1849, filho de Manoel Felix dos Passos e Edwírges Duquesa de Mendonça, que casou com Izabel Perpétua de Andrade.

De José Joaquim e Izabel Perpétua identificamos os seguintes filhos: Carolina Perpétua de Andrade, que casou em 30 de abril de 1918 com João Nunes de Rezende, filho de Manuel Nunes de Resende e Maria Rosa de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos n° 04, 1916-1923, p. 58, 58-V); Senhorinha Perpétua de Andrade, que casou com Francisco Alves da Silva Mendonça, filho de João José de Mendonça e Joana Maria Jesus (Itabaiana. Livro de casamentos n° 03,

1878-1891, p. 174); Manoel Joaquim de Andrade, que casou com Maria José dos Santos, filha de Manoel Pereira do Nascimento e Ritta Maria de Jesus (Itabaiana. Livro de Casamentos nº 04, 1891-1904, p. 58); Rita Perpétua de Andrade, que casou em 17 de novembro de 1903 com Antônio Pereira de Andrade, filho de Manoel Pereira de Andrade e Felismina Maria de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 98-V); Anna Perpétua de Andrade, que casou em 20 de setembro de 1908 com José Antônio de Carvalho Lima, filho de João Antônio de Carvalho e Maria Francisca do Sacramento (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 190); Pedro Nunes de Andrade, que casou em 25 de fevereiro de 1911 com Laura Tavares da Silva, filha de Astério Tavares da Silva e Ceciliana Tavares (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 44); Conrado Nunes de Andrade, que casou em 29 de novembro de 1912 com Alzira de Mendonça Telles, filha de Manoel Francisco de Mendonça Telles e Maria da Graça Telles (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 57); e Antônio Joaquim de Andrade, nascido em 15 de abril de 1883, que casou em 15 de maio de 1905, com Maria da Graça Telles, filha de Manoel Francisco de Mendonça Telles e Maria da Graça Telles (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 140-V). Após ficar viúvo, Antônio Joaquim de Andrade, contraiu matrimônio em 09 de fevereiro de 1918 com Maria de Oliveira Lima, filha de Manuel Joaquim de Oliveira e Paula Nunes de Oliveira (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 04, 1916-1923, p. 50-V).

De Antônio Joaquim de Andrade e Maria da Graça Telles, identificamos os seguintes filhos: Antônio Telles de Andrade, que casou em 24 de abril de 1937 com Maria Resende, filha de João Nunes de Resende e Carolina Resende (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 8, 1936-1938, p. 70-V); José Telles de Andrade, que casou em 12 de novembro de 1929 com Edith Soares de Lima, filha de Bernardino Soares de Lima e Juvência Maria de Lima (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p. 196-V); e Diolindo Telles de Andrade, que casou com Corina Cunha Andrade, nascida em 15 de janeiro de 1910, filha de José Francisco da Cunha e Cecília Roza de Jesus.

De Antônio Joaquim de Andrade e Maria Oliveira Andrade identificamos: Rubens Andrade, nascido a 20 de agosto de 1922 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 17, 1922-1923, p. 34-V); e Elisete de Andrade Góes, que casou com Gumerindo de Oliveira Góes.

José Joaquim de Andrade faleceu em 04 de março de 1913 sendo sepultado na Igreja Matriz de Frei Paulo.

Antônio Joaquim de Andrade foi intendente da vila de São Paulo e Rubens Andrade foi prefeito do município de Frei Paulo.

16 – BARRETO GUIMARÃES

A família Barreto Guimarães descende dos casais: Felix Barreto Lima e Ana Josefa de Jesus, e Inocêncio José da Mota e Maria Francisca da Conceição, pais de Serafim Barreto Guimarães e Francisca Maria da Conceição (Itabaiana. Livro de casamentos nº 2, 1867-1878, p. 65).

De Serafim Barreto Guimarães e Francisca Maria, falecida a 05 de novembro de 1898, moradores na localidade Jiboia, descendem os seguintes filhos: Tranquilino Barreto Guimarães, nascido em 30 de junho de 1883 e falecido em 26 de abril de 1942 (Itabaiana. Livro de batismos nº 22, 1882-1884, p. 149); Maria, que casou com Francisco Rodrigues Sobral, filho de Manuel Máximo de Jesus e Maria Rufina de Jesus; Laurinda Maria de Jesus, que casou em 26 de fevereiro de 1900 com Galdino José Sobral, filho de José Gregório Sobral e Maria José de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 34); Feliipe, nascido em 02 de junho de 1886

(Frei Paulo. Livro de Batismo nº 01, 1886-1891, p. 14-V); Manoel, nascido em 12 de maio de 1893 (Frei Paulo. Livro de Batismo nº 02, 1891-1894, p. 83-V); Maria Anna de Jesus, que casou com Tibúrcio Francisco da Cunha, filho de José Martins da Cunha e Maria Libânia de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 03, 1910-1916, p. 97); e Francelina de Jesus, que casou em 11 de fevereiro de 1907 com Manuel Cardoso dos Santos, filho de José Calazans dos Santos e Martinha de Jesus (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 174).

Tranquilino Barreto Guimarães, nascido em 30 de setembro de 1883 (Itabaiana. Livro de Batismos nº 22, 1882-1884, p.149) e falecido em 26 de abril de 1942, contraiu matrimônio em 31 de julho de 1934 com Maria Porphelina de Jesus, filha de João José de Souza e Leopoldina de Souza (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 7, 1934-1936, p. 21).

17 – FERNANDES SILVEIRA

O patronímico Fernandes Silveira se destacou no desenvolvimento urbano e rural do município de Frei Paulo desde o século XIX, através da criação de gado, produção do algodão e da participação ativa no contexto político.

José Fernandes da Silveira, filho de Manoel Fernandes da Silveira e Felismina da Silveira Sobral, casou no dia 9 de julho de 1895, com Maria Elisa de Jesus, filha de Manuel José de Jesus e Joaquina Maria da Conceição, na Matriz de São Paulo (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 01, 1886-1897, p. 101).

De José Fernandes e Maria Elisa identificamos os seguintes filhos: Flora, nascida em 01 de maio de 1896 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 03, 1894-1898, p. 97); Josepha, nascida em 27 de abril de 1897; e Sílvio Silveira, que casou com Mabel de Araújo Cabral, um dos heróis da 2ª Guerra Mundial.

José Fernandes da Silveira foi nomeado membro do Conselho de Intendência da vila de São Paulo em 1890 (O REPUBLICANO. 06 de dezembro de 1891, p. 1).

Embora não tenha sido possível identificar o grau de parentesco de José Fernandes da Silveira com Francisco Fernandes da Silveira, é importante fazer o registro da família de Francisco Fernandes da Silveira e Maria Puresa da Silveira, pois descendem deles alguns membros que se estabeleceram em Frei Paulo.

De Francisco Fernandes da Silveira e Maria Puresa da Silveira advieram os seguintes filhos: Almiro Andrade Silveira, América Silveira, Anete Silveira Martins, Graciema Silveira dos Santos e Antônio Silveira.

América Silveira foi comerciante de tecidos, estabelecida na praça Capitão João Tavares, e ainda, proprietária de um casarão construído na praça São Paulo, que se encontra totalmente preservado e guarnecido por móveis antigos que remontam a meados do século XX.

18 – AMÂNCIO BEZERRA

No final do século XIX, os irmãos Bezerra faziam parte do partido conservador, e exerciam influência na vila de Itabaiana.

José Amâncio Bezerra, filho de Amâncio José da Paixão e Maria Joaquina do Sacramento Bezerra, desde 1875 estava cadastrado como eleitor do quarteirão da Bem Feita e Taquari. Com a Proclamação da República, passa a fazer oposição ao governo interino, estimulando

a animosidade já existente com os liberais, vindo a aumentar o conflito após uma confusão havida entre o mesmo e o sr. Manoel Baptista Itajahy, isto em 1891, quando já ocupava o cargo de intendente da vila de São Paulo.

O Republicano (23 de janeiro de 1890, p. 2) publicou nota dizendo que, em 13 de janeiro de 1890, o governo provisório oficiou José Amâncio dizendo que “ao conhecimento deste governo acaba de chegar o facto de vós, depois da Proclamação da República, tende procurado aconselhar inconvenientemente o povo, para não pagar impostos e cometer actos em opposição ao actual regime”.

A nomeação de José Amâncio para conselheiro da Intendência Municipal de São Paulo se deu em 17 de março de 1891, juntamente com Liberato da Costa Andrade (O REPUBLICANO. 24 de março de 1891, p.1).

Na mesma época, chega ao governo estadual o coronel Vicente Luiz de Oliveira, que passa a contar com o apoio dos irmãos Bezerra (Guilhermino, Antônio e José), ao qual se contrapõe Manoel Baptista Itajahy.

Carvalho (2001) conta que José Amâncio Bezerra exerceu o mandato de deputado estadual no biênio 1898-1899 na vaga do seu irmão Antônio Amâncio Bezerra que teve sua eleição anulada. Contudo, José Amâncio teve seu mandato cassado por ocupar o cargo de intendente municipal, simultaneamente.

Tibério de Amâncio Bezerra, natural de Virgínia Maria de Jesus, casou em 28 de abril de 1907 com Izilina Nery Bezerra, filha de Felipe Nery Santiago e Guilhermina Gonçalves de Lima (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 02, 1898-1910, p. 177-v). Desta união, identificamos os seguintes filhos: Pedro Amâncio Bezerra, que casou em 28 de fevereiro de 1920 com Adolphina Matos, filha de Brás Vieira de Matos e Adélia Rosa de Matos (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 4, 1916-1923, p.113); Elisa Lima Bezerra, que casou em 22 de julho de 1925 com Josias Souza Macêdo, filho de Elias José de Souza e Jovina Senhorinha de Souza (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p.104-V).

De Pedro Amâncio e Adolphina Matos, descende Josefa Neildes Bezerra que casou com Gonçalves Nunes de Rezende (Mudo), filho de José Nunes de Resende (Zezé de dona Rosa) e Izilina Maria de São José.

19 – ROSENDO CERQUEIRA

Do núcleo familiar de Manoel Romão de Cerqueira e Joana Maria de Jesus, adveio João Rozendo de Cerqueira, o primeiro tabelião do público, judicial e notas e escrivão de órfãos e ausentes, da vila de São Paulo, tendo sido nomeado em 21 de agosto de 1890. Em 1910, João Rozendo foi nomeado ajudante de procurador seccional na vila de São Paulo (atual Frei Paulo). Consta ainda, que ele foi o primeiro advogado de Frei Paulo, isto em 1915.

Seu filho, Ariston Cerqueira Passos, advogado atuante, teve uma participação efetiva no contexto cultural do município de Frei Paulo junto com Josias Ferreira Nunes.

De João Rosendo de Cerqueira, filho de Manoel Romão de Cerqueira e Joana Maria de Jesus, casado com Amélia da Costa Cerqueira, filha de Manoel Felix Passos e Veridiana da Costa Passos (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 01, 1886-1897, p. 49), identificamos os seguintes filhos: América, nascida em 22 de junho de 1894 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 02, 1891-1894, p. 123); Arthêmia, nascida em 17 de agosto de 1895 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 03, 1894 -1898, p. 25-V); Irênia, nascida em 30 de julho de 1896 (Frei Paulo. Livro de Batismos nº 03, 1894 -1898, p. 90-V); Américo de Cerqueira Passos, que casou em 24 de abril de 1918

com Idalina de Jesus, filha de Manuel José de Jesus e Joaquina Maria da Conceição (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 4, 1916-1923, p. 57-V); Elvira, nascida em 15 de setembro de 1897; Mauro de Cerqueira Passos, que casou em 21 de janeiro de 1927 com Lionísia Teles Barreto, filha de Dionísio da Cunha Barreto e Maria Teles Barreto (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p.137-V); Anibal de Cerqueira Passos, que casou em 21 de abril de 1929 com Marizete Ramos, filha de Thomaz de Jesus Ramos e Maria Mendes Ramos (Frei Paulo. Livro de casamentos nº 05, 1923-1929, p. 190, 190-V); e Ariston Cerqueira Passos, que casou em 31 de julho de 1950 com Maria Puresa de Jesus, filha de Martiliano Ferreira Lima e Maria Vitória de Jesus (Frei Paulo. Livro de Casamentos nº 12, 1947-1953, p. 101-V, 102).

CAPÍTULO III

O ALGODÃO E O MILHO

No *Tratado descritivo do Brasil de 1587* o sertanista Gabriel Soares de Souza relata que no rio de Ubirapatiba “vem o gentio tupinamba mariscar, por achar por aqueles arrecifes muitos polvos, lagostins e caranguejos; e a pescar à linha, onde matam muito peixe, o qual se navega pela terra adentro mais de três léguas. Deste rio Ubirapatiba a sete léguas está o rio de Sergipe em altura de onze graus e dois terços, por cuja barra com batéis diante costumavam entrar os franceses com suas naus do porte de cem tonéis para baixo, mas não tomavam dentro mais que meia carga, e fora da barra acabavam de carregar com suas lanchas, em que acabavam de acarretar o pau que ali resgatavam com os tupinambás, onde também resgatavam com os mesmos algodão e pimenta da terra” (SOUZA, 2010, p. 61).

Relata Varnhagen (1877, p. 1078) que “das Comarcas das Alagoas e Sergipe, pouco estudadas historicamente, somente podemos assegurar que progredia nos districtos de matas a cultura da cana, e nos agrestes a do algodão”.

Em 1808, nas *Memórias sobre a Capitania de Sergipe*, consta no parágrafo 2º sobre a vila de Itabaiana,

São industriosas as mulheres de Itabaiana; suas grosseiras manufaturas constituem o principal comércio de seus maridos e toda a vantagem de seu país. Levam os itabaianistas para os sertões altos vinte mil varas de pano de algodão, que se reputam em valor metálico dez mil cruzadas.

Com grande trabalho fiam o algodão em uns fusos movidos com os dedos e uma pessoa mal pode fiar no espaço de um dia um quarto de libra. Depois do fiado a dispõem em teias e uma diligente tecedeira desde a manhã até a noite tece libra e meia de fio, ou nove varas no pano de algodão.

Bem se vê que a força das mãos é o patrimônio dos pobres, e que a estes povos faltam todas as máquinas e instrumentos, que facilitam o trabalho e esta é uma das causas de sua pobreza.

Em manufaturas se deviam empregar muitos braços desembaraçados da cultura, pois que grande parte dos terrenos desta vila é árida e estéril, o que ali chamam agreste e só com grande trabalho como sucede em Gênova e Malta podem produzir alguns artigos de lavoura.

É verdade que também há lugares remotos do centro da vila, os quais estão cobertos de espessas matas, que sendo cultivadas podem produzir muitos gêneros de lavoura como fumo e algodão, artigos de grande proveito (SOUZA, 2005, p. 60).

Como explicado nos capítulos que tratam da colonização de Itabaiana e da ocupação das matas, inicialmente, a região itabaianense ia do rio Vaza-Barris à vila de Lagarto, do rio Sergipe à vila de Santo Amaro confinando com o sertão de Jeremoabo.

Portanto, a informação descrita por Souza (2010, p. 61) de que os franceses entravam pela barra e por fora da barra do rio Sergipe para acarretar o pau-brasil que ali resgatavam com os tupinambás, onde também resgatavam com os mesmos o algodão e pimenta da terra, vem mostrar que antes do início da colonização propriamente dita, o algodão na região itabaianense já era cultivado pelos nativos.

Entretanto, é no século XIX que o algodão desponta como o segundo maior produto de exportação da Capitania de Sergipe, sendo a região itabaianense sua maior produtora. A região em que se instalou o município de Frei Paulo era onde mais se produzia.

Em 1855 se registravam também os efeitos da epidemia do cólera que infectou a vila de Itabaiana, dando causa ao aumento da população nas matas de Itabaiana. Em busca de um ambiente mais salubre, as famílias abandonaram o centro da vila e espalharam-se pelas serras que a cercam (BARÃO DE MAROIM, 1856, p. 24).

A epidemia exterminou grande número de cultivadores livres e escravos, levou as famílias a acorrerem para a zona rural à procura de dias melhores, o que não aconteceu, pois seguiram-se dois anos de muita seca, que atingiu toda a produção de cereais e levou à decadência a lavoura do algodão.

Com isso, no período de 1852 a 1859, houve um prejuízo de continuidade na produção agrícola, principalmente, em razão da falta de máquinas, de pessoal, de crédito rural, e de viação terrestre e fluvial para escoamento da produção.

Na década de 60 do século XIX a cultura do algodão foi se expandindo, principalmente na região das matas, para atender a demanda provocada pela crise norte-americana que enfrentava com a Guerra da Secessão, conforme sintetizam Lima Júnior e Freire.

Data de 1860, mais ou menos, o aumento prodigioso de sua população, com a grande cultura do algodão, a oeste da villa, triplicando annos depois, quando a guerra da separação nos estados Unidos, fez subir a 30\$000 a arroba de algodão descaroçado; quando Ettinger, Carneiro, e outros proprietários de serras a baixo, attrahidos pela fascinação do lucro espantoso, estabeleceram-se na Bemfeita, Pedra-Molle e outros sítios hoje pertencentes ao município de São Paulo (LIMA JÚNIOR, 1914, p. 133).

Antes da guerra dos estados Unidos, pode-se dizer que a lavoura de Sergipe restringia-se a açúcar de cana. Em 1864 ativou-se a produção do algodão que constitui hoje o segundo produto da exportação. Esta lavoura localizou-se principalmente nas Mattas de Itabaiana e hoje acha-se bastante desenvolvida. Seu consumo é muito maior, em vista de uma fábrica de fiação já existente. A produção do algodão já reclama o estabelecimento de outras fábricas de tecido (FREIRE, 1977, p. 61).

No relatório da província de março de 1863 consta que a cultura do algodoeiro voltava a se desenvolver, tomando proporções animadoras.

Tenho notícia de que nas mattas de Itabaiana, e nas terras adjacentes as margens do S. Francisco existem bellos algodoais, o preparão-se roçados para nova sementeira no próximo inverno.

Chamo a vossa attenção para a necessidade que há de prover-se de água as populações agrupadas nos algodoais das mattas de Itabaiana.

No inverno, como sabeis, não se sente a falta de água. Mas no verão, precisamente na época da colheita, nem aguas correntes, nem dormentes alli ficão: o sol do estio as vaporiza rapidamente. E muitas famílias, que fixarião sua residência ao pé de suas lavouras se lhe não faltasse um elemento tão indispensável aos diversos usos da vida, abandonão as roças, as quaes voltão de tempos em tempos para fazerem colheitas apressadas, imperfeitas e inoportunas (MENDONÇA, 4 de março de 1863, p. 39).

Chaves (24 de fevereiro de 1864, p. 43) informa que “a cultura do algodão desenvolve-se em larga escala, e promete augmentar notavelmente a riqueza pública e particular da província

[...] Consta-me que em Itabaiana á feiras, em que as transacções de compra e venda do algodão em caroço, entre o comércio e a lavoura, sobem à 6 e 7:000\$000”.

Em 1869, com o aumento da população, já se registrando a presença de várias famílias que se estabeleceram nas regiões produtoras de algodão, a exemplo dos Carvalhos, Rodrigues Lima, Silva Melo, Felix Passos, Carneiro de Menezes, Martins Fontes, Nunes Nepomuceno, Barbosa Leal, Correia Dantas, Guedes da Costa, Alves Teixeira, Pinto Sobral e Teles Barreto, dentre outras, a região começou a receber recursos para desenvolvimento de infraestrutura, como a abertura de um açude, para aliviar os efeitos das secas.

O vice-presidente da província em vista do que lhe acaba de ser ponderado pela Câmara Municipal da Villa de Itabaiana relativamente a falta absoluta de água nas matas onde hoje existe uma grande população que se emprega no plantio e cultura do algodão, falta que actualmente assume extraordinárias proporções [...] por taes considerações resolve o Vice-Presidente marcar a quantia de 1:000\$000 rs. para edificação de um açude no lugar denominado Lagoa do Junco no centro das mattas e nomear, para encarregar-se de semelhante obra, uma comissão composta do Tenente-Coronel Antônio Carneiro de Menezes, Antônio Diniz de Souza Bastos e Antônio Martins Fontes, devendo as despesas serem pagas pela Exatoria de Itabaiana (DANTAS, 02 de dezembro de 1869, p. 8).

Sobre a estiagem e a falta de água na região, Carvalho (2009, p. 155) explica,

A região que já estava bem povoada sofria com a estiagem, levando o governo provincial a procurar combater a falta de água em toda a região com a construção de açudes. Via da Resolução 883, de 5 de maio de 1870, o presidente da província ficava autorizado a despendar com três açudes nas matas de Itabaiana, um na Lagoa do Junco, outro no sítio Riachão e outro no lugar Gibóia, a quantia de 3:000\$000, sendo 1:000\$000 para cada um.

A fertilidade da região das matas de Itabaiana continuou atraindo pessoas de todas as classes, impondo ao presidente o desenvolvimento de ações visando suprir a falta de água na região. Com isso, em 1870 foi autorizada a abertura de novos açudes, desta feita na Lagoa do Junco, Riachão e Jiboia.

Sabeis, Senhores, da fertilidade desta zona, do grande núcleo de população que ali rapidamente se formou, avaliada pelos dados officiaes recebidos, em 34,876 pessoas entre todas as idades; o afan com que para li concorrem pessoas de todas as classes, acenadas pela fortuna de produzirem muito com pouco trabalho de cultura e sem emprego de capitães avultados, algumas d’ellas até abandonando imprevidentemente a plantação da canna, engenhos, etc. pois bem, na Itabaiana, em epochas em que as estações correram favoráveis, as maiores roças (máximo 400 tarefas, tendo a tarefa 625 braças quadradas) chegaram a dar 20:000 arrobas (50 arrobas por tarefa) ao passo que o anno passado colheu-se 5 arrobas em algumas, por tarefa. Quanto ao preço já chegou ali a vender-se o algodão por 5\$000 réis a arroba; presentemente o seu maior valor é de 2\$000 réis (CARDOSO JUNIOR. 03 de março de 1871, p. 87).

Importante destacar que o Jornal Sergipe (21 de setembro de 1882, p. 01) noticiou que nas matas de Itabaiana há sempre abundantes safras de algodão, “correndo boa a estação, há lavradores que apanham em suas roças de 80, 100, 200 e mais tarefas, 2, 4, 8 e 10 mil arrobas de algodão em caroço, e 1, 2 e 3 mil de lan. Entre tanto este trabalho não é feito pelo escravo, e n’ello toma parte também, principalmente, grande número de mulheres e meninos”.

Consta que nessa época, além de várias famílias referidas nos capítulos que tratam da ocupação das matas de Itabaiana, da presença dos capuchinhos e da emancipação política, também fixou residência na região o judeu francês Gootchaux Ettinger.

Segundo notícia dada em 1890 por Gabriel Lazar, o seu estabelecimento em matas do Termo de São Paulo, como negociante e lavrador em grande escala, teria se dado há dez anos, ou seja, em 1880 (FOLHA DE SERGIPE. 15 de novembro de 1890, p. 3).

De acordo com a carta publicada por Gabriel, fica claro que ele e o seu tio Gootchaux Ettinger chegaram à freguesia de São Paulo em 1880, começando no lugar Queimadas a produção de algodão, ajudando ainda a fomentar o desenvolvimento da vila de São Paulo com a indústria de descaroçar algodão.

Em 1897 a vila de São Paulo continuava em ascensão, principalmente em razão de estar classificado como um grande centro da lavoura do algodão, cereais e das fazendas de gado.

Lisboa (1897, p. 141) define São Paulo,

[...] uma villa de grande futuro pelas riquezas agrícolas e mineraes que contém. O território é demasiado fértil, sombreado por abundantes mattas, notáveis por suas excellentes madeiras de construção e espantosa uberidade.

O clima é quente e saudável e o município vasto e rico. É centro de grande lavoura de algodão e de cereais. Tem muitas fazendas de criação, que se recommendam pela sua prolificuidade. O comércio não tem altas proporções, limitando-se ás necessidades locais. Vae, no entanto, se desenvolvendo, sendo de presumir que em breve se torne grande e forte.

Apesar da uberidade da terra, havia a carência de água potável na região, o que dificultava a vida dos freipaulistanos desde o começo da colonização.

Assim, em 1928 o governo da província determinou a construção, na zona mais seca no município de S. Paulo, de um açude, que terá a capacidade para armazenar um milhão de metros cúbicos de água (DANTAS, 1928, p. 72). Os estudos para a construção do açude teve início em 1916.

A Lei Municipal nº 89, de 30 de setembro de 1928, estabeleceu que os terrenos marginais da bacia do açude do Coité, no subúrbio desta cidade, doados a municipalidade pelo Sr. José Rodrigues Sobral, só poderão ser utilizados à medida que forem secando as águas do açude pelo referido doador ou pelos seus sucessores na propriedade.



Figura 43 – Açude do Coité (BARRETO. 1933, p. 370)

Em novembro de 1929 o Conselho Municipal autorizou o intendente a contrair um empréstimo para concluir a obra do açude do Coité. Em julho de 1930 foi proposta pela Intendência da cidade de São Paulo à Inspeção Federal de Obras Contra as Secas a conclusão da obra do açude do Coité.

Em abril de 1933 o açude do Coité foi destruído completamente pelas chuvas, sendo, posteriormente reconstruído.

No século XX, no período de 1958 a 1960 foi construído pela União um açude na localidade Onça, com capacidade para 1.062 m³.



Figura 44 - Açude do Coité – 2020



Figura 45 - Açude da Onça – 2020

Outro entrave ao desenvolvimento da região era a falta de estradas. Assim, desde 1861, a presidência da província identificava como um fator de primeira necessidade a construção de uma estrada de rodagem que ligasse a capital até Laranjeiras, seguindo até Itabaiana e dela correr até Simão Dias, para escoamento da lavoura.

O Jornal do Comércio do Rio de Janeiro (26 de maio de 1877, p. 4), ao tratar da construção da estrada do príncipe do grão-pará, na província de Sergipe, destaca,

E, na verdade, as matas de Itabaiana e Simão Dias forão a nossa terra da promessa durante a crise algodoeira dos estados-Unidos, emigrando para ellas muitos fazendeiros que abandonarão a plantação da canna, estabelecendo alli grande número de machinas a vapor de descaroçar algodão.

A construção da estrada de rodagem de Itabaiana a São Paulo, cujo início se deu em 12 de maio de 1932, foi concluída em 24 de outubro do mesmo ano.

Esta estrada é um trecho da grande via de penetração a oeste de Sergipe que parte de Laranjeiras vai a Itabaiana, S. Paulo, Carira, Bebedouro e Geremoabo com o fim de drenar para o litoral a produção sertaneja e dar combate ao banditismo. Tem 26 quilometros de extensão, 7 metros de largura, rampas máximas de 6%, raios de curvas mínimos de 50 metros, tangentes mínimas de 20 metros, 34 obras d'arte correntes todas em alvenaria e algumas com lastro de madeira de lei (BARRETO. 1933, p. 78/80).



Figura 46 - Estrada de Rodagem Itabaiana a S. Paulo – 1932



Figura 47 - Rodovia Br 235 - 2020

Quanto à estrutura fabril do município, em 1910, a vila de São Paulo contava com 20 usinas de descaroçar algodão (ALMANAK LAEMMERT. 1910, p. 1665/1667):

Antônio Francisco Roiz Lima
Antônio Mathias Andrade
Antônio Ourives Oliveira*
Antônio Tavares de Jesus
Antônio Telles Barreto*
Francisco Alves Portella
Francisco Manoel das Chagas Guedes
Gootchaux Ettinger
João Tavares da Motta*
José Barbosa Leal
José Ferreira Gomes Mello*
José Fernandes da Silveira*
José Cornélio da Fonseca
José Joaquim Oliveira
José Melchíades Vieira
Liberato da Costa Andrade
Manoel das Neves*
Manoel Emygdio da Costa
Paulo Nunes Nepomuceno*
Pedro Rodrigues Lima*

Em 1921 existiam 20 fábricas de descaroçar algodão, sendo que, daquelas existentes na década anterior, oito (*) foram fechadas, surgindo no mesmo período as usinas abaixo nominadas:

Antônio Carlos Borges
Clemente Ferreira da Silva
José Antônio de Oliveira Fraga
José Ferreira dos Santos
José Joaquim de Jesus
Manoel Francisco de Mendonça Telles
Maria Elisa da Silveira
Teodulpho Felipe de Andrade

Importante destacar que o maior produtor de algodão em Sergipe sempre foi as matas de Itabaiana, o que se percebe ao constatar que, em 1915, o município de Itabaiana possuía cinco fábricas de descaroçar algodão, enquanto o município de Frei Paulo contava com vinte.

Apesar disso, o município de São Paulo e sua vila não teve o mesmo desenvolvimento econômico de Itabaiana, o que reclamava Josias Nunes Ferreira ser em razão da inoperância administrativa.

Em 1916 se observava um declínio da cultura do algodão em razão da seca e, principalmente, em decorrência da lagarta rósea que destruiu a lavoura. Nesta época, o município de São Paulo cultivava algodão em 6.000 hectares enquanto Itabaiana cultivava em 1.817 hectares. No ano seguinte, se avaliava que o município de São Paulo iria cultivar em 3.212 hectares e Itabaiana em 1.606 hectares.

Para combater a lagarta rósea, através do Decreto nº 665, de 7 de março de 1918, o governo abriu crédito da quantia de 10:000\$000 e dividiu o estado em duas zonas algodoeiras, uma ao norte e outra ao sul. A zona sul compreendia os municípios de S. Paulo, Itabaiana, Campo do Brito, Annapolis, Lagarto, Riachão, Itaporanga e Estância, tendo sido transferida a sede para a vila de São Paulo em razão da área cultivada no município ser maior do que os demais (VALLADÃO. 1918, p. 6/11).

Em 1928 teve início a montagem da Usina da Sub-Estação Cândido Rodrigues, com máquinas modernas e cujo objetivo do governo era a melhoria na qualidade comercial do algodão de Sergipe, uma vez que atenderia os municípios de S. Paulo, Itabaiana e Campo do Brito (DANTAS. 1929, p. 66).

A Usina da Sub-Estação Cândido Rodrigues começou a funcionar em 18 de fevereiro de 1930, embora ainda não estivesse concluída a construção. O valor orçado para conclusão da obra e instalação do maquinário totalizou a importância de 190:000\$000 (DANTAS. 1930, p. 92).

Em 1931 existiam dezesseis fábricas de descaroçar algodão no município de São Paulo.

Na década de 30, o Sul do país teve uma crise na produção do café, passando a produzir o algodão, que até então era lavoura secundária. Com isso, levando em conta que o sul era mais estruturado do que o nordeste, este perdeu espaço para aquele, e mais uma vez houve um declínio considerável na cultura do algodão.

Em 1937 foram criados os campos de cooperação e distribuídos em quatro zonas, sendo que, a zona central beneficiava nove agricultores nos municípios de Campo do Brito e Frei Paulo.

Oliveira (2018, p. 60) conta que no dia 22 de outubro de 1954 “com o aval dos pecuaristas e comerciantes de Frei Paulo, seu pai, Augusto Pereira de Oliveira, passou a ser o proprietário da Usina Beneficiadora de Algodão Cruzeiro”.

Em 1967, foi fundada a Indústria Descaroçadora de Algodão Cruzeiro de José Arinaldo de Oliveira, em 1972 a Indústria Descaroçadora de Algodão Oliveira de Aderbaldo Oliveira, e em 1984 a J.P. Costa de José Paulo Costa.



Figura 48 - Indústria Descaroçadora de Algodão Oliveira de Aderbaldo Oliveira (desativada) – 2021



Figura 49 - Indústria Descaroçadora de Algodão Cruzeiro de José Arinaldo de Oliveira - 2019



Figuras 50 e 51 - Algodoeiros isolados na fazenda Onça em Frei Paulo – 2021

Com a decadência plena da lavoura do algodão, a zona rural continuou com a criação de gado e substituiu o ouro branco pelo amarelo, com o cultivo do milho em larga escala.

Segundo nota da CNA – Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (2020),

A Federação da Agricultura e Pecuária do estado de Sergipe (Faese) avalia como positivo o resultado da safra do milho de 2019/2020, já que em 2018 a previsão da colheita era de 900 mil toneladas, e só foram colhidas 150 mil toneladas.

“Em 2018 tivemos uma grande estiagem que assolou o estado de Sergipe comprometendo boa parte da nossa produção, mas em 2019 tivemos uma boa safra e a expectativa é manter os números em 2020”, explica o presidente da Faese, Ivan Sobral.

Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), a área plantada foi de 157,3 mil hectares com produção média de 767.384 mil toneladas. Cerca de 90% das áreas produtoras já foram colhidas e a região agreste deverá deter a participação de 74, 85% da produção estadual, seguida pelas regiões do sertão e sul.

Desde 2006, o IBGE divulga dados a respeito da produção de diferentes *commodities* no estado, os referentes à cultura do milho em Frei Paulo são resumidos na tabela abaixo.

Ao observar a tabela, é possível notar o aumento progressivo na área plantada, de 7.500 em 2006 a 16.000 em 2013, tendo mais que duplicado em 7 anos. Considerando que o município possui uma área de 399,178 Km² (aproximadamente 40.000 ha), percebe-se a importância e predominância da cultura na região (Fonte IBGE).

Vale destacar ainda que, em 2018, foram 16.000 hectares de área plantada e apenas 4.800 de hectares de área colhida, cuja produção ficou em 2.940 kg por hectare, totalizando 14.112 toneladas (2018).

Apesar da safra de 2018 não ter sido a esperada, o município de Frei Paulo foi o segundo maior produtor de milho no estado de Sergipe, sendo o município de Simão Dias o maior produtor com 31.620 toneladas.

**Tabela nº 4 – Produção do milho no município de Frei Paulo
(dados do IBGE)**

ANO	Quantidade produzida em toneladas	Área plantada (hectares)	Área colhida (hectares)	Colocação de produção no estado de Sergipe
2006	6.300	7.500	7.500	9º
2007	10.920	9.100	9.100	7º
2008	71.280	12.000	12.000	3º
2009	86.130	14.500	14.500	3º
2010	86.130	14.500	14.500	3º
2011	45.500	13.000	13.000	3º
2012	32.432	13.000	9.100	2º
2013	80.000	16.000	16.000	3º
2014	80.000	16.000	16.000	3º
2015	52.000	16.000	16.000	3º
2016	19.200	16.000	16.000	3º
2017	80.000	16.000	16.000	4º
2018	14.112	16.000	4.800	2º



Figuras 52 e 53 - Roça de milho localizada na localidade Selão - 2020



Figura 54 - Campo de milho e criação de gado na localidade Onça com vista para a serra Redonda – 2020

COMÉRCIO, INDÚSTRIA, FEIRA LIVRE E A FUNDAÇÃO DO POVOADO SÃO PAULO

A fundação do povoado São Paulo foi narrada na sessão de 03 de maio de 1888 na Assembleia Provincial por ocasião da 1ª discussão do projeto nº 50, quando o Sr. Antônio Cornélio da Fonseca pede a palavra para narrar os fatos que deram lugar à criação de uma postura pela Câmara Municipal de Itabaiana, mudando a feira de São Paulo de um para outro quadro do mesmo povoado.

[...] Sabe-se que, de ordinário, os povoados começam por uma feira em cujo quadro tem lugar também a edificação de casas. Foi o que aconteceu no povoado S. Paulo no município de Itabaiana.

Começou ali uma feirinha no quadro, onde mais tarde encheu-se de casas e onde se edificou uma capellinha que actualmente serve de Matriz, uma vez que o dito povoado foi em 1886 elevado à categoria de freguezia. (grifo nosso)

Com o andar dos tempos o povoado de que se trata foi obtendo algum progresso de maneira que houve a necessidade de transferir-se a feira daquele quadro para outro próximo d'elle, porém, mais arejado, maior e em condições mais vantajosas; porque quem tivesse interesses em estar ao pé da feira teria precisão de edificar casas, augmentando, assim, a localidade.

A câmara municipal, a quem foi apresentada uma representação, firmada por grande número de pessoas qualificadas d'aquella freguezia, atestados das autoridades policiaes e respectivo vigário, padre Felismino da Costa Fontes, reclamando e instando mesmo pela transferência da feira; a dita câmara, continua o orador, confeccionou a postura neste sentido, a qual foi aprovada provisoriamente pelo presidente da provincia que, na forma da lei, submeteu seu acto à approvação da assembleia provincial.

Pondera o mesmo deputado que é muito natural que a todas as deliberações em que se altere uma certa ordem de cousas apareçam oposições e contrariedades. Foi o que se deu. Meia dúzia de interessados em que não se transferisse a feira reclamaram contra a postura, para que não fosse aprovada. Reunida a assembleia provincial em 1886, nada deliberou a respeito, como nada havia deliberado em 1885; e somente agora, depois de decorridos trez anos, pois que o parecer anulando o acto da presidência foi lavrado em 13 de abril de 1885, é que veio à luz do dia este parecer, que devia ficar sepultado no pé da secretaria, uma vez que o tempo decorrido foi muito sufficiente para o arrefecimento de desejos contrariados e de paixões inspiradas por sentimentos políticos; tanto assim que os mesmos e os poucos que tanta celeuma levantaram contra a deliberação da camara, estão hoje convencidos de que foi uma necessidade local aquella mudança da feira, de modo que alguns d'entre estes edificaram já suas casas no novo pateo onde se reúne a feira.

Quer acreditar que qualquer que seja a deliberação desta casa no sentido de revogar o acto da presidência que aprovou provisoriamente a postura de que se trata não consultará os interesses d'aquella freguezia; a aludida feira ficará onde está, porque sobre ser o lugar mais próprio é o mais capaz de dar incremento ao adiantamento material d'aquella freguezia, cuja população está satisfeita e bendiz o acto da câmara que concorreu para o progresso da sua freguezia.

Diz o orador que se em 1885 esta illustre assembleia tivesse revogado o acto de que se trata não teria feito tanto mal quanto se quer fazer agora sem se atender que se este parecer teve sua oportunidade de ser aprovado, esta já passou; pode garantir que um dos maiores opositoristas contra a feira, seu parente e amigo, capitão João Tavares da Motta, edificou para si e seu filho, ambos negociantes,

casas no novo quadro da feira, como fizeram outros, e, conseqüentemente, estão todos satisfeitos, tendo ele orador ouvido do mesmo Tavares a declaração de que não se quer envolver mais em questão de feira; pode garantir ainda que o vigário Felismino da Costa Fontes, de família conservadora, aliás exaltada, fez constantes reclamações por escripto e em prédicas para que se mudasse a feira, que sendo defronte da Matriz, muitas vezes o ajuntamento perturbava os officios divinos pela assuada do povo, pela gritaria dos turbulentos e pela aglomeração dos animais em um pateo acanhado; garante ainda que expoz com completa exatidão a verdadeira história da feira de S. Paulo: diz que não sabe, se for revogada a postura de que se trata, o que se fará para executar uma lei repelida por todos; a policia nada poderá fazer, desde que não se intrometerá em questão de mudança de feira por faltar-lhe competência, pertencendo a iniciativa a camara; será mais uma lei para inglez ver; tem, diz o orador, todo o interesse em que a freguezia de S. Paulo prospere, o que é de se esperar, colocada como ela está em um centro agrícola de futuro lisonjeiro; não quer, entretanto concorrer com seu voto para reviver ódios e pequeninas intrigas; tem ali parentes e amigos amantes do trabalho, que merecem viver sossegados e deve acreditar que a assembleia provincial não quererá por sua vez alimentar intrigas aprovando o caduco parecer firmado pela antiga comissão da câmara de 1885. (A REFORMA. 1888, p. 2)

É possível observar, do narrado por Antônio Cornélio da Fonseca, que o povoado São Paulo surgiu primeiramente com a criação da feira livre no quadro onde fica a igreja matriz, antes mesmo da construção desta, que teve início em 1868.

Outro indício de que primeiro houve a criação da feira se verifica no *Relatório da província de 1863*, onde consta a informação que em Itabaiana existem feiras em que as transações de compra e venda do algodão em caroço e entre o comércio e a lavoura, sobem a 6 e 7:000\$000, e ainda, no fato de que havia uma valorização da região que ficava no centro das matas de Itabaiana, através da abertura dos açudes naquela localidade.

A polêmica do local da feira remonta a 1878 quando “o Padre Francisco Antônio de Carvalho, José Tavares da Motta e outros moradores do povoado São Paulo e suas circunvizinhanças, no termo de Itabaiana, pedindo que não seja aprovada pelo governo da província, nem submetida ao conhecimento da assembleia provincial, uma postura da câmara de Itabaiana, mudando a feira que tem lugar naquelle povoado, no dia de domingo, para a 4ª feira” (JORNAL DO ARACAJU. 07 de setembro de 1878, p. 01).

No começo, a feira se realizava no dia de domingo e na praça da Igreja. Depois, foi mantido o dia e passada a feira para a praça do Comércio (atual praça Capitão João Tavares), onde os moradores foram construindo casas e a freguesia foi se desenvolvendo até ser elevada à categoria de vila no ano de 1890. Nesta época, se cogitava sobre a necessidade de realizar mais de uma feira na vila de São Paulo. Entretanto, foi determinado pelo governo do estado Federado que mantivesse somente uma feira na vila.

Attendendo á reclamação que me foi dirigida por diversos negociantes do município de Itabaiana, e no intuito de prevenir conflitos que quase sempre se dão na reunião de feiras, recommendo-vos que façais observar nesse município a disposição constante do acto do dia 12 de outubro do anno passado, da extincta Câmara Municipal de Itabaiana, em virtude do qual nesse município deve apenas existir uma feira na sede da Freguezia, hoje Villa (O REPUBLICANO. 1890, p. 1).



Figuras 55, 56, 57, 58, 59 e 60 - Feira livre – 2019

As primeiras edificações no local denominado Chã do Genipapo foram lançadas por João Tavares da Motta, e se deu no quadro que compreende a praça da matriz, onde se edificaram as primeiras casas, inclusive comerciais. Com a mudança da feira para o quadro que fica na atual praça Capitão João Tavares da Mota, houve uma concentração do comércio naquela localidade, sendo que, um dos primeiros a se estabelecer foi Conrado Tavares, em prédio próprio, com atividade de fazendas a retalho¹⁸, e agente dos Bancos do Brasil, Federal Brasileiro e de Sergipe (BARRETO. 1933).

¹⁸ A denominação de “fazendas a retalho” indicava a casa comercial que vendia tecidos em pedaços (metros ou peso).

O relatório do *Almanak Laemmert* (1910, p. 1665-1667) de 1910 traz o cadastro dos comerciantes e profissões do município de São Paulo (atual Frei Paulo):

Comércio:

Conrado Tavares da Silva.
Liberato da Costa Andrade.
Manoel José Jesus.
Pedro Rodrigues Lima.

Molhados:

Francisco Dionysio Oliveira.
João Rodrigues Mendonça.
José Carlos Borges.
José Francisco da Cunha.
Manoel Carlos Borges.
Manoel José Telles.
Nicolau Antônio Oliveira.

Padarias:

D. Celiciano Tavares da Silva.
José Carlos Borges.

Profissões:

Marceneiro: José Carlos Borges.

Funileiro: Hylário Rodrigues.

Barbeiros: Antônio Alves Teixeira e Joaquim Alves Teixeira.

Carpinteiros: Braz Vieira de Mattos, Francisco Alves Ferreira, Henrique Correia Cavalcanti, João Pacífico de Goes, Manoel Pacífico de Goes e Manoel Zeferino de Menezes.

Ferreiros: Firmino Pereira de Carvalho, Manoel Martins do Nascimento.

Droguistas: Pedro Rodrigues Lima, Francisco Dionísio de Oliveira.

Latoeiros: Firmino Pereira de Carvalho, João José de Oliveira, Francisco Pereira de Carvalho.

Sapateiros: José Antônio Rabello de Moraes, Arnóbio de Aquino e Silva, Sabino José Ferreira.

Agricultores e lavradores:

Antônio Francisco Rodrigues Lima.
Francisco Roberto.
Francisco Martins.
Gootchaux Ettinger.
João Tavares da Motta.
José Fernandes Silveira.
José Joaquim Oliveira.
Manoel Emygdio da Costa.
Paulo Nunes Nepomuceno.
Alexandre da Cunha Barreto.
Alcino Soares.
Antônio Leite Sampaio.
Andrelino Francisco dos Santos.
Antônio Pereira de Carvalho.
Clemente Ferreira.
Francisco Romualdo Barreto.
Francisco Martins.
Francisco Chagas do Espírito Santo.
José Amâncio Bezerra.
João Antônio dos Santos.
José Barbosa Leal Filho.
João de Jesus Barreto.
João Francisco Guedes.
João Cândido.
José Joaquim de Andrade.
José Joaquim de Jesus.
José Goes de Rezende.
José Antônio de Carvalho Telles.
José Francisco da Cunha.
José Correia Dantas.
Martinho de Sousa Freire.
Mecenas Peixoto.
Seraphim Barreto Guimarães.

Criadores:

Antônio Telles Barreto.
João Tavares da Motta.
José Barbosa Leal.
José Francisco da Cunha.
Liberato Costa Andrade.
Antônio Francisco Lima.
Antônio Tavares de Jesus.
Antônio Correia Dantas.
Antônio Leite Sampaio.
Manoel Emygdio da Costa.
Gootchaux Ettinger.
Francisco Romualdo Barreto.
Manoel José de Jesus.
Paulo Nunes Nepomuceno.

Capitalistas:

Antônio José de Oliveira.
Gootchaux Ettinger .
João Tavares da Motta.
José Barbosa Leal.
José Fernandes da Silveira.
José Francisco da Cunha.
José Joaquim Andrade.
Liberato Costa Andrade.

No povoado Mocambo:**Fazendas e molhados:**

José Cornélio da Fonseca.
Tibério Amâncio Bezerra.
Galdino José de Sant'Anna.

As casas comerciais mais importantes em 1933 eram pertencentes as seguintes pessoas:

Cesária Maria de Moraes, estabelecida em 1912 na praça Capitão João Tavares, para a venda de fazendas em retalho e molhados.

José Vicente dos Santos, estabelecido em 1914 na praça Capitão João Tavares, para a venda de molhados e drogas farmacêuticas.

Viúva Celso Silva, estabelecida em 1916 na praça Capitão João Tavares, para a venda de fazendas a retalho.

Francolino Rodrigues Lima, estabelecido em 1917 na praça 7 de Setembro. Era comprador e exportador de algodão e cereais.

Manoel José Telles, estabelecido em 1920 na praça Capitão João Tavares, para venda de fazendas e miudezas.

Josias Ferreira Nunes, estabelecido em 1922 na praça Capitão João Tavares para a venda de molhados e miudezas.

Antônio Rodrigues Lima, estabelecido em 1923 na praça Capitão João Tavares, para a venda de fazendas a retalho.

José Rodrigues Lima, estabelecido em 1924 na praça Capitão João Tavares, para a venda de molhados e ferragens.

Antônio Pereira dos Santos, estabelecido em 1928 na praça Capitão João Tavares, para a venda de molhados, miudezas e ferragens.

José Josias de Andrade, estabelecido em 1928 na praça Capitão João Tavares, para venda de fazendas, chapéus e miudezas.

Pedro Sobral, estabelecido em 1929 na Rua Itabaiana para a venda de molhados.

Abílio Ferreira, estabelecido em 1929 na praça Capitão João Tavares, para a venda de molhados e miudezas.

João Rozendo de Souza, estabelecido em 1931 na Rua Capitão Braz, com padaria e molhados.

Farmacêutico Emygdio da Costa, estabelecido em 1932 na praça Capitão João Tavares no ramo de farmácia.

Germano José de Oliveira, estabelecido em 1932 na praça Capitão João Tavares, para a venda de molhados, ferragens e miudezas.

Diógenes Santos, estabelecido em 1932 na Rua Itabaiana, com atividade de molhados e padaria.

Deolindo Telles de Andrade, estabelecido na Travessa Capitão José Nunes com molhados e padaria.

Dernival Mendonça, estabelecido na praça Capitão João Tavares com molhados e miudezas.

Horácio Durval de Matos, estabelecido na Rua Itabaiana com bar e salão de bilhar.

Em 1932 existia a Pensão dos Viajantes de Modesto Almeida, na praça da Matriz.

Em 1932 a exportação do algodão constituía a principal e mais importante fonte de economia do município de S. Paulo, sendo que também se destacavam a criação e venda de gado. Além disso, produzia cereais, fabricava farinha de mandioca e produzia peles em quantidade considerável (BARRETO, 1933).

Na década de 50 do século XX, surge a Destilaria Ybira, que produzia a Cachaça do Velho Antônio. Também estava em funcionamento a fábrica de beneficiar algodão São José de Francisco José Santos.

Já nas décadas de 60 e 70, são instaladas três indústrias descaroçadoras de algodão, o Supermercado Lima de José Celmo Lima, a Sorveteria Real de Natanel Vieira, a panificação de Gilzélia Maria de Matos, e o primeiro posto de combustíveis, o Posto São José, pertencente a José Onofre Barbosa dos Santos. Destes, apenas o Supermercado Lima e a Sorveteria Real continuam em atividade, sendo que, em 2021 José Celmo Lima vendeu a firma a Ricardo Peixoto.

O Supermercado Lima foi registrado em 30 de junho de 1972, embora seu proprietário, José Celmo Lima, tenha iniciado bem antes suas atividades comerciais na feira livre através da venda de cereais.

A panificação de Gilzélia Matos entrou em funcionamento em abril de 1977 e se destacou por ser a primeira a contar com equipamentos elétricos, conforme esclarece sua proprietária em uma entrevista concedida ao Jornal Ação Jovem,

Esta iniciativa foi tomada depois de um conselho que o gerente da firma que compramos os equipamentos deu a mim e a meu esposo. [...] Desde o momento que recebemos todas as informações sobre o material, nós nos entusiasamos e encomendamos todos os equipamentos. A seguir fomos providenciar a construção do novo prédio. [...] Todo o material, ou seja, equipamento, veio de São Paulo. Chegou em Frei Paulo no início de fevereiro. Custou em média Cr\$ 182.300,00. Os equipamentos são: 1 forno, 1 cilindro, uma modeladora, uma divisora e uma maceira (todos elétricos). [...] Todo o equipamento foi financiado pelo Banco do Brasil, porém o prédio foi despesa nossa. (Jornal Ação Jovem – AJO – Ano III, nº 24, abril de 1977, p. 3)

Em 19 de agosto de 1972 ficou “considerado terreno foreiro, o terreno onde se encontra instalado o posto Esso São José na praça Jackson de Figueiredo, e concedido o direito de posse por tempo indeterminado ao atual proprietário e sucessores” (Lei nº 16/1972).

Em 1977, o empresário Manoel de Carvalho Peixoto adquire o posto de combustível e, posteriormente, constrói o posto São Paulo na entrada da cidade, o qual atualmente pertence a Vilobaldo Dantas do Couto.

Atualmente o município conta com três postos de combustível, sendo dois na cidade e um no povoado Alagadiço.

Na década de 80, o empresário José Arinaldo de Oliveira instalou uma fábrica de café.

No final do século XX Frei Paulo foi contemplada com a instalação da fábrica de calçados Hispana e da Pérola Têxtil, o que impulsionou o desenvolvimento da cidade.

Em 11 de agosto de 2017 foi constituída a empresa Sabor Supremo, de propriedade de Camila Lima de Oliveira, destinada a fabricação de produtos de panificação industrial.

DESENVOLVIMENTO DA ZONA URBANA E SUBURBANA

No começo havia uma concentração maior de moradores no Tabuleiro da Imbira, Gruta Funda, Serra Redonda (em cuja falda está situada a cidade), Chã do Jenipapo, Benfeita e Taquari, o que se deduz através do número de eleitores existentes em 1875 que ensejou na formação dos quarteirões.

Quando se fala em Gruta Funda, entenda-se a região que se avizinha com o Taquari e o Cedro, e que tem a Imbira como porta de entrada. O Tabuleiro da Imbira é também a porta de entrada para chegar no Jenipapo e o lugar que por algumas vezes abrigou o capuchinho frei Paulo nas suas missões.

A Chã do Jenipapo é a região que fica ao centro das matas de Itabaiana, e estava próxima ao Coité e o Galo Assanhado (atual vila São Miguel).

Contudo, segundo já narrado, frei Paulo pretendia construir a igreja na localidade Gruta Funda, mas o alferes José Alves Teixeira doou o terreno para que a igreja fosse erguida no quadrado que se formava próximo ao tanque dos cavalos e o tanque de beber, que também era conhecido por Jenipapo.

Em 1868 era um quadrado que se denominou de praça da Igreja, e logo outras artérias foram surgindo e aos poucos a cidade foi se delineando de forma ordenada.

Consta que Cassimiro da Silva Melo “com a prole, construiu casas, chegando mesmo a comprar outras, como o fez a 31 de dezembro de 1877, para seu filho alferes Aprígio de Melo Resende, a Francisco Teles Barreto do Couto, por 350\$000, a melhor do arraial edificado pelo vendedor na praça da capela, de taipa e telha, com três janelas e uma porta em terreno próprio, um verdadeiro engenho” (SEBRÃO, SOBRINHO. 2003, p. 333).

A identificação do perímetro urbano e suburbano, bem como a denominação das ruas à medida que iam surgindo, facilita a compreensão de como se deu o crescimento urbano de Frei Paulo, e mostra a importância daqueles que tiveram seus nomes denominando os logradouros públicos. Vale destacar ainda o senso de urbanidade e busca pelo bem coletivo de primeiros cidadãos e gestores do município, repercutindo ainda hoje na estrutura bem organizada, com quadras largas e ruas paralelas ou perpendiculares, que dá a Frei Paulo ares de uma cidade

planejada. Essa busca pela melhoria e urbanização da cidade pode ser observada, reiteradamente, nos vários documentos que evidenciam, por exemplo, os gastos em projetos de desapropriação de casas e indenização de terrenos para abertura de ruas, praças e avenidas, bem como nas leis que foram criadas para garantir padronização de calçadas e estrutura dos imóveis e zelar pela limpeza e asseio da cidade.

Contudo, é preciso lamentar que no transcorrer do século XX os gestores foram substituindo os nomes de alguns logradouros, apagando da memória atual os nomes de pessoas importantes no cenário do surgimento e desenvolvimento do município de Frei Paulo, como por exemplo: José Alves Teixeira — dono do terreno onde construiu a igreja; o capitão Manuel Felix, pai de João Tavares da Mota; Astério Tavares, filho de João Tavares da Mota; Francisco Antônio Carvalho Junior — segundo intendente da Villa de São Paulo; capitão Antônio Cornélio da Fonseca, cunhado do governador Felisbelo Freire, e um dos responsáveis pela Emancipação Política do município de Frei Paulo; e José Amâncio Bezerra — intendente no final do século XIX.

Com a elevação da freguesia à condição de villa de São Paulo em 25 de janeiro de 1890, foi organizado e aprovado o Código de Postura, o qual dispõe sobre as casas, praças e asseio em seu Capítulo IV (O REPUBLICANO. 16 de maio de 1890, p. 2):

Art. 4º - Nenhuma casa se edificará, e reedificará nesta villa e seus povoados sem que preceda a licença de alinhamento dado pelo fiscal, devendo ter esta a altura de 17 palmos pelo menos; as portas e janellas 1 metro de largura com 12 palmos de altura, sob pena de multa de 10\$ ou 5 dias de prisão.

§ 1. Os donos ou moradores das casas desta villa são obrigados no mez de dezembro de cada anno, caíarem as frentes e oitões que derem para as ruas, sob pena de multa de 2\$, ou 2 dias de prisão.

§ 2. Serão também obrigados nos domingos a varrerem as frentes das casas e trazerem limpas até a distância de 12 palmos, sob pena de multa de 2\$, ou 2 dias de prisão.

§ 3. Os proprietários das ditas casas, são obrigados nos prazos de seis mezes, contados da publicação desta postura, aprontarem as frentes e oitões, e fazerem calçadas com 10 palmos de largura, sob pena de multa de 10\$, ou 5 dias de prisão, e o dobro na reincidência.

§ 4. É prohibido fazer-se casas nas ruas desta villa, de cumieira para atraz ou deixar as frentes em aberto, sob pena de multa de 10\$, ou 5 dias de prisão, com a obrigação de acabar no prazo de 3 mezes, incorrendo ao dobro da multa não o fazendo.

§ 5. Os logistas e taverneiros são obrigados a limpar diariamente seus pesos, balanças e medidas, sob pena de 5\$ de multa, ou 3 dias de prisão, podendo o respectivo fiscal fazer as correições quando quizer.

§ 6. É prohibido conservasse lixo e imundícies nas ruas, beccos e quintais das casas desta villa, sob pena de multa de 5\$, ou 2 dias de prisão, pena que será imposta aos proprietários ou moradores das ditas casas.

§ 7. É prohibido expressamente a criação de porcos nas ruas e quintais desta villa, ainda mesmo em chiqueiros, com distancia de 200 braças; os quaes forem encontrados serão apprehendidos, e arrematados 24 horas depois, se seus donos não apparecerem para pagar a multa de 2\$ por cada um.

§ 8. Fica do mesmo prohibido os animaes cabrum e lanígero, andarem soltos nas ruas desta villa das nove horas da noite até as 6 horas da manhã. Os que forem encontrados serão apprehendidos, e arrematados as 4 horas da tarde do dia seguinte, se seus donos não apparecerem para pagar a multa de 1\$ por cada um.

§ 9. É proibida a conservação de materiais nas ruas desta villa, por mais de 60 dias, sem licença da intendência, que será dada por 6 mezes, sob pena de multa de 3\$, ou 2 dias de prisão, e o dobro na reincidência.

§ 10. É prohibido fazer-se escavações ou buracos nas ruas e beccos desta villa. O infrator será multado em 2\$, ou 2 dias de prisão.

Nas Leis Orçamentárias para o exercício de 1930 e 1931, existia a disposição e determinação para que as casas construídas na praça Capitão João Tavares, praça Frei Paulo, rua Itabaiana e avenida Sete de Setembro tivessem a frente em platibanda¹⁹, sendo que, os proprietários ficariam isentos dos impostos para edificar ou reconstruir a casa. Ficariam isentos ainda do imposto predial por dois anos.

O *Código de Posturas Municipais* também regulamentava a forma de construção das casas, estabelecendo que a altura das casas que se construíssem teriam dezesseis palmos, pelo menos, da soleira ao frechal, e as portas doze palmos e as janelas oito palmos.

Em 1959 foi aprovado o Projeto de Lei nº 02, proibindo o conserto ou restauração da frente de casas situadas nas praças Capitão João Tavares, da Matriz e Jackson de Figueiredo, mantendo o sistema de ‘cachorros’ e ‘beira e bica’²⁰.

A lei nº 70 de 11 de janeiro de 1926 denominou os seguintes logradouros (Arquivo municipal):

Art. 1º - A praça da Igreja Matriz desta cidade chamar-se-á “praça José Alves”; a praça do comércio: praça João Tavares; a praça da Avenida: Avenida Frei Paulo; a Rua de Itabaiana conservará este mesmo nome; a rua do mamão: Rua Capitão Manuel Felix; a rua do cemitério: “Rua Carvalho Junior”; a do açougue: a “Rua Capitão Braz”; a do hotel: “Rua Capitão Fonseca”; a da lamma: “Rua Capitão Telles”; a travessa do norte: “Travessa Coronel Cassimiro” e a do sul: “Travessa José Nunes”. A nova artéria que se está construindo ao norte, chamar-se-á: “Rua São João”.

Em 31 de maio de 1926, o intendente Conrado Tavares da Silva publicou a Resolução nº 21 desapropriando vários terrenos para o prolongamento e abertura de ruas:

Art. 1º Ficam desapropriados por utilidade pública os terrenos situados no centro das seguintes ruas:

a Rua de São João, a começar na fábrica de beneficiar algodão denominada S. João até encontrar a travessa que vem do Cedro, que tomará desde já o nome de Dr. Graco Cardoso;

b O terreno de José Telles de Menezes, situado entre as casas de Francisco Nunes de Mendonça e D. Cesária Maria de Moraes, para abertura de uma transversal desde a “Rua Capitão Fonseca” a “Rua de São João”, e que tomará o nome de “Major José Amâncio Bezerra”;

c Os terrenos de Francisco Paes Menezes e Francolino Rodrigues Lima, para o prolongamento da Rua Dr. Graco Cardoso, da Rua de Itabaiana, até a entrada do Cedro;

d Os terrenos dos mesmos proprietários citados na alínea “c”, para o prolongamento da Avenida Frei Paulo até encontrar de travessa a Rua Dr. Graco Cardoso.

A Lei nº 82 de 09 de novembro de 1926 deu nova denominação as ruas da cidade:

¹⁹ Platibanda corresponde a uma faixa horizontal que emoldura a parte superior de um edifício ou casa, ao mesmo tempo que esconde o telhado.

²⁰ O sistema de “cachorros” e “beira e bico” é aquele modelo em que o telhado fica exposto.

A Avenida do sul desta cidade fica denominada “Avenida Francisco Sá” (era Avenida Frei Paulo, passou a Avenida Francisco Sá, e atualmente se denomina Avenida José Francisco da Cunha); a praça onde está situada a Igreja matriz desta cidade denominar-se-á “praça Frei Paulo de Caza Nova”; a praça onde se reúne a feira semanal denominar-se-á “praça João Tavares”; a rua nova que nasce na uzina elétrica continua a chamar-se “Rua São João”; a travessa nova aberta entre as casas de Francisco Nunes de Mendonça e D. Cesária Maria de Moraes denominar-se-á “Rua Major José Amâncio Bezerra”; a rua de travessa que nasce na Rua de São João e dirige-se ao sudeste, cortando a avenida “Francisco de Sá” chamar-se-á Rua Dr. Gracho Cardoso; a Rua que nasce na esquina da Intendência e morre na Rua Dr. Gracho Cardoso, continua a chamar-se “Rua Capitão Telles”; a Rua de Itabaiana conservará este mesmo nome; a rua do hotel continua com o mesmo nome de “Rua Capitão Fonseca”; a rua do açougue continua com o nome de “Rua Capitão Braz”; a rua do cemitério continua com o nome de “Rua Carvalho Junior”; as travessas que unem a praça da matriz à praça do commercio continuam a chamar-se “Travessa Coronel Cassimiro” e a do norte “Travessa José Nunes”; a rua que nasce na praça da matriz e segue pela estrada do tanque do Jenipapo, denominar-se-á “Rua José Alves Teixeira” (atual Rua Antônio Joaquim de Andrade); a rua do mamão continua a chamar-se Rua Capitão Manuel Felix (grifo e informação nossa).

Na mesma lei ficou definido que o perímetro urbano da cidade estava constituído pelas praças Frei Paulo e Capitão João Tavares, as Ruas Itabaiana, Capitão Telles, Capitão Fonseca, Capitão Braz, Carvalho Júnior, Avenida Francisco Sá, e travessas José Nunes e Coronel Cassimiro.

No art. 4º da mesma Lei ficou autorizado a mudança do barracão do centro da praça do Comércio para colocá-lo no alinhamento da rua Itabaiana, fazendo uma quadra no lado sul da referida praça, e ainda, a construir no local do atual barracão um jardim público com um coreto no centro.

É possível vislumbrar pela descrição literal da lei, que a praça Capitão João Tavares continuava sendo tratada por praça do Comércio, e que em 1926 o barracão da feira estava construído no centro da praça.

Como já informado na seção que trata do Comércio, Indústria, Feira Livre e a Fundação do povoado São Paulo, a mudança da feira da praça da Igreja para a praça do Comércio (praça Capitão João Tavares) aconteceu no ano de 1885.

Por sua vez, percebe-se que em 1928 estava formada a praça Coronel Manoel Dantas que depois foi denominada de praça Jackson de Figueiredo, onde se instalou a feira em data desconhecida.

Entretanto, levando em consideração que em 1949 foi autorizada a construção do coreto e do monumento em homenagem aos expedicionários, e ainda, que em 1952 foi construído o prédio do talho municipal na praça Jackson de Figueiredo com amplas acomodações, é provável que a feira tenha sido transferida para o local atual no ano de 1949.



Figura 61 - Feira Livre na praça Capitão João Tavares (Barreto,1933)

A Lei nº 89 de 30 de setembro de 1928 deu nova denominação as ruas da cidade:

A praça da matriz - praça Frei Paulo de Caza Nova;
A praça da feira - praça Capitão João Tavares;
A praça nova a leste da cidade – praça Coronel Manoel Dantas;
A rua nova - Rua José Alves Teixeira;
A avenida – Avenida Sete de Setembro;
A Rua de Itabaiana conservará este mesmo nome;
A rua do mamão - Rua Capitão Manuel Felix;
A rua da uzina - Rua Carvalho Junior;
A rua do açougue - Rua Capitão Braz;
A rua do antigo hotel - Rua Capitão Fonseca;
A rua de Pedro Canário – Rua Dr. Gracho Cardoso;
A rua do tanque – Rua Professor Fiapo;
A rua do telégrafo - Rua Capitão Telles;
A rua que nasce na Rua José Alves e vai até a Rua Capitão Telles - Rua Major José Amâncio Bezerra;
A rua que nasce na praça Cel. Manoel Dantas e vai até a Rua Itabaiana – Rua Cel. Hipólito;
A rua que segue da avenida a casa de José Nápoles – Rua Cel. José do Padre;
A rua que nasce na avenida na casa de Francisco Santos – Rua tenente Astério Tavares;
A rua que liga a praça Frei Paulo a praça Capitão João Tavares, do lado sul - Rua José Nunes;
A rua que liga as referidas praças no lado norte - Rua Coronel Cassimiro.

Em 09 de setembro de 1938 as praças, avenidas e ruas foram denominadas da seguinte forma:

A praça da matriz - praça Frei Paulo;
A praça do comércio - praça Capitão João Tavares;
A praça nova – praça Jackson de Figueiredo;
A avenida – Avenida Capitão José da Cunha;
A Rua de Itabaiana conservará este mesmo nome;
A rua nova – Rua São João;
A rua do mamão - Rua Capitão Manuel Felix;
A rua da uzina - Rua Carvalho Junior;
A rua do açougue - Rua Capitão Braz;
A rua do tanque – Rua Professor Fiapo;
A rua do lado norte da Prefeitura - Rua Capitão Telles;
A rua que nasce na Rua São João e vai até a Rua Capitão Telles - Rua Major José Amâncio Bezerra;
A rua de Diogenes – Rua Dr. Gracho Cardoso;
A rua que segue da Avenida Capitão José da Cunha a casa de José Nápoles de Santana – Rua Cel. José Padre;
A rua que nasce na avenida na casa de Francisco Santos – Rua tenente Astério Tavares;
A rua que liga a praça Frei Paulo a praça Capitão João Tavares - Rua José Nunes;
A rua que liga as referidas praças no lado norte - Rua Coronel Cassimiro;
A rua que nasce na praça Jackson de Figueiredo e vai até a Avenida Capitão José da Cunha – Rua Cel. Hipólito;
A rua que liga a praça Capitão João Tavares a Avenida Capitão José da Cunha – Rua Dr. Getúlio Vargas.



Figura 62 - Avenida Sete de Setembro – (Barreto, 1933)



Figura 63 - Avenida José Francisco da Cunha - 2019.

Em 1938, segundo o livro de lançamento de imposto predial da Prefeitura, existiam 558 casas nos seguintes logradouros, dentre os quais destacamos alguns proprietários:

1 – Praça Capitão João Tavares – 49 imóveis

Antônio Correia Dantas
 Prefeitura Municipal
 Antônio Pereira de Carvalho
 Conrado Tavares
 José Grigório da Costa
 Antônio Barbosa Leal
 Sabino Ferreira
 Herdeiros de Antônio Rodrigues Lima
 Hilário Rodrigues de Mendonça
 José Barbosa Filho

2 – Praça Frei Paulo (atual praça São Paulo) – 44 imóveis

Tranquilino Barreto Guimarães
 Gertrudes Correia
 Modesto Almeida
 Idalino de Jesus Barreto
 Antônio Joaquim de Andrade
 Francisco Silveira
 Napoleão Emídio da Costa
 Aprígio Matos
 Ananias de Oliveira Dantas
 José Nunes de Rezende

3 - Rua Capitão José Nunes -18 imóveis

Conrado Tavares
 Joaquim Correia Dantas
 Júlio Gonçalves Dias
 Germínio José de Gois
 Juvêncio José Ferreira
 Filarmônica
 José Joaquim da Cunha
 Abílio Ferreira
 Neném Canário

Aurélio Araújo Carvalho
 Manoel Pereira Carvalho (Nel Pereira casado com Maria Corina Carvalho)
 Antônio Pereira de Carvalho

4 – Rua de Itabaiana – 107 imóveis

Horácio Durval de Matos
 Francisco Nunes de Rezende
 Felismino Sótero de Goes
 Maria Nunes Ferreira
 João Teles da Costa
 Dario Ferreira Nunes
 Domingos José Ferreira
 Firmino Pereira Carvalho
 José Chanô
 Maria da Graça de Rezende

5 – Avenida Sete de Setembro (atual Avenida José Francisco da Cunha) – 92 imóveis

Francolino Rodrigues Lima (Fábrica)
 Germínio José de Gois
 Manoel da Cunha Barreto
 Aprígio Matos
 Jonas Matos
 José Nunes de Rezende
 Euclides Gois
 Francisco Nunes Rezende
 Gentil Correa Dantas
 Manoel Alves Tourinho
 Cecília Cunha
 Daniel Oliveira Dantas
 Antônio Gonçalves Dias
 Júlio Gonçalves Dias
 Francisco José dos Santos

6 – Rua Quinze de Novembro – 30 imóveis

Germínio José de Gois
José Buril de Lunga
Rufino José de Mendonça
Antônio Gonçalves Dias
José Barbosa Filho

7 – Rua Capitão Braz (atual Rua Floriano Peixoto) – 32 imóveis

José Vicente dos Santos
Adelaide Angélica Nascimento
Donozor Ferreira
Elpidio Rodrigues Lima
Adélia Angélica do Nascimento
Antônio Gonçalves Dias
João Nunes de Carvalho
Tallo Municipal
Manoel da Cunha Barreto
Francisco José dos Santos

8 – Travessa Coronel Cassimiro – 10 imóveis

Ana Costa Rêgo
Ananias Correia Dantas
José Alves Neto

9 – Rua Carvalho Junior (atual Rua Quintino Bocaiuva) - 9 imóveis

Andrelino Alves Nascimento
José Canário
Antônio Barbosa Leal
José Barbosa Filho
Miguel Rosendo Lima

10 – Rua Capitão Manoel Felix (atual Rua Benjamim Constant - Beco do mamão) – 13 imóveis

João Correia Dantas
Maria Isabel
Josefa Alves Teixeira
Josefa Maria de Andrade
Mariquinha
João de Salu
Sinhô de Cajuza
João Oliveira Belo

11 – Rua Capitão Teles (atual Rua Marechal Deodoro da Fonseca) – 35 imóveis

Francisco Teles
Sabino da Costa Dantas
Virgílio Francisco dos Santos
Maria Esmeralda Bastos
Maria Cácia de Matos
Horácio Durval de Matos
Cicindo Dobrão

Manoel Carvalho
Joaquim Andrade

12 – Rua São João (atual Rua Barão do Rio Branco) – 49 imóveis

Capela de Orações
José Barbosa de Mendonça
Ananias Correia Dantas
Antônio Barbosa Leal
José da Costa Dantas
Francisco Carlos Borges
Augusto Barbosa
Alice Barbosa
José Nunes de Rezende
José Barbosa Filho

13 – praça Peluche (passou a praça da Bandeira, e atualmente se denomina Avenida Manoel Antônio dos Santos) – 27 imóveis

Liberato da Costa Andrade
Benedito Lima
José Barbosa de Mendonça
José Nestor de Matos
Dusanjos
Manoel Barreto do Couto
Martinha Santos
Felismino São José
José de Deus
Maria das Virgens

14 – Rua Gracho Cardoso – 23 imóveis

Diógenes Santos
Evaristo Pereira
João Oliveira Goes
Antônio Reis
Miguel Almeida
Francisco Ferreira de Sales
João Dias de Oliveira
Manoel Pereira Dórea

15 – Praça Jackson de Figueiredo – 20 imóveis

José Tavares da Mota
Firmino Alves
Pedro Sobral
Cajuza
Francisco Alves Teixeira
Francisco Santos
Filomeno Oliveira
Felinto Santos
Francino Peixoto
Agenor Alves

No povoado Mocambo havia 146 imóveis. Dentre os quais, destacamos os seguintes proprietários:

Constantino Silva

Josefa Nunes

Napoleão Emídio da Costa

Artur Barbosa

Filadelfo Brandão

Manoel Alves Ferreira

José Tavares de Freitas

Jozias Souza

Adolfo José de Souza

Maria Salgueiro

Em 1938, a zona urbana e suburbana desta cidade foi delimitada da seguinte forma (Arquivo municipal):

A zona urbana desta cidade é limitada pelo perímetro seguinte: começa na esquina da Rua Benjamin Constant e segue em linha reta ao canto do cemitério, daí em linha reta ao início da estrada para o Urubu, pouco adiante da praça Jackson de Figueiredo, daí em linha reta a um marco nos fundos das casas da Avenida Capitão José Francisco da Cunha, no prolongamento da Rua Gracho Cardoso, daí paralelamente àquela Avenida até a Rua Floriano Peixoto, daí em linha reta ao início da nova rodovia para Carira, pouco adiante da praça Frei Paulo, daí em linha reta a esquina da Rua Benjamin Constant com a Rua São João onde começou.

A zona suburbana é delimitada pelo perímetro anterior e pela seguinte parte de um marco na estrada de rodagem para Carira, a 400 metros do seu início na praça Frei Paulo, daí em linha reta a um marco na estrada para Malhada Grande, a 300 metros de seu início na praça do Peluche, daí em linha reta a um marco na estrada de rodagem para Aracaju a 400 metros da praça Jackson de Figueiredo, daí em linha reta a um marco na estrada de Itabaiana a 300 metros do canto sudeste do campo de futebol, daí em linha reta a um marco na estrada para o Cedro, a 200 metros de seu início na Avenida Capitão José Francisco da Cunha, daí em linha reta a um marco na estrada para Gruta Funda a 200 metros de seu início, em linha reta ao marco na nova estrada de rodagem para Carira.

Em 1939, ocorreu mais uma mudança na denominação das ruas, passando a rua Capitão Braz para rua Floriano Peixoto, a rua Carvalho Júnior para rua Quintino Bocaiuva, a rua Capitão Telles para a rua Marechal Deodoro, a rua Capitão José Alves para rua Benjamim Constant e a praça Jackson de Figueiredo para praça da Bandeira.

Através do Ato nº 36 de 10 de setembro de 1943, foi denominada de Rua Barão do Rio Branco a antiga Rua São João, por ocasião da comemoração da Independência do Brasil em homenagem ao 'grande estadista, inolvidável brasileiro' (Arquivo municipal – Livro de Atos).

Em 1960, a zona urbana desta cidade foi delimitada da seguinte forma:

Em 1960 a zona urbana da cidade de Frei Paulo partia do posto médico situado na BR-27, segue em linha reta até os fundos do Estádio João Rodrigues Lima; daí em linha reta aos fundos da casa de Maria Senhora, na Avenida Capitão José da Cunha; daí em linha reta pelos fundos da referida Avenida até o lado esquerdo da casa de D. Maria Melquiades dos Santos, na Rua Mestre José Borges; daí em linha reta até o lado direito da casa do Senhor Francisco Xavier

dos Santos, na Rua Floriano Peixoto; daí em linha reta pelos fundos da Travessa Capitão José Nunes e praça São Paulo, até o entroncamento da rodovia velha para Carira com a BR 27; daí em linha reta até os fundos da casa do Senhor Graciliano Bomfim, na Rua Barão do Rio Branco; daí em linha reta pelos fundos das casas da Rua Barão do Rio Branco, até os fundos das casas do antigo Posto Fiscal, na praça Jackson de Figueiredo; daí pelos fundos desta praça até os fundos da casa do senhor Laurindo Mota, na mesma praça; daí em linha reta ainda pelos fundos das casas da praça Jackson de Figueiredo, até o Posto Médico, na margem da BR-27, ponto de partida.

Em 1978 mais alguns logradouros foram denominados, conforme notícia o *Jornal Ação Jovem*,

Segundo a Lei nº 69/78, deste município, ficou denominada praça João Teles da Costa a área de terra situada na frente do clube sesquicentário. Nesta mesma Lei, ainda ficaram denominadas algumas ruas como: Maria de Oliveira Nunes a localizada depois da praça acima mencionada e em alinhamento do Clube; Rua José Rozendo dos Santos a situada depois da Delegacia de Polícia desta cidade; Rua Dr. Mário de Almeida Lobão a situada depois da Gracho Cardoso (*Jornal Ação Jovem – AJO – Ano IV, nº 37, março de 1978, p. 3*).

Em 1986 foi autorizada a aquisição do terreno para a construção da praça que foi denominada governador João Alves Filho, e posteriormente foi construída a Escola Municipal Alice Oliveira (FREI PAULO. Lei nº 140, 1986).

Nos anos de 1984, 1985 e 1986, foi autorizada a aquisição de imóveis para abertura de ruas e urbanização dos logradouros que formaram o bairro Janjão Tertino, cujas ruas foram denominadas de rua Orestes de Menezes, rua Porfirio Nascimento Andrade, rua Horácio Durval de Matos, rua Hilarino Barreto de Mendonça, avenida Napoleão Emídio da Costa, rua Dario Ferreira Nunes, rua Agostinho Custódio de Carvalho, rua Padre João Lima Feitosa, rua Nestor Ferreira de Matos e rua José Nunes de Rezende.

Percebe-se que o bairro Janjão de Tertino, assim denominado em 1984, abrange todo o trecho que segue da rua Padre João Lima Feitosa até a rua Hilarino Barreto de Mendonça, nele incluso a avenida Napoleão Emídio da Costa (BR-235).

Nessa década a urbanização começa a ultrapassar os limites da BR-235, surgindo o conjunto João Ednaldo, a rua José Josivaldo de Andrade e ruas adjacentes ao Parque de Exposição.

O conjunto União foi assim denominado em 1995 (FREI PAULO. Lei nº 250. 23 maio 1995). No mesmo ano foram denominadas as ruas da seguinte forma: rua José Gregório Filho, rua Tereza Matos, rua Francisco Nunes de Rezende, rua Maria Rosa de Matos, rua João Arcanjo de Oliveira, rua Manoel Pereira de Carvalho, rua Eulina Barbosa Dantas, rua Genésio Pereira de Souza e rua Manoel Mendonça Teles.

O conjunto União é fruto de um loteamento doado integralmente às famílias freipaulistas pelo senhor Luiz Carlos Dantas, que tem ascendência nas famílias Correia Dantas, Oliveira Bastos, Guedes da Costa e Frique do Prado.

Nos primeiros anos do século XXI foram construídos o residencial Cônego João Lima Feitosa, residencial Judith Abília e o residencial Carlos Alexandre Costa Dantas, em uma área de terra doada por Luiz Carlos Dantas, através da Associação Comunitária Ananias Alves Ferreira dirigida por Anatécia dos Santos Ferreira e Terianne Maria Santos Ferreira.

Em 1999 foi denominado o conjunto Maria Djalnete Nunes Barreto, que ficou conhecido por conjunto Mutirão.

DESENVOLVIMENTO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS

A medida que a zona urbana do município ia se expandindo, impulsionada pelo desenvolvimento e crescimento da economia rural (fortemente marcada pela cultura do algodão, milho e da pecuária), a estrutura administrativa e de serviços também foi se desenvolvendo a fim de atender às crescentes demandas do município.

Os relatórios e documentos da província e da prefeitura municipal mostram que não houve uma estagnação. Ao contrário, sempre houve de todos os gestores o empenho para construir, ampliar, modernizar e transformar a povoação numa cidade bem planejada e estruturada.

Segundo Laudelino Freire, em seu Quadro Corográfico de 1898,

A villa de S. Paulo, se bem seja de pequenas proporções e sem grande animação, offerece bello aspecto pela sua collocação. Fica a 20 kilometros distante da cidade de Itabaiana para onde mantém maior número de suas communicações commerciaes. As suas ruas, formadas quasi todas de pequenas casas térreas, cortam-se em ângulos rectos, tendo a villa a fôrma quadrangular. Possui alguns sobrados, e como edificios principaes aposam-se a Igreja Matriz e um pequeno cemitério. Tem uma escola publica de instrucção primaria (FREIRE. 1898, p. 108).

Em 09 de abril de 1890 foi criada a Agência de Correio na vila de São Paulo, sendo na mesma data nomeado o cidadão Aristides de Araújo Leite para exercer o cargo de agente. A vila também contava nessa época com a Casa de Prisão (O REPUBLICANO. 07 de maio de 1890, p. 2).

Em 1909, a vila de São Paulo contava com os serviços telegráficos e de correios, tinha a Coletoria Federal e Exatoria Estadual (FREIRE. 1898, p. 56).

Segundo relatório do governo do estado, no triênio 1912-1914 foi construído o mercado público e realizada a reforma do talho de carnes da vila. (VALLADÃO. 1915, p. 112). Logo, percebe-se que o talho de carne foi uma das primeiras obras públicas realizadas na vila de São Paulo.

Por sua vez, Góis (1992, p. 30/31) vem pontuar que, em 1919, Frei Paulo passou a contar com iluminação por lâmpões incandescentes em alguns pontos da vila.

Em 1919, fizera a prefeitura local um avanço civilizado ao instalar, em alguns pontos da cidade, lâmpões de camisinha incandescente, que faziam a combustão total do gás de gasolina de alta octanagem. Era uma luz intensa, sem residuo fuliginoso. [...] Eram somente três, em toda a cidade, apelidados jocosamente, sem contestação e sem maldade, de 'iluminação das autoridades'. Um na frente da entrada principal da casa do cel. Pedro Rodrigues Lima, chefe do partido político situacionista; outro na porta do prefeito municipal; e o terceiro na porta da casinhola da prefeitura.

Através da Lei nº 76 de 2 de julho de 1926, foi autorizado ao intendente firmar um acordo com o cidadão Antônio Carlos Borges para ser montado um gerador do tipo dinamo na usina deste cidadão, a fim de permitir a instalação do serviço de luz elétrica. Importante destacar que a sede municipal, em 1955, contava com 159 ligações domiciliárias e iluminação pública que se estende pelos principais logradouros da cidade (FERREIRA. 1959, p. 309).

Analisando o movimento de receita e despesa dos exercícios financeiros de 1920 e 1923, constatamos que as despesas da vila se resumiam ao quadro de pessoal no total de dez cargos²¹, os gastos com o aluguel do prédio da intendência, do quartel da vila de São Paulo, do povoado Mocambo e de Carira, aluguel da estação de telegráfo, custeio da iluminação a gasolina, asseio e obras públicas, nestas incluídas a manutenção dos tanques da vila e o açude de Mocambo, auxílio para a *Philharmonica Lyra Paulopolitana* (a partir de março de 1921) e ordenado ao mestre de música, e outras pequenas despesas eventuais.

A partir do balancete relativo ao mês de fevereiro de 1923, deixou de constar a despesa com o aluguel do prédio da intendência, o que nos faz concluir ter sido adquirido nesse período o prédio próprio.

O Relatório do Governo vem mostrar que a disposição da Lei nº 76 de 2 de julho de 1926 se tornou efetiva, e Frei Paulo passou a ser provida de luz elétrica.

A receita arrecadada em 1926 totalizou 26:070\$300 e a despesa importou em 25:308\$642. No ano de 1926 foram realizadas as seguintes obras: Instalação de luz eléctrica; asseio dos tanques públicos; aterro na rua Capitão Telles; abertura de dois poços artesianos e desapropriação de diversos terrenos para embelezamento da cidade. As obras projectadas: Mais um poço artesianos, assentamento de um catavento e calçamento da rua Capitão Braz (DANTAS. 1927. p. 101).

Em 05 de julho de 1926 foi autorizada a arborização das praças e ruas, e ainda, a colocação de meio-fio em todas as calçadas das casas a fim de ficar em uma só nivelação, sem degrau de uma para outra.

Em 1927 o município de Frei Paulo arrecadou 32:817\$241 e teve uma despesa de 31:143\$814. Consta a realização de obras e planejamento de outras conforme mensagem apresentada pelo presidente do estado Dr. Manoel Corrêa Dantas,

Obras realizadas – Abertura de um poço artesianos e assentamento de um catavento para o abastecimento d'água á população; reparos na rede de iluminação pública; desapropriação de diversos terrenos para o embelezamento da cidade; aquisição de dois tanques no povoado Carira e limpeza nos tanques da cidade e nos de alguns povoados.

Obras iniciadas – Aterro e nivelamento nas ruas Capitão Braz, Carvalho Junior, Capitão Telles e na avenida Dr. Francisco Sá.

Obras projectadas – Construção de um matadouro e calçamento e arborização da avenida Dr. Francisco Sá (DANTAS. 1928. p. 121).

21 Folha referente ao mês de fevereiro de 1920:

Cargo	Nome	Valor
Intendente	Tibério Bezerra	66.666
Secretário	José Joaquim da Cunha	40.000
Thesoureiro	Juviniano de Jesus Oliveira	40.000
Arquivista	Jovêncio José Ferreira	20.000
Encarregado da iluminação	Antônio Alves	40.000
1º fiscal	Manoel da Silva Mello	30.000
2º Fiscal	Arnóbio de Aquino Silva	25.000
Guarda	Francisco dos Santos	25.000
Porteiro da Intendência	Maximiniano dos Reis	20.000
Mestre de música – Coração de Jesus	Francisco Araújo	50.000

Outra obra que merece destaque foi a construção do matadouro em 1928, essencial para atender as novas demandas do município e sanar problemas ocasionados pela proximidade do antigo matadouro com moradias. De acordo com Gois (1992, p. 57), “Antes de 1920, o curral da matança de bovinos era uma pequena área cercada com muros de tijolos. Fazia divisa com quintais de casas da ala sul da novel alameda inominada daquela região da cidade (atualmente tem o nome de José da Cunha, cidadão importante da localidade onde fora intendente)”.

Na movimentação financeira do exercício de 1928, constatou-se uma receita de 38:316\$756 e uma despesa de 38:183\$806. Constatou-se ainda a realização do abaulamento e arborização nas ruas principais da cidade e o início da construção do açude do Coité (DANTAS. 1929. p. 114).

Em 1929, a arrecadação foi de 34:470\$489 e a despesa totalizou 34:450\$530.

No livro de registro das despesas relativas ao mês de dezembro de 1930, na gestão de José Francisco da Cunha, consta a indenização de terrenos para abertura da avenida 7 de setembro. No mês de janeiro de 1931, consta a compra de material para a construção do prédio da Intendência. No período de fevereiro a maio de 1931, consta a folha de pagamento do pessoal da construção do prédio da Intendência (Arquivo municipal – 1930).

José Nestor de Mattos traz uma descrição da cidade de Frei Paulo (São Paulo à época) no começo da década de 30 do século XX,

No sertão de Sergipe, na base sul do este, de um dos serros desta zona, se divisa um dos panoramas mais lindos que eu tenho visto, como o menor admirador da natureza.

Observando a bacia do rio Salgado, que se eleva lentamente até se perder de vista em harmonia com a abobada celeste, causa admiração ao observador que em qualquer tempo chegue a observar. É nesta base que se ergue a florescente cidade de São Paulo, que sem favor deve ser denominada a princesa do nordeste do estado.

Com um total de 460 casas e uma população de 1984 habitantes, ou 2776 h com os subúrbios (Imbira, Cedro, Genipapo e Chã). Sendo formada por três praças, uma avenida, doze ruas e uma travessa, vendo-se lindos prédios construídos no estilo moderno. O comércio é pequeno porém seguro e composto de dezenove casas, sendo seis lojas de fazendas, doze de molhagens e ferragens e uma farmácia. A indústria está bastante desenvolvida, tendo cinco fábricas de descaroçar algodão, duas padarias, cinco pequenas oficinas de marcenaria, duas oficinas mecânicas, duas tendas de ferreiria, uma de latoeiro, duas sapatarias. A instrução primária está se desenvolvendo bastante. Conta atualmente nove estabelecimentos deste gênero, sendo três estaduais, com a matrícula completa, com uma frequência média de 32 alunos; seis municipais, tendo nas suas matrículas 62 alunos, com a frequência média de 21; dois particulares com a frequência de 15 alunos, um pequeno colégio com a frequência média de dezesseis alunos, garantindo a sua diretora no preparo completo dos seus alunos para matrícula em qualquer estabelecimento secundário do paiz, ensinando pelo método americano; e uma Escola da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo tendo sua matrícula completa e frequência média de 40 alunos. A saúde pública está bem defendida pois conta com dois médicos especialistas, um farmacêutico, uma farmácia, e outra a ser estabelecida.

A cidade de São Paulo composta destes elementos, volve os seus olhos para os poderes superiores mostrando que de tudo carece. O principal problema é a água.

Este precioso liquido sempre falta, porque os tanques públicos são pequenos

para abastecer a população, pior se tornaria se não fosse 38 cisternas particulares que se conta nesta localidade.

Outro problema especial é falta duma rodagem afim de facilitar o transporte de passageiros, e gêneros da sua indústria para capital o que é feito em animais e carros de bois, tornando-o muito moroso em relação ao progresso do século.

O que poderia ser facilitado com a construção do trecho da estrada de Itabaiana a São Paulo, completando assim o projecto de rodagem Laranjeiras – São Paulo.

Outro problema é a seca que está avassalando a nossa terra; a falta de recursos, de trabalho, mostra ao curioso que quase a totalidade da pobreza, vai a feira a procura de trabalho, de saco ao hombro e não encontrando serviço, a tarde volta em piores condições, e ao chegar à casa junto a sua amada esposa e rodeado dos filhos a pedirem-lhes um pedaço de pão, sem ter o miserável com que satisfazer a necessidade dos filhos, todas estas classes soffredoras voltão-se para suas Excias o Senhor Getúlio Dornelles Vargas, Governador provisório do Brasil e o Senhor Augusto Maynard Gomes, digno interventor federal do estado, a fim de em parte suavizar, esta situação (MATTOS. O Paulistano. 31 de maio de 1931, p.2).

Em 31 de dezembro de 1945, o município de Frei Paulo contava com os seguintes bens imóveis: prefeitura municipal, mercado modelo, posto policial, antiga prefeitura, banheiro carapaticida, talho de carne verde, fontes na cidade e tanques nos povoados, curral de matadouro na cidade, depósito para materiais e os barracões de feiras nos povoados.

No balanço anual de 1952 consta que, dentre outras despesas, houve a construção do cine São Paulo, localizado na rua Getúlio Vargas, obra de grande vulto para as parcas possibilidades financeiras do erário municipal. Representou, sem dúvida nenhuma, a intelectualidade da sociedade freipaulistana.

Também foi construído o prédio do talho municipal na praça Jackson de Figueiredo com amplas acomodações e o talho do povoado Alagadiço. Além disso, foi realizada a indenização de prédios para alargamento e urbanização da praça da Matriz do povoado Alagadiço.

Em 1951 a zona urbana contava 17 ruas, com 590 imóveis.

Consta que em 1955 a cidade de Frei Paulo possuía 21 logradouros públicos, dois dos quais inteiramente pavimentados a paralelepípedos, dois parcialmente e 17 sem pavimentação, e três logradouros arborizados (FERREIRA. 1959, p. 310).

Nessa mesma época houve a construção da maternidade e o centro de puericultura, cuja iniciativa foi do Padre João Lima Feitosa.

O prefeito João Teles da Costa realizou várias obras no primeiro mandato (1959/1963), mas o que mais lhe preocupava era trazer a energia elétrica de Paulo Afonso para a cidade e povoados. Até então a cidade era servida por iluminação própria através de gerador.

Assim, através do Decreto Federal nº 663 em 08 de março de 1962, foi outorgado à Prefeitura Municipal de Frei Paulo a concessão para distribuir energia elétrica vinda da hidrelétrica de Paulo Afonso, ficando autorizada a construção da rede de distribuição.

Além das despesas despendidas com recursos do município, o prefeito João Teles da Costa utilizou recursos pessoais no valor de Cr\$ 6.118.569,00 (seis milhões, cento e dezoito mil e quinhentos e sessenta e nove cruzeiros) o qual foi lhe ressarcido pela municipalidade em 30 de dezembro de 1963.

Segundo informação de algumas pessoas da época, João Teles da Costa vendeu uma fazenda para viabilizar os recursos para a instalação da rede de distribuição de energia vinda da hidrelétrica de Paulo Afonso.



Figura 64 – Recibo para ressarcimento do valor em favor de João Teles da Costa

Observando as obras realizadas, percebe-se que nos primeiros anos da década de 70 do século XX houve a construção do clube sessecentenário, a reforma da praça Capitão João Tavares, a construção da Escola Municipal Antônio Joaquim de Andrade no povoado Jacoca e o Centro Educacional Professora Juvina Moreira.

Entretanto, Francisco José dos Santos Neto, em 1976 expõe seu ponto de vista sobre a situação de Frei Paulo, reclamando da falta de cuidado com os jardins e destacando a necessidade de se reformar alguns prédios.

Olhando Frei Paulo atualmente, recordo-me de 5 anos atrás; nada ou quase nada mudou.

Chances Frei Paulo teve de evoluir. O problema é que deixaram passar as oportunidades, entre as quais convém citar:

Um dos senadores do nosso estado deslocou-se de Aracaju para fazer-nos a doação de uma piscina, a qual até hoje não se sabe o porquê da não construção.

Como todos sabem, a nossa cidade brevemente terá uma agência do Banco do Brasil. Comenta-se, porém, que a mesma irá ser transferida para Ribeirópolis. Chegou a vez dos políticos de nossa cidade colocarem um ponto final nisso, tentar (com a vinda do Banco do Brasil) alguma coisa para nossa cidade. Seria interessante tomarem logo as devidas precauções, no sentido de que não haja o que ocorreu anos atrás com a transferência do Banco do Nordeste para Carira.

As nossas praças perderam a beleza que antes predominava entre elas. Chegou a vez da prefeitura conservar aquilo que há tempos atrás era orgulho para todos nós e para os visitantes. As plantas dos nossos jardins estão completamente abandonadas sendo poucas as que resistem.

Temos ainda a Avenida José da Cunha que merecia um calçamento a até quem sabe um asfaltamento, com uma boa iluminação e um cultivo permanente nas árvores.

Quanto ao nosso clube é merecedor de uma reforma geral com inclusive, um auditório na parte superior do prédio.

Como todos sabem existe uma área em frente ao clube, que seria muito bem aproveitada com a construção de uma praça, talvez até com o monumento do nosso fundador Frei Paulo, não faltando uma fonte luminosa e uma placa de

boas vindas aos nossos visitantes, que por incrível que pareça não temos ainda nenhuma; não faltando cuidados especiais indispensáveis a qualquer praça.

Outro local que merece reformas é o nosso campo de futebol, carente de um bom gramado, ampliação geral e outros cuidados essenciais em qualquer campo. (Jornal Ação Jovem – AJO – Ano II, nº 22, dezembro de 1976, p. 1)

A cidade e povoados foram se desenvolvendo continuamente, sendo constatada a data de realização de várias obras, conforme exemplificamos na tabela abaixo.

Tabela nº 5 – Obras Públicas

DATA	OBRA REALIZADA
Agosto de 1920	Iluminação a gasolina da vila de São Paulo.
1926	Instalação de luz elétrica.
1926	Aterro na Rua Capitão Telles.
1926	Abertura de dois poços artesianos.
1926	Desapropriação de diversos terrenos para embelezamento da cidade.
1927	Abertura de um poço artesiano.
1927	Assentamento de um catavento para o abastecimento de água a população.
1927	Reparos na rede de iluminação pública.
1927	Desapropriação de diversos terrenos para o embelezamento da cidade.
1927	Aquisição de dois tanques no povoado Carira e limpeza nos tanques da cidade e nos de alguns povoados.
1927	Aterro e nivelamento nas ruas Capitão Braz, Carvalho Júnior, Capitão Telles e na avenida Dr. Francisco Sá.
Julho de 1927	Ampliação do barracão do mercado do povoado Mocambo.
1928	Serviço e remodelação do curral de Mocambo.
1928	Serviços na Avenida Sete de Setembro.
Outubro de 1929	Construção da Escola da Imbira.
1929	Limpeza no olho d'água da Imbira.
1929	Compra de terreno a Domingos Ferreira para abertura de rua.
1929	Desobstrução da Rua Capitão Hypolito e indenização de pequenas casas.
1930	Transporte de armamentos para a telefonia.
1931	Construção do prédio da Prefeitura.
1931	Indenização de terrenos para abertura da Avenida 7 de Setembro.
1939	Reconstrução do talho municipal.
1939	Aterro da praça Jackson de Figueiredo, Rua Almirante Barroso e Rua Gracho Cardoso.
1941	Piçarra na Rua Itabaiana.
1942 - 1959	Construção do mercado e talho de carne.
1947	Instalação da usina de energia elétrica.
1949	Colocação de meio fio na Rua Itabaiana e calçamento da Travessa José Nunes.
1949	Abertura de crédito em agosto de 1949 para construção do coreto e do monumento em homenagem aos Expedicionários da Segunda Guerra Mundial
1950	Retelhamento na casa da antiga prefeitura.

1951	Abertura da estrada que liga a BR-235 ao povoado Alagadiço.
1952	Construção do prédio do cinema.
1952	Construção do mercado do povoado Alagadiço.
1952	Construção da Escola de Campinas.
1953	Reconstrução do posto médico.
1953	Pavimentação da praça Capitão João Tavares.
1953	Construção dos cemitérios públicos dos povoados Alagadiço e Mocambo.
1956	Construção da Escola do povoado São Mateus.
1955 - 1956	Calçamento da praça Jackson de Figueiredo.
1957	Construção do campo de futebol.
1957	Limpeza do matadouro.
1959	Praça da Matriz – levantamento topográfico para jardinagem e calçamento
1959	Meio fio da rua Marechal Deodoro e da praça São Paulo.
1959	Restauração do coreto e do monumento em homenagem aos expedicionários.
1959	Restauração do prédio da prefeitura e colocação de energia.
1960	Pavimentação da praça da Matriz.
1960	Meio fio da rua Benjamim Constant.
1960	Aquisição de terreno para abertura de mais um trecho da rua Itabaiana.
1961	Arborização da praça Capitão João Tavares e da praça Jackson de Figueiredo
1962	Aquisição de duas tarefas para ampliação da rua Itabaiana.
1962	Aquisição de 10 tarefas entre Rua Itabaiana e a avenida José Francisco da Cunha.
Outubro de 1962	Instalação da energia elétrica de Paulo Afonso em Frei Paulo.
1963	Construção da Escola do povoado Alagadiço – inaugurada em 30 de setembro de 1965 ou 18 de julho de 1965 com a presença do governador.
1963	Meio fio da rua Quintino Bocaiuva.
1963	Meio fio da praça São Paulo e travessa Coronel Cassimiro.
1963	Limpeza do terreno para abertura de rua e da praça João Teles da Costa.
1964 – 1966	Construção da Escola de Mocambo – inaugurada em 1967.
1964	Remodelação do talho do povoado Mocambo.
1964	Reforma do cemitério do povoado Mocambo.
1964	Meio fio e pavimentação da rua Floriano Peixoto.
1964	Abertura da praça nova anexa ao campo (praça João Teles da Costa).
1965	Meio fio da rua Almirante Barroso e da rua Barão do Rio Branco.
1965	Aterro e meio fio da avenida José da Cunha.
1965	Pavimentação da travessa Coronel Cassimiro.
1965	Meio fio da rua nova perto da maternidade.
1966	Ampliação do prédio do cinema.
14/04/1966	Inauguração da água em Frei Paulo com a presença do ministro da Viação e Obras Públicas marechal Juarez Távora.
1967	Construção da casa de farinha da rua Gracho Cardoso e do povoado Alagadiço.
1967	Energia elétrica nos povoados Alagadiço e Mocambo.
1967/1968	Reconstrução da represa de Mocambo.

1967	Pavimentação da rua Gracho Cardoso.
1967	Pavimentação da rua Itabaiana.
1967	Calçamento da pista e construção do jardim na praça São Paulo.
1968	Construção do matadouro.
23/09/1968	Inauguração da agência do Banco do estado de Sergipe.
1968	Construção do muro que contorna o prédio da Prefeitura.
1968/1969/1970	Cascalho e pavimentação da rua Marechal Deodoro.
1968	Compra de terreno para permutar com seu Zequinha para ligar a Avenida José Francisco da Cunha a praça João Teles da Costa.
1968	Construção do posto médico.
1969 – 1970	Construção da Escola do Barro Branco.
1969	Construção da agência de correios e telegráfos.
1969	Construção da central telefônica e implantação do serviço telefônico.
1969/1970	Construção do fórum judiciário.
1969	Serviços no monumento e coreto (colocação de piso).
1971	Construção do clube sessecentenário.
1971	Construção da Escola Municipal Antônio Joaquim de Andrade no povoado Jacoca.
1971	Reconstrução da praça Capitão João Tavares (retirou o monumento).
1975	Limpeza da fonte luminosa.
1975	Construção do Grupo Escolar da rua Barão do Rio Branco (Centro Educacional Professora Juvina Moreira).
1975	Continuação da pavimentação da rua Barão do Rio Branco.
1977 – 1982	Implantação dos serviços telefônicos – Telergipe.
1977 – 1982	Construção da Escola do povoado Queimadas.
1977 – 1982	Inauguração do Banco do Brasil.
1977 – 1982	Pavimentação da rua José Rozendo dos Santos.
1977 – 1982	Restauração e ampliação do matadouro municipal.
1983-1988	Construção da Escola do povoado Lagoa Nova.
1983-1988	Ampliação das Escolas dos povoados Areias, Alagadiço, Mocambo, Coité dos Borges, Barro Branco, Catuabo e do Centro Educacional Jovina Moreira localizado na sede do município.
1983 – 1988	Implantação do sistema de abastecimento de água do Rio São Francisco – DESO na cidade e nos povoados Alagadiço e Mocambo.
1983 – 1988	Construção do centro de convivência para idosos.
1983 – 1988	Reforma do estádio João Rodrigues Lima.
1983 – 1988	Reforma do clube sessecentenário e construção do balneário.
1983 – 1988	Construção da Creche Maria do Carmo vilaça.
1983 – 1988	Arborização e pavimentação da praça João Teles da Costa.
1983 – 1988	Construção de lavanderias públicas na sede do município e nos povoados Alagadiço e Mocambo.
1983 – 1988	Construção do posto de saúde no povoado Catuabo.
1983 – 1988	Pavimentação de ruas na sede, povoados Mocambo e Alagadiço.

1983 – 1988	Construção do conjunto habitacional João Ednaldo.
1983 – 1988	Construção do conjunto habitacional “Maria Djalnete Nunes Barreto”, que atualmente ficou conhecido por conjunto Mutirão.
1983 – 1988	Pavimentação, saneamento básico e iluminação da avenida José da Cunha.
1983 – 1988	Construção do parque de exposição Manoel Vivaldo ²² .
1983 – 1988	Construção de casas de farinha nos povoados Serra Redonda, Coité dos Borges, Alagadiço, Serra Preta, Lagoa Nova, Areias e Jacoca, e ainda, na localidade Chã, zona urbana da cidade.
1983 – 1988	Construção da capela do cemitério dos povoados Mocambo e Alagadiço.
1983 – 1988	Construção de campo de futebol no povoado Alagadiço.
1989 – 1993 1997 – 2000	Pavimentação de ruas na sede, povoados Mocambo e Alagadiço.
1989 – 1993 1997 – 2000	Recuperação e ampliação do Matadouro Municipal.
1989 – 1993 1997 – 2000	Eletificação rural dos povoados Saquinho, Areias, Lagoa Nova e na Imbira.
1989 – 1993 1997 – 2000	Construção do posto médico do povoado Mocambo.
1989 – 1993 1997 – 2000	Construção do posto médico do povoado Alagadiço.
1989 – 1993 1997 – 2000	Construção do posto médico do povoado Catuabo.
1989 – 1993 1997 – 2000	Construção do conjunto habitacional Euclides Gois.
1989 – 1993 1997 – 2000	Construção do conjunto habitacional Maria Oliveira.
1989 – 1993 1997 – 2000	Reforma da praça São Paulo.
1993 - 1996	Construção da Escola Municipal Cônego João Lima Feitosa.
1993 - 1996	Pavimentação de ruas na sede e povoados.
2001-2004	Reforma das praças João Teles da Costa, São Paulo e Capitão João Tavares.
2001-2004	Reforma da Prefeitura Municipal.
2005-2008	Construção da Escola Municipal Alice Oliveira na sede do município.
2005-2008	Aquisição da parte superior do Banco do Brasil para instalação da Secretaria Municipal de Educação.
2009 – 2016	Reforma das praças São Paulo e Capitão João Tavares.
2009 – 2016	Construção da Clínica da Família Cônego João Lima Feitosa no espaço da Maternidade Santa Mônica.
2009 – 2016	Reestruturação da praça João Teles da Costa e construção da praça da Juventude.
2009 – 2016	Reconstrução do Clube Sesquicentenário.
2009 – 2016	Construção do Centro de Convenções.
2009 – 2016	Construção das Escolas José Istarel de Almeida e Bernadete dos Santos.
2009 – 2016	Construção do estádio Jairton Menezes de Mendonça.
2009 – 2016	Construção da praça de Eventos na praça Jackson de Figueredo.

22 O Parque de Exposição foi construído em um terreno doado pelos senhores Daniel Paixão dos Santos, Manoel Vivaldo, Vanderlei Ferreira de Matos e Antônio Martins Silveira, conforme Lei n° 139 de 17 de março de 1986.

2009 – 2016	Pavimentação asfáltica nas ruas do centro da cidade.
2017 – 2020	Construção do CRAS – Centro de Referência da Assistência Social.
2017 – 2020	Construção do Posto Médico no povoado Serra Redonda.
2017 – 2020	Construção do Posto Médico no povoado Areias.
2017 – 2020	Pavimentação asfáltica da estrada que liga a cidade de Frei Paulo ao povoado Serra Redonda, denominando Acesso Zé das Canas.
2017 – 2020	Construção do monumento em comemoração ao 1º Centenário de Elevação da vila à cidade.
2017 – 2020	Pavimentação de ruas na sede e nos povoados.
2017 – 2020	Construção da praça do povoado Barro Branco.
2017 – 2020	Construção do canteiro na frente do cemitério de Frei Paulo.
2017 – 2020	Construção do canteiro central e jardinagem no conjunto Cônego João Lima Feitosa.
2017 – 2020	Construção da pedra do mercado do povoado Alagadiço.
2017 – 2020	Recuperação do cemitério do povoado Alagadiço.
2017 – 2020	Reforma da praça da Matriz no povoado Alagadiço.
2017 – 2020	Construção da praça da entrada do povoado Mocambo.
2017 – 2020	Reforma do mercado do povoado Mocambo.
2017 – 2020	Construção da praça do povoado Serra Preta.
2017 – 2020	Construção da quadra de esporte no povoado Areias.
2017 – 2020	Construção da quadra de esporte no povoado Serra Preta.

CAPÍTULO IV

EMANCIPAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA

A cultura popular diz que a formação da cidade de Frei Paulo teve início no dia 25 de janeiro de 1868, quando foi colocada a primeira pedra da capela. Este fato já foi desmistificado anteriormente, no Capítulo que trata da presença dos capuchinhos no município e da Feira Livre.

Em relação à denominação Chã do Jenipapo, se atribui popularmente que foi em razão dos jenipapais ali existentes. É bem verdade que, dentre tantas outras árvores que dão frutos, desde a colonização, o jenipapo era amplamente produzido em todo o território sergipano e não somente na região das matas de Itabaiana, e se destacava pelas inúmeras propriedades.

Souza (2010, p.188) ao descrever os frutos e árvores existentes no Brasil no século XVI explica que “o jenipapo é uma árvore que se dá ao longo do mar e pelo sertão [...] Quando esta fruta é pequena, faz-se dela conserva, e como é grande, antes de amadurecer, tinge o sumo dela muito, com a qual tinta se tinge toda a nação do gentio do Brasil em labores pelo corpo, e quando põe esta tinta é branca como água, e como se enxuga se faz preta como azeviche; e quanto mais a lavam, mais preta se faz; e dura nove dias, no cabo dos quais se vai tirando”.

Formalmente, no ano de 1868, a região das matas de Itabaiana em que se situa a cidade de Frei Paulo passou a ser referenciada como sítio Jenipapo e Tabuleiro da Imbira, vindo a ser tratada posteriormente como povoado Jenipapo e, em 1878, se transformou em distrito de São Paulo.

É notório, portanto, que o ponto de origem da fundação da cidade de Frei Paulo, ocorreu efetivamente em 1864, como destacado nos relatórios emitidos pela província de Sergipe, dando conta que a abertura de fontes no centro das matas de Itabaiana se deu antes da construção da ermida, ocorrida em 1868 (CHAVES. 24 de fevereiro de 1864, p. 30).

Todos os relatos da época mostram que a exploração das terras de Frei Paulo começou bem antes de 1868, registrando-se, a bem da verdade, que as matas de Itabaiana foi cenário de crescimento do estado de Sergipe através da lavoura do algodão, bem como das fazendas de gado e produção de couro.

Importante observar que alguns líderes políticos, tanto do partido conservador como do partido liberal da vila de Itabaiana, eram residentes ou possuíam terras na região das matas, a exemplo do coronel Antônio Carneiro de Menezes e Cassimiro da Silva Melo do partido conservador, e o coronel José Antônio de Carvalho Lima e Antônio Cornélio da Fonseca do partido liberal. Este fato influenciou no desenvolvimento da região, que mais tarde veio a ser desmembrada do município de Itabaiana e formar o município de Frei Paulo.

Podemos destacar ainda a visão futurista do então presidente da província de agosto de 1868, Dr. Antônio D'Araújo D'Aragão Bulcão, que enfatizou “tenho fê que dentro em breve o sítio Genipapo, virá a transformar-se numa povoação, cujo futuro afigura-se-me lisonjeiro” (BULCÃO, 1868, p. 10).

Através da resolução nº 1.323 de 29 de abril de 1886 foi ereta a freguesia sob a invocação de São Paulo, no povoado do mesmo nome, desmembrando da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Antes disso, em 1877, foi criada a Capelania.

A freguesia era uma subdivisão de uma diocese da Igreja Católica, mas também, significava uma divisão administrativa e judiciária. Posteriormente, a denominação de freguesia foi

substituída por Paróquia e as divisões administrativas e judiciárias dos municípios passaram a se chamar Distrito de Paz.

Em 15 de novembro de 1889 foi proclamada a República do Brasil, sendo que, “somente em 22 de novembro de 1889 é que foi reconhecida a República em Itabaiana, em sessão realizada no Paço Municipal, a que estiveram presente os camaristas Cassimiro da Silva Melo (presidente), Miguel Thetônio de Castro, Manoel Francisco de Mendonça Teles, Antônio Lourenço Teles e Antônio Oliveira Bezerra, nomes influentes na política local [...] Para dirigir Sergipe foi nomeado Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, que através do Decreto 27, de 25 de janeiro de 1890, dissolve a Câmara Municipal de Itabaiana e cria o Conselho de Intendência, que passa a governar a cidade” (CARVALHO. 1973, p. 44).

Da mesma forma, Felisbelo Freire, atendendo ao pedido do capitão Antônio Cornélio da Fonseca, transforma a freguesia em vila de São Paulo de Itabaiana (Relatório sobre Frei Paulo).

O capitão Antônio Cornélio da Fonseca, do partido liberal, era cunhado do governador Felisbelo Firmo de Oliveira Freire, bem como, era sobrinho de Cassimiro da Silva Melo, que embora fossem de partidos opostos, tinham relação amistosa.

O Republicano (09 de fevereiro de 1890, p. 2) noticia que através do Decreto nº 11 de 25 de janeiro de 1890, o governador do estado elevou a freguesia de São Paulo à categoria de vila com a mesma denominação, e levando em consideração que por este fato deve ali existir um poder municipal para cuidar dos interesses do mesmo município, por ato do governador foi criado um Conselho de Intendência na vila, nomeando para fazer parte dele os seguintes cidadãos: Cassimiro da Silva Melo, que servirá de presidente, Tenente Manoel José de Jesus e Francisco Antônio de Carvalho Júnior. “O juramento foi prestado a 14 de fevereiro de 1890, quando foi instalado o município e Villa de São Paulo” (SEBRÃO, SOBRINHO, 2003, p. 334).

O tenente Manoel José de Jesus era casado com Joaquina Maria de Jesus, enteada do coronel José Antônio de Carvalho Lima, e Francisco Antônio de Carvalho Júnior, filho de Januária Francisca de Carvalho Lima e Joaquim Pereira Lavra, era casado com Maria Francisca de Carvalho, filha de Cassimiro da Silva Melo.

Em Carvalho (2001, p. 59) e Sebrão, Sobrinho (2003, p. 335) consta que Cassimiro da Silva Melo era adepto do partido conservador, porém, sem vocação política, prefere cuidar de suas terras em Frei Paulo. Esteve nesse cargo até o dia 26 de dezembro desse ano (1890), quando o substituiu, a seu pedido, o tenente José Correia Dantas, nomeado por ato do dia 10.

Embora conste a informação acima, o coronel Cassimiro da Silva Melo foi exonerado a seu pedido, em 26 de março de 1890 (O REPUBLICANO, 20 de abril de 1890, p. 1).

Com isso “foi designado o Intendente Municipal da Villa de São Paulo, Francisco Antônio de Carvalho Júnior para servir de Presidente do Conselho da dita villa e nomeado para substituí-lo o cidadão Paulo Nunes Nepomuceno” (GAZETA DE SERGIPE, 30 de março de 1890, p. 2).

Os periódicos da época registram uma animosidade existente entre Francisco Antônio de Carvalho Júnior e João Tavares da Mota que indica ter motivado a exoneração do mesmo do cargo de membro do Conselho de Intendência.

No expediente do governo provisório do dia 17 de novembro de 1890 consta o despacho em relação a uma queixa do presidente da Intendência da vila de São Paulo contra o capitão João Tavares da Mota, para “o chefe de polícia para tomar em consideração e providenciar de modo a ser garantido o representante” (O REPUBLICANO. 05 de dezembro de 1890, p. 1).

Consta no expediente do dia 09 de dezembro de 1890, período no qual a administração do estado estava sob a égide do 2º vice-governador, Dr. Lourenço Freire de Mesquita Dantas, a exoneração do cidadão Francisco Antônio de Carvalho Júnior do lugar de membro do Conselho de Intendência Municipal de São Paulo, e nomeia para exercer dito cargo, o cidadão José Correia Dantas, que desempenhará as funções de presidente do referido conselho (O REPUBLICANO. 23 de dezembro de 1890, p.1).

Em 24 de novembro de 1890 foi imposta pelo Decreto nº 91 a Constituição de Sergipe (O REPUBLICANO, 26 de novembro de 1890), na qual trazia as normas para os municípios sergipanos, estabelecendo a existência de um Conselho Municipal, cujos membros seriam eleitos pelos eleitores do município.

A Constituição de 1890 foi revogada pela Constituição de 8 de junho de 1891, elaborada pela assembleia constituinte, na qual estabelecia a existência de uma Câmara de Vereadores, presidida por um edil. Esta Constituição, por sua vez, foi revogada pela Constituição de 18 de maio de 1892, que vigorou até 1923, com algumas reformas.

Assim, a Constituição Estadual de 18 de maio de 1892, em seu artigo 59, define a estrutura administrativa do poder público dos municípios do estado de Sergipe,

Art. 59. O poder municipal será exercido na sede de cada município por um conselho, a quem competirá a deliberação, e por um intendente, a quem competirá a execução.

§ único. O intendente e o conselho municipal serão simultaneamente eleitos pelo município, por suffragio directo dos eleitores, respeitada a representação da minoria; servirão por quatro annos, e não poderão ser reeleitos para o quadriennio seguinte (SERGIPE, 1892, p. 152).

As atribuições dos Conselhos Municipais foram especificadas no art. 62, e a competência do intendente estava disposta no artigo 64 da Constituição de 1892.

Ambos seriam eleitos pelo povo, com mandato de quatro anos. O período de vigência do mandato foi, posteriormente, reduzido para dois anos pela Lei nº 130 de 04 de abril de 1895, que permitiu ainda a reeleição para os cargos. Mais tarde, estas alterações foram confirmadas pela Reforma Constitucional de 10 de outubro de 1901.

No Recenseamento de 31 de dezembro de 1890, o estado de Sergipe contava com uma população de 310.926 habitantes, com 34 municípios, sendo doze cidades e vinte e duas vilas, e 34 paróquias. Na Divisão Judiciária e Civil dos municípios, Frei Paulo (São Paulo à época) estava definida como Termo de Itabaiana e Distrito de Paz (ALMANAK LAEMMERT. 1910, p. 337).

Em novembro de 1890 foi nomeada a comissão censitária da vila de São Paulo, que ficou assim constituída: Manoel Joaquim Fiapo, Aristides de Araújo Leite e Lourenço José da Costa Travassos (O REPUBLICANO. 04 de novembro de 1890, p. 1).

Segundo informação da Diretoria Geral de Estatística, em 1890 a vila de São Paulo contava com uma população de 6.561, sendo 3.254 homens e 3.307 mulheres.

No recenseamento de 1891, o 1º distrito²³ da vila de São Paulo computou 3.833 pessoas, sendo 1.865 do sexo masculino e 1.968 do sexo feminino. Entre estes 976 são casados, 2.715 solteiros e 142 viúvos (O REPUBLICANO. 21 de janeiro de 1891, p. 2).

Em 1960 a população de Frei Paulo totalizava 8.416, e em 1970 a população urbana era de 2.792 e a população rural era de 6.124, totalizando 8.916. Em 1980 a população urbana era de 3.004 e a rural 5.822, totalizando 8.826 habitantes (Fonte: IBGE).

²³ O distrito, nesse caso, correspondia à atual zona eleitoral.

Assim sendo, é fato que desde 1890 a vila de São Paulo já possuía autonomia política, administrativa e financeira, passando a ser governada por intendentes e prefeitos, sob a legislação de conselheiros e vereadores, segundo as normas políticas constitucionais vigentes na federação, no estado e no município.

Até então, as normas que vigoravam estavam dispostas na Constituição de 1824, no Ato Adicional de 1834 e nas leis vigentes durante o Império, e especificamente, para a definição do processo eleitoral se observava a Lei nº 387, de 19 de agosto de 1846, e Decreto nº 565, de 10 de julho de 1850, que traziam limitações à vida política de grande parte da população brasileira (LIMA, 2004, p. 21).

Em 1861 foi publicado o resultado da eleição de eleitores nas freguesias da província, constando no 3º colégio do segundo distrito eleitoral, localizado na freguesia de Itabaiana, 58 eleitores, dentre os quais destacamos: Manoel Felix Passos, Cassimiro da Silva Mello, Antônio Manoel da Costa, José Cornélio Alves dos Santos, Antônio dos Santos Lima, Antônio Francisco Rodrigues Lima, Gregório Frique do Prado, José Antônio de Carvalho Lima, José Rodrigues Sobral, Simeão de Souza Monteiro e Francisco Antônio de Carvalho Lima (JORNAL CORREIO SERGIPENSE, 9 de janeiro de 1861, p. 4).

Importante destacar que os moradores das matas constavam na lista de eleitores de Itabaiana, sendo que, a partir de 1875 (quando houve a criação do título de eleitor) o distrito eleitoral de Itabaiana foi dividido em 30 quarteirões, passando então a se identificar nominalmente os eleitores residentes na região do povoado São Paulo.

Em 1875 “foi criado o primeiro título de eleitor, denominado título de qualificação. Este título devia conter número de ordem, nome, idade, estado civil (casado, solteiro ou viúvo), rendimentos e condição de elegibilidade — simples votante ou detentor de condições de tornar-se elegível” (LIMA, 2004, p. 23).

Sobre o formato do processo eleitoral da época, Cajado, Dornelles e Pereira (2014, p. 23) esclarecem que,

A Segunda Lei dos Círculos foi substituída pela Lei do Terço (Decreto nº 2.675), que aboliu o voto por círculos, determinando que as eleições fossem realizadas por províncias. A finalidade dessa lei foi a de possibilitar maior representatividade das minorias, tema recorrente nos debates parlamentares. A solução encontrada foi limitar o voto (K) de cada eleitor a dois terços do número total de cadeiras em disputa. Outra mudança importante trazida pela Lei do Terço foi a criação do título de qualificação do eleitor e a participação da justiça comum no processo eleitoral.

A Lei Saraiva (L) (Decreto nº 3.029), publicada em 9 de janeiro de 1881, decorreu dos anseios da sociedade brasileira por mudanças na legislação eleitoral. Um dos principais pontos de inovação foi a introdução do voto direto, reivindicação constante nos jornais, nas ruas e nos debates parlamentares. Além do voto direto, a Lei Saraiva estabeleceu o voto secreto, confiou o alistamento à magistratura e instituiu o título de eleitor, em substituição ao título de qualificação criado em 1875.

Nesse contexto, se realizou a lista de qualificação da freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, composta de 30 quarteirões, dentre os quais, o quarteirão da Serra Redonda, o quarteirão do Tabuleiro da Imbira e o quarteirão da Bem Feita e do Taquari.

Importante destacar que, o voto censitário impunha como condição para ser eleitor que o cidadão possuísse renda de 100\$000 réis, sendo que, em 1846 este valor teve aumento de 100%, passando para 200\$000 réis, e assim, grande parte da população não preenchia tal requisito.

Da mesma forma que para ser simples votante o critério era a renda mensal, para concorrer ao cargo de deputado provincial precisava comprovar renda de 400\$000 réis, e renda de 800\$000 réis para ser senador (LIMA, 2004, p. 208-209).

No quarteirão da Serra Redonda havia 51 votantes, sendo que, apenas o sr. Simeão de Souza Murtinho, título de votante n° 1073, reunia condições de elegibilidade, em razão de apresentar rendimentos no valor de 600\$000.

No quarteirão do Tabuleiro da Imbira havia 58 votantes, sendo que, apenas José Correia de Brito, título de votante n° 1598, e Zacharias Monteiro de Farias, título de votante n° 1624, reuniam condições de elegibilidade por apresentar renda no valor de 600\$000.

No quarteirão do Tabuleiro da Imbira consta na lista de simples votantes os senhores Agostinho José de Andrade (30 anos), Francisco Alves Teixeira (30 anos), João Francisco de Rezende (36 anos), João Felix de Carvalho (39 anos), José Alves Teixeira (56 anos), José Alves Teixeira Junior (29 anos), Nicolao Alves Teixeira (29 anos), Manoel Alves Teixeira (34 anos), Thomas de Aquino e Silva (39 anos), Lourenço José da Rocha (50 anos), José Roiz (34 anos) e Manoel Roiz (35 anos).

Por fim, no quarteirão da Bem Feita e Taquari havia 10 votantes, todos lavradores. Na tabela 6 são indicadas as informações dos eleitores da Bem Feita e Taquari.

Tabela 6 - Eleitores da Bem Feita e Taquari

Números	Nomes	Idades	Profissões	estados	Rendimentos	Simple s votante	Elegível
1985	Antônio Carneiro de Menezes	58	Lavrador	Casado	800\$000	-	//
1986	Antônio Martins Fontes	50	Lavrador	Solteiro	600\$000	-	//
1987	Antônio Pinheiro Lacerda	39	Lavrador	Solteiro	600\$000	-	//
1988	Antônio Tellis de Góis	54	Lavrador	Casado	800\$000	-	//
1989	Joaquim do Prado Santos Leite	39	Lavrador	Viúvo	800\$000	-	//
1990	José Amâncio Bezerra	34	Lavrador	Solteiro	600\$000	-	//
1991	Francisco Felis de Brito	44	Lavrador	Casado	200\$000	//	-
1992	Manoel Suterio Ribeiro	64	Lavrador	Casado	300\$000	//	-
1993	Manoel Joaquim de Jesus	42	Lavrador	Casado	250\$000	//	-
1994	Manoel Francisco da Silva	45	Lavrador	Casado	300\$000	//	-

Vale destacar ainda sobre o quarteirão da Bem Feita e Taquari que, na época, ele era o de maior representatividade política em termos percentuais, pois de 10 votantes 6 eram elegíveis, 3 com renda para ser deputado e 3 com renda para tornar-se senador, ficando demonstrado o alto valor de suas terras nas matas de Itabaiana, hoje região pertencente a Frei Paulo (LIMA, 2004, p. 194-197).

Antônio Martins Fontes do quarteirão da Bem Feita e Taquari era irmão do dr. José Martins Fontes, juiz do distrito da vila de Itabaiana, sendo este, detentor da maior renda de toda a freguesia, com 3:000\$000 (três mil réis).

O tenente-coronel Antônio Carneiro de Menezes do quarteirão da Bem Feita e Taquari foi eleito deputado em 05 de agosto de 1875, juntamente com o Dr. José Martins Fontes, Tertuliano Manoel de Mesquita e Espiridião Zamiro de Souza Lopes, todos da freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana (LIMA, 2004, p. 204).

Analisando os votantes dos demais quarteirões da freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, verificamos que pessoas influentes e que influenciaram o desenvolvimento de Frei Paulo moravam na vila de Itabaiana, a exemplo de Cassimiro da Silva Melo, embora possuísem terras na região de Frei Paulo.

Em 1875 os três quarteirões que compreendem o município de Frei Paulo, totalizavam 119 eleitores.

Em 27 de maio de 1890, a comissão distrital da vila de São Paulo concluiu o serviço de qualificação de eleitores deste município, alistando 242 cidadãos na conformidade do decreto n° 200 A, de 8 de fevereiro do mesmo ano (O REPUBLICANO, 07 de junho de 1890).

Na eleição para deputados e senadores para o 1º Congresso Nacional, realizada em 15 de setembro de 1890 o município de São Paulo obteve o seguinte resultado: Para senador: Manoel da Silva Rosa Junior (56 votos), José Luiz Coelho e Campos (91 votos), Thomaz Cruz (122 votos), e coronel Gouveia Lima (108 votos). Para deputado: Ivo do Prado (48 votos), Leandro Maciel (44 votos), coronel Vicente (93 votos), Felisbello Freire (56 votos), professor Oliveira (92 votos), coronel Presciliano Valladão (37 votos) (O REPUBLICANO, 17 de setembro de 1890, p. 2).

Na eleição de 1895 foi sufragado o nome de José Amâncio Bezerra para o cargo de intendente.

Na eleição realizada em 30 de janeiro de 1906, a vila de São Paulo contava com 247 eleitores, dos quais 220 compareceram para eleger um senador e quatro deputados ao Congresso (livro de ata das eleições – Arquivo Municipal de Frei Paulo). Na tabela 7, é apresentada a relação de eleitores.

Tabela 7 – Relação dos eleitores votantes em 30 de janeiro de 1906

José Tavares da Silva	Francisco Tavares da Motta
João Rodrigues de Mendonça	Euzébio José de Oliveira
João Rosendo de Cerqueira	Martinho Correia de Gois
Manoel Zeferino de Menezes	Lião dos Santos Passos
Leopoldo Tavares da Silva	Firmino José de Fraga
Antônio Teixeira de Oliveira	José Roberto de Oliveira
Juvêncio Francisco Dias	Cesário Rodrigues Araújo
Conrado Tavares da Silva	João Brandão
Juvêncio José Ferreira	Eleutério José de Santana
Astério Tavares da Silva	João Antônio da Fonseca
Francisco Alves Teixeira	Maximiniano Bispo de Gois
Hilário Rodrigues de Mendonça	José Rodrigues Lima
José Pereira Santiago	Henrique de Freitas Pinheiro
José Alves Ferreira	Gabriel Archanjo de Mendonça
Manuel da Silva Carregosa	Ildefonso de Villa Nova
Cassimiro de Jesus Brandão	Miguel Fortunato de Oliveira
Antônio Telles de Menezes	Manoel Bahia de Souza
José Francisco da Cunha	Manoel Feliciano de Mendonça
Alcino Soares	Serafim Barreto Guimarães
Gabriel Ettinger	José de Souza Ferreira
José Joaquim de Oliveira	José Joaquim da Cunha
Fancisco Ferreira de Salles	Mecenas do Prado Pinto Peixoto
Herculano Fraga dos Santos	Manoel Sebastião de Jesus
João Antônio de Rezende	Manoel da Silva Mello
Manoel Joaquim Fiapo	Jesuíno Pacheco de Carvalho
Arnóbio Aquino e Silva	José Joaquim de Santana
Francisco Alves de Jesus	Felismino Pacheco dos Santos
José Telles de Menezes	José Marinho de Santana
Domingos José Ferreira	João Santos
Manoel Liandro Santos	Manoel José de Barros
Eufrosino Alves dos Santos	Sabino José Ferreira
Francisco Pereira de Carvalho	Antônio Ferreira Dias
José Alves de Oliveira	Francisco Romualdo Barreto
Antônio Francisco de Lima	Catharino José de Souza
José Antônio da Silveira	Pedro Rodrigues Lima
João Francisco	José de França Moreira
Antônio Manoel da Silva Motta	José Vicente Barbosa

Francisco José de Santana
Antônio Francisco Rodrigues Lima
Melchiades Francisco de Lima
Antônio Teixeira dos Santos
Marciano Chagas de Oliveira
José Ferreira de Santana
Julião José dos Santos
José Gomes de Mello
José Francisco de Jesus
Malaquias Bispo Ramos
José Pereira da Cruz
João Capistrano
Alexandre da Cunha Barreto
Ladisláo José dos Santos
Elias José de Souza
Sérgio Abbade de Macedo
José Marculino da Silveira
Leonardo Abbade Macedo
José Baptista de Souza
Francisco Simões de Almeida
Quinto Francisco de Almeida
Severo Eugenio do Nascimento
José Correia Dantas
José Antônio Cupertino
José Ernesto de Almeida
José Correia dos Santos
José Pereira dos Santos
José Joaquim de Almeida
Firmino Rabello de Moraes
José Bento de Fontes
Joel Octaviano dos Santos
José Theotonio de Carvalho
Francisco Alves Ferreira
Antônio José da Silva
Isidoro Ferreira de Almeida
Euzébio Gonzaga da Silveira
Jovino Martins de Souza
Antônio Telles Barreto
Antônio Carlos dos Santos

Domingos da Silveira Sobrinho
Manuel Juventino de Sousa
João José Pereira
Antônio Ferreira de Queiroz
José Joaquim de Jesus
José Francisco dos Santos
Raymundo José Rodrigues
Tibério Amâncio Bezerra
Manoel de Deus Rollemberg
Manoel de Souza de Oliveira
Manoel Joaquim Pacheco
Bemvindo José Barbosa
Francolino Tavares da Motta
Florentino Rabello de Moraes
Isaac Rollemberg de Medeiro
Luiz de França do Espírito Santo
Aristides José do Nascimento
João Antônio Lima
Manoel Francisco de Oliveira
João Batista de Santa Roza
Romão Jesus do Nascimento
Ermino João de Carvalho
Manoel Messias de Carvalho
José Joaquim do Nascimento
Euclides Novaes de Araújo
Luiz Gonzaga de Oliveira
Francisco Paulo de Oliveira
João Francisco Guedes
Marcionilio Alves de Souza
Manoel Peixoto de Mendonça
Antônio Tavares de Oliveira
Francisco Antônio da Silva
José Amâncio Bezerra
Antônio José de Oliveira
Elpidio Rabello de Moraes
... Pereira da Conceição
Firmino Correia de Araújo
Manoel José de Andrade
Leopoldino Rabello de Moraes

João Francisco das Chagas
Manoel Hippólito Rabello de Moraes
Pedro Raeblo de Moraes
José Antônio Rabello de Moraes
José Felix de Freitas
Manoel Joaquim de Oliveira
Nicolao Antônio de Oliveira
Manoel Messias Feitosa
Luis Bispo da Conceição
Zeferino José Pereira
José Martins de Carvalho
Miguel do Nascimento Andrade
... José do Nascimento
José Francisco de Oliveira Guabiraba
José Ignácio Muniz Barreto
Manoel Bonifácio Madureira
José Rodrigues de Andrade
Antônio Machado Feitosa
João Rodrigues Dantas
Francisco Rodrigues Dantas
Antônio Correia Dantas
Manoel de ...
José Barbosa Leal
José Francisco Rodrigues de Oliveira
Manoel Guedes da Costa
Antônio Correia de Andrade
João José de Santana
Cassiano Ferreira de Freitas
José Francisco Santhiago
Eusébio Bispo dos Santos
Epiphania Felipe de Santhiago
Manoel Joaquim do Rego
Lucio José Pereirs
Bernardino Cardoso de Macedo

Egídio José Nogueira
Laurindo Thomé da Silva
Pedro Alexandre da Silva
José Rochão de Andrade
Abílio Dias Oliveira
Manoel Mendes da Silva
José Francisco de Jesus
Manoel dos Anjos Ramos
Manoel Rezende dos Santos
Antônio Izidoro da Conceição
Bernardino Soares de Lima
José Simeão de Freitas
Pedro Alexandre da Silva
Sérgio Tavares dos Santos
José de Gois de Rezende
Manoel José de Jesus
Domingos Florêncio da Cruz
Tito Celestino de Jesus
Amâncio José Rodrigues
Thomé Militão de Souza
Clemente Sergio de Moraes
Vicente Ferreira dos Santos
José Rufino de Oliveira
José Antônio da Costa
Antônio Joaquim de Oliveira
Eugênio dos Santos Carregosa
José Sabino de Santana
Antônio da Lapa
Pedro Antônio de Almeida
José de Andrade Fontes
Pedro Germano de Gois
José Mamédio de Freitas
Manoel José Telles
Tertuliano José Ferreira

Na eleição realizada em 01 de setembro de 1909, a vila de São Paulo contava com 247 eleitores, tendo comparecido para votar na eleição do intendente e membros do Conselho Municipal somente 47 eleitores. Na eleição para deputados estaduais realizada em 30 de dezembro de 1909 compareceram 150 eleitores.

Em 12 de junho de 1910 para a eleição de dois juizes de paz e um membro do Conselho Municipal, compareceram 46 eleitores. Em 25 de julho de 1910 teve nova eleição para eleger um conselheiro municipal, tendo comparecido 41 eleitores.

Em 30 de julho de 1911 teve eleição para presidente e vice-presidente do estado, oportunidade em que compareceram 147 eleitores. Em 03 de setembro de 1911 na eleição para intendente e Conselho Municipal, dos 247 inscritos, compareceram 86 eleitores. Em 30 de dezembro de 1911 na eleição para deputados da Assembleia Legislativa compareceram 100 eleitores.

Em 05 de abril de 1912 na eleição de membro do Conselho Municipal compareceram 31 eleitores. Em 01 de setembro de 1912 compareceram 72 votantes para elegerem quatro juizes de paz. Em 15 de setembro de 1912 compareceram 43 eleitores para eleger um deputado estadual.

Na eleição de 1916 a vila de São Paulo continuava com apenas 247 eleitores, dos quais somente 71 compareceram para votar na eleição realizada em 19 de abril de 1916.

Em 19 de novembro de 1922 compareceram 151 eleitores para as eleições de deputados da Assembleia Legislativa, intendente e conselheiros municipais.

Em 31 de dezembro de 1932 a população calculada era de 19.894 e a população eleitoral calculada em 03 de maio de 1933 totalizava 439 eleitores (BARRETO, 1933, p. 116).

Em 1950 a população de Frei Paulo totalizava 9.147 habitantes, dos quais, 3.378 eram eleitores, sendo que, apenas 1.548 votaram no pleito eleitoral de 03 de outubro de 1954, verificando-se uma abstenção de 53,1% do eleitorado (FERREIRA, 1959, p. 310).

É preciso observar que no lapso temporal entre 1932 a 1954 ocorreram duas situações que justificam a diminuição do número de habitantes e o crescimento da população eleitoral.

Não encontrei elementos que justifiquem a diminuição da população no ano de 1950 em relação à população de 1932, porque o desmembramento de Carira veio acontecer no ano de 1953, o que justifica nesta época a redução do número de habitantes.

Por sua vez, o crescimento da população eleitoral se deu em razão da modificação nos critérios para a inscrição do eleitor, ocorrida após a instituição do Código Eleitoral de 1932 que trouxe alguns avanços político-sociais, dentre os quais, a inclusão do voto feminino.

Em relação ao eleitorado inscrito e que votaram no pleito eleitoral de 03 de outubro de 1954, é provável que não tenha havido tempo suficiente para a população de Carira, desmembrada do município de Frei Paulo em 25 de novembro de 1953, alterar o domicílio eleitoral.

Na eleição de 1954 foi eleito prefeito, o senhor João Rodrigues Lima. A 3ª legislatura foi instalada em 31 de janeiro de 1955, ficando constituída por sete vereadores: Daniel Paixão dos Santos, Oliveira da Conceição, Antônio Santana Mesquita, Clemiro Bezerra, Fleuri Teles Barreto, Francisco Almeida e José Bezerra.

Na eleição realizada em 1972, para o período de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1976, Frei Paulo contava com 1.767 eleitores inscritos. Dos eleitores inscritos, 1.647 compareceram, e 897 votaram no candidato a prefeito da ARENA e 707 no candidato do MDB, registrando-se 26 votos brancos, 17 votos nulos e 120 abstenções. Para a 8ª legislatura cujo período se deu de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1976, dos eleitores inscritos, 967

eleitores votaram nos candidatos da ARENA e 576 votaram nos candidatos do MDB, sendo eleitos 04 candidatos a vereador da ARENA e 02 do MDB. (BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos. 1988, p. 113, 227).

**Tabela 8 – Eleitos para o mandato de 31 de janeiro de 1973
a 31 de janeiro de 1976**

Cargo	Candidato	Partido
Prefeito	João Teles da Costa	ARENA
Vice-prefeito	José Dantas Neto	ARENA
Vereador	Antônio Dantas Nunes (faleceu em 27/10/1974)	ARENA
	José Celmo Lima (assumiu o mandato em 08/11/1974)	ARENA
	Manoel Boanerges dos Santos	ARENA
	Dario Nunes Filho	ARENA
	José Onofre Barbosa dos Santos	ARENA
	José Paulo da Costa	MDB
	Maria Izabel dos Santos Mendonça	MDB

Na eleição realizada em outubro de 1976, para o período de 01 de fevereiro de 1977 a 01 de fevereiro de 1983, se obteve o resultado descrito na tabela 9 (Jornal Ação Jovem – AJO – Ano II, n° 20, outubro de 1976, p. 4).

**Tabela 9 – Relação dos candidatos e votos obtidos na eleição
realizada em outubro de 1976**

Cargo	Candidato	Votos obtidos	Partido
Prefeito (eleito)	José Batista Nunes (Batista Félix)	835	ARENA
Prefeito	José Fernandes da Costa	713	MDB
Prefeito	José Arinaldo de Oliveira	595	ARENA
Vereador	Hilarindo Barreto de Mendonça	390	ARENA
Vereadora	Maria Izabel dos Santos Mendonça	212	MDB
Vereador	José Paulo da Costa	210	MDB
Vereador	José Francisco dos Santos Neto	214	ARENA
Vereador	Dario Nunes Filho	190	ARENA
Vereador	Antônio Daltro Dantas	169	ARENA
Vereador	José Alves da Silva	157	ARENA
Vereador (1° suplente)	José Israel de Almeida	209	MDB
Vereador (1° suplente)	Aurelino José dos Santos	99	ARENA

Analisando o resultado das eleições municipais de 1947 a 2020, verifica-se que o vereador Hilarindo Barreto de Mendonça foi o que obteve a maior votação, proporcional ao número de eleitores da história de Frei Paulo. De um total de 2.143 eleitores, Hilarindo Barreto obteve, na eleição de outubro de 1976, o total de 390 votos, correspondente ao percentual de 18,2% dos votos válidos.

Sobre a autonomia administrativa e financeira, a intendência passou a ter seu orçamento e a administrar suas rendas no ano de 1890, sendo o primeiro orçamento aprovado pelo governador do estado federado de Sergipe em 29 de abril de 1890, com as seguintes despesas (O REPUBLICANO. 16 de maio de 1890, p. 1):

Art. 1 – A intendência municipal da villa de São Paulo, no exercício de 1890 despenderá:	
§ 1. Com o ordenado do secretário.....	150\$
§ 2. Com o ordenado do procurador, além de 6% sobre a arrecadação que fizer ..	100\$
§ 3. Com o ordenado do fiscal, além de 10% sobre as multas que impuser	100\$
§ 4. Com ordenado do porteiro, tendo a seu cargo o asseio e limpeza da casa da intendência.....	60\$
§ 5. Com a compra de mobília e mais utensílios para a casa da intendência	200\$
§ 6. Com a despesa do trabalho do jury e eleitores.....	100\$
§ 7. Despesas eventuais	80\$
§ 8. Com custas judiciais	50\$
§9. Com obras públicas.....	491\$
§10. Com aluguel da casa da intendência.....	106\$

No tocante a receita do orçamento de 1890, decorria de multas, coimas²⁴, impostos e licenças. Importante observar a previsão de receita, pois traz uma noção do que o município produzia e como funcionava.

No primeiro orçamento da vila de São Paulo a receita decorria, dentre outros, de impostos sobre lojas, vendas e padarias; sobre cada botequim nas feiras; por botequins nas festas do Natal; por carga de açúcar, arroz, milho, feijão, farinha, sal, cocos, peixes salgados, camarões, mel e rapaduras; sobre sangria de gado bovino, suíno, cabras e ovelhas para consumo; sobre aguardente expostas nas feiras; sobre barrica de bacalhau vendida nas feiras; sobre carga de carne seca e de sol vendidas nas feiras; sobre pessoas de fora do município que vendiam fazendas nas feiras e fora delas; sobre quem vender bebidas alcoólicas nas lojas e casas; sobre alambique de destilar bebidas alcoólicas; sobre engenho de moer cana; sobre vapores de descaroçar algodão; sobre máquinas a braço de descaroçar algodão (O REPUBLICANO. 16 de maio de 1890, p.1).

²⁴ Tipo de multa que se impõe ao dono de animais que adentram e pastam em terreno alheio, sem autorização.

**Tabela 10 – Receita e Despesa do município de Frei Paulo
no período de 1900 a 1952**

EXERCÍCIO FINANCEIRO	RECEITA ARRECADADA	DESPESA
1900	6:525\$000	5:565\$176
1º semestre de 1904	3:222\$610	3:173\$010
Triênio 1912 - 1914	18.494\$944	18:460\$244
1915	4:497\$000	5:832\$660
1916	11:263\$880	11:263\$880
1917	12:341\$148	14:005\$498
1º semestre de 1918	7:220\$264	7:164\$643
1926	26:070\$300	25:308\$642
1927	32:817\$241	31:143\$814
1928	38:316\$756	38:183\$806
1929	34:470\$489	34:450\$530
1952	Cr\$ 419.672,40	Cr\$ 372.460,10

**Tabela 11 – Quadro demonstrativo da arrecadação da Estação
Arrecadadora de São Paulo para o estado de Sergipe de 1898 a 1901**

1898	1899	1900	1901
7:227\$403	4:303\$881	5:746\$388	5:949\$625

Decorridos dez anos da emancipação política e administrativa, ainda não havia uma compreensão ampla sobre o que seria essa autonomia.

Não está ainda bem compreendida na prática a autonomia dos municípios. A organização municipal do estado é uma das que mais entende com os princípios democráticos; entretanto, os municípios não sabem ainda o que valem no mecanismo da Federação Brasileira.

Ou porque não conhecem bem as suas prerrogativas ou porque não têm meios de repelir a intervenção do estado, ou porque ainda não se desarraigaram dos hábitos antigos de centralização, os municípios se consideram ainda uma dependência do estado, elles que são igualmente autônomos (CAMPOS, 07 de setembro de 1900).

O primeiro Código de Postura organizado pela intendência da vila de São Paulo foi aprovado pelo governador em 1 de maio de 1890, com a alteração do dia 08 de julho de 1890, no qual traz a seguinte disposição (O REPUBLICANO. 16 de maio de 1890, p. 2):

Capítulo I – divisão territorial do município

Capítulo II – dispõe sobre a área rural, estabelecendo as questões relativas à plantação em aberto e criação de gado

Capítulo III – Das casas, praças e asseios / Das fontes e vertentes

Capítulo IV – Das estradas e caminhos

Capítulo V – Dos açougues

Capítulo VI – Da polícia municipal

Capítulo VII – Dos empregados da intendência e suas obrigações

Disposições gerais

Os Códigos de Postura criados naquela época eram uma espécie de regulamento de reorganização da área urbana e estabeleciam que todos os negócios públicos e particulares seriam regulados por aquele código.

Constituindo-se como conjunto de preceitos e normas a serem cumpridos, constringendo e limitando interesses privados, as posturas municipais se inserem no âmbito da disciplina do direito. Por outro lado, regulando a arquitetura de edifícios e as relações que estes mantêm entre si e com o ambiente urbano, bem como disciplinando as atividades desenvolvidas no espaço da cidade, essas posturas estão submetidas, também, à hegemonia da disciplina da arquitetura e do urbanismo. Como leis que regem o processo social, as posturas municipais vão sendo substituídas, ao longo da história, segundo a dinâmica da sociedade. Alguns aspectos permanecem e outros sucumbem (SOUZA, 2002, p. 2).

A vila foi elevada à categoria de cidade de São Paulo pela Lei 797, de 23 de outubro de 1920, e em 1944 passou a denominar-se Frei Paulo.

Ferreira (1959, p. 307) esclarece,

Tendo em vista o que estabeleceu o Decreto-lei federal nº 311, de 2 de março de 1938 e instruções do I.B.G.E., São Paulo teve o seu topônimo mudado para Frei Paulo, pelo Decreto-lei estadual nº 377, de 31 de dezembro de 1943. Este decreto posteriormente foi revogado pelo de número 533, de 7 de dezembro de 1944, pelo qual, o termo, o município e o distrito passaram a denominar-se Frei Paulo.

Em 15 de outubro de 1923 foi aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal da cidade de Frei Paulo.

Através da Lei nº 78 de 5 de julho de 1926 foi autorizado ao intendente a nomear uma comissão para elaborar o novo Código de Postura.

O segundo Código de Posturas Municipais do Termo de São Paulo foi sancionado pela Lei nº 88 de 05 de setembro de 1928, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1929, revogando-se as disposições em contrário.

O art. 2º da Lei estabelecia “este Código de Posturas é a lei básica do município, tendo, dentro de seus limites, a mesma força que a Constituição Federal tem em todo território brasileiro”.

O Código trazia a seguinte disposição:

Capítulo I – Despozições preliminares

Capítulo II – Hygiene e saúde pública

Capítulo III – Edificação e alinhamento

Capítulo IV – Das Multas, Coimas e Apprehensões

Capítulo V – Da Polícia Municipal

Capítulo VI – Do Trânsito Público

Capítulo VII – Dos Impostos e suas cobranças

Capítulo VIII – Dos empregados

Capítulo IX – Das Substituições e Posse

Capítulo X – Do Ensino Público

Capítulo XI – Da Iluminação Pública

Capítulo XII – Das atribuições e deveres do Executivo

Capítulo XIII – Do Conselho Municipal

Capítulo XIV – Despozições geraes

O primeiro período republicano durou de 1889 a 1930, quando em março de 1930 houve a eleição para presidente da República, tendo sido eleito Júlio Prestes, que não assumiu em razão da Revolução de 1930 que acabou por consagrar Getúlio Vargas como governo provisório.

Oliveira e Calicchio (CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – FGV) contam a dinâmica da Revolução de 1930 e a constituição da Legião de Outubro,

Depois do levante revolucionário no estado de Pernambuco nas primeiras horas da madrugada do dia 04 de outubro de 1930 que durou até o dia 06 de outubro, as tropas seguiram para o estado de Alagoas, até derrubar o governo, e após, seguiram para a Bahia, passando por Aracaju, sem que houvesse resistência no estado de Sergipe, vez que, o 28º BC aderiu à Revolução.

Assim, em Outubro de 1930 é declarada vitoriosa a Revolução articulada pelos tenentes, surgindo assim a Legião de Outubro que foi divulgada no dia 12 de novembro de 1930, data em que foram também assinados os decretos instituindo o Governo Provisório e dissolvendo o Congresso Nacional.

Os Estatutos da Legião de Outubro foram elaborados, sob a supervisão de Osvaldo Aranha, por Raul Bittencourt e Valdemar de Vasconcelos, advogado que servira como oficial na brigada de Batista Luzardo durante a campanha revolucionária.

Do ponto de vista organizacional, ficou estabelecido que o comando da legião na esfera nacional seria partilhado entre um chefe civil e um chefe militar, ambos assessorados por um Conselho Nacional. Nos estados e municípios seriam constituídas milícias legionárias que funcionariam como órgãos associativos de base, encarregados de congregar todos os elementos ligados a simpatizantes da Revolução sob chefias da confiança dos interventores estaduais.

No município de Frei Paulo (São Paulo à época) o Senhor José Francisco da Cunha foi empossado como o primeiro intendente da Revolução, cujo mandato meteórico findou em 31 de maio de 1931.

No dia 19 de janeiro de 1931 foi instalado o comitê encarregado da cruzada dos mil réis ouro no município, que ficou constituído da seguinte forma: “presidente, coronel José Francisco da Cunha; vice-presidente, padre José Antônio Leal Madeira; secretários: 1º - João Tavares da Silva, 2º - Francisco Carlos Borges, thesoureiro – Conrado Tavares da Silva, vogaes: Dr. Manoel Barboza de Souza, Dr. João Antônio de Aquino, Dr. Joel Macieira de Aguiar, Josias Ferreira Nunes e Manoel Sobral” (Livro de Atos nº 01 – Arquivo da Câmara de Vereadores).

Contudo, o primeiro intendente da Revolução em Frei Paulo não teve muito tempo para administrar, pois logo a insatisfação dos legionários foi surgindo, e manifestava-se através do jornal O Paulistano, de responsabilidade do jornalista Josias Ferreira Nunes.

É possível deduzir que o governo municipal na gestão de José Francisco da Cunha foi desmoronando, até que em março de 1931 o jornalista Josias Ferreira Nunes pediu exoneração do cargo de delegado de ensino, e ainda, passou a questionar a capacidade administrativa do governante.

Nunes (26 de abril de 1931) noticiou “um problema sério” envolvendo os gastos com a usina que fornecia energia elétrica para a cidade, e a mudança do fornecedor, que era o senhor Antônio Borges passando para Francolino Lima. Ao final da nota o redator foi taxativo e encerrou com as seguintes palavras:

A mudança foi infeliz. Infeliz porque aumentou as despesas e serviço para a Intendência, e infeliz no producto, pois a luz não é boa como já foi. Pare-se a construção do prédio da Prefeitura. Para honra de um administrador tanto faz uma obra como outra. Quem não faz uma Intendência e faz uma usina é digno de aplauso e da estima pública. Resolva sr. Prefeito, o problema da luz.

Em 03 de maio de 1931, na edição 119 do jornal O Paulistano, foi publicada uma sentença na qual o advogado Josias Ferreira Nunes requereu e foi concedida ordem de Habeas Corpus preventivo para cessar o constrangimento contra seis clientes, em razão da informação prestada pelo intendente junto ao delegado de polícia, relativa a transporte clandestino de lã e falta de pagamento dos impostos.

Por fim, na edição 122 do jornal O Paulistano, veiculada no dia 24 de maio de 1931, veio na capa do jornal uma matéria intitulada “Um Intendente de Verdade”, fazendo um comparativo entre a gestão do intendente José Francisco da Cunha com a atuação do intendente da cidade de Itabaiana.

A insatisfação se manifesta ao final com o seguinte texto:

Pobre terra nossa!

Enquanto Itabaiana com as mesmas rendas progride a olhos vistos, S. Paulo continua estarrecida, sem dar um passo para frente.

E porque?

Porque os nossos actuaes dirigentes afastaram-se do povo.

Divorciaram-se dos bons elementos. Reina grande desunião entre os chefes e os contribuintes. Enquanto os impostos forem cobrados à força de prisões e ameaças, a coisa não dá certo. O caminho é outro.

Com orgulho, com valentia, não dá certo.

Em seguida, na edição 123 do Paulistano, publicada em 31 de maio de 1931, veio a notícia de que naquela data se instalava, solenemente, na cidade de S. Paulo (Frei Paulo) a Legião de Outubro, a qual foi presidida por Issac Ettinger, secretariado por Josias Ferreira Nunes, e como escrivão Manoel Sobral. Ao final da solenidade teve a apresentação da Banda União Paulistana, quando ocorreu a mudança da intendência para Maurício Ettinger.

Assim, no dia 01 de junho de 1931, dignamente, José Francisco da Cunha, na sala da Exatoria Estadual, entregou todos os pertences da municipalidade dando posse ao intendente Maurício Ettinger, que foi no dia 02 de junho oficialmente nomeado na intendência do município de S. Paulo, pelo interventor do estado de Sergipe, capitão Augusto Maynard Gomes, permanecendo no cargo até 06 de agosto de 1932.

Considerando que a vila de Itabaiana foi fundada em 20 de outubro de 1697, não se mostra razoável a comparação feita por Josias Ferreira. Embora o município de Frei Paulo,

ainda conhecido por matas de Itabaiana na época, tenha ganhado notoriedade na década de 60 do século XIX com o crescimento da população rural, através do plantio do algodão e o surgimento do núcleo urbano, sua emancipação aconteceu em 1890, ou seja, 193 anos depois da vila de Itabaiana.

Outro fator que se deve observar é que, embora alguns proprietários de terra que ocupavam cargos e influência política residissem na região das matas de Itabaiana, a exemplo de Cassimiro da Silva Melo, José Amâncio Bezerra, João Tavares da Mota, José Antônio Carvalho Lima, Antônio Carneiro de Menezes, dentre outros, os interesses políticos estavam voltados para a vila de Itabaiana.

Ademais, no pouco tempo à frente da administração municipal, José Francisco da Cunha indenizou terrenos para abertura da avenida 7 de setembro, que atualmente leva o seu nome, e deu início a construção do prédio da Intendência, demonstrando a eficiência na gestão pública.

No período de 1934 a 1937, o governo foi exercido com base na Carta Constitucional de 1934, que intensificava a política de centralização do poder, embora houvesse o sistema político de três poderes e se definisse como democrático.

Esse período, conhecido por governo Constitucional de Vargas, durou somente por três anos, até que em 10 de novembro de 1937 Getúlio Vargas anunciou o começo da ditadura do estado Novo no Brasil e outorgou a Constituição de 1937, na qual avocou para si, enquanto presidente do estado Novo, a competência para nomear os interventores (governadores estaduais) e estes deveriam nomear as autoridades municipais. Instituiu ainda a censura aos meios de comunicação, a previsão de pena de morte para crimes políticos e extinguiu as Câmaras de Vereadores e Assembleias Legislativas.

Nesse contexto de plena ditadura, em 31 de maio de 1938 foi instalado o Conselho Municipal de Geografia pelo prefeito Napoleão Emídio da Costa, que nomeou os membros: João Rabello de Moraes, secretário, e os membros Dario Ferreira Nunes, tabelião público, Agostinho Custódio de Carvalho, escrivão de paz, e João de Oliveira Costa, escrivão da exatoria, com fundamento no Regulamento do Conselho Brasileiro de Geografia, cuja função é a de pugnar pelas medidas necessárias à coordenação e ao desenvolvimento dos serviços geográficos municipal sob sua jurisdição (Livro de Atos 1939. Arquivo Municipal de Frei Paulo).

Em 1º de janeiro de 1939 aconteceu a sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio 1939-1943 para a sede do município de São Paulo e demais distritos que compõe o município, ocasião em que foi proferido o seguinte juramento:

Na forma da lei, e de acordo com o rito previsto, tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do povo, o resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em torno dos ideais superiores de uma Pátria una e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu, Napoleão Emídio da Costa, Presidente desta sessão, em nome do Governo do estado, declaro confirmada para todos os efeitos, no Quadro Territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na Lei Orgânica Federal nº 311, de 2 de março de 1938 e nos decretos-leis estaduais nº 69 e 123, respectivamente de 28 de março de 1938 e 20 de agosto do mesmo ano, todas as circunscrições que tem por sede esta localidade que conserva os fóros de cidade, bem assim, os demais distritos do município, ficando as respectivas sedes mantidas na correspondente categoria de vila. Assim fique registrado na História Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil uno e indivisível! Paz ao Brasil rico e forte! Glória ao Brasil desejoso do seu bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana (Livro de Atos - Arquivo Público do município de Frei Paulo)!

Após os horrores da Segunda Guerra Mundial, que culminou com a queda de Hitler e outros governos autoritários da Europa, emergiu com força as ideias democráticas como sistema político mundial, sendo Getúlio Vargas compelido pelos militares a renunciar ao cargo de presidente, o que aconteceu em 29 de outubro de 1945.

Assume o cargo o presidente do Supremo Tribunal Federal, que estabeleceu para o dia 2 de dezembro de 1945 a eleição que leva Eurico Gaspar Dutra à presidência da República Federativa do Brasil.

Nesse contexto, merece destacar os fatos que levaram o Brasil se unir às Forças aliadas em oposição às potências do Eixo, e a importância dos “pracinhas” na Segunda Guerra Mundial, em especial os freipaulistanos.

O mundo viveu os horrores da Segunda Guerra Mundial no período compreendido entre 01 de setembro de 1939 a 02 de setembro de 1944. O que nos parecia distante se mostra tão próximo, porque entre 15 e 19 de agosto de 1942 a costa de Sergipe foi banhada pelo sangue de mortos e feridos quando embarcações brasileiras foram torpedeadas pela águia nazista, o submarino alemão U-507 capitaneado por Harro Schacht.

Dentro dessa simbologia hitlerista, essa ‘águia’ sagaz dos nazistas equivale ao poder de caça do ‘lobo’, pois os marinheiros alemães chamavam seu submarino de lobo, e quando eles agiam juntos, de ‘alcateia de lobos’ ou ‘bando de lobos’ ou ‘lobos cinzentos’. Para os brasileiros - especialmente os sergipanos e baianos - o lobo mais feroz foi o U-570 que matou mais de 600 pessoas, afundando o Baependi, o Araraquara, o Aníbal Benévolo, o Itagiba, o Arara, o Jacira e um navio estrangeiro não identificado (CRUZ. 2010, p. 162).

De luto o Brasil – Reina consternação em todo território sergipano – Todos, todos, chorando a sorte dos seus irmãos, vítimas da selvageria nazista, sentidos até o íntimo da alma e indignados com o torpe e covarde atentado dos agentes totalitários que, tripudiando por sobre as suas vítimas indefesas impotentes de reagir, trucidaram velhos, senhoras mães de família, jovens e crianças inocentes (FOLHA DA MANHÃ. 18 de agosto de 1942, p. 1).

Por sua vez, o U-507 foi torpedeado pelo capitão tenente Jack Lacay da aviação americana.

Assim, o governo do Brasil, que até então estava neutro foi compelido pela indignação do povo brasileiro, através de manifestações nas principais cidades do País, a entrar na guerra ao lado dos aliados que se faziam representar pela Inglaterra, estados Unidos, França, União Soviética e outros, contra a Alemanha, Japão e Itália.

Em 28 de agosto de 1942 foi criada a Legião Brasileira de Assistência pela primeira dama da época, Darcy Vargas, cuja finalidade era prestar toda forma de assistência aos familiares dos soldados enviados à Segunda Guerra Mundial.

Em Frei Paulo, foi nomeada a senhora Maria Genny Ettinger para a função de presidente do Centro Municipal da LBA, sendo ela a responsável por cadastrar as famílias dos soldados, bem como autorizar as despesas com assistência médica, farmacêutica e alimentação.

D.D. Presidente da L.B. de Assistência – Aracaju. Acuso e agradeço recebimento das duas fichas de inscrição n°s 735 e 757 dos soldados José Erivaldo Vieira Teles Menezes e Brasileiro Oliveira Gomes, as quais já foram anotadas para os necessários fins. São Paulo, 27 de outubro de 1943.

Exm^a Sra. Helena Maynard, D.D. Presidente da Comissão Estadual da L.B.A – Aracaju. Temos o grande prazer de acusar o recebimento da ficha de inscrição n° 1.128 do soldado convocado Francisco Venâncio e também enviar a V.

Exa. os talões de assistência alimentar, referente aos meses de março e abril do corrente ano. Cordiais saudações. Frei Paulo, 15 de maio de 1944 (Livro de protocolo 1943-1944 – Arquivo Municipal de Frei Paulo).

Através do Decreto-Lei nº 10.508 de 31 de agosto de 1942 o Brasil declarou estado de beligerância à Alemanha nazista e à Itália fascista.

Em 15 de março de 1943 foi criada a Força Expedicionária Brasileira (FEB) com o objetivo de combater juntamente com os aliados nos campos de guerra europeus. Ainda assim, os brasileiros não acreditavam que o exército conseguiria ir de fato lutar na guerra, e se criou o bordão que era “mais fácil fazer uma cobra fumar do que o Brasil ir à guerra”.

Foi somente no dia 02 de julho de 1944, que a Força Expedicionária Brasileira contando com mais de vinte e cinco mil soldados partiu rumo à Itália, mostrando que a “cobra iria fumar”.

Os combatentes de baixa patente foram denominados de “pracinhas”. De Sergipe, foram pracinhas da Capital e das cidades de Estância, Rosário do Catete, Itabaiana, Japaratuba, Aquidabã, Maruim, Capela, Carira, Propriá, Laranjeiras e Frei Paulo.

Destacamos que os pracinhas antes da convocação desempenhavam as mais diversas funções e, em sua maioria, eram solteiros. Por sua vez, os de carreira militar geralmente pertenciam à classe média e ocupavam cargos altos dentro do exército.

Um fato observado foi o aumento considerável de casamentos havidos na Paróquia de Frei Paulo no período de janeiro a junho de 1944, chegando ao total de 144 matrimônios (Livro de casamentos nº 10, 1941-1944, p. 62 a 96-V), numa clara demonstração do receio de convocação para a guerra.

Foi nesse contexto que diversos sergipanos deixaram seus lares e foram para os campos de batalha, passando por todo tipo de privação e sofrimento, enfrentando os horrores da guerra na busca de um mundo melhor, livre do nazi-fascismo, dentre os quais destacamos os freipaulistas Sílvio Silveira — 1º tenente, Brasiliano Oliveira Gomes — reservista/soldado, ficha de inscrição nº 757, e Francisco Venâncio — reservista/soldado, ficha de inscrição nº 1.128, que participaram na 2ª guerra mundial.

Consta no livro de protocolo do Centro Municipal de Frei Paulo da LBA (1943-1944), os nomes de outros inscritos que foram licenciados, e, portanto, não foram enviados para guerra. São eles: José Ferreira de Matos – ficha nº 94, filho de Maria Francisca Matos e Pedro Ferreira Matos, Justino Ferreira – ficha nº 514, Gumerindo Bessa de Almeida – ficha nº 301, José Erivaldo Vieira Teles Menezes – ficha nº 735, Adelino D. de Souza, José Francisco da Costa, Genolino Domingos, Adalberto José de Oliveira, Brasilino Santos, José da Silva Mota, Luiz Nunes de Rezende, Ademar Alves de Oliveira, Delfino Rodrigues dos Santos, Manoel Deodato dos Santos e Ezequias dos Santos.

O Jornal Correio de Aracaju deu ampla divulgação ao trabalho dos expedicionários, destacando, dentre outros, a participação do 1º tenente freipaulista Sílvio Silveira.

Sílvio Silveira nasceu e foi batizado em Frei Paulo no ano de 1917, filho de José Fernandes da Silveira²⁵ e Maria de Jesus Silveira. Casou em 08 de maio de 1943 com Mabel de Araújo Cabral (Aracaju – Santo Antônio. Livro de casamentos nº 04, 1938-1945, p. 132/133-V).

Brasiliano Oliveira Gomes trabalhou junto ao município de Frei Paulo na construção do prédio do cinema, na pavimentação de ruas e praças, na abertura da estrada que liga a BR-235 ao povoado Alagadiço, dentre outras.

²⁵ José Fernandes da Silveira foi juiz municipal e juiz de paz na vila de São Paulo no ano de 1909. Desenvolveu atividade industrial através de vapor de descarregar algodão, além de ser capitalista, criador e agricultor.

Em 1947, o município de Frei Paulo concedia ajuda pecuniária aos filhos dos soldados heróis.

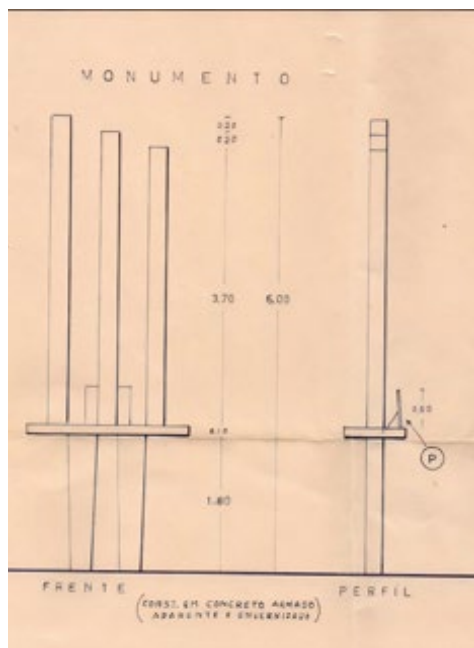
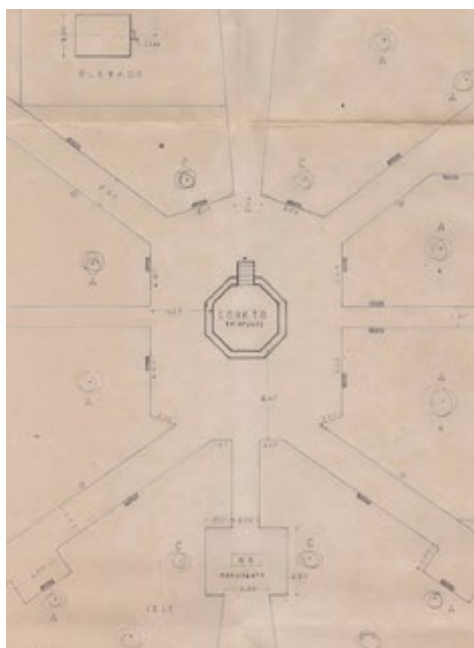
No ano de 1949 foi construído um monumento em homenagem aos soldados freipaulistas na praça Capitão João Tavares. Destaca-se que em 1971 a praça foi reconstruída e, embora o projeto original trouxesse o planejamento para construção de um novo monumento, a justa homenagem foi substituída por uma fonte luminosa que não tinha luz.



Figura 65 - José Guimarães de Carvalho e Josefa Castália Nunes no Monumento da praça Capitão João Tavares da Mota – 1950 (data aproximada)



Figura 66 - Fonte luminosa da praça Capitão João Tavares da Mota – 2020



Figuras 67 – 68 - Parte da planta baixa do projeto de reforma da praça Capitão João Tavares - 1971

Assim, as informações foram se perdendo no tempo e o valeroso empenho e desprendimento dos freipaulistanos não ficaram registrados para as gerações futuras.

Voltando ao contexto do momento político que se encerrou com a Segunda Guerra Mundial e a era Vargas, na gestão de Dutra foi promulgada a Constituição de 1946, que restabeleceu o sistema democrático, reestabelecendo também a liberdade de expressão e a separação dos poderes, extinguindo a pena de morte por crime político e definindo as eleições diretas para os principais cargos do Executivo e Legislativo.

Com o retorno das eleições diretas, foi eleito em Frei Paulo o prefeito Izauro Soares para o mandato de 16 de novembro de 1947 a 31 de janeiro de 1951, e os vereadores João Pedro Alves, Antônio Vieira de Macedo, José Gregório Filho, Josias Antônio do Nascimento e Euclides Goes. Este último teve seu mandato cassado em 06 de julho de 1949 por residir fora do município, assumindo o mandato em seu lugar o suplente de vereador, Antônio Dutra Sobrinho em 06 de julho de 1949.

Essa Constituição teve vigência até 1988, quando houve a promulgação da Constituição Cidadã. Entretanto, ela já havia perdido força após o golpe de estado de 1964, e ainda mais, após recepcionar as emendas que trouxeram de volta a ditadura militar, especialmente o AI-5 – Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

A partir de 1968, com a vigência do AI-5, o Brasil reviveu com intensidade mais uma página negra da sua história. A censura e o autoritarismo voltaram a vigorar no país e perseguições, sequestros, tortura (física e psicológica) e assassinatos passaram a ser práticas comuns contra todos que não comungassem do mesmo pensamento dos militares.

Foi assim, à custa do sangue e da vida de muitos brasileiros, que o Brasil virou essa página e estabeleceu, espero que finalmente, o estado Democrático de Direito, com a implementação das garantias individuais e coletivas.

Tabela 12 – Membros dos Poderes Executivo e Legislativo

PERÍODO	CARGO	NOME
25/01/1890 – exonerado a pedido em 26/03/1890	Presidente do Conselho de Intendência por nomeação	Coronel Cassimiro da Silva Melo
26/03/1890 a 26/12/1890	Presidente do Conselho de Intendência por nomeação	Francisco Antônio de Carvalho Junior
10/12/1890 – desconhecido	Presidente do Conselho de Intendência por nomeação	Tenente José Correia Dantas
25/01/1890 a 25/12/1890	Membro do Conselho por nomeação	Manuel José de Jesus
Março/1890 a 28/10/1890	Membro do Conselho por nomeação	Paulo Nunes Nepomuceno
18/11/1890 – desconhecido	Membro do Conselho por nomeação	José Fernandes da Silveira
17/03/1891 – desconhecido	Membro do Conselho por nomeação	Major José Amâncio Bezerra
17/03/1891 – desconhecido	Membro do Conselho por nomeação	Liberato da Costa Andrade
1893-1895	Primeiro intendente eleito – Eleição realizada em 01/10/1892	Alferes Manoel Antônio da Silva Nunes

1896-1899	Intendente eleito em 1895	Major José Amâncio Bezerra
1896-1899	Membro do Conselho	Antônio José de Oliveira
	Membro do Conselho	Antônio Correia Dantas
	Membro do Conselho	Francisco Cornelio de Almeida
	Membro do Conselho	Francisco José de Araújo
	Membro do Conselho	Francisco Romualdo Barreto
	Membro do Conselho	José Barbosa Leal
	Membro do Conselho	José Martins Fontes
	Membro do Conselho	José Rufino de Oliveira
1903-1904	Intendente	Capitão José Tavares da Mota
1905-1906	Intendente	Francisco Dionísio Oliveira
1907-1908	Intendente	Antônio Francisco Rodrigues Lima
1907-1908	Presidente do Conselho	Manoel Hypolito Rabelo Moraes
	Membro do Conselho	Bernardino Soares de Lima
	Membro do Conselho	Domingos José Ferreira
	Membro do Conselho	João Antônio de Rezende
	Membro do Conselho	Juvenio José Ferreira
	Membro do Conselho	Mecenas do Prado Pinto Peixoto
1909-1910	Intendente	Manoel Hypolito Rabelo Moraes
1911-1912	Intendente	Alcino Soares
1911-1912	Presidente do Conselho	Manoel Hypolito Rabelo Moraes
	Membro do Conselho	Domingos José Ferreira
	Membro do Conselho	Elpidio Rabello de Moraes
	Membro do Conselho	Francisco Rabello de Moraes
	Membro do Conselho	João Antônio de Rezende
	Membro do Conselho	Manoel José Telles
	Membro do Conselho	Manoel Joaquim Fiapo
1912-1912	Presidente do Conselho	Girmino Rabello de Moraes.
	Membro do Conselho	Elpidio Rabello de Moraes
	Membro do Conselho	João Antônio de Rezende
	Membro do Conselho	Manoel Joaquim Fiapo
	Membro do Conselho	Pedro Rodrigues Lima
1913-1914	Intendente	José Joaquim de Oliveira
1913-1914	Presidente do Conselho	Manoel Gabriel Ettinger
	Membro do Conselho	Alcino Soares
	Membro do Conselho	João Antônio de Rezende
1915-1917	Intendente	Francisco Raimundo Barreto
1915-1917	Presidente do Conselho	Vago
	Membro do Conselho	José Joaquim de Oliveira
	Membro do Conselho	Manoel Joaquim do Rego
	Membro do Conselho	Tibério Bezerra
1918-1919	Intendente	Coronel Pedro Rodrigues Lima

1918-1919	Presidente do Conselho	Manoel José de Jesus
	Membro do Conselho	Antônio Francisco Rodrigues Lima
	Membro do Conselho	José Carlos Borges
	Membro do Conselho	Pedro Rabello de Moraes
Janeiro/1920 a dezembro/1922)	Intendente	Major Tibério Bezerra
Janeiro/1923-1924	Intendente	Antônio Joaquim de Andrade
Janeiro/1923-1924	Presidente do Conselho	Manoel Antônio da Silva Nunes
	Secretário do Conselho	Ascendino Francisco dos Santos
	Membro	Dionizio da Cunha Barreto
	Membro	João Gonçalves Dias
	Membro	João Baptista de Rezende
	Membro	José Francisco das Chagas
	Membro	Pedro Germano de Gois
1925-1926	Intendente	Alfêres Manoel Antônio da Silva Nunes
1927-1928	Intendente	Major Conrado Tavares da Silva
1927-1928	Presidente do Conselho	José Carlos Borges
	Secretário do Conselho	Josias Ferreira Nunes
	Membro	João Antônio de Rezende
	Membro	José Francisco das Chagas
	Membro	José Gumercindo dos Santos
	Membro	Joviniano Jesus Oliveira
	Membro	Manoel Joaquim do Rego
1929-1930	Intendente	José Carlos Borges
1929-1930	Presidente do Conselho	Josias Ferreira Nunes
	Secretário do Conselho	Bartholomeu Santos
	Membro	José Gumercindo dos Santos
	Membro	José Joaquim de Jesus
	Membro	José Oséas Ferreira
	Membro	Manoel Joaquim do Rego
	Membro	Pedro Sobral
1930 – 31/05/1931	Intendente	José Francisco da Cunha (1º intendente da Revolução de 1930)
01/06/1931 a 31/07/1932	Intendente	Maurício Ettinger
01/08/1932 - 1935	Intendente	Antônio Joaquim de Andrade
1934-1935	Conselho Consultivo	Antônio Rodrigues Lima
		Francisco Romualdo Barreto
		Tranquilino Barreto Guimarães
1935-1936	Intendente	Antônio Gonçalves Dias
1936-1938	Prefeito	Napoleão Emídio da Costa
1939-1941	Prefeito	Francisco Emídio da Costa

18/07/1941 a 1942	Prefeito	Maurício Ettinger
1942-1943	Prefeito	Francisco Fernandes da Silveira
1944-1945	Prefeito	Francisco Emídio da Costa
22/02/1945 a 13/03/1946	Prefeito	Francisco Emidio da Costa
14/03/1946 -15/11/1947	Prefeito	Francisco Nunes de Resende
16/11/1947-31/01/1951	Prefeito	Izauro Soares ²⁶
1ª Legislatura	Presidente	João Pedro Alves
16/11/1947-31/01/1951	Secretário	Antônio Vicira de Macedo
	Vereador	Euclides Goes (cassado o mandato em 06/07/1949 por residir fora do município)
	Vereador	Antônio Dutra Sobrinho (assumiu o mandato em 06/07/1949)
	Vereador	Josias Antônio do Nascimento
	Vereador	José Gregório Filho
31/01/1951-31/01/1955	Prefeito	Dario Ferreira Nunes
2ª Legislatura	Presidente	Justiniano Batista de Oliveira
31/01/1951-31/01/1955	Secretário	Valdomiro da Costa Andrade (cassado por ter faltado a mais de trinta sessões)
	Vereador	Amerim Bezerra Bispo (assumiu o mandato em 06/02/1953)
	Vereador	Antônio Santana Mesquita
	Vereador	João Alves Evangelista (perdeu o mandato em 06/02/1953 por passar a residir em outro estado)
	Vereador	João Pereira Filho (assumiu em 18/01/1953)
	Vereador	Pedro Francisco de Souza
31/01/1955-31/01/1959	Prefeito	João Rodrigues Lima
3ª Legislatura	Presidente	Daniel Paixão dos Santos
31/01/1955-31/01/1959	Secretário	Oliveira da Conceição
	Vereador	Antônio Santana Mesquita
	Vereador	Clemyro Bezerra
	Vereador	Fleuri Teles Barreto
	Vereador	Francisco Almeida
	Vereador	José Bezerra
31/01/1959 – 18/08/1962	Prefeito	João Teles da Costa ²⁷
18/08/1962 – 31/01/1963	Prefeito	Justiniano Batista de Oliveira ²⁸

²⁶ Izauro Soares, nascido em Palmares, batizado no Riachão, e residente em Carira, filho de Tertuliano José de Santana e Teresa Maria de Jesus, viúvo de Guiomar Teles Soares, contraiu matrimônio com Josefa Santana no dia 21 de abril de 1938.

²⁷ Em 18 de agosto de 1962 João Teles da Costa se afastou do mandato para concorrer ao cargo de Deputado Estadual.

²⁸ Com o afastamento de João Teles da Costa, em 18 de agosto de 1962 Justiniano Batista de Oliveira assumiu o mandato de prefeito até o dia 31 de janeiro de 1963.

4ª Legislatura	Presidente em 31/01/1959	Daniel Paixão dos Santos
31/01/1959 – 31/01/1963	Presidente em 31/01/1961	Josias de Souza Macedo (assumiu em 12/01/1960)
	Vereador	Constantino Silva (faleceu em 24/06/1959)
	Vereador	Eronildes José dos Santos (empossado em 28/07/1959 e renunciou em 12 de junho de 1962)
	Vereador	Getúlio de Oliveira Costa (renunciou em 12/01/1960)
	Vereador	Justiniano Batista de Oliveira
	Vereador	José de Oliveira Menezes
31/01/1963 - 31/01/1967	Prefeito	Daniel Paixão dos Santos
03/02/1967 – 29/03/1967	Interventor federal	Augusto Pereira de Oliveira
5ª Legislatura	Presidente	Josias de Souza Macedo (faleceu em abril de 1964)
31/01/1963 - 31/01/1967	Presidente em 22/01/1964	André Avelino do Nascimento
	Presidente em 01/02/1965	José Alfredo Rodrigues Lima
	Vereador	Eronildes José dos Santos (renunciou em 17/03/1965)
	Vereador	José Ranulfo
	Vereador	José Enoque Santos (22/01/1964)
	Vereador	Luiz Carlos Dantas (27/03/1965)
30/03/1967-31/01/1969 ²⁹	Prefeito	João Teles da Costa
	Vice-prefeito	José Tavares da Mota
6ª Legislatura	Presidente	José Onofre Barbosa dos Santos
30/03/1967-31/01/1971	Presidente em 01/02/1970	Fleuri Teles Barreto
	Vereador	Antônio Oliveira Dantas
	Vereador	Edinaldo Silva
	Vereador	José Fernando Costa
31/01/1971-31/01/1973	Prefeito	Rubens Andrade
	Vice-prefeito	José Israel de Almeida
7ª Legislatura	Presidente	José Paulo da Costa
31/01/1971-31/01/1973	Vereador	José Onofre Barbosa dos Santos
	Vereador	José Oliveira Dantas
	Vereador	José dos Santos Filho
	Vereador	Paulo de Souza Reis
	Vereador	Paulo Matos Andrade
31/01/1973-31/01/1976	Prefeito	João Teles da Costa (Faleceu em 14 de julho de 1977)
	Vice-prefeito	José Dantas Neto

²⁹ Consta na ata de posse que a eleição realizada em 12 de março de 1967 foi para o biênio de 30 de março de 1967 a 31 de janeiro de 1969, porém o mandato seguiu até 31 de janeiro de 1971. No mais, em 01 de fevereiro de 1970 foi realizada a eleição para a mesa diretora da Câmara com os mesmos vereadores.

8ª Legislatura 31/01/1973-31/01/1976	Presidente de 1973	Antônio Dantas Nunes (faleceu em 27/10/1974)
	Presidente 1974/1975	Manoel Boanerges dos Santos
	Presidente 1975/1977	Dario Nunes Filho
	Vereador	José Celmo Lima (08/11/1974)
	Vereador	José Onofre Barbosa dos Santos
	Vereador	José Paulo da Costa
	Vereadora	Maria Izabel dos Santos Mendonça
01/02/1977-01/02/1983	Prefeito	José Batista Nunes (Batista Félix)
	Vice-prefeito	Eronildes José dos Santos
9ª Legislatura 01/02/1977-01/02/1983	Presidente 1977/1978	José Francisco dos Santos Neto
	Presidente 1979/1980	Antônio Daltro Dantas
	Presidente 1981/1982	Dario Nunes Filho
	Vereador	Aurelino José dos Santos (10/03/1982)
	Vereador	Hilarindo Barreto de Mendonça (faleceu em 08/03/1982)
	Vereador	José Paulo da Costa
	Vereador	José Alves da Silva
	Vereadora	Maria Izabel dos Santos Mendonça
01/02/1983-31/12/1988	Prefeito	José Arinaldo de Oliveira
	Vice-prefeito	Manoel Vivaldo
10ª Legislatura 01/02/1983-31/12/1988	Presidente 1983/1984	Dario Nunes Filho
	Presidente 1985/1986	Edinaldo da Silva
	Presidente 1987/1988	José Alves da Silva
	Vereador	Antônio Daltro Dantas
	Vereador	Gildo Alves Bezerra
	Vereador	Manoel Alves de Oliveira
	Vereadora	Maria Rezende Costa
01/01/1989-31/12/1992	Prefeito	Manoel Soares de Souza
	Vice-prefeito	José Paulo da Costa
11ª Legislatura 01/01/1989-31/12/1992	Presidente 1989/1990	Ivo Lima dos Santos
	Presidente 1991/1992	Edinaldo da Silva
	Vereador	Antônio Daltro Dantas
	Vereador	José Paulo Mendonça da Mota
	Vereador	Luiz Alves Tourinho
	Vereador	Manoel Alves de Oliveira
	Vereadora	Maria de Souza Machado
	Vereadora	Maria Rezende Costa
	Vereador	Ozeias Pereira da Conceição

01/01/1993-31/12/1996	Prefeito	José Paulo da Costa
	Vice-prefeito	Benedito Carlos Dantas
12ª Legislatura	Presidente 1993/1994	Antônio Daltro Dantas
01/01/1993-31/12/1996	Presidente 1995/1996	Ivo Lima dos Santos
	Vereador	Edinelson de Jesus Andrade
	Vereador	Luiz Antônio de Oliveira
	Vereador	José Ademir de Santana
	Vereador	José Jairton de Almeida
	Vereador	Manuel Pereira de Oliveira
	Vereador	Orlando Pereira da Conceição
	Vereador	Washington Luiz dos Santos
01/01/1997-31/12/2000	Prefeito	Manoel Soares de Souza
	Vice-prefeito	José Israel de Almeida
13ª Legislatura	Presidente 1997/1998	Geraldo Nunes de Almeida
01/01/1997-31/12/2000	Presidente 1999/2000	Antônio Daltro Dantas
	Vereador	Aurelino José dos Santos
	Vereador	Edivaldo dos Santos Lima
	Vereador	José Ademir de Santana
	Vereador	José Milton Pereira dos Santos
	Vereador	Manuel Pereira de Oliveira
	Vereadora	Maria Iolanda Monteiro Bezerra
	Vereador	Washington Luiz dos Santos
01/01/2001-31/12/2004	Prefeito	Geraldo Nunes de Almeida
	Vice-prefeito	Aderbaldo Oliveira
14ª Legislatura	Presidente 2001/2002	Maiza Vieira de Almeida Prado
01/01/2001-31/12/2004	Presidente 2003/2004	José Ademir de Santana
	Vereadora	Ana Maria Dantas e Santana
	Vereadora	Adenilza Maria Modesto de Oliveira
	Vereador	José Milton Pereira dos Santos
	Vereador	Luiz Antônio de Oliveira
	Vereador	Manoel Pereira de Oliveira
	Vereadora	Maria Lucia Pereira de Santana
	Vereadora	Vilma Dantas do Couto Pereira
01/01/2005-31/12/2008	Prefeito	Aderbaldo Oliveira
	Vice-prefeita	Ducelina Modesto de Oliveira

15ª Legislatura	Presidente 2005/2006	Ana Maria Dantas e Santana
01/01/2005-31/12/2008	Presidente 2007/2008	Adenilza Maria Modesto de Oliveira
	Vereador	Edivaldo dos Santos Lima
	Vereador	Egnaldo Dantas de Oliveira
	Vereador	José Ademir de Santana
	Vereador	José Milton Pereira dos Santos
	Vereadora	Maiza Vieira de Almeida Prado
	Vereador	Manoel Pereira de Oliveira
	Vereadora	Vilma Dantas do Couto Pereira
01/01/2009-31/12/2012	Prefeito	José Arinaldo de Oliveira Filho
	Vice-prefeito	José Ademir de Santana
16ª Legislatura	Presidente 2009/2010	Maiza Vieira de Almeida Prado
01/01/2009-31/12/2012	Presidente 2011/2012	Adenilza Maria Modesto de Oliveira
	Vereador	Edivaldo dos Santos Lima
	Vereador	Egnaldo Dantas de Oliveira
	Vereador	José Claudio Matos
	Vereador	José Milton Pereira dos Santos
	Vereador	José dos Reis Santos
	Vereadora	Vilma Dantas do Couto Pereira
	Vereador	Vanaldo Pereira dos Santos
01/01/2013-31/12/2016	Prefeito	José Arinaldo de Oliveira Filho
	Vice-prefeito	José Ademir Santana
17ª Legislatura	Presidente 2013/2016	Vanaldo Pereira dos Santos
01/01/2013-31/12/2016	Vereadora	Adenilza Maria Modesto de Oliveira
	Vereadora	Adna Santos Evangelista
	Vereador	Egnaldo Dantas de Oliveira
	Vereador	Ivo Lima dos Santos
	Vereador	Janisson Almeida de Oliveira
	Vereador	José dos Reis Santos
	Vereador	Manoel Pereira de Oliveira
	Vereador	Wladimir Dantas Souza
01/01/2017 - 31/12/2020	Prefeito	Anderson Menezes
	Vice-prefeita	Mércia Dantas Nunes de Souza

18ª Legislatura	Presidente 2017/2020	Ivo Lima dos Santos
01/01/2017 - 31/12/2020	Vereadora	Adenilza Maria Modesto de Oliveira
	Vereador	Antônio Fernandes Andrade Júnior
	Vereador	Eginaldo Dantas de Oliveira
	Vereador	José dos Santos
	Vereador	José Fernando Pereira Lima
	Vereador	José Milton Pereira dos Santos
	Vereador	Rivaldo de Santana
	Vereador	Vanaldo Pereira dos Santos
01/01/2021 – 31/12/2024	Prefeito	Anderson Menezes
	Vice-prefeita	Mércia Dantas Nunes de Souza
19ª Legislatura	Presidente 2021/2022	Antônio Fernandes Andrade Júnior
01/01/2021 – 31/12/2024	Vereador	Edson Alves de Andrade
	Vereador	Getúlio Enoque Pereira Filho
	Vereador	Ivo Lima dos Santos
	Vereador	José dos Santos
	Vereadora	Maria das Dores Dantas de Carvalho
	Vereador	Osmar Reges da Cruz
	Vereador	Rivaldo de Santana
	Vereador	Vanaldo Pereira dos Santos

A primeira mulher a exercer mandato eletivo em Frei Paulo foi a senhora Maria Izabel dos Santos Mendonça (filha de Manoel Antônio dos Santos) casada com Paulo Dantas de Mendonça (filho de Maria Dantas de Mendonça e Hilário Rodrigues de Mendonça — seu Pequeno).

Antes dela, a senhora Magnólia Barbosa Lima, filha de Augusto Barbosa Lima e Maria Barbosa Lima, que casou com Getúlio Ferreira Bispo, foi eleita vereadora suplente no pleito de 03 de outubro de 1958, sendo convocada para assumir o mandato em 18 de agosto de 1962 em virtude da renúncia do vereador Eronildes José dos Santos. Contudo, não existe o registro de que Magnólia tenha assumido o mandato.

Depois de Maria Izabel (com exceção da legislatura de 1993 a 1996), todas as legislaturas tiveram vereadoras. Na legislatura de 2001-2008 foi onde se registrou a maior presença de mulheres no Poder Legislativo, inclusive na legislatura de 2001-2004 as mulheres eram maioria. Atualmente, a Câmara de Vereadores conta somente com uma vereadora, o que se mostra na contramão do momento, porque o mundo vive uma época em que o empoderamento feminino e as bandeiras de igualdade de direitos entre gêneros tem ganhado visibilidade.

REPRESENTANTES NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, CÂMARA DOS DEPUTADOS E GOVERNO DO ESTADO

O primeiro representante da região que atualmente corresponde ao município de Frei Paulo no Poder Legislativo do estado, de que se tem registro, foi o coronel Antônio Carneiro de Menezes. Lima Junior (1919) faz constar no artigo Memória sobre o Poder Legislativo de Sergipe (1824-1889), que o coronel Carneiro de Menezes, nascido em 1817 foi suplente de deputado em 1855 e eleito deputado em 1856/1857, 1858/1859, 1860/1861, 1862/1863, 1870/1871, 1876/1877.

Lima (2004, p. 204) vem complementar informando que,

As eleições para Deputados à Assembléia Legislativa ocorreram em 5 de agosto de 1875, estando o estado dividido em 2 Distritos Eleitorais, contando cada um com 12 (doze) deputados, conforme a legislação vigente. Para o 1º Distrito, foram eleitos o Dr. José Martins Fontes (Juiz Municipal de Itabaiana) e o Tenente Coronel Antônio Carneiro de Menezes (lavrador), pertencente ao Quarteirão nº 30 (Bem Feita e Taquari), Região hoje pertencente ao município de Frei Paulo, cujas terras eram bastante valorizadas, devido a plantação e exploração do algodão.

Carneiro de Menezes é membro fundador do Gabinete Literário de Itabaiana, criado em 28 de fevereiro de 1875. Antes disso, integrou a diretoria do Hospital Santa Izabel de Aracaju, criado em 24 de maio de 1858 pela Resolução nº 493 da Assembleia Legislativa Provincial e sancionada pelo presidente do estado de Sergipe Dr. João Dabney D'Avellar Brotero com o nome de Hospital de Caridade Senhora da Conceição (Ata do Livro Patrimonial), tendo começado suas atividades em 16 de fevereiro de 1862 (SILVA, 2006, p. 28/29).

Depois de Carneiro de Menezes, outros freipaulistanos exerceram mandato eletivo de deputado estadual, deputado federal e vice-governador do estado. Na tabela nº 13 são apresentados os nomes, cargos e período.

**Tabela 13 – Representantes na Assembleia Legislativa,
Câmara dos Deputados e Governo do estado**

Nome	Cargo	Período ou ano de eleição
Antônio Carneiro de Menezes	Deputado estadual	1855 (suplente de deputado)
		1856/1857
		1858/1859
		1860/1861
		1862/1863
		1870/1871
		1876/1877
José Amâncio Bezerra ³⁰	Deputado estadual	1898/1899

³⁰ José Amâncio Bezerra foi deputado estadual no biênio 1898-1899 na vaga do seu irmão Antônio Amâncio Bezerra.

Gentil Tavares da Mota	Deputado estadual	23/06/1918 a 1919 1920/1922
	Deputado federal	22 de agosto de 1922 a 1924 1924/1926
Napoleão Emídio da Costa	Deputado estadual	Desconhecido o período
Dario Ferreira Nunes	Deputado estadual	Desconhecido o período
Jaime de Araújo Andrade	Deputado estadual	1966/desconhecido
João Teles da Costa	Deputado estadual	1963/desconhecido
José Arinaldo de Oliveira	Deputado estadual (suplente)	Assumiu o mandato por duas vezes na legislatura de 1991 a 1994.
Djenal Tavares de Queiroz	Deputado estadual	1962
		1966
		1970
		1974
		1986
		1990
	Vice-governador do estado	1978
	Governador do estado por ocasião da renúncia de Augusto Franco.	1982

PESSOAL DA JUSTIÇA E POLÍCIA

Reis (1943, p. 69-78) descreve a organização judiciária e do Ministério Público, no período do Brasil Império, da seguinte forma:

A Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, tratando da organização do Poder Judiciário, estabeleceu que o mesmo se comporia de juizes e jurados; estes “julgariam sobre o fato”, enquanto os primeiros aplicariam a lei. Criados os Juizes de Direito, determinou seriam “perpétuos” e “amovíveis”. Extintas as Ouvidorias pelo Código do Processo Criminal de 1832, foram criadas as primeiras comarcas da província, pelo Presidente em Conselho e nomeados os primeiros Juizes de Direito de Sergipe.

No período Colonial existia na província o Juiz dos Feitos da Fazenda. Em 1890 foi criado o Juiz de Casamentos. Em 1923 foi criado o Juiz privativo de menores. O Decreto Lei nº 76, de 3 de setembro de 1931 criou o Juízo Privativo para processar e julgar as causas cíveis e criminais decorrentes de acidentes de trabalho.

Com a extinção das Ouvidorias, foram criados os Juizes Municipais e conservados os Juizes de Órfãos que já existia no Período Colonial.

Pelas determinações da lei que os criou, os juízes municipais eram nomeados pelo Presidente da província, mediante proposta das Câmaras Municipais, em listas de três candidatos, organizada de três em três anos, tirados dentre os seus habitantes formados em direito, ou advogados hábeis, ou dentre pessoas bem conceituadas, e nas faltas repentinas a Câmara nomearia um que servisse interinamente.

Os suplentes de juiz municipal, foram criados pelo Dec. N. 261 de 3 de setembro de 1841, para substituírem os titulares do cargo em casos de impedimentos. Eram nomeados pelo Presidente da província, por quatro anos, seis cidadãos notáveis do lugar, pela sua fortuna, inteligência e boa conduta. Em 1871, foram reduzidos para três os suplentes.

Os Juízes de Paz foram criados em 1824.

O cargo de promotor público foi criado pelo Código de Processo Criminal.

Os promotores eram escolhidos entre os jurados, preferidos dentre eles os que mais fossem instruídos nas leis, e nomeados pelo governo na Corte, e pelos presidentes das províncias, por tempo de 03 anos, sob proposta triplíce das Câmaras Municipais.

A lei nº 261, de 03 de dezembro de 1841 deu preferência aos bacharéis formados, idôneos, os quais serviam pelo tempo que conviesse à sua conservação. Em cada Comarca haveria um, ao qual cumpria acompanhar o juiz de direito.

A lei n. 2.033 de 20 de setembro de 1871 dispôs que os promotores públicos seriam substituídos pelos respectivos ajudantes, devendo haver um em cada Termo, proposto pelo juiz de direito da respectiva Comarca e aprovado pelo presidente da província. O Dec. 4.824, de 22 de dezembro do mesmo ano que regulamentou esta lei os chamou de adjuntos.

A comarca de Sergipe foi criada em 08 de maio de 1833, sendo que, na divisão judiciária da província de 1833 a 1846, a vila de Santo Antônio e Almas de Itabaiana era um termo da comarca de São Cristóvão, e posteriormente passou a termo da comarca de Laranjeiras.

A comarca de Itabaiana foi criada pela Resolução Provincial n. 569, de 09 de julho de 1859. Contudo, desde 24 de janeiro de 1846, pelo Decreto nº 444, Itabaiana já era termo judiciário especial, provido por juiz municipal e de órfãos³¹, togado³².

Após a proclamação da República dos estados Unidos do Brasil passaram a reger-se pela Constituição de 1891. Por sua vez, o estado de Sergipe promulgou a sua Constituição em 18 de maio de 1892, reformada pela lei nº 130, de 04 de abril de 1895.

Através da Lei nº 3, de 19 de setembro de 1891 o estado de Sergipe foi dividido em 30 termos, dentre os quais está o termo de São Paulo, integrante da comarca de Itabaiana.

A Divisão Judiciária do estado passou a vigorar da seguinte forma (LISBOA, 1897, p. 47):

- a) Comarcas
- b) Termos
- c) Distritos

O poder judiciário é exercido por:

31 O Brasil esteve sujeito à legislação portuguesa, até ser editada a primeira Constituição do Brasil, que revogou a maior parte das Ordenações Filipinas. Foram impostas ao Brasil três Ordenações Portuguesas: Afonsinas (1446 a 1514), Manuelinas (1521 a 1595) e Filipinas (1603 a 1916). Desde as Ordenações Afonsinas já existia a figura do juiz de órfãos, que tinha a competência para atuar na defesa dos órfãos, nomeando-lhe tutor ou curador.

32 O juiz togado é aquele que possui formação jurídica.

- Juízes de paz, nos districtos.
- Juízes preparadores, nos termos.
- Juízes de direito, nas comarcas.
- O Tribunal de relação, em todo o estado.

São auxiliares das autoridades judiciárias os funcionários que compõem o ministério público, a saber:

- Um procurador Geral.
- Um promotor público em cada comarca, accumulando no termo de sua residência as funções de curador geral dos órfãos, interdictos, ausentes e promotor de resíduos.
- Um adjunto de promotor em cada termo, accumulando aquellas funções, no lugar onde não residir o promotor público.
- Os tabelliães e escrivães.
- Os officiaes de justiça e porteiro dos auditórios.
- O Secretário e mais empregados do Tribunal da relação.
- Os inspectores de quarteirão e carcereiros.
- Os advogados e sollicitadores.

A eleição dos intendentos, conselheiros e juízes de paz eram realizados no regime de sufrágio direto, em 1º de setembro do último ano do biênio para os intendentos e conselheiros, e do quadriênio para os juízes de paz.

O mandato dos juízes de paz era de quatro anos, sendo eleitos quatro juízes em cada Distrito, que atuavam sucessivamente um ano cada um, seguindo na ordem dos mais votados.

Com a elevação à categoria de vila, Frei Paulo (São Paulo à época) passou a termo e distrito da comarca de Itabaiana e passou a ser provido por juiz municipal e de órfãos e juízes de paz. Em 20 de maio de 1890 foi criado o foro civil na vila de São Paulo (O REPUBLICANO. 24 de maio de 1890. p. 1).

Com a criação do foro civil, através do Decreto nº 49, de 05 de junho de 1890 “foi criado na villa de São Paulo um Cartório de Escrivão de Órfãos e Ausentes, ao qual serão anexas todas as attribuições de 1º e 2º tabellião do público, judicial e notas, e escrivão de capellas e resíduos”(O REPUBLICANO. 08 de junho de 1890. p. 1).

Em 1890 foram nomeados para suplentes do juiz municipal e de órfãos do Termo de São Paulo os senhores João Tavares da Motta, José Antônio de Silva Nunes e Sebastião José de Santiago (GAZETA DE SERGIPE. 22 de maio de 1890, p. 2).

Em 11 de julho de 1890, João Tavares da Motta, 1º suplente de juiz municipal e de órfãos publicou o edital de criação do *Cartório de Escrivão de Órfãos e Ausentes* e convidou os interessados a se apresentarem perante o juízo com o requerimento. João Rosendo da Cerqueira foi o único candidato a se apresentar para o provimento dos officios de tabelião e escrivão de órfãos e ausentes (O REPUBLICANO. 02 de agosto de 1890, p. 4).

Os juízes municipais e os suplentes eram nomeados pelo presidente da província dentre os cidadãos notáveis do lugar, pela sua fortuna, inteligência e boa conduta. Todos os órgãos responsáveis pela manutenção da ordem pública eram indicados pelo poder político, o qual, por sua vez, exercia a ingerência sobre eles e influenciavam em suas decisões, afetando a imparcialidade e a independência dos poderes.

Sousa (1993-1999, p. 146), fundamentado em uma correspondência de 1895, relata um fato havido na comarca de Itabaiana e Frei Paulo,

A Comarca de Itabaiana, por exemplo, foi uma das mais problemáticas de todo o estado Sergipano quanto às interferências do poder local no exercício da justiça.

Um exemplo, foi o desentendimento ocorrido em 1895 entre o promotor público Francisco Vieira de Andrade, o Juiz Zacarias Hora e o chefe político José Sebrão de Carvalho. Em correspondência ao Egrégio Tribunal, o promotor, Francisco Vieira de Andrade, declarou perante o Egrégio Tribunal “que não sentia com a precisa liberdade de ação para exercer o cargo de Promotor Público na Comarca”.

O juiz Zacarias Hora foi mais direto ao informar o que estava acontecendo na comarca de Itabaiana e de São Paulo onde exercia o seu trabalho. Denunciou as perseguições impetradas contra ele, após voltar de suas férias, e o impedimento de exercer o seu cargo. Na sua correspondência ao Supremo Tribunal, Zacarias apresentou, além do registro da sua situação, o pedido de garantia de vida para exercer o seu cargo.

O poder judiciário, também, tem sido uma das vítimas por meio das disposições e demissões...(...) Não deixo portanto poupar-me, e com efeito, como já comuniquei a este tribunal, no dia 02 de dezembro passado fui intimidado por desordeiros, entre ameaças e promessas de violências, para deixar o cargo. Era um meio para que este cargo ficasse vago, pois sem força e sem garantias, a resistência não seria de escapar. Não obstante resisti e continuaram a meu respeito as violências, sendo um desacato em ato do meu ofício, como sucedido no dia 12 de dezembro, em que o perturbador José Sebrão de Carvalho, mandou trancar a casa do conselho, comigo dentro dela dando audiência. No dia 19 do mês a vila de São Paulo foi invadida por capangas tendo na frente o desordeiro José Amâncio, que ele fora deitar-me para fora, pois eu tinha ido assumir o exercício naquele termo. Não são desconhecidas a V. Sa. as violências que a força policial naquele dia fez naquele termo.

Achando-se agora melhorado dos meios incômodos não posso voltar ao meu termo para reassumir o exercício do meu cargo por não contar com garantias. Já que não posso exercer livremente os atos dos meus ofícios em vista do que tem sucedido e das ameaças que continuam a meu respeito, e não contando com providências que me cerquei de necessário prestígio não me devo expor a superiores desacatos, que podem até comprometer a minha vida. Assim, V. Sa., se pode, me dê as garantias e providências de que preciso, pois não tenho outra autoridade a quem a pedir para voltar ao termo.

Carvalho (2009, p. 233) explica,

Para Juiz e Promotor não existia concurso, nem impedimentos político-partidários, de forma que quase todos vestiam, escancaradamente, camisas políticas.

O outro representante do poder político era o Delegado de Polícia, cargo essencialmente político, recaindo no chefe local de maior prestígio.

Outro poder era o Exator, representando o fisco provincial, a arrecadar impostos.

Na verdade, essa situação perdurou em relação aos delegados de polícia até os primeiros anos do século XXI, precisamente, até o ano de 2007, quando o cargo passou a ser provido por delegado concursado, o que deu liberdade para agir independente do comando político local.

Destaque-se que, geralmente, as autoridades vinculadas ao Judiciário tinham uma relação harmoniosa e respeitosa com os demais poderes, como destacado no jornal O Paulistano.

Exemplo disso, em junho de 1931, o juiz da comarca de Itabaiana, dr. José Joaquim da Fonseca realizou uma sessão de júri na cidade de São Paulo e ao findarem os trabalhos,

o povo em massa, acompanhado da banda de música União Lira Paulistana, prestou a s. ex^a. uma grande homenagem. Nessa ocasião, interpretando o sentir do povo paulistano e do sr. prefeito municipal, falou o nosso prezado director, contando o passado honrado do distinto juiz.

Em seguida, falou o jovem Sr. Camillo Sousa, aqui de passagem, associando-se às homenagens que o nosso povo prestava ao íntegro juiz.

O Dr. Fonseca, respondeu sensibilizado, fazendo apologia do capitão João Tavares, cuja figura máscula relembrava com saudade naquela ocasião. A banda musical encantou o auditório, tocando lindas peças do seu vasto repertório (O PAULISTANO, 28 de junho de 1931, p. 1).

Atualmente os juízes de direito e os promotores ingressam na carreira mediante concurso público e possuem as garantias constitucionais da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídios, que asseguram o exercício da função com liberdade e isenção.

Para a promotora de justiça, Ana Leila Costa Garcez, “Ser promotora de justiça é agir pensando no todo sem descuidar do cada um”.

Ana Leila concluiu o curso de direito e em seguida se habilitou junto à Ordem dos Advogados do Brasil, iniciando sua atividade advocatícia que durou aproximadamente um ano. Ingressou no quadro de promotores do Ministério Público de Sergipe em 15 de setembro de 2003, atuando por três meses como substituta na Vara Cível de Lagarto, vindo a ser titularizada na comarca de Capela em janeiro de 2004, onde ficou até dezembro de 2011. Depois disso, passou o período de janeiro de 2012 a fevereiro de 2013 na comarca de Maruim, quando então foi designada para a comarca de Frei Paulo e aqui exerceu sua função até o mês de junho de 2019 (GARCEZ, 2021).

Na comarca de Frei Paulo, sua atividade foi pautada no princípio basilar que professa enquanto promotora de justiça, “de agir pensando no todo sem descuidar do cada um”.

Exemplo disso pode ser visto ao ultrapassar seus deveres, e juntamente com o magistrado Dr. Carlos Rodrigo de Moraes Lisboa, promoverem e participarem da confraternização natalina dos menores abrigados no Abrigo Estadual localizado nesta cidade, permitindo que cada menor se sentisse “especial e amado”, dentro de um contexto fraterno similar ao familiar.

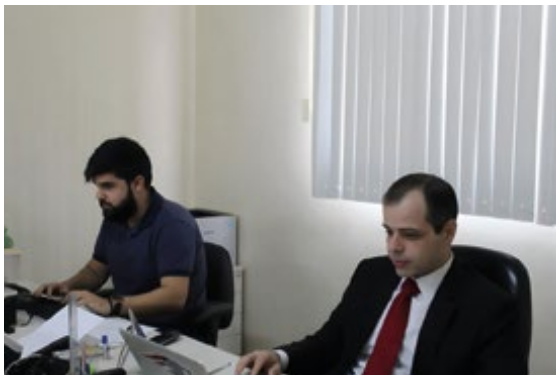


Figura 69 - Juiz Carlos Rodrigo de Moraes Lisboa e Iury Andrade Barbosa – 2020



Figura 70 – Dra. Ana Leila Garcez e Dr. Carlos Rodrigo de Moraes Lisboa.

Tabela 14 – Pessoal da Justiça no período de 1890 a 2021

Ano	Nome	Cargo
Nomeados em 20 de maio de 1890.	João Tavares da Motta José Antônio de Silva Nunes Sebastião José de Santiago	1º, 2º e 3º suplente de juiz municipal e de órfãos
Nomeado em agosto de 1890.	Manoel Joaquim Fiapo	Escrivão interino
Nomeado em 21 de agosto de 1890.	João Rozendo de Cerqueira	Tabelião do público, judicial e notas e escrivão de órfãos e ausentes e mais anexos.
Nomeado em abril de 1891.	Manoel (Mariano) da Silva Mendonça José Pereira de Santiago	2º e 3º suplente de juiz municipal e de órfãos
Nomeado em 25 de março de 1893, prestou juramento em 20 de abril de 1893, e foi exonerado a pedido do mesmo, em 21 de maio de 1895.	Cassimiro da Silva Melo	1º suplente de juiz municipal
Nomeado em 16 de junho de 1895, sendo desconhecido o período.	José Correia Dantas	Juiz preparador
Atuou em 1895, sendo desconhecido o período.	Zacarias Hora	Juiz
Nomeados para o período de 1902 a 1908.	José Francisco da Cunha José Pereira de Santiago	Suplentes de juiz municipal
Nomeados para o período 1902 a 1908.	Manoel Zeferino de Menezes	Adjunto de promotor
Nomeados para o período 1902 a 1908.	José Rodrigues de Mendonça José Telles de Menezes	Tabelião interino
Nomeados para o período 1902 a 1908.	Domingos José Ferreira Antônio Francisco Rodrigues Lima Antônio da Silva Nunes Antônio Mathias de Andrade.	Juízes de paz
Nomeados para o período 1909 a 1915	José Fernandes Silveira Cesário Rodrigues Antônio Francisco Rodrigues Lima Antônio da Silva Nunes Antônio Mathias de Andrade.	Suplentes de juízes de paz
Nomeado em 21 de julho de 1910, sendo desconhecido o período.	Bacharel José Dantas de Magalhães	Juiz municipal
Atuaram em 1910, sendo desconhecido o período.	José Fernandes Silveira Elias José de Sousa	Suplentes de juiz municipal
Atuou em 1910, sendo desconhecido o período.	José Rodrigues Lima	Juiz de paz

Atuou em 1910, sendo desconhecido o período.	João Ferreira do Espírito Santo	Escrivão
Nomeado para o período de 1910 a 1915.	José Telles de Menezes	Escrivão de paz
Eleitos para o período de 1910 a 1911.	Andrelino Francisco dos Santos Elpídio Rabello de Moraes	Suplentes de juiz seccional
Atuou em 1910, sendo desconhecido o período.	João Rozendo de Cerqueira	Ajudante do procurador seccional
Atuaram em 1911, sendo desconhecido o período.	Pedro Rabello de Menezes Conrado Tavares da Silva	Suplente de juiz municipal
Nomeados para o período de 1911 a 1915.	José Antônio Rabello de Moraes José Erasto de Almeida Manoel da Silva Mello Bernardino Soares de Lima	Juizes de paz
Nomeado para o período de 1911 a 1915.	Manoel José Telles	Escrivão e tabelião do civil e crime
Atuou em 1911, sendo desconhecido o período.	Mecenas do Prado Pinto Peixoto	Promotor adjunto
Atuou no período de 1913 a 1915.	José Francisco da Cunha	Ajudante do procurador seccional
Atuou no período de 1913 a 1925.	Maximiniano Bispo dos Reis	Oficial de justiça
Atuou no período de 1913 a 1915.	Francisco Nunes de Rezende	Adjunto de promotor
Nomeados para o período de 1913 a 1915.	Andrelino Francisco dos Santos Serafim Barreto Guimarães	Suplente de juiz seccional/federal
Nomeados para o período de 1913 a 1914.	Gabriel Ettinger Francisco Romualdo Barreto Francisco Dionysio de Oliveira	Suplentes de juiz municipal
Atuou no período de 1915 a 1917.	Dr. Godofredo de Mello Cardoso	Juiz municipal e de órfãos
Nomeados para o período de 1916 a 1917.	José Joaquim de Jesus José Rodrigues de Lima Melchiades Francisco de Lima	Juizes de paz
Atuaram no período de 1916 a 1917.	Juvêncio Ferreira Dias José Telles de Menezes	Escrivães e tabeliães
Atuou no período de 1916 a 1917.	Thomaz de Jesus Ramos	Adjunto de promotor
Atuou no período de 1918 a 1926.	Dr. Álvaro Andrade	Juiz municipal
Atuou no período de 1918 a 1926.	Manoel José Telles	Adjunto de promotor
Nomeado em 02 de junho de 1922 através do ato 157.	José Sebrão de Carvalho Sobrinho	Promotor
Atuaram no período de 1918 a 1926.	Horácio Durval de Mattos José Telles de Menezes	Escrivães e tabeliães

Atuou no período de 1927 a 1931.	Alexandre da Cunha Barreto	Substituto de juiz seccional/federal
Atuaram no período de 1927 a 1931.	Gabriel Archanjo de Mendonça Luiz Gonzaga de Oliveira	Suplentes de juiz seccional/federal
Atuou no período de 1927 a 1931.	José Francisco da Cunha	Ajudante de procurador da república
Atuou no período de 1927 a 1928.	Dr. Innocêncio Lins	Juiz municipal
Atuou em 1927.	Dario Ferreira Nunes	Adjunto de promotor
Atuaram no período de 1927 a 1931.	Luiz Gonzaga de Oliveira Manoel Sobral	Escrivães e tabeliães
Atuou no período de 1927 a 1931.	Abdon José dos Santos	Oficial de justiça
Atuou em 1928.	Manoel Sobral	Escrivão do Júri
Atuou em 1930.	Manoel Barbosa de Souza	Juiz municipal
Atuou no período de 1929 a 1931.	Balthazar da Costa Andrade	Suplente em exercício
Atuou no período de 1929 a 1931.	Horácio Durval de Matos	Adjunto de promotor
Atuou em 1933, sendo desconhecido o período.	Balthazar da Costa Andrade	Juiz municipal
Atuou em 1933, sendo desconhecido o período.	Osvaldo Barreto	Adjunto de promotor
Atuou em 1933, sendo desconhecido o período.	Possolino dos Santos Andrade	1º tabelião e escrivão do crime
Atuou em 1933, sendo desconhecido o período.	Dario Ferreira Nunes	Oficial do registro civil
Atuou em 1933, sendo desconhecido o período.	Domingos José Ferreira	Contador e partidor
Atuou em 1934, sendo desconhecido o período.	Passolino dos Santos Andrade	Tabelião do 1º ofício
Atuou no período de 1935 a 1936.	Agostinho Custódio de Carvalho	2º suplente de juiz de paz
Atuou em 1936, sendo desconhecido o período.	Agostinho Custódio de Carvalho	Escrivão de paz
Atuou em 1942, sendo desconhecido o período.	Agostinho Custódio de Carvalho	Escrivão de polícia
Atuou em 1947, sendo desconhecido o período.	Flávio da Rosa Mello	Juiz de direito e eleitoral
Desconhecido o período	Juarez Figueiredo	Juiz de direito
Desconhecido o período	Serapião de Aguiar	Juiz de direito
Desconhecido o período	Osman da Silva Buarque	Juiz de direito

Nomeado para o período de 1958 a 1965	Mário de Almeida Lobão	Juiz de direito e eleitoral
Atuou em 1967	José Bezerra dos Santos	Juiz de direito
Nomeado em 02 de abril de 1967 a 1971	Thiers Gonçalves de Santana	Juiz de direito
Atuou em 1971, sendo desconhecido o período.	Gilson Goes	Juiz de direito
Atuou em 1974, sendo desconhecido o período.	Clara Leite de Rezende	Juíza de direito
Atuou em 1982, sendo desconhecido o período.	Susana Maria Carvalho Oliveira	Juíza de direito
Atuou no período de 1984 a 1989	Antônio Gomes Pascoal	Juiz de direito
Designado para a comarca de Frei Paulo em outubro de 1989 a 1991	Ruy Pinheiro da Silva	Juiz de direito
Designada para a comarca de Frei Paulo em 1991, sendo desconhecido o período	Ana Lúcia Freire de Almeida dos Anjos	Juíza de direito
Desconhecido o período	Simone de Oliveira Fraga	Juíza de direito
Atuou em 1999, sendo desconhecido o período.	Elbe Maria Franco do P. de Carvalho	Juíza de direito
Designada para a comarca de Frei Paulo para o período de 2000 a 2011.	Norma Maria Fontes Vieira	Juíza de direito
Designada para a comarca de Frei Paulo para o período de 2011 a 2014.	Carolina Valadares Bitencourt	Juíza de direito
Designado para a comarca de Frei Paulo para o período de 2014 a 2016.	Gaspar Feitosa de Gouveia Filho	Juiz de direito
Designada para a comarca de Frei Paulo para o período de 2016 a 2017.	Lívia Santos Ribeiro	Juíza de direito
Designada para a comarca de Frei Paulo para o período de 2017 a 2018.	Ana Lígia de Freitas Soares Alexandrino	Juíza de direito
Designado para a comarca de Frei Paulo em 2018. Atual magistrado da comarca de Frei Paulo.	Carlos Rodrigo de Moraes Lisboa	Juiz de direito
13/08/1980 à 25/03/1982	Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça	Promotora
07/05/1982 à 13/09/1985	José Carlos de Oliveira Filho	Promotor
05/10/1985 à 07/03/1987	Aderbal Oliveira	Promotor

Designada para a comarca de Frei Paulo em 12 de março de 1991, sendo removida em 1994.	Adélia Moreira Pessoa	Promotora
22/11/1994 à 20/08/2001	Aldo Souza Aragão	Promotor
08/05/2002 à 15/06/2003	Fábio Viegas Mendonça de Araújo	Promotor
2003 a 2011	Ademilton de Oliveira Santos	Promotor
Designado para a comarca de Frei Paulo em fevereiro de 2011 a 2013.	Mauricio Gusmão Magalhães	Promotor
Designada para a comarca de Frei Paulo em fevereiro de 2013 a junho de 2019.	Ana Leila Costa Garcez	Promotora
Designada para a comarca de Frei Paulo em 2019 a setembro de 2020.	Aldeleine Melhor Barbosa	Promotora
Designado para a comarca de Frei Paulo em novembro de 2020. Atual Promotor de Justiça da comarca.	Francisco Ferreira de Lima Junior	Promotor

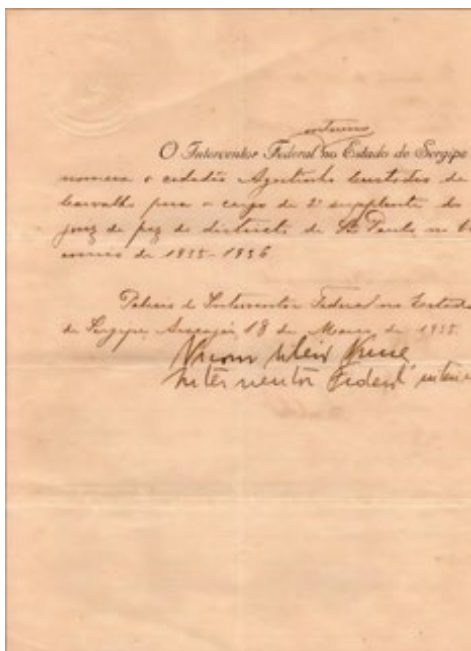


Figura 71 - Nomeação de Agostinho Custódio de Carvalho para o cargo de Juiz de Paz do Distrito de São Paulo em 1935.

Sobre a divisão administrativa e judiciária do estado, Ferreira (1959, p. 307) esclarece,

Pela Lei estadual n. 554, de 6 de fevereiro de 1954, que fixa a divisão administrativa e judiciária do estado a vigorar de 1º de janeiro de 1954 a 31 de dezembro de 1958, Frei Paulo passou à condição de Comarca e a ela pertencem os Termos de Ribeirópolis e Carira.

Por força da Lei estadual n. 823, de 24 de julho de 1957, que instituiu o Código de Organização Judiciária do estado e criou novas Comarcas, ficaram na jurisdição da Comarca de Frei Paulo os Termos de Ribeirópolis, Carira e Pinhão.

Atualmente, Frei Paulo é sede de comarca, contando com os distritos de Pinhão e Pedra Mole.

No quadro a seguir, são apresentadas as informações coletadas sobre pessoas que exerceram atividade na polícia do município de Frei Paulo, indicando o período de exercício, nome e cargo.

Tabela 15 – Pessoal da Segurança Pública em Frei Paulo de 1888 a 2021

Ano	Nome	Cargo
Atuou em 1888, sendo desconhecido o período.	Manoel José de Jesus	Subdelegado
Nomeado em 22 de janeiro de 1889, sendo desconhecido o período.	João Antônio de Oliveira e Melo	Subdelegado
Nomeado em 22 de maio de 1890, sendo desconhecido o período.	Manoel José de Jesus	Delegado
Nomeado em 22 de maio de 1890 (tornado sem efeito em julho/1890).	Manoel Joaquim da Silva Nogueira	1º suplente de delegado
Nomeado em 12 de dezembro de 1890, sendo desconhecido o período.	Manoel Hyppolito Rabello Moraes	1º suplente de delegado
Atuou no período de 1909 a 1913.	Manoel Hyppolito Rabello Moraes	Chefe e delegado
Atuou no período de 1914 a 1915.	Antônio Francisco Rodrigues Lima	Delegado
Atuou em 1915, sendo desconhecido o período.	Pedro Rodrigues Lima	Delegado
Atuou no período de 1916 a 1917.	Conrado Tavares da Silva	Delegado
Atuou no período de 1918 a 1926.	Tibério Bezerra	Delegado
Atuou no período de 1927 a 1929.	Virgílio Ferreira Nunes	Delegado
Atuou em 1928, sendo desconhecido o período.	Felinto Alves	Escrivão do delegado
Atuou em 1931, sendo desconhecido o período.	José Nestor de Matos	Delegado
Atuou em 1933, sendo desconhecido o período.	Joviniano Jesus de Oliveira	Delegado

Atuou em 1933, sendo desconhecido o período.	Francisco Emigdio da Costa	Delegado
Atuou em 1934, sendo desconhecido o período.	Germínio José de Gois	Delegado
Nomeado em 09 de maio de 1951, sendo desconhecido o período.	Vitor Machado dos Santos	Delegado
Atuou em 1958, sendo desconhecido o período.	João Lima da Silva	Delegado
Atuou em 1958, sendo desconhecido o período.	José Guimarães de Carvalho	Escrivão de Polícia
Nomeado em 11 de junho de 1963, sendo desconhecido o período.	Joaquim Rodrigues Lima	Delegado
Atuou em 1969, sendo desconhecido o período.	José Ferreira de Souza	Delegado
Nomeada em outubro de 2001 a janeiro de 2002.	Katarina Feitoza Lima Santana	Delegada
Desconhecido o período.	Luciana Pereira de Almeida Leite	Delegada
Desconhecido o período.	Leógenes Bispo Corrêa	Delegado
Nomeado em 2019. Atual delegado de Polícia de Frei Paulo.	Antônio Francisco de Oliveira Filho	Delegado

Em relação ao exercício da advocacia no município, o primeiro advogado a atuar na vila de São Paulo foi João Rozendo de Cerqueira, isto em 1915. Em 1918 consta o registro de Gabriel Ettinger e em 1927 integrou o quadro de advogados o Sr. Josias Ferreira Nunes.

Outro advogado atuante nos primeiros anos do século XX foi Ariston Cerqueira Passos, filho de João Rozendo (filho de Manoel Romão de Cerqueira e Joana Maria de Jesus) e Amélia Cerqueira Passos (filha de Manoel Felix Passos e Veridiana da Costa Passos).

A função de advogado do município de São Paulo foi criada pela Lei 69, de 9 de janeiro de 1926, com os vencimentos de 800\$000 anual, não estando especificadas as atribuições na lei de criação.

Atualmente, a defesa do município é feita pela Procuradoria Geral do município, através da procuradora Camila Reis de Oliveira, nascida em 14 de janeiro de 1988, filha de Paulo Cezar de Oliveira Santos e Marta Maria Santana Reis de Oliveira.

Por sua vez, a defesa dos interesses do Poder Legislativo do município de Frei Paulo é feito pela Assessora Jurídica da Presidência, cargo criado pela Resolução nº 01/2017, e ocupado atualmente pela bacharela Lumma Dantas de Santana, nascida em 24 de setembro de 1994, filha de Edivanildo Lima de Santana e Ana Maria Dantas e Santana.

CAPÍTULO V

RELIGIÃO

A Constituição Imperial de 1824 estabelecia em seu artigo 5º que “A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto doméstico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior do Templo” (BRASIL, 1824).

O disposto na Constituição mostra que a liberdade religiosa não era plena, pois as demais religiões somente podiam ser cultuadas em casa ou em locais reservados.

A primeira Constituição da República de 1891, no art. 72, estabeleceu a liberdade plena de religião, e ainda, estabeleceu o direito de uso dos cemitérios públicos às pessoas de todos os cultos.

A Constituição de 1934 manteve a liberdade de culto.

Em 10 de novembro de 1937, entrou em vigor a quarta Constituição brasileira, na qual ficou estabelecida a liberdade de culto em seu artigo 122, § 4º.

A Constituição Federal de 1946, mantém a liberdade de culto dentro dos preceitos da ordem pública e dos bons costumes.

A Constituição de 1967 estabelece no § 5º do art. 153 a liberdade de consciência e fica assegurado aos crentes o exercício dos cultos religiosos, que não contrariem a ordem pública e os bons costumes.

Em 17 de outubro de 1969 foi decretada pela Junta Militar a Emenda Constitucional, entrando em vigor no dia 30 de novembro de 1969, fazendo com que a Constituição de 1967 sofresse grandes modificações. Porém, em relação a religião não houve alteração.

Por fim, em 1988 foi promulgada a Constituição Cidadã que estabeleceu a liberdade religiosa em seu artigo 5º, inciso VI, nos seguintes termos:

É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a sua liturgia, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

Como visto, a liberdade religiosa se impôs no Brasil desde a Constituição de 1891, o que garantiu a todos o exercício de culto a quaisquer religiões.

Todos os cultos são tolerados na forma da constituição federal, mas em geral a população é católica apostólica romana [...] Todos os officios divinos são exercidos por parochos em circunscripções denominadas freguesias (LISBOA. 1897, p. 52).

O Brasil sempre foi predominantemente adepto da religião Católica. Em 1940 havia 39.177.880 católicos, correspondendo a 95,01% da população, 1.074.857 protestantes (2,61 %) e 463.400 (1,12%) espíritas. Em 1950, houve uma queda (em termos percentuais) no número de católicos, que passou a 93,49% e os protestantes passaram a 3,35%, enquanto os espíritas totalizavam 1,59 % (NASCIMENTO. 1959, p. 131).

No censo de 2010, a religião Católica Apostólica Romana registrou um total de 64,6% da população, a religião Evangélica (Pentecostal, Missionária e não identificada) totalizou 22,2%, os Espíritas 2%, a Umbanda e o Candomblé totalizaram 0,3 %, 8 % se declararam sem religião, 2,7 % são adeptos de outras religiões e, não sabem ou não declararam totalizam 0,1 %. (2010. CENSO DEMOGRÁFICO. Fonte: IBGE).

CATÓLICA APOSTÓLICA ROMANA

Em 29 de abril de 1886, foi criada a freguesia sob a invocação de São Paulo pela Resolução n° 1.323, tendo sido desmembrada da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana, estando a freguesia eclesiasticamente subordinada à Diocese de Aracaju.

Antes, havia sido criada a Capelania no povoado de São Paulo, termo de Itabaiana, através da Resolução Provincial N°. 1053 de 18 de abril de 1877, tendo como capelão o padre Francisco Antônio de Carvalho, que foi designado para ensinar as primeiras letras aos meninos pobres do povoado (JORNAL DO ARACAJU. 21 de abril de 1877, p. 1).

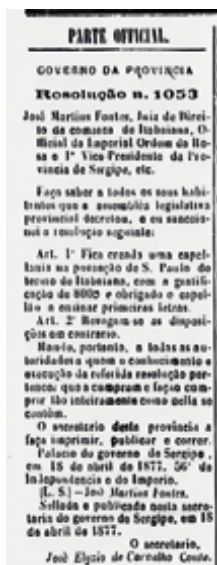


Figura 72 – (JORNAL DO ARACAJU. 21 de abril de 1877, p. 1)

Resolução n. 1053

José Martins Fontes, Juiz de Direito da comarca de Itabaiana, Official da Imperial Ordem da Rosa e 1º Vice-Presidente da província de Sergipe, etc.

Faço saber a todos os seus habitantes que a assembléia legislativa provincial decretou, e eu sancionei a resolução seguinte:

Art. 1º Fica creada uma capelania na povoação de S. Paulo do termo de Itabaiana, com a gratificação de 800\$ e obrigado o capellão a ensinar as primeiras letras.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida resolução pertence, que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como nella de contém.

O secretário desta província a faça imprimir, publicar e correr.

Palácio do governo de Sergipe, em 18 de abril de 1877. 56º da Independência e do Império.

(L.S) – João Martins Fontes.

Sellada e publicada nesta secretaria do governo de Sergipe, em 18 de abril de 1877.

O secretário,

José Elyzio de Carvalho Couto.

A construção da Igreja Católica se deu como informado no Capítulo que trata dos capuchinhos, destacando-se que inicialmente havia sido construída com “comprimento 62 palmos, igual largura e 32 palmos de altura, duas varandas lateraes com 16 palmos de largura e que fazem o corpo da Capella por meio de 6 arcadas” (CARDOSO JUNIOR, 03 de março de 1871, p. 120).

No período entre 03 a 11 de fevereiro de 1911 realizou-se a missão conduzida por frei Camillo de Chrispiero, na vila de São Paulo, ocasião em que se deu a ampliação da igreja do lado do fundo em 30 palmos.

Gois (1999, p. 44) traz a informação que em 1919 houve o desmoronamento da parte posterior da igreja.

Em junho de 1919, quando aconteceu o desmoronamento da parte posterior da velha igreja de estilo barroco, toscamente construída, pôde o intolerante pároco contar com o valioso auxilio dum pequeno grupo ecumênico sob o mando de Donana, (Ana Barbosa Lcal), que oferecera prestamente cooperação na obra de reconstrução (GOIS. 1999. p. 44 – anotação e grifo nosso).

Durante todo o século XX, foram feitas várias reformas, mantendo-se, porém a estrutura original externa e internamente.

Atualmente, é possível encontrar na população do município, praticantes de diversas crenças. Contudo, os adeptos da religião Católica Apostólica Romana sempre predominou no município de Frei Paulo.

Conforme apurou o Serviço Nacional de Recenseamento em 1950: dos 9.147 habitantes do município de Frei Paulo, 9.065 declararam-se partidários do Catolicismo, sendo insignificante o número de pessoas que disseram serem adeptas do Protestantismo e outras Religiões (FERREIRA. 1959, p. 310).

No recenseamento de 2010, consta uma população de 13.874 pessoas, cuja tabela demonstra que apenas 3 % (três por cento) da população não professa uma religião.

Tabela 16 - Religiões e número de praticantes

Religião	Número de praticantes
Católica Apostólica Romana	12.144
Evangélica	1.048
Sem religião	427
Espírita	72
Católica Ortodoxa	66
Outras religiosidades cristãs	45
Testemunhas de Jeová	43
Não determinada e múltiplo pertencimento	30



Figura 73 – Frei Paulo em um dia de festa (BARRETO, 1933, p. 374)

Desde o começo do século XX se comemora em Frei Paulo o mês mariano através dos novenários, festa de São José e a festa de São Paulo. Além disso, nas primeiras décadas do século XX existiam quatro irmandades: Sagrado Coração de Jesus, Nossa Senhora do Carmo, Almas e a Pia União. Atualmente existe apenas a irmandade do Sagrado Coração de Jesus.

A festa do padroeiro São Paulo sempre aconteceu no último domingo de junho ou no primeiro domingo de julho.

Dentre os relatos mais antigos sobre as festividades em homenagem a São Paulo, podemos citar o de 1929, pela riqueza de detalhes com que foi descrito em jornal da época (O PAULISTANO. 07 de julho de 1929, p. 2). Naquele ano, a festa de São Paulo teve início no dia 21 de junho com o novenário e encerrou no dia 30 de junho, com uma vasta programação.

Na sexta-feira 28 chegaram os rvmos. padres Moysés Ferreira, digno Secretário do Bispado e Antônio de Freitas, digno vigário de Itabaiana, que em companhia dos seminaristas Luiz Netto e João Nunes, iniciaram os trabalhos festivos em honra ao maior dos Apóstolos.

Na sexta-feira à noite, por ocasião da novena, pregou o Padre Moysés Ferreira, fazendo uma belíssima saudação ao povo de São Paulo. Foi uma estréia felicíssima do vibrante orador sacro, em nossa terra, pois ao findar o seu encantador discurso, o povo sorria de satisfação.

No Sabbado

A noite, tornou a falar o emerito pregador, sobre a ESPERANÇA CRISTÃ, arrancando applausos sinceros do coração do povo que radiante pela dialectica formidável do tribuno, se comprimia dentro da nave da Matriz.

No Domingo

Logo pela manhã a afinada banda de música LYRA INDEPENDENTE, tocou a alvorada saudando o dia da festa com lindos accordes e harmoniosas peças de seu repertório.

Nessa ocasião girandolas de foguetes epoucavam pelo ar, e formidáveis salvas de bombas troavam, acordando a população.

As sete horas foi celebrada missa da comunhão geral, tendo o Padre Moyses Ferreira, pregado nessa occasião um breve porém empolgante sermão sobre o Coração de Jesus para com as crenças.

Missa solene

As dez horas iniciou-se a festa com a Missa cantada simultaneamente pelos rmos. padres Moysés Ferreira e Antônio de Freitas, tendo o seminarista João Nunes, lido a Epistola.

Os cânticos sacros estiveram lindos, sob a regência da distinta senhora d. Pequena Teixeira, e entoados pelas senhorinhas: Bellanisa Oliveira, Maria Enesila de Lima, Cecília Oliveira Lima, Maria Rosa de Lima, Maria Theresinha Lima, e Eunisia Carvalho.

A ornamentação da Matriz estava belíssima, tendo a comissão, mandado mover a Uzina afim de haver como houve, iluminação eléctrica, tornando mais deslumbrante a festa.

Finda a Missa cantada, o povo e a banda musical foram até a residência dos Padres, prestar-lhes as suas homenagens.

Interpretando os sentimentos da alma popular falou o nosso estimado Director advogado Josias Nunes.

Respondendo comovido o Padre Moysés Ferreira, que com o brilho de sua palavra mais uma vez empolgou a multidão que o applaudia.

Em seguida falou o sr. Ariston Passos, tendo ainda respondido mais esta saudação o rmo. Padre Moysés Ferreira, com o brilho e fulgor de sua eloquencia conhecida.

Feira Chic

As três horas iniciou-se a Feira Chic, que foi, como previamos a nota dominante das festividades.

Para a grandeza da Feira, muito concorreu a pleiade de senhorinhas: Lourdes Lima, Jesuína e Marina Alves, Odette Sobral, Sinhá Sobral, Carminha, Regina e Josepha Borges, Guiomar Mendonça, Flora Oliveira, Geny e Ceres Santos, Neusa Silva, Iracema Paixão, Esmeralda Bastos, Laura Cardoso, Josepha Lenice Carvalho e outras, cujos nomes escaparam ao nosso lapis de cronista.

Retreta

Por ocasião da Feira Chic a Banda Musical, encantou e deliciou a população tocando lindas peças de seu repertório, devendo salientar-se a dedicação do maestro José Olyntho e do contra-mestre Modesto Almeida.

Procissão

As quatro e meia, saiu o cortejo sagrado em romaria pelas ruas e praças da cidade, com os andores de Nossa Senhora, São José e São Paulo. Ao andar da imagem do grande Apóstolo, quatro militares faziam a guarda de honra.

Após o percurso das vias públicas e ao recolhimento da procissão que foi abrilhantada pelas Virtudes Theologas, por Santa Theresinha, uma Beata e São João, representados por pessoas, teve lugar a benção solenne.

Nessa ocasião pregou-se pela última vez o sermão festivo, sobre a pessoa de S. Paulo, o vibrante tribuno eclesiástico Sr. Padre Moysés Ferreira, que como sempre arrancou os applausos da multidão, conquistando pela sua palavra fácil e mágica e pelos seus dotes moraes, o coração do povo paulistano.

Dramas

Nas noites de sabbado e domingo foram encenados o drama SANTA AQUILINA de autor desconhecido, e as comédias: SENHOR ALBERTO, de José Avelino, e UMA FESTA NA ROÇA, de Josias Nunes e Martins Penna.

Todos os artistas-amadores fizeram bem as suas partes, merecendo applausos geraes.

A festa foi, pois, optima excedendo de nossa expectativa.

Aos rymos. Padres Moysés Ferreira e Antônio de Freitas, aos senhores musicos, as exm^{as} cantoras, as gentis senhorinhas que abrilhantaram a Feira Chic e representaram no palco inclusive alguns cavalheiros, as senhoras que com tanta dedicação ornamentaram a Matriz, e a todos enfim que contribuíram para o brilhantismo da festa, agradece commovida a Comissão Encarregada dos Festejos (O PAULISTANO. 07 DE JULHO DE 1929, p. 2).

Na festa de São José acontecia um retiro espiritual e a feira “chic”, que ficava sob a responsabilidade das senhorinhas da cidade. Em 26 de abril de 1931, a feira “chic” foi organizada da seguinte forma (O PAULISTANO. 19 de abril de 1931, p. 2):

Barraca do médico: D. Josepha Borges, d. Carminha Borges, Iracema Paixão. Para fazer a barraca: Francisco Nogueira Borges, José da Paixão, Archimedes Cerqueira Passos. Pharmaceutica – Amália Mendonça.

Vendagem de flores: Mariah Lima, Eulina Oliveira, Céres Santos, Marinette Souza Puresa Barreto, Caçula Costa, Otília Passos.

Barraca de chá: Maria Souza, Eulina Ferreira, Sinhá Sobral, Crisolita Araújo, Maria Barreto, Iaiasinha Costa, Mariquinha Oliveira, Alice Alves. Constructores: Manuel Sobral, Francisco Teixeira, João Sobral.

Barraca da Penitenciária: Official – Marocas Oliveira; Soldados – Guiomar Mendonça, Leonidia Silva. Thesoureira – Bellanisa Oliveira. Constructores: Pedro Pereira Silva, Antônio Teles, Diógenes Santos.

Barraca do Telegrápho: Telegraphista ambulante: Corina Lima. Carteiros ambulantes: Letice Ferreira, Dalva Rezende. Constructores: Antônio Pereira, Abílio Ferreira, Onofre Santos.

Ciganas: Geny Santos, Zélia Bezerra, Dinorah Nunes.

Barraca de pescaria: Alice Cunha e Cecília Rezende. Constructores – Oswaldo Barreto, Marçal Barreto e João Baptista Tavares.

Photografo ambulante – Maria Lourdes Telles.

Bazar: Isaura Conceição, Euridice Lima, Adeildes Lima e Erotildes Costa.

Constructores: Gabriel de Goes, Francisco Dionisio Neto, João Telles Costa e Hermes Santos.

O fornecimento de doces para a feira, será feito pelas senhoras casadas, sem exceção.

Os doces deverão ser remetidos para casa de d. Maria de Souza, à praça da Matriz.

Serão cantores da festa: DD. Pequena Ferreira, Cecília Lima Ferreira, Caçula Lima, Mariah Lima, Josepha Lima, Corina Lima, Adeildes Lima, Cecília Rezende, Dalva Rezende, Bellanisa Oliveira, Leonídia Silva, Marocas de Oliveira, Josepha de Oliveira Carvalho, Lenice Carvalho, Alice Alves, Maria Santos, Josepha Borges, Josepha Mendonça e o menor Salvador Nogueira Borges.

Irmã Eliege expõe como seria a Festa do Padroeiro São Paulo no ano de 1975, destacando a programação do dia 29 de junho,

Ao romper da aurora do dia 29 de junho, a cidade de Frei Paulo despertará ao som da banda de música, dos sinos festivos, do hino de São Paulo irradiado pelo serviço de auto falante e pelo ribonhar dos foguetes; tudo isso preludiando o júbilo da grande festa. Às 7 horas da manhã estarão os alunos da 5ª e 6ª séries do Ginásio C. Leal Madeira, cantando a bela missa da Paz, ao som do órgão. Precisamente às 9 horas terá lugar a “Concelebração”, sendo oficiante principal D. Edivaldo.

Os padres se revestirão na portaria do Educandário Imaculada Conceição, de onde sairão processionalmente para a matriz. Os celebrantes serão precedidos por alguns jovens vestidos de túnicas, formando uma pequena multidão de vestes brancas.

A Rádio Cultura e a TV Sergipe Canal 4 farão a cobertura das solenidades, tanto da Concelebração, como da solene manifestação pública que será realizada à tarde, conduzindo o carro triunfal, pelas principais artérias da cidade (Jornal Ação Jovem – AJO. Ano I, nº 04, junho de 1975).

No ano de 2020, por conta da pandemia do COVID-19 a festa do padroeiro São Paulo não aconteceu como de costume. Foi organizada uma programação diferente do habitual, contando com celebrações eucarísticas para um grupo reduzido de pessoas e transmissão pelas redes sociais da Paróquia e pela Rádio Educadora, o desfile do padroeiro São Paulo em carro aberto, sem o acompanhamento da população, e a benção do Santíssimo Sacramento.

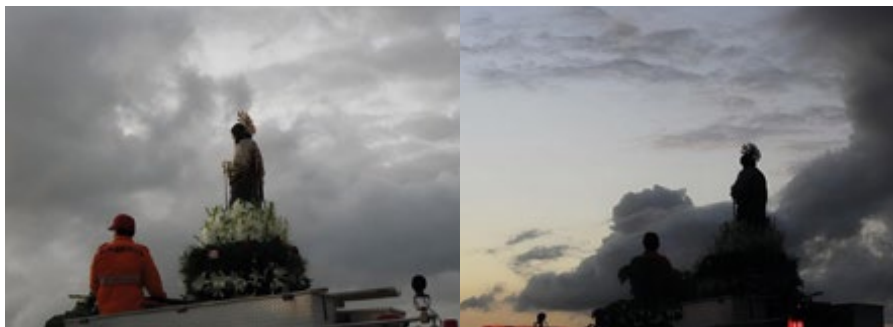


Figura 74 e 75 - Procissão de São Paulo em 2020 (arquivo pessoal da autora)

Atualmente o município de Frei Paulo, além da Matriz que fica na praça São Paulo, tem templos e padroeiros nas localidades descritas na tabela 17.

Tabela 17 – Localidades e Padroeiros

Localidade	Padroeiro
Residencial Cônego João Lima Feitosa	Nossa Senhora de Lourdes
Conjunto Maria Djalnete Nunes Barreto	Nossa Senhora das Graças
vila São Miguel	São Miguel
Cedro	Santa Luzia
Chã	São Joaquim e Santa Ana
povoado Alagadiço	Nossa Senhora da Conceição
povoado Mocambo	São José
povoado Areias	São Geraldo
povoado Serra Redonda	Nossa Senhora da Salete
povoado Coité dos Borges	Santo Antônio
povoado Serra Preta	São Francisco de Assis
povoado Catuabo	Santa Paula Frassinetti
povoado Selão	Nossa Senhora do Carmo
povoado Pé de Serra	Santo Antônio

Tabela 18 – Missionários e párocos que exerceram o ministério em Frei Paulo, quer seja, como titular, substituto ou interinamente, segundo as datas registradas nos livros de batismos e casamentos.

Ordem	Nome	Período
01	Padre Francisco Antônio de Carvalho	1867 a 1879
02	Frei Paulo Antônio de Casanova	15.06.1868 a 05.09.1870
03	Padre Vicente Ferreira Passos	1879 a 1880
04	Padre Felismino da Costa Fontes	13.12.1881 a 24.06.1886
05	Padre Francisco Freire de Menezes	02.07.1886 a 20.09.1890
06	Padre Jonathas José Gonçalves	21.09.1890 a 15.10.1895
07	Padre Antônio Romualdo dos Santos	11.07.1893 a 17.11.1895
08	Padre Manoel Raimundo de Melo	25.11.1895 a 26.04.1899
09	Padre Francisco Freire de Menezes	29.04.1899 a 26.10.1902
10	Padre Firmino José de Jesus	09.11.1902 a 11.05.1909
11	Padre Francisco Freire de Menezes	18.09.1909 a 29.05.1910

12	Padre Philadelpho Macedo	29.06.1910 a 21.02.1911
13	Padre Francisco Freire de Menezes	21.08.1911 a 01.12.1912
14	Padre João de Souza Marinho	10.12.1912 a 07.05.1916
15	Padre José Antônio Leal Madeira (auxiliado por padre Domingos Fonseca de Almeida durante o ano de 1923)	28.05.1916 a 04.09.1928
16	Padre Francisco, padre Affonso Hafner, padre Antônio de Freitas e padre José Antônio Leal Madeira (das fls. 79 a 196 do livro 21 – Frei Paulo)	19.09.1928 a 25.02.1930
17	Padre José Antônio Leal Madeira	22.03.1930 a 24.03.1937
18	Padre Antônio de Barros Padilha	27.03.1937 a 31.01.1945
19	Na Capela do povoado Mocambo – Padre Olívio Teixeira	28.01.1945
20	Frei Inocêncio de Apiro (Livro 28 de Frei Paulo, da fl. 184 a 200-v. No livro 29 da fl. 01 a 02-v, batismos registrados por frei Germano de Colli)	02.03.1945 a 29.04.1945
21	Frei Isaias de Civitanova (Livro 29 de Frei Paulo, da fl. 02-v a 39, batismos registrados por frei Germano de Colli)	29.04.1945 a 30.12.1945
22	Frei Inocêncio de Apiro (Livro 31, das fls. 82 a 143, registrados por frei Boaventura)	26.01.1946 a 10.03.1947
23	Frei José de Monsano	03.08.1946 a 21.03.1950
24	Frei Grigório de S. Marino	19.03.1947 a 07.02.1948
25	Padre Luiz Gonzaga Passos	09.02.1948 a 09.10.1949
26	Frei Boaventura M. de Itabaiana	25.03.1950 a 31.12.1951
27	Frei Pio de Esplanada com a assistência de frei Boaventura M. de Itabaiana.	05.01.1952 a 24.02.1953
28	Padre João Lima Feitosa	09.05.1954 a 03.05.1993
29	Padre José Bispo Santos Filho ³³	1993 a 2003
30	Padre Jadson Ramos ³⁴	2003 a 2009
31	Padre Antônio	2010 a 2011
32	Padre Agnelo Barreto (atualmente na Paróquia Nossa Senhora da Conceição do povoado Alagadiço)	2011 - atual
33	Padre Givaldo	2011
34	Padre André Menezes Santos ³⁵	2012 a 2019
35	Padre Paulo Tadeu Lima de Melo ³⁶	2019 - atual

33 Padre José Bispo Santos Filho, nasceu na cidade de Pinhão em 01 de março de 1964, se ordenando sacerdote em 26 de abril de 1992.

34 Jadson da Silva Ramos nasceu em 31 de agosto de 1969. Ordenou-se Sacerdote em 19 de dezembro de 1997.

35 André Menezes Santos nasceu em 14 de novembro de 1979. Sua ordenação Sacerdotal aconteceu em 21 de dezembro de 2007.

36 Paulo Tadeu Lima de Melo nasceu em 07/04/1974, se ordenou sacerdote em 04/01/2008.

Dos tempos atuais, o padre João Lima Feitosa se destacou por ter dedicado toda a sua vida ministerial ao povo de Frei Paulo.

Souza (2009, p. 252/257) traça o esboço biográfico de padre João Lima Feitosa.

João Lima Feitosa nasceu a 09 de maio de 1925, filho de José Moreira Feitosa e Esther Alves Feitosa, batizado em 15 de junho de 1925, pelo Padre Antônio de Freitas, conforme consta no Livro de batismo de Porto da Folha.

Em 05 de março de 1940 João Lima foi matriculado no Seminário Menor Diocesano de Aracaju, sendo que, inicialmente suas despesas eram custeadas pelo padrinho Padre Gonçalo Souza Lima, e depois, por Dona Isabel Mesquita, sogra de Oviedo Teixeira, que se comprometeu a bancar seus estudos. Em 25 de fevereiro de 1947 foi matriculado no Seminário Central de Belo Horizonte/MG. Depois de concluir este curso, em 25 de março de 1949, foi para o Seminário Provincial de Maceió/AL, para cursar Teologia, concluindo o curso ao final de 1953, sendo ordenado em Maceió/AL em 08 de dezembro de 1953, dia de Nossa Senhora da Conceição, sua madrinha de batismo e Santa de sua devoção.

Pela intercessão de Isabel Mesquita, o Padre João Lima Feitosa foi nomeado para a paróquia de Frei Paulo, assumindo o ministério em 1954.

Padre João Lima Feitosa faleceu em Aracaju aos 68 anos de idade no dia 22 de junho de 1993, sendo sepultado na Igreja Matriz de Frei Paulo.

Oliveira (p. 14-15) se refere ao trabalho desenvolvido por padre João Lima Feitosa da seguinte forma:

[...] Ele olhou o lado social e fundou o Educandário Imaculada Conceição, que tanto bem trouxe para todos. Sob a direção da incansável batalhadora: D. Josefa Nascimento. Ainda lutou pela fundação do Ginásio Cônego Leal Madeira. No sentido saúde, criou o posto médico do SESP, e em seguida a Maternidade Santa Mônica, para atender as particularidades e tantos outros casos que se referem à saúde, trazendo médicos competentes a altura dos anseios do povo.

Construiu as seguintes capelas: Capela de Coité dos Borges, Serra Redonda, Catuabo, Serra Preta e Taquari, e por sua orientação o Sr. José Arinaldo de Oliveira construiu a capela de Nossa Senhora da Salette no cume da Serra Redonda.

FILHOS DE FREI PAULO QUE ADOTARAM O CELIBATO

Ao longo dos anos, diversos filhos do município de Frei Paulo seguiram o caminho do sacerdócio. O primeiro freipaulistano ordenado sacerdote de que se tem registro é Felinto Santiago do Nascimento.

Nas palavras de Ivo Feitosa (FEITOSA. Abril de 2012),

“Padre Felinto Santiago do Nascimento nasceu no ano de 1910, na cidade de Frei Paulo - SE. Ordenado Sacerdote Salesiano em 08/12/1940, pela imposição das mãos de D. José Gaspar na Igreja Santa Efigênia, na época, a Catedral de São Paulo. No Colégio Dom Bosco de nossa cidade, Pe. Felinto atuou como Conselheiro Escolar, Confessor e Professor. Profundo conhecedor da língua portuguesa, preparou tantos e tantos alunos no conhecimento da língua de Camões. Foi também Pároco da Paróquia Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Foram 59 anos na vida Sacerdotal, vindo a falecer no ano de 1999, na cidade de Belém-PA”.

João Daltro Dantas, filho de Joaquim Correia Dantas e Ancila Souza Dantas, nasceu em Frei Paulo no dia 04 de janeiro de 1938. Joãozinho, como era chamado por todos, foi estimulado a se estabelecer na cidade de Loreto na Itália com a finalidade de estudar e se ordenar padre.

Depois de cinco anos de estudo, longe da família e da terra natal, João Dantas escreveu para sua mãe (DANTAS. 10 de Julho de 1966),

Se aproxima cada vez mais o grande dia da minha ordenação sacerdotal. Já no próximo setembro serei ordenado diácono, com a faculdade de batizar solenemente e distribuir a Santa Comunhão, etc. E no dia 24 de outubro de 1966, como já sabeis, serei eternamente sacerdote do Altíssimo. [...] Soube que por aí tem chovido muito e até demais, espero que não tenha prejudicado a lavoura e as criações. Os meninos de Conceição, de Bela, de Altina, de Antônio e José estão crescendo muito, não é verdade! Talvez quando eu voltar não os reconheçeis mais. Não me esqueço deles, rezo sempre para que sejam sempre dóceis e obedientes hoje e amanhã eternos cristãos... Mamãe eu sou um pouco preocupado com sua saúde, a senhora trabalha demais e não se repousa. Não facilite mamãe, quando sentir-se mal vá ao médico e sobretudo se alimente bem, especialmente com frutas. A senhora deve viver mais do que vizinha, porque entorno a mamãe nos sentimos mais unidos e nos amamos mais cordalmente. A senhora não avalia o bem que vos quero. Talvez a senhora pense que eu fazendo-me frade tenha abafado os sentimentos santos e cristãos para com os pais e irmãos. Ao contrário, estes sentimentos tornaram-se mais intensos à medida que vim a compreender mais a fundo os sacrifícios que fizestes para meu bem, pela minha felicidade.

A cada carta, Joãozinho registrava quão grande era seu coração e o quanto estava resignado para servir à Igreja e ao Senhor Deus. Da mesma forma, demonstrava que a distância física não o afastou ou fez diminuir os sentimentos devotados à sua mãe, irmãos e sobrinhos.

Em 27 de outubro de 1968, Joãozinho, que voltara frei José, revestido do *munus* sacerdotal, celebrou sua primeira missa na cidade de Frei Paulo, sendo destacado que aquela ocasião correspondia também ao centenário da chegada do frei Paulo Antônio de Casanova.

Após cem anos, desde que o venerável frade capuchinho implantara lá no interior sergipano o 'Cruzeiro' em torno do qual deveria surgir aquela bela cidade que hoje tem o nome do seu fundador, Frei Paulo abre os braços para receber outro capuchinho, animado do mesmo zelo apostólico, mas saído do meio daquele mesmo povo que neste dia cantava em festa: bendito aquele que vem em nome do Senhor (SEMINÁRIO SERÁFICO. 1968, p. 2).

Frei José, em uma das cartas enviadas para sua mãe, dava o testemunho do bom cristão: "É preciso que a gente tenha mais fé e confie mais em Deus e pratique mais os ensinamentos de Cristo, participe mais da vida da igreja" (DANTAS. [s.d]).

Em outra oportunidade, já estabelecido em Dias d'Ávila na Bahia, levava à sua mãe o sentido da Semana Santa com a profundidade que sua formação religiosa lhe conferia (DANTAS. 13 de março de 1978),

Jesus sofreu os momentos da paixão e morte na cruz para nos sustentar na luta e na dor. E sua Ressurreição trouxe alegria para o mundo todo, sobretudo para aqueles que estão unidos a Ele pelo sofrimento desta vida. Que esta Páscoa traga para mim e para todos vocês mais vida e esperança, e também mais coragem para saber aceitar os acontecimentos desta vida.

Nessa oportunidade, com muita gratidão no coração, Joãozinho agradece a sua mãe pela compreensão e amor, "apesar da decisão de se afastar de algumas atividades do ministério

sacerdotal para se ligar mais à vida dos irmãos, através de um possível casamento” (DANTAS, 13 de março de 1978).

Posteriormente, Joãozinho deixou o celibato e passou a exercer o ofício do magistério em Dias D’Ávila e também a função de coordenador de projetos sociais junto à prefeitura de Camaçari, sem se descuidar da missão na igreja, se doando cada vez mais em benefício dos seus semelhantes.

Por fim, no dia 29 de setembro de 1979 contraiu matrimônio com Antonieta de Oliveira Dantas, mantendo vivos os ensinamentos de Jesus. Constituiu sua família e a moldou segundo a sua formação cristã, cujo exemplo é visto nos seus filhos, Hermano de Oliveira Dantas que casou com Karina Maria Cisne Pessoa Dantas, e João Daltro Dantas Júnior que se casou com Olga Prado Pimentel Conrado Dantas.

Sua vida foi um exemplo de resignação e obediência aos ensinamentos de Jesus. Maiormente, quando, acometido por uma doença que lhe tirou a saúde, ele se manteve íntegro nas suas convicções religiosas e acolheu com serenidade a vontade do Pai, cuidando de tudo para que sua família ficasse bem quando ele partisse.

Segundo Antonieta (DANTAS, a 27 de julho de 2020),

Joãozinho enfrentou a doença como uma sentença de morte. Sabia que não teria muito o que esperar de um mal que só agravava cada vez mais, apesar das cirurgias sem sucesso, do tratamento alopático e natural. Ele sentiu tudo, de modo bem natural, não digo com revolta, mas com muita dor, por ter que deixar a família pela qual ele sonhou, e tendo que deixar os filhos ainda tão pequenos.

Sua jornada terrena se encerrou no dia 21 de outubro de 1991 contando com 53 anos de idade, dos quais, viveu dezessete, exclusivamente para a formação religiosa e o sacerdócio, e doze anos de matrimônio, nos quais se manteve fiel aos ensinamentos que pautou sua vida.

O reconhecimento público pelo valoroso trabalho e por ter vivido em harmonia com as leis dos homens e de Deus, lhe rendeu após a morte uma homenagem da Câmara de Vereadores da cidade de Dias D’Ávila que fez do seu nome a denominação de um logradouro público.

Padre José Eduardo Goes foi registrado como nascido em 12 de janeiro de 1949 na fazenda Palmital, no estado de São Paulo, filho de Izabel Barbosa Goes e José de Goes Neto. Embora não tenha nascido em Frei Paulo, seus pais retornaram para Sergipe quando Eduardo tinha apenas um ano e seis meses, e se estabeleceram no povoado Serra Redonda, o que o faz, de fato, um freipaulistano.

Concluiu a graduação em Medicina em 14 de dezembro de 1978, e o curso de Teologia em 1982.

No dia 05 de setembro de 1982 foi empossado pároco da Paróquia de São Francisco de Assis de Aritana (GOES, 2013, p. 110),

No dia cinco de setembro, voltei para Aripuanã e uma grande multidão de pessoas, com muitos carros e caminhões, e o padre Duílio, a três quilômetros da entrada da cidade, me acolheram com meu Bispo D. José Martins da Silva, que, em carreata, foram para a igreja, onde tinha em um palco construído pelo prefeito Antônio Bilego. D. José Martins da Silva mandou ler o decreto da criação e instalação da Paróquia de São Francisco de Aritana, depois d. Natalina Denardi leu o decreto em que eu era empossado como primeiro Pároco daquela Paróquia.

Em 2013, com 65 anos de vida, o padre Eduardo Goes conhecia 112 países do globo terrestre, acumulando experiências de vida, conhecimentos culturais, religiosos, geográficos, históricos, políticos, culinários e turísticos (GOES, 2013).

José Carvalho Lima tem sua história de vida contada no texto “*A música e o circo, na vida de um ex-padre*”.

Formado em Filosofia, Teologia, Direito e Línguas Neo-Latinas. Filho de Elpídio Rodrigues Lima e Eunízia Carvalho Lima. Estudou música na Europa. Toca piano, ocarina, órgão, acordeon e violino. Em 1958, ordenou-se padre na Itália. Como seguidor da ordem dos capuchinhos, obedecia aos votos de pobreza, obediência e castidade. Depois, deixou a ordem dos capuchinhos, continuando fiel aos votos da obediência e castidade. ‘Sentindo que havia cooperado, durante bom tempo da vida, com a religião católica. Poderia deixar a batina e continuar como um católico praticante, aliado às causas da Igreja de Cristo, palmilhando os caminhos do Evangelho à luz da realidade atual’. Deixou a batina e se casou no ano de 1975. Para José Carvalho, ‘a grande tristeza da vida é não ter um filho, pois considero a família o mais belo presente dado por Deus ao homem’ (BELO, 13 de janeiro de 1978, p. 17 – JORNAL DIÁRIO DE PERNAMBUCO).

Bento Carvalho Lima, filho de Elpídio Rodrigues Lima e Eunízia Carvalho Lima, adotou a ordem dos capuchinhos e o nome de frei Gregório, obedecendo aos votos de pobreza, obediência e castidade.

No mês de julho de 2018, essa autora conseguiu agendar uma visita ao Convento da Piedade em Salvador para o dia 25 do mesmo mês. E, para minha alegria, ao chegar à recepção e me identificar, fui informada que ali havia um frade de Frei Paulo. Constatei de imediato que se tratava do irmão de Pedro Carvalho e Salete Carvalho, pois a semelhança é imensa. Ele veio pessoalmente me receber, e me conduziu por todo o convento, inclusive ao seu aposento, onde o mesmo confecciona lembrancinhas para entregar às crianças nas missas. Após narrar a história da sua vida me presenteou com a execução de uma linda música no piano.

Padre Eduardo Batista da Mota, filho de Bernadete Batista da Mota e Antônio Tavares da Mota, teve sua Ordenação Presbiteral em uma Cerimônia Eucarística realizada no dia 27 de janeiro de 1996 no estádio João Rodrigues Lima, na cidade de Frei Paulo.

Padre Nilton César de Carvalho Pereira, nasceu em Frei Paulo no dia 14 de junho de 1970, e se ordenou sacerdote em 30 de junho de 2000.

EVANGÉLICOS E PROTESTANTES

O movimento religioso denominado “a Reforma” dividiu a igreja católica no século XVI em duas vertentes: a Católica Apostólica Romana, que tem o Papa como chefe supremo, e o Evangelismo ou Protestantismo, que tem em Cristo o fundamento.

Segundo Moura (2011, p. 31) e Machado (1920, p. 210) o evangelismo chegou a Sergipe no século XIX, constando que em 28 de dezembro de 1884 o reverendo Alexander Latimier Blackford fundou a primeira igreja evangélica e presbiteriana na cidade de Laranjeiras, sendo ele o primeiro pastor do evangelismo a pregar na vila de São Paulo entre essa data e o ano de 1886.

Machado (1920, p. 213) traz a informação de que na vila de São Paulo, assim como em outras localidades de Sergipe, existe uma congregação evangélica.

S. Paulo – também existe nesta villa, como em diversas outras e povoados,

congregações evangélicas, pois em quase todas as cidades e villas de Sergipe e em muitos dos seus povoados já se faz o annuncio do Evangelho ou salvação de graça em Jesus Christo. É bom salientar que, em todo esse trabalho, a Escola tem sempre acompanhado a Igreja; razão pela qual nos paizes protestantes é insignificante e às vezes nulla a porcentagem dos analfabetos.

Em Frei Paulo, o trabalho evangelístico desenvolveu-se a partir da conversão de Domingos José Ferreira (1862-1942) que posteriormente organizou e manteve financeiramente uma congregação e uma escola primária (NASCIMENTO, 2004, p. 132).

Moura (2011, p. 48) diz que analisou o documento “*Old Central Brazil Mission* (1904-1938)” onde consta a relação de membros do protestanismo de Sergipe, dando conta da presença de nove membros em Mocambo, berço de Domingos José Ferreira.

Outro nome que figurou dentre os evangélicos freipaulistanos foi Antônio Almeida, reverendo pastor protestante e Deão do Seminário de Recife.

Depois de ter sido ordenado Pastor, depois que completou o seu curso de ministro evangélico, o infatigável espirito do dr. Antônio não se satisfaz, e assim, seguiu para a gloriosa terra que é a América do Norte, e matriculou-se na Universidade de Bristol.

Depois de um curso brilhante naquela universidade, recebeu o grão de Doutor em Theologia, o qual lhe foi conferido pelo “King College”.

Escritor luminoso, poeta cepilhador de phrazes formosas e encantadoras, é o ministro evangélico um foco de luz que cintila no campo vasto das pátrias (O PAULISTANO. 28 de abril de 1929. p. 1).

DOUTRINA ESPÍRITA KARDECISTA

A doutrina Espírita Kardecista ensina que os seres são imortais, pois a vida não encerra com o desencarne, e reencarnam até alcançarem a perfeição. Adota os princípios de que toda causa tem um efeito e para cada ação tem uma reação, e ainda acredita na comunicação dos vivos com os desencarnados.

A origem do Espiritismo está relacionada aos fenômenos espíritas das mesas girantes e falantes que ganharam relevo na França em 1848.

Após uma década dos fatos envolvendo as irmãs Fox e o fenômeno das mesas girantes, Hippolyte Léon Denizard Rivail, adotando o pseudônimo de Allan Kardec, publicou o *Livro dos Espíritos*. Em 1859 publicou *O que é o Espiritismo*.⁹ Em janeiro de 1861 publicou o *Livro dos Médiuns*, em 1864 veio o *Evangelho Segundo o Espiritismo*, em 1865 publicou *O Céu e o Inferno*, e finalmente em 1868 publicou *A Gênese*.

O Espiritismo chegou ao Brasil ainda na década de 60 do século XIX, sendo o primeiro Centro Espírita do Brasil fundado em Salvador no ano de 1865.

Não demorou muito para o espiritismo kardecista cruzar o Atlântico e desembarcar no Brasil. Por aqui, Kardec conquistou inúmeros ‘aliados’. Dois dos mais importantes são o educador francês Casimir Lieutaud, que traduziu para a língua portuguesa, em 1860, *Os Tempos São Chegados*, a primeira obra espírita impressa no Brasil, e o jornalista brasileiro Luís Olympio Teles de Menezes, que fundou, em Salvador, o primeiro centro espírita do Brasil, o Grupo Familiar do Espiritismo, em 17 de setembro de 1865, e o primeiro periódico espírita do país, o *Eco do Além Túmulo*, em 8 de março de 1869 (BERNARDO, 2019).

A primeira edição do *Jornal Eco do Além Túmulo* publicada em julho de 1869 trazia a manifestação do “Anjo de Deos”,

Meos filhos, Deos quer o coração e não quer a desobediencia contra elle. Amae as três pessoas da SANTISSIMA TRINDADE que Deos vos dará exôrço para supportar os trabalhos. E’ preciso que façaes preces a Deos para alcançardes as graças: Elle é infinitamente bom, não despreza os seos filhos; por isso foi que Elle padeceu tanto: e fica triste de ver seos filhos tão incrêdulos, e tão fora d’a Religião de Deos (Anjo de Deos – Bahia, 1865) (MENEZES, 1869, p. 5/6)

Os periódicos do final do século XIX até meados do século XX, sempre que traziam notícias sobre o Espiritismo, era com desconfiança ou de forma depreciativa, dando conta de fatos negativos envolvendo os fenômenos mediúnicos.

O jornal *A Razão* (16 de maio de 1909, p. 4) publicou nota do *Diário de Notícias da Bahia* com o seguinte teor,

Em primeiro de Outubro do anno próximo passado veio ter ás nossas mãos o resultado de uma sessão espírita realizada na sociedade Fé e Luz, nesta Capital. Abstivemo-nos de dar publicidade ás taes manifestações, em virtude de a ellas não darmos crédito.

Acontece, porém, que tendo se realizado as profecias, como fossem “um terremoto no reino da Itália” auxiliado pelo oceano, que “havia de destruir cidades, produzindo vários alagamentos, arrastando milhares de victimas”, como também a explosão do carboreto na China, que segundo dizia o médium spirita, havia de attingir a perda de duas mil pessoas, trazemol-as hoje, ao conhecimento público, desde que tiveram ellas sua completa realização: na explosão, na China, em Novembro próximo passado, e o terremoto de Messina e Calabria, “com alagamento” predito.

Respeitando o credo religioso de qualquer seita, não nos compete discutir o assumpto, que fica ao estudo dos crentes e dos que combatem-na, e fica em nosso poder a nota espírita.

Sob o título “Intolerância ou Coerência”, em 1951 o jornal *a Cruzada* emitiu parecer sobre a Doutrina Espírita,

Estamos dizendo aos católicos, como órgão do povo católico de Sergipe, que este mesmo povo católico não pode contribuir para a difusão daquilo que ele, por ser católico, afirma estar errado, não pode ajuntar a sua pedra para que se propague a doutrina anti-cristã do espiritismo, que reserva a si mesma o direito de interpretar os Evangelhos segundo Kardec, e (não o que seria a única atitude de quem usa o nome do Senhor Jesus para alguma coisa) o dever de esmagar as divagações Kardecistas pelas palavras sagradas das Escrituras, que são diametralmente opostas a elas, frontalmente em choque com os seus ensinamentos.

É possível então, a partir da análise desses recortes de jornais da época, notar que havia uma grande oposição à difusão do Espiritismo até o século XX. Contudo, aos poucos a doutrina conseguiu ir ganhando cada vez mais seguidores, como ilustrado no início desse capítulo através dos dados do IBGE.

Neste contexto, é importante destacar os grandes nomes do Espiritismo no Brasil, dentre outros: Adolfo Bezerra de Menezes Cavalcanti, Francisco Cândido Xavier, o Chico Xavier, André Luiz, Eurípedes Barsanulfo e Divaldo Franco.

No começo do século XX se destacaram no fortalecimento da doutrina espírita em Sergipe a dra. Laura Amazonas e Martins Peralva.

A dedicação de dra. Laura Amazonas à doutrina espírita foi o que a tornou conhecida e reconhecida por todos que a conheceram.

O dia a dia na Casa do Pequenino era organizado com disciplina considerada como fator primordial para se estabelecer a ordem e o respeito. Ali as regras eram repassadas, tanto pelos professores da Escola 'Amélie Boudet', pelas guardiãs do Lar 'Meimei' quanto pelos diretores da Casa do Pequenino. Essa era uma prática forte em Laura Amazonas, porém não era de se estranhar que tal postura fosse ativa. Dentro do Lar 'ela nos ensinava a sermos crianças disciplinadas, ela tinha esse cuidado, ela sabia orientar, cobrava a disciplina, mas ao mesmo tempo era meiga, carinhosa e muito nobre na sua maneira de tratar, jamais humilhava quem quer que fosse' (SANTANA, 2016, p. 176).

Na fase inicial do Espiritismo em Sergipe as pessoas se reuniam em casas residenciais, para o conhecimento da doutrina espírita e da prática mediúnica.

Na capital, só no começo do século XX, nos idos de 1903, um Sr. Serôa da Mota, em sua residência, na antiga praça da Matriz, hoje praça Olímpio Campos, onde fica o magnífico Parque Teófilo Dantas, em casa que ainda existe, na contraesquina da Rua da Capela, nome de uma linda cidade sertaneja de Sergipe, conhecida como a 'Princesa dos Taboleiros', realizava as primeiras sessões espíritas, com familiares e amigos, estudando "O Evangelho Segundo o Espiritismo", além de praticar o intercâmbio com o mundo espiritual, pela mediunidade (PERALVA, 2016, p. 39/41).

Em 1959, Sebrão escreve o drama *Concerto dos mortos*, que traz relação intrínseca com o Espiritismo Kadecista e tem Pedro Garcia Moreno como personagem principal.

O *Concerto dos mortos* relata um diálogo entre Pedro Garcia Moreno, professor Besmar Brisonho, capitão Francisco José, Chico Gato e o padre João de Matos Freire de Carvalho sobre a história da cidade de Simão Dias, cujo início da fala é Pedro Garcia acordando o professor Besmar,

Não me conhece mais?! Só porque desencarnei! Somente, porque me despi da personalidade transitória em o último exílio!?

Em outra fala, Pedro Garcia diz,

[...] O luar está esplêndido. Aproveitemo-lo e vamos passear por aí afora. Olhe, vamos a fazenda de nosso parente, meu tio Chico Gato. Quer conhece-lo pessoalmente? [...] Como estamos, meu primo, sem a carne que nos torna bípedes implumes, deslocamo-nos, fácil, no espaço, como o pensamento retroage no tempo.

Em uma fala do padre Matos ele pergunta ao professor Besmar,

Já ouviu falar no capitão Manuel de Carvalho Carregosa e em sua mulher d. Ana Francisca de Menezes? O professor responde: Perfeitamente, são itabaianistas e meus parentes. Eu sou, sr., um Carvalho, um Afonseca Dória, um Tavares da Mota.

Ao final do 4º ato, Pedro Garcia Moreno encerra sua fala no *Concerto dos Mortos*, dizendo,

Razão, pois, tinha o genial Tobias Barreto, quando dizia que a verdade, para brilhar, não pintava o rosto nem usava véu. No entanto, forçoso é conhecer-se que, para adquirir-se a certeza do que seja verdade, muito se terá de andar entre cardos e meandros terríveis! (SEBRÃO, SOBRINHO. 1959, p. 46-68)

Em Itabaiana, a origem do Espiritismo está ligada a Pedro Garcia Moreno Filho, de quem descende os fundadores da Irmandade Espírita de Frei Paulo.

A Irmandade Espírita Pedro Garcia Moreno Filho foi fundada em 25 de janeiro de 1993, sendo que, antes dessa data pouco se sabe sobre a doutrina espírita em Frei Paulo. O que encontramos foram alguns relatos que merecem ser destacados, como o de Agostinho Custódio de Carvalho.

Segundo Livia Sales (2019), nas primeiras décadas do Século XX, seu bisavô Agostinho Custódio de Carvalho promovia e coordenava as reuniões para o conhecimento da doutrina espírita e da prática mediúnica.

Aos poucos a doutrina espírita foi se tornando conhecida e os freipaulistanos começaram a realizar o Evangelho no lar e passaram também a frequentar os Centros Espíritas da cidade de Itabaiana e de outras localidades.

Assim, temos de concreto sobre a origem do Espiritismo em Frei Paulo, o estudo mediúnico de Agostinho Custódio de Carvalho nas primeiras décadas do século XX que aconteciam em sua casa na rua Getúlio Vargas, e principalmente, em 1992, quando Luiz Carlos Dantas e Eduardo Rezende iniciaram uma conversa sobre o retorno do filho de Luiz ao Mundo Maior, quando ele lhe informou que se não fosse a Santa Doutrina, não sabe como teria enfrentado a referida situação.

Dias após este diálogo, em novo contato, iniciou-se um diálogo no sentido de que criássemos um grupo de estudos da Doutrina e que ele, Luis, já tinha um espaço em vista.

Amadurecemos a idéia e iniciamos nossos estudos na sede de sua propriedade rural, com a presença de alguns companheiros e companheiras que dentre os mesmos alguns ainda estão em nosso meio [...]

Meses após, iniciamos a construção da nossa Sede, o que veio a despertar um mal estar dentre nossos irmãos de outras religiões, inclusive com ações mais agressivas, mas as ocorrências só vieram a fortalecer os nossos propósitos, o que nos levou a expandir nossas atividades e área construída [...].

Dentre os inúmeros estudantes que já trilharam e trilham sob orientação desta casa, registramos nossos agradecimentos e saudades da nossa irmã JOSEFINA e nosso irmão VICENTE, que já retornaram para o Mundo Maior, ao tempo que somos agradecidos a todos que fazem a Irmandade Espírita Pedro Garcia Moreno Filho, indistintamente, pois todos são importantes na pirâmide da evolução (<http://iepgmf.blogspot.com/p/historico>).

Embora a Irmandade Espírita Pedro Garcia Moreno Filho tenha sido fundada em 1993, no recenseamento de 2010, apenas 72 pessoas se declararam adeptas do Espiritismo.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS

Com a vinda dos escravos, no Brasil Colonial se introduziu também as religiões de matriz africana, que se fortaleceram e foram preservadas até a atualidade. Embora as religiões possam ser exercidas livremente no Brasil em razão da liberdade de crença assegurada pela Constituição Federal, percebe-se que permanece o preconceito e, portanto, em algumas localidades é comum a negação da prática de tais religiões.

Observe-se que no recenseamento de 2010 (Fonte: IBGE) não consta a indicação de adeptos das religiões afro-brasileiras dentro do município de Frei Paulo. Contudo, sabe-se que no município existem adeptos tanto do Candomblé como da Umbanda.

Ambas as religiões têm origem afro-brasileira, e podem ser exercidas livremente no Brasil em razão da liberdade de crença assegurada pela Constituição Federal.

O Candomblé tem em Olorum ou Olodumaré seu ser superior; e conta com o apoio espiritual dado pelos Orixás.

“Partes constitutivas do Candomblé são o terreiro, lugar afastado da cidade, área mais ou menos vazia, na qual se encontram o barracão e as pequenas casas dos Orixás, com altar ou pegi do santo. A festa do Candomblé começa com o sacrifício de animais. É uma cerimônia privada. A cerimônia pública, no barracão, tem início com o padê ou despacho de Exu” (TAVARES, 1969, p. 39).

A Umbanda tem em Zambi o ser supremo, e os cultos se denominam de giras conduzidos pelo pai ou mãe de santo. Na Umbanda existem os médiuns que incorporam os espíritos dos ancestrais, o que traz uma equivocada impressão de haver uma relação entre a Umbanda e o Espiritismo Kardecista. Na Umbanda se cultua as imagens do Preto Velho, Caboclos, Ciganos, Exus Guardiões, Erês, Ogum, e outros.

Tanto no Candomblé como na Umbanda se praticam as oferendas. As oferendas no Candomblé se denominam de despacho, e geralmente, são colocados em encruzilhadas. As oferendas dos umbandistas são jogadas nos rios e mares. No Candomblé os despachos contêm a utilização do sangue ou ejé. É importante destacar que o ejé ou sangue animal é apenas um dos tipos de “sangue” utilizados nos rituais, existindo sangues do tipo vermelho, branco e preto e podendo ainda ter origem animal (com exceção do humano), vegetal ou mineral. Já na Umbanda o despacho não pode conter o sacrifício de um animal.

Percebe-se, portanto, que os rituais da Umbanda e do Candomblé são diferentes, e diferem ainda mais do Espiritismo Kardecista.

A presença de manifestações religiosas de matriz africana no município de Frei Paulo, no começo do século XX, foi narrada por João de Santa através de uma história cultuada na memória popular.

Que na década de mil novecentos e trinta, na fazenda Urubu do Sr. Liberato, vivia a família de Vicença Preta e Juvelino seu irmão, que adotavam o culto africano, acreditavam na metempsicose, ou seja, nos feitos da alma perante os vivos. Diz que, quando Juvelino perdeu sua mãe, acreditando que sua mãe voltaria, foi orientado por Sinhá Ana a dizer assim: minha mãe, no caminho do paraíso que a senhora não perderar as passadas [...] ao anoitecer, a velha mãe se apresentou a Juvelino e este, aterrado pelo medo disse: minha mãe, siga no caminho da Paraíba, que lá a senhora aprende a dançar o xaxado (OLIVEIRA, p. 30).

Em 2021, foi criado no povoado Serra Redonda o Projeto Horto da Serra organizado pelo Centro de Formação Espiritual Águas de Aruanda, “que consiste na produção sustentável de alimentos saudáveis, livres de resíduos tóxicos, seguindo os princípios da agroecologia. Além disso, o espaço recebe grupos para vivências organizadas pelo Centro de Formação Espiritual Águas de Aruanda (<https://www.aguasdearuanda.org.br>)”.

O Centro de Formação Espiritual Águas de Aruanda, localizado na cidade de Aracaju-SE, “tem como objetivo contribuir com a expansão das consciências humanas por meio de ensinamentos espiritualistas/holísticos e práticas culturais e sociais que fomentem a sedimentação de valores socioambientais e a construção de uma sociedade mais humanista, alicerçada em uma cultura de fraternidade, respeito e paz” (<https://www.aguasdearuanda.org.br>).

O Projeto Horto da Serra cultua as imagens e práticas ligadas a Umbanda que é universalista, cujo espaço também é utilizado para atendimento e trabalhos sociais, através do Projeto Alimentando Esperança atuando na distribuição de quentinhas nas quartas e sábados, e cestas básicas (DANTAS, 2021).

SEITA DOS CAIPIRAS

Merece destaque ainda um culto religioso que surgiu em Frei Paulo (povoado São Paulo à época) no final do século XIX, criado pelo padre Felismino da Costa Fontes e que pregava o fim do mundo.

O método utilizado pelo Padre Felismino enquanto professava seu ministério junto à população do povoado São Paulo, no período de 1881 a 1886, foi se desvirtuando do método adotado pela Igreja Católica Apóstolica Romana e findou sendo denominada de “Seita dos Caipiras”, que trazia os fundamentos do *Apocalipse*³⁷ e da *Missão Abreviada*.

Segundo perfil traçado por João Alves de Oliveira, conhecido por João de Santa, no seu livro *Nossa Memória – Frei Paulo, sua gente, sua história*, “o padre Felismino da Costa Fontes era sacerdote virtuoso, exorcista, vidente e zeloso, muito preocupado com o rebanho que ‘Deus’ lhe confiou [...] Em suas pregações procurava incutir na mente dos fiéis que o demônio existe, é astuto e sagaz; porém, não é sábio, dispõe de tudo o quanto é malévolo, menos de sabedoria. Com toda humildade que lhe era peculiar, impunha as mãos sobre os doentes e estes se recuperavam, possessos do demônio se libertavam” (OLIVEIRA, p. 12).

Carvalho (2009, p. 263) citando Sebrão, Sobrinho e Carvalho Deda traz o perfil e trajetória do Padre Felismino da Costa Fontes,

Segundo Sebrão, sobrinho, o padre Felismino, ordenou-se presbítero da ordem de San-Pedro, virtuosíssimo e muito inteligente, foi o primeiro vigário da sergipana paróquia de San-Paulo. Em sua vida sacerdotal, sem mácula, pouco a pouco insidiosa moléstia mental atacou-lhe o cérebro e, sobe essa ação, sem que logo o apercebessem seus superiores, criou visionária religião entre os matutos das matas de Itabaiana, que foi chamada Seita dos Caipiras. Foi internado no Hospício San-João de Deus, na Baía, onde concluiu tristemente sua existência em dias do ano de 1892, sem que o acreditem os caipiras, que, sebastianicamente, ainda lhe esperam o retorno redentor (TOBIAS BARRETO, O DESCONHECIDO, p. 89). [...] Carvalho Deda, focalizando o significado do termo caipira, afirmaria, depois: Os adeptos do Padre Felismino, antigo Vigário da freguesia de Frei Paulo, Sergipe, o qual, tendo enlouquecido, começou a pregar sobre o fim do mundo, iniciando uma seita baseada no Apocalipse e na ‘Missão Abreviada’ (BREFÁIAS E BURUNDANGAS DO FOLCLORE SERGIPANO, p. 241).

Analisando as informações das práticas do padre Felismino, percebemos que traz certa semelhança com algumas temáticas descritas no livro de frei Inocêncio, que servia de guia para os missionários capuchinhos italianos, os quais pregavam sobre o último fim do homem, o juízo final, o inferno e o paraíso, exortando a todos à conversão através da penitência.

Frei Inocêncio nasceu em 10 de setembro de 1877 e foi ordenado em 15 de abril de 1900. Logo, sua obra sobre as temáticas foi escrita depois do paroquiato do padre Felismino. Contudo, a presença dos missionários na vila de Itabaiana é contemporânea à ordenação do padre Felismino, que se deu em 1874.

O manuscrito de frei Inocêncio é, na verdade, uma interpretação do livro *Missão Abreviada para despertar os descuidados, converter os pecadores e sustentar o fruto das missões*, do padre Manoel José Gonçalves Couto, editado para que fosse utilizado nas orações, instruções do povo, particularmente o povo das aldeias.

Frei Inocêncio explica sobre a presença do homem na terra e seu último fim, esclarecendo,

Para que fomos nós postos neste mundo? Para servir a Deus durante a vida

37 O Apocalipse é um livro da bíblia sagrada e ficou conhecido como a revelação de Deus a João, sendo ele o último livro do Novo Testamento e está escrito segundo as informações de João.

cumprindo fielmente com os deveres do nosso estado e observando os mandamentos da Igreja e do Decalógo, a fim de receber na nossa morte a corôa da vida eterna. Portanto, sendo a salvação da nossa alma pela recepção da vida eterna, o fim último, porque Deus nos criou, segue-se necessariamente que a mesma salvação deve constituir o objeto único de todos os pensamentos e unidades da nossa vida (APIRO, p. 25).

Sobre o céu e o inferno, frei Inocêncio explica,

Há pois o inferno? Existe pois um lugar de tormento onde são precipitados aqueles que sahem deste mundo, com a consciência criminosa de pecado mortal. Meu Deus! Como são punidos os pecados! Em que lucto horrível mudam-se as alegrias e prazeres deste mundo! Deus altíssimo que vos gloriães tanto de ser misericordioso, poder-se-ha dizer que o inferno é obra das vossas mãos? (APIRO, p. 28).

A interpretação do capuchinho frei Inocêncio não destoa dos ensinamentos da Igreja Católica. Entretanto, o padre Felismino passou a praticar os sacramentos de forma diferente da orientação da Igreja Católica, “parecendo haver firmado uma seita no seio da própria Igreja, porém, não se conhecem indicadores de intenções cismáticas em seus ensinamentos. Sua noção de céu e inferno, pecado e perdão, costumes, eram muito singulares, observando-se implicitamente a influência de um imaginário supersticioso não muito ligado ao Catolicismo Romano”(ALMEIDA, 2007, P. 151).

Em relação a *Missão Abreviada* e o *Apocalipse* é possível que padre Felismino tenha se inspirado no método utilizado por Antônio Conselheiro, cuja “austera e exótica aparição se deu primeiramente pelos lados de Sergipe onde passou pelas terras de Itabaiana e Lagarto, nesta última, repellido à força pelos paroquianos do cônego Dantas, vigário geral do bispado”(MORAIS, 2016, p. 41).

O Antônio Conselheiro saindo do sertão de Pernambuco adentrou no sertão de Sergipe, passando pelo município de Itabaiana nos idos de 1874, conforme relato de Euclides da Cunha.

“Ali chegou, como em tôda parte, desconhecido e suspeito, impressionando pelos trajes esquisitos – camisolão azul, sem cintura; chapéu de abas largas derrubadas; e sandálias. Às costas um surrão de couro em que trazia papel, pena e tinta, a *Missão abreviada e as Horas Marianas*” (CUNHA, 1959, p. 119).

Cunha (1959, p. 129) relata que o conselheiro vagou pelos sertões do Ceará, passando pelos sertões de Pernambuco e Sergipe até chegar a Canudos, introduzindo na mente do povo humilde e inculto que o juízo final estava próximo, e por isso os fiéis deveriam abandonar todos os haveres, tudo quanto os maculasse com um leve traço da vaidade, preconizando que “em 1896 hade rebanhos mil correr da praia para o certão, então o certão virará praia e a praia virará certão”.

Na verdade, o objetivo e a motivação eram diversos, contudo, a dinâmica das missões pregadas pelos capuchinhos italianos e as práticas proféticas e ilusórias de Antônio Conselheiro tinham algo em comum.

Segundo Cunha (1959, p. 129),

Coerente com a missão a que se devotara, ordenava, depois destas homílias, penitências que de ordinário redundavam em benefício das localidades. Reconstruíam-se templos abatidos; renovavam-se cemitérios em abandono; erigiam-se construções novas e elegantes. Os pedreiros e carpinteiros trabalhavam de graça; os abastados forneciam grátis, os materiais indispensáveis; o povo carregava pedras. Durante dias seguidos, na azáfama piedosa, se agitavam os operários cujos salários se averbavam nos céus.

Em 1895 foi produzido um relatório pelo capuchinho frei João Evangelista de Monte Marciano, que acompanhado por frei Caetano de San Leó, havia sido incumbido pelo arcebispo da Bahia de ir até Canudos para abrir uma missão e verificar a ação de Antônio Conselheiro.

O Relatório detalha o aspecto físico e o cotidiano de Antônio Conselheiro, bem como, informa sobre as condições de vida daquela gente, que motivada pela promessa de salvação abandonou tudo e seguiu o messiânico.

Passado o rio, logo se encontram essas casinholas toscas, construídas de barro e cobertas de palha, de porta, sem janella, e não arruadas. O interior é imundo, e os moradores que, quase nus, saíam fora a olhar-nos, attestavam no aspecto esquelético e quase cadavérico ás privações de toda espécie que curtiam.

[...] Dirigimo-nos para a capella onde se achava então Antônio Conselheiro, assistindo aos trabalhos de construcção; mal nos perceberam, os mangotes de homens armados cerraram fileiras junto a porta da capella, e ao passarmos; disseram todos: “Louvado seja Nosso Senhor Jesus Christo”, saudação frequente e comum, que só recusam em rompimento de hostilidades. Entretanto, achamo-nos em presença do Antônio Conselheiro, que saudou-nos do mesmo modo.

Vestia túnica de azulão, tinha a cabeça descoberta e empunhava um bordão; os cabelos crescidos, sem nenhum trato a cahirem sobre os hombros; as hirsutas barbas grisalhas, mais para brancas; os olhos fundos, raras vezes levantados para fitar alguém, o rosto comprido, e de uma palidez quasi cadavérica; o porte grave e ar penitente davam-lhe ao todo uma apparencia que não pouco teria contribuído para enganar e attrahir o povo simples e ignorante dos nossos sertões.

[...] Antônio Conselheiro, inculcando zelo religioso, disciplina e orthodoxia cathólica, não tem nada disso; pois contesta o ensino, transgride as leis e desconhece as autoridades eclesiásticas, sempre que de algum modo lhe contrariassem as ideias ou os caprichos; e arrastando por este caminho os seus infelizes sequazes, consente ainda que elles lhes prestem homenagens que importam em culto, e propalem em seu nome doutrinas subversivas da ordem, da moral e da fé.

Os aliciadores da seita se occupam em persuadir o povo de que todo aquelle que quizer se salvar precisa vir para os Canudos, porque nos outros lugares tudo está contaminado e perdido pela República: alli, porém, nem é preciso trabalhar; é a terra da promissão, onde corre um rio de leite, e são de cuscuz de milho os barrancos (MARCIANO, 1895, p. 5).

Durante a missão que teve início em 14 de maio de 1895, os seguidores de Conselheiro, alguns armados com bacamartes, garruchas, espingardas, pistolas e facões, e ele próprio acompanhavam as homílias dos capuchinhos.

O *Conselheiro* também veio, trazendo o bordão: colocava-se ao lado do altar, e ouvia attento e impassível, mas como quem fiscalisa, e deixando escapar alguma vez gestos de desapprovação, que os maioraes da grei confirmavam com incisivos protestos. Succedeu isto de um modo mais notável, certa occasião em que explicava o que era e como devia fazer-se o jejum, ponderando que elle tinha por fim a mortificação do corpo e o refreio das paixões pela sobriedade e temperança, mas não o aniquilamento das forças por uma longa e rigorosa privação de alimentos, e que, por isso, a egreja para facilitar dispensava em muitos dias de jejum, a abstinência, e nunca prohibiu o uso dos líquidos, em moderada quantidade. Ouvindo que se podia jejuar muitas vezes comendo carne ao jantar, e tomando pela manhan uma chavena de café, o Conselheiro estendeu o lábio inferior e sacudiu negativamente a cabeça, e os seus principaes assecas romperam logo em apartes, exclamando com ênfase um dentre elles: “Ora, isto não é jejum, é comer a fartar” (MARCIANO, 1895, p. 5,6).

Os capuchinhos, depois de alguns dias de missão, foram compelidos pelos seguidores de Antônio Conselheiro a encerrarem a missão, porque, aos poucos eles estavam abrindo os olhos de parte daquela comunidade, o que não agradava a Conselheiro. Assim, organizaram um protesto geral no dia 20 de maio de 1895, e “ao meio dia estava a praça coalhada de homens armados, mulheres e meninos que, a queimar foguetes, e com uma algazarra infernal, dirigiram-se para a capella, erguendo vivas ao Bom Jesus, ao Divino Espírito Santo e a Antônio Conselheiro, e de lá vieram até nossa casa, dando fora aos republicanos, maçons e protestantes, e gritando que não precisavam de padres para se salvar, porque tinham o seu Conselheiro” (MARCIANO, 1895, p. 6).

Frei João Evangelista (MARCIANO, 1895, p. 7) encerra o relatório explicando,

A seita político-religiosa, estabelecida e intrincheirada nos Canudos, não é só um foco de superstição e fanatismo e um pequeno schisma na igreja bahiana; é, principalmente, um núcleo, na aparência desprezível, mas um tanto perigoso e funesto de ousada resistência e hostilidade ao governo constituído no país. [...] Aquella situação deplorável de fanatismo e de anarchia deve cessar para honra do povo brasileiro para o qual é triste e humilhante que, ainda na mais inculta nesga de terra pátria, o sentimento religioso desça a taes aberrações e o partidario político desvaire em tão estulta e baixa reacção.

A *Missão Abreviada para despertar os descuidados, converter os peccadores e sustentar o fruto das missões*, do padre Manoel José Gonçalves Couto, foi editado pela primeira vez em 1859, e traz em suas 992 páginas algumas orações, temáticas sobre o céu e o inferno, juízo final, pecado, penitência, instruções e interpretação do evangelho, reflexões morais, relatos sobre a vida dos santos, orientações sobre o jejum, dentre outros temas.

Manoel Couto, explica sobre o juízo final e o inferno,

Considera, peccador, que este mundo brevemente há de acabar; e perto do seu fim elle há de ser atribulado com grandes pestes, fomes, inundações e terremotos. Tudo isto é o princípio de grandes dores e grandes males: todo este mundo há de ser abrasado com espantosos redemoinhos de fogo, e será reduzido a um montão de cinzas com todos os seus viventes! ... ó mundo infeliz! Poderia dizer alguém, se então ficará só no mundo. Ó mundo infeliz! (COUTO, 1868, p. 72).

N'este dia do juizo todas as creaturas se levantarão contra os peccadores; o sol ha de negar a sua luz; a lua ha de esconder os seus raios; as estrelas hão de cahir lá do Ceo, o mar ha de sahir do seu lugar com grandes bramidos. O ar ha de arder todo em fogo, o fogo ha de abraçar tudo com os seus incêndios, a terra ha de abrir-se em bôcas até ao inferno, as fêras, com os seus rugidos, hão de encher tudo de medo, os homens andarão tristes, attonitos, espavoridos, e mirrados; finalmente, tudo serão motivos de temor, assombro, e pasma; n'esse dia os homens antes quererão estar sepultados debaixo dos montes, ou mesmo no inferno na companhia dos demonios, do que apparecer perante o Supremo Juiz para serem julgados (COUTO, 1868, p. 229 do aditamento)!

[...] Considera, peccador, que o inferno é um logar no centro da terra; é uma caverna profundíssima cheia de escuridão, de tristeza e de horror; é uma caverna cheia de lavaredas de fogo e de nuvens d'espesso forno. Lá são atormentados os peccadores na companhia dos demônios; lá estão bramindo e uiando como cães damnados, proferindo blasphemias contra Deos. Lá são atormentados os peccadores com a pena de damno, isto é, por terem perdido tantos e tão grandes bens, que puderam alcançar (COUTO, 1868, p. 78).

Sobre a presença de Deus e a penitência, Manoel Couto explica,

Portanto se te queres salvar, peccador, deixa já o peccado e cuida em fazer rigorosa penitencia; eu digo rigorosa penitencia, sobre o que debes considerar no que diz Santo Ignacio: “A sentença está dada contra tí, peccador; na verdade estás condemnado ao inferno, porque cahiste no peccado; c por mais que tenhas feito, não sabes se já está revogada a tua sentença de condemnação eterna; estes dias que o Senhor te concede, são dias de salvação; não é tempo de rir, nem de zomhar; não é tempo de prazeres ou vaidades; é sim tempo de chorar e de gemer; é tempo de clamara Deos perdão c misericórdia; é tempo de fazer penitencia, fugindo aos louvores, aos divertimentos e aos regalos, e procurando desprezos, abatimentos e mortificações; ainda que já tenhas feito vinte ou trinta annos de penitencia (diz o Santo) não descanses, não cesses, faz ainda mais penitencia, porque não sabes se já estás perdoado... (COUTO, 1868, p. 102).

Sobre o luxo e a moda, Manoel Couto explica,

O luxo é um vicio, que consisie em ves tir e ornar o corpo mais do que é preciso. Os animais naturalmente se vestem d’a-quellas penas ou pêllos que lhes dá o Creador. E nós ainda que superiores aos animais precisamos de cobrir nossa nudez com algum vestido: porém muitos homens e mulheres abusam e excedem os limites da razão: vestem melhor do que é preciso, e adornam-se com cousas desnecessárias, superiores a sua qualidade, e muitas vezes ás suas posses, e até contrarias ao que Deos manda. Adão e Eva, conhecendo a sua nudez e envergonhando-se, só se cobriram com folhas das arvores; porém muitas pessoas cheias de vaidade já se não contentam com um vestido de panno unicamente para cobrir o corpo, mas procuram pannos finissimos, sedas e drogas de preço superior; e depois ainda mais se adornam com enfeites e modas, cousas impróprias da modéstia christã, que bem mostram pouca virtude, e provocam para a impureza. O luxo não é outra cousa mais do que uma publica profissão de loucura e vaidade; é uma rede pela qual o demonio caça immensas almas, que faz cahir em peccadosde impureza por pensamentos, palavras e obras (COUTO, 1868, p. 495).

Sobre o anticristo e o fim do mundo, Manoel Couto explica,

São chegados os últimos tempos do mundo, ninguém o póde contestar; já quasi tudo está contaminado do peccado e da maldade; vivemos já nos tempos perigosos de que fala a Sagrada Escripura; logo que a maldade chegue ao seu cume, acaba-se o mundo... É esta a convicção de certo numero de catholicos, entre os quaes muitos Bispos e doutores eminentes em sciencias, doutrinas c santidade, fundados todos em varias passagens da Sagrada Escripura, e nos Santos Padres; e na verdade tudo quanto se diz a este respeito, d’ahi é tirado. É um artigo de Fé, que primeiro ha de vir o Antichristo: “O fim do mundo (diz S. Paulo) não virá sem que primeiro venha o homem do peccado, que tem opposição com o mesmo Christo”. E de quem será filho? Diz S. Jeronymo: “Será filho do diabo”. S. João chama-lhe Antichristo, porque fará lodo o esforço para acabar com a Santa Religião de Jesus Christo. Jesus Christo veio ao mundo para salvar a todos, e o Antichristo ha de vir ao mundo para desmoralisar tudo, e perder tudo... O Santo Evangelho chama-lhe a Besta-fêra; S. Paulo, homem do diabo; S. Gregorio, rei da soberba; S. Agostinho, o ruinoso; S. Thomaz, o cabeça dos impios; e na verdade elle ha de reunir todos os impios do mundo debaixo do seu governo, para traharem todos ao mesmo tempo na destruição do catholicismo... Que grande guerra! toda a impiedade reunida a trabalhar contra a Santa Religião! O Antichristo logo desde pequeno será instruído nas artes diabólicas, e brevemente se entregará a todas as abominações da impureza; seguirá desenfreadamente todos os appetites da sua vontade; tratará fa- miliarmente com os demonios; até se parecerá com Lucifer do inferno, por

lhe infundir seus maus costumes. Elle, para melhor enganar os judeus, fingirá que acredita na lei de Moysés; mas nem acreditará em tal lei, nem tão pouco em Deos, nem na immortalidade da alma, nem castigos e prêmios na vida futura, nem vida depois desta. Só do diabo, a quem adora, espera toda a sua felicidade temporal. Ha de reinar sobre quasi todo o mundo; ha de fazer-se Deos, tomará para si altares, sacrificios, e adorações; até fará milagres apparentes por arte do mesmo diabo; terá uma grande fama entre os impios e mundanos; vencerá dez reinos; finalmente, quasi toda a gente o terá por seu Deos, e observará seus pre- ceitos ainda com mais temor, do que agora os do verdadeiro Deos. Há de persuadir a sua doutrina, e formar o seu império com a efficacia da sua eloquência, industria do seu engenho, por meio de grandes prêmios, com a força de armas, terrores e ameaças, e finalmente com os fingidos milagres. À Igreja já conta mais de vinte e cinco perseguições geraes e grandes; porém esta há de ser de todas a maior: parecerá que se ver o inferno sobre a face da terra! Todos os fieis á força de tormentos de ferro e fogo serão obrigados a negar a Jesus Christo, e a adorar a imagem do Antichristo que ha de estar collocada nos templos do mundo! Todos serão obrigados a trazer o signal do seu culto, quando não, serão mortos á força de tormentos os mais cruéis! Esta perseguição ha de ser geral em todo o mundo; e onde elle não puder chegar, chegará por meio de seus impios ministros! Nesse tempo quasi todas as almas se hão de perverter; porque diz o Propheta Daniel: “Esse impio prevalecerá contra os Santos”. E Jesus Christo vendo já estas coisas, disse por S. Marcos; “Cuidaes vós, que quando vier o Filho do homem achará fê na terra?” Como se dissera: Raros serão aquelles que nesse tempo terão fê. Nesse tempo nem se dirá missa, nem se receberão sacramentos, só se fôr occultamente, nos desertos, nas cavernas da terra, ou nas casas!.. Chegado pois esse tempo marcado por Deos, quando o Antichristo ferver com a maior raiva contra a Santa Igreja, de repente apparecerão Henoc e Elias vindos lá do Paraizo, para onde tinham subido ha tantos annos, e começarão a prégear a palavra dé Deos por toda a parte, como trombetas do Ceo ensinando a todos que recebam a verdadeira fê, a fê de Jesus Christo; e que façam penitencia dos seus crimes; que é chegado o fim do mundo, que as rodas celestes brevemente se vão a mover para soar o ultimo golpe!... Elles afirmarão na presença dos povos e dos reis, que Jesus Christo é o verdadeiro Filho de Deos, a unica salvação do genero humano, que já remiu o mundo, e que vem já, já por instantes a julgar-o! Prégarão a Santa Religião com o maior espirito, parecendo até que lançam trovões e raios pela bôca fóra! Ah! Como ficarão todos attonitos e assombrados com tão estranha novidade!! A sua prégação se tornará mais efficaz junta com a penitencia e milagres que hão de fazer; terão o Ceo fechado para que não chova, a fim de castigar os obstinados; converterão as aguas em sangue, para que os impios não bebam; farão vir fogo do Ceo para consumir aquelles que se levantarem contra suas pessoas. Oh! Quanto afflictos se verão então os justos por causa dos impios! Farão pois grandes fructos estes Santos Missionários, bem como outros Varões Santos que se lhes hão de reunir. Finalmente, irão a Jerusalem para dar batalha ao Antichristo, afim de descobrir as suas falsidades; porém allí, não permitindo Deos que façam aquelles milagres com que antes se defendiam, serão mortos, e o mais desprezados; mas passados tres dias e meio, se levantarão vivos, ficando tudo assombrado, até cahindo muitos por terra! e logo soará uma grande voz lá do Ceo, que todos ouvirão, a qual dirá: “Vinde já, subi cá para cima”. Então elles na presença dos seus inimigos subirão triumphantes ao Ceo! Ao mesmo tempo a terra ha de tremer, e abalar-se com tão grande movimento, que se arruinará a decima parte d’ella, como indignando-se de sustentar moradores tão impios! Finalmente, Jesus Christo mandará o Archânjo S. Miguel, o qual fará que a terra se abra, e mandará um raio, em cujo fogo envolvidos o Antichristo e o seu Propheta descerão aos infernos! assim o diz S. João.—Ó Religião triumphante! tu tens triumphado

sempre da impiedade, e has de triumphar até ao fim do mundo!! Não temas, christão. Prepara-te; os últimos tempos estão chegados; por esse mundo tudo é impiedade e falta de fé; já se falla em toda a parte contra Christo e sua Igreja: que é o jornalismo em toda a Europa, senão um grito permanente contra o Pontífice e a mesma Igreja? Hoje, onde quer, em qualquer parte se ouvem immensas heresias, blasphemias e impiedades! Preparai-vos pois, meus irmãos, para essa grande perseguição; e não vos admireis de vêr já tão pouca fé, pois assim tem de acontecer; porque sem falta de fé não se pôde chegar a taes excessos do demonio, que então se hão de vêr. Entretanto vivamos para Deos, unidos sempre ao Vigário de Jesus Christo, e rogando sempre por estas necessidades da Santa Religião (COUTO, 1868, p. 566/571).

Depois de analisar a postura e o método messiânico de Antônio Conselheiro, bem como, após observar algumas temáticas do livro *Missão Abreviada*, voltamos nossa atenção ao padre Felismino. Pelo narrado por João de Santa, o padre Felismino era detentor de uma mediunidade, que se externava através da imposição das mãos sobre os doentes e da vidência. Contudo, seus métodos não foram aceitos pelas autoridades da província e as eclesiásticas, porque redundaram em pregar profecias e anunciar o fim do mundo, através de uma interpretação um tanto deturpada do livro *Missão Abreviada* e do livro *Apocalipse*.

Segundo Antônio Correia (DANTAS, 2021), neto de José Correia Dantas e Anna Francisca de Oliveira Bastos, residentes na fazenda Onça desde meados do século XIX, a Seita dos Caipiras foi bem aceita entre os moradores da localidade Campinas, porque para eles e para o próprio entrevistado, o padre Felismino não era louco, ele tinha mudado algumas concepções em relação à religião.

O pessoal de lá, por muito tempo seguiu os ensinamentos deixados pelo padre Felismino, inclusive, em relação ao jejum, eles entendiam que não se devia, sequer, tomar água no dia do jejum. Eles acreditavam que estava chegando o fim dos tempos (DANTAS, 2021).

Ao ouvir o relato de Antônio Correia sobre o “jejum” conforme orientação do padre Felismino, que proibia o uso, inclusive, de água, foi possível constatar que, de fato, eram os mesmos métodos usados pelo Antônio Conselheiro, em conformidade com o escrito no livro *missão abreviada*.

Conforme foi relatado por frei João Evangelista Monte Marciano, “ouvindo que se podia jejuar muitas vezes comendo carne ao jantar, e tomando pela manhan uma chavena de café, o Conselheiro estendeu o lábio inferior e sacudiu negativamente a cabeça, e os seus principaes asseclas romperam logo em apartes, exclamando com ênfase um dentre elles: ‘Ora, isto não é jejum, é comer a fartar’ (MARCIANO, 1895, p. 6)”.

Sobre o Jejum, Manoel Couto explica,

[...] E que jejuens se praticavam nos primeiros tempos da Igreja? Nesse tempo os christãos jejuavam mais de duzentos dias no decurso do anno, duas quaresmas, quartas, sextas e sabbados, as vigílias e as tẽmporas; e então com o maior rigor; não comiam senão uma vez no dia, e depois de posto o sol, isto na quaresma; nos outros jejuens comiam ás tres horas da tarde; na semana santa estavam dias inteiros sem comer, e alguns até nada comiam em toda a semana; mas isto não admira, porque ainda viam as ruas de Jerusalem, o caminho do Calvario, e o mesmo Calvario todo manchado com o sangue de Jesus Christo. Nesse tempo jejuava-se deste modo, e agora como se jejuava? Agora, pela manhã toma-se uma boa parva, á noite uma boa consoada, e muitos nem deste modo jejuam, nem a carne deixam de comer, não querem saber da Igreja, nem se importam com os seus preceitos: que grandes protestantes! Desenganai-vos: nós já estamos

cercados de protestantes; esta é uma certa gente que se não importa com a Igreja, nem com o Summo Pontifice, nem com as suas doutrinas, comem carne nos dias de abstinência, não jejuam nos dias de preceito, desprezam tudo quanto é da Igreja; não digo bem; fazem uma contínua guerra á Igreja!... E que direi daquelles que ainda se prezam de ser catholicos? Em muitos tudo são fraquezas, debilidades e flatos; para peccar, para viver nas mancebias, nas impurezas, e para espancar o proximo, não falta força, todos são valentes; e para jejuar todos são fracos; alguns podem tudo, outros não podem nada. Ai de muitos christãos! porque só neste preceito do jejum se verão diante de Deos com uma grande carga de peccados mortaes!... Ora pois, deve-se jejuar nos dias que manda a Santa Igreja, não havendo causa que escuse; é peccado mortal faltar a este preceito: se custar, assim é preciso, porque é para castigo do peccado; e bom era que se jejuasse um ou dous dias cada semana por devoção nos mezes do inverno, para de alguma sorte recompensar algumas faltas que tiver havido neste preceito. (COUTO, 1868, p. 854/855).

Para uns, o padre Felismino era profeta, porque anunciava profecias e se dizia o segundo precursor para a vinda de Jesus Cristo. Para outros, suas prédicas demonstravam que não estava dentro de suas faculdades mentais, conforme explica João Hélio de Almeida.

Durante o tempo em que permaneceu em Frei Paulo, Pe. Felismino foi classificado por uns como profeta e por outros como louco. Se autoproclamou profeta e detentor de revelações com consequentes provas, embasadas em citações de São Bernardo, do profeta Daniel e de textos bíblicos. Numa perspectiva escatológica e apocalíptica, pregava a iminência do “Juízo Universal”. Traçou uma analogia de sua “perseguição” com a história de João Batista, sustentada na ideia de que da mesma forma como este fora o precursor da primeira vinda de Jesus Cristo, ele, Felismino, seria o pregador da segunda vinda. Suas prédicas provocaram uma tensão com o Vigário Geral de Sergipe. Alguns “incrédulos” em Frei Paulo resolveram tirá-lo à força da localidade. Antes, porém, sua família prevendo a gravidade do que poderia acontecer, resolveu conduzi-lo em segurança. Findou assim, a atuação religiosa de um “profeta” ou de um “louco” no interior sergipano. (ALMEIDA, 2007, p. 72)

O entendimento de João Hélio está embasado na carta existente no acervo de João de Santa, bem como, nas informações do cônego Raul Bomfim Borges.

O escritor João de Santa e a memória corrente em Carira nos informa que em sua avançada idade, Pe. Felismino proferia pregações um tanto fora do comum, predizendo um futuro diferente, não sabendo se melhor ou pior, lançando as bases apocalípticas do movimento religioso dos Caipiras. Seus inimigos asseguravam que ele dizia palavras sem nexo, transparecendo início de loucura, mas a fantasia dos seus seguidores, cultivou o que parecia ser uma seita, inclusive elegendo um pastor que o substituisse, investindo-se nessas funções o velho Romão, moreno troncudo, de zanga fácil e hábil cavaleiro.

De suas profecias apocalípticas recolhidas por Pe. Raul, merecem destaque as previsões sobre o surgimento do arame farpado (que ele chamava de cerca de ferro); as invenções do avião (estradas nos ares) e do automóvel (cavalo preto caminhando a fogo); mulheres com lenço na cabeça, ao invés de xale (este era para mulher casada, que já levava um em seu enxoval, sinal de dignidade, seriedade e respeito); muitas cabeças, mas poucos chapéus (para os homens, seu desuso é sinal de irresponsabilidade, de gente sem juízo, desmiolada) (ALMEIDA, 2007, p. 151).

Sobre tais profecias, é preciso anotar que o arame farpado foi inventado em 1873 nos estados Unidos. A invenção do avião, que ocorreu nos primeiros anos do século XX, foi posterior as prédicas do padre Felismino, porém, sabe-se que os estudos tiveram início bem antes. E o surgimento do automóvel nos moldes atuais aconteceu em 1886, se universalizando no século XX.

É possível verificar que as profecias, na verdade, eram constatações de fatos que estavam acontecendo no mundo e que não eram aceitas pelo padre Felismino, que as via como sinal do fim dos tempos. O padre Felismino não era uma pessoa leiga e alheia aos acontecimentos mundiais, pois, conforme informação dada por João Tavares da Mota, o mesmo estudou na Europa.

A carta elaborada por Felismino foi produzida em resposta ao ofício que o vigário-geral de Sergipe lhe enviou, sendo recebida pelo padre em 19 de julho de 1890, na qual o convocava a comparecer em presença do vigário-geral até o dia 10 de agosto de 1890, sob pena de ter suspensas suas ordens e cassada a sua provisão de vigário encomendado (ALMEIDA, 2007, p. 73).

Consta que o padre Felismino já havia sido advertido anteriormente, e relata que se retirou do altar ou da celebração, bem como, que estava proibido de ingressar na igreja por dez dias.

Almeida (2007, p. 75), fazendo uma análise da carta, relata que “no decorrer da missiva, aparecem alguns esclarecimentos que ajudam a entender o motivo do embate entre padre Felismino e o Vigário Geral”:

[...] quando não se pode afiançar que ele ainda existe [o sacrifício da missa] segundo o profeta Daniel, citado por Nosso Senhor Jesus Cristo, e o assombroso prodígio que suspendeu, ou mesmo aboliu o Santo Sacrifício da Missa que era celebrado no Juazeiro pelo Reverendíssimo padre Cícero; e ainda por causa do flagelo da morte que há de derrotar a raça do Anticristo.

Analisando esse questionamento feito pelo padre Felismino, observamos que tal citação encontra fundamento na explicação de Manoel Couto sobre o anticristo e o fim do mundo, que diz,

Nesse tempo quasi todas as almas se hão de perverter; porquẽ diz o Propheta Daniel: “Esse impio prevalecerá contra os Santos”. E Jesus Christo vendo já estas coisas, disse por S. Marcos; “Cuidaes vós, que quando vier o Filho do homem achará fé na terra?” Como se dissera: Raros serão aquelles que nesse tempo terão fé. Nesse tempo nem se dirá missa, nem se receberão sacramentos, só se fôr occultamente, nos desertos, nas cavernas da terra, ou nas casas! (COUTO, 1868, p. 569).

O questionamento feito pelo padre Felismino sobre a existência da missa, dá a entender que para ele a missa celebrada por outro pároco era como se não houvesse, porque, o Profeta Daniel já havia preconizado que nos fins dos tempos “*nem se dirá missa, nem se receberão os sacramentos*”.

Na mesma carta, o padre Felismino afirma que possuía treze profecias, se apresentando como profeta e pregador do fim do mundo. Na verdade, ele pregava o fim do mundo em conformidade com o texto literal citado na *Missão Abreviada*.

Vladimir de Carvalho (2008) faz uma abordagem sobre o trabalho de João Hélio de Almeida, e recorda sua infância quando ouvia dizer que o fim do mundo seria com fogo e, suscita a dúvida se,

As conversas, ouvidas na minha infância, sobre o final do mundo, ressurgem, agora, fortes, fazendo-me reportar aos anos cinquenta, a povoar a Rua do Sol, nos diálogos com pessoas mais velhas, aproveitando a pálida luz dos postes da empresa elétrica de Zeca Mesquita. O final do mundo, pelo uso do fogo, faria parte das pregações, profecias e alucinações do padre Felismino? As guerras que

o século XX abrigou e as que o século XXI hospeda, o perigo, sempre diário, de um conflito mundial no qual as armas nucleares podem ser utilizadas, não seria, por seu turno, a concretização daquilo que o padre Felismino, em seus momentos de lucidez [ou não], pregou? A verdade sobre o futuro do planeta Terra teria sido anunciada no final do século XIX, em Frei Paulo? E, não custa, ainda, indagar, quem será o novo Noé, a construir uma espaçonave, para, nas alturas, ficar imune ao fogo? Não me arrisso a responder.

Observando que em 24 de junho de 1886 (Itabaiana. Livro de batismos n° 23. 1884-1890, p. 190/191) se registraram os últimos batismos realizados pelo padre Felismino na Paróquia de Frei Paulo, percebe-se que o mesmo permaneceu por mais quatro anos na localidade, sem exercer o sacerdócio, se indispondo com pessoas da comunidade ao tentar incutir na mente de alguns moradores as ideias sobre as profecias do fim do mundo, dentre as outras que dizia saber.

Os relatos do padre Felismino de que já havia sido advertido anteriormente, e que se “retirou do altar ou da celebração”, bem como, que “estava proibido de ingressar na igreja por dez dias”, demonstra que o mesmo, depois de ser afastado do paroquiado insistia em pregar e usar o espaço da igreja para externar seus pensamentos, até mesmo se insurgindo contra os dogmas do catolicismo.

Em outubro de 1888 foi publicado um protesto escrito por João Tavares da Mota, atribuindo ao padre Felismino da Costa Fontes qualquer incidente que sobre ele acontecesse. No mesmo expediente João Tavares explica,

Este vigário tem se tornado insuportável para seus parochianos, fazendo até do altar sagrado uma praça pública para elvo desabafo dos seus desordenados affectos, descompondo alta e poderosamente com os epithetos e escarnes os mais injuriosos a todos aquelles que não lhes vão satisfazer com suas bajulações; deixando porém de reconhecer que não é este o dever de um sacerdote, de um ministro de Jesus Christo (A reforma, 14 de outubro de 1888, ed. 92, p. 3).

Em dezembro do mesmo ano, João Tavares da Mota é mais incisivo e, ao se reportar aos parentes do padre Felismino, diz que o vigário não está com suas faculdades intellectuais perfeitas,

Os parentes do padre não tiveram a coragem de assumir a responsabilidade da defesa do santo varão que em S. Paulo cura de uma freguezia, digna de melhor sorte.

O articulista teve coragem de dizer que o padre Felismino, alheio a tudo quanto não é espiritual, não se tem envolvido em questões de feiras.

Um vigário que abusa da cadeira da verdade para pedir, animar e exaltar mesmo a população abeatada, afim de que não se mude a feira, como foi determinado por lei; um vigário que compra um terreno com o único fim de muda-la, encontra quem venha pela imprensa desmentir aquillo que todo mundo sabe!!

Praticam assim os perversos que aninham no coração toda a sorte de rancores, ao passo que representam nos lábios uma inocência de anjos. Estes não conseguirão provar que o padre Felismino esteja com as faculdades intellectuaes perfeitas; não poderão provar que o padre Felismino não prega heresias de maneira que sua conservação na parochia de S. Paulo, como seu pastor, prova que o arcebispo não sabe que o antigo estudante que na Europa perdeu todos os livros, dinheiro e roupa, está com a razão alterada.

Se tenho receios do sr. vigário, é porque nutrindo o reverendo, ódio contra minha pessoa, e conhecendo como conhece todo mundo, que suas faculdades intellectuaes não estão correntes, posso ser victimado, sem que também possa haver punição para o meu agressor, desde que dizem que está irresponsável pelo que pratica (A reforma, 22 de dezembro de 1888, ed. 102, p. 3,4).

Importante anotar que o padre Felismino foi suspenso e demitido ainda na freguesia de São Paulo, contudo, não se afastou dessa localidade, quando em 23 de outubro de 1890 o juiz municipal solicitou providência ao governo, que respondeu em expediente do dia 28 de outubro de 1890.

Ao juiz municipal do termo de S. Paulo – Respondendo o vosso officio do dia 23 do corrente, em que pedis providencias sobre o procedimento do padre Felismino da Costa Fontes, que, suspenso e demitido de vigário dessa freguesia, tem recalcitrado e desobedecido ás ordens do arcebispo da archidiocese, não querendo retirar-se e constituindo um club em sua casa, tenho a declarar-vos que, não competindo a este governo providenciar sobre o caso, convém que vos dirijaes ao poder especial a quem cumpre resolver sobre o assumpto (O REPUBLICANO, 19 de novembro de 1890, p. 1).

Segundo João de Santa (OLIVEIRA, p. 12-13),

No pouco tempo que aqui ficou, sofreu as consequências: foi classificado como louco e demoníaco, um grupo que não o aceitava fez um abaixo assinado para o sr. Vigário geral, pedindo a sua saída imediatamente. Porém, o Sr. Vigário ao receber o abaixo assinado, escreveu-lhe: Felismino, necessito da sua presença aqui, no prazo de vinte e quatro horas como sem falta. Ele pacientemente respondeu: Não é possível estar contigo dentro do prazo previsto, pois não tenho condições financeiras, nem meio de transporte suficiente para uma viagem dessa natureza. [...] Por não atender ao chamado do superior, dias depois recebeu ordens de celebrar a Santa Missa as sete horas em ponto sem toque de sino, que seria o motivo da sua renúncia. [...] A notícia circulou que os adversários do padre, iam expulsá-lo á força, chegando ao conhecimento do Alfêres Manoel Hipólito do Gameleiro, este reuniu um grupo de voluntários e seguiram com urgência em defesa do sacerdote.

Os fatos narrados por João de Santa se referem ao ano de 1890. Nesta época o padre Felismino já estava afastado das atividades sacerdotais, vez que, seus últimos batismos foram realizados em 24 de junho de 1886, e em seguida, no dia 02 de julho de 1886, o padre Francisco Freire de Menezes passou a ministrar os sacramentos na freguesia de Frei Paulo, findando esse primeiro paroquiado em 20 de setembro de 1890.

Segundo João Hélio Almeida (2007, p. 151), com a saída do padre Felismino, seus seguidores elegeram um pastor para o substituir, investindo-se nessas funções o velho Romão, “moreno troncudo, de zanga fácil e hábil cavaleiro”.

Esse Romão, provavelmente, tenha vínculo familiar com as famílias da localidade Campinas, onde concentrava o maior número de seguidores do padre Felismino, cujos descendentes ainda vivem até a atualidade.

De todo o visto, percebe-se que tanto o Antônio Conselheiro como o padre Felismino adotaram literalmente as temáticas do livro *Missão Abreviada*, acreditando que o fim do mundo estava próximo e, por isso, todos deveriam mudar os valores e buscar a salvação através da mortificação do pecado e da penitência.

Segundo Sebrão, Sobrinho, o padre Felismino faleceu no Hospício de São João de Deus, na Bahia, no ano de 1892.

CAPÍTULO VI

EDUCAÇÃO

Na década de 1870 foram observadas mudanças na estrutura de ensino público em Sergipe, em razão da edição do Regulamento de 24 de outubro de 1870, no qual se estabelece que a instrução primária subdivide-se em primária elementar e primária superior. Existiam as cadeiras para o sexo feminino, masculino e as cadeiras mistas. Também existia o ensino de primeiras letras para os meninos pobres. Em conformidade com as modificações trazidas pelo Regulamento de 9 de janeiro de 1877, o ensino misto seria ministrado por professoras, e não se admitia a presença de meninos com idade acima de 9 anos de idade (CARDOSO JÚNIOR. 1871, p. 51).

Nunes (1984, p. 112) explica,

O Regulamento de 24 de outubro de 1870, complementado pelos atos de 10 de junho e 9 de agosto do ano seguinte, traduziam, no conteúdo e na forma, as novas tendências educacionais que agitavam o Brasil. [...]

Era assegurado o ensino livre, primário e secundário (art. 40) a todos que quisessem exercê-lo, exigindo-se, apenas, submissão ‘no tocante à ordem pública, à moral e à higiene das escolas, à inspeção oficial do Governo, por seus respectivos agentes’.

O ensino primário passava a ser ministrado em dois graus: o elementar e o superior, funcionando este último nas cidades de Estância e Laranjeiras.

Nessa época, a localidade na qual se fundou o município de Frei Paulo estava em expansão, em razão da produção do algodão em larga escala, e porque já existia o aglomerado de casas em volta da igreja construída pelo frei Paulo, sendo preciso dotar a região da estrutura básica para atender às necessidades elementares da população.

Nunes (1984, p. 106) traz um panorama da situação econômica do estado e, em especial da vila de Itabaiana.

Em 1870 era animadora a conjuntura econômica sergipana. Melhorara o setor açucareiro, crescendo o índice de exportação da província. O algodão se expandia pelo agreste, estimulado pela procura internacional ante a crise da produção norte-americana provocada pela Guerra de Secessão (1862 – 1866). Em 1870, a máquina a vapor de descaroçar algodão chegou à vila de Itabaiana, e já em 1874 o município contava com 50 vapores, exigindo maiores plantações, que aparecem às custas das matas seculares ali existentes, fazendo brotar prósperos núcleos de povoamento.

Já em crescente ascensão econômica e populacional, em 1877 surgiu o primeiro núcleo de ensino formal no povoado São Paulo, através da designação do padre Francisco Antônio de Carvalho para ensinar as primeiras letras aos meninos pobres do povoado, oportunidade em que foi criada a Capelania do povoado São Paulo. Posteriormente, a Capelania foi extinta, em data desconhecida, e restaurada através da Resolução 1.177 de 29 de abril de 1881.

Segundo o discurso do deputado Sr. Geminiano, o curato do povoado São Paulo foi extinto porque a frequência não atendia a exigência do regulamento de instrução pública.

[...] Quando em 1877 creou-se um curato no povoado S. Paulo, obrigou-se o respectivo cura a ensinar primeiras letras, mas vendo o digno administrador de então, o exm. Sr. Dr. Menezes, que a cadeira não era frequentada pelo número legal de alunos resolveu supprimi-la (JORNAL DE SERGIPE. 19 de abril de 1881, p. 2).

Através da Resolução nº 1128, de 17 de março de 1880 foram criadas no povoado São Paulo, termo de Itabaiana, duas cadeiras públicas (JORNAL DE SERGIPE. 10 de abril de 1880, p.3), uma para cada sexo, ambas para o ensino primário. Para reger definitivamente a cadeira do sexo feminino foi nomeada em 02 de maio de 1880 a professora Amélia de Miranda Lima Guimarães (JORNAL DE SERGIPE. 05 de junho de 1880, p. 2). Para reger a cadeira pública do ensino elementar foi nomeado no dia 08 de junho de 1880 o professor Manoel Martins de Oliveira Torres (JORNAL DE SERGIPE. 27 de julho de 1880, p. 2), tendo este, sido substituído pelo professor Francisco Antônio dos Santos.

Porém, através da Resolução nº 1.172 de 30 de março de 1881 foi extinta a cadeira do sexo masculino, e passou a ser mista a cadeira feminina existente (JORNAL DE SERGIPE. 02 de abril de 1881, p. 2).

A extinção da cadeira masculina foi motivo de ampla discussão na Assembleia Provincial, ocasião em que o deputado Geminiano, como signatário do projeto, esclareceu que nenhuma das aulas existentes no povoado São Paulo tinha a frequência exigida (JORNAL DE SERGIPE. 19 de abril de 1881, p. 2).

[...] residente na Villa de Itabaiana, srs. conheço perfeitamente o povoado S. Paulo e por isso estou habilitado a afirmar aos meus nobres colegas que nenhuma das aulas ali existentes tem a frequência pelo regulamento da instrução pública [...]. Não é que no povoado S. Paulo não exista meninos em número superior ao que exige o regulamento. Facilmente se consegue ali matricular-se vinte e cinco alunos, mas o regulamento exige mais de quinze de frequência, e esta frequência não se obtém, ou por negligência e incúria dos paes, ou porque obrigue-os a lei da necessidade a retirarem seus filhos da escola [...]

Na década de 1890 foram observadas novas mudanças na estrutura de ensino, no estado de Sergipe e na então vila de São Paulo. Até 1890 havia a Capelania para as primeiras letras, uma cadeira mista para o ensino primário e uma cadeira do ensino elementar. Em 10 de março de 1890 foi criada mais uma cadeira de escola mista na vila de São Paulo, designando na oportunidade o professor Terêncio Luiz Gonzaga (O REPUBLICANO. 30 de março de 1890, p. 1).

Posteriormente, em julho de 1891, foi suprimida a cadeira do sexo masculino e convertida em ensino misto a cadeira do sexo feminino. Em agosto do mesmo ano, a cadeira do sexo masculino foi restaurada pelo governador, atendendo pedido de cidadãos da vila de São Paulo (GAZETA DE SERGIPE. 18 de julho de 1891, p. 1 e 01 de setembro de 1891, p. 1).

Era notória a diferenciação de tratamento entre as crianças pobres e as de melhor condição econômica, bem como, entre as meninas e os meninos. As crianças pobres, quando estudavam, geralmente não avançavam para o ensino secundário e o superior. E ao ensino feminino não era dada a mesma importância do ensino masculino, havendo, inclusive, a preocupação do governo em preparar as meninas para os afazeres domésticos.

Em 14 de março de 1890 foi instituído o Regulamento de Instrução Pública, no qual ficou estabelecido que o ensino no estado de Sergipe fosse público e particular. O ensino público divide-se em primário, secundário e normal (CARDOSO, Brício, ROMÉRO, Benilde. 1899, p. 18/84).

O Regulamento estabelece que o ensino público será igual para ambos os sexos. Para tanto, se estabeleceu disciplinas específicas para cada sexo:

Art. 5. São matérias constitutivas do ensino primário:

I – Lições de cousas;

II – Língua nacional;

III – Arithmetica e systema métrico;

IV – Geometria pratica;

V – Sciencias physicas e naturaes;

VI – Geographia e historia do Brazil;

VII – Desenho Linear;

VIII – Canto;

IX – Preceitos geraes de hygiene e exercícios physicos;

X – Trabalhos domésticos, costura e corte de padrões (nas escolas do sexo feminino).

Art. 6. O ensino primário será dado em dous grãos, constando no primeiro de simples elementos materiaes do plano precedente, a excepção da escripta e leitura, que deverão ser correctas.

Art. 7. Enquanto não se instituir o ensino technico, serão os alumnos exercitados na pratica de horticultura e arboricultura, ensinando-se além d'isso aos do sexo masculino, sob a direcção dos mestres locaes o emprego dos instrumentos mechanicos de uso mais geral (CARDOSO, Brício, ROMÉRO, Benilde. 1899, p. 18/84)

Art. 71. Nas escolas do sexo feminino, além dos examinadores, será convidada uma professora ou outra senhora para encarregar-se do exame sobre costura, corte de roupa e trabalhos domésticos.

Sobre a obrigatoriedade de frequentar o ensino público, foram criados os critérios de dispensa no art. 10 do Regulamento (CARDOSO, Brício, ROMÉRO, Benilde. 1899, p.18/84).

Art. 10. São dispensados de frequentar a escola publica:

§ 1. Os menores de sete anos e os maiores de quatorze;

§ 2. Os que residirem mais de trez quilômetros afastados da escola mais próxima;

§ 3°. Os que tiverem impedimentos physico ou moral;

§ 4. Os que estiverem recebendo instrucção fora da escola;

§ 5. Os que já tiverem completado o curso primário na data da execução deste regulamento.

Como visto, a dispensa regulamentada aliada à condição econômica, favorecia o crescimento do número de adolescentes fora da escola e, principalmente, que aqueles de classe economicamente inferior cursassem somente o primário.

Pelo narrado pelo deputado Geminiano, consta que o número de alunos era baixo porque a lei da necessidade fazia com que os pais deixassem os filhos fora da escola para desenvolverem atividade, geralmente, nos campos ou no pastoreio.

Os artigos 12 a 18 do Regulamento trazem alguns critérios em relação à criação das escolas públicas (CARDOSO, Brício, ROMÉRO, Benilde. 1899, p. 21/22).

Art. 12. Aos representantes do município, aos pais de família e ainda ao delegado da directoria geral do ensino incumbe informar o governo da necessidade de crearem-se escolas publicas.

Art. 13. Feito o arrolamento de que trata o art. 32 e verificado que a escola tenha a frequência mínima de vinte alumnos de um e outro sexo, proverá o governo primeiro que tudo à necessidade da casa com mobília apropriada, e contractará o ensino com uma normalista habilitada, segundo este regulamento.

Art. 14. Se durante dous annos seguidos exceder de cincoenta o numero de alumnos frequentes, será creada uma escola para cada sexo.

Art. 15. As creanças do sexo masculino que não tiverem completado a idade de dez annos receberão o ensino das professoras.

Na hypothese do art. antecedente, não attingindo a vinte o numero dos meninos de idade superior a dez annos, será ainda mixta a nova escola.

Art. 16. As escolas de um só sexo, cuja frequência exceder de sessenta alumnos, durante dous annos seguidos, serão divididas em tantas outras, ou terão tantos professores adjuntos, quantas forem as turmas de cincoenta alumnos.

Art. 17. Quando a somma da população escolar de duas localidades próximas garantir a frequência exigida pelo art. 13. Poderá o governo estabelecer uma exchola mixta ou commum, determinando que a professora funcçione metade do anno lectivo em cada uma das localidades.

Art. 18. Poderão também crear-se escolas publicas nas condições de frequência exigidas, onde quer que o município ou os particulares mantenham casa com a mobília apropriada para o ensino.

Percebe-se, portanto, que a criação das escolas ou cadeiras variavam conforme o número de alunos de cada sexo e a frequência exigida pelo Regulamento. Provavelmente, essa variação tenha sido a causa das criações, supressões e restaurações das cadeiras dos sexos feminino, masculino e mistas.

Em 1913, a vila de São Paulo contava com dois professores para duas cadeiras, sendo uma de cada sexo, para um total de 89 alunos matriculados, dos quais 63 de fato apresentam registro de frequência (MENEZES. 7 de setembro de 1913 – ANEXO).

Valladão (07 de setembro de 1915, p. 112) relata que em 1915 a vila de São Paulo contava com quatro escolas mantidas pelo estado, com frequência de 143 alunos. Em 1916 contava com 3 escolas particulares com um total de 60 alunos.

É possível que as informações aqui descritas não estejam completas, vez que foram obtidas através dos relatórios do governo e dos noticiários da época, e não consta uma sequência dos atos, bem como, não identifiquei registro das escolas particulares ou municipais que podem ter sido transformadas em pública estadual.

No Almanak Laemmert (1909, B 00066, p. 1436) consta o primeiro registro que traz a informação do quadro de instrução pública no município de Frei Paulo (São Paulo à época), o qual estava composto por três professoras públicas: Ermínia Araújo Aragão, Rubina Francisca de Salles e Josepha Honorata da Fonseca; e dois professores particulares: Leonida (Deolinda) Dias Ferreira e Manoel Joaquim Fiapo.

Conta o Dr. Góis (1992, p. 37) que “em fevereiro de 1918, entrando em meus oito anos de idade, sem ter tido a oportunidade de qualquer contacto com os bancos escolares, nem com as letras do alfabeto, entrei na famigerada escolinha de Manuel Joaquim, vulgarmente conhecido

como ‘Mestre Fiapo’, que se vangloriava de ter sido combatente na Guerra do Paraguai”. Conta ainda o Dr. Góis, que em 1925 foi concluída a construção da casa escolar na fazenda Juremeira.

Percebe-se, portanto, que a escolinha de Manuel Fiapo era particular, mas a data de sua criação é desconhecida, sendo possível afirmar que estava em funcionamento desde o começo do século XX.

O final do século XIX foi marcado pela criação dos Gabinetes Literários, sendo que, em 1878 o povoado São Paulo (atual Frei Paulo) já integrava o distrito literário de Itabaiana. Em 1891 foi criada uma delegacia literária na vila de São Paulo, que teve como delegado o padre Jonathas José Gonçalves e depois o coronel Cassimiro da Silva Melo.

Percebe-se, portanto, que no final do século XIX para o começo do século XX a sociedade sergipana contava com uma elite preocupada com a formação intelectual do povo brasileiro e sergipano, que ficou marcada pelo fortalecimento da educação, especialmente pela criação da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo, da qual, o freipaulistano Gentil Tavares da Mota era integrante, e participava ativamente do movimento.

Souza (2016, p. 29) extrai do Estatuto da Liga o fundamento para sua criação,

A Liga Sergipense Contra o Analfabetismo surgiu oficialmente em 24 de setembro de 1916 [...] Na ocasião, o combate ao analfabetismo foi estabelecido como meta primordial para que, à época do primeiro centenário da independência política nacional, pudesse o estado de Sergipe comemorar, também, a liberdade da ignorância de suas cidades e vilas (Estatutos da Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Aracaju: Imprensa oficial, 1917).

A criação da LSCA fortaleceu o movimento de construção da nação pela educação, homogeneização cultural e moral, pois com a significativa adesão da população à causa do combate ao analfabetismo, tornou-se uma das principais expressões daquele ideário em Sergipe, ao lado de instituições como o IHGSE – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e a LMC – Loja Maçônica Cotinguiba (SOUZA. 2016, p. 35-36)

Souza (2016, p. 110-111), ao relatar sobre a criação do hino da Liga traz a informação da presença de Gentil Tavares da Mota na reunião e destaca-o, assim como aos demais, como “heróis desprendidos e devotados ao progresso do país”.

O hino foi aprovado na ocasião da comemoração do quinto aniversário de sua fundação da associação, pelos diretores reunidos na residência do presidente Amyntas José Jorge [...] Fazia parte do panteão construído pelos heróis da Pátria que em Sergipe promoviam o culto da alfabetização; heróis desprendidos e devotados ao progresso do país cujos nomes ficaram registrados nos livros da instituição e nas páginas da sua história para representar todo grupo: Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão, Teófilo Dantas, Thales Ferraz, Gentil Tavares, Francisco Monteiro de Almeida e Amyntas José Jorge.

Para a execução dos serviços, a Liga contava com subvenção do estado de Sergipe, do município de Aracaju, e ainda, com a contribuição dos associados cujo valor era de \$500 (quinhentos réis).

A Liga também realizava festivais artísticos e beneficentes, como forma de expandir a cultura e promover a inclusão social dos menos favorecidos, o que também funcionava como fonte de renda, pois contava com a participação da elite sergipana que se mobilizava para prestigiar os eventos.

Na vila de São Paulo o Sr. Josias Ferreira Nunes era o fiscal da Liga Sergipense sendo responsável pela realização dos eventos culturais e mobilização da sociedade para a valorização da cultura e educação.

Consta no relatório do governo que as escolas municipais dos povoados Coité (subúrbio), Cedro e Imbira eram mantidas pela Liga Sergipense contra o Analfabetismo (CARDOSO. 1926, p. 82).

De fato, o intendente Conrado Tavares da Silva sancionou a Lei nº 72 de 14 de janeiro de 1926 criando uma Escola Municipal no Arraial do Coité (subúrbio desta cidade), ficando autorizado na mesma Lei a nomear a seu critério uma professora para essa cadeira, com os mesmos direitos, obrigações e vencimentos que a do Arraial Cedro. Através da Lei nº 83, de 09 de novembro de 1926, foi criado um lugar de professor público municipal do sexo masculino a funcionar no turno noturno.

A Escola Capitão João Tavares da Mota foi fundada em 1927, “tendo como patrono o nome do honrado e bemquisto homem, que foi o Capitão João Tavares um dos fundadores d’aquella florecente cidade e pae do nosso illustre amigo deputado Gentil Tavares” (CORREIO DE ARACAJU. 14 de outubro de 1927, p. 4).

A Escola Capitão João Tavares da Mota estava vinculada a Liga Sergipense, porém, as despesas com o aluguel da casa e a remuneração do professor Francisco Nogueira Borges eram pagos pela intendência municipal.

Sobre a Escola Capitão João Tavares da Mota e seu funcionamento, merece destacar a entrevista concedida em 12 de janeiro de 2004 por João de Santa à Clotildes Farias, na qual o poeta retrata a situação da época e a qualidade do ensino primário que lhe abriu os olhos para a poesia, a música e a cultura e o tornou, apesar do pouco estudo, mestre de tantos outros (SOUZA. 2016, p. 96-100 – grifo e anotação nossa).

Na década de 1930, por volta dos seus dez a doze anos de idade, João Alves de Oliveira tornou-se aluno da Escola João Tavares, onde fez amizades com os rapazes de até dezoito anos que também estudavam lá, inclusive Salustiano José dos Santos e José Andrade, de quem se recorda saudosamente. O Professor Francisco Nogueira Borges, Professor Borginho, era conhecido na região de Frei Paulo e pessoa de confiança para o avô daquele menino, que fez matrícula por acreditar que ali seu neto aprenderia tanto a ler e escrever quanto a conhecer e respeitar os bons costumes [...].

[...] Quando João Alves de Oliveira foi matriculado na Escola do Professor Borginho, ele já tinha passado pela escola do Professor Ferreira Nunes, onde foi apelidado de “cavalo roto” por suas dificuldades com o ABC, tendo por orgulho e receio da palmatória adiantado o conhecimento das letras do alfabeto de cor e salteado e depois das sílabas aprendidas com a “Cartilha Nacional”. Ao chegar à escola do professor Borginho acertou todas as lições da “Cartilha Analítica” e logo ganhou o primeiro volume da coleção “Corações de Criança”, porque soube ler os textos aleatoriamente e sem hesitação, tanto do início quanto do final daquele livro. Por conta das leituras reiteradas dos textos, aprendeu todas as lições e soube repeti-las em vários momentos, inclusive muitos anos mais tarde:

Deus ao mundo deu a guerra, a doença, a morte, as dores
Mas para alegrar a terra, basta haver lhe dado flores,
Umbras criadas com arte, outras simples e modestas,
Há flores por toda a parte, nos enterros e nas festas.
Nos jardins, nos cemitérios, nos pauis e nos pomares,

Sobre jazigos funéreis, sobre berços e altares.
Amais as flores, crianças, sois irmãos nos esplendores,
Pois há muitas semelhanças entre as crianças e as flores (OLIVEIRA, 2004).

Ainda sobre João de Santa, José Carvalho³⁸ relata um pouco da sua experiência com o Maestro durante o período em que estudou na Filarmônica e fez parte da União Lira Paulistana:

Uma das coisas que mais me marcaram na infância foi minha passagem pela filarmônica, sobretudo o contato que tive com Sr. João. Lembro bem das tardes que passava recitando as lições decoradas sobre teoria musical e de ir marcando o compasso com a mão enquanto verbalmente ia interpretando uma partitura que havia estudado na frente de Sr. João. Algo sempre me chamou atenção no modo de Sr. João ensinar, mas apenas agora (já adulto e professor) é que consigo de fato compreender. Na época, os castigos físicos não eram mais comuns nas escolas, mas ainda eram rotineiros o abuso verbal, os xingamentos e tornar o aluno alvo de chacota como “formas de educar”. Por outro lado, em minhas aulas com Sr. João, ele sempre se mostrava muito paciente, verdadeiramente interessado na aprendizagem e evolução do aluno e nunca punitivo. O clima era sempre leve e, ao invés de punir os erros, optava por elogiar os acertos e me incentivar mesmo quando eu errava. Percebo hoje como essa forma de ensino era muito à frente de sua época.

Com a revolução de 1930, após a rápida passagem do intendente capitão José Francisco da Cunha pelo Poder Executivo, o intendente Maurício Ettinger, através do decreto nº 05, de 02 de julho de 1930, criou mais quatro escolas, uma em cada um dos povoados: Serra Redonda, Carira, Mucambo e Tanque Novo (O PAULISTANO, ano III, nº 128, de 05 de julho de 1931).

No mesmo decreto, transformou em Escolas da “Legião de Outubro” as escolas municipais e as denominou da seguinte forma:

- a) Escola da Legião de Outubro “Alfredo Montes”, a do povoado Peluche;
- b) Escola da Legião de Outubro “Alexandre Teixeira”, a do povoado Cedro;
- c) Escola da Legião de Outubro “Brício Cardoso”, a do povoado Imbirá;
- d) Escola da Legião de Outubro “Balthazar Goes”, a do povoado Coité;
- e) Escola da Legião de Outubro “Geminiano Paes”, a do povoado Serra Redonda;
- f) Escola da Legião de Outubro “Guilhermino Bezerra”, a do povoado Mucambo;
- g) Escola da Legião de Outubro “Severiano Cardoso”, a do povoado Carira;
- h) Escola da Legião de Outubro “Teixeira de Faria”, a do povoado Tanque Novo.

Em 1932 havia oito escolas no município de São Paulo, assim, contando as da sede e dos povoados.

No período de 1932 a 1950 identificamos apenas a indicação dos professores que estavam lotados nas escolas, não havendo informações precisas sobre a criação ou supressão de todas as cadeiras e escolas.

Por sua vez, o recenseamento de 1950 traz o número de pessoas alfabetizadas, e ainda a informação de que naquela ocasião existia apenas uma pessoa com nível superior residindo no município de Frei Paulo.

38 José Gilmar Nunes de Carvalho Filho, natural de Frei Paulo, atualmente é professor do Departamento de Engenharia Elétrica da Universidade Federal de Sergipe.

Segundo o Recenseamento Geral de 1950, a população do município com 5 e mais anos de idade somava 7.756 pessoas das quais sabiam ler e escrever, 1.720, ou seja, 18,8% alfabetizados. Naquela oportunidade os que declararam haver concluído o curso elementar eram em número de 78, o curso médio - 7 e apenas 1 possuía curso superior. Em 1955, havia no município 24 estabelecimentos de ensino primário comum. A matrícula em 1956 foi de 961 alunos, cujo aproveitamento alcançou 227 estudantes, os quais foram promovidos. O município não conta com unidades escolares que ministrem grau de ensino além do fundamental comum (FERREIRA. 1959, p. 310).

Em fevereiro de 1953 foi autorizada a construção da Escola Primária do povoado Olhos D'água e foram criadas também mais cinco escolas no município de Frei Paulo. Contudo, após a elevação de Carira que aconteceu em 25 de novembro de 1953, foram desmembrados do município de Frei Paulo a sede do novo município e alguns povoados a exemplo de Olhos D'água, Amparinho, Contendas, Maçaranduba, Ponto Chique, Tanque Novo e Três Tanques.

Pela informação de Ferreira (1959, p. 310), em 1955 havia no município 24 estabelecimentos de ensino primário comum, do que se deduz que ainda estavam inclusas nos dados as escolas do município de Carira e seus povoados, bem como aquelas que funcionavam em algumas fazendas e em casas alugadas ou pertencentes ao próprio professor.

Consta no Demonstrativo de instrução pública e particular no período compreendido entre 1877 a 1931 a identificação de professores no exercício da função docente, sem definição específica da unidade escolar. Por sua vez, no demonstrativo das escolas, profissionais e período de atuação, consta a identificação de dados sobre a criação e o detalhamento do período de atuação de alguns profissionais, sendo possível indicar o período de funcionamento das unidades de ensino.

Importante observar que no século XX havia em funcionamento escolas municipais em todos os povoados, na zona urbana e suburbana, e ainda em algumas fazendas, conforme indicado pela tabela 19, elaborada em conformidade com as informações encontradas.

Tabela 19 – Demonstrativo de Profissionais e período de atuação na Rede Municipal, Estadual e Particular sem identificação da Unidade Educacional.

Período ou ano que se identifica a atuação do profissional	Nome	Cargo/Vínculo
1877	Padre Francisco Antônio de Carvalho	Capelão e professor
1880	Amélia de Miranda Lima Guimarães	Professor público estadual
1880	Manoel Martins de Oliveira Torres	Professor público estadual
1880	Francisco Antônio dos Santos	Professor público estadual
Exonerada em 04/11/1889	Rosa Luduvica de Santana	Professor público estadual
Exonerada em 27/02/1891	Maria José de Mendonça	Professor público estadual
Abril/1891	Maria Amália de Andrade Vieira	Professor público estadual
1889-14/01/1891	Maria Angélica da Pureza Sampaio	Professor público estadual
1890	Maria de Deus Pinto Monteiro	Professor público estadual

10/03/1890	Terêncio Luiz Gonzaga	Professor público estadual
24/02/1891	Guilhermina Oliva Leite	Professor público estadual
19/03/1892	Maria Florinda Salgado de Andrade	Professor público estadual
1909-1913	Ermínia Araújo Aragão	Professor público estadual
1909-1926	Rubina Francisca de Salles	Professor público estadual
1909/1926	Josepha Honorata da Fonseca	Professor público estadual
1909/1917	Leonida (Deolinda) Dias Ferreira	Professor particular
1909/1926	Manoel Joaquim Fiapo	Professor particular
1914/2026	Conrado Tavares da Silva	Inspetor escolar público
1914/1926	Maria Soledade Araújo	Professor público estadual
1918/1931	Dulcinea de Araújo Leite Santos	Professor público estadual
1918/1931	Guimar Telles de Menezes	Professor público estadual
1918/1926	Aladim de Carvalho	Professor particular
1918/1926	José Joaquim da Cunha	Professor particular
1923/1928	Maria Perpedigna de Oliveira	Professor público municipal
1923/1928	Maria Victalina Filha	Professor público municipal
1927/1931	Josias Ferreira Nunes	Inspetor escolar
1927/1931	Albertina Nole	Professor público estadual
1927	Costália Monteiro da Silva	Professor público estadual
1927/1931	Elisa Júlia da Paixão Soares	Professor público estadual
1927	Josepha de Sant'Anna	Professor público estadual
1927/1931	Maria da Glória Ferreira	Professor público estadual
1928	Laura Bellanisa Carvalho	Professor público municipal
1928	Esmeralda Bastos	Professor público municipal
1929/1931	Adalgisa Paes de Souza	Professor público estadual
1929/1931	Alayde Pinheiro	Professor público estadual
1929/1931	Maria Odília Nascimento	Professor público estadual
1929/1931	Josefa Eulina Ferreira	Professor público municipal
1929/1931	Adolphina Mattos Bezerra	Professor público municipal
1929/1931	Bartholomeu Santos	Professor público municipal
1931	Josepha Angélica do Nascimento	Professor público municipal
1931	Dario Nunes	Professor público municipal

Tabela 20 – Demonstrativo das Escolas, Profissionais e período de atuação na Rede Municipal

Período da atividade	Denominação/ano	Localidade	Professor/ano
8 de julho de 1928 a 1953	Escola da liga sergipana contra o analfabetismo Capitão João Tavares	Frei Paulo	Francisco Nogueira Borges – nomeado em 8 de junho de 1932 pelo ato 16 e exonerado a pedido próprio em 02/04/1953.
1926 a 1957	Escola da Legião de Outubro “Balthazar Goes”	Coité (suburbio)	Maria Bernadete Lobo/1942 Antônia Rivanda Dias/1948 Zelia Tavares/1954 Maria Adeceles Paixão/1954 Valdinete Tavares de Sousa/1957 Belinda Santiago
1926 a 1942 Pelo ato nº 28, de 27 de maio de 1942 foi transferida a cadeira desta Escola para Escola do povoado Coité.	Escola da Legião de Outubro “Alexandre Teixeira”	Cedro (suburbio)	Maria Josefa Carvalho Maria das Dores Mello
1930 a 1955	Escola da Legião de Outubro “Geminiano Paes”	Serra Redonda	Maria Silva/1952 Maria Genária dos Santos/1955
1930 a 1940	Escola da Legião de Outubro “João Pessoa”	Perruche (suburbio)	Eulina Ferreira – Registro nº 01, de 07/06/1931 Altair Barbosa Matos/1940
1930 a 1971	Escola da Legião de Outubro “Brício Cardoso”	Imbira (suburbio)	Maria Aparecida Pereira/1971
1930 a 1959	Escola da Legião de Outubro “Alfredo Montes ou Guilhermino Bezerra”.	povoado Mucambo	Dalva Bezerra Rodrigues/1942 Josefa Angelica Rocha/1943 Djalma Oliveira Raulina Rodrigues Ferreira /1951 Josefa Dagmar Almeida/1959
1931	Escola da Legião de Outubro “Severiano Cardoso”	povoado Carira	Sem identificação de profissional
1931	Escola da Legião de Outubro “Teixeira de Faria”	povoado Tanque Novo	Sem identificação de profissional

1939 a 1962	Escola “Brício Cardoso”	povoado Taboca	Carmelita Menezes Costa/1939 Aristéa Borges dos Santos /1945 Lindalice Vieira de Melo/1946 Arlete Santana/1962
Criada por Decreto Lei nº 16, de 24 de setembro de 1941, pelo Prefeito Francisco Emídio da Costa.	Escola pública primária Dr. Getúlio Vargas	Frei Paulo	Altair Barbosa Matos/1941 Josefa Bernadete Nascimento (1946) Zelia Tavares Valdinete Tavares de Souza/1955 Josefa Cunha Santos/1958 Josefa Angelica Rocha Valdete Carvalho de Andrade
1941 a 1951. Em 08/08/1951 foi transferida a sede da cadeira deste povoado para o povoado Serra Redonda.	Escola Alexandre Teixeira	povoado São Pedro	Carmelita Menezes Costa/1941 Berenice Nascimento/1942 Helena Rabelo de Moraes/1946 Maria de Lourdes Oliveira/1947 Maria Silva/1950
1967	Sem denominação	Alto de Pedras	Salete Oliveira/1967
1951	Escola Primária Rui Barbosa	povoado Juá	Iribertina Santos/1951
1946 a 1956	Escola Rodrigues Neves da liga sergipana contra o analfabetismo	povoado Carira	Maria Rabello de Moraes/1946 a 1956
1948 a 1952. Em 01/04/1952 foi transferida a sede da cadeira deste povoado para a Escola do povoado Canafistula.	Escola Brício Cardoso (1951)	Fazenda Bemfeita	Ana Joana do Bomfim/1948 Ester Fonseca de Jesus/1950
1954	Escola João Rodrigues Dantas	povoado Campinas	Maria Pureza Silva/1954 Maria Benigna Andrade/1957 Carmelita Matos dos Santos/1960 Adalgiza Pereira da Conceição/1960 Josefa Beatriz Oliveira
Criada pelo Ato nº 01 de 07 de janeiro de 1960.	Escola Supletiva	povoado Mocambo	Josefa Dagmar Almeida/1960
1948 a 1960	Escola Manuel Alves Ferreira	Mocambo	Albertina Bezerra Rodrigues/1946 Normelia Nunes de Almeida/1948 Libia Nunes da Silva/1957 Miriam Barreto Chagas Maria do Carmo Batalha/1960
1968 – em atividade	Escola Daniel Paixão dos Santos	povoado Mocambo	Sem identificação

1956	Escola Municipal Antônio Andrade do Nascimento	povoado São Mateus	Mariquinha de Almeida Santos/1957
1957 a 1959	Escola Antônio Rodrigues Lima	povoado Bury	Lindinalva Silva/1957 Josefa Narlete Oliveira/1959
1950 a 1962	Escola Antônio Joaquim da Conceição	povoado Alagadiço	Maria Florinha Barreto/1950 Elisbeth Rodrigues de Almeida/1957 Deuzuita Rodrigues Almeida/1962
1963 – em atividade	Escola Dr. Francisco Leite Neto	povoado Alagadiço	Sem identificação
1952 a 1955. Em 1955 consta essa escola na localidade Taquari	Escola Antônio Tavares de Jesus	povoado Canafistula	Josefa Lima dos Santos/1952 Valdete Nunes/1953 Josefa Iraci Sampaio/1955
Em 27/04/1951 foi transferida a sede da cadeira deste povoado para o povoado Campinas.	Escola José Rolemberg Leite	povoado Serra Preta	Elisabete Vieira Passos/1948 Eurice Souza Passos/1953 Maria Pereira Lima/1954
03/02/1960	Escola José Barbosa Leal	povoado Serra Preta	Sem identificação
1946 a 1957	Escola Cônego Antônio Leal Madeira	povoado Coité dos Borges	Maria Amélia de Oliveira (1946) Josefa Lima Santos/1957
1971	Escola Antônio Joaquim de Andrade	povoado Coité dos Borges	Sem identificação
1948 a 1957	Escola Manuel Antônio de Oliveira	povoado Onça	Helena Nunes/1948 Josefa Alves de Jesus/1957
Sede de cadeira - 1957	Sem denominação	Fazenda Pias	Paulina Pereira da Conceição/1957
1954 a 1968	Escola Municipal	povoado Caipora	Arlete Vieira Passos/1954 Solange Oliveira Santos/1968
1948 a 1956	Escola João Domingos de Carvalho	Fazenda Onça	Olga Mendonça Santos/1948 Maria Benigna Andrade/1956
1953	Sem denominação	povoado Olhos d'água	Sem identificação
1951 a 1955. Em 28/02/1955 foi transferida a sede da cadeira deste povoado para a escola do povoado São Mateus.	Sem denominação	povoado Lagoa Nova	Mariquinha de Almeida Santos/1951 Maria Generosa da Mota/1953

Decreto – Lei nº 03/1946. Em 19/06/1951 foi transferida a sede da cadeira deste povoado para o povoado Bomfim.	Escola José Francisco da Cunha	Fazenda São Francisco – Lagoa Comprida	Helena Rabelo de Moraes/1946 Alzira Nascimento/1946 Alcina Leite Lima/1948
1978	Escola José Nunes	povoado Lagoa Nova	Sem identificação
Em 01/03/1956 foi transferida a cadeira desta escola para o lugar Catuabo, e denominou a escola de Manoel Bernado dos Santos.	Escola Municipal Joaquim Guedes da Costa	Guedes	Maria Lourdes Oliveira/1954 Elisdete Rodrigues Almeida/1956
Ato nº 04, de 01/03/1956	Escola Manuel Bernardo dos Santos	povoado Catuabo	Maria Lourdes Oliveira/1956 Josefa Santos/1966
1948 a 1953	Sem denominação	Fazenda Riachão	Maria Bezerra/1948 Valdenice Bezerra/1953 Josefa da Conceição Nascimento
1956 a 1960	Sem denominação	Juremeira	Maria Pereira Lima/1956 Valdete Pereira da Costa/1960
1960	Sem denominação	Fazenda Salgado	Terezinha Maria da Conceição/1960
1942 a 1953	Sem denominação	povoado Tanque Novo (Carira)	Josefa Costa Rodrigues/1942 Terezinha Simões de Almeida/1946 Josefa das Virgens/1953
Sem informação	Sem denominação	povoado Contendas (Carira)	Iribertina Santos
Sem informação	Sem denominação	povoado Lagoa Grande	Maria Luiza de Lima
Sem informação	Sem denominação	povoado Três Tanques (Carira)	Luzinete Pereira
1953	Sem denominação	povoado Amparinho (Carira)	Maria Lemos Mota/1953
1953	Sem denominação	povoado Ponto Chique (Carira)	Rozalina Maria de Souza/1953

Sem informação	Escola Guiomar Teles	povoado Maçaranduba (Carira)	Alzira Silva Adnelza Silva
Construído em 1975 e denominado em 1977	Centro Educacional Professora Juvina Moreira	Frei Paulo	Sem identificação
1978	Escola Antônio Dantas Nunes	Queimadas	Sem identificação
1982	Escola João Teles da Costa	Areias	Sem identificação
1988	Escola Napoleão Emidio da Costa	Zé Ramos	Sem identificação
	Escola Professora Inês Nascimento Rocha	Serra Redonda	Sem identificação
Criada pela Lei Municipal nº 241 de 26 de novembro de 1993.	Escola Cônego João Lima Feitosa	Frei Paulo	Sem identificação
Em atividade	Escola Municipal José Israel de Almeida	povoado Mocambo	Sem identificação
Em atividade	Escola Municipal Alice Oliveira	Frei Paulo	Sem identificação
Em atividade	Escola Bernadete dos Santos	povoado Alagadiço	Sem identificação

Com o desmembramento do município de Carira, o prefeito João Rodrigues Lima denominou as 11 (onze) escolas que havia em funcionamento no ano de 1955, através do Ato nº 20 de 1º de outubro de 1955.

Tabela 21 – Escolas denominadas em 1955

Denominação	Localização
Escola Municipal Dr. Getúlio Vargas	Sede de Frei Paulo
Escola Antônio Tavares de Jesus	povoado Canafistula
Escola Cônego Antônio Leal Madeira	povoado Coité dos Borges
Escola Manoel Alves Ferreira	povoado Mocambo
Escola Municipal Elias José de Souza	povoado Mocambo
Escola João Rodrigues Dantas	povoado Campinas
Escola Antônio Joaquim da Conceição	povoado Alagadiço
Escola Municipal Antônio Andrade do Nascimento	povoado São Mateus
Escola Municipal Joaquim Guedes da Costa	povoado Guedes
Escola José Rolemborg Leite	povoado Serra Preta
Escola João Domingos de Carvalho	Fazenda Onça

Embora tenha havido a denominação de onze estabelecimentos de ensino, outras escolas que funcionavam nas fazendas e não foram citadas continuavam em atividade, a exemplo da Juremeira, Caipora e Pias.

A Lei municipal nº 169/1988 de 12 de setembro de 1988 dispõe sobre a criação e denominação das Escolas Municipais conforme descrito na tabela 22.

Tabela 22 – Escolas denominadas em 1988

Denominação	Data de criação	Localização
Escola Municipal Daniel Paixão dos Santos	03/02/1968	povoado Mocambo
Escola Municipal João Rodrigues Dantas	03/02/1952	povoado Campinas
Escola Municipal Manoel Bernardo dos Santos	03/02/1954	povoado Catuabo
Escola Municipal João Vicente de Souza	03/02/1955	povoado Serra Preta
Escola Municipal Antônio Tavares	03/02/1955	povoado Taquari
Escola Municipal José Barbosa Leal	03/02/1960	povoado Serra Preta
Escola Municipal Rural Dr. Francisco Leite Neto	03/02/1963	povoado Alagadiço
Escola Municipal Professora Juvina Moreira	03/02/1971	Sede de Frei Paulo
Escola Municipal Antônio Joaquim de Andrade	03/02/1971	povoado Coité dos Borges
Escola Municipal José Nunes	03/02/1978	povoado Lagoa Nova
Escola Municipal João Teles da Costa	03/02/1982	povoado Areias
Escola Municipal Napoleão Emídio da Costa	03/06/1988	povoado Zé Ramos
Escola Municipal Maria Emilia Oliveira	03/06/1988	povoado Alto de Pedras

É evidente que as datas indicadas no quadro descrito na Lei nº 169/1988 foram introduzidas apenas para constar, não correspondendo à data efetiva de criação. Percebe-se isso porque em quase todas constam o mesmo dia e mês, modificando somente o ano.



Figuras 76 e 77 - Escola Municipal do Barro Branco/Campinas – 2019 (demolida em 2020 para construção da praça do povoado)

Outras escolas foram criadas na cidade de Frei Paulo e merecem destaque: A Escolinha de Santo Antônio foi fundada em 1939 e o Educandário Paroquial Imaculada Conceição foi fundado em 1958, sendo ambos de propriedade da Arquidiocese. O Grupo Escolar Martinho Garcez da rede estadual de ensino foi fundado em 1950 e continua em funcionamento até a atualidade. O Colégio Cenecista Cônego José Antônio Leal Madeira foi fundado em 1966. A Escola Estadual de 1º Grau Gentil Tavares da Mota foi fundada em 1983, e continua em funcionamento. A Escola de Aplicação Sagrado Coração de Jesus, da rede particular de ensino,

foi fundada em 1996 e continua em atividade. Atualmente está em funcionamento o Colégio Opção no lugar que antes funcionava o Educandário Paroquial Imaculada Conceição, e o Colégio Cenecista foi vendido a Carlos Alberto Bastos, e atualmente parte dele está desativada e na outra foi contruída uma quadra de esporte. (OLIVEIRA. 1996, p. 15)

Conforme quadro de profissionais, o primeiro professor identificado que exerceu atividade docente no município de Frei Paulo foi o padre Francisco Antônio de Carvalho. Da primeira década do século XX merece destacar a atuação docente de Josefa Honorata da Fonseca, filha de Theodório Severino da Fonseca e Maria Theresa de Jesus, que vem a ser a avó materna de Josefa Castália Nunes.

Das gerações mais novas, destacaremos algumas abnegadas que fizeram do magistério público as suas vidas: Josefa Angélica da Rocha (Dona Caçula), Berenice Santos Silva, Maria de Lourdes Dantas, Inês Nascimento Rocha, Carmelita Matos dos Santos, Josefa Beatriz Oliveira e Josefa Iracy Nascimento Rocha.

No final do século XX para o início do XXI, a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996 que dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do magistério, assegurou aos professores leigos o prazo de cinco anos para obtenção da habilitação necessária ao exercício das atividades docentes.

A partir de então, e inicialmente através do programa Proformação, os professores da rede municipal concluíram o ensino médio e magistério. Vale destacar ainda a dedicação de alguns professores, que avançaram ainda mais em seus estudos e capacitações e chegaram a obter o grau de Doutora em Pedagogia, dentre os quais citamos: Maria Aparecida Brito da Silva e Marivalda Lima Sousa.

Em 2010 a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 96,9% estando registrado 2.478 matrículas no ensino fundamental, 392 matrículas no ensino médio, 114 docentes no ensino fundamental, 22 docentes no ensino médio, em 13 escolas do ensino fundamental e 1 escola do ensino médio (Fonte: IBGE).

Segundo os dados da Secretaria Municipal de Educação, em 2020 o ensino público municipal está sendo ministrado a 2.001 alunos em 11 estabelecimentos distribuídos na sede e nos povoados.

Tabela 23 - Escolas existentes em 2021

Denominação	Localização	Número de alunos
Creche Municipal Maria Rita Modesto de Oliveira	Sede de Frei Paulo	94
Escola Municipal Cônego João Lima Feitosa	Sede de Frei Paulo	329
Escola Municipal Professora Juvina Moreira	Sede de Frei Paulo	226
Escola Municipal Alice Oliveira	Sede de Frei Paulo	406
Escola Municipal Inês Nascimento da Rocha	povoado Serra Redonda	59
Escola Municipal Professora Bernadete dos Santos	povoado Alagadiço	320
Escolas Reunidas Dr. Francisco Leite Neto	povoado Alagadiço	139
Escola Municipal Manoel Bernardo dos Santos	povoado Catuabo	114
Escola Municipal Daniel Paixão dos Santos	povoado Mocambo	78
Escola Municipal José Israel de Almeida	povoado Mocambo	222
Escola Municipal João Teles da Costa	povoado Areias	14

CAPÍTULO VII

CULTURA

ELEMENTOS ÉTNICOS E FOLCLORE

A cultura e o folclore de um povo vão se construindo ao longo dos anos, através dos hábitos e costumes que se praticam no dia a dia. Como frisado no capítulo da Ocupação das matas de Itabaiana, nossa cultura recebeu a influência dos indígenas e dos africanos, mas também do homem branco que colonizou o território sergipano.

A cultura está inserida dentro das garantias constitucionais como meio de defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro e da diversidade étnica e regional (art. 215, § 3º, I e V da Constituição Federal).

Dos índios identifica-se, dentre outras, a cultura de coivarar a terra para o plantio, o uso da mandioca e do milho na culinária.

Dantas (1980, p. 27) diz que “da raça indígena também se adotou o banho de rio, os pés descalços, a cabaça para colocar água de beber e o uso da rede”.

Tanto os indígenas como os escravos professavam suas crenças através de cerimônias cujos rituais se completavam com dança e música, deixando suas raízes também através de crenças religiosas e superstições.

Algumas lendas de origem indígena ficaram na memória do povo e foram cultivadas até os tempos hodiernos, principalmente, pelo homem do campo.

Destaque-se a lenda da caipora que habitava nas matas para cuidar da fauna e da flora, e se sentisse algum tipo de ameaça começava a uivar para espantar os malfeitores. A lenda da caipora é conhecida por todo o país, sendo que cada região acaba adicionado particularidades à lenda. Na região de Frei Paulo, por exemplo, atribui-se também a caipora o poder de confundir a mente das pessoas, e que para se protegerem bastava colocar uma folha de mato dentro do bolso.

Confesso não acreditar na caipora, mas essa lenda esteve presente em minha família porque meu irmão Joaquim sempre acreditou que colocando uma folhinha verde no bolso a pessoa não se perdia ao fazer uma viagem para um lugar desconhecido.

Meu filho, André Luiz, conta que certa vez foi dormir na fazenda de André Ribeiro, situada na localidade Onça, do município de Frei Paulo, e viveu uma experiência a qual atribui à presença da caipora. Era véspera de uma festa do vaqueiro, e eles organizaram os cavalos para participarem do desfile de animais no dia seguinte. Eis que, durante a noite, os cavalos se agitaram e começaram a correr e relinchar. Ao amanhecer, as crinas dos cavalos estavam entrelaçadas de nós que ninguém conseguiu desatar. Ele atribui a caipora o entrelaçamento das crinas e a agitação dos cavalos (SANTANA, 2021).

Silva (2016, p. 3, 4) discorrendo sobre as crenças e costumes preservados pelos quilombolas do Catuabo destaca que,

Entre suas tradições mais características, destaca-se o respeito a entidades sobrenaturais, como a caipora, o lobisomem e a mula do padre. [...] Segundo a Sra. Cesária Jesus dos Santos, a caipora mora nas matas e florestas e reina sobre os animais, de quem é o principal protetor. Para isso, ainda de acordo com ela, a caipora frequentemente confunde os caçadores, levando-os a se perder pelas matas. “Sem ver nada, a pessoa diz: ‘Chega, senhor, que tem um

negócio me puxando pelas pernas'. Aí o veado entrava na roça e a caipora não deixava matar. Ela atraía e assoviava mandando neles', revela a Sra. Cesária, detalhando como a caipora protege os animais dos caçadores confundindo-os.

O lobisomem é outra entidade sobrenatural temida e respeitada pelos quilombolas de Catuabo, tendo inclusive sido visto por alguns deles, como o pai da Sra. Cesária, conforme ela mesma garante: Meu pai disse que já se encontrou com lobisomem várias vezes. Ele disse que uma vez o bicho estava na estrada e foi crescendo, crescendo, até ficar do tamanho de um animal. (...) Papai conta que antigamente tinha uma mulher que gostava de viajar de noite com o marido. Um dia ela saiu, ele entrou para o mato e a mulher não sabia que ele virava lobisomem. Ele estava com uma criança no braço. Foram para a casa da mãe dela. Era meio distante. No caminho ele disse: "Você vai caminhando que eu vou entrar aqui". Ela foi caminhando e dali a pouco ela escutou um atropelo atrás dela para comer o menino.

Além da caipora e do lobisomem, a comunidade reconhece o poder da mula do padre, menos conhecida Brasil afora do que as outras duas entidades sobrenaturais, mas muito temida pelos quilombolas. "Essa mula é um animal perigoso, mata qualquer pessoa", afirma a Sra. Cesária. "Diz que, se ela der uma mijada para trás e pegar no olho da pessoa, a pessoa fica cega e ela mata. Diz que a mula do padre é uma mulher que teve caso com o padre. Vira mula porque o padre não pode fazer sexo com mulher nenhuma."

A mula do padre também é conhecida por mula sem cabeça e todas as versões criadas apontam para o sentido de punição para a mulher que se envolve emocionalmente com um padre.

Como é comum às histórias populares não se sabe ao certo quando nem em que região brasileira surgiu essa lenda. O certo, é que é uma história contada com o firme intuito de assustar as meninas e moças dos povoados brasileiros desde os primeiros séculos. Dessa forma os pais buscavam manter, por meio do medo, o controle das filhas e a garantia da manutenção de princípios morais (MORAES, Infoescola).

Segundo Cascudo (2002, p. 192), "A Mula-sem-cabeça é uma tradição que nos veio da Península Ibérica, trazida pelos portugueses e espanhóis. Corre toda América, desde o México, onde é a *Malora*, até a Argentina, onde é a *Mula Anima*. Chamam-se também *Alma Mula*, *Mula Sin Cabeza*, *Mujer Mula* e *Mala Mula*. As versões são idênticas e sempre com a finalidade punitiva embora parcial".

Pelas características da lenda, os personagens envolvidos e a motivação para a transformação da mulher na mula do padre, é suficiente para indicar que sua origem não veio dos indígenas e nem dos escravos, mas sim dos europeus.

Bonfim (2021) traz à cena no Carnaval da Ruinha de 2020 a lenda da "mula sem cabeça", e diz que ela era vista atrás do Educandário Paroquial, e ainda, enriquece a história folclórica do município ao revelar a crença na existência da figura folclórica da "Maria Cachorra".

Uma figura muito temida pelas crianças, "Maria Cachorra" que era filha de uma senhora religiosa e virtuosa que batia e xingava sua mãe na sexta-feira da paixão e dizia a mãe que queria virar um cão, quando um dia o "rosto todo mudou e cauda como cadela ela se transformou... Uma cachorra horrível espumando e furiosa naquela hora ficou. Tinha cabeça de gente com a mesma feição dela, mas o corpo até a cauda era uma terrível cadela... O Bicho furioso andava pelas ruas à noite para atacar qualquer um que encontrasse."

Outra figura é a lenda da "Mula sem cabeça" que os mais antigos contavam que toda mulher que mantivesse ligações amorosas com um padre, seria

castigada e transformada em mula sem cabeça e sempre aparecia na região por trás da escola Educandário Paroquial da cidade.

Outro exemplo da presença da cultura indígena é que algumas localidades no município de Frei Paulo foram denominadas com nomes originados da língua tupi, a exemplo dos riachos Jacoca, Taquary e Ymbira (GUARANÁ. 1916, p. 297-326).

Os indígenas também deixaram vivo na memória do nosso povo a cultura da medicina curativa, através da manipulação de plantas, cascas e raízes. Da culinária indígena herdamos o gosto pelo beiju, farinha e a puba.



Figuras 78 e 79 - José de Matos Dantas colhendo casca de Imbira para fazer infusão para vaca parida despachar (expulsão da placenta após o parto) – Dezembro de 2020 na fazenda Onça.

Os escravos negros também deixaram sua marca na cultura através da culinária, costumes, danças, religião, objetos e vocabulário.

Entretanto, embora a presença dos escravos negros na região na qual o município de Frei Paulo foi fundado remontem ao ano de 1669, não é possível perceber uma influência significativa dos escravos nos costumes do seu povo, nem mesmo nas localidades Mocambo e Catuabo, onde havia uma concentração maior de quilombolas.

Da culinária tradicionalmente africana, se verifica somente a presença do caruru nos rituais do Candomblé.

A capoeira, espécie de luta com movimentos de dança, ritmo e música, que os escravos praticavam como diversão, mas, principalmente, usavam os movimentos da capoeira como forma de defesa e ataque. Atualmente, o município de Frei Paulo conta com um grupo de capoeira, a “União Capoeira”, estando cadastrado o professor André Luiz Santos Galdino (Cadastro Cultural 2020).

No mais, é comum na região Nordeste, e especificamente em Frei Paulo, a utilização de alguns dialetos introduzidos pelos escravos no vocabulário popular, a exemplo do “oxente”, “munganga”, “cadê ele”, “mi espere”, “mi deixe”, além dos termos: “catanga”, que significa mau cheiro e “mulambo”, em vez de trapo, dentre tantos outros (FREYRE, 2003, p. 216-217).

Por fim, sabe-se que o europeu foi o que mais influenciou na formação do povo brasileiro, especialmente os portugueses. Além da língua portuguesa, foram eles que trouxeram a prática do catolicismo e introduziram os rituais das festividades religiosas, além do carnaval, festejos juninos e o reisado.

Existe uma prática que não é orientada pela Igreja Católica, embora faça parte do ritual da Sexta Feira da Paixão de algumas famílias católicas, que foi passada de geração a geração e até hoje ainda é praticada aqui em Frei Paulo. A Igreja Católica orienta o jejum e a abstinência como forma de penitência, aliada a oração e caridade. Algumas famílias seguem o costume de, na Sexta Feira Santa, “não pentear os cabelos”, “não varrer a casa”, “não cortar unha”, “orienta que a mulher que vive em união estável não deve servir as refeições ao companheiro”, e outras atividades do cotidiano que não devem se realizar neste dia.

Esse costume não parece ter sido introduzido pelos indígenas e escravos, mas sim, nos parece fazer parte dos ensinamentos pregados pelo padre Felismino no final do século XIX, que orientava a penitência com muito rigor.

Assim, a cultura do nosso povo conta com a influência de todas as raças e seus elementos se consolidaram ao longo do tempo.

LITERATURA

Em 28 de fevereiro de 1875 foi inaugurado o Gabinete Literário de Itabaiana, tendo à frente o idealista Itabaianense professor Manoel Damásio Pereira Leite. Dentre os membros fundadores, constavam José Amâncio Bezerra e o tenente-coronel Antônio Carneiro de Menezes, ambos residentes no quarteirão da Benfeita, e Antônio Cornélio da Fonseca, um dos responsáveis pela emancipação de Frei Paulo. A missão do Gabinete era fomentar o interesse pela leitura, além de ofertar o ensino básico.

De todos os gabinetes criados, apenas o de Maruim, que foi criado em 1877, ainda está em atividade, funcionando como biblioteca. O de Itabaiana funcionou precariamente até o ano de 1880.

Embora a vida útil do Gabinete Literário tenha sido curta, deixou plantada a semente do interesse pela leitura e pela cultura nesta região. Se assim não fosse, Itabaiana e Frei Paulo não seriam berços de tantos ilustres escritores, artistas plásticos e poetas.

Em 1878 a província estava dividida em 42 distritos literários, sendo que o de Itabaiana compreendia os povoados Olhos D'Água e São Paulo.

Em 20 de março de 1891 foi criada uma delegacia literária na vila de São Paulo, sendo nomeado para o cargo de delegado literário o padre Jonathas José Gonçalves (O REPUBLICANO. 31 de março de 1891, p. 1).

Em 10 de julho de 1891 o padre foi exonerado e nomeado o coronel Cassimiro da Silva Melo para a mesma função (GAZETA DE SERGIPE. 11 de julho de 1891, p. 2).

É desconhecida a data de encerramento das atividades da delegacia literária de Frei Paulo.

Em Frei Paulo destacamos os poetas Josias Ferreira Nunes, Isaac Ettinger, Ariston Cerqueira Passos³⁹, Sérgio Santos e Maria Gorete Dantas dentre outros. A seguir, são registrados alguns poemas de Josias Nunes e Isaac Ettinger.

39 Ariston de Cerqueira Passos é filho de João Rosendo de Cerqueira e Amélia de Cerqueira Passos, e casou com Maria Puresa de Jesus, filha de Martiliano Ferreira Lima e Maria Vitória de Jesus.

O Meu Viver

Josias Nunes

Namorados que vivem sorridentes...
Que amais e sois amados, admiro,
Como podeis viver sem dar suspiro,
Como podeis viver sempre contentes!

Invejo as vossas vidas refulgentes,
De meu casebre, cá, de meu retiro;
Vós sois felizes e eu também aspiro
As alegrias que trazeis nas mentes.

Mas...é triste e mui triste o meu viver,
Cansado e aflito só de padecer,
Sem ter do amor um simples galanteio.

Como que o mundo é feito só de sonhos,
Tendes os vossos corações risonhos,
Eu tenho o peito de tristezas cheio.

(JORNAL O PAULISTANO. N° 59. São Paulo, estado de Sergipe: 09 de dezembro de 1928).

Supremo Ideal

Josias Nunes

Quero plantar roseiras e jasmins,
Quero plantar craveiros e açucenas,
Quero plantar violetas e verbenas,
Atapetar de flor os meus jardins.

Quero em tardes de abril, claras, amenas,
Plantar lírios em jarras de setins,
E lindas trepadeiras, trancelins,
E de outras flores vou plantar centenas.

Quando estiver o meu jardim garrido,
De milhares de plantas bem sortido,
Todas ellas em plena floração.

Irei fazer uma grinalda airosa,
Pra coroar essa mulher formosa,
A quem a muito eu dei meu coração!

(JORNAL O PAULISTANO. N° 118. São Paulo, estado de Sergipe: 26 de abril de 1931).

A uma Vênus
Isaac Ettinger

Não julgava a existência enganadora,
Mas tinha o ser de esperanças desmudo,
Falavam-me de ti a toda hora,
E em mim nascia a dúvida com tudo.

Que sempre permaneças como outrora,
Sorrindo-me furtiva e o lábio mudo,
Basta somente a luz reveladora,
Do teu olhar, para dizer-me tudo.

Bem sei que me domina oculta força,
Quando pressinto ó flor estremecida,
As sensações de tu alma de moça.
No entanto, hei de alcançar no teu sorriso,

A desejada terra prometida,
E no teu doce olhar um paraíso.

Na literatura também destacamos os nomes de João Alves de Oliveira (João de Santa), Cecílio Cunha, Carlos Magno Bastos, Antônio Porfírio de Matos Neto, José Eduardo Goes, Josefa Alves Teixeira (Dona Mizinha), Dr. Adolfo Barbosa de Gois, José Arinaldo de Oliveira, Bernadete dos Santos, Iolanda Santos de Oliveira, José Bezerra e José Carvalho Lima, cujas obras constituem uma rica fonte de preservação da história.

EXPRESSÕES ARTÍSTICAS E FESTIVIDADES

Um nome importante para a cultura de Frei Paulo é Josias Ferreira Nunes, sendo responsável pela organização dos eventos culturais, bem como pela mobilização da sociedade para a valorização da cultura no começo do século XX. Fundou em 25 de abril de 1918 o Club Litterário Sylvio Romero. No primeiro semestre de 1924, fundou o jornal O Binóculo e, em 06 de novembro de 1927 fundou o Jornal O Paulistano.

Em 1931 existia o grupo de teatro amador “Flor Paulistana”, que encantava a sociedade com suas apresentações. Destacam-se entre as obras encenadas pelo grupo o drama “Sangue Gaúcho” do escritor gaúcho Abadie Faria Rosa, e o drama “Santa Aquilina” de autor desconhecido. Destacam-se também as comédias “Senhor Alberto”, de José Avelino, e “Um Quiproquó” e “Uma Festa na Roça” de Josias Nunes e Martins Penna.

Carlos Magno (BASTOS, 2013, p. 114) narra a vida cultural de Frei Paulo na década de 70 do século XX.

Nos anos 70, uma plêiade de jovens artistas, entusiastas da cultura popular, encantava as plateias com suas maravilhosas apresentações. Frei Paulo era naquela época uma das poucas cidades do interior sergipano a possuir vida cultural. A sociedade freipaulistana com orgulho apoiava e não perdia um espetáculo, todos davam casa cheia, e era comum ver homens e mulheres chorando emocionados ou soltando estrondosas gargalhadas com as estórias ali tão bem representadas pelos talentosos atores na reapresentação da peça “o pai humilhado” de Paul Claudel que aconteceu nos dias 3 e 4 de novembro de 1973, no Cine São Jorge.

Carlos Magno destaca que as peças tinham a direção de Unaldo Sena e reverencia os atores Carlos Alberto Andrade Bastos, Luiz de Donozor, Edvaldo Matos, Melquíria, Jujú, Zazá, Graciane Dantas, Hélia Goes e Heleusa.



Figuras 80 e 81:
Josefa Graciane
Dantas.

Em relação às manifestações culturais, Frei Paulo contou com algumas quadrilhas juninas, que se destacaram pelos títulos obtidos nos campeonatos regionais e nacionais, são elas: a Relá-Rela, a Arrastão e a Retirantes do Sertão.

A quadrilha Arrastão foi fundada em 1988 e, em 1989, foi fundada a Relá-Rela. A partir de 1989 foi criada uma disputa entre as duas agremiações e acabaram sendo extintas, surgindo alguns anos depois a Retirantes do Sertão.

No *site* da Retirantes está narrada com detalhes o surgimento da quadrilha,

E “tudo começou em meados de março de 1996, numa pracinha do nosso município onde estavam reunidos alguns quadrilheiros: Mário Senna, Fábio Leite, Marcos Tadeu, Eduardo (Uá) e Jeam Carlo. Lamentávamos o término da então consagrada Quadrilha Junina Arrastão de responsabilidade da pessoa maravilhosa que é Susiclay que era Diretora da Escola Estadual Prof. Gentil Tavares da Mota”. Então, decidimos montar uma quadrilha, mas...surgiu a interrogação: se vamos montar precisaremos logicamente de um nome, esse nome tem que ser forte, que mostre a força do sertão Sergipano, escolheu-se então o nome “Retirantes do Sertão”, mas isso depois de várias ideias como: Luar do Sertão, Vulcão na Roça, Retirantes do Nordeste (RETIRANTES DO SERTÃO. SOUZA, J. 2005).

Ao longo de sua história, a Retirantes do Sertão participou de inúmeras competições em quase todas as regiões do Brasil, tendo ganhado mais de 130 troféus, mantendo viva a tradição introduzida no Brasil pelos europeus, e principalmente, estimulando as gerações do final do século XX e começo do século XXI a desenvolverem atividades culturais.

Em 2017, a Prefeitura Municipal, através da Secretária Municipal de Educação, criou a “Feira Cultural Junina” com a participação das escolas da rede municipal, estadual e particular.

A dinâmica da festa consiste na organização de barracas típicas pelas unidades escolares, com temas variados, mas sempre ligados à cultura nordestina e freipaulistana, nas quais se comercializam comidas típicas, contando ainda com a apresentação de grupos de danças das escolas e de outras cidades, sem faltar o tradicional “trio pé de serra”.

O reisado, que foi introduzido no Brasil pelos portugueses, até os dias atuais se realiza na comunidade quilombola do Catuabo.

Na década de 70 e 80, o carnaval era comemorado através dos blocos de rua, dos bailes e matinês no clube sesquicentenário.

Maria Dagraça Matos Dantas, conta um pouco sobre o carnaval da década de 70,

Festa pagã, mas que mexe na alma do povo brasileiro. São três dias de alegria, com muita bebida, frevo e correrias.

De norte a sul do Brasil inicia-se o tempo quaresmal, sob este clima de agitação. E nós de Frei Paulo, pedacinho deste Brasil, também participamos, embora de uma maneira mais precoce.

Nos anos de 72 e 73 a coisa até estava animada, mas ficou apenas comparada a fogo de palha. E é com uma desta que centenas de freipaulistanos ficam a dizer que vivemos numa cidade parada que nada vai a frente.

Este ano, jovens destemidos⁴⁰, tomaram a iniciativa e tentaram fazer alguma coisa por nosso povo e nosso carnaval, porém ao que eu vi pouca foi a participação, muitos se deslocaram para outras cidades e outros ficaram acomodados em seus lares. Neste caso não vamos culpar nossa cidade por ser desanimada. Desanimados somos nós mesmos que vendo o sacrifício dos músicos da União Lira Paulistana e dos organizadores, não demos muita importância e deixamos finalizar nosso carnaval naquela manhazinha de quarta-feira de cinzas com um número reduzido de foliões (Jornal Ação Jovem – AJO – Ano III, nº 36, fevereiro de 1978, p. 6).

Embora Frei Paulo não tenha a cultura da festa das caretas, sempre houve na época do carnaval uma pequena adesão ao movimento, quando algumas pessoas vestindo roupas coloridas e os rostos cobertos pelas máscaras (caretas) saíam às ruas levando alegria e diversão para uns, e medo e temor para outros, especialmente, as crianças.

Os blocos de rua eram formados por pessoas de todas as idades que saíam as ruas, de maneira organizada, usando fantasias apropriadas e trabalhadas com lantejoulas e canutinhos, animados pelas charangas. O último bloco de rua que se apresentou em Frei Paulo foi em 1989, e foi patrocinado pela Prefeitura Municipal, na gestão do prefeito Manoel Soares de Souza.

No final do século XX surgiram no estado de Sergipe os carnavais fora de época, também conhecidos por micaretas, destacando-se o Pré-Caju de Aracaju, que foi criado em 1992, e a Micarana de Itabaiana, que foi criada em 1994. Em Frei Paulo as micaretas, devidamente organizadas e embaladas pelos trios elétricos, surgiram no começo do século XXI, através do radialista José Ronaldo da Silva que criou o Bloco Sensação, e Roney Moab Vieira Dantas que criou o Bloco Namoral.

O Bloco Sensação foi criado em 2001, e teve uma sequência de oito edições. Em 2009, o Bloco Sensação foi para a avenida em uma edição especial com as camisas que seriam usadas pelo Bloco Caldeirão da cidade de Carira, isto, em razão do falecimento do responsável por este bloco. Em 2014 foi a última edição do Bloco Sensação, a qual contou com a participação da Banda Patchanka e do trio de Dodô e Osmar.

O Bloco Namoral, sob a presidência de Roney Moab Vieira Dantas, e vice-presidente, sua esposa, Leila Elizandra de Santana Dantas, teve sua primeira edição realizada em setembro de 2004 e contou com a presença da Banda Levada Louca, Cid Natureza e Priscila Taty. A segunda edição aconteceu em agosto de 2005 e foi para a avenida com a TXA Balada e a cantora baiana Margareth Menezes. A terceira edição ocorreu em setembro de 2006 e contou com a presença de Guigghetto e Luiz Caldas.

40 Jovens destemidos era a denominação dos integrantes do Grupo Juventude Destemida, que promovia eventos culturais, bailes e peças teatrais na década de 70 do século XX no município de Frei Paulo, e que estava vinculado ao Jornal Ação Jovem fundado em 1975.

O Namoral também realizou quatro “arrastões” nos Natais dos anos 2004, 2005, 2007 e 2008, todos com a participação do Trio Elétrico Eletrônico e artistas consagrados.

Segundo os organizadores dos blocos, não foi possível dar continuidade ao evento em razão da baixa adesão da população, que aos poucos passou a priorizar a participação fora do bloco, em vez de adquirir os abadás e integrar a festa dentro do bloco.

Para Ronaldo Silva (2021), “o Bloco Sensação era como um filho para mim [...] não posso dizer que o bloco acabou, porque ainda alimento dentro de mim o amor pelo bloco e pela folia, e um dia ainda posso reativar”.

Da mesma forma, Roney Moab (2021) diz que “o Bloco Namoral fez parte da minha vida e da minha família, pois fizemos tudo com muito amor e dedicação”.

Atualmente existe o Bloco Todo-Todo no povoado Alagadiço e o Carnaval da Ruinha, sendo este último organizado por Edvaldo de Santana Bonfim (Ed Bonfim), que acontece no domingo de carnaval, na sede do município. O Carnaval da Ruinha foi criado em 2017, e foram realizadas quatro edições até o ano de 2020.

Bonfim (2021) conta toda a dinâmica e o que representou a edição do Carnaval da Ruinha do ano de 2020, destacando as figuras folclóricas da “Maria Cachorra”, da “Mula sem cabeça”, o “Lobisomem” e o “Maçom”, e a maneira como foram introduzidos na cultura popular. E ainda, resgatou a memória dos inesquecíveis “Torino do Galo Assanhado” e o “Veio da Vassoura”, figuras conhecidas dos freipaulistanos mais antigos.

O Carnaval da Ruinha 2020 representou a memória e a história de figuras folclóricas populares do povo de Frei Paulo, ilustrado na festa das cores dos estandartes, e do ritmo do som dos instrumentos da filarmônica de Frei Paulo. Como símbolo da cultura do município, a Filarmônica União Lira Paulistana mantém acesa a mais representativa manifestação cultural do município, a cultura da música.

No domingo de carnaval, dia 23 de fevereiro, quando foi realizado o Carnaval da Ruinha, apresentamos no início do evento um momento especial falando de quatro personagens populares do município, após o cortejo cultural da Filarmônica com a encenação da passagem da ‘tristeza’ para a ‘alegria’. Na edição de 2020, ilustramos a representatividade folclórica de nossa gente.

Foi abordado o tema especial com personagens conforme os relatos dos mais antigos da cidade, como na Quaresma quando, “o diabo era solto para fazer o que quisesse, tentando as pobres almas penitentes”. E pior ainda, que “O Cão estava solto! O Cão entra em gente ruim para virar Bicho e é pior do que o diabo”: A figura do ‘Lobisomem’. Dizia-se, também, que uma figura vestida de roupa de ferro passava nas ruas olhando nas frinchas das portas depois da meia noite em todas as noites da Quaresma, aí os cachorros começavam a latir: essa era a prova de que realmente passava: A figura do ‘Maçom’.

A dança e irreverência dos fantasiados acompanharam o som dos instrumentos que entoaram antigas canções para homenagear a cultura do município. A memória acompanha a história do imaginário popular da cidade, reforçado no ícone da manifestação popular representado pelos personagens folclóricos do município como “Torino do Galo Assanhado”, O “Veio da Vassoura” entre outros que serão lembrados no evento (BONFIM, 2021).

Os eventos carnavalescos fazem parte da história cultural do nosso povo, e ainda que não se reeditem nenhuma das modalidades já vivenciadas, é preciso destacá-los para que não fiquem esquecidos, como tantos outros fatos que marcaram cada época da nossa história.

A festa do vaqueiro foi idealizada por Manoel Soares de Souza, na época secretário municipal de administração, e sua primeira edição foi realizada em 1981, na gestão do prefeito José Nunes (Batista Felix), com a presença do cantor Dominginhos. A segunda edição aconteceu no ano de 1989 e contou com o desfile dos vaqueiros pelas ruas da cidade e a celebração religiosa seguida de shows artísticos regionais.

Entre a primeira e a segunda edição houve um lapso de oito anos, sendo que, durante esse período foi construído o Parque de Exposição Manoel Vivaldo, onde acontecem as exposições agropecuárias até a atualidade.

Outras festas marcaram época e são realizadas até a atualidade. Destacamos a Festa do Padroeiro São Paulo realizada no ano de 1929, que além do ritual da Igreja Católica, contava também com a Feira Chic, tipo de quermesse, onde vendia alimentos e se realizavam brincadeiras à moda da época.

As festas de Natal, Ano Novo e Reis eram animadas pelas barcas e trivolis, mas, principalmente pelas bancas de bingo que tinha como prêmio principal latas de goiabada.

Carvalho (2021), narra que Maria Eulina Oliveira (Eulina Pequena), certa vez lhe contou que nessas feirinhas os jovens ofertavam o prêmio (goiabada) às moças e assim iniciavam uma paquera.

É nítido que as festinhas de fim de ano se apresentavam como meio de interação social no contexto da sociedade de uma época em que não existia o celular e as redes sociais.

Entretanto, em razão da pandemia do COVID-19 e da necessidade de isolamento social, foram suspensas todas as festas populares, nelas inclusas, os festejos juninos, festa do vaqueiro, exposição agropecuária e carnaval.

Em face dessa situação, o jornalista Edvaldo de Santana Bonfim (Ed Bonfim) montou uma estrutura em sua própria residência e em outros locais e através do canal É TV passou a organizar *lives* na *Fan Page* (Facebook) e do canal no Youtube com os artistas da região, como forma de levar alegria e diversão para o público, e ainda arrecadar alimentos para as famílias carentes de Frei Paulo.

Atualmente o canal É TV conta com mais de 44.000 (quarenta e quatro mil) seguidores.

Bonfim (2021), que criou de forma pioneira no município de Frei Paulo o projeto inicial ‘*Live Show*’ valorizando os músicos locais, explica como funciona e o alcance obtido,

Nós do canal É TV decidimos adaptar um novo formato de entretenimento para os artistas locais e seus respectivos públicos, através de *lives* na Fan Page (Facebook) e do canal no Youtube, que hoje conta com mais de 44 mil seguidores. Em tempos de isolamento social, a necessidade levou à criatividade e preparamos esse projeto para a valorização da nossa classe artística e todos abraçaram a ideia.

Preparamos uma lista envolvendo os artistas que se apresentariam nos festejos juninos da cidade. O primeiro grupo a desbravar as apresentações virtuais foi o Pancadão do Arrocha, que agitou a estreia da Live Cultural em uma noite de sexta-feira, com um repertório caprichado das músicas de forró e arrocha. Em seguida foram Bonde dos Bakanas com Alex Safadinho, Musical Brilho do Sol, Xand Vaqueiro e amigos, Edson Aboiador e convidados, Forrozão Bafafá, Vania Silva e Vanicléia Silva, Sophia Cabral e Reinaldo Estylos, Cristina Alves e amigos e muito mais bandas e musicais como a banda de Rock Banda Lithon. Ao todo foram 49 *lives* musicais em 2020 e o projeto continua em 2021 com projeto inovador com novas tecnologias e muito engajamento do público.

Nossas lives são sempre engajadas com muitas visualizações, com uma média de internauta de 60 mil visualizações, houve apresentações com mais de 120 mil visualizações na página do facebook.

Graças a Deus a nossa agenda de apresentações está praticamente lotada neste ano, no período Junino, mas ainda de pandemia, vamos de Live Cultural para levar um pouco de alegria e entretenimento para o pessoal que está em casa.

A FOTOGRAFIA COMO FONTE DE PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA

Atualmente toda pessoa que possui um celular se sente fotógrafo. Mas, tempos atrás Frei Paulo dependia da lente cuidadosa, criteriosa e profissional dos fotógrafos Nereu Vasconcelos e Ednaldo dos Santos (Gordinho de Mocambo) para eternizar os mais diversos momentos da vida dos freipaulistanos.

Antes deles, destacamos os fotógrafos Manoel Vasconcelos, Zé de Graça e seu Nezinho. Dos mais recentes, destacamos o trabalho fotográfico de Tomaz Lima, Crécia Cristina Dantas da Conceição e Maria Aldenira da Silva (Beinha).

O êxito e profundidade do trabalho de Crécia Dantas foram consagrados na exposição “*Titóbi ti emí – A grandeza da espiritualidade*”, selecionado pela Fundação de Cultura e Arte Aperipê (FUNCAP) através da Lei Aldir Blanc, que foi exposto no período de 12 a 22 de maio de 2021.

Crécia Cristina Dantas da Conceição, licenciada em História e bacharelada em Direito pela Universidade Federal de Sergipe, é fotógrafa e atuante na área de fotografia social há mais de 10 anos. Nesta exposição “*Titóbi ti emí – A grandeza da espiritualidade*”, o encontro da arte com a religiosidade. Segundo a artista ‘observar esta exposição é viajar pelos caminhos de pessoas ao sagrado, as raízes, a alegria, ao rito, ao encontro com o outro, a união, a esperança do renovo’ (A GRANDEZA da espiritualidade. FUNCAP, 2021).

Sem o trabalho deles muitas imagens não teriam sido preservadas, muitas histórias não seriam retratadas, muitos momentos ficariam esquecidos.



Figura 82 (FUNCAP, 11 de maio de 2021)

ARTESANATO E CULINÁRIA

Outra forma importante de expressão cultural presente no município, o artesanato conta com vários tipos de produtos a exemplo dos bordados, crochê, objetos de decoração, vestuário, acessórios, cestos de cipó, dentre outros, que além de fomentar a cultura se constitui em fonte de renda para famílias inteiras ou como fonte complementar de receita.

Em relação aos bordados, merece destacar o trabalho desenvolvido na Associação de Artesãos, através de obras de ponto de cruz, redendê e richelieu. Sendo importante mencionar o belíssimo trabalho deixado por Maria Dulce de Rezende Lima, nascida em 02 de agosto de 1937 e falecida em 13 de maio de 2022.

Ainda sobre a arte em bordados, sabe-se que é uma arte que sempre fez parte das famílias freipaulistas, principalmente, as mais abastadas, que confeccionava ricos enxovais e vestimentas com bordados diversos.

Na década de 70 do século XX a renda irlandesa era produzida por Josefa Otacília Matos Dantas e sua filha Eudete Correia Dantas.

Destacamos outros artesãos que vem construindo com suas mãos uma parte da cultura de Frei Paulo: Geruza dos Santos Silva e José dos Santos (Tita) na produção de cestos de cipó; Ana Celma Lima, Maria Dalva de Oliveira Santos, Salomé Matos Lima e Eva Daniela na produção de acessórios e objetos de decoração; as bordadeiras Josefa Ana Dilma dos Santos, Vera Regina Vieira Santos, Deize Vieira Santos, Denise Vieira Santos, Alda Simone Vieira Santos e Marta Maria Santana Reis de Oliveira.

Frei Paulo é berço de vários artistas plásticos que merecem ser destacados pelas belíssimas obras: Maria Anete Sobral⁴¹, Maria Raquel Rezende Rocha, Maria Santana, Janaína Oliveira, Josefa Bernadete Santana, Maria Gorete Dantas e Jean Carlos Silva.

A culinária conta com o bolo de macaxeira de Dadá, a bala de leite de dona Bebê, a espécie (paçoca de amendoim) de Manoel do bar, o sorvete de Natanael, os doces de dona Arlete, o doce de batata e a cocada de seu Juca.

ESPORTE

No mundo dos esportes, Frei Paulo contou com o Paulistano Futebol Clube, fundado em 15 de março de 1923 e reorganizado em 23 de outubro de 1955, tendo sido campeão amador do estado em 1978. O Corinthians Esporte Clube fundado em 1987 e classificado para a série “A” em 1988. O Olímpico Futebol Clube foi fundado em 1990 e disputou o campeonato sergipano de futebol na 2ª divisão (FERREIRA. 2017, p. 35/36).

Atualmente Frei Paulo é representado pela Associação Desportiva Freipaulistano, fundada em 2016 e obtendo no mesmo ano o título de campeão da série “B” do campeonato sergipano. Em 2019, o clube obteve o título de campeão da série “A” do campeonato sergipano.

Existem outras equipes de futebol de campo que se destacam no município de Frei Paulo: o Miguelzão, o Juventude e o Flamengoinho. A equipe de futebol de salão que mais se destacou no município de Frei Paulo foi o “Real Sociedad”.

O município de Frei Paulo, através da Secretaria de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo vem realizando o campeonato municipal de futebol de campo e de futebol de salão. O campeonato realizado em 2021 contou com 14 equipes com dois quadros em cada equipe, com a participação de aproximadamente 500 atletas. No futsal são 15 equipes, e a participação de 210 atletas.

⁴¹ Anete Sobral nasceu em 22 de novembro de 1925, filha de Pedro Sobral e Anna Carregosa Sobral.

O secretário de cultura, esporte, lazer e turismo, Wladimir Dantas Souza (SOUZA, 2022), fundamenta a realização dos campeonatos,

Ao assumir a pasta da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo do município de Frei Paulo, buscamos o apoio do prefeito Anderson Menezes para a criação dos campeonatos de futebol, visando incentivar a prática de esportes como forma de inclusão social com a participação de toda comunidade e geração de renda, pois em cada evento, contamos com a participação de 40 vendedores ambulantes. Outro objetivo é tirar o jovem da ociosidade e, conseqüentemente, de descaminhos como drogas e outros vícios.

Não menos importante, destaque-se que em 1997 surgia em Frei Paulo a equipe de karatê do professor Daniel Gomes da Silva (faixa preta 5º Dan) da cidade de Itabaiana, contando para isso com o apoio do Padre José Bispo, então diretor do Educandário Paroquial Imaculada Conceição.

Segundo Iana Clarissa (NUNES, 2021),

Hoje como mestre e dono da Associação Daniel San de Karatê o professor Daniel formou em Frei Paulo 7 faixas pretas, dentre eles os atletas: Carlos Vinícius Costa da Conceição, Fabrício Costa da Conceição, Maurício Costa da Conceição, Paulo Eduardo Resende Filho, Giovanni Bispo, Evelyn Karolayne Bispo de Andrade e Iana Clarissa Oliveira Nunes.

Todos os atletas citados acima tiveram destaque nacional, com cerca de mais de 100 medalhas em diversas competições.

Atualmente Iana Clarissa é a primeira mulher faixa preta de karatê do município de Frei Paulo, na graduação de faixa preta 4º Dan, árbitra nacional.

Nesta mesma época também se realizavam os jogos escolares que além de despertar o interesse dos discentes para a prática de uma atividade esportiva, era uma forma de estimular as crianças e adolescentes a levarem uma vida saudável.

IMPRENSA E OUTROS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

No período que Frei Paulo ainda era o povoado São Paulo, a população utilizava os jornais da Capital de Sergipe não apenas para se atualizarem sobre o que estava acontecendo no estado, mas também para informarem sobre mudanças de endereço e realizarem denúncias, reclamações, vendas de escravos e outros bens.

Com o título “Prevenção”, Gabriel Lazar torna público uma notícia do seu interesse,

Gabriel Lazar, morador na Fazenda *Queimadas* do termo de Itabaiana, previne ao público que, tendo duas letras de 200\$ réis cada uma, passadas em favor de José Joaquim de Bomfim, com quem tem transações, ninguém faça negócio algum com elas, por quanto protesta não pagá-las em quanto não façam um ajuste de conta, visto como o sr. Bomfim lhe é devedor; e por isso tem de fazer um encontro de sua dívida, em face das ditas letras. *Queimadas*, 24 de setembro de 1885 (O HORIZONTE, Ano 1, nº 17, p. 4. 04 de outubro de 1885).

Em 1886, foi a vez de Guilhermina Lima anunciar a venda do seu imóvel localizado no povoado Jacoca.

Guilhermina Gonçalves Lima, tem para vender sua fazenda Jacoca nas matas de Itabaiana, distante da Villa quatro legoas, com pósses em meia legoa de terrenos próprios para toda a cultura; rio corrente perto da casa de morada; e com tanque abundante d’água potável; muitos matts com madeiras pra qualquer contrucção; casa de morar soffrível; uma casa com maquinas a vapor

para descaroçar algodãos com todos os instrumentos para o mesmo fim; e depósito suficiente para recolher algodão em grande escala.

Vende-se porque deseja mudar-se para Laranjeiras.

Quem pretender, dirija-se nesta cidade a Francisco Glz Lima, e na Itabaiana a Manoel Fernandes Glz Lima.

Vende-se por preço commodo. (O HORIZONTE, Ano 1, n° 38, p. 4. 05 de março de 1886).

O primeiro meio de comunicação do município de Frei Paulo foi criado com a inauguração da Agência de Correio em 09 de abril de 1890, tendo como agente o cidadão Aristides de Araújo Leite (O REPUBLICANO. 07 de maio de 1890, p. 2).

Na primeira década do século XX a vila de São Paulo contava com os serviços telegráficos e de correios. Em 1930, foram trazidos os equipamentos para a montagem dos serviços de telefonia.

Na década de 60 do século XX o município foi contemplado com a construção da agência de correios e telegráfos e a central telefônica e implantação do serviço telefônico. Em 1976 foram implantados os serviços telefônicos através da Telergipe.

Em termos de comunicação, merece reiterar que Frei Paulo contou com os jornais O Paulistano e O Binóculo na década de 20 do século XX, e ainda, o “Ação Jovem” fundado em 31 de março de 1975 pela Madre Martins.

O Paulistano e O Binóculo eram dirigidos pelo jornalista Josias Nunes e destacava os fatos ligados ao município de Frei Paulo, além de fazer a parte social através da divulgação de casamentos, aniversários e eventos de toda natureza.

O jornal Ação Jovem surgiu em 1975, vinculado ao Grupo Juventude Destemida. Merece destacar que o Ação Jovem era produzido por jovens amadores do município de Frei Paulo que de uma maneira mais informal deixou registrado os acontecimentos locais, além de muita informação geral.

Na edição n° 36 consta que o jornal Ação Jovem teve cinco diretorias, sendo algumas por indicação e outras eleitas por votação secreta:

1ª - indicada – março/75 a julho/75

Presidente: Rosa Maria

Vice-presidente: Francisco José Neto

Tesoureiro: Paulo Roberto

Secretária: Maria Dagraça

Coordenação: Irmã Marlene

2ª – votação secreta – agosto/75 a dezembro/75

Presidente: Francisco José Neto

Vice-presidente: Paulo Roberto

Tesoureiro: Josinete Nunes

Secretária: Maria Dagraça

Coordenação: Irmã Elierge

3ª – votação secreta – janeiro/76 a julho/76

Presidente: Maria Dagraça

Vice-presidente: Francisco José Neto
Tesoureiro: Izailza Dantas
Secretária: Izabel de Jesus
Coordenação: Irmã Elierge

4ª – votação secreta – agosto/76 a março/77

Presidente: Adelmo Almeida
Vice-presidente: Izailza Dantas
Tesoureiro: Izabel de Jesus
Secretária: Sônia Marli
Coordenação: Unaldo Sena

5ª - indicada – abril/77 a fevereiro/78

Coordenador Global: Irmã Marlene
Coordenador Geral: Paulo Roberto
Coordenador Secretaria: Sônia Marli
Coordenador tesouraria: Paulo Roberto
Coordenador Jornal: Francisco José Neto

(Jornal Ação Jovem – AJO – Ano III, nº 36, fevereiro de 1978, p. 2).

Nos anos de 1975 a 1978 alguns nomes se destacaram no jornal Ação Jovem, através das publicações de poesias, opiniões e informações. Dentre os quais, citamos os nomes de Francisco José dos Santos Neto, José Paulo Nunes, Paulo Roberto Dantas, Maria Dagraça Matos Dantas, Unaldo Sena, Luiz Lima Ferreira, Izailza Matos Dantas, Josefa Graciane Dantas, Juciana Matos, Sônia Marli, Maria Salomé Matos, Djaldina Oliveira Dantas e Lucrécio José Rocha de Souza.

A partir de 1953, a divulgação das notícias de interesse do município também passou a ser feita através do serviço de alto-falante Santa Terezinha de Darnival Barreto Mendonça. Em 1967 o alto-falante era de Natanael Vieira.

Em 10 de fevereiro de 1990 foi fundada a Rádio Educadora de Frei Paulo. Desde a sua fundação vários radialistas levaram alegria e informação através das ondas sonoras da Educadora, e se consagraram no rádio sergipano. Dentre tantos, destacamos: Mena Mendes, Gilmar Santos, Gilmar Carvalho, João Batista Santana, Ancelmo Tavares, Sandro Andrade, Ronaldo Silva, Mario Sena, Ygor Clayver e Edivanildo Santana.

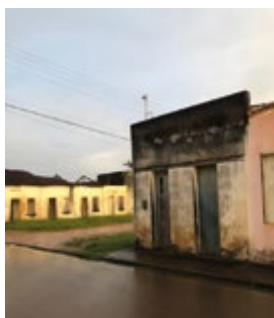
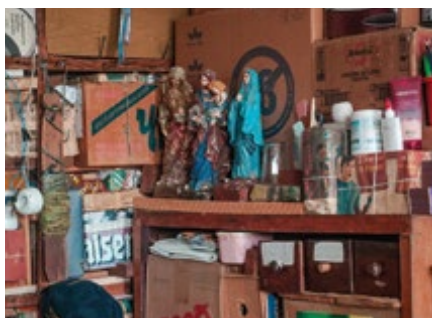
Não foi só de profissionais habilitados que a Rádio Educadora marcou a história de Frei Paulo. Merece destacar o nome de Pedro Carvalho Lima, o vovô Pedrinho, que através dos programas “Mundo Maravilhoso da Música” e o “Espaço da Criança”, levou alegria e diversão aos ouvintes de todas as idades.

Analisando o álbum fragmentado das famílias Silva Melo, Carvalho Lima e Rodrigues Lima, constatamos que Pedro de Carvalho Lima, nascido em 06 de fevereiro de 1941, filho de Elpídio Rodrigues Lima e Eunízia Carvalho Lima, descende do capitão Francisco Antônio de Carvalho e Josefa Maria da Glória.

No mais, em se tratando dos meios de comunicação, necessário destacar os informes dados nas igrejas, e ainda, o “disse me disse” nos bares e bodegas, que além de exercer a atividade comercial também funcionam como importante fonte de informação, especialmente, em cidades pequenas.

Também faz parte da cultura e da história os clubes e bares que por décadas serviram de ponto de encontro, diversão e apresentações artísticas, dos quais destacamos: o maracanã, o cajuzinho, o carecão, o tio patinhas, o cortiço e o clube sesquicentenário Rubens Andrade.

Dos estabelecimentos comerciais que preservam as características adotadas em meados do século XX, destaco a bodega de Zé Correia por ser a única daquele estilo que permaneceu em atividade até o ano de 2020. Contudo, conhecemos a bodega de Leônia, a de João de Nízio, a de Nair, a de Salomão, de Zé Siqueira e a de seu Augusto, dentre outras.



Figuras 83, 84 e 85 – Bodega de José Dantas Neto (2018).

Figura 86 – Bodega de João de Nízio (2021).

CASAS E CASARÕES

Destacamos também, como fonte de preservação da cultura, as casas e casarões da zona urbana e rural, que mostram a imponência ou simplicidade dos seus proprietários.



Figura 87 e 88 – Casa da Juremeira



Figura 89 - Casa da Fazenda Calumby



Figura 90 – Casa que pertenceu a Rubens Andrade. Atualmente pertence a Antônio Henrique Leite dos Santos.



Figura 91 – Casa de Francisco Nunes de Rezende (seu Maroto). Atualmente pertence a Berenice Santos Silva.



Figura 92 – Casa pertencente a José Agostinho de Mendonça e Maria Terezinha de Jesus Mendonça, vendida a América Silveira em 08 de janeiro de 1969.



Figura 93 – Casa que pertenceu a Pedro Lima.



Figura 94 – Casa que pertenceu a José Francisco da Cunha. Atualmente pertence a Arquidiocese.



Figura 95 – Rua Benjamin Constant – Memorial de José Eduardo Goes



Figura 96 – Casa azul, que pertenceu a Joaquim Correia Dantas. Atualmente pertence aos herdeiros de José Dantas Neto.

MÚSICA

Outra importante manifestação cultural em Frei Paulo é a música.

Na música, Prata, Anjos, e Menezes (2008, p. 1) detalham a trajetória da sanfoneira Geunice, a qual merece ser destacada no contexto cultural de Frei Paulo,

Na música merece destacar a sanfoneira Geunice Souza Lima, que aos oito anos, dedilhava sua sanfoninha de doze baixos, quando o apresentador do programa Gato de Botas da antiga Rádio Difusora, Santos Mendonça, a convidou para cantar no programa, o que acabou por consagrá-la como sanfoneira mirim nos programas de auditório das rádios de Sergipe.

Passou sua primeira infância na cidade de Aracaju, onde nasceu. Mas, aos doze anos de idade se mudou para Frei Paulo, onde aprofundou o conhecimento musical e acabou contraindo casamento com Pedro de Carvalho Lima, filho de Elpidio Rodrigues Lima e Eunízia Carvalho Lima, constituindo uma família de sete filhos, e aliando o gosto pela música a atividade de auxiliar de enfermagem.

Formou o grupo “Geunice e sua Turma”, atuando como vocal e sanfoneira, e junto com seu pai ensinava as crianças do Educandário Paroquial a tocar. Na época do “Geunice e sua Turma”, integrou também o grupo “Asa Branca” de Itabaiana, onde conheceu Amorosa declamando poemas no palco, e a convidou para cantar no seu grupo.

A cantora Amorosa cantou no “Geunice e sua Turma” durante três anos, cujo início se deu em 1986, e em parceria com Geunice cantou por oito anos.

Geunice passou a ser grande colaboradora para a cultura de Sergipe. A sanfoneira acompanhou a carreira de vários artistas consagrados do estado, como Amorosa, Ana do Forró, Virginia Fontes, Grupo Repente, e também, em quadrilhas juninas, até que surgiu o “Bando de Mulheres”, organizado por Irineu Fontes.

Merece destacar que, na ocasião que o cantor Luiz Gonzaga veio fazer um show em Frei Paulo, e por conta de problemas respiratórios foi internado no hospital Santa Mônica, onde Geunice trabalhava, ela acabou por conhecê-lo e o acompanhou durante o show.

Na verdade, Geunice aproveitou a grande oportunidade e atuou não somente como auxiliar de enfermagem, supriu a ausência do tocador de triângulo durante o rápido show do Rei do Baião, e ao final, pediu autorização para tocar com a sanfona de Luiz Gonzaga, o que lhe rendeu uma satisfação imensa.

Atualmente, Geunice toca em eventos religiosos da Paróquia do povoado Alagadiço, no coral do Centro Espírita de Frei Paulo e integra o elenco da Orquestra Sanfônica de Aracaju.

Geunice de Souza Lima é filha de Genésio Pereira de Souza, que atuou como maestro da Filarmônica Lira Paulistana no período de 1958 a 1970, inspiração da sanfoneira que canta, encanta e apesar de ser “aracajuana, sim senhor”, adotou Frei Paulo como sua terra.

Atualmente temos outros artistas que cantam, encantam e fazem cultura com suas vozes. Destacamos os musicistas: Rodriguinho do Forró, Zé Valdo, Janisson dos teclados, Reinaldo Cabral, Sophia Cabral, Iure dos Santos, Aldenir dos Santos Chagas, Washington Luís, Maria Cristina Alves, Telmo Mendes, dentre outros.

Ainda no segmento musical, destacamos alguns instrumentistas: Valdemir Tavares, Mateus Matos Lima, Juvenilson Lima Menezes e Aislan Jesus de Oliveira, dentre tantos outros que integram grupos e bandas de música.

Outro segmento que merece destacar são os aboiadores que através do improviso vão construindo uma história de poesia regada com muito amor e sensibilidade, dentre os quais destacamos o José Alisson da Costa, o Alisson do leite, e Edson Alves de Andrade, o Edson aboiador.

Exemplo disso foi visto no dia 09 de março de 2021 quando o vereador Edson Alves de Andrade, o Edson aboiador, prestou uma homenagem pelo Dia Internacional da Mulher na tribuna da Câmara de Vereadores.

A mulher é responsável pela geração humana,
mulher merece homenagem todos os dias da semana,
e através do improviso desde já parabenizo as mulheres freipaulistanas.
As mulheres freipaulistanas que nos orgulha profundo,
a mulher é uma estrela que brilha em cada segundo,
em nome de Lumma doutora e de Dora vereadora,
viva as mulheres do mundo.
A cada mulher do mundo Deus abençoe o caminho,
feliz o homem com ela e é muito triste sozinho,
mulher só semeia amor,
que mulher é como uma flor tem que tocar com carinho (ANDRADE. 09 mar. 2021).

Na 28ª Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo da 19ª Legislatura do município de Frei Paulo (22 de junho de 2021), mais uma vez o vereador Edson Alves de Andrade fez uso da palavra em forma de aboio para destacar as chuvas que molham o sertão e traz grandeza para a população.

“Eu agradeço a chuva à santa mãe natureza, que Deus é o pai dos pobres nos deu essa grandeza, o gibão é o meu terno, graças a Deus tendo inverno sobra pão em todas as mesas” (ANDRADE. 22 jun. 2021).

Na primeira roda de conversa e aboio realizada no dia 31 de julho de 2021, no Memorial Gilza Maria de Matos Dantas, localizado na Fazenda Onça, os aboiadores Edson Aboiador e Alisson do Leite encantaram aos presentes e contaram a história de Antônio Correia e seu neto André Luiz em forma de poesia e no linguajar próprio do sertanejo raiz,

Seu Antônio meu amigo,
Caboco vêí nordestino,
Ele derrama amor pra o velho e o menino,
Ele faz assim que quer,
Dedica a seu André de seguir o mesmo destino.

André é um jovem menino,
E além de homem completo,
Recebe os ensinamentos que o senhor é o arquiteto,
E dizer agora eu vou,
Que o orgulho do avô é ensinar a seu neto.

Ele ensinou a seu neto,
Pra ele estendeu a mão,
Seu nome é respeitado aqui nessa região,
A vida é uma prenda,
A André entrega a fazenda,
Sei que tá em boas mãos.

Com grande satisfação, com amor e com carinho,
Passo aqui sempre eu olho,
Que eu já conheço o caminho,
Se eu errar Deus não me culpe,
Se o senhor lembra da dupla Alisson do Leite e Aldinho.

Seguindo o mesmo caminho,
Eu amo a vida do gado,
Seu Antônio se lembra tanto do que já fez no passado,
Andou nessa vida dura e por essa nossa cultura ainda é apaixonado.

O senhor tá inspirado com a dupla de cantador,
Quem tem nome deixa o nome por onde ele passou,
Nesse repente eu lhe digo,
Ainda tem muito amigo de quando foi vereador.

Seu Antônio é grande amigo,
Esse cabra é irmão,
O amor que construiu guardado em seu coração,
Ama a vida de gado,
Esse cabra é honrado no nosso amado sertão.

Mora em nosso coração,
Um homem considerado,
A fazenda é o retrato do presente e do passado,
Quem mora aqui se admira,
E quem vive aqui sempre inspira e respira o cheiro do gado.

Respira o cheiro do gado,
No meio dos animais,
No meio da família linda, ele disse é quem faz,
Tudo isso é o passado,
No meu peito tá guardado,
O que fiz não faço mais.

A banda de pífano Nossa Senhora da Conceição do povoado Alagadiço é uma das mais antigas manifestações do nosso folclore, e vem abrilhantando os eventos religiosos, culturais e sociais do município até os dias atuais.

Por fim, e notadamente a maior expressão cultural do município de Frei Paulo, tem a Filarmônica Lira Paulistana, que deriva da fusão da “Lira Sagrado Coração de Jesus” e da “Lira Independente Nossa Senhora da Conceição”.

Segundo João de Santa (OLIVEIRA, p. 09), a origem da Lira Sagrado Coração de Jesus se deu na ocasião da contratação de um músico para instruir e lecionar a juventude da época,

Os festejos religiosos eram abrilhantados por uma banda de pífanos do sr. Antônio de Góis, até que o Senhor Capitão João Tavares contratou um componente músico em Itabaiana para lecionar e instruir a juventude da época, dando origem a Lira Sagrado Coração de Jesus (OLIVEIRA. p. 09).

Sendo mais taxativo, João de Santa (OLIVEIRA, 2001, p. 01) esclarece,

Há um equívoco na data de fundação da Lira Sagrado Coração de Jesus. Eu sempre fiz oposição à data de 1876, dado a fundação da cidade ser de 1868. Não tinha como fundar uma Banda de Música. [...] Em 1886, veio assumir como pároco o padre Francisco Freire de Menezes até 1890, sendo substituído pelo padre Filismino Costa Fontes. Mas, o padre Francisco Freire de Menezes retornou várias vezes, e sendo músico, provavelmente incentivou ao Capitão João Tavares, para a criação da Banda Sagrado Coração de Jesus. Dirigindo-se à cidade de Itabaiana, o sr. Capitão, contratou em 15 de Agosto de 1902, o competente músico, Francisco Alves de Carvalho Júnior. [...] Quatro anos depois, surgiu a Lira Independente Nossa Senhora da Conceição, fundada pelo Sr. Conrado Tavares da Silva, fazendo a sua estreia em 1909, era o dia 29 de junho.

Carvalho (2001, p. 232) vem pontuar que em 15 de agosto de 1902, Francisco Alves de Carvalho Junior, mudou-se com a família para Frei Paulo, assumindo nesta data o comando da banda de música da cidade, com o salário de 50 mil réis por mês, mais casa.

No site da Lira Paulistana consta que,

A Associação Filarmônica União Lira Paulistana – ULP, foi fundada no ano de 1876 na cidade de Frei Paulo, agreste Sergipano, resultado da fusão da “Lira Sagrado Coração de Jesus”, fundada nesta data pelo Capitão João Tavares da Mota e pela “Lira Independente Nossa Senhora da Conceição”, fundada em 1909 pelo Major Conrado Tavares da Silva. No ano de 1923 os dirigentes em comum acordo decidem unificar as Liras dando-lhe a partir desta data o nome de “Filarmônica União Lira Paulistana”, esta teve como seu primeiro diretor o Senhor Dário Ferreira Nunes, que ficou na atividade até a década de 1960 quando passou o cargo ao Padre João Lima Feitosa. Durante toda sua história teve como regente grandes maestros, dos quais podemos citar: Francisco Alves de Carvalho Júnior, Edeltrudes de Oliveira Teles, José Nestor Matos, Modesto Almeida, Sargento Genésio Pereira de Souza, José Lima de Gois, João Alves de Oliveira e Gilmar Correia da Conceição.

Segundo Lima Irmão (2014) a banda de música da antiga vila de São Paulo, atual Frei Paulo, foi fundada em 1876 com a denominação Lira Sagrado Coração de Jesus, por iniciativa do capitão João Tavares da Mota. Por questões políticas, em 1909 foi criada a Lira Independente Nossa Senhora da Conceição, fundada pelo major Conrado Tavares da Silva. Era grande a rivalidade entre as duas bandas. Em 1923, o maestro da Lira Independente, Jason Tavares da Silva, foi assassinato em Carira. Com a morte do maestro Jason, homens prudentes da vila fizeram ver a necessidade de parar com as hostilidades.

A rivalidade entre as duas bandas é possível que tenha existido, não sendo possível infirmar os fatos como foram construídos ao longo do tempo. Contudo, não encontro elementos para afirmar que havia uma animosidade entre os dois dirigentes, porque Conrado Tavares da Silva é filho do capitão João Tavares da Mota e Maria Vicência de Carvalho. E ainda, pelos assentos de batismos e casamentos da Paróquia São Paulo, havia um vínculo afetivo e respeitoso no contexto familiar dos “Tavares da Mota”, inclusive, em 28 de novembro de 1914, Conrado Tavares da Silva foi padrinho do casamento de Dejanira Tavares da Mota, filha de João Tavares da Mota e Anna Tavares de Jesus.

Em relação à morte de Jason Tavares da Silva, maestro da Lira Independente, é possível afirmar que sua morte não foi a razão da unificação das duas bandas, porque Jason Tavares, nascido em 16 de agosto de 1889, filho de Astério Tavares da Silva e Ceciliana da Costa Passos (Ceciliana Tavares de Andrade), tendo como padrinhos Cassimiro da Silva Mello e Amélia da Costa Andrade (Itabaiana. Livro de batismos n° 24, 1886-1897. P. 78) foi assassinado em 25 de julho de 1923 por José Buteco (lápide do túmulo).

E assim, embora conste que a unificação e denominação Lira Paulistana se deu em 1923 em razão da morte de Jason Tavares, é preciso observar que de fevereiro de 1920 até fevereiro de 1921 constam alguns pagamentos efetuados pela intendência municipal ao mestre de música, Francisco José de Araújo, da banda “Coração de Jesus” e, em março de 1921 consta o primeiro auxílio financeiro concedido pela prefeitura de São Paulo (Frei Paulo) para a “Philarmonica Lyra Paulopolitana”, o que indica que a unificação aconteceu no mês de março de 1921 (Livro de receita e despesa. Ano 1920/1921).

Pelos documentos encontrados, a data da unificação se mostra inquestionável. Já em relação a data de fundação da Lira Sagrado Coração de Jesus, não é possível afirmar ou infirmar as versões criadas ao longo de um século. Eu comungo do pensamento de João de Santa que a

criação não se deu em 1876. Não porque a fundação da cidade seja considerada de 1868. Mas, porque não localizei registros nos periódicos da época que indicassem a existência da banda de música, bem como, o primeiro Código de Postura do município não trouxe referência a sua existência.

Como Lyra Paulopolitana ou Lira Paulistana, a banda musical encantava a população com as peças do seu amplo repertório em todo tipo de solenidade. Por exemplo, o jornal O Paulistano em 1929 destacou a participação da banda na festa de São Paulo:

Por ocasião da feira chic realizada na festa de São Paulo de 1929, a banda musical encantou e deliciou a população tocando lindas peças de seu repertório, sob a batuta do maestro José Olyntho e do contramestre Modesto Almeida (O PAULISTANO. 07 de julho de 1929, p. 2).

Em 31 de maio de 1931, a banda União Paulistana se apresentou durante a instalação da Legião de Outubro, ocasião que marcou o fim do meteórico mandato de José Francisco da Cunha e foi consagrado Maurício Ettinger para a intendência da cidade de São Paulo.

Em junho de 1931, foi a vez da banda de música União Lira Paulistana homenagear o juiz da comarca de Itabaiana, Dr. José Joaquim da Fonseca, ao final de uma sessão de júri realizado na cidade de Frei Paulo (São Paulo à época).

No mesmo mês, a União Lira Paulistana brilhou na exposição de flores artificiais, que aconteceu na cidade de São Paulo no dia 21 de junho de 1931 (O PAULISTANO. 28 de junho de 1931, p. 2).

Na volta dos freipaulistanos que participaram da Segunda Guerra Mundial a Lira Paulistana foi recepcioná-los na entrada da cidade.

Olhando pelo aspecto da legislação, percebe-se que a primeira referência a existência de uma banda de música em Frei Paulo se deu no Código de Posturas Municipais do Termo de São Paulo, Lei nº 88 de 05 de setembro de 1928, que em seu artigo 111 dispõe: “Ao professor mestre da Banda Muzical é obrigado a ensinar nocturnamente aos aprendizes a ensaiar e tocar tanto quanto determinar o Intendente”.

Através da Lei nº 89, de 30 de setembro de 1928 foi criado o cargo de professor de música para a direção da banda musical oficializada com vencimentos de 75\$000(setenta e cinco mil réis) mensais.

A Associação Filarmonica União Lira Paulistana foi reconhecida de utilidade pública em 20 de maio de 1971 e fundada oficialmente, com natureza de associação privada, em 22 de abril de 1994.

Em 2013, com o projeto Melodia, Harmonia e Ritmo Mudando o Mundo a Filarmonica foi selecionada pelo Criança Esperança, e em 2014 foi selecionada com o projeto Acordes da Esperança para continuar recebendo o apoio do programa da rede Globo.

Os benefícios que o Criança Esperança trouxe para a banda vão muito além do financeiro. Os jovens da cidade voltaram a ter interesse por música, não só aprendendo, mas também repassando o que aprenderam para outras pessoas (criancaesperanca/noticia/2014).

Tabela 24 - Galeria dos Maestros indicados pelo Site oficial da Filarmônica

Nome	Ano ou período	Banda de música
Francisco Alves de Carvalho Júnior ⁴²	1902	Lira Sagrado Coração de Jesus
Luiz Gonzaga	1904 – 1912	Lira Sagrado Coração de Jesus
Virgílio Ferreira Nunes	1921	Lira Independente Nossa Senhora da Conceição
Edeltrudes de Oliveira Teles	1923 a 1930	Lira Paulistana
José Nestor Matos	1930 a 1943	Lira Paulistana
Modesto Almeida	1943 a 1953	Lira Paulistana
Genésio Pereira de Souza	1958 a 1970	Lira Paulistana
José Lima de Gois	1974 a 1979	Lira Paulistana
João Alves de Oliveira	1953 a 1958; 1970 a 1974; 1979 a 1999; 2004 a 2008	Lira Paulistana
Gilmar Correia da Conceição	Iniciou como regente auxiliar em 1997 e exerceu a função de maestro nos períodos de 1999 a julho de 2004 e janeiro de 2009 a setembro de 2015	Lira Paulistana
Juvenilson Lima Menezes	16 de setembro de 2015	Lira Paulistana

Com base nas informações constantes nos periódicos da época e documentos oficiais da prefeitura municipal de Frei Paulo, é possível acrescentar os seguintes maestros:

1920 – Maestro Francisco José de Araújo

1929 – José Olyntho (Maestro)

1929 – Contramestre Modesto Almeida

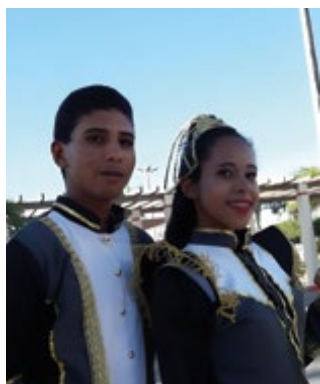


Figura 97- Flávio Leonardo e Ana Flávia Vasconcelos - Componentes da Lira Paulistana – 2019

Merece destacar que além das fontes de preservação da cultura já citadas, existem hoje na cidade de Frei Paulo a “Casa da Cultura e Museu da Memória e Cultura das Nações”, organizada por José Eduardo Goes, e no povoado Alagadiço o “Museu do Cangaço” idealizado e organizado por Antônio Porfírio Matos Neto.

Ambas as instituições contam com um acervo histórico de valor inestimável. Contudo, o Museu do Cangaço além do material exposto que conta a história do cangaço e a trajetória de Zé Baiano no povoado Alagadiço, construiu um mausoléu no local de morte do cangaceiro e seus companheiros, e ainda, contém um espaço externo que completa a obra do museu através da exposição de carro de boi, prensa e o cocho de mandioca e casa de farinha, além da própria natureza característica do sertão.

⁴² Francisco Alves de Carvalho Junior é neto de Cassimiro da Silva Melo.

CAPÍTULO VIII

FATOS DIVERSOS

COVID-19

Em 2020, 168 anos depois da epidemia do cólera morbo que se deu entre 1852-1855, quando a vila de Itabaiana registrou 403 mortes, a população foi surpreendida com a pandemia do COVID-19, causada pelo vírus Sars-CoV-2, que até o dia 28 de junho de 2021, no município de Frei Paulo, apresentava o registro de 33 óbitos de um número de 1.636 pessoas infectadas pelo vírus.

A pandemia veio mudar a rotina de toda a população através das medidas para contenção da propagação, o que se deu através do isolamento social, uso de máscaras, fechamento do comércio, restrição na feira livre, implantação do ensino remoto, instituição do trabalho remoto no Poder Judiciário e Ministério Público. O caos se formou! A população de todas as classes e etnias, liberta e independente, acostumada com o direito de ir e vir, ficou presa em suas casas. Em alguns lugares foi instituído o toque de recolher, e em alguns segmentos foram adotadas regras de como proceder.

Após um ano de pandemia, no dia 19 de janeiro de 2021, chegou o primeiro lote da vacina. Já no dia 20 de janeiro de 2021 o município de Frei Paulo através da Secretaria Municipal de Saúde, em um momento de muita alegria e esperança, vacinou sua primeira trabalhadora da saúde, a técnica de enfermagem Taynna Rocha.

Considerando que a pandemia ainda persiste, merece destacar as ações que foram desenvolvidas no município de Frei Paulo.

No plano de Contingência do município de Frei Paulo para Infecção Humana pelo Novo Coronavírus COVID-19, cujo objetivo é “promover a promoção, prevenção e tratamento de casos de infecção pelo COVID-19 no município de Frei Paulo – Sergipe”, consta que,

Segundo o Boletim Epidemiológico sobre Covid-19, no dia 27 de maio de 2020, há 5.587.849 casos de covid-19 sendo 349,095 óbitos no mundo. No Brasil temos infectados pelo vírus 391.222 pessoas e 24.512 mortes. Sergipe está até o momento com 5.912 casos confirmados e 127 óbitos. No município de Frei Paulo-Sergipe temos 13 casos confirmados e 01 óbito, sendo feito isolamento de todas as pessoas que tiveram contato direto com pacientes Covid positivos (FREI PAULO. 2021, p. 7).

No mesmo documento (FREI PAULO. 2021, p. 17) identificam-se os profissionais que estão atuando na linha de frente no setor COVID.

Michel Souza Santos – Médico CRM - 6583

Iris Layane Almeida Brito – Enfermeira COREN-SE 312.908

Irlanna Diniz Santos – Enfermeira COREN-SE 672.783-ENF

Erica Vanessa Oliveira de Jesus Souza – Enfermeira COREN-SE 647.223-ENF

Thayane dos Santos O. Trajano – Técnica de Enfermagem COREN-SE 001.185.826

Fernanda de Souza Batista – Recepcionista

Celeste da Conceição – Serviços gerais

Josenilton de Jesus Santos – Motorista

A Secretaria Municipal de Saúde, através da secretaria Carla Menezes, observando o crescente número de casos, adotou providências para estabilização dos pacientes em estado grave.

Devido ao aumento de números de casos graves no município, foi necessária a criação de novos leitos de estabilização no Hospital Municipal Cônego João Lima Feitosa. Foram criados 04 novos leitos, sendo 02 destinados a pacientes Covid-19. Assim, dando condições de estabilizar o paciente até seu transporte as Unidades de Referências Covid no estado de Sergipe. Temos como hospitais de referência no estado de Sergipe (Hospital de Urgência de Sergipe, Hospital Regional de Itabaiana ou Hospital Universitário de Lagarto) para isolamento e tratamento através da regulação estadual. O transporte dos pacientes Covid é realizado pelo SAMU (FREI PAULO. 2021, p. 24).

Além das salas de estabilização, a Secretaria Municipal de Saúde adquiriu gratuitamente duas máscaras de ventilação *Spirandi* para auxiliar no tratamento da COVID-19.

A *Spirandi* foi desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Instrumentação Eletrônica da Universidade Federal de Sergipe, o qual conta com um grupo de voluntários, coordenados pelos professores, Tarso Vilela Ferreira, Eduardo Oliveira Freire, Elyson Ádan Nunes Carvalho e José Gilmar Nunes de Carvalho Filho. Idealizada pelos professores Elyson Ádan Nunes Carvalho e José Gilmar Nunes de Carvalho Filho, a *Spirandi* foi desenvolvida no contexto de um projeto maior, que contou com o esforço de pesquisadores de 17 universidades públicas do Brasil, além de universidades de Portugal, Argentina e Marrocos, no desenvolvimento de soluções que pudessem ser utilizadas para enfrentar os efeitos da COVID-19.

O professor José Gilmar Nunes de Carvalho Filho é natural de Frei Paulo, filho de Maria das Dores Dantas de Carvalho e José Gilmar Nunes de Carvalho, e é ele que explica sobre o *Projeto Spirandi*.

O sistema foi desenvolvido de modo que uma pequena 'mangueira' leva o ar até o interior da máscara, renovando rapidamente o ar para evitar a reinalação de CO². O ar exalado pelo paciente é arrastado pelo fluxo de entrada e conduzido pelo interior de uma traqueia de silicone até um filtro Hepa. Depois da filtragem, o ar passa por uma válvula mecânica, que é utilizada para ajustar a pressão interna, e só então vai para o ambiente (CARVALHO, 2021).

A equipe da vigilância sanitária coordenada por Everaldo Rodrigues dos Santos com o apoio da Polícia Militar faz a parte de orientação e fiscalização para cumprimento das medidas restritivas.

Apesar do começo da imunização dos freipaulistanos, e do empenho da equipe da Secretaria Municipal de Saúde, Frei Paulo vivenciou um período de muita angústia, medo e falta de esperança, quando vidas foram ceifadas e deixaram enlutados os freipaulistanos, porque até então os números eram dados estatísticos e os rostos eram desconhecidos.

O período que mais chocou a população freipaulistana foi entre abril e junho de 2021 quando vieram a óbito as seguintes pessoas: professora Maria Aparecida Brito da Silva, falecida em 06 de abril de 2021; coronel Carlos Augusto, filho de Magnólia Barbosa de Lima Bispo e Getúlio Ferreira Bispo, falecido no dia 10 de maio de 2021; a conselheira tutelar, Maria de Lourdes Silva dos Santos, falecida em 12 de maio de 2021; Josefa Nadja Tavares Ferreira, filha de Nivalda Maria Carvalho e José Tavares de Almeida, falecida no dia 15 de maio de 2021; Lúcia Maria de Matos, filha de Paulo Germano de Matos e Isabel Perpétua de Matos, falecida no dia 16 de maio de 2021; Josefa Creuza Dantas de Andrade, filha de Josué Correia Dantas e Josefa Otacília Matos Dantas, falecida em 03 de junho de 2021; Jailton Silva, filho de Maria das Dores Silva, falecido em 05 de junho de 2021; e Arnóbio Chagas, filho de Rosânia Santos

Neres Chagas, falecido em 10 de junho de 2021.

No relatório de imunização de 26 de outubro de 2021 consta que foram aplicadas até esta data o total de 20.481 doses das vacinas Astrazeneca, Coronavac e Pfizer.

A PRESENÇA DE LAMPIÃO

Na década de 30 do século XX, o sertão nordestino viveu e conviveu com o medo imposto por Lampião — Virgulino Ferreira — e seu bando.

Conta-se que Lampião nunca entrou nesta cidade de Frei Paulo por respeito ao padroeiro São Paulo. Contudo, sua presença no município de Frei Paulo deixou marcas profundas em algumas famílias.

Em 1917, após a morte de José Barbosa Leal, a Fazenda Juremeira ficou para Antônia Glicéria Leal e seu esposo Germino José de Goes, que em 1919 construiu o casarão da fazenda, a qual era “visitada” por Lampião e seu bando.

Dr. Góis (1992) narra os detalhes de quem viveu as consequências da presença do cangaço no município de Frei Paulo,

Depois de ter sintetizado a gênese do banditismo no rústico sertão do médio São Francisco, nos estados de Pernambuco, Alagoas, Bahia, Rio Grande do Norte, Sergipe e Ceará, compete-me ressaltar suas maléficas consequências materiais e morais.

Vítimas da ignorância e da pobreza acentuadas pelos danos das secas periódicas, viviam as populações interioranas daquela região em permanente estado de sobressalto, perseguidas pelas frequentes incursões de cangaceiros [...] A severa perseguição nos estados limítrofes obrigara Lampião e seus sequazes a passarem para a margem direita do Rio São Francisco, onde se homiziaram e estavam acoitados em fazendas de parentes do Interventor, um coronel reformado do exército.

Tive a imprudência e a ousadia de denunciar o fato, dando nome aos bois. Sofreu malévolas consequências meu pai, que era presidente do diretório municipal do partido oposicionista em Frei Paulo — um sobrinho assassinado por cangaceiros de Corisco e trinta matrizes mortas (GÓIS. 1992, p. 103 e 104).

A fazenda que tinha sido instalada, a partir de 1918, naquela área de terra fértil, mas devoluta, que tocara à minha mãe em partilha de inventário pela morte de seu pai, mostrou prosperidade até 1926.

Desde então, entrou em lenta decadência, pela impossibilidade de ser bem administrada, por ter sido vítima de incursões de bandos predadores de cangaceiros, que eram de muitos grupos, chefiados por Lampião (Virgulino Ferreira da Silva), Zé Baiano, Corisco e muitos outros, de menor renome (GÓIS. 1992, p. 110).

Desgostoso com o ocorrido, parte da família de Antônia Glicéria Leal e Germino José de Goes deixou Frei Paulo e foi se estabelecer no Paraná.

Uma das incursões de Lampião ao município de Frei Paulo é narrada por Josias Ferreira Nunes. No dia 21 de abril de 1929 Lampião amanheceu na cidade de Saco do Ribeiro (atual Ribeirópolis), onde tomou a estação telefônica, o quartel policial e a loja do subdelegado local. Depois de ter feito sua arrecadação, retirou-se para o município de São Paulo.

Mais tarde, as seis e meia da manhã quando agia-se pedindo providências e comunicando o facto as autoridades da capital, ao passar pela agência telephonica e alli ligado o aparelho falou-se com um desconhecido indagando qual a força que havia nesta cidade, e que notícias tínhamos de Lampeão.

Mais tarde soube-se de certeza que era o próprio Lampeão quem havia fallado.

O sargento commandante do destacamento agiu nobremente, indo ao telephone e desafiando o bandoleiro a vir à esta cidade declarou-lhe que elle aqui seria recebido a bala.

Ao lado da força nesta cidade, que era pequena, uniram-se diversos civis que compareceram às trincheiras.

Desviando-se desta cidade, Lampeão seguiu para Alagadiço onde penetrou as cinco da tarde, tendo rebentado portas de casas naquelle povoado.

Depois do saque alli, seguiu para a zona algodoeira, tendo intimado os fazendeiros a dar-lhe dinheiro.

Pernoitou na fazenda Lagoa Comprida donde saiu na segunda-feira em direcção da fazenda Piabas e dali ao povoado Pinhão.

As providências do governo foram energicas e pontuaes.

De modo que em poucas horas esta cidade estava repleta de soldados, que após o relativo descanso seguiram para o interior em perseguição ao terrível bandoleiro (O PAULISTANO. 28 de abril de 1929, p. 1).

Segundo relata Matos Neto (1999, p. 238-255), o povoado Alagadiço recebeu o rei do cangaço por quatro vezes, o que teria se dado nos anos de 1930, 1932, 1933 e a última vez teria sido em 07 de julho de 1934.

O Correio de Aracaju, em edição de 28 de novembro de 1934, registrava o que se pode considerar “um dia de boa caça na vida de um bandoleiro profissional. Atacando apenas meia dúzia de fazendas no município de Frei Paulo, Sergipe, José Baiano se retirava com importância correspondente à de um automóvel novo” (DE MELLO. 2011, p. 144-145). Os valores subtraídos ou “obtidos mediante pressões” são apresentados na tabela 25.

Tabela 25 – Fazendeiros e valores subtraídos por Zé Baiano

Fazendeiro (a)	Valor obtido
Etelvino Mendonça	700\$000
D. Ana Emídio	1:100\$000
Tranquilino Barreto	1:180\$000
Napoleão Emídio	500\$000
Sinhô Barbosa	2:000\$000
Total	5:480\$000

A presença de Zé Baiano e seu bando no povoado Alagadiço também foi narrada com riqueza de detalhes por Antônio Porfírio, contando, inclusive a dinâmica que acabou por eliminar no dia 07 de julho de 1936 o Zé Baiano, além dos cangaceiros Demudado, Chico Peste e Acelino.

Consta que Antônio de Chiquinho foi o mentor da emboscada que pôs fim ao bando de Zé Baiano. Com ele estavam os companheiros Pedro Sebastião de Oliveira (Pedro Guedes), Pedro Francisco de Souza (Pedro de Nica), Antônio de Souza Passos (Toinho), José de Souza Filho (Biridin) e José Pereira da Conceição (Dedé), que juntos, traçaram e arquitetaram o plano para matar o cangaceiro.

“Ao cangaceiro-agiota, José Baiano, o mais rico dos auxiliares de Lampião, não restaram sequer os dentes de ouro, num outro caso de coiteiro regenerado de que resultaram ainda as mortes dos cabras Arcelino, Demudado e Chico Peste, sendo protagonista principal Antonio Pereira da Conceição, o Antônio de Chiquinho, no Alagadiço, município de Frei Paulo, Sergipe, a 7 de junho de 1936” (DE MELLO. 2011, p. 429).

Após a morte do bando de Zé Baiano, com a informação de que Lampião pretendia vingar a morte dos companheiros, houve no ano de 1936 o empenho da prefeitura municipal contra o banditismo, é o que se verifica nas despesas realizadas naquele ano, especificamente, através da contratação de pessoal.

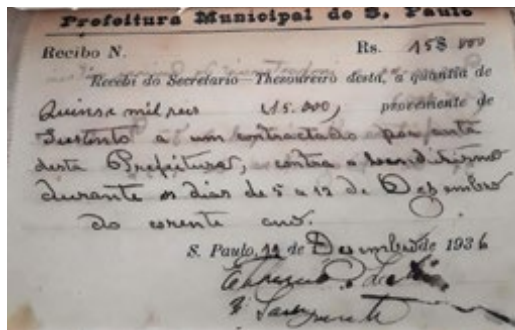


Figura 98 - Recibo de pagamento – Arquivo Municipal de Frei Paulo.

Apesar de todos os crimes atribuídos a Lampião e seu bando, as pesquisas que foram realizadas para produção deste livro identificaram apenas uma denúncia registrada contra lampião no estado de Sergipe. Especificamente, o cangaceiro somente foi denunciado nos autos de um processo autuado na comarca de Nossa Senhora das Dores,

Na madrugada do dia 16 de Outubro do anno passado, Virgulino Ferreira, conhecido por Lampeão, acompanhado do seu grupo funesto, depois de ser recchassado pela população da cidade de Capella, demandou por terras deste município e chegando bem perto desta cidade, no local, mais ou menos, onde se conhece por Cruzeiro das Moças, levou em sua companhia o infeliz deste processo, conduzindo ao lugar denominado Candial deste termo, ahí, depois das mais atrozes crueldades cometidas contra tão indefesa criatura, assassinou-a barbaramente, ferindo o seu thorax num quase rendilhado de punhal e ainda queimando phósphoros nas narinas do infeliz mártir que se chamou em vida, Elpidio. Não contente, talvez, com as chagas que no corpo do desventurado Elpidio fizera, regalou-se ainda o feroz bandido, na sua sede de sangue e mizéria, num repaste tétrico e malsinado, agravando os sofrimentos do assassinado com as ferimentas produzidas por arma de fogo (TJSE, Processo Arquivo Judiciário. p. 4-5).

Ao final da instrução, Virgulino Ferreira, o Lampião, foi pronunciado pelo homicídio de José Elpidio dos Santos, cujos fundamentos finais destacam-se, “Nem se diga ser inútil este processo por ser impossível a captura e prisão do famigerado bandoleiro. Impossível é uma palavra que os factos desmentem a cada momento. Ademais, a justiça não manda processar somente aquelles cuja captura seja de antemão tida por certa. Os Lampeões sempre existiram” (TJSE, Processo Arquivo Judiciário. p. 60).

A SECA DA DÉCADA DE 80 DO SÉCULO XX

Viver no sertão tem suas agruras, e não são poucas. Uma das mais dolorosas é ver o gado morrer de fome e sede. Muitas vezes vi meu pai chorar ao relembrar o sofrimento que o gado passava na época da seca e, uma vivência o marcou na década de 80, precisamente no ano de 1983.

Naquele tempo, a seca assolou o sertão e os pastos estavam torrados, nem mesmo o mandacaru e o facheiro foram suficientes para alimentar o gado até que a chuva chegasse.

Eis que surge o compadre Zé Tavares (José Tavares da Mota) e oferece seus pastos que ficam em Cipó do Leite, no sertão da Bahia para que pai levasse o gado para ficar por lá, tendo em vista, que havia muito mandacaru no local. Nisso, pai chama meu irmão José e convidam Luciano da Silva Santos (Luciano de Batista), que contava na época com 15 anos de idade, para a missão de levar o gado até o sertão de Coronel João Sá.

Em um dia de segunda José e Luciano seguem de carro até o local e ficam instalados em um casebre, com duas redes pra dormir, aguardando a chegada do gado. Meu pai e o vaqueiro de Zé Tavares seguem a cavalo com 72 reses.

Depois de uma longa viagem chegam ao local e encontram José e Luciano precariamente instalados, os quais passam a cuidar o gado, enquanto pai passa a noite lá e retorna no dia seguinte para Frei Paulo.

Mas o pior estava por vir. O gado não se acostumou com a alimentação e o tanque secou. Na mesma semana, Luciano veio no carro que fazia coleta de leite na região avisar a pai a situação do gado.

Na sexta, pai retorna para Cipó do Leite, pernoita por lá, e no dia seguinte decidem retornar com o gado para Frei Paulo.

Era um dia de sábado, por volta do meio dia, sol a pino, os “vaqueiros” arrumam o saco de comida (100 bolachões e algumas latas de sardinha e goiabada) e a cabaça de água, e lá se vão sertão adentro. Pai montado em um cavalo, José e Luciano a pé. A fadiga era tamanha, mas o desalento era maior. Gado cansado e com fome e os vaqueiros fadigados, mas conscientes que a viagem tinha dado errado e era hora de voltar.

Nesse contexto, tomam a estrada errada e a viagem de volta se alonga, e não suportando o cansaço fazem uma pequena parada para descansarem aconchegados debaixo de uma árvore seca.

No domingo, por volta das 09h00 chegam ao povoado Barro Branco, quando pai, vencido pelo cansaço e pela tristeza, termina sua jornada em cima de uma carroça que o leva até a Onça, pois já não conseguia andar.

Decorridos 38 anos, os três personagens desta história de sofrimento e amizade se reúnem em um cenário bem diferente daquela época para relembrar aquela passagem, e entre risadas e emoção, Luciano relata,

Que na volta da viagem, uma caçamba que trafegava na estrada ameaçou atingi-los, e o motorista proferiu xingamentos contra os três vaqueiros, os chamando de ladrões de gado. Relatou também, que apesar do cansaço, Antônio Correia ainda encontrou ânimo para agradecer ao ver umas moças que passavam na estrada, e ainda jogou fora o pedaço de pau que servia de bengala para demonstrar fortaleza (2021).

Atualmente, José de Matos Dantas, nascido em 08 de agosto de 1961, tem 59 anos, Luciano da Silva Santos, nascido em 11 de novembro de 1967, tem 53 anos de idade, e Antônio Daltro Dantas (Antônio Correia), nascido em 28 de outubro de 1935, conta com 85 anos, e está com a saúde comprometida em decorrência de várias enfermidades que o acometem, além da debilidade física e a dificuldade para deambular sem o apoio da bengala e cadeira de rodas.

Dessa história ficou na nossa memória a bondade do compadre Zé Tavares que deu a mão a pai em um momento de angústia, a coragem do nosso irmão José e a amizade de Luciano com nossa família, que segue até os dias atuais.



Figura 99 – Antônio Daltro Dantas.



Figura 100 - Antônio Daltro Dantas, José de Matos Dantas e Luciano da Silva Santos (2021).

Antes de finalizar a revisão desta obra, em 20 de setembro de 2021, Antônio Correia partiu para a morada eterna, deixando para seus descendentes a lição de que aqui se colhe os frutos da semente que se planta.

Ele plantou respeito e amor à família e colheu o carinho e amor dos filhos, netos e bisnetos até seu último suspiro.

Os aboiadores José Alisson da Costa, o Alisson do leite, e Edson Alves de Andrade, o Edson aboiador, cantaram em forma de aboio a trajetória de Antônio Correia.

A tarde ficou pequena pra eu decantar seu legado,
Fiquei fã de seu Antônio e hoje eu canto emocionado,
Eu estou observando quem viveu realizando vai partir realizado.

Seu Antônio foi um cabra que sempre honrou a peia,
Recebia seus amigos e não tinha cara feia,
Aonde as águas desagua,
Quero uma salva de palma pra o saudoso Antônio Correia.

Para o seu Antônio Correia eu guardo em minha memória,
E essa Fazenda Onça foi a sua trajetória,
No passado eu dou um mergulho e a família com orgulho preserva a sua história.

Hoje a Fazenda Onça não está no abandono,
Deixou seu neto André para assumir o seu trono,
E a bezerrama berrando, a vacaria chorando eu quero ver o meu dono.

Seu Antônio pegou no sono e tá cheio de esplendor,
Na terra ele viveu, e ele sempre foi e hoje eu sou,
Deus do céu abriu o espaço e ele entrou foi nos braços de Gilza seu grande amor.

O Jesus Cristo chamou aonde é que ele está,
E a família hoje lamenta não posso mais abraçar,
Só restou o seu chapéu, partiu pra morar no céu, para nunca mais voltar.

O poema “o chapéu do saudoso Antônio Correia” do aboiador José Alisson da Costa foi usado no santinho para a missa de sétimo dia.



Figura 101 – Santinho da Missa de sétimo dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De tudo que foi visto, percebemos que a localidade matas de Itabaiana na região que hoje está erguido o município de Frei Paulo, encontrou na contramão do seu caminho o flagelo da seca como maior entrave à prosperidade, porém, as famílias que aqui se instalaram foram fortes, determinadas e perseverantes.

Já no início da povoação e colonização, parte da região foi escolhida pelos escravos para se refugiarem na busca pela liberdade. Porém, sabe-se que a falta de condições de trabalho aliada às perseguições dos governantes os transformavam em pessoas marginalizadas, que buscavam seus sustentos nas roças e pastos dos fazendeiros já posicionados na região.

Depois, veio a cólera que, se por um lado fez crescer a população das matas, por outro lado, ceifou as vidas de muitos contrerrôneos.

Embora as terras das matas fossem férteis e propícias ao cultivo do algodão, a falta de máquinas e incentivo do governo, era outro empecilho para que os pequenos produtores prosperassem, facilitando o crescimento dos grandes latifúndios.

Desde o começo da povoação até os dias hodiernos, o povo de Frei Paulo persistiu diante das maiores adversidades, substituiu a lavoura do algodão pela produção do milho. As descaroçadoras de algodão foram desaparecendo, mas ao longo do século XX surgiram outras fábricas, a exemplo da fábrica de calçados Hispana – Azaleia, DOK calçados e a Pérola Têxtil.

Aos poucos, o comércio, que não é grande, se constituiu como fonte de geração de emprego e renda e provê a população de todos os gêneros básicos e essenciais.

A comunicação avançou e temos atualmente uma emissora de rádio que leva aos ouvintes os fatos e o nome de Frei Paulo além-fronteiras, e através da internet levou muito além, pois em qualquer lugar do mundo é possível acessar e ouvir as ondas sonoras da pequena que se tornou grande.

A prefeitura municipal que em 1920 tinha um quadro de dez servidores, atualmente é o maior empregador, prestando aos munícipes os serviços públicos com qualidade e realizando a cada gestão a construção de obras necessárias e a revitalização de outras.

Chegando ao século XXI, temos logradouros bem planejados, arborizados e pavimentados em quase sua totalidade, reflexo da preocupação dos primeiros governantes que instituíram posturas para padronização de calçadas em um só nível e estrutura dos imóveis, dentre outras providências que gerou uma cidade com quadras largas e ruas paralelas ou perpendiculares, dando a Frei Paulo ares de uma cidade planejada.

O ensino público, que em 1877 teve a nomeação do primeiro professor para ensinar as primeiras letras às crianças pobres do povoado, e em 1880 foram criadas as primeiras cadeiras públicas, em 2017 contava com treze escolas do ensino fundamental e uma escola de ensino médio. Contudo, é importante registrar que o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) está muito abaixo do ideal, sendo registrado o índice de 3,7 para os anos iniciais e 3,2 para os anos finais do ensino fundamental.

No que diz respeito à saúde pública, consta que em 1890 foi designado o Sr. Manoel Baptista Itajahy, mediante o recebimento de diária de 10 mil réis, para cuidar dos indigentes da vila de São Paulo. Atualmente, os serviços de saúde contam com o Programa de Saúde da Família, com a Clínica 24 horas Cônego João Lima Feitosa, a Clínica Edelmira Barbosa (antigo SESP), além de postos de atendimento em alguns povoados.

A população professa sua fé livremente, sem perseguição ou preconceito, com capelas e templos dos diversos segmentos religiosos, em todos os povoados e na sede do município.

Depois de seis anos de pesquisa, concluímos que as primeiras penetrações e começo do povoamento do nosso território se deu em 29 de novembro de 1669, com a concessão da sesmaria ao desembargador Christóvão de Burgos, Pedro Garcia Pimentel, capitão Manuel de Couto Dessa, Jerônimo da Costa Taborda e Antônio Rodrigues, completando assim 352 anos desde a primeira sesmaria identificada contendo parte do território de Frei Paulo.

Do primeiro registro documental da presença dos capuchinhos frei Paulo e frei David nas matas de Itabaiana conta 154 anos.

A povoação que se formou nas matas, também conhecida por Tabuleiro da Imbira e Jenipapo, foi reconhecida como povoado São Paulo em 1878, completando assim 143 anos.

Com o crescimento populacional e o desenvolvimento rural e urbano, em 29 de abril de 1886 foi criada a freguesia de São Paulo, que completou 135 anos em 2021.

Ganhando notoriedade pela produção do algodão em larga escala, e com a influência dos fazendeiros e políticos estabelecidos na região, a 25 de janeiro de 1890 a freguesia foi elevada à condição de vila e declarada sua emancipação política, administrativa e financeira.

E, finalmente, chegamos em 23 de outubro de 2020 comemorando o primeiro centenário da elevação da vila à categoria de cidade.

Gloriosa Frei Paulo, que fincada nas faldas da serra Redonda e banhada pelo rio Salgado, foi ao longo de mais de três séculos crescendo e se tornando independente. Seu povo é simples e pacato, embora traga na ascendência a fortaleza e o empreendedorismo dos Tavares da Mota, Silva Melo, Guedes da Costa, Rodrigues Lima, Carvalho, Correia Dantas, Matos, Rezende, Bezerra, Barbosa Leal, Goes, Barreto Guimarães, Teles, Emídio da Costa, Silva Nunes, Nunes Nepomuceno, Cerqueira, Silveira, Alves Teixeira, Andrade, Ettinger, Carneiro, Cunha, dentre tantos outros.

Alegro-me ao chegar neste ponto do conhecimento da nossa origem, e posso dizer que hoje eu conheço Frei Paulo. Uma Frei Paulo que foi construída a cada dia por todos aqueles que aqui chegaram e fincaram suas raízes genealógicas.

Uma Frei Paulo que preserva sua história nas casas e casarões da zona urbana e rural, com potencial para criação de uma rota turística histórica, fomentando e preservando a cultura do município.

A Frei Paulo que tem várias famílias descendentes dos primeiros moradores, os quais merecem a reverência das autoridades e de toda a população, por refletir o espírito de desprendimento e determinação de um povo.



Figura 102 – Monumento em comemoração ao 1º Centenário de elevação à condição de cidade.

MEMORIAL GILZA MARIA DE MATOS DANTAS



Figuras 103 a 108: Memorial
Gilza Maria de Matos Dantas





LISTA DE FIGURAS

Capa: PRADO, Ivo do. A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias. 2. Ed. São Cristóvão: Editora UFS, Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2015. Anexo 43.

Segunda aba: foto da autora, produzida por Joyce Santos Pereira.

1. Serra de Itabaiana vista da Imbira – 2019. Acervo pessoal da autora.
2. Cruzeiro da serra de Itabaiana – 2020. Acervo pessoal da autora.
3. Areia Branca e Aracaju, vista da serra de Itabaiana – 2020. Acervo pessoal da autora.
4. Mapa “*Praefectura de Círiliet Sergipe del Rey cum Itápuama*”, produzido por Georg Marcgraf, possivelmente entre 1638-1643, e organizado por Joan Blaeu em 1647, que se estende do rio Potipeba até o rio São Francisco, aparecendo a referência a Itabaiana como Itapuama (Barléu, 2005, p. 27).
5. Ruínas da Igreja velha em Itabaiana – 2019. Acervo de Ana Leticia Dantas de Carvalho.
6. Serra de Itabaiana vista das ruínas da Igreja velha – 2019. Acervo de Ana Leticia Dantas de Carvalho.
7. Passagem do rio Salgado – 2018. Acervo pessoal da autora.
8. Parte do Mapa contendo a “sesmaria de trinta léguas reunidas concedida em 29 de novembro de 1669 pelo capitão mor Alexandre de Sousa Freire, ao desembargador Christóvão de Burgos, Pedro Garcia Pimentel, capitão Manuel de Couto Dessa, Jeronimo da Costa Taborda e Antônio Rodrigues, abrangendo a extensa zona compreendida entre os rios Vaza-Barris, Sergipe e São Francisco até a serra Negra”, (PRADO, 2015, anexo 43).
9. Fazenda Manopla (BARRETO, 1933, p. 373).
10. Escavação arqueológica. Acervo pessoal de Maria Erotildes de Matos da Silva.
11. Desenho de frei Paulo, feito em grafite por Joseane Santiago. Acervo pessoal da autora.
12. Igreja de Itapemirim/Espírito Santo em 1855 – 2018. Acervo pessoal da autora.
13. Igreja de Itapemirim/Espírito Santo – 2018. Acervo pessoal da autora.
14. Alto do Caxixe/Espírito Santo – 2018. Acervo pessoal da autora.
15. Alto do Caxixe/Espírito Santo – 2018. Acervo pessoal da autora.
16. Cemitério Santa Izabel – 2018. Acervo pessoal da autora.
17. Cemitério Santa Izabel – 2018. Acervo pessoal da autora.
18. Igreja de Frei Paulo/Sergipe – 2020. Acervo pessoal da autora.
19. Igreja de Pacatuba/Sergipe – 2020. Acervo pessoal da autora.
20. Igreja de Cristinápolis/Sergipe – 2018. Acervo pessoal da autora.
21. Visita de frei Paulo às matas de Itabaiana. Pela paisagem entrecortada de montes, e pelo que narra a história, esta localização nos parece ser da Imbira ou Gruta Funda (Informação e Arquivo pessoal de Juvenilson Lima Menezes).
22. Relatório da província - BULCÃO, 1868, p. 10.
23. Tanque dos Cavalos – 2019. Acervo de Ana Leticia Dantas de Carvalho.
24. Igreja Matriz de Frei Paulo - acervo de Maria Augusta Matos Teles.
25. Igreja Matriz de Frei Paulo (BARRETO, 1933).
26. Igreja Matriz (autor desconhecido). Arquivo de Maria Eulina Oliveira.
27. Desenho de frei David, feito em grafite por Joseane Santiago. Acervo pessoal da autora.

28. Cemitério de Frei Paulo – (Barreto,1933).
29. Cemitério de Frei Paulo – 2020. Acervo pessoal da autora.
30. Túmulo de Joaquina Maria de Jesus e Cecília de Jesus Cunha – Cemitério de Frei Paulo. Acervo pessoal da autora.
31. Túmulo de Joaquina Maria de Jesus e Cecília de Jesus Cunha – Cemitério de Frei Paulo. Acervo pessoal da autora.
32. Túmulo de Joaquina Maria de Jesus e Cecília de Jesus Cunha – Cemitério de Frei Paulo. Acervo pessoal da autora.
33. Túmulo de Conrado Tavares da Silva e Anna Tavares Carvalho (nascida em 28 de fevereiro de 1874) no Cemitério de Frei Paulo. Acervo pessoal da autora.
34. Túmulo de Conrado Tavares da Silva e Anna Tavares Carvalho (nascida em 28 de fevereiro de 1874) no Cemitério de Frei Paulo. Acervo pessoal da autora.
35. Fazenda Calumby de propriedade da família Tavares da Mota – 1914 (SILVA, 2019, p. 295).
36. Fazenda Calumby de propriedade da família Tavares da Mota – 1914 (SILVA, 2019, p. 295).
37. Sede da fazenda Calumby – 2018. Acervo pessoal da autora.
38. Sede da fazenda Calumby – 2018. Acervo pessoal da autora.
39. Nomeação de Agostinho Custódio de Carvalho para o cargo de juiz de paz do Distrito de Carira - Arquivo Pessoal de Josefa Castália.
40. Casa que pertenceu a José Gregório da Costa e Joana Maria de Oliveira – 2018. Acervo pessoal da autora.
41. Segunda casa construída na Fazenda Onça. Atualmente pertence a Antônio Daltro Dantas – 2014. Acervo pessoal da autora.
42. Casa da Juremeira – 2018. Acervo pessoal da autora.
43. Açude do Coité (BARRETO. 1933, p. 370).
44. Açude do Coité – 2020. Acervo pessoal da autora.
45. Açude da Onça – 2020. Acervo pessoal da autora.
46. Estrada de Rodagem Itabaiana a S. Paulo – 1932 (BARRETO, 1933).
47. Rodovia Br 235 – 2020. Acervo pessoal da autora.
48. Indústria Descaroçadora de Algodão Oliveira de Aderbaldo Oliveira (desativada) – 2021. Acervo pessoal da autora.
49. Indústria Descaroçadora de Algodão Cruzeiro de José Arinaldo de Oliveira – 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
50. Algodoeiros isolados na fazenda Onça em Frei Paulo – 2021. Acervo pessoal da autora.
51. Algodoeiros isolados na fazenda Onça em Frei Paulo – 2021. Acervo pessoal da autora.
52. Roça de milho localizada na localidade Selão – 2020. Acervo pessoal da autora.
53. Roça de milho localizada na localidade Selão – 2020. Acervo pessoal da autora.
54. Campo de milho e criação de gado na localidade Onça com vista para a serra Redonda – 2020. Acervo pessoal da autora.
55. Feira livre – 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
56. Feira livre – 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.

57. Feira livre – 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
58. Feira livre – 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
59. Feira livre – 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
60. Feira livre – 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
61. Feira Livre na praça Capitão João Tavares – Barreto, 1933.
62. Avenida Sete de Setembro – Barreto, 1933.
63. Avenida José Francisco da Cunha - 2019. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
64. Recibo de João Teles da Costa. Arquivo Municipal de Frei Paulo.
65. José Guimarães de Carvalho de Josefa Castália Nunes no Monumento da praça Capitão João Tavares da Mota – 1950 (data aproximada). Acervo de Josefa Castália.
66. Fonte luminosa da praça Capitão João Tavares da Mota – 2020. Acervo pessoal da autora.
67. Parte da planta baixa do projeto de reforma da praça Capitão João Tavares – 1971.
68. Parte da planta baixa do projeto de reforma da praça Capitão João Tavares – 1971.
69. Juiz Carlos Rodrigo de Moraes Lisboa e Iury Andrade Barbosa – 2020. Acervo pessoal da autora.
70. Dra. Ana Leila Garcez e Dr. Carlos Rodrigo de Moraes Lisboa na confraternização do Abrigo Regional de Frei Paulo em 2018. Acervo pessoal da autora.
71. Nomeação de Agostinho Custódio de Carvalho para o cargo de Juiz de Paz do Distrito de São Paulo em 1935.
72. Resolução n. 1053 de 18 de abril de 1877 (JORNAL DO ARACAJU. 21 de abril de 1877, p. 1).
73. Frei Paulo em um dia de festa (BARRETO, 1933, p. 374).
74. Procissão de São Paulo em 2020. Arquivo pessoal da autora.
75. Procissão de São Paulo em 2020. Arquivo pessoal da autora.
76. Escola Municipal do Barro Branco/Campinas – 2019 (demolida em 2020 para construção da praça do povoado). Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
77. Escola Municipal do Barro Branco/Campinas – 2019 (demolida em 2020 para construção da praça do povoado). Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
78. José de Matos Dantas colhendo casca de Imbira para confecção de chá para vaca parida despachar (expulsão da placenta após o parto) – Dezembro de 2020 na fazenda Onça. Acervo pessoal da autora.
79. José de Matos Dantas colhendo casca de Imbira para confecção de chá para vaca parida “despachar” (expulsão da placenta após o parto) – Dezembro de 2020 na fazenda Onça. Acervo pessoal da autora.
80. Josefa Graciane Dantas, bisneta de José Correia Dantas e Anna Francisca Oliveira Bastos, atuando no teatro amador. Acervo de Josefa Graciane.
81. Josefa Graciane Dantas, bisneta de José Correia Dantas e Anna Francisca Oliveira Bastos, atuando no teatro amador. Acervo de Josefa Graciane.
82. A Grandeza da Espiritualidade - FUNCAP
83. Bodega de Zé Correia – 2018. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
84. Bodega de Zé Correia – 2018. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
85. Bodega de Zé Correia – 2018. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.

86. Bodega de João de Nizio – 2021. Acervo pessoal da autora.
87. Casa da Fazenda Juremeira, construída por Germino José de Goes e Antônia Glicéria Leal no ano de 1919. Acervo pessoal da autora.
88. Casa da Fazenda Juremeira, construída por Germino José de Goes e Antônia Glicéria Leal no ano de 1919. Acervo pessoal da autora.
89. Casa da Fazenda Calumby – Acervo pessoal da autora.
90. Casa que pertenceu a Rubens Andrade. Atualmente pertence a Antônio Henrique Leite dos Santos. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
91. Casa de Francisco Nunes de Rezende (seu Maroto). Atualmente pertence a Berenice Santos Silva. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
92. Casa pertencente a José Agostinho de Mendonça e Maria Terezinha de Jesus Mendonça, vendida a América Silveira em 08 de janeiro de 1969. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
93. Casa da calçada alta – em 1914 pertencia a Pedro Lima. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
94. Casa pertencente a José Francisco da Cunha. Atualmente pertence à Paróquia e funciona o salão paroquial. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
95. Rua Benjamim Constant (antiga Rua Capitão Manoel Felix) também conhecida por beco do mamão, onde estão preservadas algumas casas construídas no sistema que se atribuía o nome de ‘cachorros’ e ‘beira e bica’. Memorial de José Eduardo Goes. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
96. Casa azul, que pertenceu a Joaquim Correia Dantas. Atualmente pertence aos herdeiros de José Dantas Neto. Acervo de Ana Letícia Dantas de Carvalho.
97. Flávio Leonardo e Ana Flávia Vasconcelos - Componentes da Lira Paulistana – 2019. Acervo pessoal da autora.
98. Recibo de pagamento – Arquivo Municipal de Frei Paulo.
99. Antônio Daltro Dantas em 2010. Arquivo pessoal da autora.
100. Antônio Daltro Dantas, José de Matos Dantas, e Luciano dos Santos (2021). Arquivo pessoal da autora.
101. Santinho da Missa de sétimo dia. Foto: Brendo Inácio de Jesus Gomes. Poema: José Alisson da Costa. Arte: Ana Letícia Dantas de Carvalho.
102. Monumento em comemoração ao Centenário de Elevação à cidade de Frei Paulo. 2021. Acervo pessoal da autora.
- 103 a 108. Memorial Gilza Maria de Matos Dantas. Acervo pessoal da autora.

TABELAS

Tabela 1 – Propriedades rurais de Frei Paulo em 1933

Tabela 2 – Relação de batismos realizados no período de 1867 a 1870

Tabela 3 – Relação de batismos realizados no período de 1870 a 1874

Tabela 4 – Produção do milho no município de Frei Paulo (dados do IBGE)

Tabela 5 – Obras Públicas

Tabela 6 – Eleitores da Bem Feita e Taquari

Tabela 7 – Relação dos eleitores votantes em 30 de janeiro de 1906

- Tabela 8 – Eleitos para o mandato de 31 de janeiro de 1973 a 31 de janeiro de 1976
- Tabela 9 – Relação dos candidatos e votos obtidos na eleição realizada em outubro de 1976
- Tabela 10 – Receita e Despesa do município de Frei Paulo no período de 1900 a 1952
- Tabela 11 – Quadro demonstrativo da arrecadação da Estação Arrecadadora de São Paulo para o estado de Sergipe de 1898 a 1901
- Tabela 12 – Membros dos Poderes Executivo e Legislativo
- Tabela 13 – Representantes na Assembleia Legislativa, Câmara dos Deputados e Governo do estado
- Tabela 14 – Pessoal da Justiça no período de 1890 a 2021
- Tabela 15 – Pessoal da Segurança Pública em Frei Paulo de 1888 a 2021
- Tabela 16 – Religiões e número de praticantes
- Tabela 17 – Localidades e Padroeiros
- Tabela 18 – Missionários e párocos que exerceram o ministério em Frei Paulo, quer seja, como titular, substituto ou interinamente, segundo as datas registradas nos livros de batismos e casamentos
- Tabela 19 – Demonstrativo de Profissionais e período de atuação na Rede Municipal, Estadual e Particular sem identificação da Unidade Educacional.
- Tabela 20 – Demonstrativo das Escolas, Profissionais e período de atuação na Rede Municipal
- Tabela 21 – Escolas denominadas em 1955
- Tabela 22 – Escolas denominadas em 1988
- Tabela 23 – Escolas existentes em 2021
- Tabela 24 – Galeria dos Maestros indicados pelo Site oficial da Filarmônica
- Tabela 25 – Fazendeiros e valores subtraídos por Zé Baiano

I

BIBLIOGRAFIA E REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aurélio Vasconcelos de. Primeiro Apóstolo de Sergipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, v. XVI, nº 21, 1951-1954.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. Atlas do Império do Brazil. Rio de Janeiro: Lithographia do Instituto Philomathico, 1868.

ALMEIDA, João Hélio de. Um padre à margem da história: A trajetória do Padre Felismino da Costa Fontes. Revista Fórum Identidades. Itabaiana: Gepiadde, ano 1, volume 02. 2007.

_____. João Hélio de. Breve análise sobre as doutrinas e profecias do Padre Felismino. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 36, 2007.

ALMEIDA, Maria da Glória Santana. Estrutura de Produção: A crise de alimentos na província de Sergipe (1855-1860). Revista Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Salvador, Nº 27. 1965-1978.

ALMEIDA, Maria da Glória. A Igreja em Sergipe e os “desfavorecidos”: possibilidades de pesquisa. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 32, ano 1993-1999.

ANDRADE, Edson Alves. Homenagem as Mulheres. Livro de Atas da Câmara de Vereadores de Frei Paulo. 09 mar. 2021.

APIRO, Inocêncio de. Frei Inocêncio. Livro das temáticas manuscritas. Bahia: Convento dos Capuchinhos da Piedade.

ARAÚJO, Ricardo Teles. Famílias Sergipanas do Período Colonial. *Apud* SAMPAIO, Yony. Povoamento do Cariri Cearense e Pernambucano – Troncos familiares. Em manuscrito. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 33, 2000-2002.

BANDEIRA, Ulisses. Novo Necrológio dos Frades Capuchinhos da Bahia e Sergipe. Salvador: J. Vergne & Cia Ltda., 2016.

BARLÉU, Gaspar. O Brasil Holandês, sob o conde João Mauricio de Nassau de Gaspar Barleu, com a tradução e notas de Claudio Brandão. Edições do Senado Federal, Brasília, vol. 43.

BARRETO, João Gomes Cardoso. General Djenal. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 32, 1993 -1999.

BASTOS, Carlos Magno Andrade. Um voo sobre Frei Paulo. Pará de Minas, MG: Editora Virtual Books, 2013.

BELO, Reinaldo. A música e o circo, na vida de um ex-padre. Jornal Diário de Pernambuco. Pernambuco, 13 de janeiro de 1978. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader>. Acesso em 28 de julho de 2020.

BERNARDO, André. Como Allan Kardec popularizou o espiritismo no Brasil, o maior país católico do mundo. Rio de Janeiro, 01 abril 2019. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47751865>. Acesso em 02 de abril de 2020.

BEZERRA, Felte. Investigações Histórico-Geográficas de Sergipe. 2ª ed. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2017.

BISPO, José de Almeida. Itabaiana, nosso lugar: Quatro séculos depois. Aracaju: Infographics, 2013.

CALICCHIO, Vera. Legião de Outubro. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo>. Visto em 13 de fevereiro de 2021.

CAJADO, Ane Ferrari Ramos; DORNELLES, Thiago; PEREIRA Amanda Camylla. Eleições no Brasil: uma história de 500 anos – Brasília. Tribunal Superior Eleitoral. 2014. Disponível em <https://bibliotecadigital.tse.jus.br>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

CARDOSO, Amâncio. As Filhas da Peste: fome, morte e orfandade - Sergipe, 1855-1856. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n° 38, 2009.

_____. As Filhas da Peste: fome, morte e orfandade - Sergipe, 1855-1856. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n° 38, 2009, p.38, *apud* [Ofício do delegado José T. de Souza ao chefe de polícia, Frederico Augusto Xavier de Brito. Itabaiana, 28 dezembro 1855]. Ms.-APES, fundo SP1, v. 351.

CARNEIRO, Edison. O Quilombo dos Palmares. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

CARVALHO NETO. Sombrias perspectivas – A iminência da Sêca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Imprensa Oficial, volume XI, n°. 16, ano XV - XXV, 1942.

CARVALHO, Vladimir Souza. Santas Almas de Itabaiana Grande. Itabaiana: Edições o Serrano, 1973.

_____. A República Velha em Itabaiana. Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2001.

_____. vila de Santo Antônio de Itabaiana. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009.

_____. vila de Santo Antônio de Itabaiana. Aracaju: Gráfica Editora J. Andrade, 2009, *apud* JESUS, Antônio Francisco. Os Tabaréus do Sítio Saracura. Aracaju: Info Graphics Gráfica e Editora, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. Geografia dos mitos brasileiros. 3ª ed. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda, 2002.

CRUZ, Luís Antônio Pinto; ARAS, Lina Maria Brandão de. Submarinos Alemães e o Cotidiano de Aracaju (1942-1945). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, n° 40, ano 2010.

COUTO, Manoel José Gonçalves. Missão Abreviada: para despertar os descuidados converter os pecadores e sustentar o fructo das missões. 6.ed. Porto: Tipografia de Sebastião José Pereira, 1868. Disponível em: https://archive.org/details/missaoabreviada_201907/page/n75/mode/2up. Acesso em: 22 de maio de 2021.

CUNHA, Euclides da. BRUNO, Ernani Silva (org.) O Profeta Sertanejo (Crônica – 1902). Coqueirais e Chapadões: Sergipe e Bahia. Seleção, introdução e notas (Histórias e Paisagens do Brasil. Organização - Diaulas Riedel). São Paulo: Editora Cultrix, 1959.

DANTAS, Beatriz Góis. Repertório de Documentos para a História Indígena: Arquivo Público Estadual de Sergipe. São Paulo: NHII/USP/FAPESP, 1993.

DANTAS, Maria Gorete. Pedacos de uma vida – Poesias. Frei Paulo.

DANTAS, Orlando Vieira. A vida patriarcal de Sergipe. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

DEMONER, Sônia Maria. A presença de Missionários Capuchinhos no Espírito Santo – Século XIX. Vitória, Espírito Santo: Fundação Ceciliano Abel de Almeida – UFES, 1983.

DENIS, Léon. O grande enigma. 14. ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. Primeira parte. Cap. 5 (Necessidade da idéia de Deus). Disponível em <https://www.luzespirita.org.br/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

FEITOSA, Ivo. Padre Felinto Santiago. 06 de abril de 2012. Disponível em <https://www.gentedeopiniao.com.br>. Acesso em 24 de julho de 2020.

FERREIRA, Jurandir Pires (Coord). Enciclopédia dos municípios Brasileiros. Vol. XIX. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – FIBGE, 1959.

FERREIRA, Luiz Lima. Nossa história tem identidade: Resgate cultural e Histórico de Frei Paulo. Secretaria Municipal de Educação de Frei Paulo: 2017.

FRANCO, Emmanuel. A Colonização da Capitania de Sergipe D’El Rey. Aracaju: J. Andrade, 1999.

FREIRE, Felisbello. História Territorial do Brazil. 1º volume (Bahia, Sergipe e Espírito Santo). Rio de Janeiro: Ed. Jornal do Comércio, 1906.

_____. História de Sergipe. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1977.

FREIRE, Laudelino. Quadro Chorographico de Sergipe. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro Editor, 1898.

FREI INOCÊNCIO. Caderno de temáticas das missões. Convento da Piedade de Salvador.

FRADES MENORES CAPUCHINHOS DA BAHIA E SERGIPE. Comemorando a proclamação da província e os 300 anos de fundação do Convento Nossa Senhora da Piedade. Salvador: Escola Gráfica N. S. de Loreto, 1983.

FREYRE, Gilberto, 1900-1987. CARDOSO, Fernando Henrique (apresentação). Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48 ed. rev. São Paulo: Global Editora e Distribuidora Ltda., 2003. Disponível em <http://www.unirio.br/unirio>. Acesso em 07 de novembro de 2020.

FONTES, Arivaldo. Riachão do Dantas: Os primeiros tempos, as Origens. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Salvador, nº 27, 1965-1978.

GALVÃO FILHO, Áureo. Expressões do Pensamento Jurídico e outros. Brasília: OAB editora, 2005.

GOES, José Eduardo. Uma vida itinerante. Memórias de um viajante pelos 7 continentes. 1º volume: As origens. Goiânia: Grafopel – Gráfica e Editora Ltda. 2013.

GÓIS, Adolfo Barbosa. Dr. Góis: A saga de um nordestino. Londrina: Gráfica Canadá, 1992.

GUARANÁ, Armino. Glossário etimológico dos nomes da Língua Tupi na Geografia do estado de Sergipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 5, Aracaju, 1916.

_____. Dicionário Bio-bliographico Sergipano. Rio de Janeiro: Empreza graphica Editora Paulo, Pongetti & cie, 1925. Disponível em <http://clientes.infonet.com.br>. Acesso em 04 de fevereiro de 2021.

KARDEC, Allan. RIBEIRO, Guillon (Tradução) O livro dos Espíritos. 86 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. Questão 659, *apud*, Federação Espirita Brasileira. Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita. Tomo I. Disponível em <https://www.febnet.org.br>. Acesso em 02 de abril de 2020.

_____. O Evangelho Segundo o Espiritismo. 124 ed. Rio de Janeiro: FEB, 2005. Cap. 28, item 2, *apud*, Federação Espirita Brasileira. Estudo Sistematizado da Doutrina Espírita. Tomo I. Disponível em <https://www.febnet.org.br/wp-content/uploads/2012/06/>. Acesso em 02 de abril de 2020.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Os apóstolos dos sertões brasileiros: uma análise sobre o método e os resultados das missões religiosas dos capuchinhos italianos no século XIX. Rio de Janeiro, 07 de Abril de 2015. Disponível em <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em 06 de janeiro de 2019.

LIMA, Adolpho Avila. Discurso da sessão realizada em 24 de setembro de 1916. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, nº 07, ano IV, volume IV, 1919.

LIMA IRMÃO, José Bezerra. Frei Paulo, a Princesa das matas . 2014. Disponível em <http://freipaulosergipe.blogspot.com/>. Acesso em 21 de abril de 2020.

LIMA JÚNIOR, Francisco Antônio Carvalho. Monografia Histórica do município de Itabaiana. Revista Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 04, Ano II, V. II, 1914.

_____. Memória sobre o Poder Legislativo de Sergipe – 1824 - 1889. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 07, ano IV, volume IV. 1919.

_____. História dos Limites entre Sergipe e Bahia. 2ª ed. Aracaju: Editora UFS, 2015.

LIMA, José Rivadalvio. Eleitores e votantes da freguesia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. Aracaju: EDISE, 2004.

LISBOA, Luís Carlos da Silva. Chorographia do estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1897.

LOBO, Francisco da Silva. Informação sobre a freguesia de Santo Antonio e Almas de Itabaiana em 1757. Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Portugal, organizado por Eduardo de Castro e Almeida. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, Vol. XXXI, 1909. Disponível em <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

MATTOS, José Nestor. História de S. Paulo. Jornal o Paulistano. Aracaju, ano III, nº 123, 31 de maio de 1931.

MATOS NETO, Antônio Porfírio. História de Frei Paulo. Aracaju: Grafica Editora J. Andrade, 1999.

MACHADO, Pedro. Um século de Evangelismo em Sergipe: A Reforma. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 9-B, anno V, volume V, 1920.

MELLO, Frederico Pernambucano de. Guerreiros do sol. Violência e banditismo no Nordeste do Brasil. 5ª edição. São Paulo: A Girafa, 2011. Disponível em <https://www.scielo.br/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

MENEZES, Luís Olímpio Teles de. Aurora da Regeneração. Jornal o Écho D'Além-Tumulo – Monitor B'O Spiritismo N-o Brazil. Anno I, Nº 01, Salvador, julho de 1869. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1T9By1G52dcfYMNG7hM9zWHrc4ruMHOvZ/view>. Visto em 02 de abril de 2020.

MIZINHA, D. Memórias de Três Séculos. Salvador, Bahia: Escolas Profissionais Salesianas.

MORENO, Diogo de Campos. Livro que dá razão do estado do Brasil. 1612. Editado por Helio Viana. Editora Arquivo Público Estadual, 1955. Original Universidade de Michigan. Disponível em <https://books.google.com.br/books/about>. Visto em 02 de abril de 2020.

MOTT, Luiz R.B. O Escravo nos anúncios de jornal de Sergipe. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 29, ano 1983/1987.

_____. A Tortura dos escravos na Cada da Torre: Um documento inédito dos Arquivos da Inquisição. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 32, ano 1993-1999.

MORAIS, Pedro de. Canudos, eu acuso. Aracaju: J. Andrade, 2016.

MOURA, Ismael Alves de Meneses. Os Protestantes em Itabaiana. Itabaiana, Se: Info Graphics, 2011.

NASCIMENTO, Ester F. vilas-Bóas C. do. A Escola Americana. Origens da educação protestante em Sergipe (1886-1913). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED/UFS, 2004, p. 132, *apud* MOURA, Ismael Alves de Meneses. Os Protestantes em Itabaiana. Itabaiana, Se: Info Graphics, 2011.

NASCIMENTO, José Amado. Fenômeno Social. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 23, volume XXIII, 1959.

NUNES, Maria Thetis. A Ocupação Territorial da vila de Itabaiana: A Disputa entre lavradores e criadores. Anais do VIII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. A PROPRIEDADE RURAL, vol. II. Organizado pelo Prof. Eurípedes Simões de Paula. São Paulo, 1976.

_____. Sergipe Provincial I (1820/1840). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 2000.

_____. Sergipe Provincial II (1840/1889). Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. 2006.

_____. História da educação em Sergipe. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do estado de Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 1984.

OLIVEIRA, José Arinaldo de. Vida e História de José Arinaldo de Oliveira. Aracaju: J. Andrade, 2018.

OLIVEIRA, João Alves de. Nossa Memória – Frei Paulo, sua gente, sua história. Juazeiro, gráfica Beira Rio.

OLIVEIRA, João Alves de. Memórias da União Lira Paulistana. 2001.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. REVOLUÇÃO DE 1930. Disponível em <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

OLIVEIRA, Marcia Maria de. Frei Paulo de Casas Novas. Frei Paulo, 1996.

OS CAPUCHINHOS NA BAHIA I – Prefeitos Apostólicos, Superiores Regulares, Custódios Provinciais, Vice-Provinciais.

PAÇOS, Antônio Pereira de Magalhães. Representação do ouvidor: Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo da Marinha e Ultramar de Portugal, organizado por Eduardo de Castro e Almeida. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Vol. XXXVI, Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1914. Disponível em <http://memoria.bn.br/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

PAULA, Sergio Peres de. Fazenda do Centro: Imigração e Colonização Italiana no Sul do Espírito Santo. Arquivo Público do estado do Espírito Santo. Vitória, 2013. Disponível em <https://ape.es.gov.br/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

PEREIRA, Moacyr Soares. A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio. Rio de Janeiro: Asa Artes Gráficas Ltda, 1981.

PINTO, Alfredo Moreira. Apontamentos para o Dicionário Geográfico do Brazil – F.O. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896.

PRADO, Ivo do. A Capitania de Sergipe e suas Ouvidorias. 2. Ed. São Cistovão: Editora UFS, Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, 2015. Anexo 43.

PRADO SAMPAIO. Causas da Expansão Territorial Sergipana e seus conseqüências jurídico-sociais. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - 25 de abril de 1916, Aracaju, Ano IV, volume IV, 1919.

PRATA, Guilherme Leal, ANJOS, Wilma Ramos dos, MENEZES, Thiago Carvalho de. Geunice, a madrinha da música sergipana – Dos 12 aos 120 baixos, uma história da sanfoneira que acompanhou a evolução musical de Sergipe. Aracaju, 2008.

REGNI, Pietro Vittorino. Os Capuchinhos na Bahia: Os Capuchinhos Italianos. Vol. 2, Salvador, Gráfica Editora Palotti, 1988.

REIS, J. Dantas Martins dos. Juizes de Direito – Privativos e Especiais – Juizes Municipais e de Paz – e o Ministério Público nos seus desdobramentos – Traços históricos da Organização Judiciária de Sergipe província e estado. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 17, Ano XXVI - XXVII, volume XII, 1943.

ROCHA, Levy. Viagem de Pedro II ao Espírito Santo. 3ª edição, vitória, 2008. Disponível em < <https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF> > Visto em 06 de Janeiro de 2019.

SAN LÉO, Frei Caetano de. Manuscrito Notas das Missões: Missionários Apostólicos Capuchinhos. Bahia: Convento da Piedade, 1895.

SANTA ANNA, Anastásio de. Guia de Caminhantes de 1817. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Cartografia CAM. 04, 003. Coleção Moreira da Fonseca. (Mapa).

SANTANA, Pedro Abelardo. A Resistência dos Índios Sergipanos no Século XIX. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, nº 40, Aracaju, 2010.

SALVADOR, Frei Vicente. História do Brasil. Livro Primeiro. Em que se trata do descobrimento do Brasil, costumes dos naturais, aves, peixes, animais e do mesmo Brasil. Escrita na Bahia a 20 de dezembro de 1627. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>. Acesso em 21 de julho de 2020.

SEBRÃO, SOBRINHO; CARVALHO, Vladimir Souza (org.). Laudas da História de Aracaju. 2ª ed, Aracaju: Gráfica J. Andrade, 2005.

_____; CARVALHO, Vladimir Souza (org.). Fragmentos de Histórias Municipais e Outras Histórias. Aracaju: Instituto Luciano Barreto Junior (Impressão por Gráfica Editora J. Andrade) 2003.

_____. Patrimônio da Capela de Nossa Senhora Santana de Simão Dias – Concêrto dos mortos. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 23, volume XXIII, 1959.

SILVA, Clodomir. Álbum de Sergipe – 1820-1920. 1ª reimpressão. (Coleção Casa de Sergipe, v.15). Aracaju: Gráfica e Editora Infographics, 2019.

SILVA, Henrique Batista. Historia da Medicina em Sergipe. Brasil, 2006. Disponível em <https://docplayer.com.br/10228836-A-historia-da-medicina-em-sergipe.html>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

SILVA, Gustavo Augusto Fonseca. Quilombo Catuabo / Gustavo Fonseca. Belo Horizonte: FAFICH, 2016 Comunidade Quilombola Catuabo. Disponível em <http://antigo.incra.gov.br/media/docs/quilombolas/memoria/catuabo.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2021.

SOUSA, Clotildes Farias de. A Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Aracaju: Edise, 2016.

SOUZA, Dom Marcos Antônio de. Memórias sobre a Capitania de Sergipe. Aracaju: Secretaria da Cultura do estado de Sergipe, 2005, [1808].

SOUZA, Gabriel Soares de. Tratado descritivo do Brasil em 1587. São Paulo: Editora Hedra Ltda, 2010.

SOUZA, Manoel Alves de. Porto da Folha: Fragmentos da História e Esboços Biográficos. Coleção Lindolfo Alves de Souza. Aracaju: Edição do autor. 2009.

TAVARES, Luís Henrique Dias. História da Bahia. 4ª ed. Salvador, Bahia: Editora Itapuã, 1969.

VARNHAGEN, Adolpho. História Geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo 1. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1877. Disponível em <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242428>. Acesso em 12 de fevereiro de 2021.

ZAGONEL, Frei Carlos Albino. Capuchinhos no Brasil. Porto Alegre: Conferencia dos Capuchinhos do Brasil. Edições Est, 2001.

II

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Constituição Política do Império do Brasil: Carta de Lei de 25 de Março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Constituição da República dos estados Unidos do Brasil de 24 de Fevereiro de 1891. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Constituição da República dos estados Unidos do Brasil de 16 de Julho de 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Constituição dos estados Unidos do Brasil, de 10 de Novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Constituição dos estados Unidos do Brasil de 18 de Setembro de 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Decreto-Lei No 2.848, de 7 de Dezembro de 1940. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Lei nº 7.716 de 05 de janeiro de 1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 23 fev. 2021.

CARDOSO, Brício, ROMÉRO, Benilde. Compilação das Leis, Decretos e Regulamentos do estado de Sergipe: Do início da República ao ano de 1898. Aracaju: Typ. do estado de Sergipe, I Volume, 1899.

_____. Decreto nº 373. Fixando as regras que se devem observar na distribuição pelas províncias dos Missionários Capuchinhos. 30 jul. 1844. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-30/Legimp-30_19.pdf. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. Decreto nº 426. 24 jul. 1845. Contém o Regulamento acerca das Missões de catechese, e civilização dos Índios. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/387574/publicacao/15771126>. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: 10º volume: eleições municipais realizadas em 1972. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional, 1988. v. 10. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/5312>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FREI PAULO. Decreto – Lei nº 03. Cria Escola Municipal José Francisco da Cunha e abre crédito especial. 29 ago. 1946. Livro de Leis 1941 – 1953.

_____. Lei nº 07/1971. Reconhece de utilidade pública a “Associação União Lira Paulistana” da cidade de Frei Paulo. 20 maio 1971. Pasta de Leis 1971 - 1972. Arquivo Municipal.

_____. Projeto de Lei nº 03/1983. Denomina Bairro Janjão de Tertino e Rua Dario Ferreira Nunes, Rua Agostinho Custódio de Carvalho, Rua Pe. João Lima Feitosa, Rua Nestor Ferreira de Matos e Rua José Nunes de Rezende. 11 nov. 1983. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 119/1984. Denomina Rua Hilarino Barreto de Mendonça e Avenida Napoleão Emídio da Costa. 26 out. 1984. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 125/1984. Denomina Rua Porfírio Nascimento Andrade no Bairro Janjão de Tertino. 30 nov. 1984. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 127/1985. Denomina Rua Maria Izabel da Conceição e Rua Orestes Oliveira Menezes. 14 jan. 1985. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 128/1985. Autoriza a aquisição de imóveis e dá outras providências. Fev. 1985. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 130/1985. Denomina Travessa José Tavares da Mota. 17 maio 1985. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 132/1985. Autoriza o Prefeito Municipal a urbanizar terreno urbano pertencente ao patrimônio do município, lotear e alienar ditos lotes e dá outras providências. 06 set. 1985. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 136/1986. Autoriza a aquisição de imóveis e dá outras providências. 10 mar. 1986. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 139/1986. Dispõe sobre aceitação de imóvel e dá outras providências. 17 mar. 1986. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 140/1986. Autoriza a aquisição de imóveis e dá outras providências. 16 maio 1986. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 169/1988. Cria e denomina Escolas Municipais e dá outras providências. 12 set. 1988. Pasta de Leis 1982 – 1988. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 250/1995. Dá nome ao Conjunto União nesta cidade. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 251/1995. Dá nome à Rua Manoel Mendonça Teles. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 252/1995. Dá nome à Rua Genésio Pereira de Souza. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 253/1995. Dá nome à Rua Eulina Barbosa Dantas. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 254/1995. Dá nome à Rua Manoel Pereira de Carvalho. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 255/1995. Dá nome à Rua João Arcanjo de Oliveira. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 256/1995. Dá nome à Rua Maria Rosa de Matos. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 257/1995. Dá nome à Rua Francisco Nunes de Rezende. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 258/1995. Dá nome à Rua Tereza Matos. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1982 – 1986. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 259/1995. Dá nome à Rua José Gregório Filho. 23 maio 1995. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 294/1995. Denomina Conjunto Maria Djalnete Nunes Barreto e dá outras providências. 14 abr. 1999. Pasta de Leis 1993 – 2002. Arquivo Municipal.

_____. PLANO DE CONTIGÊNCIA MUNICIPAL DE FREI PAULO-SE PARA INFECÇÃO HUMANA PELO NOVO CORONAVÍRUS COVID-19. Disponível em: <https://www.acesounico.com.br/arquivos/1/3e0dca9c1009e0e02308e765c4b95f0a.pdf>. 23 mar. 2021. Acesso em 01 jul. 2021.

PORTUGAL. Código Philippino, ou, Ordenações e leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'El-Rey D. Philippe I. Almeida, Cândido Mendes de. 1818-1881; Brasil, [Leis etc]; Portugal. [Leis etc]. Rio de Janeiro : Typ. do Instituto Philomathico, 1870. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242733>. Acesso em 21 mar. 2021.

SÃO PAULO (município de Sergipe). Resolução nº 20. Regimento Interno do Conselho Municipal desta cidade. 15 out. 1923. Livro de Leis 1923 – 1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 70. Dá denominação às ruas e praças. 11 jan. 1926. Livro de leis 1923-1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 71. Crea uma escola pública no arraial coité deste subúrbio. Livro de leis 1923-1930. Arquivo Municipal.

_____. Resolução nº 21. Desapropria por utilidade publica diversos terrenos. 31 maio 1926. Livro de leis 1923-1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 76. Autorização ao Intendente para fazer um acordo com o cidadão Antônio Carlos Borges para ser montado um motor dynamo na usina. 02 jul. 1926. Livro de Leis 1923 – 1930. Arquivo Municipal.

_____. Autoriza nomear uma comissão para elaborar o novo Código de Postura. 05 jul. 1926. Livro de Leis 1923 – 1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 82. Dá novos nomes de ruas da cidade e dá outras providências. 09 nov. 1926. Livro de leis 1923-1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 88. Código de Posturas Municipais do Termo de São Paulo. 05 set. 1928. Livro de Leis 1923 – 1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 89. Crea cargos, denomina ruas e dá outras providências. 30 set. 1928. Livro de Leis 1923 – 1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 92. Autoriza o executivo municipal a contrair empréstimo para a construção do açude Coité. 18 nov. 1929. Livro de Leis 1923 – 1930. Arquivo Municipal.

_____. Lei nº 93. Fixa a despesa e orça a receita para o ano de 1931. 18 out. 1930. Livro de Leis 1923 – 1930. Arquivo Municipal.

_____. Ato nº 08. Denomina praças, avenidas e ruas desta cidade. 09 set. 1938. Livro de Atos. Arquivo Municipal.

_____. Ato nº 11. Delimita as áreas urbana e suburbana da cidade de São Paulo, estado de Sergipe. 1938. Arquivo Municipal.

_____. Ato nº 27. Transfere nomes de ruas e praças nesta cidade. 15 nov. 1939. Arquivo Municipal.

_____. Ato nº 30. Retifica disposições do Ato nº 11 de 26 de novembro de 1938. 28 dez. 1939. Arquivo Municipal.

_____. Ato nº 36. Denomina de Rua Barão do Rio Branco a antiga Rua São João. 10 set. 1943. Arquivo Municipal.

SERGIPE. Decreto nº 91. Constituição do estado Federado de Sergipe. 24 nov. 1890. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. O REPUBLICANO, 26 de novembro de 1890. Acesso em 24 fev. 2021.

_____. Constituição do estado do Sergipe. 18 maio 1892. In A Constituição Federal e as Constituições dos estados da República do Brazil. V. II. Pelotas e Porto Alegre: Henrique e irmão, Livraria Universal, 1896. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/224222.000006272_02. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. Resolução n. 1053. Fica creada uma capellania na povoação S. Paulo do termo de Itabaiana. 18 Abr.1877. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. JORNAL DO ARACAJU. 21 de abril de 1877. Acesso em: 25 fev. 2021.

_____. Resolução nº 1128. Cria no povoado São Paulo, Termo de Itabaiana, duas cadeiras públicas. 17 mar. 1880. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader>. JORNAL DE SERGIPE. 10 abr. 1880, p.3. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. Resolução nº 1.323. Cria a freguesia sob a invocação de São Paulo, no povoado do mesmo nome, desmembrando da Paróquia de Santo Antônio e Almas de Itabaiana. 29 abr. 1886. Disponível em: MATOS NETO, 1999, p. 56.

_____. Decreto nº 11. Eleva a freguesia de São Paulo à categoria de Villa com a mesma denominação. 25 jan. 1890. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader>. O REPUBLICANO, 09 fev. 1890, p. 2. Acesso em: 24 fev. 2021.

_____. Código de Postura do município de Itabaiana. 1890. Disponível em: <http://>

memoria.bn.br/DocReader. O REPUBLICANO, Ano II, nº 124. Aracaju: 27 de abril de 1890, p. 1. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Código de Postura da vila de São Paulo. 01 maio 1890. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. O REPUBLICANO, Ano II, nº 138. Aracaju: 16 de maio de 1890, p. 2. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Orçamento de receita e despesa que com este baixo, organizado pela intendência municipal da villa de São Paulo, para vigorar no exercício de 1890. 29 abr. 1890. Disponível em: <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>. O REPUBLICANO, Ano II, nº 138. Aracaju: 16 de maio de 1890, p. 2. Acesso em: 23 fev. 2021.

_____. Lei 797. Eleva à categoria de cidades as Villas de N. S. das Dores e São Paulo e dá outras providências. 23 out. 1920. Arquivo Público do estado de Sergipe.

_____. Lei Estadual nº 544. Fixa a Divisão Administrativa e Judiciária do município. 06 fev. 1954. Disponível em: MATOS NETO, 1999, p. 69.

III

RELATÓRIOS E FALAS DOS PRESIDENTES DAS PROVÍNCIAS

ESPÍRITO SANTO

<https://ape.es.gov.br>

NUNES, Sebastião Machado Nunes. Relatório de abertura da sessão ordinária no dia 25 de maio de 1855. Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo. Victória: 1855.

BARÃO DE ITAPEMIRIM. Relatório de abertura da sessão ordinária no dia 08 de março de 1856. Typographia Capitaniense de P. A. d'Azeredo. Victória: 1856.

SERGIPE

1 - <http://ddsnxt.crl.edu/>.

Falla do Presidente da província, Antônio Joaquim Álvares do Amaral, relatório de 11 de janeiro de 1846. Sergipe: Typografia Provincial de Sergipe. 1846.

Falla do Presidente da província, Zacarias Goes e Vasconcelos, relatório de 01 de março de 1849. Sergipe: Typografia Provincial de Sergipe. 1849.

Falla do Presidente da província, Barão de Maroim, relatório de 27 de fevereiro de 1856. Aracaju: Typografia Provincial de Sergipe. 1856.

Falla do Presidente da província, Manuel da Cunha Galvão. Relatório de 05 de março de 1860. Bahia: Typ. Poggetti Catellina & Comp. 1860.

Falla do Presidente da província, Joaquim Jacintho de Mendonça, relatório de 4 de março de 1863. Sergipe: Typografia Provincial. 1863.

Falla do Presidente da província, Alexandre Rodrigues da Silva Chaves, relatório de 24 de fevereiro de 1864. Sergipe: Typografia Provincial. 1864.

Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Sergipe no dia 11 de agosto de 1868 pelo Exmº Presidente da província Dr. Antônio de Araújo D'Aragão Bulcão. Aracaju: Typografia do Jornal de Sergipe. 1868.

Falla do Presidente da província, Evaristo Ferreira da Veiga, relatório de 1º de março de 1869. Aracaju: Typografia do Jornal de Sergipe. 1869.

Falla do Presidente da província, Barão de Propriá, relatório de 17 de junho de 1869. Aracaju: Typografia do Conservador. 1869.

Falla do Vice Presidente da província, o Exmo. Snr. Dr. Dionízio Rodrigues Dantas, relatório de 2 de dezembro de 1869. Sergipe: Typografia do Jornal de Aracaju. 1869.

Falla do Tenente- Coronel Francisco José Cardoso Junior. Relatório que abriu a 1ª Sessão da 19ª Legislatura, de 04 de março de 1870. Sergipe: Typ. Jornal do Aracaju. 1870.

Falla do Tenente- Coronel Francisco José Cardoso Junior. Relatório que abriu a 2ª Sessão da 20ª Legislatura, de 03 de março de 1871. Sergipe: Typografia Jornal do Aracaju. 1871.

2 - <http://memoria.bn.br/DocReader>

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1900, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 5ª Legislatura, pelo Monsenhor Olympio Campos, Presidente do estado. Aracaju: Typ. O estado de Sergipe. 1900.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1913, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 11ª Legislatura, pelo General Dr. José de Siqueira Menezes, Presidente do estado. Anexo 16. Aracaju: Typografia O estado de Sergipe. Ano 1913.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1915, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 12ª Legislatura, pelo General Manuel P. de Oliveira Valladão, Presidente do estado. Aracaju: Typografia O estado de Sergipe. Ano 1915.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de julho de 1918, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 13ª Legislatura, pelo Presidente do estado General Manuel P. de Oliveira Valladão. Aracaju: Imprensa Oficial. Ano 1918.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1926, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 16ª Legislatura, pelo Dr. Maurício Gracho Cardoso, Presidente do estado. Aracaju: Typografia do Instituto Profissional Coelho Campos. Ano 1926.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1927, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 16ª Legislatura, pelo Presidente do estado Dr. Manoel Corrêa Dantas. Aracaju: Imprensa Oficial. Ano 1927.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1928, ao instalar-se a 3ª sessão ordinária da 16ª Legislatura, pelo Presidente do estado Dr. Manoel Corrêa Dantas. Aracaju: Imprensa Oficial. Ano 1928.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1929, ao instalar-se a 1ª sessão ordinária da 17ª Legislatura, pelo Presidente do estado Dr. Manoel Corrêa Dantas. Aracaju: Imprensa Oficial. Ano 1929.

Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 7 de setembro de 1930, ao instalar-se a 2ª sessão ordinária da 17ª Legislatura, pelo Presidente do estado Dr. Manoel Corrêa Dantas. Aracaju: Imprensa Oficial. Ano 1930.

IV

LIVROS DE BATISMOS E CASAMENTOS

<https://www.familysearch.org>.

Family Search. Aracaju – Santo Antônio. Casamentos, Livro 04, 1938 - 1945.

Family Search. Aracaju – São José. Casamentos, Livro 01, 1925 - 1948.

Family Search. Frei Paulo. Casamentos, Livro 1, 1886 - 1897.

_____. Livro 2, 1898 – 1910.

_____. Livro 3, 1910 – 1916.

_____. Livro 4, 1916 – 1923.

_____. Livro 5, 1923 – 1929.

_____. Livro 6, 1929 – 1934.

_____. Livro 10, 1941 – 1944.

Family Search. Frei Paulo. Batismos, Livro 1, 1886 - 1890.

_____. Livro 2, 1891 – 1894.

_____. Livro 3, 1894 – 1898.

_____. Livro 4, 1898 – 1899.

_____. Livro 5, 1899 – 1902.

_____. Livro 6, 1902 – 1904.

_____. Livro 7, 1904 – 1906.

_____. Livro 8, 1906 – 1909.
_____. Livro 9, 1909 – 1912.
_____. Livro 10, 1912 – 1914.
_____. Livro 25, 1935 – 1937.

Family Search. Itabaiana. Batismos, Livro 7, 1835 - 1841.

_____. Livro 8, 1841 - 1843.
_____. Livro 10, 1852 - 1855.
_____. Livro 11, 1857 - 1861.
_____. Livro 12, 1861 - 1864
_____. Livro 13, 1865 - 1866.
_____. Livro 14, 1866 - 1867.
_____. Livro 15, 1867 - 1870.
_____. Livro 16, 1870 - 1874.
_____. Livro 17, 1871 - 1888.
_____. Livro 18, 1874 - 1877.
_____. Livro 20, 1877 - 1879.
_____. Livro 22, 1882 - 1884.
_____. Livro 23, 1884 – 1886.
_____. Livro 24, 1886 – 1897.

Family Search. Itabaiana. Casamentos, Livro 1, 1857 - 1867.

_____. Livro 2, 1867 - 1878.
_____. Livro 3, 1878 - 1891.
_____. Livro 4, 1891 – 1904.

V

JORNAIS E PERÍODICOS

1 – <http://jornaisdesergipe.ufs.br/>

CORREIO DE ARACAJU. Anno XX. Ed. nº 561. Aracaju: 14 de outubro de 1927.

FOLHA DA MANHÃ. Ed. nº 341. Aracaju: 18 de agosto de 1942.

GAZETA DE SERGIPE. Anno 1. Ed 113. Aracaju: 22 de maio de 1890.

JORNAL A CRUZADA. Ano XVII. Número 720. Aracaju: 23 de setembro de 1951.

JORNAL A RAZÃO: Órgão dos Interesses Sociais (SE). Anno XVI, nº 20. Estância, Sergipe: 16 de maio de 1909.

JORNAL DO ARACAJU. Ed. 795. Aracaju: 21 de abril de 1877.

O REPUBLICANO. Diário Oficial. Ano II, nº 98. Aracaju: 23 de março de 1890.

_____, nº 104. Aracaju: 30 de março de 1890.

_____, nº 119. Aracaju: 20 de abril de 1890.

_____, nº 131. Aracaju: 07 de maio de 1890.

_____, nº 138. Aracaju: 16 de maio de 1890.

_____, nº 145. Aracaju: 24 de maio de 1890.

_____, nº 155. Aracaju: 07 de junho de 1890.

_____, nº 156. Aracaju: 08 de junho de 1890.

_____, nº 185. Aracaju: 16 de julho de 1890.

_____, nº 200. Aracaju: 02 de agosto de 1890.

_____, nº 219. Aracaju: 23 de agosto de 1890.

_____, nº 238. Aracaju: 17 de setembro de 1890.

_____, nº 277. Aracaju: 04 de novembro de 1890.

_____, nº 289. Aracaju: 19 de novembro de 1890.

_____, nº 295. Aracaju: 26 de novembro de 1890.

_____, nº 316. Aracaju: 23 de dezembro de 1890.

_____, nº 317. Aracaju: 24 de dezembro de 1890.

_____, nº 318. Aracaju: 25 de dezembro de 1890.

_____, nº 66. Aracaju: 31 de março de 1891.

2 – <http://memoria.bn.br/DocReader> – <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

A REFORMA. Ano II. Número 74. Redator Gumercindo Bessa. Aracaju: 10 de junho de 1888.

_____, Ano II. Número 92. Redator Gumercindo Bessa. Aracaju: 14 de outubro de 1888.

_____, Ano II. Número 102. Redator Gumercindo Bessa. Aracaju: 22 de dezembro de 1888.

CORREIO DA VICTÓRIA. Ed. nº 75. Victória do Espírito Santo: 26 de setembro de 1855.

CORREIO SERGIPENSE. Ano XX, Número 38. Aracaju: 12 de agosto de 1857.

_____. Ano XXIII, Número 28. Aracaju: 28 de março de 1860.

_____. Ano XXIII, Número 36. Aracaju: 28 de abril de 1860.

_____. Ed. nº 37. Aracaju: 02 de maio de 1860.

_____. Governo da província. Ed. nº 41, Aracaju: 16 de maio de 1860.

_____. Governo da província. Ed. nº 43. Aracaju: 26 de maio de 1860.
_____. Ano XXIV, Número 2. Aracaju: 09 de janeiro de 1861.
_____. Ed. nº 24. Aracaju: 28 de março de 1864.

FOLHA DE SERGIPE. Anno I. Numero 1. Aracaju: 15 de novembro de 1890.

GAZETA DE SERGIPE. Ano I, nº 75, Aracaju: 30 de março de 1890.

GAZETA DE SERGIPE. Ano II, nº 333. Aracaju: 20 de fevereiro de 1891.

_____, nº 441. Aracaju: 11 de julho de 1891.

_____, nº 446. Aracaju: 18 de julho de 1891.

_____, nº 480. Aracaju: 01 de setembro de 1891.

JORNAL DO COMÉRCIO. Anno 46. Número 227. Rio de Janeiro: 16 de agosto de 1867.

_____. Anno 56. Número 145. Rio de Janeiro: 26 de maio de 1877.

JORNAL DE SERGIPE. Anno XV. Ed.31. Aracaju: 10 de abril de 1880.

_____. Anno XV. Ed.50. Aracaju: 05 de junho de 1880.

_____. Anno XV. Ed.66. Aracaju: 27 de julho de 1880.

_____. Anno XVI. Ed.26. Aracaju: 02 de abril de 1881.

_____. Anno XVI. Ed.31. Aracaju: 19 de abril de 1881.

JORNAL DE SERGIPE. Ano 2º. Ed. 111. Aracaju: 21 de setembro de 1882.

JORNAL DO ARACAJU. Ano IX. Nº 986. Aracaju: 07 de setembro de 1878.

O ESTANDARTE. Ed. nº 45. Cachoeiras de Itapemirim, Espírito Santo: 05 de novembro de 1871.

O HORIZONTE. Ano I. Ed. 17. Laranjeiras: 04 de outubro de 1885.

_____. Ano I. Ed. 38. Laranjeiras: 05 de março de 1886.

O REPUBLICANO. Diário Oficial. Ano II, nº 55. Aracaju: 23 de janeiro de 1890.

_____. Ano II nº 63. Aracaju: 09 de fevereiro de 1890.

_____.Diário Oficial. Ano II, nº 124. Aracaju: 27 de abril de 1890.

_____.Diário Oficial. Ano II, nº 302. Aracaju: 05 de dezembro de 1890.

_____.Diário Oficial. Ano III, nº 12. Aracaju: 21 de janeiro de 1891.

_____. Diário Oficial. Ano III, nº 26. Aracaju: 08 de fevereiro de 1891.

_____.Diário Oficial. Ano III, nº 63. Aracaju: 24 de março de 1891.

_____.Diário Oficial. Ano II, nº 303. Aracaju: 06 de dezembro de 1891.

3 – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

JORNAL O PAULISTANO. Nº 59. São Paulo, estado de Sergipe: 09 de dezembro de 1928.

_____. Nº 78. São Paulo, estado de Sergipe: 28 de abril de 1929.

_____. Nº 88. São Paulo, estado de Sergipe: 07 de julho de 1929.

_____. Nº 90. São Paulo, estado de Sergipe: 21 de julho de 1929.

_____. Nº 114. São Paulo, estado de Sergipe: 26 de março de 1931.

_____. Nº 117. São Paulo, estado de Sergipe: 19 de abril de 1931.

_____. Nº 118. São Paulo, estado de Sergipe: 26 de abril de 1931.

_____. Nº 119. São Paulo, estado de Sergipe: 03 de maio de 1931.

_____. Nº 120. São Paulo, estado de Sergipe: 10 de maio de 1931.

_____. Nº 122. São Paulo, estado de Sergipe: 24 de maio de 1931.

_____. Nº 123. São Paulo, estado de Sergipe: 31 de maio de 1931.

_____. Nº 124. São Paulo, estado de Sergipe: 07 de junho de 1931.

_____. Nº 127. São Paulo, estado de Sergipe: 28 de junho de 1931.

_____. Nº 128. São Paulo, estado de Sergipe: 05 de julho de 1931.

_____. Nº 135. São Paulo, estado de Sergipe: 23 de agosto de 1931.

_____. Nº 136. São Paulo, estado de Sergipe: 06 de setembro de 1931.

_____. Nº 140. São Paulo, estado de Sergipe: 04 de outubro de 1931.

4 – DIÁRIO OFICIAL DO município DE FREI PAULO. Cadastro cultural 2020. Ed. 0326. Frei Paulo: 12 de janeiro de 2021.

5 – JORNAL AÇÃO JOVEM – AJO. Ano I, nº 04, junho de 1975.

_____. Ano II, nº 20, outubro de 1976.

_____. Ano II, nº 22, dezembro de 1976.

_____. Ano III, nº 24, abril de 1977.

_____. Ano III, nº 36, fevereiro de 1978.

_____. Ano IV, nº 37, março de 1978.

VI

ARQUIVO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE FREI PAULO e CÂMARA DE VEREADORES DE FREI PAULO

Balancetes, notas de empenho e comprovantes de despesas realizadas (1920 – 2000).

Livro de Ata das eleições.

Livro de receita e despesa. Ano 1920/1921.

Livro de receita e despesa. Ano 1930/1931.

Livro de Atos e Atas - Arquivo da Câmara de Vereadores.

Livro de atos 1938.

Livros e pastas de Leis.

Livro de lançamento dos impostos de indústrias e profissões, territorial e predial.

Livro de atos – 1938 – 1943.

Livro de protocolo do Centro Municipal de Frei Paulo da LBA (1943 – 1944).

Registro de criadores.

VII

ARQUIVO JUDICIÁRIO DE SERGIPE

<https://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/arquivos/imagens/acervo-digitalizado/processo-lampiao.pdf>.

<https://www.tjse.jus.br/arquivojudiciario/documentos/acervo/acervo-digitalizado/item/17-oito-faces-rumo-a-abolicao>.

VIII

ARQUIVO E REVISTAS DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE

Revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe nº 01(1912) a 41(2011).

AHU, Sergipe doc 402, *apud* ARAÚJO, Ricardo Teles. Famílias Sergipanas do Período Colonial (IV). Aracaju: In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, vol. 39, 2009.

Documentos Inéditos. Ata da Sessão do Conselho de Governo da província de 30 de janeiro de 1827. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Anno II. Volume II. 1916.

Documentos Inéditos. Ata da Sessão do Conselho de Governo da província de 22 de Novembro de 1828. In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, Anno V. Volume V. 1920.

Arquivo Judiciário do estado de Sergipe. Cartório de Itabaiana, 3o Cível, Cx. 01. Período 1879-1887. Livro de Escritura de Compra e Venda, Caixa 1619, Livro 2. *Apud*, PASSOS SUBRINHO, Josué Modesto. Comercio de Escravos na província de Sergipe – 1850 - 1888. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 39, ano 2009, p.40/41.

IHGS, CD – 004 SISDOC – 002. Dados segundo o Relatório do Presidente da província Olímpio M. dos Santos Vital, Julho de 1888. *Apud*, AVELINO, Camila Barreto Santos. NAS FRONTEIRAS DA LIBERDADE: “a organização do trabalho” na Revista Agrícola de Sergipe após a abolição (1905-1908). In Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Aracaju, nº 41, ano 2011, p.360.

Correspondência Recebida. 1895. TS-GP. Cx. 04. AJES, *apud* SOUSA, Antônio Lindivaldo. A Manutenção da Ordem Pública e as Relações de Poder em Sergipe (1889-1930). In “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe”. Aracaju, ed. 32. 1993/1999, p.146.

IX

BIBLIOTECA NACIONAL

<http://memoria.bn.br/DocReader> - <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>

Annaes do Parlamento Brasileiro. Rio de Janeiro. 1826-1873.

Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940. Ed. B 00067. Rio de Janeiro: Companhia Typographica do Brasil. 1910.

CADASTRO: Commercial, Industrial, Agrícola e Informativo do estado de Sergipe. Organizado por Armando Barreto. Aracaju: Secção de Artes Gráficas da Escola de Aprendizizes Artífices de Sergipe. 1933.

Documentos Históricos. Vol. VII. Rio de Janeiro, 1929, p.122/123.

_____. Vol. IV. Rio de Janeiro, 1928, p.192/194.

_____. Vol. XII. Rio de Janeiro, 1929, p.152/154.

_____. Vol. XXIX. Rio de Janeiro, 1935, p.426/436.

X

TESES DOUTORADO E PÓS-GRADUAÇÃO

Ângela de Almeida Souza, Maria; Paulo de Moraes Rezende, Antônio. Posturas do Recife Imperial. 2002. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/>. Acesso em: 16 fev. 2021.

PERALVA, J. Martins. O Espiritismo em Sergipe. In: Anuário Espírita. São Paulo: Instituto de Difusão Espírita, 1970. p.148, *apud* SANTANA, Rosemeire Siqueira. Vinde a mim os pequeninos: história da educação de crianças desamparadas na Instituição Educativa Espírita (1947-1992). 2016. 238 f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4781>. Acesso em: 16 fev. 2021.

SANTANA, João Batista. Entrevista concedida a Rosemeire Siqueira de Santana a 05 de maio de 2010. (Quando criança foi criado por Laura Amazonas). Itabaiana/SE, *apud* SANTANA, Rosemeire Siqueira. Vinde a mim os pequeninos: história da educação de crianças desamparadas na Instituição Educativa Espírita (1947-1992). 2016. 238 f. Dissertação (Pós-Graduação

em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/4781>. Acesso em: 16 fev. 2021.

XI

INTERNET E IMPRESSOS

A GRANDEZA da Espiritualidade. Disponível em: <https://www.funcap.se.gov.br/laboratorio-cultural-novas-exposicoes-virtuais-nesta-terca-feira/>. 11 de maio de 2021. Acesso em 10 jun. 2021.

ÁGUAS DE ARUANDA. Disponível em: <https://www.aguasdearuanda.org.br>. Acesso em: 19 abr. 2021.

CAPELANIA. 2012. Disponível em: <https://www.universidadedabiblia.com.br/oquee-capelania>. Acesso em: 16 dez. 2018.

CARVALHO, Wladimir Souza. O final do mundo pelo fogo. Disponível em: <https://entrelacosdocoracao.com.br>. Acesso em: 22 maio. 2021.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010: Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. In: IBGE. Sidra: sistema IBGE de recuperação automática. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: Acesso em 26 out. 2021.

COM mais de 200 anos de história lira paulistana quase fecha as portas. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com>. Acesso em: 21 abr. 2020.

FREI PAULO. Disponível em: <https://www.freipaulo.se.leg.br>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FREI PAULO. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/se/frei-paulo/panorama>. Acesso em: 12 abr. 2021.

FREI PAULO. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 24 fev. 2020.

IRMANDADE Espirita Pedro Garcia Moreno Filho. Histórico. Disponível em: <http://iepgmf.blogspot.com/p/historico.html>. Acesso em: 05 abr. 2020.

IUNA completa 127 anos de emancipação neste 24 de outubro. 2017. Disponível em: <https://iuna.es.gov.br/noticia>. Acesso em: 07 jan. 2019.

LIRA PAULISTANA. Disponível em: <https://uniaolirapaulistana.webnode.com.br/historico/>. Acesso em: 19 abr. 2020.

MARCIANO, Frei João Evangelista de Monte. Antônio Conselheiro e seu séquito no arraial de Canudos. Arquivo dos Capuchinhos da Piedade – Bahia. Bahia: Typographia do Correio de Notícias. 1895.

MAPAS. Disponível em: <http://www.observatorio.se.gov.br/geografia-e-cartografia/publicacoes-de-geografia-e-cartografia/atlas-historico-de-sergipe>. Acesso em: 23 fev. 2021.

MAPAS Históricos do Brasil. Disponível em: <https://www.historia-brasil.com/mapas/mapas-historicos.htm>. Acesso em: 23 fev. 2021.

MORAES, Rosalina Rocha Araújo. Mula-sem-cabeça. Disponível em: <https://www.infoescola.com/folclore/mula-sem-cabeça/>. Acesso em: 23 fev. 2021.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Roda de Capoeira. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/66>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PINHÃO (Sergipe). Disponível em <https://pt.wikipedia.org/>. Acesso em: 12 ago. 2020.

RETIRANTES DO SERTÃO. (SOUZA, J; 14 FEV. 2005). Disponível em: <https://qua->

drilharetirantesdosertao.webnode.com.br/historia-da-rs. Acesso em: 06 jun. 2021.

SAFRA de milho em sergipe deve atingir mais de 760 mil toneladas. 2020. Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias>. Acesso em: 26 mar. 2020.

SEMINÁRIO SERÁFICO. Frei José vai a sua terra celebrar a sua primeira Missa. Ano X. Nº 110. Salvador: Novembro e Dezembro de 1968.

SYNOPSIS do recenseamento de 31 de dezembro de 1890/Diretoria Geral de Estatística. Brasil. Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25490>. Acesso em: 22 mar. 2020.

SINOPSE Preliminar do Censo Demográfico. Fundação IBGE. 1970. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/311/cd1970sinopsepreliminar.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2020.

VIEIRA, Pedro Henrique Carregosa. 2020. Fragmentos Históricos da Família Guedes da Costa. Disponível em: <https://www.facebook.com>. Acesso em: 23 fev. 2021.

XII

ENTREVISTAS

BANDEIRA, Ulisses. Declaração feita à autora por ocasião da visita ao Museu Frei Germana Citeroni, no Centro Cultural dos Capuchinhos no Convento Nossa Senhora da Piedade em Salvador-Bahia, no dia 25 de julho de 2018.

BONFIM, Edvaldo de Santana. Carnaval da Ruinha. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 08 de junho de 2021. Frei Paulo/SE.

CARVALHO FILHO, José Gilmar Nunes de. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 06 de junho de 2021. Frei Paulo/SE.

SANTANA, André Luiz Dantas de. Entrevista concedida a Ana Maria Dantas e Santana em 27 de julho de 2020. Frei Paulo/SE.

DANTAS, Antonieta de Oliveira. Entrevista concedida a Ana Maria Dantas e Santana em 27 de julho de 2020. (Entrevista feita pelo whatsapp). Frei Paulo/SE.

DANTAS, Antônio Daltro. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 22 de maio de 2021. Frei Paulo/SE.

DANTAS, Fábio. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 19 de maio de 2021. Frei Paulo/SE.

DANTAS, Roney Moab Vieira. Bloco Namoral. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 08 de junho de 2021. Frei Paulo/SE.

GARCEZ, Ana Leila Costa. Entrevista concedida a Ana Maria Dantas e Santana em 29 de julho de 2020. (Entrevista feita pelo whatsapp). Frei Paulo/SE.

MATOS, José Rezende de. Escavações arqueológicas em Frei Paulo. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 06 de julho de 2022.

NUNES, Iana Clarissa Oliveira. O Karatê em Frei Paulo. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 08 de junho de 2021. Frei Paulo/SE.

SALES, Livia Maria Dantas de Carvalho. Bisneta de Agostinho Custódio de Carvalho. Entrevista concedida a Ana Maria Dantas e Santana em 15 de maio de 2019. Frei Paulo/Se.

SILVA, José Ronaldo da. Bloco Sensação. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 08 de junho de 2021. Frei Paulo/SE.

SOUZA, Wladimir Dantas. Campeonato de Futebol. Informações prestadas a Ana Maria Dantas e Santana em 05 de junho de 2022. Frei Paulo/SE.

XIII

ACERVOS

CARVALHO, Josefa Castália. Fotos e documentos do acervo pessoal de Josefa Castália de Carvalho.

DANTAS JÚNIOR, João Daltro. Cartas do arquivo pessoal de João Daltro Dantas Júnior e Antonieta Oliveira Dantas. 1966.

Tiragem	300 exemplares
Formato	16x22cm
Tipologia	Baskerville
Papel	Off-set 75g/m ² (miolo) Supremo 250m/m ² (capa)



978-65-86004-74-8

©SIMAO DIAS